Revista Brasileira de
CIÊNCIAS CRIMINAIS

BRAZILIAN CRIMINAL SCIENCES REVIEW

Ano 25 • vol. 135 • set. / 2017

Dossiê Especial: Direito Penal, Criminologia e Racismo

Editor-associado – Evandro Piza Duarte

REVISTA BRASILEIRA DE
CIÊNCIAS CRIMINAIS
Ano 25 • vol. 135 • set. / 2017

Presidência
Cristiano Avila Maronna

Coordenação
Mariângela Gama de Magalhães Gomes

EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA – IBCCRIM

EDITORA-CHEFE – Mariângela Gama de Magalhães Gomes

EDITOR-ASSOCIADO – Evandro Piza Duarte

EDITORES-ASSISTENTES – Chiavelli Facenda Falavigno, Clécio Lemos, Daniel Leonhardt, Gabriel Divan, Pedro Castro e Vinicius Gomes de Vasconcellos

EDITORES-EXECUTIVOS - Adriano Galvão, Eduardo Carvalho, Taynara Lira e Willians Meneses

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover (USP – São Paulo/SP); Adolfo Ceretti (Università degli Studi di Milano-Bicocca – Itália); Afranio da Silva Jardim (UERJ – Rio de Janeiro/RJ); Alberto Silva Franco (IBCCRIM – São Paulo/SP); Alejandro Aponte (Pontificia Universidad Javeriana – Colômbia); Anabela Miranda Rodrigues (Universidade de Coimbra – Portugal); Ana Isabel Pérez Cepeda (Universidade de Salamanca – Espanha); Ana Messuti (Instituto Vasco de Criminologia – Espanha); Antonio Garcia-Pablos de Molina (Universidade Complutense de Madrid – Espanha); Antonio Magalhães Gomes Filho (USP – São Paulo/SP); Antonio Scarance Fernandes (USP – São Paulo/SP); Antonio Vercher Noguera (Universidade de Salamanca – Espanha); Bernardo del Rosal Blasco (Universidade de Alicante – Espanha); Carlos Gonzales Zorrilla (Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha); Carlos María Romeo-Casabona (Universidad del País Vasco – Espanha); Cláudia Maria Cruz Santos (Universidade de Coimbra – Portugal); Cornelius Prittwitz (Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt – Alemanha); David Baigún (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Edmundo Hendler (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Emilio Garcia Mendez (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Ernesto Calvanese (Università degli Studi di Milano – Itália); Esther Gímenez-Salinas I Colomer (Universidad Ramon Llull - ESADE – Espanha); Eugenio Raúl Zaffaroni (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Fernando Acosta (University of Ottawa – Canadá); Fernando Santa Cecília Garcia (Universidade Complutense de Madrid – Espanha); Francisco Muñoz Conde (Universidad Pablo de Olavide – Espanha); Geraldo Prado (UFRJ – Rio de Janeiro/RJ); Ignacio Berdugo Gómez de La Torre (Universidad de Salamanca – Espanha); Iñaki Rivera Beiras (Universidad de Barcelona – Espanha); Iván Navas Mondaca (Universidad San Sebastián – Chile); Jésus-María Silva Sánchez (Universidad Pompeu Fabra – Espanha) ; João Pedroso (Universidade de Coimbra – Portugal); Jorge de Figueiredo Dias (Universidade de Coimbra – Portugal); José Cerezo Mir (Universidad de Zaragoza – Espanha); José Francisco de Faria Costa (Universidade de Coimbra – Portugal); Juan Felix Marteau (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Juan Pablo Montiel (Universidad de San Andrés – Argentina); Juarez Cirino dos Santos (UFPR – Curitiba/PR); Juarez Tavares (UERJ – Rio de Janeiro/RJ); Kai Ambos (Georg-August-Universität Göttingen – Alemanha); Luis Alberto Arroyo Zapatero (Universidad de Castilla-La Mancha – Espanha); Luis Fernando Niño (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Luiz Regis Prado (UEM – Maringá/PR); Maria Paz Arenas Rodrigañez (Universidade Complutense de Madrid – Espanha); Manuel da Costa Andrade (Universidade de Coimbra – Portugal); Maria João Antunes (Universidade de Coimbra – Portugal); Mauricio Martínez Sánchez (Universidad Libre – Colômbia); Máximo Sozzo (Universidad Nacional del Litoral – Argentina); Miguel Reale Júnior (USP – São Paulo/SP); Nicolás Rodríguez García (Universidad de Salamanca – Espanha); Nila Batista (UERJ – Rio de Janeiro/RS); Pedro Caeiro (Universidade de Coimbra – Portugal); Olga Spinoza (Universidade do Chile – Chile); Pilar Gomes Pavón (Universidade Complutense de Madrid – Espanha); Raúl Cervini (Universidade da República do Uruguai – Uruguai); Rene Ariel Dotti (UFPR – Curitiba/PR); Roberto Bergalli (Universidad de Barcelona – Espanha); Sergio Moccia (Università di Napoli Federico II – Itália); Stella Maris Martinez (Universidad de Buenos Aires – Argentina); Urs Kindhäuser (Universidad de Bonn – Alemanha); Vicente Greco Filho (USP – São Paulo/SP)

CORPO DE PARECERISTAS (DESTE DOSSIÊ)

André Giamberardino (UFPR - Curitiba/PR); Betuel Virgilio (UnB – Brasília/DF); Bruna Pereira (UnB – Brasília/DF); Camila Prando (PPGD e UnB – Brasília/DF); Camilla Magalhães Gomes (UniCEUB/UnB – Brasília/DF); Clara Masiero (Unisinos - São Leopoldo/RS); Cristina Zacksesk (UniCEUB/UnB – Brasília/DF); Dani Rudnicki (Uniritter - Porto Alegre/RS); David Leal da Silva (PUCRS - Porto Alegre/RS); Denise Mantovani (UnB – Brasília/DF); Fernando Antunes (UnB – Brasília/DF); Gabriel Haddad (UnB – Brasília/DF); Gabriela Rondon (UnB – Brasília/DF); Guilherme Scotti (UnB – Brasília/DF); Hector Vieira (UnB – Brasília/DF); Hugo Leonardo Santos (UFAL - Maceió/AL); Jacson Zilio (UFPR – Curitiba/PR); Joaze Bernardino Costa (UnB – Brasília/DF); Kelly Quirino (UnB – Brasília/DF); Leonardo Ortegal (UnB – Brasília/DF); Luciana Ramos (UnB – Brasília/DF); Marcelo Mayora Alves (UFJF- Juiz de Fora/MG); Márcia Esteves De Calazans (UCSAL – Salvador/BA); Marilia Denardin Budó (PPGD IMED – Porto Alegre/RS); Marisol Brandt (UFA – Rio Branco/AC); Pedro Andrade Caribé (UnB – Brasília/DF); Renata Antão (UFRJ – Rio de Janeiro/RJ); Riccardo Cappi (UEFS – Feira de Santana/BA); Richard Santos (UnB – Brasília/DF); Rosana Castro (UnB – Brasília/DF); Rosembert Ariza SantaMaría (UnB – Brasília/DF); Sinara Gumieri Vieira (UnB – Brasília/DF); Tais Machado (UnB – Brasília/DF); Thiago Hoshino (UnB – Brasília/DF); Valdirene Daufemback (UnB – Brasília/DF) ; Walkiria Chagas (UnB – Brasília/DF); Wanderson Flor do Nascimento (UnB – Brasília/DF)

AUTORES (DESTE VOLUME)

Ana Luiza Pinheiro Flauzina (UNILAB – Fortaleza/CE); Antonio Leal de Oliveira (PUC-Rio – Rio de Janeiro/RJ); Bruna Portella de Novaes (UnB – Brasília/DF); Érica Babini L. do Amaral Machado (UNICAP – Recife/PE); Evandro Piza Duarte (UnB – Brasília/DF); Evelyn J. Patterson (Vanderbilt University – E.U.A); Felipe da Silva Freitas (UnB – Brasília/DF); Fernanda Lima da Silva (UnB – Brasília/DF); Fernanda Martins (PUCRS – Porto Alegre/RS); Gabriela Barretto de Sá (UnB – Brasília/DF); Gisela Aguiar Wanderley (UnB – Brasília/DF); Guilherme Filipe Andrade dos Santos (UFSC – Florianópolis/SC); Isabella Miranda (UnB – Brasília/DF); João Guilherme Leal Roorda (UERJ – Rio de Janeira/RJ); Jonhatan Razen Ferreira Guimarães (UnB – Brasília/DF); Laís da Silva Avelar (UnB – Brasília/DF); Luiz Antônio Bogo Chies (UFPR – Curitiba/PR); Manuela Abath Valença (UnB – Brasília/DF); Marcos Vinícius Lustosa Queiroz (UnB – Brasília/DF); Marília Montenegro Pessoa de Mello (UFPE – Recife/PE); Marina Lacerda e Silva (UnB – Brasília/DF); Maurilo Miranda Sobral Neto (UNICAP – Recife/PE); Naila Ingrid Chaves Franklin (UnB – Brasília/DF); Raoni Vieira Gomes (FDV- Vitória/ES); Ricardo de Lins e Horta (UnB – Brasília/DF); Tarsila Flores (UnB – Brasília/DF); Thomas Stewart (Northwestern University – E.U.A); Thula Rafaela de Oliveira Pires (PUC-Rio – Rio de Janeiro/RJ); Tukufu Zuberi (University of Pennsylvania – E.U.A)

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.



Revista Brasileira de Ciências Criminais

revista@ibccrim.org.br – www.ibccrim.org.br

ISSN 1415-5400

Revista Brasileira de
CIÊNCIAS CRIMINAIS

Ano 25 • vol. 135 • set. / 2017

Coordenação (editora-chefe)
Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

IBCCRIM

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

ISSN 1415-5400

Revista Brasileira de CIÊNCIAS CRIMINAIS

Ano 25 • vol. 135 • set. / 2017

Presidência
Cristiano Avila Maronna

Coordenação (editora-chefe)
Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Os colaboradores desta Revista gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.



© edição e distribuição da
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Diretora Editorial
MARISA HARMS

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo
São Paulo – Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução
total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 h às 17 h)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

e-mail para submissão de originais
revista@ibccrim.org.br

Visite nosso *site*
www.rt.com.br

Impresso no Brasil: [09-2017]
Profissional
Fechamento desta edição: [19.07.2017]



IBCCRIM

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Diretoria da Gestão 2017/2018

Diretoria Executiva

Presidente
Cristiano Avila Maronna
1º Vice-Presidente
Alexis Couto de Brito
2ª Vice-Presidente
Eleonora Rangel Nacif
1º Secretário
Renato Stanziola Vieira
2º Secretário
Carlos Roberto Isa
1º Tesoureiro
Edson Luis Baldan
2º Tesoureiro
Bruno Shimizu
Diretor Nacional das Coordenadorias Regionais e Estaduais
André Adriano Nascimento e Silva
Assessora da Presidência
Jacqueline Sinhoretto

Conselho Consultivo

André Pires de Andrade Kehdi
Carlos Alberto Pires Mendes
Helios Alejandro Nogués Moyano
Mariângela Gama de Magalhães Gomes
Sérgio Salomão Shecaira

Ouvidor

Rogério Fernando Taffarello

Coordenadores-Chefes dos Departamentos

Amicus Curiae
Maurício Stegmann Dieter
Biblioteca
Renato Watanabe de Morais
Boletim
Fernando Gardinali Caetano Dias
Comunicação e Marketing
Gabriel de Freitas Queiroz
Convênios
João Paulo Martinelli
Cooperação Jurídica Internacional
Silvia Steiner
Cursos
Yuri Felix
Estudos e Projetos Legislativos
Luis Guilherme Mendes de Paiva
Estudo sobre Ciências Criminais e Direitos Humanos
César Mortari Barreira
Estudos sobre Habeas Corpus
Alberto Zacharias Toron
Infância e Juventude
Mariana Chies S. Santos
Iniciação Científica
Natália Macedo Sanzovo
Journal de Ciências Criminais
Marina Pinhão Coelho Araújo
Justiça e Segurança Pública
Daniela Skromov
Mesas de Estudos e Debates
Maurides de Melo Ribeiro
Monografias
Frederico Normanha de Almeida

Núcleo de Pesquisas
Juliana de Oliveira Carlos
Política Nacional de Drogas
Luis Carlos Valois
Revista Brasileira de Ciências Criminais
Mariângela Gama de Magalhães Gomes
Revista Liberdades
Ivan Luis Marques da Silva
Sistema Prisional
Paulo Cesar Malvezzi

Presidentes das Comissões Organizadoras

23º Seminário Internacional
Alexis Couto de Brito

21º Concurso de Monografias de Ciências Criminais – IBCCRIM
Frederico Normanha de Almeida

Comissão Especial IBCCRIM – Coimbra

Presidente
Rafael Serra de Oliveira

Revista Brasileira de
CIÊNCIAS CRIMINAIS

Ano 25 • vol. 135 • set. / 2017

Diretora Responsável
Marisa Harms

Diretora de Operações de Conteúdo
Juliana Mayumi Ono

Editorial
Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Produção Editorial
Coordenação
Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Vaz Cameira

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Analistas Editoriais: Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecinco e Maria Cecilia Andreo

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Claudia Helena Carvalho e Marcelo Ventura

Capa: Andréa Cristina Pinto Zanardi
Adaptação capa: Brenno Stolagli Teixeira

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Caio Henrique Andrade

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Sumário

Dossiê especial – Direito Penal, Criminologia e Racismo

Editorial: direito penal, criminologia e racismo

Editorial: criminal law, criminology and racism

Evandro Piza Duarte 17

Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de estado e a negação do sofrimento negro no Brasil

Of the paradoxal privilege of being victim: terror of state and the negation of black suffering in Brazil

Ana Luiza Pinheiro Flauzina e Felipe da Silva Freitas 49

Seletividade racial no sistema penal brasileiro: apontamentos para a reconstrução da memória racial nacional a partir das teses de Walter Benjamim

Racial discrimination in Brazilian criminal justice: rebuilding national racial memory with Walter Benjamin thesis on the concept of history

Antonio Leal de Oliveira e Raoni Vieira Gomes 73

Policiados e policiais: dois tempos de uma história de criminalização

The controlled and the policemen. Two moments of a history of criminalization

Fernanda Lima da Silva, Manuela Abath Valença e Marília Montenegro Pessoa de Mello 97

Estado, biopoder e UPPs: a vida nua das favelas e o genocídio negro enquanto projeto de Estado

State, biopolitics and PPUs: the naked life on the favelas and the black genocide as a state project

Fernanda Martins e Guilherme Filipe Andrade dos Santos 131

A cor da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista: por uma tentativa de genealogia do artigo 179 do Código Criminal do Império

The color of illegal slavery of free people in oitocentist Brazil: for an attempt of genealogy of article 179 of the Criminal Code of Brazilian Empire

Gabriela Barretto de Sá 163

Filtragem racial na abordagem policial: a "estratégia de suspeição generalizada" e o (des)controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos

Racial profiling in police stops: "generalized suspicion strategy" and judicial (lack of) control of stop and frisk in Brazil and United States of America

Gisela Aguiar Wanderley 189

A necropolítica criminal brasileira: do epistemicídio criminológico ao silenciamento do genocídio racializado

The Brazilian criminal necropolitcs: from the criminological epistemicide to the silencing of the genocide

Isabella Miranda 231

Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910)

Criminalization of vagrancy in the First Republic: the criminal justice system as a mean of control of the black population (1900--1910)

João Guilherme Leal Roorda 269

Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o Estado, o direito e a punição desde a colonialidade

Frantz Fanon and critical criminology: the state, the law and the punishment from the coloniality

Jonhatan Razen Ferreira Guimarães e Marcos Vinícius Lustosa Queiroz... 307

Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado

There are deaths before death: politicizing the black genocide of the means through racialized urban control

Laís da Silva Avelar e Bruna Portella de Novaes..... 343

Séculos XIX e XXI: prisão e segregação racial em Pelotas (RS)

19th and 21st century: prison and racial segregation in Pelotas (RS)

Luiz Antônio Bogo Chies 377

O racismo do sistema penal na perspectiva da psicologia experimental: diálogos possíveis com a criminologia

Racial bias in the criminal system in the light of experimental psychology: criminological dialogues

Marina Lacerda e Silva e Ricardo de Lins e Horta..... 417

Juventude segregada: racismo institucional e a identificação do adolescente suspeito a partir da atuação da polícia na cidade do Recife

Segreged youth: institutional racism and the identification of the suspected adolescent from the police activity in the city of Recife

Maurilo Miranda Sobral Neto e Érica Babini L. do Amaral Machado.... 447

O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a criminologia feminista

The social control and the black women: possibilities and re-readings for feminist criminology

Naila Ingrid Chaves Franklin..... 487

Genocídio negro brasileiro: a importância da organização política Reaja ou Será Morta (o)

Brazilian black genocide: the importance of political organization Reaja ou Será Morto(a)/Reacts or Will Be Dead

Tarsila Flores..... 519

Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês

Critical criminology and the narcisstic pact: racializing criminological critique

Thula Rafaela de Oliveira Pires..... 541

Race, methodology, and social construction in the genomic era

Raça, metodologia e construção social na era genômica

Tukufu Zuberi, Evelyn J. Patterson e Thomas Stewart..... 563

Índice Alfabético-remissivo..... 599

Política editorial – Revista Brasileira de Ciências Criminais..... 607

Diretrizes ao corpo de avaliadores – Revista Brasileira de Ciências Criminais..... 617

Condições para Submissão (*Checklist*)..... 623

Editorial: direito penal, criminologia e racismo

Editorial: criminal law, criminology and racism

Evandro Piza Duarte

Professor de Processo Penal e Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (2011). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Professor na Cátedra Brasil sobre Relações Raciais (Capes) na Universidad Nacional de Colombia (2014).
evandropiza@gmail.com

Sumário: 1. Disputas sobre o território da palavra racismo. 2. Disputas por poder dizer na palavra racismo. 3. Disputas sobre paradigmas em criminologia e representações sobre a raça. 4. Um dossiê sobre Direito Penal, criminologia e racismo ou um campo que emerge do silenciamento acadêmico?. 5. Referências bibliográficas.

1. Disputas sobre o território da palavra racismo

Falar sobre racismo é falar de uma relação difícil sobre o mundo ao qual pertencemos e construímos.[1] Lawrence A. Lengbeyer propõe que o termo ra-

1. Tematizei partes dessa apresentação em texto anteriores, ao quais faço referência: DUARTE, Evandro Piza; FARRANHA, Ana Cláudia; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. Racismo e Constituição: o caráter estrutural da opressão racial e suas consequências jurídicas. In: PIEROBOM DE ÁVILA, Thiago André. (coord.). *Acusações de racismo na capital da República*. Brasília: MPDFT, Procuradoria Geral de Justiça, 2017. DUARTE, Evandro Piza. Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 500-526, 2016; CALAZANS, Márcis Esteves de; DUARTE, Evandro Piza; PRANDO, Camila; CAPPI, Ricardo. Criminologia Crítica e Questão Racial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 450-463, 2016; DUARTE, Evandro Piza. Formação do Sistema Penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 130, 2017. DUARTE, Evandro C. Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro H. Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. In: *Universitas Jus*, v. 27,

cismo, no senso comum, tem sido relacionado à "pureza de nossos corações" (ou de como ela é representada pelo olhar do outro|).[2] A metáfora da "pureza" parece dominar os debates sobre como entendemos o racismo: "o 'coração' de alguém é puro em sua essência, ou não é – neste último caso, a pessoa é muito racista, um pouco racista ou algo entre esses dois extremos. O fator decisivo nesse modelo é seu sistema de crenças".[3] Esse modo de pensar o racismo reflete-se numa gramática específica para descrever o que se define como um problema, em agendas acadêmicas e soluções políticas. Daí decorre, por exemplo, a ideia de que devamos buscar o sentido de práticas sociais apenas desde o ponto de vista de um agressor tipo que seria violento por conta dessas crenças, um ser "fora da curva mediana" das subjetividades em determinada sociedade. Nesse modelo, pesquisar sobre racismo e sistema penal seria comprovar as motivações subjetivas relacionadas à raça e ao perfil psíquico dos atores.

Países que nasceram do colonialismo, sob o signo da escravidão e do genocídio, têm sua produção intelectual, o que inclui redes de apoio, financiamento, delimitação dos cânones artísticos, literários, estéticos etc., empenhada em produzir discursos nos quais se autorrepresentam como espaços onde as desigualdades de poder econômico, político e social entre grupos racializados não sejam consideradas um problema da arena política e jurídica, mas um problema dos maus cidadãos, alguns dos quais, por acaso, seriam servidores públicos (juízes, promotores, policiais etc.).[4] Os discursos nacionais nesse caso estão preocupados em liberar a consciência coletiva da responsabilidade sobre aqueles "corações impuros", os quais passam a ser retratados como exceções diante de um padrão "amigável" de relações raciais.

Não obstante, diversos estudos se dedicaram a comprovar a falsidade dessa autoimagem no plano individual e coletivo. No caso brasileiro, a "ideologia da democracia racial" é atacada porque: a) serviu para ocultar as relações conflituosas e as disparidades raciais no País; b) ofereceu um modelo de como interpretar o pluralismo constitutivo do Brasil silenciador das violências que mar-

---

p. 01-31, 2016; DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002-2017; CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia do Preconceito:* racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017

2. LENGBEYER, Lawrence A.. Racismo e Corações Impuros. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005.
3. LENGBEYER, Lawrence A.. Racismo e Corações Impuros. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 180.
4. AGOZINO, Biko. Imperialism, crime and criminology: towards the decolonization of criminology. *Crime, law and social change,* maio de 2004, v. 41, Issue 4, p. 343-358.

cam a nossa trajetória histórica, institucional e social; c) forneceu um bloqueio discursivo às demandas por igualdade e liberdade formuladas pela população negra; d) valeu-se de representações racistas e machistas para "identificar" os locais de negros e brancos na estrutura societal brasileira, apresentando os primeiros a partir de um ponto de vista paternalista e objetificante.[5]

Uma das dificuldades de produzir evidências sobre o racismo no Brasil decorre da reprodução desse padrão de não responsabilização individual e coletiva.[6] Não se trata, porém, de uma característica sobre as "relações raciais" dos brasileiros ou de um problema sobre os "nossos corações", mas de hábitos, estratégias e arranjos sociais construídos nas disputas em torno da tentativa de demarcar um sentido para a palavra racismo e, especialmente, na continuidade de relações de poder racializadas.

O campo[7] "dos padrões nacionais de relações raciais", defensor da existência de uma diferença a partir das recentes fronteiras dos Estados Nacionais ou do isolamento do projeto colonial português, é um erro que reifica a ideia de raça sem considerá-la como uma construção social disputada na história da colonialidade e da modernidade.[8] A autorreferencialidade desses estudos

5. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2004; DUARTE, Evandro C. Piza. *Do medo da diferença à igualdade como liberdade:* as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de seus beneficiários. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2011.

6. SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, p. 184-207, 2015; SANTOS, Gislene Aparecida dos; MATOS, Camila; NOGUTI, Helton Hissao. Racismo ou não? A percepção de estudiosos do direito sobre casos com conteúdos racistas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, p. 59-73, 2014; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Criminalização do racismo:* entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros. Brasília: Brado Negro, 2016; PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil*. Campinas: Julex, 1990. v. 1; RACUSEN, Seth. The ideology of the Brazilian nation and the Brazilian legal theory of racial discrimination. *Social Identities* – Journal for the Study of Race, Nation and Culture, v. 10, 2004 – Issue 6.

7. Segundo a definição de Pierre Bourdieu, os campos são espaços sociais delimitados que operam por meio de regras, hierarquias e princípios próprios, construídos por redes de relações e definidos a partir de conflitos e tensões. Neles, as ações dos indivíduos e dos grupos criam, atualizam e são enquadradas por padrões de normatização. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

8. Para uma compreensão aprofundada do conceito de colonialidade, veja-se: MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte con-

perpetua diversos pontos cegos do problema: as disputas por direitos dos grupos racializados que subjazem aos exemplos e são traduzidas em "padrões" de interação racial; o papel dos grupos de poder na manutenção de determinadas visões de mundo sobre as gramáticas sociais que podem servir para dizer formas de violação de direitos, violências, vitimização etc.; e, especialmente, as diversas dimensões do poder acadêmico que permitem construir essa tradição, estruturada no silenciamento das disputas sociais. A presença dos negros em práticas culturais "nacionais", por exemplo, diz muito pouco sobre a "integração racial", mas poderia dizer muito sobre as lutas sociais dos negros pelo direito à liberdade de expressão, à autonomia na produção, gestão e consumo de bens culturais, ao uso do espaço público, ao reconhecimento etc.

Análises exclusivas das manifestações individuais de racismo parecem pouco eficazes em compreender o lado rotineiro de nossas crenças afetivas, as quais são reproduzidas socialmente e narradas pelo poder acadêmico e mediático. Certamente há muito que se pesquisar sobre a problemática interação entre arranjos sociais e opções individuais, porém, o racismo não é apenas um problema da maldade humana, de um indivíduo ou de uma nação. Os intelectuais negros (as) têm demonstrado que conceitos como racismo institucional, racismo epistêmico, branquidade etc. substituem com vantagem cognitiva o debate sobre "corações impuros" e sobre as diferenças reificadas no senso comum sobre padrões nacionais de relações raciais.[9]

Sally Haslanger[10] refere-se ao par opressão do agente e opressão estrutural. Na primeira forma, "o foco recai em indivíduos ou grupos e suas ações; é obje-

---

ceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005; BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade:* os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

9. ZUBERI, Tukufu. Sociology and the African Diaspora Experience. In: *A Companion to African American Studies*. Nova York: Blackwell Publishers, 2006.

10. Veja-se, por exemplo: SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo Institucional: para compreender o conceito. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87; VAN DIJK, Teun. Discurso de las elites y racismo institucional. In: BASTIDA, Manuel Lario (ed.). *Medios de comunicación e inmigración*. Murcia: CAM, 2006; e SAMPAIO, Elias de Oliveira. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 4, n. 6, p. 77-83, mar. 2003.

tivo da nossa melhor teoria moral possível nos dizer quando a ação em questão é errada".[11] Já no segundo caso, "o foco recai em nossos arranjos coletivos – nossas instituições, políticas e práticas – e uma teoria da justiça deve fornecer as avaliações normativas da injustiça".[12] Assim, na opressão estrutural, muitas vezes é difícil identificar um agente determinado e uma intencionalidade manifesta. A ideia de uma opressão institucionalizada se contrapõe à visão liberal do ofendido como uma identidade perfeitamente fechada,[13] pois ela se refere justamente à multiplicidade e à interseccionalidade[14] nas quais as pessoas estão inseridas no mundo.[15] Ademais, ela está atrelada à história e à maneira não acidental que determinada instituição se dirige em relação a um grupo social específico, contribuindo ou não para a perpetuação de situações de desigualdade e injustiça.[16]

11. HASLANGER, Sally. Opressão racial e outras. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 119-120.
12. HASLANGER, Sally. Opressão racial e outras. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 120.
13. Sobre opressões institucionalizadas e o seu enfrentamento, especialmente no que se refere ao racismo institucional, veja-se: MOREIRA, Adilson José. Direitos Fundamentais como Estratégias Anti-Hegemônicas: um estudo sobre a multidimensionalidade de opressões. *Questio Iuris*, v. 09, n. 3, Rio de Janeiro, 2016, p. 1.559-1.599. MOREIRA, Adilson José. Miscigenando o Círculo do Poder: ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. *Revista da Faculdade de Direito* – UFPR, Curitiba, v. 61, n. 2, maio/ago, 2016, p. 117-148; SANTOS, Gislene Aparecida dos. Racismo institucional: uma análise a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais e da Ética. *Ensaios Filosóficos,* v. 11, p. 145-165, 2015; ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo e Injúria Racial. *Revista dos Tribunais* (São Paulo. Impresso), v. 917, p. 529, 2012.
14. CRENSHAW, Kimberlé; GOTANDA, Neil; PELLER, Gary; e THOMAS, Kendall (ed). *Critical Race Theory*. Nova York: The New Press, 1995; CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 1989, 139; COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – v. 31, n. 1, Janeiro/Abril de 2016; PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual:* práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2014; GOMES, Camilla de Magalhães. *Têmis Travesti* – as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do "humano" no Direito. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2017.
15. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
16. HASLANGER, Sally. Opressão racial e outras. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 120-144.

A questão, todavia, não é substituir a análise individual pela estrutural, mas perceber de que modo elas estão relacionadas. Há, efetivamente, quem, num cenário de opressão estrutural, produza novas opressões mediante suas ações individuais.[17] No sentido inverso, a pureza de nossos corações (sempre impuros) deve ser medida pela capacidade de diminuirmos as injustiças da opressão estrutural na qual estamos envolvidos. De outra parte, não se trata de negar a importância das disputas locais em relação a análises que escapam às fronteiras nacionais, mas de compreender as lutas sociais que estão inscritas na construção das fronteiras políticas e acadêmicas.

2. Disputas por poder dizer na palavra racismo

A palavra racismo pertence a uma classe de palavras bem peculiar. Palavras que são usadas comumente por sua força de denúncia moral, sua capacidade de interpelar o leitor para denunciar um grave erro nas escolhas individuais e coletivas. Situa-se, ainda, na classe de palavras que foram capturadas pelas definições jurídicas, especialmente as penais, as quais quase sempre intentam uma redução de sentido a partir daquela concepção individualista do agir humano, marcada pela noção de consciência e voluntariedade, implícita na noção dos "corações impuros" e na ideia de "opressão do agente". Por fim, inclui-se, por força da ação política dos intelectuais negros (as) entre aquelas palavras que indicam um fenômeno, uma cadeia de significados sobre como os arranjos coletivos estão estruturados. Neste sentindo, ao interpelar sobre o como e o porquê de hierarquias e desigualdades sociais racializadas, o termo racismo propõe a construção de um campo[18] de estudos no interior das ciências humanas.

Essa flutuação entre denúncia moral, ação individual ou coletiva e compreensão de fenômenos sociais resulta da historicidade da palavra e de seus usos. Decorre, portanto, de uma complexa relação entre sujeitos sociais que se situam num território de disputas. A disputa estava presente, conforme sugerem algumas pistas, desde o nascimento da palavra que teria uma trajetória semelhante à da palavra ideologia, capaz de produzir sentidos que se opõem, ora como falsa consciência ora como sistema de crenças.[19]

17. HASLANGER, Sally. Opressão racial e outras. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 120-144.

18. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

19. Atualmente, a palavra ideologia comporta, no mínimo, dois sentidos, um positivo, definindo-a como um sistema de crença, e outro negativo, considerando-a, como na tradição marxista, como falsa consciência. Como destaca o Prof. Antônio Carlos

As palavras raça e racismo produziram um "efeito" inesperado ou tiveram seu momento de "profanação" quando os sentidos foram trocados. Muito embora a raça, como forma de categorização, tenha seu nascimento situado no fim do século XVIII, até as décadas de 1920 e 1930, as palavras racismo e racistas não eram utilizadas. George Frederickson afirma que o termo surgiu na década de 1920. O livro de Magnus Hirschfeld, de 1933, *Rassismus* (publicado em Inglês em 1938, sob o título *Racism*), teria sido o primeiro a usá-lo em um título para indicar uma ciência das raças que pregava a existência de raças inferiores e superiores desde sua biologia.[20]

Se a palavra racismo não havia surgido ou adquiria sentido contrário ao atual (que é, no mínimo, de denúncia dos usos abusivos da categorização racial) era porque a defesa da existência de diferenças raciais era construída no seio da ciência dominada pela branquidade[21], marcada pela racionalidade téc-

---

Wolkmer, essas duas tradições teriam origem na virada do século XVIII para o XIX, uma a partir do filósofo Destutt de Tracy e outra por meio de Napoleão Bonaparte. O primeiro, em sua obra Elementos da Ideologia, intentava criar uma ciência das ideias, preocupada em considerar a análise dos fundamentos, evolução e natureza do sistema de crenças. Em um segundo sentido, dessa vez depreciativo, Napoleão empregou a palavra para denunciar como *idéologues* os intelectuais liberais que anteriormente haviam promovido sua ascensão ao poder, "mas cujas ideias republicanas e antirreligiosas ele considerava então uma ameaça a seu absolutismo apoiado pela Igreja". Como propõe Wolkmer, esta conotação de ideologia como coisa abstrata, utópica e artificial, advinda de Napoleão, "será incorporada e disseminada pela tradição clássica da teoria social marxista". WOLKMER, Antônio Carlos. *Ideologia, Estado e direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 100-101.

20. Citado por: BLUM, Lawrence. O que as explicações de racismo causam? In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 72.

21. Segundo Ruth Frankenberg, oito características são fundamentais para a definição do que seria a branquidade: "1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial. 2. A branquidade é um 'ponto de vista', um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais. 3. A branquidade é um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou 'normativas', em vez de especificamente raciais. 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria 'branco' é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria. 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma outra gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam. 7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras

nica que silenciava as populações consideradas como objetos de análise, fazendo crer que os preconceitos dos cientistas, em sua maioria homens brancos, eram incontestes em seus preconceitos raciais.[22]

Max Weber, por exemplo, ao diferenciar, à sua maneira, os conceitos de raça (origem cultural ou biológica comum) e etnia (compartilhamento de valores culturais somados à crença na origem comum desses valores), recorre a argumentos de natureza estética para desqualificar a população negra. Além de discorrer sobre uma "aversão do ponto de vista estético", o sociólogo afirmava que entre as maiores diferenças raciais que pôde observar estava o "propalado cheiro de negro". Como se observa, ainda que procurando afastar o preconceito racial e palavras abertamente racistas do arsenal conceitual e descritivo, a construção do argumento weberiano é atravessada por percepções coloniais que enquadram sua percepção da realidade.[23]

W. E. B Du Bois, por seu turno, um dos intelectuais mais importantes da sociologia e dos estudos de populações, foi apagado da narrativa dessa ciência por ser negro e ter denunciado o papel dos preconceitos raciais na construção do malogro social das comunidades negras. Como afirma Tukufu Zuberi, Du Bois desafiou as hegemônicas visões na academia, em que os grupos não brancos representavam um problema de assimilação social a ser resolvido, bem como foi a principal figura no surgimento de uma perspectiva afrocentrada, para a qual "entender a sociedade moderna é essencial para entender os africanos". Apontava como o eurocentrismo fornecia uma imagem corrompida da experiência humana ao ignorar as contribuições da África, da Ásia e da América, fazendo da Europa um modelo para o mundo entender sem totalmente o mundo.[24]

---

localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos". FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron. (org). *Branquitude:* Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

22. ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo (eds). *White Logic, White Methods:* Racism and Methodology. Lanham: Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers, 2008.
23. WEBER, Max. *Economia e sociedade:* fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2014.
24. ZUBERI, Tukufu. Teoria Crítica da Raça da Sociedade nos Estados Unidos. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 464-487, 2016.

As palavras indicam e produzem dinâmicas sociais.[25] Entretanto, a ciência "racista" ao falar da raça não fundou a desigualdade de tratamento em relação a determinados grupos humanos que passaram a ser descritos nos textos, tampouco foi ali que se começou a se criar as representações de determinados grupos "racializados" ou um sentido "negativo" para a ideia de raça. Práticas racistas estiveram presentes mesmo antes do domínio científico que delimitou o campo de estudo das raças, durante a modernidade ocidental.[26-27] Por sua vez, os grupos rotulados racialmente já protestavam contra as definições e contra os lugares sociais que lhe eram destinados, antes do início da ciência e antes dos usos atuais da palavra racismo. [28]

A novidade na mudança da palavra racismo, presente no modo que hoje utilizamos, está no fato paradoxal de que "falar em nome da raça" permitiu dar voz às vítimas de inúmeros processos sociais de hierarquização, os quais estavam em curso mesmo antes da criação do uso científico (e racista) da palavra. O paradoxo da palavra raça foi que essa palavra-conceito, muito embora tentasse impedir (desde seu nascimento) a conquista de direitos por parte dos povos escravizados, afirmando sua inferioridade, serviu para explicar, a partir do ponto das vítimas, os problemas gerados pela hierarquização racial, explicitando as relações de poder que se constituíam no âmbito da ciência e da sociedade contra essas vítimas.

O momento de viragem, do racismo como teoria das raças à consideração do racismo como um problema social e moral, é um ponto fundamental para se compreender o debate sobre as relações entre o Direito Penal e as Criminologias Críticas. Esse momento de viragem traz um elemento essencial: o reconhecimento de que o racismo da palavra racismo é "descoberto" por aqueles grupos que são vítimas de práticas desumanizadoras. A virada científica acompanhou, ou melhor, veio a reboque da denúncia das desigualdades socialmente engendradas pelo preconceito e a discriminação, ou seja, a mudança operou-se

25. BUTLER, Judith. El Marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review*, n. 2, maio/junho, 2000, p. 109-121.

26. Para uma percepção histórica abrangente do racismo, veja-se: MOORE, Carlos. *O racismo através da história:* da antiguidade à modernidade. Belo Horizonte: Mazza, 2007; BANTON, Michael. *A ideia de raça*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

27. BLUM, Lawrence. O que as explicações de racismo causam? In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005, p. 72.

28. ZUBERI, Tukufu. Teoria Crítica da Raça da Sociedade nos Estados Unidos. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 464-487, 2016.

nas disputas políticas e de intelectuais negros e negras que foram anteriores à manifestação dos cientistas. Na revolução paradigmática que permitiu ir de uma teoria da raça em direção às diferentes formas de ceticismo científico em relação a essas teorias, até a acusação de que elas são bibelôs mortos construídos pelo poder, até a tentativa de construir explicações de como se deu esse processo, está o protagonismo de um pensamento social crítico e divergente.

Portanto, neste contexto, podemos hoje considerar a palavra racismo não apenas uma palavra capaz de promover a denúncia sobre o ponto de vista das vítimas em um processo histórico de opressão, mas também como um campo de explicações possíveis sobre tais processos de racialização e as dinâmicas sociais, políticas, jurídicas etc., o qual somente pode ser construído em diálogo e por intelectuais que tematizaram suas experiências concretas e se opuseram ao poder acadêmico estabelecido.

Reduzir a história do racismo à hipótese de um erro grave, infundado e, por isso, humano, corrigido posteriormente pelas descobertas da ciência, é ocultar que os cientistas estavam empenhados (e ainda estão) em ocultar seus privilégios raciais num sistema de poder que lhes beneficia e, ao mesmo tempo, em limitar os efeitos da crítica social.[29] O racismo não é simplesmente um problema moral, solucionável no plano individual e por meio de estratégias simples de "purificação subjetiva" dos cientistas. Uma academia que exclui pessoas negras, que se funda na exploração do trabalho negro, em que corpos negros aparecem apenas para servir (na limpeza, na copa, na portaria etc.), em que estudantes negros são silenciados em suas trajetórias, não pode agora produzir sua autocura. Na sua faceta estrutural e institucional, o racismo é uma questão social que demanda rearranjos complexos no plano de compromissos societários mais profundos.

29. A explicação de Thomas Kuhn para as "revoluções científicas" parece ser insuficiente para pensar as dimensões do poder da branquidade e o racismo institucional na estruturação de paradigmas científicos. Seu conceito de "ciência normal" não é suficiente para demonstrar as continuidades entre modelos científicos que se opõem, mas não renunciam a visões racializadas dos problemas e mantêm comunidades científicas segregadas. Como abordamos acima, o argumento sobre o caráter não intencional das "visões racializadas" e da "segregação em comunidades científicas" é insuficiente para apreender responsabilidades individuais e coletivas. KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 29.

3. Disputas sobre paradigmas em criminologia e representações sobre a raça

Nesse contexto, o debate anteriormente proposto por autores como Vera Regina Pereira de Andrade, Alessandro Baratta e Stanley Cohen[30] sobre as mudanças em paradigma em Criminologia,[31] da passagem do paradigma etiológico ao paradigma da reação social, e por Helen Taylor Greene, Shaun Gabbidon e Evandro Piza Duarte,[32] sobre a relação entre Criminologia e Racismo, sugerem a existência de três grandes momentos no debate sobre a questão criminal e as relações raciais: a) a emergência do paradigma etiológico em seu vínculo com as teorias da raça; b) a construção do paradigma da reação social e sua compatibilidade com as teorias críticas ao racismo; c) e, por fim, o momento paradoxal de compreensão sobre a seletividade do sistema penal e cinismo político social em relação aos seus efeitos.

O primeiro momento inicia com a especialização da Criminologia como ciência (Paradigma Etiológico), na década de 1870, com a Escola Positiva Italiana e consolidação do uso de instituições totais como estratégia central

30. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica:* do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, IBCCrim, n. 14, p. 276-287, abr./jun. 1996; BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999; COHEN, Stanley. *Visiones del control social*. Barcelona: PPU, 1988; COHEN, Stanley. Modelos ocidentales utilizados en el tercer mundo para el control del delito: benignos o malignos? *Cenipec*, Merida, n. 6, p. 63-110, 1984.

31. Para uma história das ideias penais e de seus respectivos impactos no contexto latino-americano, veja-se: PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal:* o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Rosa Del Olmo é pioneira em fazer um estudo sobre a recepção da criminología na América Latina. Máximo Sozzo dá continuidade a esse movimiento a partir de outras perspectivas. Veja-se: OLMO, Rosa Del. *A América Latina e sua Criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004; SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

32. DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia & Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002; GREENE, Helen Taylor; GABBIDON, Shaun L. *Race and Crime: a text/reader*. Los Angeles: SAGE, 2012.

para resolver os problemas definidos como criminais.[33] Nele, havia uma estreita vinculação entre teorias da raça e teorias da criminalidade que pode ser constatada, por exemplo, no fato de que a teoria social de base que serviu à obra inaugural do campo, *O Homem Delinquente* de Césare Lombroso, foi a antropologia física que fundamentava o racismo colonial.[34] Logo, os criminólogos positivistas acreditavam existir uma criminalidade diferencial dos negros e indígenas que era explicada/justificada com o argumento da inferioridade das raças.[35] Portanto, as teorias sobre a criminalidade eram um exemplo evidente de racismo.[36]

De fato, a crítica a esse racismo teórico evidenciou o uso e a construção da diferença como marcador de poder, demonstrando o "processo de racialização" operado no âmbito da cultural europeia e das relações coloniais.[37] Logo, permitiu identificar a raça como um problema de sociedades que passaram a hierarquizar sistematicamente as diferenças.[38]

---

33. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica:* do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, IBCrim, n. 14, p. 276-287, abr./jun. 1996; BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. RJ: Freitas Bastos, 1999.

34. DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002; GÓES, Luciano. *A "Tradução" de Lombroso na Obra de Nina Rodrigues:* o racismo como base estruturante da Criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2016; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología* – Aproximación desde un margen. Bogotá – Colombia: Editorial Temis S. A., 1988.

35. DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

36. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MATTEUCI, Nicola. Racismo. In: BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade, 1993.

37. BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social da Cor*. Petrópolis: Vozes, 2009; HALL, Stuart. *Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais. Belo* Horizonte: UFMG, 2006.

38. BANTON, Michael. *A idéia de raça.* São Paulo, Martins Fontes, 1991; MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2004; SEGATO, Rita Laura. *Raça é signo*. Série Antropológica n. 372. Brasília: DAN, UnB 2005. Nesse sentido, segundo Antonio Sérgio Guimarães, hoje: "Racismo pode, ademais, referir-se não apenas a doutrinas, mas a atitudes (tratar diferencialmente as pessoas de diferentes raças e culturas, ou seja, discriminar) e a preferências (hierarquizar gostos e valores estéticos de acordo com a ideia de raça ou de cultura, de modo

O segundo momento ocorre a partir da década de 1960 e tem sido descrito como uma "revolução de paradigmas científicos" no âmbito da Criminologia (passagem do paradigma etiológico ao paradigma da reação social) e, de modo mais amplo, como marcado por um "impulso desestruturador de desconstrução e deslegitimação do sistema penal" e seus paradigmas, bem como pela crítica do encarceramento como método de abordagem do conflito social.[39] Caracterizou-se, sobretudo, pela emergência de um período de denúncia da violência institucional e da desigualdade de tratamento no sistema de justiça criminal. Essa mudança permite o diálogo (nem sempre realizado) entre teorias críticas do racismo e teorias sobre as funções reais do sistema penal.

Há, portanto, uma mudança decisiva que conduz à descrença das teorias sobre a raça: o reconhecimento de que o objeto de estudo deve ser o racismo, ao invés da raça, ou seja, de que o estudo dos comportamentos dos grupos raciais (essencializados em suas identidades) deve dar lugar ao estudo do sistema de poder que exclui determinados grupos sociais. Ao contrário do que ocorria anteriormente, o uso da raça pelos agentes públicos para a identificação de criminosos é denunciado como uma dimensão do racismo, um aspecto da seletividade desse sistema. Os conceitos de vulnerabilidade e seletividade passam a ser decisivos. Os negros e indígenas não seriam mais criminosos, mas seriam mais vulneráveis diante da ação seletiva dos agentes do sistema de justiça criminal.

Portanto, ao agir no interior dos sistemas de justiça criminal, a seletividade opera de forma quantitativa e qualitativa, determinado as condutas a serem criminalizadas (aquelas mais frequentes entre as classes mais vulneráveis) e

---

a inferiorizar sistematicamente características fenotípicas raciais ou características culturais)". GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, São Paulo, fevereiro, 1999.

39. A visão sobre a criminalidade e as perguntas dirigidas ao campo penal se alteram substancialmente. Vera Regina Pereira de Andrade ilustra essa passagem: "Desta forma, ao invés de indagar, como a Criminologia tradicional, 'quem é criminoso?', 'por que é que o criminoso comete crime?', o *labelling* passa a indagar 'quem é definido como desviante ?' 'por que determinados indivíduos são definidos como tais ?', 'em que condições um indivíduo pode se tornar objeto de uma definição?', 'que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo?' 'quem define quem?' e, enfim, com base em que leis sociais se distribui e concentra o poder de definição?". ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica:* do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003, p. 207.

as pessoas a serem etiquetadas.[40] Nesse último aspecto, a atuação racista das agências de controle penal tem sido apontada como um elemento fundamental na criminalização da população negra, especialmente dos jovens pobres na periferia.[41]

O terceiro momento sobre o debate é marcado pela convivência contraditória da defesa de propostas de desencarceramento, descriminalização e despenalização, fundamentadas em diversos movimentos de política criminal (abolicionismo, minimalismo, garantismo etc.) e a bifurcação do sistema de justiça criminal, com o crescimento da população submetida a forma de medidas de coerção que resultam ou não em encarceramento, e, ao final, pelo aumento da seletividade do sistema penal contra os mesmos grupos vulneráveis.[42] Nesse contexto, o encarceramento foi acompanhado de perspectivas tecnificantes da administração da justiça, do discurso sobre "Lei e Ordem" e de difusão da ideia de controle do risco dentro de um modelo de justiça atuarial.[43] Malgrado

40. DUARTE, Evandro Piza; ZACKSESZKI. Sociologia dos Sistemas Penais: controle social, conceitos fundamentais e características. *Publicações da Escola da AGU:* Direito Constitucional e Biopolítica – Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal. Ano IV, n. 17, Brasília, abril, 2012; ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos*, n. 43, nov. 1995.

41. FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008; REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado:* as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2001; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

42. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica:* do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, IBCCrim, n. 14, p. 276-287, abr. / jun. 1996; COHEN, Stanley. Modelos ocidentales utilizados en el tercer mundo para el control del delito: benignos o malignos? *Cenipec*, Merida, n. 6, p. 63-110, 1984; COHEN, Stanley. *Visiones del control social*. Barcelona: PPU, 1988.

43. FORMIGA, Glêides Simone de Figueiredo. *A cor vigiada:* uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Brasília: 2010; MATTOS, Márcio Júlio da Silva. *Reconhecimento, Identidade e Trabalho sujo na PMDF.* Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Brasília: 2012; RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento Suspeito:* abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de

a pouca presença de discursos abertamente racistas, as agências de controle penal continuam discriminatórias.[44]

Paradoxalmente, o campo crítico, sobretudo criminológico, está sendo reconstruído por novas vozes fora e dentro das instituições de ensino e pesquisa.[45] Esse fato é paralelo ao aumento da violência estatal nos espaços de periferia, ao fechamento burocrático das instituições de segurança às formas de controle da sociedade civil, ao uso de redes sociais por jovens ativistas e por novos coletivos, bem como a maior presença de integrantes de grupos vulneráveis no ensino superior.

As disputas por construir uma perspectiva crítica do racismo, capaz de tematizar o Direito Penal e a Criminologia, são essencialmente disputas por direitos e, entre tais direitos, o direito de poder dizer.[46-47] Estruturalmente,

---

Janeiro. Record, 2005; SILVA, Gilvan Gomes Da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

44. DUARTE, Evandro C. Piza. Criminologia e Racismo. Curitiba: Juruá, 2002; FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008; GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista:* caminhos abertos pela Lei federal n. 10.639/03. Brasília: Min. da Educação, Sec. de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 236.

45. Zaffaroni talvez seja um dos pioneiros em tematizar a questão do racismo na criminologia a partir da América Latina. Veja-se: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología:* aproximación desde un margen. Bogotá, Colômbia: Temis, 1993; ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

46. FREITAS, Felipe da Silva. *Novas perguntas para a criminologia brasileira:* poder, racismo e direito no centro da roda. III Encontro do Grupo Brasileiro de Criminologia Crítica. Salvador, 2016; CALAZANS, Márcia Esteves de. DUARTE, Evandro P. CAPPI, Ricardo. PRANDO, Camila. Criminologia Crítica e Questão Racial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 450-463, 2016.

47. A articulação entre criminologia crítica e relações raciais faz parte de um campo que tem sido lentamente construído, especialmente pelos trabalhos de: BERTÚLIO, Dora Lucia de Lima. *Direito e relações raciais:* uma introdução crítica ao racismo. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1989; FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008; REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado:* as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências So-

perspectivas críticas da Criminologia e do Direito Penal precisam iniciar e terminar pela critica de como os criminólogos e os juristas vivenciam o racismo em suas práticas discursivas e institucionais. A crítica do racismo epistêmico[48] atinge diretamente o fundamento das ciências com pretensões de transformação social, pois denunciam o cerne da racionalidade instrumental que funda a ciência na modernidade, impondo a necessidade de criar novas relações na produção da ciência. O rótulo "crítica" é sempre parcial quando sujeitos são considerados como objetos desde o momento em que se estruturam de modo excludente os arranjos sobre quem terá o poder de dizer e a gramática dos problemas a serem debatidos.

Deste ponto de vista, o maior desafio parece ser superar uma visão restrita da contribuição dos estudos sobre o racismo para a Criminologia e o Direito Penal, limitada à "dimensão da definição" que termina apenas por "colorir" as estatísticas criminais[49] ou os discursos críticos, incluindo, entre uma fileira de

---

ciais da Universidade Federal da Bahia, 2001; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e Racismo:* introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2002; CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade:* a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001; DA SILVA, Jorge. *Criminologia Crítica:* segurança e polícia. Rio de Janeiro: Forense, 2008; ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos*, n. 43, nov. 1995. Para além do âmbito estritamente jurídico, mas percebendo o entrelaçamento entre sistema penal e racismo, veja-se também: NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro:* processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005; MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

48. CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005; CARVALHO, José Jorge. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 42-43, p. 303-340, 2003; CARVALHO, José Jorge. O Confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro. *Revista USP*, v. 68, p. 88-103, 2006.

49. Para uma compreensão consequente das relações entre criminologia e racismo a partir das estatísticas criminais, veja-se: ZUBERI, Tukufu. *Más espeso que la sangre:* la mentira del análisis estadístico según teorías biológicas de la raza. Trad. Pablo González: Thicker than blood. How racial statistics lie. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales (CEs), Grupo de Investigación iDCARÁn, Universidad Nacional de Colombia, 2013.

padrões de seletividade ou entre os grupos vulneráveis, os grupos racializados. Os estudos críticos sobre o racismo, mais do que servirem à constatação discursiva da desigualdade do sistema de justiça criminal, propõem reflexões sobre a "dimensão do poder", ou seja, não são compatíveis com os limites de uma teoria social centrada nas desigualdades econômicas na qual os sujeitos são apenas formalmente considerados.[50]

Portanto, se é necessário compreender e valorizar o potencial epistemológico das perspectivas críticas que estão fundamentadas na preocupação com as dimensões negativas do poder punitivo e pela valorização dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo, é imprescindível destacar os limites dessas representações sobre o poder e os Direitos Humanos porque marcadas por processos de racialização.[51]

---

50. DUARTE, Evandro C. Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro H. Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. In: *Universitas Jus*, v. 27, p. 01-31, 2016; CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia do Preconceito:* racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017; FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. Infelizmente, ainda não há um texto que tenha proposto uma historiografia mais detalhada de como esses e outros trabalhos foram produzidos, seus impactos e seus silenciamentos.

51. Em 2016, após a reunião do Grupo Brasileiro de Criminologia em Salvador, Marcia Calazans, Ricardo Cappi, Camila Prando e eu organizamos uma publicação que pretendia incentivar um balanço das contribuições que estavam sendo produzidas no campo. Veja-se o balanço do que foi escrito em: CALAZANS, Márcia Esteves de. DUARTE, Evandro P. CAPPI, Ricardo. PRANDO, Camila. Criminologia Crítica e Questão Racial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 450-463, 2016. Na ocasião, destacamos que: "O confinamento racial acadêmico brasileiro, denunciado por José Jorge de Carvalho (2006), explica parte do racismo epistemológico perpetuado nas produções da Criminologia Crítica no Brasil. Quando perguntamos com quem a Criminologia Crítica dialogou e o que a Criminologia Crítica produziu no campo das questões raciais, temos respostas que nos falam sobre o poder da branquidade na produção da pesquisa. (...) O surgimento da crítica criminológica no Brasil se organizou em torno da perspectiva de uma ciência militante e comprometida com o fim da violência punitiva, institucional e estrutural. A despeito dessa marca discursiva, a produção hegemônica acadêmica pouco ou nada fez para produzir um diálogo contemporâneo da produção criminológica com os movimentos negros, que ganharam ainda mais força com o Movimento Negro Unificado. No campo teórico, a narrativa também hegemônica da Criminologia Crítica sobre a questão racial teve sua "imaginação sociológica sobre o tema" (ZUBERI; BONILLA-SILVA, 2008) limitada pelas interpretações dominantes da sociologia marxista de Florestan Fernandes. Os negros

4. Um dossiê sobre Direito Penal, criminologia e racismo ou um campo que emerge do silenciamento acadêmico?

Os textos reunidos neste dossiê revelam um esforço social e acadêmico para tematizar essas novas perspectivas. A divulgação desse dossiê foi realizada nas páginas do IBCCrim, em redes informais de estudiosos de criminologia e direito penal e, sobretudo, em redes de pesquisadores (as) negros (as) e indígenas, em páginas de grupos que estudam temas relacionados ao racismo, à diáspora africana, ao feminismo negro, à história da África, às relações entre sexualidades e discriminação racial etc. Recebemos um total de 36 artigos. Apenas 17 artigos compõem a versão do dossiê, sendo que a quase integralidade dos outros 20 seguiram o fluxo geral de avaliação da revista, quer por falta de afinidade temática quer porque repetiam perspectivas já abordadas.

Os 17 artigos aqui publicados, ao aprofundarem o diálogo interdisciplinar do campo crítico, estão agrupados em três grandes eixos: filosofia, história e sociologia. Os trabalhos de cunho filosófico procuram dar densidade e consequência para categorias já presentes nas ciências criminais – como violência, racismo, seletividade e criminalização – por meio de diferentes aportes teóricos, destacadamente as formulações sobre estado de exceção e as contribuições oriundas do pensamento negro e dos estudos pós-coloniais. No que se refere à história, os artigos demonstram as continuidades do passado no presente e a centralidade dos sistemas penais na construção histórica do que se tem como nação brasileira, em que a morte, a violência institucional e as políticas de embranquecimento se articulam diariamente por meio das práticas de controle social. Por fim, no âmbito sociológico, ganham ênfase os trabalhos baseados na abordagem empírica que, ao analisarem a dinâmica e o cotidiano das instituições do sistema penal, apontam para a construção da raça por meio da punição e dos procedimentos de controle social.

---

foram contados como corpo-tema, como aqueles que foram abandonados à própria sorte e que, por motivos sociais, estavam incapacitados de participar da vida pública das cidades. Raça passou a ser uma variável da seletividade, tornada objeto de vulnerabilidade criminalizadora. Assim, o racismo e as relações raciais não foram tema da Criminologia Crítica hegemônica. Antes, a raça se reatualizou como item explicativo da seletividade (PRANDO, 2016), ocultando consigo o próprio centro de poder da branquidade produtora da Criminologia, o racismo epistemológico dessa ciência, e o racismo estrutural da sociedade brasileira. Essas questões estão postas, novamente, pelos movimentos sociais envolvidos na luta contra o genocídio da população negra" (p. 454-455).

Desses três grandes eixos disciplinares, os artigos do dossiê apresentam, cada um a sua maneira, conceitos e aporte essenciais para o reposicionamento do campo das perspectivas críticas diante da tematização das relações raciais: a ideia de cidade negra, a centralidade da noção de genocídio negro, o conceito da branquidade e a crítica da crítica criminológica a partir de outras vozes e referências epistemológicas.

Walter Benjamin argumentava que é na superfície da cidade que se pode sentir os silêncios, apagamentos, temporalidades, projetos e contradições do mundo moderno.[52] Ao tematizar a noção de "cidade negra", seja no âmbito sociológico ou histórico, os trabalhos constroem uma categoria central não só para pensar em zonas de radicalização do controle social, da violência policial, de segregação urbana e da atuação autoritária das instituições públicas, mas também para refletir sobre territórios onde circulam ideias de liberdade, concepções de mundo dissonantes, saberes alternativos, disputas por formas de criar e gerir novas riquezas e o trabalho. Neste sentido, argumentam que em realidades pós-coloniais e marcadas pelo passado da escravidão, a gentrificação nada mais é que embranquecimento, e que a dimensão cotidiana da exceção é somente a permanência de um projeto nacional fundamentado no ataque contínuo às possibilidades e às potências da diáspora africana no país.[53] O racismo mostra a sua primeira face na disputa pela cidade e pelo que é o urbano, tendo o sistema penal como dispositivo central na estratégia de construção de uma urbanidade branca e moderna à imagem da Europa.

A tematização do genocídio negro como categoria teórica representa a abertura tardia do pensamento criminológico às vozes do movimento e de intelectuais negros. Ou melhor, demonstra as tensões engendradas dentro do campo pelas novas dinâmicas das relações raciais nos espaços acadêmicos. O conceito procura evidenciar como é a raça (entendida como uma construção social) o principal motor de operação da violência e da morte cotidiana operada pelo sistema penal. Ademais, abre campo para reflexões que vão para além de enclausuramentos conceituais específicos, como a noção de "extermínio da juventude negra", demarcando também os aspectos de gênero e de sexualidade por trás do genocídio. Por fim, ao ser um conceito que articula dimensões históricas, sociológicas, filosóficas e jurídicas, recoloca a tarefa da criminolo-

52. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudeleire:* um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

53. Neste sentido, veja-se: BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro.* Dois tempos de uma mesma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

gia crítica, junto com outros atores sociais, em apontar estratégias práticas de responsabilização do Estado brasileiro como principal agente perpetrador dos crimes contra a população negra.

O "desencobrimento" da branquidade se torna essencial para observar o lado oculto constitutivo do racismo, muitas vezes apagado, negado ou desresponsabilizado. Como categoria de análise, a ideia de branquidade permite compreender as práticas racistas das instituições de controle como parte da "lógica branca" de operacionalização e compreensão do mundo, em que a população negra é vista como vil, suspeita e imoral, e a branca é entendida como o lócus da dignidade, da bondade e da moralidade. Assim, o racismo se apresenta não só como um sistema de opressão dos negros, mas também de gestão diferencial de direitos. Além de ser marca constitutiva da prática dos agentes e das instituições penais, a branquidade é elemento distintivo dos saberes acadêmicos.

Finalmente, os trabalhos ajudam a condensar um incômodo ainda a ser tematizado com maior profundidade: em que medida a criminologia crítica continua sendo realmente crítica? Haveria uma tendência no campo de se acomodar sobre determinados pressupostos e locais comuns e operar um fechamento ensimesmado, afastando qualquer possibilidade de novas perguntas, novos começos, novas aberturas e novas dissidências? Essa ausência de abertura não representaria a própria estruturação da lógica branca e do contrato racial no âmago da crítica criminológica? Os artigos sugerem que não basta acrescentar as palavras "racismo" ou "negro" nos textos, muito menos "enegrecer" as referências bibliográficas, em uma espécie de "politicamente correto às avessas". Faz-se necessário, pelo contrário, repensar e refundar as próprias condições materiais e raciais sob as quais se constitui o campo, as lógicas de poder, as táticas de silenciamentos, as técnicas de apropriação intelectual e os esquemas de enquadramento dos dissidentes.

Diante dessas considerações, apresentamos os artigos do presente Dossiê.

Abrindo o Dossiê, o texto *Race, Methodology, and Social Construction in the Genomic Era*, de Tukufu Zuberi, Evelyn J. Patterson e Thomas Stewart, mobiliza criticamente um potente arsenal teórico para enfrentar os discursos sobre a raça na era genômica. Tem-se como pressuposto a ideia central de que, por mais que os segmentos do DNA possam ser utilizados para distinguir indivíduos e grupos populacionais, nenhuma diferenciação oriunda dessas distinções é correspondente aos sistemas de classificação racial conhecidos. A partir da noção do crime como uma construção social e enfrentando o uso racializado das estatísticas pelas ciências sociais, o texto discute a influência das pesquisas genética e genômica no sistema de saúde e prisional dos Estados Unidos. Por

fim, objetivando aperfeiçoar estudos e pesquisas sobre classificações raciais e desigualdades, o artigo apresenta recomendações metodológicas sobre como a raça e os genes expressam indivíduos e grupos.

Em *Criminologia crítica e Pacto Narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em "pretuguês",* de Thula Rafaela de Oliveira Pires, pretende-se denunciar o que no texto tem nome próprio: o "Pacto Narcísico" de uma crítica que permanece indiferente à questão racial ou que trate esta sob as lentes daquilo que Guerreiro Ramos chamava de "negro-tema". No centro desse pacto está o eurocentrismo e um conjunto de perspectivas que tomam o negro como objeto mumificado, sem considerar a agenda política dos movimentos negros, de mulheres e indígenas. Ao desvendar o sequestro da palavra, o termo "pretuguês", retirado de Lélia Gonzalez, tem o intuito justamente de retomar a dimensão silenciada dos processos de produção acadêmica. A proposta de uma ciência "em pretuguês" não é mero jogo de palavras, pois propõe a compreensão da luta política envolvida em uma Criminologia produzida desde o lugar da subalternidade.

Em *Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o estado, o direito e a punição desde a colonialidade*, de Jonhatan Razen Ferreira Guimarães e Marcos Vinícius Lustosa Queiroz, a crítica às concepções hegemônicas acerca do direito, do Estado e da punição é viabilizada a partir da filosofia fanoniana e do giro descolonial por ela proporcionado. Se o confisco da palavra é o modus operandi do racismo, confinando negros e negras a meros objetos de estudo de um saber pretensamente totalizante, a radicalidade da filosofia de Frantz Fanon surge como o aspecto dissonante. Os autores dele se servem para dimensionar o impacto estrutural da violência colonial, identificando as marcas deixadas pelo colonialismo na própria subjetividade dos subalternizados, a "sociogenética do colonialismo". Como em uma espécie de contraponto, diria Edward Said, o que a estratégia fanoniana revela é a implicação colonial desses três conceitos ou, ainda, o modo pelo qual a narrativa oficial e eurocêntrica foi sendo construída como um processo de apagamento da diferença.

Em *Estado e biopoder: a vida nua das favelas e o genocídio negro enquanto projeto de estado,* de Fernanda Martins e Guilherme Filipe Andrade dos Santos, está-se às voltas com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a tensa relação entre Direito e Exceção enquanto constitutivas de um problema tipicamente moderno. A concretização desse dilema surge na relação, discutida pelo texto, entre racionalidade governamental e a instituição de um estado de exceção nas favelas cariocas, posicionando as UPPs como técnica biopolítica. Uma vez instalada a indistinção entre regra e exceção, o genocídio da população negra passa a ser política de Estado, ou antes, para dizer como Michel Foucault naquela

que parece ser a fórmula constitutiva do nosso tempo: o racismo é a condição de aceitabilidade da matança.

Em *A Necropolítica Criminal Brasileira: do Epistemicídio Criminológico ao Silenciamento do Genocídio Racializado,* de Isabella Miranda, a autora traz para primeiro plano os aportes do filósofo camaronês Achille Mbembe e a categoria de necropolítica, uma concatenação de biopoder, estado de exceção e estado de sítio. Por meio da "contribuição pós-colonial", uma grande paisagem é tematizada: o silêncio sobre o genocídio racializado nos cárceres do Brasil, a pretensa neutralidade de atuação do sistema de justiça criminal e a ausência de um pensamento crítico mais consequente com os corpos negros diariamente abatidos pelas instituições de segurança pública do País. Isabella Miranda aponta, assim, para a necessidade não só de uma reorientação prática, mas de uma transformação epistemológica anterior que seja capaz de balizar as atitudes de intervenção na realidade.

O texto *Seletividade racial no sistema penal brasileiro: apontamentos para a reconstrução da memória racial nacional* à *partir das teses de Walter Benjamin,* de Antônio Leal de Oliveira e Raoni Vieira Gomes, adentra na discussão racial por meio das Teses sobre o conceito de História de Walter Benjamin. Deste retira a reflexão da dimensão política da memória, voltando-se ao que denomina uma "política do esquecimento" em relação ao genocídio do povo negro. Ao romper com um conceito de temporalidade continuísta e permeado pela ideia de progresso inexorável, os autores vão buscar a dimensão "esquecida", "interrompida dos acontecimentos históricos na tentativa não de rememorar uma tradição, mas de produzir uma nova: a dos excluídos". Essa dimensão radical serve para trazer para discussão o funcionamento genocida do sistema penal, reconhecendo os efeitos deletérios da ausência de uma política de memória e reconhecimento dos sofrimentos passados.

Em *Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil*, de Ana Luiza Pinheiro Flauzina e Felipe da Silva Freitas, discute-se o conceito de vítima, ressaltando seus vínculos com a trajetória das pessoas negras no Brasil, sobretudo no que diz respeito à indiferença social e institucional ao sofrimento negro. Para tanto, em um primeiro momento, volta-se à leitura racialmente excludente empreendida pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que concentra seus esforços nos processos de resistência política empreendidos pelas classes brancas no enfrentamento à ditadura civil-militar. O texto parte, assim, da premissa de uma continuidade na produção institucional de violência, fundamental para a estruturação das bases do regime militar. Desse modo, o histórico de brutalização empreendida contra os corpos negros estrutura a maquinaria violadora da ditadura, incorporando

práticas já antes desenvolvidas para o trato com os marginalizados. Apesar de a vitimização ser a constante na relação de terror estabelecida a partir das dinâmicas abusivas do terror de Estado, o seu reconhecimento é marcado pelos privilégios da branquidade. A indiferença diante do sofrimento negro caminha ao lado direito da branquidade de politizar o sofrimento e de definir a própria condição de vítima. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma política do enlutamento, de se perceber a luta política no luto, de modo a reposicioná-lo "como uma arma política que denuncia e credencia os corpos negros a resistir aos ataques que não cessam".

O texto *Por Uma Tentativa de Genealogia da Previsão do Crime de reduzir Pessoa Livre à Escravidão no Código Criminal do Império*, de Gabriela Barretto de Sá, discute a tênue linha social entre a condição de cativeiro e de liberdade na sociedade brasileira do século XIX, em um contexto no qual a defesa da escravidão mobilizava amplos setores da sociedade, entre eles os pobres livres e até mesmos os libertos. A autora busca compreender o contexto político e jurídico que conduz à tipificação do crime de reduzir à escravidão pessoa livre que se ache em posse de sua liberdade. O exame da condição das pessoas negras livres no Império propõe o movimento de aproximação entre os estudos historiográficos sobre a criminologia e o direito. A seletividade da justiça criminal em relação à "criminalidade dos poderosos", mediante um sistema de imunidades, permite compreender o fundamento jurídico da escravização ilegal no século XIX e, ao mesmo tempo, os processos de racialização na sociedade brasileira. Sobre os corpos negros paira a incerteza jurídica e a conivência da violência ilegal sempre convalidada pelo sistema jurídico.

No texto *Séculos XIX e XXI: prisão e segregação racial em Pelotas (RS),* Luiz Antônio Bogo Chies explora as continuidades entre o racismo e o cárcere no Município de Pelotas, Rio Grande do Sul. Volta-se para as representações sociais e compreensões da população encarcerada do Presídio Regional de Pelotas (PRP), campo em que a pesquisa empírica que fundamenta o trabalho foi desenvolvida. Centra-se na apresentação dos dados do campo, subsidiada pelo panorama histórico trazido pelo autor sobre o passado escravocrata. Nessa região, a "Casa Amarela", instituição prisional que, a despeito de ter sido apresentada como o projeto prisional moderno, cumpriu importante papel no encarceramento dos trabalhadores escravos e livres que "destoavam" do projeto civilizatório na cidade e na legitimação do Estado nas relações particulares da escravidão e de violência, sendo o espaço utilizado para a penalização de escravos, reafirmado pelo poder legal e pela própria sociedade.

O texto *Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910),* de João Guilherme

Leal Roorda, centra-se na análise da contravenção de vadiagem na 8ª Pretoria Criminal do Distrito Federal entre os anos 1900 e 1910. A investigação acerca dos casos ocorridos em momento de acentuada tensão social, veja-se a Revolta da Vacina em 1904, serve para apontar a dimensão da seletividade do sistema penal brasileiro. As figuras jurídicas e sociais, do vadio e do liberto, estariam intimamente ligadas em sua oposição a escravo. No pós-abolição, os libertos convertem-se em enorme problema político, a ponto de se tornarem praticamente sinônimo de "vadios" para o discurso hegemônico do período. A preocupação generalizada do discurso médico-legal e sua necessidade de higiene, progresso e civilização escamoteiam o medo branco da cidade negra.

No texto *Policiados e Policiais. Dois tempos de Uma História de Criminalização*, Fernanda Lima da Silva, Manuela Abath Valença e Marília Montenegro Pessoa de Mello exploram conexões e rupturas entre o passado e o presente das instituições de segurança pública. O trabalho etnográfico na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e a pesquisa historiográfica de fontes primárias apresentam-se como estratégia para construir um olhar criminológico sobre as dinâmicas existentes entre policiais e policiados de hoje e de vigentes no século XIX. A rotina da DPCA aponta para a continuidade das práticas institucionais e ilumina a permanência de um projeto nacional de "purificação branca", porém, se antes o "melhoramento racial" foi assumido abertamente como política estatal, hoje o genocídio é operado pela contenção e isolamento social e vivido no dia a dia das abordagens autoritárias, nas gaiolinhas das viaturas, na institucionalização do "ser negro" como elemento suspeito e na construção da adolescência dos jovens negros como "marginalidade".

No texto *"Mãos na Cabeça! De Joelhos!": Genocídio Negro, Biopoder, Necropolítica e o Estado Brasileiro*, Tarsila Flores procura deslocar os silêncios, exclusões, apagamentos e obliterações das vozes negras produzidas pela hegemonia da branquitude no campo da criminologia crítica. A partir da discussão sobre o conceito de genocídio negro, elaborado por intelectuais negros e negras como Ana Luiza Pinheiro Flauzina, João Costa Vargas e Abdias do Nascimento, articulada com as percepções das hierarquias raciais naturalizadas nos estados pós-coloniais e a ideia de necropolítica, o artigo aborda as contribuições da organização política *Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta* como elemento central para a compreensão do terror racial a que está submetida a população negra no Brasil. Entrelaçando uma crítica prática e epistemológica, tal organização dá centralidade à voz da população na reversão do cinismo racial que paira sobre o trato e a denúncia das mortes negras, como pode ser visto nas Marchas Internacionais contra o Genocídio do Povo Negro e a iniciativa pela responsabilização judicial dos envolvidos na chamada Chacina de Cabula.

O texto *Há Mortes Anteriores à Morte: Politizando o Genocídio Negro dos Meios Através do Controle Urbano Racializado*, de Bruna Portella de Novaes e Laís da Silva Avelar, apresenta trabalho etnográfico do bairro do Grande Nordeste de Amaralina (GNA), em Salvador/BA, no qual as autoras desenvolvem a ideia de território negro para pensar a gestão racializada da cidade. No GNA, atravessado pela implantação de uma Base Comunitária de Segurança, a rotina e as vozes dos jovens permitem compreender elementos cotidianos do genocídio da população negra. O extermínio da vida começa com a banalização do terror e a naturalização da violência no dia a dia, em que o arbítrio, o autoritarismo e a exceção impedem até a reprodução comum dos meios econômicos de sobrevivência e a formação de espaços de convivência. O genocídio não é apenas a operacionalização da morte "matada", da morte física, mas da morte social levado a cabo pelo Estado brasileiro.

Em *Juventude Segregada: Racismo Institucional e a Identificação do Adolescente Suspeito a Partir da Atuação da Polícia na Cidade do Recife,* de Maurilo Miranda Sobral Neto e Érica Babini L. do Amaral Machado, a Delegacia da Criança e do Adolescente (DPCA) abordam as formas de racialização empreendidas no sistema penal em relação aos jovens. A partir de entrevistas semiestruturadas com agentes da polícia militar e da observação direta, os autores destacam a atualização e reforço dos marcadores raciais nas práticas institucionais, em que a raça opera como dispositivo estratégico do controle social, naturalização de estruturas sociais hierárquicas e legitimação da violência e do autoritarismo como *modus operandi* da polícia. Em um processo de reforço mútuo, a rotina policial depende da simbologia do negro como elemento suspeito, por outro lado, a imagem desumanizada do negro e o medo da presença negra são reatualizadas a cada nova atividade policial.

No texto *Filtragem Racial na Abordagem Policial: a "Estratégia de Suspeição Generalizada" e o (Des) Controle Judicial da Busca Pessoal no Brasil e nos Estados Unidos*, de Gisela Aguiar Wanderley, examina-se, desde a dogmática penal, a sociologia da violência e do direito comparado, a chamada "busca pessoal" ("baculejo", "geral" e "revista"), demonstrando-se como a filtragem racial, as atitudes violentas e autoritárias da polícia contam com a conivência do sistema de justiça brasileiro, pois tanto o STF e o STJ operam um controle judicial de baixa intensidade e frágil de tal prática. Em contraste, a autora propõe o exame do direito estadunidense, onde o tema é enfrentado pela Suprema Corte desde 1968 e assumiu particular destaque após o reconhecimento da filtragem racial na prática de stop and frisk pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque. É justamente a partir da decisão no caso Floyd v. City of New York que o artigo conclui sobre as possibilidades de controle judicial da abordagem policial. Tal

decisão "lança luz sobre a responsabilidade das agências judiciais sobre o racismo institucional diariamente reproduzido pelo aparato policial".

O texto *O Racismo do Sistema Penal na Perspectiva da Psicologia Experimental – Diálogos Possíveis com a Criminologia Crítica*, de Marina Lacerda e Silva e Ricardo de Lins e Horta, representa uma tentativa de explorar o diálogo interdisciplinar e abordagens alternativas no campo criminológico. A partir da revisão de abordagens empíricas que tratam das tendências racistas implícitas, o artigo busca desvelar os processos cognitivos que podem gerar e reforçar o punitivismo racializado. Ao desvelar os mecanismos de comportamentos que reforçam e perpetuam as hierarquias raciais e indicar formas de enfrentá-los, os estudos experimentais, segundo os autores, poderiam contribuir com a superação dessa realidade.

No texto intitulado *O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a Criminologia Feminista*, Naila Ingrid Chaves Franklin propõe o diálogo entre a Criminologia Crítica, a Criminologia Feminista e o Feminismo Negro, ressaltando o papel do gênero e da raça como mecanismos de controle. A autora apresenta as mulheres negras na posição de *outsider within*, conceito de Patricia Hill Collins, para indicar uma virada criativa e revolucionária no campo acadêmico. Inseridas no status de *outsider within*, as mulheres negras, por viverem entre mundos, como trabalhadoras no espaço privado da sociedade branca e como moradoras das comunidades negras marginalizadas seriam capazes de explorar um ponto de vista específico de si mesmas, da sociedade e da família, dificilmente percebido por membros inseridos num mesmo contexto social menos contraditório. Haveria, portanto, novas possibilidades de compreensão desde um ponto de vista rotulado como situado. Assim, segundo a autora, o feminismo negro reorienta o olhar clássico do feminino branco, hegemônico e de classe média e da própria Criminologia Feminista em direção a uma compreensão mais profunda e complexa do racismo, do controle social e da seletividade do sistema penal.

Enfim, como o conjunto dos textos demonstra, a iniciativa dos editores da Revista do Instituto de Ciências Criminais possibilitou a constatação da emergência de um campo acadêmico de estudos críticos sobre o racismo, especialmente no âmbito da Criminologia. O dossiê ilumina a importância da renovação epistemológica e metodológica para enfrentar a questão racial presente no sistema penal, sobretudo ao dar destaque à produção de intelectuais negros e negras, historicamente ignorados pelo campo. Porém, a iniciativa se louvável é, ainda, um passo muito pequeno em direção à reparação histórica da exclusão desses intelectuais, bem como de temas que contribuam para a construção de perspectivas críticas sobre o racismo em nossa sociedade.

5. Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos*, n. 43, nov. 1995.

AGOZINO, Biko. Imperialism, crime and criminology: towards the decolonization of criminology. *Crime, law and social change,* maio de 2004, v. 41, Issue 4.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo e Injúria Racial. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 917, 2012.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica:* do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, IBCCrim, n. 14, abr. / jun. 1996.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social da Cor*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Dois tempos de uma mesma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudeleire:* um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade:* os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BERTÚLIO, Dora Lucia de Lima. *Direito e relações raciais:* uma introdução crítica ao racismo. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1989.

BLUM, Lawrence. O que as explicações de racismo causam? In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). Racismo em Mente. São Paulo: Madras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. El Marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review*, n. 2, maio/jun. 2000.

CALAZANS, Márcia Esteves de; DUARTE, Evandro Piza; PRANDO, Camila; CAPPI, Ricardo. Criminologia Crítica e Questão Racial. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, 2016.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia do Preconceito:* racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017.

COHEN, Stanley. Modelos ocidentales utilizados en el tercer mundo para el control del delito: benignos o malignos? *Cenipec*, Merida, n. 6, 1984.

COHEN, Stanley. *Visiones del control social*. Barcelona: PPU, 1988.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado,* v. 31, janeiro/abril de 2016.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade:* a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé; GOTANDA, Neil; PELLER, Gary; e THOMAS, Kendall (ed.). *Critical Race Theory. Nova York: The New Press,* 1995.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002-2017.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Do medo da diferença à igualdade como liberdade:* as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de seus beneficiários. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2011.

DUARTE, Evandro C. Piza. Formação do Sistema Penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 130, 2017.

DUARTE, Evandro Piza. Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, 2016.

DUARTE, Evandro Piza; FARRANHA, Ana Cláudia; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. Racismo e Constituição: o caráter estrutural da opressão racial e suas consequências jurídicas. In: PIEROBOM DE ÁVILA, Thiago André (coord.). *Acusações de racismo na capital da República*. Brasília: MPDFT, Procuradoria Geral de Justiça, 2017.

DUARTE, Evandro C. Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro H. Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. In: *Universitas Jus*, v. 27, 2016.

DUARTE, Evandro Piza; ZACKSESZKI. Sociologia dos Sistemas Penais: controle social, conceitos fundamentais e características. *Publicações da Escola da*

AGU: Direito Constitucional e Biopolítica – Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal. Ano IV, n. 17, Brasília, abril, 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FORMIGA, Glêides Simone de Figueiredo. *A cor vigiada:* uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, 2010.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron. (org). *Branquitude:* Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREITAS, Felipe da Silva. *Novas perguntas para a criminologia brasileira:* poder, racismo e direito no centro da roda. III Encontro do Grupo Brasileiro de Criminologia Crítica. Salvador, 2016.

GÓES, Luciano. *A "Tradução" de Lombroso na Obra de Nina Rodrigues:* o racismo como base estruturante da Criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

GOMES, Camilla de Magalhães. *Têmis Travesti* – as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do "humano" no Direito. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal n. 10.639/03*. Brasília: Min. da Educação, Sec. de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236p.

GREENE, Helen Taylor; GABBIDON, Shaun L. *Race and Crime:* a text/reader. Los Angeles: SAGE, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 14, n. 39, São Paulo, fevereiro, 1999.

HALL, Stuart. *Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HASLANGER, Sally. Opressão racial e outras. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LENGBEYER, Lawrence A.. Racismo e Corações Impuros. In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (org.). *Racismo em Mente*. São Paulo: Madras, 2005.

MATTEUCI, Nicola. Racismo. In: BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade, 1993.

MATTOS, Márcio Júlio da Silva. *Reconhecimento, Identidade e Trabalho sujo na PMDF.* Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília, 2012.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino--americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MOORE, Carlos. *O racismo através da história:* da antiguidade à modernidade. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOREIRA, Adilson José. Direitos Fundamentais como Estratégias Anti-hegemônicas: um estudo sobre a multidimensionalidade de opressões. *Questio Iuris*, vol. 9, n. 3, Rio de Janeiro, 2016.

MOREIRA, Adilson José. Miscigenando o Círculo do Poder: ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 61, n. 2, maio/ago, 2016.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro:* processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLMO, Rosa Del. *A América Latina e sua Criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Criminalização do racismo:* entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros. Brasília: Brado Negro, 2016.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal:* o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual:* práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2014.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil*. Campinas: Julex, 1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RACUSEN, Seth. The ideology of the Brazilian nation and the Brazilian legal theory of racial discrimination. *Social Identities* – Journal for the Study of Race, Nation and Culture, v. 10, 2004, Issue 6.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento Suspeito:* abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Record, 2005.

REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado:* as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2001.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 4, n. 6, mar. 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, 2015.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Racismo institucional: uma análise a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais e da Ética. *Ensaios Filosóficos*, v. 11, 2015.

SANTOS, Gislene Aparecida dos; MATOS, Camila; NOGUTI, Helton Hissao. Racismo ou não? A percepção de estudiosos do direito sobre casos com conteúdos racistas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, 2014.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita Laura. *Raça é signo*. Série Antropológica n. 372. Brasília: DAN, UnB 2005.

SILVA, Gilvan Gomes Da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, Jorge da. *Criminologia Crítica:* segurança e polícia. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo Institucional: para compreender o conceito. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011.

SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VAN DIJK, Teun. Discurso de las elites y racismo institucional. In: BASTIDA, Manuel Lario (coord.). *Medios de comunicación e inmigración*. Murcia: CAM, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade:* fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Ideologia, Estado e direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología* – Aproximación desde un margen. Bogotá – Colombia: Editorial Temis S. A., 1988.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZUBERI, Tukufu. *Más espeso que la sangre:* la mentira del análisis estadístico según teorías biológicas de la raza. Trad. Pablo González: Thicker than blood.

How racial statistics lie. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales (CEs), Grupo de Investigación iDCARÁn, Universidad Nacional de Colombia, 2013.

ZUBERI, Tukufu. Sociology and the African Diaspora Experience. In: *A Companion to African American Studies*. Nova York: Blackwell Publishers, 2006.

ZUBERI, Tukufu. Teoria Crítica da Raça da Sociedade nos Estados Unidos. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, 2016.

ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo (ed.). *White Logic, White Methods:* Racism and Methodology. Lanham: Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil

Of the paradoxal privilege of being victim: terror of state and the negation of black suffering in Brazil

Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Pós-doutorado pelo African and African Diaspora Studies Department na University of Texas at Austin (2013). Doutorado em Direito pela American University Washington College of Law (2012). Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2006). Graduação em História pela Universidade de Brasília (2004). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2003). Professora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasiliera).
anaflauzina@yahoo.com.br

Felipe da Silva Freitas

Doutorando em Direito pela UnB e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2015) com concentração na área de Direito, Estado e Constituição na linha de Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2010).
fsfreitas_13@yahoo.com.br

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 20.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O presente artigo discute a noção de vítima sublinhando a articulação desse conceito com a trajetória das pessoas negras no Brasil. A partir da reflexão sobre a vida negra e sobre os limites ao reconhecimento de trajetórias de resistência e luta política discutimos como a violência tem se constituído como prerrogativa do racismo e sobre como a vitimização tem se caracterizado um privilégio da branquitude provocando importantes deslocamentos na percepção atribuídos à violência praticada pelas instituições

Abstract: This article discusses the notion of victim emphasizing the relevance of this concept in the trajectory of black people in Brazil. Theorizing on the black life and on the limits to the recognition of trajectories of resistance and political struggle, we discuss how violence has been constituted as prerogative of racism and about how victimization has been characterized a privilege of whiteness provoking important shifts in perception attributed to the violence practiced by institutions in Brazilian society.

na sociedade brasileira. Tendo como base as discussões contemporâneas sobre sistema de justiça criminal, seletividade penal e justiça de transição discutimos as categorias vítima, racismo, sofrimento negro e terror do Estado assinalando a indiferença ao sofrimento negro como pressuposto para a recusa absoluta de se reclamar vitimização para esse contingente de pessoas negras no Brasil.

Palavras-chave: Vítima – Racismo – Sofrimento negro – Terror de Estado.

Based on contemporary discussions on criminal justice, criminal selectivity, and transitional justice, we discuss the categories victim, racism, black suffering and state terror, pointing out the indifference to black suffering as a presupposition for the absolute refusal to claim victimization for black people in Brazil.

Keywords: Victim – Racism – Black suffering – State terror.

Sumário: 1. Introdução. 2. A vida negra e os limites ao reconhecimento de trajetórias de resistência e luta política. 3. O lugar da vítima: o genocídio antinegro e a justiça criminal no Brasil. 4. Definição seletiva do sofrimento: um debate sobre vitimização. 5. Considerações finais. 6. Referências.

1. Introdução

A politização do sofrimento negro talvez seja uma das maiores interdições impostas na edificação do racismo no Brasil. As estruturas que estão nas próprias matrizes da colonização fizeram da dor negra uma condição *sine qua non* e naturalizada das práticas sociais e da organização política no país. Nessa ambiência, o descarte da humanidade de pessoas negras, que viabilizou a exploração dos corpos, teve como consequência direta a construção de um imaginário em que opera de forma coordenada a imagem de negros e negras como seres fundamentalmente associados à reprodução da violência, mas alijados do direito de reclamar o sofrimento dela derivado.

No espectro político contemporâneo, essa dinâmica tem implicado no desencadeamento de processos institucionais que inviabilizam a condição de "vítima" como instância a ser ocupada por esse segmento social. Seja no plano da revisão histórica, como no caso do reconhecimento do terror empreendido no âmbito da ditadura militar; seja na materialização das políticas criminais atuais que resultam nas mortes e prisões ilegais advindas da movimentação brutalizada do sistema penal, fato é que a alegação da vitimização negra não registra como alternativa legítima para a computação de reparações e denúncias.

A fim de se iluminar a forma como esse processo tem operado, o presente artigo busca articular a indiferença ao sofrimento negro nos planos social e institucional no Brasil em dois atos. Primeiro, no que se refere a uma leitura ra-

cialmente excludente da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que reconhece a resistência política precipuamente nos esforços empreendidos pelas elites brancas no enfrentamento à ditadura, apagando o lastro de dor a que foram submetidas as pessoas negras naquele contexto histórico. Segundo, no que tange a um imaginário animado por esse tipo de percepção que sustenta práticas no rol do que se tem classificado como um genocídio antinegro no país (ABDIAS, 1978; FLAUZINA, 2008). Nesse tocante, a prisão de Rafael Braga, no contexto das manifestações de junho de 2013, é explorada como exemplo da racialização do terror de Estado, que impede a leitura da vitimização como categoria atrelável aos corpos negros.

Com a reflexão esboçada, pretende-se pautar a necessidade de os estudos críticos no âmbito da criminologia e das ciências penais incorporarem a variável racial como lente analítica obrigatória para se acessar a complexidade dos fenômenos que envolvem a movimentação altamente letal do sistema de justiça criminal no país. Só assim, na assunção do sofrimento negro em suas entranhas, enxergamos a possibilidade de se construírem narrativas e políticas afinadas com o horizonte dos direitos humanos no país.

2. A vida negra e os limites ao reconhecimento de trajetórias de resistência e luta política

Em março de 2011, Brasil e Estados Unidos tiveram sua primeira reunião personificada pelos novos atores que davam vida às suas promessas democráticas. Naquele momento político, a celebração do primeiro negro a ocupar a presidência dos Estados Unidos e da primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil seguiu o tom amigável das negociações. No esperado discurso de Barack Obama no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o presidente destacou o potencial da economia brasileira e a vitalidade de sua democracia. Uma democracia marcada por uma profunda influência africana, como no caso dos Estados Unidos. Mais importante ainda, uma democracia dedicada à promoção das liberdades civis e à luta intransigente contra a ditadura personificada na resistência da presidenta Dilma Rousseff ao "regime de exceção" que foi imposto no país por quase quatro décadas.

No ano seguinte, o flerte amistoso entre os dois presidentes não foi mantido na controversa recepção de Rousseff nos Estados Unidos. Além das fricções diplomáticas explicitadas[1], a visita da presidenta foi mediada por acusações

1. Um dos pontos mais controversos da visita de Dilma Rousseff aos Estados Unidos estava ligado ao desconforto criado pela posição supostamente "tolerante" do Brasil

conservadoras que acompanharam sua campanha para a presidência e que naquele momento também estavam sendo amplamente exploradas no cenário internacional. Rivalizando com o discurso que a projetava como um mártir e dissidente política na resistência à ditadura militar no Brasil, a imagem da terrorista violenta, que atentou contra as vidas e vinculou-se a agendas comunistas, esteve sempre à espreita.

A presidenta brasileira não é uma figura isolada na constelação política latino-americana que permitiu a ascensão de ex-guerrilheiros aos centros de poder na última década. Michelle Bachelet, presidente do Chile de 2006 a 2010, reeleita em 2014, e José Mujica, presidente do Uruguai de 2010 a 2015, também foram vítimas de tortura e prisão por opor resistência à ditadura militar. A eleição desses indivíduos representa mais do que uma abertura para plataformas políticas de uma dita esquerda, que se dilui rapidamente nos arranjos históricos conservadores da região. No caso do Brasil, a metamorfose da guerrilha em chefe de Estado deve ser analisada sob um prisma que ilumine o longo processo de reconciliação de segmentos de elites brancas que foram brutalmente violadas durante a Guerra Fria. Nesse horizonte, após as longas décadas que se seguiram ao processo de democratização, o reconhecimento da vitimização desses setores e a implementação de políticas de reparação se tornaram, claramente, um imperativo.

Aqui, importante pontuar que, ao contrário de outros países latino-americanos, o Brasil recusou-se sistematicamente a considerar a esfera penal como uma instância válida para responder à violência estatal durante a ditadura. A alienação da justiça penal desse processo foi assegurada por uma interpretação da Lei de Anistia que blindou os agentes do Estado que cometeram graves violações dos direitos humanos naquele contexto histórico. Instado a rever essa compreensão em 2010, o Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da Lei em seus termos originais, argumentando que somente o Congresso Nacional poderia revogar a legislação.[2]

---

em relação à fabricação de armas nucleares no Irã, adotada ainda sob a administração de Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, durante a visita, as posições da Presidenta por ocasião de visita a Cuba foram altamente exploradas pela mídia internacional, evocando suspeitas de sua filiação ideológica em função de sua condenação às violações de direitos humanos em curso em Guantánamo Bay.

2. S.T.F., Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal, A.D.P.F. 153, 28.04.2010, disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF153.pdf].

Desconsiderando a tendência jurisprudencial internacional, essa postura deixa o Brasil isolado na América Latina no que diz respeito ao reconhecimento da responsabilidade penal pelos crimes perpetrados durante a ditadura, validando-se a anistia em crimes contra a humanidade.

Apesar de esse retrato sinalizar para um espectro político que ainda conta com grande influência dos militares no país, há que se reconhecer que houve avanços em termos da institucionalização das demandas por reparação das vítimas do regime. Marcos importantes desse processo são o estabelecimento da Comissão Especial sobre Pessoas Mortas e Pessoas Desaparecidas em 1995 (Lei 9.140/95) e o da Comissão de Anistia em 2002 (Lei 10.559/02). Em 2011, num momento histórico, a presidenta Dilma Rousseff finalmente sancionou a Lei 12.528/11, que criou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar violações de direitos humanos perpetradas por agentes públicos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.[3]

Conforme estabelecido nos regulamentos da CNV, esta deveria operar de forma articulada e cooperativa. A integração das tarefas comunga com o princípio fundacional que orientou sua formação, qual seja: "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".[4] Para tanto, intenso trabalho foi empreendido com vistas a situar as violações perpetradas durante o regime, visibilizando-se alguns segmentos sociais especialmente afetados, tais como: trabalhadores, camponeses, povos indígenas, universitários, comunidade LGBT, militares perseguidos dentro das Forças Armadas, dentre outros. (BRASIL, 2014)

Além disso, foi feito um rigoroso relato da história de vida e da circunstância da morte de 434 pessoas, registrando-se as falsas versões oficiais e as incongruências encontradas nos processos, bem como as descobertas frutos das investigações desenvolvidas nas últimas décadas. (BRASIL, 2014a)

Vê-se, portanto, grande dedicação e cuidado em se construir uma narrativa em que se postule a amplitude das práticas de violência no contexto da ditadura militar no país, reconhecendo-se que há ainda muitas mortes a serem contabilizadas nesse processo histórico. Apesar dessa orientação, percebe-se

3. Criada pela lei 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi oficialmente instituída em 16 de maio de 2012. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória 632. Finalmente, a Portaria Interministerial 1.321-A, de 29 de setembro de 2015, declarou o recebimento do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

4. Lei 12.528/2011.

claramente a restrita definição do espectro político assumido no âmbito a CNV. Em verdade, fica claro que se fixou uma limitação de fundo no que a comissão entendeu como violência institucional em termos das práticas do Estado, assim como das atividades de resistência, e dos que poderiam, consequentemente, ser classificados como vítimas do regime.

Considerando este arranjo, observa-se que no célebre "estabelecimento da verdade", a identificação dos corpos torturados e executados durante a ditadura foi feita de forma excludente. Seguindo o mandato estrutural do racismo, marca de nascença irremovível dos Estados-Nações na diáspora, a definição estrita de "político" nos termos abraçados pela CNV não abrange os assaltos contra a vida negra. Visivelmente, na negociação para a inclusão das "vozes perdidas" das vítimas do regime nesta nova escrita histórica, o consenso final entre as partes foi o silenciamento do sofrimento negro.

Aqui, é importante lembrar que a oposição à ditadura militar convocou para as trincheiras, além dos movimentos sociais vinculados às classes marginalizadas, grupos articulados das elites brancas, em especial nas fileiras da juventude.

Se é verdade que as agendas políticas defendidas por esses grupos questionaram disparidades sociais assimétricas e abraçaram os ideais de igualdade na sociedade brasileira, não se pode esquecer que o núcleo central de suas contestações girou em torno das violações de direitos civis e direitos políticos. O que se percebe, portanto, é que a suspensão do conjunto de liberdades historicamente experimentadas pelas elites desencadeou uma reação que faria com que os corpos brancos insurgentes fossem submetidos a uma espécie de violência sistemática que esteve historicamente associada a negros e indígenas no país.

O envolvimento de setores das elites no confronto aberto da ditadura criaria um perfil muito específico de resistência, alcançando grande repercussão internacional. De fato, a violação de corpos brancos como uma política de Estado não apenas no Brasil, mas também em outros países da região, durante esse período, daria sentido material a instrumentos centrais dos direitos humanos – como a Convenção de Genebra – que até aquele momento tinha provado ter vasta tolerância com práticas de violência.

Como herdeiros da legislação humanitária internacional que surgiu como uma resposta à barbaridade experimentada nos perímetros europeus na Segunda Guerra Mundial, os segmentos vitimados das elites brancas latino-americanas vocalizaram vigorosamente as proteções Derivadas do "*Never again*", traduzido nas denúncias do "Nunca mais" como marca distintiva da intolerável maculação dos corpos brancos. Nesse processo, uma impressionante rede

trabalharia para "revelar à comunidade internacional a brutalidade das ditaduras latino-americanas e seu braço mais efetivo, a tortura institucionalizada". (TEIXEIRA, 2011, p. 23-28). Claramente, o fundamento original dos direitos humanos, com sua intransigente condenação ao sofrimento humano, foi revitalizado. O que se discute aqui é o contorno racializado dessa conquista.

Nesse tocante, importante lembrar que o racismo foi uma âncora ideológica fundamental a animar as estruturas da ditadura militar no país. De um lado, o controle da resistência negra foi pautado dentre as prioridades da agenda política com o monitoramento sistemático de diversas pessoas e organizações, conforme pode-se observar no cuidadoso estudo de Thula Pires (2015)[5]. De outro, houve um investimento claro nos preceitos de negação da existência de racismo no Brasil, com o adensamento do mito da democracia racial. Provando a importância e a sensibilidade do tema, os governos militares excluíram o item cor do senso em 1970, só voltando essa categoria a constar nos relatórios oficiais na década de 1980.

A gerência do discurso racial nesse contexto queria animar a imagem de uma espécie de "ditadura benevolente". Tratava-se de um regime que se publicizava como alternativa legítima às ameaças do comunismo, assegurando seu compromisso com o desenvolvimento econômico do país. Para isso, era fundamental que garantisse uma imagem pacificada no que tange à integração racial de sua população. Naquela conjuntura, propagava-se a ideia de que a violência de Estado estava reservada àqueles que atentavam contra os preceitos da estrutura formal do regime, sendo as violações sistemáticas do sistema de justiça criminal empreendidas contra a massa negra naturalizadas como tarefas ordinárias na órbita da segurança pública.

Essa leitura enviesada das aptidões políticas do período estava comprometida com a negação de que o terror ditatorial derivava de um aprofundamento do terror genocida antinegro em suas práticas essenciais. Se olharmos para o coração que pulsa a tortura e a morte como mantra a garantir a sustentação da ditadura, vemos como se deu esse tipo de arranjo. Aqui, vale lembrar que o Departamento de Operações Especiais (DOPS) e o Destacamento de Ope-

5. É importante lembrar que, no auge da repressão política promovida pela ditadura militar, no fim da década de 1960, começaram a se articular organizações fundamentais da luta negra do século XX, como o Movimento Negro Unificado, os Centros de Cultura Negra e os grupos de consciência racial, e que, ainda que não houvesse por parte da esquerda tradicional grandes esforços na perspectiva de agregar-se a essas iniciativas, foi grande o nível de envolvimento dos movimentos negros na luta política pela redemocratização do país.

rações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foram criados por uma estrutura que ligava forças inteligentes de investigação e corporações policiais que integraram os Esquadrões da Morte nos anos 1950 (ZAFFARONI et al., 2003). Esses grupos policiais realizaram operações que envolveram execuções sumárias de pessoas sem-teto e indivíduos acusados de ter cometido crimes patrimoniais (ZAFFARONI et al., 2003).

Essa articulação é exemplificadora de que há uma linha de continuidade na produção institucional de violência, fundamental para a estruturação das bases do regime. Ou seja, é no histórico de brutalização empreendido contra os corpos negros que se encontra o repertório para a estruturação da maquinaria violadora da ditadura, englobando, além do flagelo físico da tortura e da morte, metodologias há muito desenvolvidas para o trato com os marginalizados, tais como: a *expertise* na vigilância comunitária; a coação de familiares; o aliciamento de testemunhas, dentre outros (FLAUZINA, 2008). Logo, do ponto de vista da materialização do terror, a ditadura bebe, inegavelmente, da fonte histórica do genocídio antinegro para se viabilizar enquanto empreendimento político.

Nesse contexto, é importante compreender que, de uma perspectiva que considere a dimensão racial da ditadura militar no Brasil, a condição de preso político converte-se em privilégio. Se, de um lado, há *expansão* da violência na direção das elites brancas politizadas, de outro, há um *aprofundamento* do terror de Estado que vigora patente na relação com a população negra durante esse período. Entretanto, enquanto um conjunto de alternativas e garantias estava disponível para os rotulados como "prisioneiros políticos", articulando-se a gramática das convenções e tratados internacionais, o destino dos negros permaneceu indiferente a essas postulações.

De forma deliberada, a resposta institucional atual a esse momento histórico tende a endossar os arranjos que excluem o sofrimento negro de qualquer tipo de responsabilidade legal ou moral. Mesmo diante de esforços de investigação e pesquisas sobre a participação de pessoas negras na luta contra a ditadura militar (PIRES, 2015; KÖSSLING, 2007; OLIVEIRA, 2015; PEIXOTO, SABADELHE, 2016) e que explicitam a dimensão racializada dos padrões de funcionamento dos aparatos policiais – antes, durante e depois da Ditadura Militar – os grandes debates sobre justiça de transição e direito à memória, à verdade e à justiça seguem pouco permeáveis às reflexões sobre relações raciais e sobre racismo no Brasil.

Apesar das evidências de perseguição sistemática às organizações políticas do movimento negro durante a ditadura e do combate às manifestações culturais negras no período (blocos afros, afoxés e bailes *blacks*, entre outros), a

Comissão Nacional da Verdade deixou de incluir o movimento negro no rol dos grupos a serem considerados nas audiências e nas sessões públicas, nos depoimentos e nas investigações documentais. Na construção dos grupos de trabalho, a Comissão não fez qualquer referência às organizações políticas e culturais do povo negro. Entre os treze dos campos temáticos[6] que constam no relatório, não há enfoques que evidenciem a participação dos negros na luta pela democracia e contra a ditadura[7].

A CNV teve por base um entendimento restritivo das vítimas da ditadura militar, baseada numa concepção de resistência política que exclui de seu rol as forjadas pelos ditos "presos comuns", para os quais as práticas da "tortura, homicídios, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver" parecem ser tomadas como dado natural. O reconhecimento da resistência não incorpora as articulações dentro das prisões para a sobrevivência das massas negras e pobres contra os assaltos dos agentes policiais da ditadura. Nesse enquadramento estreito, a investigação dos "crimes da ditadura" não inclui os praticados contra os corpos marginalizados. A narrativa não se interessa pelas incontáveis vidas perdidas no terror de Estado contra negros que se intensificou e foi especialmente moldada para esse contingente durante esse período.

Aqui, vale a pena pontuar, na esteira do que propõem autores como Frank Wilderson e João Vargas, que a antinegritude promove duas distinções fundamentais nas interpelações do Estado em relação a negros e não negros (VARGAS, 2016). A primeira diz respeito ao fato de que, a violência dirigida aos corpos negros é estrutural e gratuita, não se necessitando de ação do indivíduo para sua materialização (WILDERSON III, 2003). Ou seja, enquanto os corpos brancos são assaltados em função de violações a dispositivos legais e posicionamentos políticos, os corpos negros são assaltados pelos fundamentos polí-

6. Segundo informações do *site* da Comissão Nacional da Verdade, a pesquisa foi desenvolvida por meio de treze grupos de trabalho, segmentados pelos seguintes campos temáticos: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar.

7. Os Grupos de Trabalho geraram os subsídios para elaboração do relatório final no qual não se verifica qualquer referência ou tópico dedicado aos movimentos negros nas suas variadas expressões atuantes no período.

ticos do racismo. Não há a necessidade da interpelação política explícita para que se deflagre terror contra esse segmento.

Por isso uma leitura que considera a vitimização somente nos circuitos explicitados da articulação política contra a ditadura é mantenedora das estruturas raciais vigentes. Essa narrativa soma com uma perspectiva de que as ações institucionais acirradas por um contexto de brutalização como a ditadura não devem prestar contas das vidas negras perdidas, por essas registrarem como dado natural, corriqueiro, produto de estruturas que não devem ser interpeladas, questionadas, transformadas. Trata-se de uma análise que situa a reparação como uma recompensa à vitimização branca, que resistiu aos ataques formais explícitos do projeto ditatorial, e nega essa mesma reparação à vitimização negra, que lutou contra as violações e os extermínios implícitos essenciais à consecução desse mesmo projeto político.

Nesse sentido, importante compreender que a estética da violência empreendida contra negros e brancos naquele contexto histórico estava intimamente vinculada. As demandas por uma mensagem que veiculasse um recado direito à resistência política das elites conectadas às alcovas do sequestro, do exílio e da tortura eram tão importantes à garantia do regime quanto a imagem consolidada do encarceramento e do extermínio sem censura como o destino natural dos corpos negros, para a manutenção da própria estrutura social. Trata-se, desta feita, de facetas interdependentes da mesma linguagem de terror. Entretanto, para os circuitos estreitos da revisão histórica supostamente lastreada por preceitos de direitos humanos, o sofrimento negro é o item descartado do rol das violações empreendidas no âmbito da ditadura militar.

A segunda dimensão a ser trabalhada é a que opera os conceitos de conflito e antagonismo como marcas decisivas dentro da órbita do terror racial (WILDERSON III, 2003). Se a ruptura momentânea dos arranjos políticos das elites pode produzir conflitos sangrentos, há um horizonte de reconciliação com os corpos que está na base desses processos. É essa dinâmica que permite que atores e atrizes como Rousseff, Bachelet e Mujica possam se reabilitar como personagens viáveis nas narrativas políticas da região. Num espectro político macro, vemos como essa narrativa não está servida à mesa para os resistentes políticos negros quando estão interpelando os fundamentos do racismo, como no caso dos agitadores que, no mesmo período histórico, desafiaram as estruturas de poder nos Estados Unidos e seguem até hoje encarcerados[8]. Nesse

8. Sobre uma perspectiva crítica acerca dos prisioneiros políticos nos Estados Unidos, ver: JAMES, 2003.

caso, a possibilidade de conciliação desaparece, já que a relação desses corpos com o Estado se dá de forma antagônica e os questionamentos por eles formulados ameaçam o próprio elemento constitutivo da dominação.

Essas duas dimensões apresentadas se mostram úteis na análise do que a narrativa sobre vitimização, bem ilustrada no contexto da ditadura militar no Brasil, é capaz de reverberar na contemporaneidade. O que se percebe é uma reprodução das lógicas do antagonismo e da gratuidade da violência como marcas vigentes da interpelação dos corpos negros pelo Estado no Brasil. Ou seja, trata-se de engenharia de controle fundamentada num tipo de racismo que descarta vidas sem a necessidade de provocação e que não apresenta horizontes de reconciliação política para esse segmento.

Esse quadro faz com que o reconhecimento político-institucional da vitimização seja inacessível aos corpos negros, sendo a condição de vítima reservada ao amparo do sofrimento experimentado pelas elites. Nesse sentido é que situamos a narrativa produzida pela Comissão da Verdade como reprodutora de uma lógica histórica de obliteração do sofrimento negro, que tem consequências tangíveis, em especial na movimentação extremamente letal do sistema de justiça criminal no país.

Questiona-se, portanto, a construção de um imaginário que tem no descarte do sofrimento negro um de seus maiores sustentáculos, emulando uma estrutura paradoxal que segue operando numa dinâmica em que se tem a violência como prerrogativa do racismo e a vitimização como um privilégio da branquitude.

3. O lugar da vítima: o genocídio antinegro e a justiça criminal no Brasil

Em junho de 2013, uma onda de manifestações incendiou o Brasil. Iniciando-se com atos organizados em São Paulo pelo Movimento Passe Livre[9], questionando o aumento da tarifa de transporte público na cidade, os atos avançaram para um complexo circuito de manifestações políticas plurais e di-

9. Criado em 2005, durante o Fórum Social Mundial, o Movimento Passe Livre (MPL) define-se como "um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada". Disponível em: [http://tarifazero.org/mpl/]. Acesso em: 18.06.2017.

fusas em todo o território nacional[10]. O que era uma manifestação local, rapidamente transformou-se na maior manifestação popular desde o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

As manifestações de junho se dividiram em três fases[11]. A primeira, entre 06 e 13 de junho, foi composta por mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo e dirigidas ao tema do transporte público e da mobilidade urbana; a segunda fase, entre 17 e 20 do mesmo mês, representou a adesão de outros setores da sociedade com forte solidariedade às vítimas da repressão policial que ocorreu na Avenida Paulista no ato do dia 13 com uma polifonia de gritos e manifestos relativos à crítica aos políticos, à corrupção, aos gastos públicos com a realização da Copa das Confederações e mais uma série de outras temáticas dispersas nas quais se engajaram cerca de 1,5 milhão de participantes.

No dia 21, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV para falar sobre as manifestações e anunciar uma série de medidas dirigidas à melhoria dos serviços públicos e ao combate à corrupção. A última fase das manifestações de junho ocorreu entre o dia 21 e o final do mês quando os atos se pulverizaram ainda mais. Houve ataques a militantes de partidos e de movimentos políticos como sindicatos e centrais sindicais[12], e a organização que houvera iniciado os atos no começo do mês – o Movimento Passe Livre – retirou o apoio às novas mobilizações.

Os sentidos dos acontecimentos de junho de 2013 ainda não foram completamente elucidados e compreendidos pelos analistas políticos e cientistas sociais. Contudo, sabemos que, além da diversidade de pautas animar os protestos, também se observou naqueles dias que diferentes performances iam sendo acionadas na demonstração da frustração social. Os atores que ocupavam as ruas naqueles atos não eram somente os conhecidos sindicalistas, militantes dos movimentos sociais, jovens do movimento estudantil ou filiados dos partidos políticos. Sem dúvida, esses "velhos" atores políticos também perfilavam

10. Segundo levantamento realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foram registradas manifestações no período de junho de 2013 em mais de 350 municípios em todas as cincos regiões do país.

11. Esta periodização fora elaborada por André Singer no artigo "Brasil, junho 2013: classes e ideologias cruzadas" (SINGER, 2013).

12. Militantes da CUT são agredidos e expulsos de protesto no Rio de Janeiro. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/militantes-da-cut-sao-agredidos-e-expulsos-de-protesto-no-rio-de-janeiro.htm?cmpid=copiaecola]. Acesso em: 18.06.2017.

na cena, mas eram estes personagens incomuns às ruas brasileiras – jovens, brancos e de classe média sem filiação a partidos ou a sindicatos – que ajudavam a dar o tom daqueles instigantes acontecimentos de junho de 2013[13].

Insurgindo-se de forma radicalizada, um conjunto de ativistas, denominados *black blocs,* conduziu uma tática que passava pela destruição de símbolos marcantes do capitalismo globalizado: depredação de caixas eletrônicos, queima de ônibus e enfrentamento direto às forças policiais marcaram a ação desses grupos. De outro lado, os demais setores que integravam a manifestação oscilavam entre uma crítica às ações mais radicalizadas e a solidariedade aos demais manifestantes, vítimas da repressão policial. Era a caricatura desenhada dos jovens brancos de classe média que desafiavam o poder público a olhos nus e enfrentaram a truculência do aparato do sistema de justiça criminal brasileiro. A cobertura da mídia foi unânime em criticar a violência policial, sobretudo quando ela começou a alcançar também os membros da própria corporação – os jornalistas.

O perfil dos manifestantes foi decisivo na opção das estratégias usadas para conter as manifestações, bem como para definir de que modo as autoridades iriam dialogar politicamente com o que estava sendo dito. Ainda que houvesse muita dúvida sobre o que exatamente era demandado naqueles atos, a Presidenta da República[14], os governadores de estado, os parlamentares e a mídia nacional sabiam que diante daqueles novos personagens – legitimados pela branquitude – era preciso ser firme na condenação à violência policial, que não era admissível o uso de armas mais letais, e, acima de tudo, que aquelas vozes não poderiam ser subestimadas. Ainda que tenha havido inúmeras arbitrariedades, prisões ilegais e atos de violência policial, sabia-se que ali não era lugar de "agir de qualquer forma", nem por meio da ação policial, tampouco no que se refere ao cálculo da resposta política (VARGAS, 2016, p. 19).

13. É possível considerar que havia nas manifestações o que André Singer chamou de "cruzamento de classes" (2013, p. 32) destacando o perfil plural dos participantes do ponto de vista da renda, escolaridade e posição política. Contudo, para os fins trabalhados neste artigo, sublinhamos que a representação pública da manifestação é inegavelmente construída a partir das imagens dos jovens, brancos de classe média nos termos analisados por João Vargas em artigo publicado em 2016 na coletânea *Antinegritude*: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Sobre o assunto, ver: SINGER, 2013; VARGAS, 2016; BRUM, 2013.

14. Para aplacar protestos, Dilma propõe pacto pera melhores serviços públicos. Disponível em: [http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-aplacar-protestos-dilma-propoe-pacto-para-melhorar-servicos-publicos,1045427]. Acesso em: 19.06.2017.

Enquanto as balas de borracha acertavam os corpos bem-nascidos, viravam manchetes de jornais e os seus reclames eram ouvidos pela maior autoridade política do país, os tiros de chumbo seguiam seu destino natural. No dia 24 de junho, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, 10 pessoas foram mortas num massacre policial, sob a alegação de participarem de arrastão no contexto das manifestações ocorridas na Avenida Brasil. Em verdade, a ação se deu como forma de retaliação pela morte de um sargento do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE PMERJ), seguindo a cartilha das caçadas humanas que historicamente assaltam as periferias no país (BRUM, 2013, *on-line*).

Nesse contexto, a calibragem do terror de Estado, marcada pela flagrante diferença no gerenciamento dos corpos, é mais uma demonstração da capacidade desumanizadora do racismo. A repercussão e a censura à violência policial nas plataformas midiáticas ecoaram a obscenidade do gás lacrimogênio como meio de contenção da "juventude rebelde", enquanto a narrativa da morte negra era tratada como mais um episódio inevitável no combate ao crime.

Nessa zona cinzenta instaurada entre a repressão aos protestos políticos e as práticas quotidianas do controle penal, o caso de Rafael Braga aparece como o mais representativo na ilustração do descarte social do sofrimento negro que vimos sustentando.

Jovem, negro, morador de rua, Rafael foi preso em 2013, acusado de manusear explosivos durante a participação em atos políticos na cidade do Rio de Janeiro[15]. Após migrar para o regime semiaberto em outubro de 2014 foi novamente preso e condenado, desta vez acusado de suposta participação no tráfico de drogas.

Ambas as prisões são amplamente controvertidas e marcadas por sérias denúncias de fraude na ação policial. Em 2013 Rafael Braga foi preso no bairro da Lapa por portar, segundo os policiais civis que o detiveram, um coquetel molotov para uma suposta participação nos atos de milhares de pessoas que ocorriam no centro do Rio de Janeiro. A defesa do jovem apresentou provas de que o suposto explosivo era apenas uma garrafa de Pinho Sol; de que Rafael não tinha qualquer relação com aquele e nem com nenhum outro movimento político; e de que, naquela ocasião, sequer sabia o que eram *black blocs*, coquetel molotov ou qualquer coisa que o valha. A prisão não passava de uma truculência policial e a condenação não cruzava a linha de mera inventividade dos

15. Os atos políticos aqui referidos são parte das ocorrências de junho de 2013 que aqui já descrevemos.

operadores do sistema de segurança pública e justiça criminal. O testemunho de Rafael é ilustrativo:

> Os policiais me chamaram ("vem cá moleque") e atendi. Começaram a me dar porrada e depois me levaram para a cela da Delegacia da Criança, perto do casarão onde eu deixava as minhas coisas. Me tiraram uma hora e meia depois, mais ou menos, e quando cheguei na 5ª DP, a garrafa de Pinho Sol não tinha mais a cor do produto. Estava com uma cor mais clara e um pedaço de pano na boca da garrafa. Eles forjaram. Não sei por que tiveram o prazer de mentir e fazer isso comigo.[16]

As palavras de Rafael foram corroboradas por um laudo que comprovou que o que tinha consigo não era, sob nenhuma hipótese, um artefato explosivo. No entanto, o argumento da defesa não prosperou e Rafael foi condenado em dezembro de 2013.

A condenação de Rafael, mesmo contando com forte crítica do movimento social, foi comemorada pelo jornal *O Globo* de 06 de dezembro de 2013 e confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em agosto de 2014. Ele passou então a cumprir pena em regime fechado no qual permaneceu até outubro de 2014, quando progrediu para o regime semiaberto.

Sempre foi evidente que Rafael não era percebido como um dos manifestantes, mas fora condenado como se estivesse a participar das manifestações. A decisão do sistema de justiça criminal era certeira em sua seletividade, condenado Rafael Braga e nem sequer processando as centenas de milhares de jovens envolvidos em atividades ilícitas que estavam nas ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades no mesmo período. Como bradaram alguns veículos da imprensa alternativa: Rafael Braga foi o único preso condenado nas manifestações de junho de 2013.

Em janeiro de 2016 novo episódio interrompe a trajetória de Rafael Braga, dessa vez sob acusação de tráfico de drogas. Caminhando para comprar pão na região da Unidade de Polícia Pacificadora da Penha, também na cidade do Rio de Janeiro, Rafael foi interceptado por uma guarnição policial e, sem a presença de testemunhas que não a dos próprios policiais, foi detido como traficante sem que jamais tenha se apresentado provas quanto à suposta prática ilícita. A defesa de Rafael novamente amparou-se nas evidências técnicas de que não

16. O drama de Rafael Braga. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/revista/830/o-bode-na-cela-5910.html]. Acesso em: 01.05.2017.

havia qualquer relação objetiva dele com o tráfico, mas os fatos foram atropelados pelos estigmas.

O caso foi amplamente tematizado pelo movimento social. Houve grande repercussão da prisão de Rafael e denúncia quanto à seletividade do caso e à inexistência de provas. Nada disso influenciou o convencimento do Juízo. Rafael foi novamente condenado, dessa vez por 11 anos em regime inicialmente fechado, por meio de uma decisão judicial explicitamente enviesada e desprovida de qualquer rigor argumentativo.

O paradoxo da prisão de Rafael no ambiente das manifestações políticas e da consequente retaliação policial pela sua soltura, ocasionando novo encarceramento, é revelador. Se, para fins de acessar reparações contra as dinâmicas do terror, os corpos negros não podem ser contemplados, como observamos no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, para fins de punição, a retórica da resistência política foi capaz de sepultar o destino desse jovem sem hesitações. Percebe-se, assim, que o racismo instrumentaliza o sistema de justiça criminal de forma a projetar sobre os corpos negros a categoria conveniente para a consecução de seus desígnios. No projeto que identifica as vítimas da ditadura, a concepção de presos políticos é vedada a esse contingente. Agora, para fins de aprisionamento, o rótulo de agitador político é acionado para viabilizar a estigmatização de Rafael e torná-lo presa fácil das amarras do sistema.

O que impressiona nessa dinâmica não é só a extrema vulnerabilização dos corpos negros, mas a correlata blindagem dos corpos brancos. Assim, numa acepção positiva da resistência política, são os membros das elites os reconhecidos precipuamente para fins de reparação histórica, conforme determinado pela Comissão da Verdade. No momento em que essa categoria volta a ter uma conotação negativa, não há registro de condenações para as centenas de jovens brancos remediados implicados nos protestos. O alardeado vigor das polícias brasileiras na contenção das manifestações que se materializaram em queima de ônibus, quebra de caixas eletrônicos e depredação de estabelecimentos comerciais se acovarda diante do poder inconteste da branquitude. A frustração em não se poder conter os atentados à ordem é cobrada exclusivamente no lombo de negros e negras, na validação judicial dos abusos policiais que tem consolidado a faceta mais perversa do genocídio no Brasil.

Aqui, na esteira do que sustentamos anteriormente, o que se observa é a impossibilidade de uma mudança nas dinâmicas do terror de Estado, quando estas atingem o segmento negro da população. Enquanto a conciliação permite a retratação dos dissidentes políticos da ditadura, transformando-os em vítimas do terror, o antagonismo de base imposto pelo racismo impede leitura similar da situação de Rafael Braga.

A Rafael cabe a imagem engessada do terrorista-traficante que tem servido de álibi corriqueiro no aprisionamento sistemático de homens e mulheres negras no Brasil. Enclausurados no espectro do imaginário que retrata o mal, não se vislumbra a possibilidade de as consequências do terror serem lidas como vitimização.

Percebe-se, portanto, que a dessensibilização em relação à dor negra opera em dois níveis fundamentais no âmbito penal: primeiro no que se refere à forma de acesso aos corpos particularmente brutalizado e letal na engenharia do terror racial, e, segundo, na impossibilidade de se visualizar os corpos negros subjugados como vítimas do aparato de controle.

A plena compreensão do genocídio antinegro no âmbito penal passa, assim, a ser inexoravelmente atrelada a uma discussão que aprofunde o sentido do ser vítima e da estreita conexão da branquitude com essa categoria política.

4. Definição seletiva do sofrimento: um debate sobre vitimização

Os estudos críticos da criminologia e do direito penal têm ressaltado a precária definição do que é vítima assinalando as várias ambivalências do termo e sublinhando as paradoxais medidas adotadas em relação à discussão da categoria (VELOSO, 2006; PEIXOTO, 2016). Sempre associada ao universo da dor, do sofrimento e da violação, a vítima foi ressignificada na história recente dos estudos criminológicos quando, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, após a ocorrência da ocorrência da Segunda Guerra Mundial, ampliou-se o reconhecimento de que a noção de vítima poderia também ser trabalhada no universo dos sujeitos de direitos (PIEDADE JÚNIOR, 1993, p. 73). Nasce aí uma forte discussão na teoria social sobre as "vítimas do estado", "vítimas criminalizadas", "vítimas sociais" e "vítimas de perseguição política" (VELOSO, 2006; ANDRADE, 2005; ARENDT, 1999; LEVI, 1997; AGAMBEN, 2005).

Ainda que persista a ênfase na descrição da vítima como "aquele que sofre" uma determinada violência, inaugura-se, a partir do referido período, uma abordagem também voltada ao reconhecimento da dimensão subjetiva, relacional e política desse sujeito (individual e/ou coletivo) que fora atingido por esta ou por aquela violação, ou seja, por aquele sujeito vitimado. Ganha então espaço a discussão sobre o que os estudos na área chamam de "redescoberta da vítima":

> A *vítima* deixa de estar limitada, portanto, restrita, a mero sujeito passivo de uma conduta típica e ilícita. Ela passa a ser estudada com vista a que esteja

> sempre presente, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, na dinâmica do delito. E, sobretudo, no imaginário de cada cidadão: todos são potenciais *vítimas*.
>
> Tal marco histórico foi capaz de incutir na consciência das pessoas um novo imaginário no pós-Guerra. O mesmo estado à quem é atribuída a função de proteção e segurança de seus povos é, também, capaz de atrocidades inimagináveis. A *vítima*, nesse momento, precisa ser reconhecida enquanto um *sujeito de direitos*. (PEIXOTO, 2016, p. 74)

Tal deslocamento reforçou a ambivalência em torno da noção de vítima que, antes esquecida pelo direito penal e processual penal, fora recolocada no debate a partir de diferentes narrativas – algumas delas voltadas ao recrudescimento das leis penais e outras apontando para a dimensão do empoderamento político das vítimas e das valorosas iniciativas de justiça restaurativa – ampliando o reconhecimento da vítima como "parte" dos fenômenos da violência, e, portanto, como aspecto a ser tematizado na agenda pública das ciências humanas e sociais.

O acesso à posição de vítima – seja em qual for a posição teórica adotada – sempre exige algum nível de empatia, solidariedade e alteridade em dimensões que, no que se refere às pessoas negras, estão bloqueadas pelo racismo. A representação racializada das pessoas dentro da sociedade brasileira hierarquizou os sentidos do humano e construiu o lastro social para que narrativas como as que apresentamos neste trabalho – referente às prisões do jovem negro Rafael Braga – sigam se reiterando na história a partir de um perverso itinerário de violência e discriminação.

A inviabilidade de reconhecimento de trajetórias negras como trajetórias políticas, a invisibilidade da dimensão racial dos sofrimentos no sistema prisional ou reiteração dos repertórios raciais estigmatizantes em relação às pessoas negras no sistema de segurança pública e de justiça criminal revelam que a branquitude segue indiferente à dor e ao sofrimento negro. O aspecto central neste debate é a persistência de uma narrativa na qual as demandas e a própria presença das pessoas negras no espaço público são completamente ilegíveis ao debate público.

Outro aspecto que interdita a representação dos negros como vítima é a generalizada suspeição em relação a esse grupo racial. A ideia de que os negros são suspeitos permanentes de práticas criminais, envolvidos em enredos de violência e agressão contra outros negros e/ou contra pessoas de outros pertencimentos raciais contribui fortemente para obstaculizar a ideia de negros como vítimas de violência de qualquer natureza. Não por acaso são tão recorrentes

no caso Rafael Braga e nos casos que se avolumam no sistema carcerário ou no sistema de justiça criminal afirmações como: "eram todos envolvidos", "se foi preso/morto é porque fez alguma coisa de errado" ou "não tinha nenhum 'anjo' ali", buscando relativizar a violência institucional praticada sob o argumento do suposto "envolvimento" das vítimas com outras práticas e ocorrências criminalizáveis.

A posição de vítima fica interditada dentro de uma narrativa binária na qual os atores envolvidos em práticas criminais são tidos como "bons" e "maus" em localizações fixas nas quais para os negros resta apenas o andar de baixo da representação social estigmatizada. Como assinala Jaime Amparo Alves (2016), a repetição social naturalizada de imagens que patrocinam a representação dos negros como sujeitos inumanos que encontram na violência a única forma de resolução dos seus conflitos compõe um regime de organização da vida regido pela violência.

Do ponto de vista teórico, falamos de uma dupla interdição. Se, por um lado, estamos constatando que há – no que se refere ao poder político – uma interdição ao reconhecimento de trajetórias negras como trajetórias legítimas, também há, por outro lado, uma interdição de natureza cognitiva, habilmente elaborada por meio da reiteração de representações negativas em relação às pessoas negras, que têm como consequência a desconstrução dos sentidos de alteridade, empatia e igualdade entre negros e não negros (NOGUEIRA, 2008).

Frise-se também a colaboração da própria discussão criminológica na manutenção dessas representações e na (não) discussão sobre a base racial sobre a qual se formam estas noções – de vítima, de autor e crime. A esse respeito é importante pensar como a discussão brasileira sobre vitimologia segue inerte às advertências do pensamento negro acerca da importância de uma teoria criminológica sobre os fenômenos da violência e da criminalização que considere a dimensão estrutural do racismo na formação social brasileira.

É necessário ultrapassar o mero reconhecimento de que os negros são os que mais morrem, os que mais são encarcerados e os que são preferencialmente recolhidos pelas polícias e produzir um tipo de interpretação desses problemas que tenha como base a compreensão profunda das relações raciais e do seu papel na construção das representações sociais e políticas com as quais vimos operando.

Tal constatação – do silêncio da criminologia e dos demais ramos críticos das ciências criminais acerca da dimensão racial dos fenômenos relativos às vítimas – aponta para a insuficiência da gramática dos direitos humanos para tematizar o sofrimento negro e para indicar possibilidades analíticas sérias

quanto ao genocídio antinegro no Brasil (FREITAS, 2016). Como já advertem várias(os) teóricas(os) negras(os) ao longo da história, os esquemas epistemológicos vigentes são incompatíveis com a dramaticidade da dor negra e com o papel que o racismo desempenha na produção de hierarquias profundas no tecido social brasileiro (GONZALEZ, 1984; FLAUZINA, 2008; NASCIMENTO, 1978).

Trata-se do desafio de político de não apenas reconhecer que a maioria das pessoas atingida pelas violências é negra mas também de interpretar o regime de representações que se baseia em práticas de violência e de discriminação. Nesse sentido, é importante apontar para os privilégios mantidos pela branquitude, e o seu significado em termos de aprofundamento das assimetrias raciais, denunciando o caráter seletivo da indignação social perante a violência.

A distribuição seletiva dos sentidos do humano produz a representação genérica dos direitos humanos e tem interditado uma proposição acadêmica crítica que seja digna desse nome. O que se tem visto são meras declarações de intenção sem significado prático num tempo em que violências se maximizam sem qualquer censura pública responsável.

5. Considerações finais

Ao longo do trabalho buscamos visibilizar o fato de que a indiferença ao sofrimento negro no Brasil resulta na recusa absoluta de se reclamar vitimização para esse contingente social. Fato é que, de forma extremamente paradoxal, apesar de a vitimização ser a constante na relação de terror estabelecida a partir das dinâmicas abusivas do terror de Estado, o seu reconhecimento é marca de um privilégio. Privilégio esse reservado aos parâmetros da branquitude, seja no plano político macro, como evidenciado nas trincheiras dos processos de revisão histórica que reclama a categoria de presos políticos de forma exclusiva, seja nos padrões quotidianos em que as mortes, o aprisionamento ilegal e o tratamento abusivo são naturalizados como rotina porque dirigidos a corpos que não têm ao seu dispor a prerrogativa da vitimização.

O direito de politizar o sofrimento é, portanto, cativo da branquitude, sendo a dor negra encarada como um dado intrínseco e natural, inerente ao espaço ocupado socialmente por esse segmento de humanidade duvidosa. A perversão do racismo é capaz de fazer do sofrimento uma constante, ao mesmo tempo que faz do seu reconhecimento uma regalia.

Quebrar a espinha dorsal desse padrão passa, dessa maneira, pela possibilidade de se compreender que as lágrimas negras são as provas materiais do que representa ser vítima em sua máxima plenitude. Há que se reposicionar o luto

como uma arma política que denuncia e credencia os corpos negros a resistir aos ataques que não cessam. Resta-nos reclamar mais um direito saqueado desde os tempos dos cativeiros: o direito da expressão da dor como resistência, como revolta, como combustível para a transformação de horizontes.

6. Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, p. 563-578, out.-dez. 2010.

AMPARO-ALVES, Jaime. Inimigo público: imaginação branco, o terror racial e a construção da masculinidade negra em "Cidade de Deus". In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegritude*: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra mulher. *Sequência*, Santa Catarina, n. 50, p. 71-102, jul. 2005.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia da Letras, 1999.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, volume II, textos temáticos, 2014. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view]. Acesso em: 01.05.2017

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão nacional da Verdade*, volume III, textos temáticos, 2014a. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com]. Acesso em: 01.05.2017.

BRUM, Eliane. Também somos o chumbo da bala. Época, 01.07.2013. Disponível em: [http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/07/tambem-somos-o-chumbo-das-balas.html]. Acesso em: 19.06.2017.

DAVIS, Angela Y. *A democracia da abolição*: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. A medida da dor: politizando o sofrimento negro. In: FLAUZINA, Ana L. P.; PIRES, Thula R. O. (Org.). *Encrespando* – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). Brasília: Brado Negro, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. São Paulo: Contraponto, 2008.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

JAMES, Joy (Org.). *Introduction to Imprisoned Intellectuals*: America's political prisoners write on life, liberation and rebellion. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob a vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MBEMBE, A. Necropolitics. *Public Culture*, Duke University, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pós Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Flávia. Ditadura perseguiu até bailes black no Rio de Janeiro. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11.07.2015. Disponível em: [http://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-perseguiu-ate-bailes-black-no-rio-de-janeiro-16733859#ixzz3fkIkKFvG].

PEIXOTO, Maria Gabriela Viana. *Vítimas e controle punitivo*: um percurso pelos discursos acadêmicos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima; SABADELHE, Zé Octávio. *1976*: Movimento Black Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

PIEDADE JÚNIOR, Heitor. *Vitimologia*: evolução no tempo e no espaço. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Colorindo memórias e redefinindo olhares*: ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro. (Relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: Comissão da Verdade do Rio, 2015.

PIRES, Thula; FREITAS, Felipe. 21 de março: reafirmando a luta contra o escravismo e suas manifestações contemporâneas. *Empório do Direito*. Disponível em: [http://emporiododireito.com.br/21-de-marco-reafirmando-a-luta-contra-o-escravismo-e-suas-manifestacoes-contemporaneas/]. Acesso em: 26.04.2017.

SINGER, André. Brasil, junho 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TEIXEIRA, Karoline Viana. Bem, o pau de arara é assim... In: LIMA, Lucia Rodrigues Alencar (Org.). *Exposição sala escura da tortura*. Fortaleza: Instituto Frei Tito, 2011. p. 23-28.

VARGAS, João H. "Desidentificação": a lógica de exclusão antinegra do Brasil. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegritude*: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.

VARGAS, João H. A diáspora negra como genocídio: Brasil e Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 2, p. 31-65, jul.-out. 2010.

VELOSO, Marília Lomanto. *As "vítimas" de Rosa do Prado*: um estudo do direito penal sobre o MST no extremo sul da Bahia. Tese (Doutorado em Direito) – Pós Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2006.

WILDERSON III, Frank. Gramsci's Black Marx: Whither the Slave in Civil Society? *Social Identities*, v. 9, n. 2, p. 225-240, 2003.

ZAFFARONI, Eugênio Raul et Al. *Direito penal brasileiro*: teoria geral do direito penal. 2. ed. 2003. v. 1.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A legislação anti-racismo no Brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do Judiciário?, de Marta Rodriguez de Assis Machado – *RBCCrim* 76/79-105 (DTR\2009\9);
- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz – *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210);
- Direito penal em preto e branco, de Hédio Silva Júnior – *RBCCrim* 27/327-338 (DTR\1999\578); e
- Formação do sistema penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade, de Evandro Piza Duarte – *RBCCrim* 130/203-235 (DTR\2017\659).

Seletividade racial no sistema penal brasileiro: apontamentos para a reconstrução da memória racial nacional a partir das teses de Walter Benjamin

Racial discrimination in Brazilian criminal justice: rebuilding national racial memory with Walter Benjamin thesis on the concept of history

Antonio Leal de Oliveira

Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Professor de Filosofia do Direito da UVV-ES. Membro do GP-CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo FDV-ES.
antonio.leal.oliveira@gmail.com

Raoni Vieira Gomes

Especialista em ciências criminais pela FDV. Membro do GP-CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo FDV-ES. Advogado.
raonivgomes@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 18.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Direitos Humanos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo promover uma leitura convergente entre a teoria política de Walter Benjamin, mais especificamente a teoria da memória e da história que estão contidas em suas *Teses sobre o conceito de História*, com a Criminologia Crítica, de forma a ressaltar o racismo como parte integrante da formação política e social brasileira com especial ênfase no seu viés político criminal. Nesse sentido, o artigo será construído de modo a promover uma apresentação da teoria de Benjamin à luz da Criminologia Crítica, de maneira a apresentar os efeitos de uma política de esquecimento, principalmente no que se refere à realidade dos vencidos (aqui representados na figura do negro),

Abstract: This article was thought in a way to enable a convergent reading between Walter Benjamin political theory, more specifically, that one he establishes in his *"Thesis in the concept of history"*, with Critical Criminology in a way to shows how racism is an integrant part of Brazilian social and political reality, moreover in its political criminology ground. This article is constructed to promote one presentation of Benjamin's theory with the eyes of critical criminology and, with that, show the effects of this politics of forgetting, especially in the reality of the defeats (here represented by the Brazilian black community) that looks like living in a past that don't pass. The massive killing of

que parecem viver ainda reféns de um passado que teima em não passar. O extermínio massivo de jovens negros, seu papel privilegiado nas políticas criminais e carcerárias parecem indicar, na seara da criminologia, as graves consequências da ausência de uma política de memória e reconhecimento dos sofrimentos passados.

Palavras-chave: Racismo – Memória – Escravidão – Criminologia crítica – Sistema penal.

young black people, the main role that the black community has in the political criminology and for the prison system indicates the terrible consequences of this lack of a politics of memory and recognition of the past suffering.

Keywords: Racism – Memory – Slavery – Critical criminology – Penal system.

Sumário: 1. Introdução. 2. Walter Benjamin e sua "história crítica da humanidade oprimida". 3. A seletividade do sistema de (in) justiça penal. 3.1. Seletividade Racial – O racismo como norte criminalizante. 3.2. Alguns passos para trás, a escravidão e o racismo como base da construção social da subcidadania. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Aos 13 dias de maio de 1891, uma das mais representativas figuras da *República Velha*, Rui Barbosa, ordenou, por meio da circular 29: "a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e escravidão em geral (NASCIMENTO, 2002, p. 88) Em um gigantesco trabalho jornalístico, em que compilou mais de cinco anos de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, o G1 (site de notícias pertencente ao grupo Globo), mostra, de maneira alarmante, como, passados 129 anos da abolição da escravidão, mais de duas mil pessoas são libertadas anualmente no Brasil em condições de trabalho análogas à escravidão e informa:

> A cada dia, mais de 5 pessoas são libertadas, em média, no país. Dados do Ministério do Trabalho tabulados pelo *G1* mostram que, nos últimos cinco anos, Minas Gerais lidera a lista de estados com resgates (2.000), seguido por Pará (1.808), Goiás (1.315), São Paulo (916) e Tocantins (913) (…) Apesar de estar normalmente associado ao campo, o trabalho escravo tem sido cada vez mais flagrado nas grandes cidades. Em 2013, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de libertações no meio urbano foi maior que o do meio rural pela primeira vez na história. Uma das explicações para a mudança é o *boom* de grandes obras pelo país. (REIS, 2014)

Essas informações, colhidas em sua maioria em grandes veículos de comunicação, apesar de chocantes, estão longe de representarem exceções na crua realidade social brasileira. A experiência cotidiana (alarmada pelos mais

suspeitos porta-vozes) é farta em exemplos que fazem com que aquilo que ontem parecia estarrecedor, hoje se mostre quase como corriqueiro ou, até pior, atropelados por novas situações ainda mais assustadoras, absurdas e impactantes, mas, apesar de suas óbvias particularidades, tais notícias, acima citadas, parecem apresentar um claro indicativo da dificuldade da sociedade brasileira em lidar com a passagem do tempo e as consequências dessa dificuldade.

Diante disso, a incineração ordenada por Rui Barbosa parece guardar relação direta com alguma invisibilidade dedicada ao tratamento do povo negro no Brasil, cuja memória merece mais atenção e respeito, conforme defenderemos ao longo deste artigo.

Especificamente para os fins pretendidos com este artigo, a memória da escravidão, que aparece como a mais longínqua *instituição* brasileira, foi sistematicamente relegada, minimizada, apesar dos constantes apelos da cultura, da arte e das vítimas. Em 1869, Castro Alves (ALVES, 2007, p. 16) lançou seu célebre poema *Navio Negreiro*, o qual já denunciara o subjulgo dos escravos, dos negros:

"Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer..."

Muitas foram as manifestações culturais e sociais ao longo dos quase 400 anos de escravidão declarada denunciando o descabimento desta instituição e a sua grande influência e determinação para o tipo de sociedade que hoje o Brasil (ainda) é. A construção da memória política e social brasileira, via de regra, passou pela minimização ou pela transformação em rotina dos seus efeitos.

O norte epistemológico dessa empreitada, que se apresenta neste texto, é marcado pelo fato de que sem um trabalho de memória, sem a revelação, construção e definição dos fatos históricos permite-se a consolidação de verdades hegemônicas que acabam por não abrirem espaço para a discussão e para a redefinição dos fatos históricos. O que se tem em mente é que a importância da construção da memória em um espaço público, em um debate político em que as pessoas se mostram, em que as verdades individuais são contrapostas e reveladas, enfim, no espaço verdadeiramente da política, pois conforme ensina Arendt: "nosso senso de realidade depende totalmente da aparência (...), da existência de um domínio público da qual as coisas possam emergir da treva de uma existência resguardada"(ARENDT, 2005, p. 63). Enfim, o que se pretende é alertar para importância de uma construção política da memória social ou coletiva (cf. HALBWACHS, 2012) com o fito de se questionar e impedir a

formação de uma tradição pautada no discurso do mesmo no que se refere aos diagnósticos e soluções para o País. Neste caminho, urge pensar em uma nova visão acerca da construção da memória nacional sobre o racismo, cujo gênese se dá, não em vão, na própria escravidão e na forma que se encara e nega sua existência.

Como uma evidência empírica dessa realidade cotidiana, a Anistia Internacional, em sua seção brasileira, lançou em 2014 uma campanha intitulada "jovem negro vivo", cuja intenção foi a de jogar luz sobre a violência cotidiana dedicada à juventude negra, assim se manifestou a ONG:

> O Brasil é o país onde mais se mata no mundo, superando muitos países em situação de guerra. Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Mais absurdo que estes números, só a indiferença. A morte não pode ser o destino de tantos jovens, especialmente quando falamos de jovens negros. As consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas. O destino de todos os jovens é viver. Você se importa? Eu me importo! Quero que as autoridades brasileiras assegurem aos jovens negros seu direito a uma vida livre de preconceito e de violência. E priorizem políticas públicas integradas de segurança pública, educação, cultura, trabalho, mobilidade urbana, entre outras. Eu quero ver os jovens vivos! Chega de homicídios."

A mensagem da Anistia Internacional é um sintoma que reafirma análises das mais diversas e que são perceptíveis a qualquer brasileiro um pouco mais atento, qual seja: o extermínio de negros pobres e jovens. Evidenciando a característica mais cruel e radical de uma realidade marcada pela exclusão do negro na sociedade brasileira. Negros são mais assassinados e encarcerados, conforme dados apurados pelo INFOPEN, além de ocuparem profissões tidas como menores e, ainda assim, quando alcançam o mercado dos *brancos,* recebem 36% a menos do que eles.

Ora, essa notícia não foi objeto de espanto, senão de naturalidade, tendo em vista que demonstra a dificuldade da sociedade brasileira, na sua relação com a passagem do tempo, em não conseguir perceber o inevitável liame entre os lapsos temporais do presente com o seu passado, ou seja, a morte cotidiana e seletiva de negros, sua segregação social e profissional aparecem como um drama tão presente e atual (e tão embasados e reforçados por novos fatos coti-

dianos) que articular a miséria presente com o fardo dessa tradição soa como desnecessário ou diletante.

A incapacidade de assombrar-se com a presença de um passado que não passou, pelo menos não para uma parcela significativa da população brasileira, mostra de forma emblemática e direta a importância de um trabalho de memória e reconstrução do passado, que se apresenta como premente, necessário e fundamental.

Diante disso, o presente artigo se move no sentido de unir duas áreas de referência do saber jurídico, a saber: a Filosofia Política e do Direito, mais especificamente a Filosofia da Memória de Walter Benjamin, com a Criminologia Crítica. Áreas estas que, normalmente, não são apresentadas como parceiras nessa empreitada de demonstrar como o passado brasileiro parece inerte e relutante em passar ou, em outra perspectiva, como a relação com o tempo da sociedade brasileira é, para uma parcela majoritária da população brasileira que são os negros, um *eterno retorno* de velhos sofrimentos e um cotidiano reviver de injustiças históricas. Nesse sentido, o presente trabalho se dividirá em duas partes principais que, em um primeiro momento, será marcada pela referência à teoria *(as teses)* sobre memória de Walter Benjamin, seguida, numa segunda parte, pelos estudos da Criminologia Crítica sobre a seletividade do sistema de justiça penal e como tal proceder é calcado sobremaneira num velado racismo que chancela o maciço encarceramento e fecha os olhos para as mortes violentas da juventude negra.

2. Walter Benjamin e sua "história crítica da humanidade oprimida"[1]

J'ai plus de souvenirs que si j'avais mille ans.

"Spleen", Charles Baudelaire.

O recurso às teorias de Walter Benjamin terá como principal guia condutor suas famosas teses *Sobre o Conceito de História* (BENJAMIN. 1996, p. 222 e ss) que, como toda obra de Benjamin, encontram uma recepção na filosofia política contemporânea diametralmente oposta ao obscurantismo que cercou suas ideias durante grande parte do século passado.

1. Expressão tomada emprestada de Jeanne Marie Gagnebin, que em seu livro, publicado em setembro de 2014, constrói uma análise da obra de Benjamin tendo como norte epistemológico os conceitos de limiar, aura e rememoração.

As dificuldades atinentes à utilização deste texto são notórias, Jean-Maurice Monnoyer as notas introdutórias à edição francesa do texto benjaminiano, afirma que os significados destas *teses* deram vazão a inúmeras controvérsias surgidas, principalmente da inteligibilidade do texto (MONNOYER, 1991, p.425-426). Apesar do reconhecimento das dificuldades colocadas pelo texto de Benjamin, alguns apontamentos são determinantes a permitir a utilização da sua teoria como referencial teórico de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa que ora se propõe. Segundo Monnoyer, essas teses são um complemento ao que foi delimitado no capítulo I dos seus escritos sobre *Fuchs*[2], bem como servem, de outra parte, como armadura teórica ao seu segundo ensaio sobre *Baudelaire*[3] e, em resumo, essas suas teses constituem uma primeira tentativa de fixar um aspecto da história que estabelecerá uma cisão irremediável entre sua forma de vê-la e a concepção positivista da história (BENJAMIN, 1991, p. 429). Em suma, o que Benjamin quer denunciar com suas teses é a crença em um progresso emancipatório social-democrata, a dimensão mesma das ilusões de progresso (MONNOYER, 1991, p. 426)

Quando Zamora, um dos muitos intelectuais dedicados à interpretação da densa obra de Benjamin, convida a perguntar-se sobre a dimensão política da memória, a partir da atualidade da obra de Benjamin, ele afirma que essa discussão ocorre hoje nos cenários públicos[4] e que remete a acontecimentos, processos, situações e períodos históricos profundamente traumáticos e marcados pela violação aos direitos humanos com uma conotação política. De plano, Zamora irá afirmar que a memória política deflui das insuficiências da memória privada (incapaz de dar conta sozinha de feitos que possuem uma dimensão social e política evidente), bem como dos instrumentos habituais de se fazer justiça, ou dizendo de outra forma, pelas formas jurídicas e judiciais de se promover a justiça nos casos em que se luta por rememoração. Ao se depararem com a magnitude dos crimes que se propõem a analisar, os instrumentos judiciais demonstram enorme dificuldade de resolvê-los, pois os fatos envol-

2. Em ensaio escrito em 1937 e dedicado à obra do historiador Eduard Fuchs, Benjamin ataca o marxismo socialdemocrata e sua mistura de positivismo, evolucionismo darwinista e culto ao progresso.
3. Em que ele denuncia a perda da experiência autêntica, baseada na memória das tradições, na civilização urbana e industrial que é pautada no imediato, na vivência do imediato, na experiência de choque que provoca reações automáticas que liquidaram a memória. Neste sentido, ele opõe a memória bergsoniana, denominada por Proust como involuntária, à memória voluntária e reativa a experiência de choque.
4. O contexto político e social brasileiro citado em tópicos anteriores é indicativo disto.

vidos nesses cenários exigentes de memória, reconciliação e perdão solicitam soluções que vão muito além do âmbito judicial, apesar de pressupô-los. (ZAMORA, 2011, p. 97).

Essa dimensão política da memória é ressaltada por Reyes Mate na sua leitura das *teses*. Especificamente, ao comentar a tese de número II. Nessa *tese*, Benjamin irá afirmar que "na ideia de felicidade reverbera, inexoravelmente, a de redenção" e que há um ponto de encontro misterioso entre a geração passada e a atual. Ao tentar ler a atualidade desta *tese*, Mate afirmará que a preocupação de Benjamin é pensar e ativar o presente, entender o que se passava e o que levou a humanidade até ali (MATE, 2011, p. 97). Entretanto, o que mais será de valia para esta pesquisa é sua constatação de que a redenção, que Benjamin fala nas *teses*, deve ser entendida como o reconhecimento de que aquilo que foi frustrado, derrotado, perdido tem direito à felicidade e que esse acesso à felicidade depende, profundamente, de um trabalho de memória, pois é a memória, enquanto recordação, que permite modificar o que a ciência (histórica) dá por estabelecido, por definido. De forma que assevera, *in verbis*, o autor espanhol:

> A memória das injustiças passadas proporciona uma experiência singular: não nos permite cerrar os ouvidos aos gritos das vítimas que clamam por seus direitos, ainda que não possamos recorrer às respostas que dão os crentes.

O que se guarda dessa mensagem política benjaminiana é a ideia de que ele não está preocupado, unicamente, em recuperar uma tradição, pelo contrário, sua preocupação é dar voz aos excluídos, rememorar sua história, ouvir sua narração sobre o que lhe acometeu, de forma a possibilitar a criação de uma nova tradição, ou seja, é negando a continuidade dos fatos e buscando o que foi interrompido, esquecido, camuflado, que ele pretende uma nova versão da história capaz de (re) estabelecer a responsabilidade com o mundo e com o outro. Em suma, o que se pretende com esta dimensão política da memória é o reconhecimento de que sem a memória, sem o reconhecimento da história dos antepassados, o homem nunca será capaz de entender o que agora desfruta ou sofre (MATE, 2011, p. 102).

Em um dos textos mais comentados e discutidos de Benjamin, a *tese IX,* tem-se como pano de fundo sua interpretação de um quadro de Paul Klee intitulado *Angelus Novus*. Este quadro apresenta a figura de um anjo que tem seu olhar cravado sobre algo do qual parece se afastar. Nesta leitura, Benjamin dirá que seu rosto está voltado para o passado e o que para maioria é uma cadeia de acontecimento, para o anjo é uma catástrofe única que acumula suas ruínas. Apesar de sua vontade de deter-se e ajudar os que tombam pelo caminho, um vento

(tempestade; furacão) vindo do paraíso o empurra irresistivelmente ao futuro. O nome desse furacão, desse vendaval, é progresso (BENJAMIN, 1996, p. 226).

Mate denuncia que há um abismo entre o que o espectador "comum" enxerga do quadro e a interpretação que Benjamin dá a ele, nas suas palavras: "se nós não vemos mais, é porque não podemos decifrar o que seus olhos veem" (MATE, 2011, p. 208). É nesse sentido, ou seja, na incapacidade humana de enxergar o olhar do outro, que Benjamin afirmará a *facies hipocrática* da realidade, ou seja, como o lado obscuro, esmagado, frustrado, derrotado desta realidade que aos olhos do espectador normal passa indiferente como um "detalhe natural"[5]. Aqui aparece seu desejo de redenção, de forma a que se descubra por trás dessa história traumática um chamado, um apelo de reparação do mal acontecido, ou seja, ao invés da resignação, da aceitação passiva ou do fatalismo catastrófico, Benjamin enseja uma provocação política no sentido de uma ação capaz de fazer frente à impotência angelical que, por mais que queira ajudar os que caem à sua vista, é empurrado pelo vento do progresso (MATE, ibid, p. 210).

O que Benjamin prescreve, todo o tempo, é a responsabilidade com a história, é a abertura dos olhos para o sofrimento, é a consciência do problema presente, ainda que, como o anjo, incapaz de resolvê-lo, mas responsável por revelá-lo. Nesse sentido, é que Löwy destaca sua crítica à visão positivista, cientificista, naturalista de progresso, de forma que Benjamin baseia o conceito de progresso na ideia de catástrofe. Essa atitude de Benjamin de desmistificar o progresso e de voltar os olhos para as dores advindas da ruína que ele produz é alusão aos grandes massacres da história, produzidos em nome do progresso, e não deixam de soar premonitórios à realidade encontrada em Auschwitz e Hiroshima (LOWY, 2010, p. 92), e também se aplica aos quase 400 anos de escravidão declarada no Brasil. O temor de Benjamin é que se a humanidade permitir que o trem siga seu curso, se nada interromper sua marcha, caminha-se rapidamente para o desastre completo. Mas como resolver esse destino que, *prima facie,* parece inevitável? Como resposta, Benjamin se vale, em um sentido teológico, da figura do Messias que é capaz de realizar o que ao anjo é vedado, ou seja, deter a tempestade, tratar os feridos, cuidar e ressuscitar os mortos; e, num sentido profano, ou melhor, político, restituir um conceito de sociedade sem classes (LOWY, ibid, p. 94).

5. Benjamin afirmará que: "a *fácies hipocrática* da história que se oferece à visão do espectador como uma paisagem primitiva petrificada".

Benjamin apresenta a missão do historiador que deve ter sempre em consciência que o poder de sua pena pode retraçar o sofrimento e os atos dos mortos, que possa se assombrar diante da multidão dos "sem nome", daqueles de quem não mais se lembra, mas cuja história deveria poder ser contada. Gagnebin cita uma nota da edição crítica de *Gesammelte Schriften* em que Benjamin afirma: "É mais difícil honrar a memória dos sem nome do que as dos famosos (...). É a memória dos sem nome que é consagrada a construção histórica". (GAGNEBIN, 2014, p. 17). A autora salienta que a "descrição" da história depende de uma hermenêutica dos diferentes (e muitas vezes incomunicáveis) rastros deixados pelos "escombros" (como na célebre expressão da *tese* IX) e, ao mesmo tempo, das "injunções singulares de enunciação" formadas pelo presente do historiador. Posto isso, apresenta-se o duplo estatuto ontológico do passado (de matriz heideggeriana) em que esse passado se mostra como aquilo que não volta mais, aquilo que se foi, mas que, em contrapartida, é aquilo que continua presente, é aquilo que, como as experiências brasileiras parecem evidenciar, tem sido! (Idem, p. 27).

O uso da teoria de Walter Benjamin para uma proposta de trabalho que pretende evidenciar a perversidade de uma continuidade fantasmagórica de um passado brasileiro não pode deixar de ter em mente que o autor sempre enfatizou a tensão entre o presente e o passado, de modo a provocar uma distância e uma descontinuidade entre eles. Sendo assim, Benjamin afirma uma dupla historicidade: uma historicidade filológica, que deve distinguir os sentidos historicamente construídos e como essa mesma "coisa" não é mais a mesma (dizendo de outros modos, em outros tempos, com outros termos[6]);

6. Irônica e inevitável é a associação dessa ideia com o manifestado pelo professor da Universidade de Tulane o brasileiro Idelber Avelar que, por meio de uma rede social (facebook), assim se expressou: Desde que comecei a escrever na internet, mantenho um arquivo word chamado "Observatório da morte das palavras", em que vou apontando as mudanças na pragmática de certos termos. Por pragmática aqui me refiro ao ramo da Linguística que estuda os usos das palavras; não o seu sentido – isso seria tarefa da Semântica –, nem nenhum de seus atributos formais (Morfologia, Fonologia etc.), mas a evolução do seu uso. (...) Mas nada se compara ao que aconteceu, nestes 10 anos, com as palavras 'latifúndio' e 'latifundiário'. Elas desapareceram dos dialetos da língua portuguesa falados no Brasil. Até as décadas de 1980 e 1990, eram termos comuns e correntes para designar uma determinada realidade. Essa realidade ainda existe, mas as palavras sumiram. O latifúndio continua lá? Sim. A Reforma Agrária foi feita? Não. Mas já não falamos de latifundiários, e sim de "produtores" ou, um pouco menos ruim, 'ruralistas'. Esta foi uma vitória considerável do latifúndio. 'Produtor' é um escárnio porque, como sabemos, o latifundiário não produz nada (mesmo nos

além desta, ele propõe uma historiografia epistemológica, uma reflexão que tenha em conta o lugar e o tempo presente do historiador, é a historicidade do tempo presente daquele que se põe a pesquisar e conhecer um momento determinado do passado. É em face desse estatuto que se deve construir um contexto histórico que (diferentemente da tradicional historiografia científica) evidencie o contraste (a tensão acima falada) entre o passado e o presente de forma que: "interroguemos menos sobre aquilo que o passado teria a nos dizer, mas, sobretudo, sobre o porquê desse interesse do presente por este ou aquele evento do passado". Em suma, esse questionamento pode evidenciar uma estratégia de "fuga para o passado" que provoca um afastamento dos conflitos atuais (GAGNEBIN, 2014, p. 201-202).

O senso comum pátrio aponta para a constatação de que o "brasileiro é um povo sem memória". Longe de buscar a base de um artigo científico em uma assertiva popular e costumeira, o que se pretende com essa afirmação é reconhecer o risco político e social que se corre quando o trabalho de memória e reconstrução histórica de uma nação não é preservado, estimulado, revisado, enfim, (re) construído cotidianamente. Mais do que o esquecimento, são os seus efeitos e a sua construção por meio do sistema de justiça penal[7] (Cf.

---

casos em que o latifúndio é produtivo); quem produz são os trabalhadores que ele emprega. 'Ruralista' apaga completamente a origem de classe do latifundiário, de tal maneira que mesmo pessoas de camadas médias ou pobres que vivem no campo passam a sentir-se atacadas quando os 'ruralistas' são criticados. Observo isso em pessoas próximas a mim, que não são, de forma nenhuma, grandes proprietários de terra, mas que se identificam com o termo "ruralista", com a cultura que ele designa e passam, portanto, a fazer parte de um bloco político que defende interesses que não são necessariamente os delas. Nesta última década, não só desapareceu a possibilidade da Reforma Agrária. Desapareceu a palavra que designava a horrenda realidade que ela deveria corrigir. Embora a realidade continue lá, do mesmo jeito." (disponível em: [https://www.facebook.com/idelber.avelar/posts/10152651590547713?fref=nf]. Acesso em: novembro de 2014).

7. Eugênio Zaffaroni e Nilo Batista assim definem o sistema de justiça penal: "por *sistema penal* entendemos *o conjunto das agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção*. Dentro desse entendimento, referimo-nos a *sistema* no sentido elementar de *conjunto de entes, de suas relações recíprocas e de suas relações com o exterior (o ambiente)* e nunca no símil biológico de órgãos do mesmo tecido que realizam uma função, de vez que estas agências não operam coordenadamente, mas sim por compartimentos estanques, ou seja, cada uma de acordo com seu próprio poder, com seus próprios interesses setoriais e respectivos controles de qualidade. O resultado de seu funcionamento em conjunto não passa de uma referência discursiva na hora de patentear suas funções manifestas ou proclamadas."

ZAFFARONI & BATISTA, 2006, p. 60) que ocuparão o cerne deste artigo, pois é do esquecimento que se permite a reescrita da história, mas uma reescrita desvirtuada, desprendida da verdade fatual que originou a história e que acaba por ocasionar uma reinscrição na história de fatos e pessoas até então inimagináveis. Além disso, permite-se, com o esquecimento, a formação de uma nova história e a consolidação de supostas verdades que mascaram interesses.

Jessé Souza chama atenção para as características racistas e conservadoras da tradição do pensamento que "criou" o tipo brasileiro (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro etc.). Para esse autor, o brasileiro construído por essas teorias é caracterizado por sua plasticidade ("cordial", "hospitaleiro", "sensual", "exótico", etc.) que tem origem na herança ibérica do seu povo, como um mal de origem, generalizando, assim, um preconceito oriundo do senso comum que acaba por adquirir autoridade científica (SOUZA, 2012, p. 79) e que acaba por servir de justificativa ideológica para as desigualdades e privilégios, que estão muito longe de serem tidos como naturais (IDEM, 2012, p. 71).

Em suma, sem um trabalho de memória, sem a revelação, construção e definição dos fatos históricos permite-se a consolidação de verdades hegemônicas que acabam por não abrirem espaço para a discussão e para a redefinição dos fatos históricos. O que a provocação de Jessé Souza ressalta é a importância da construção da memória em um espaço público, em um debate político em que as pessoas se mostram, em que as verdades individuais são contrapostas e reveladas, enfim, no espaço verdadeiramente da política. Finalmente, o que se pretende é alertar para importância de uma construção política da memória social ou coletiva (cf. HALBWACHS, 2012) com o fito de se questionar e impedir a formação de uma tradição pautada no discurso do mesmo no que se refere aos diagnósticos e soluções para o País.

Encontra-se, ainda, arrimo na realidade constatada por Walter Benjamin em sua célebre Tese VIII sobre o conceito da história em que ele preleciona que: "a tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral" (BENJAMIN, 1996, p. 226). Ou seja, o que se pretende é chamar atenção para o fato de que todos os progressos da humanidade se deram e se dão sobre as costas de uma parte sua e, como ensina Reyes Mate, se não há direito para alguns, ainda que poucos, pairará, assim, a dúvida sobre a justiça de todo o direito (MATE, 2011, p. 11). O que se quer afirmar é que o "Estado de Exceção", ou seja, a suspensão das leis, das garantias constitucionais, da própria humanidade das vítimas, que se constituiu como uma característica das atuações das forças do Estado brasileiro no período escravocrata,

permanece, é "regra geral", ainda hoje para muitos os que lidam, encaram e "enfrentam" o Estado brasileiro em sua atuação policial e carcerária.

Não em vão, pode-se afirmar que há características de um extermínio em curso no Brasil e este tem como alvo o jovem negro. Os números são alarmantes, entretanto muito pouco é feito para cessá-lo, senão o oposto, afinal, recentes pesquisas apontam números assustadores: despejamos em nossas prisões 1,5 vez mais negros (Mapa do Encarceramento, 2015) do que brancos, em sua maioria jovens, segundo o Mapa do Encarceramento. As cifras mais alarmantes são as que tratam das mortes. Foram 3.022 pessoas mortas pelas Polícias no Brasil em 2015, conforme o anuário de Segurança Pública de 2016 (LIMA, 2016). Neste contexto, a taxa de letalidade aplicada aos negros é 2,7 vezes maior do que a direcionada aos brancos, perante números apurados entre 2002 e 2012 pelo mapa da violência (WAISELFISZ, 2016) Por fim, diante deste quadro, destaca-se a seletividade dessas mortes. Pretos e pardos possuem 147% mais chances de ser vitimados por homicídios, em comparação aos não negros (aos 21 anos de idade). Em 2014, para cada não negro que sofreu homicídio, 2,4 negros foram mortos.

Organizações não governamentais e Organismos Internacionais (como a ONU) não se furtam em elaborar relatórios, pesquisas e indicadores que apresentam essa face cruel do Estado brasileiro. Torturas, assassinatos (forjados como autos de resistência), grampos ilegais, invasões de residências, UPP etc. são práticas corriqueiras das forças policiais do País, que, a despeito da grita humanística dessas entidades, começam a encontrar respaldo na população brasileira, que passa a ver com olhos complacentes essas práticas (vistas como justificáveis em face do aumento exponencial da violência que não se restringe mais ao espaço das grandes cidades brasileiras). Em relatório de 2011, a ONG Anistia Internacional aponta que, apesar dos (por ela considerados) avanços das políticas de segurança pública, uma parte significativa da população que vive em comunidades socialmente abandonadas permaneceu a encarar a violência dos grupos criminosos, além de um policiamento abusivo que comumente trata os moradores como supostos criminosos.

É na leitura dessa alegada falta de memória do brasileiro e dos terríveis efeitos que este fato pode produzir para a majoritária população negra brasileira, mesmo com a hegemonia acadêmica do mito da democracia racial, que se vai direcionar essa análise. A essa leitura se somam as referências já consolidadas pela Criminologia Crítica e que aparecerão como complemento à tentativa de demonstrar a relação entre as origens da opressão racial imposta aos negros e que aparece como confirmada e continuada, como demonstram esses números gritantes.

O mito da democracia racial historicamente construído sobre o sangue de negros e ainda hoje ignorado por grande parte da doutrina penal nacional (exceto nas vagas e óbvias afirmações sobre a tríade PPP "pretos, pobres e putas") também contribuiu para o inaceitável cenário atual. O que leva à constatação de que o sistema de justiça criminal nacional é também grande responsável pelo massivo extermínio da juventude negra brasileira, o qual, observa-se, não é de hoje, nem de ontem, é de sempre. Vê-lo como perene não impede de não aceitá-lo, se não o seu oposto, qual seja: apontar a necessidade de uma nova construção histórica do pensamento racial nacional, para que diante da versão dos perdedores se alcance mínimos substratos para cessar este terrível ciclo.

Sob esta ótica, indispensável buscar na criminologia crítica sua base epistemológica para situar o leitor e indicar que é possível não só se guiar pela visão classista, posto que talvez não seja bastante para o diagnóstico que se propõe alcançar com este artigo. Portanto, ao associarmos diversas bases teóricas, buscamos, por meio desta complexa interpretação, que indica um novo horizonte, adentrar na questão racial como central ao entendimento das injustiças do sistema de justiça penal nacional.

3. A seletividade do sistema de (in) justiça penal

> *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro. É mole de ver, que em qualquer "dura" o tempo passa mais lento pro negão, quem segurava com força a chibata agora usa farda, engatilha a macaca e escolhe sempre o primeiro negro pra passar na revista.*
>
> O Rappa

Sob o marco teórico da criminologia crítica se observa a atuação seletiva do direito penal, cuja principal missão se desvela no controle social das camadas mais desfavorecidas em detrimento de uma política criminal que seja garantidora de direitos. No entanto, muitos criminólogos críticos deixam de observar a questão racial como central no controle social levado adiante pelas agências de criminalização, primárias e secundárias.

Os pobres e negros no Brasil eram (são) vistos como um segmento social caracterizado pela carência, pelo crime, pois, supostamente, não alcançaram a sensatez que a contemporaneidade exigia. Tal modo de pensar o social teve consequências importantes nas ideias jurídico-penais, já que os agentes do sistema penal buscaram construir um diagnóstico a respeito da conduta e do comportamento dessas pessoas, que já estavam sendo tratadas como marginais.

Já no século XX, a questão foi enfrentada sob a ótica biológica, calcada sobremaneira nas teorias da criminologia biológica de Lombroso, Ferri e Garófalo, as quais encontraram eco na voz de Nina Rodrigues, para quem

> as condições existenciais das sociedades, em que vivem raças inferiores, impõem-lhes também uma consciência do direito e do dever, especial, muito diversa e às vezes menos antagônica daquela que possuem os povos cultos. (RODRIGUES, 1957, p. 58).

Entretanto, houve algum avanço no pensamento e no agir do sistema penal brasileiro, de modo que se superou o paradigma biológico e passou-se a crer e a defender a influência do social sobre os fatores da criminalidade.

A ruptura com o pensar da criminologia positivista não significou, todavia, a redução do racismo ou mesmo a redução do encarceramento de negros e pobres, apenas modificou a ótica das agências sobre a delinquência. Agora, em especial após as explicações de Gilberto Freyre, as interpretações sobre o País passaram a observar a questão sociocultural, levando a algum crescimento na busca pela compreensão das relações da sociedade.

Contudo, o entendimento das formas que a seletividade se dá só se alcançou em termos teóricos com o advento de novos paradigmas na criminologia, como o *labeling approach*. Até então, apenas o *delinquente* era retratado como o objeto de estudo da criminologia positivista. Nesta questionável e nem sempre superada lógica, a causa do crime estaria no criminoso, por fatores de ordem biológica, psicológica ou social.

Neste sentido, assim definiu Vera Regina Pereira Andrade (2003, p. 40):

> o desvio e a criminalidade não são uma qualidade intrínseca da conduta ou entidade ontológica preconstituída à reação social e penal, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é, de processos formais e informais de definição e seleção.

Diante disso, não se busca mais apontar o que causou um crime, e sim quais os processos de criminalização daquela conduta, portanto, o avançar da criminologia sob a perspectiva crítica visa a observar por que determinadas ações e pessoas são rotuladas como criminosas.

Por conta disso, deram-se os processos de criminalização por meio do estigma, da estereotipização, a quem se convencionou rotular como criminoso, contra quem se voltaram as armas da reação social ao crime. Neste contexto, afirmou Baratta:

> (...) não é o comportamento, por si mesmo, que desencadeia uma reação segundo a qual um sujeito opera a distinção entre "normal" e "desviante", mas somente a sua *interpretação*, a qual torna este comportamento uma ação provida de significado. Por isto, em determinado sentido, o comportamento

> é indiferente em relação às reações possíveis, na medida em que é a interpretação que decide o que é qualificado *desviante* e o que não o é. E se não é possível estabelecer, de modo arbitrário, que um comportamento qualquer é um comportamento de tipo criminoso, isto se explica pelo papel decisivo que, a tal respeito, desempenham as condições que acompanham a reação ao próprio comportamento. Por consequência, todas as questões sobre as condições e as causas da criminalidade se transformam em interrogações sobre as condições e as causas da criminalização, seja na perspectiva da elaboração das regras (penalização e despenalização, ou seja, criminalização primária), seja na perspectiva da aplicação das regras (criminalização secundária: processo de aplicação de regras gerais). A maneira segundo a qual os membros da sociedade definem um certo comportamento como comportamento de tipo criminoso faz parte, por isso, do quadro de definição sociológica do comportamento desviante, e o seu estudo deve, precisamente por esta razão, preceder o exame da reação social diante do comportamento desviante. (BARATTA, 2011, p. 95).

Portanto, o sistema penal aspira e reflete processos informais de etiquetamento e o aproveitamento das normas jurídicas a ocasiões particulares é produzido por tirocínios e normas interpretativas.

Donde se conclui que os rotulados como *criminosos* natos ou construídos, para o paradigma etiológico, passam a ser estereotipados e selecionados pelos processos de criminalização (primários e secundários). A *seletividade* estrutural do sistema penal age da reação social que se volta apenas para alguns que carregam a etiqueta de criminoso, no que acaba por gerar um perverso círculo vicioso, caindo na ampla criminalização dos negros e pardos.

A seletividade do sistema penal opera de diversas formas, suas facetas têm origem na criminalização primária das condutas pelos legisladores, na aplicação dos crimes prescritos pelos agentes policiais e deságua na atuação do Ministério Público e do Judiciário.

Tendo em vista que na análise do sistema penal devem ser observadas as seguintes agências: políticas, judiciárias, policiais, penitenciárias, de comunicação social, de reprodução ideológica e internacionais, nota-se como ponto em comum a todas o descaso quase absoluto com a questão racial, relegada até mesmo pelas agências ideológicas.

A criminalização se desenvolve, portanto, como cogestão das agências que compõem o sistema penal, atuando em duas etapas, a primária e a secundária, logo, "*criminalização primária é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas*" (grifos no original). Já a "*criminalização secundária é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas*" (grifos no original) (ZAFFARONI E BATISTA, 2006, p. 43).

Não obstante a perversa atuação policial, estas agências têm autonomia limitada, sendo guiadas pelas agências políticas e de comunicação social etc., as quais condicionam a atuação desta, voltando-a para o combate aos mesmos, e tornando-a inoperante para outra clientela, sobre isto nos ensinam Nilo Batista e Eugênio Zaffaroni:

> as agências acabam selecionando aqueles que circulam pelos espaços públicos com o figurino social dos delinquentes, prestando-se à criminalização – mediante suas obras toscas – com seu inesgotável combustível. (ZAFFARONNI, 2006, p. 47).

O exercício do poder de polícia se dá de modo discricionário, por vezes ao arrepio da legalidade, pois a busca pessoal será sempre seletiva, uma vez que baseada na suspeita fundada, afinal, conforme nos mostra a cultura musical brasileira: "escolhem sempre o primeiro negro para passar a revista".

3.1. Seletividade Racial – O racismo como norte criminalizante

As agências políticas, judiciais, policiais e penitenciárias se dedicam a punir os negros, conforme nos explicitam os números trazidos pela pesquisa Desigualdade Racial e Segurança Pública, realizada pela Universidade Federal de São Carlos (SINHORETO, SILVESTRE & SCHITTER, 2014), segundo a qual para cada cidadão branco preso em flagrante, prendem 2,5 negros, revelando a enorme seletividade racial destas agências.

O desenho da política pública produz resultados diferentes para diferentes camadas sociais, que nos leva a crer na existência de uma atuação assim orientada, a qual se confirma na leitura de matérias divulgadas na imprensa (PELLEGRINI, 2013) e (SCHIAVONI, 2015) explicitando sobremaneira a alegação de uma orientação dada à PM de São Paulo, que é um exemplo a confirmar a regra.

Diante disso, podemos afirmar com Zaffaroni e Batista (2006, p. 64) que

> o direito penal é, pois, um discurso destinado a orientar as decisões jurídicas que fazem parte do processo de criminalização secundária, dentro do qual constitui um poder muito limitado em comparação com o das demais agências do sistema penal.

Logo, aos juristas se entrega a obra da criminalização primária já pronta, deixando-os com os limites impostos pela legislação, o que se admitiu com pressuposto que o direito penal devia ser elaborado como se tudo se realizasse naturalmente conforme o planejado pelas agências primárias. Calcados nesta falácia, tal elaboração contribui para a seletividade, enquanto deveria agir

em seu oposto, a igualdade. Afinal "um saber penal que pretende programar o poder dos juízes sem incorporar os dados que lhe permitam dispor de um conhecimento correto a respeito do seu exercício (...) tende a redundar em um ente sem sentido". (IDEM, 2006, p. 65).

Por conta disso é que não cremos ser involuntária a seletividade do sistema penal nacional, senão um velado projeto de controle e extermínio dos negros, em especial desta juventude, que segue marginalizada, escamoteada, apesar de alguns avanços sociais e educacionais, ainda incipientes, porém necessários, como as ações afirmativas, políticas de cotas raciais nas universidades e facilidades no acesso ao crédito financeiro educacional etc.

É, ainda, justamente no paradigma histórico do etiquetamento do negro como criminoso que se faz de urgente necessidade a construção da memória das injustiças passadas, já que nos proporciona uma experiência singular: não nos permite cerrar os ouvidos aos gritos das vítimas que clamam por seus direitos.

Em suma, o que se pretende com esta dimensão política da memória é o reconhecimento de que sem a memória, sem o reconhecimento da história dos antepassados, o homem nunca será capaz de entender o que agora desfruta ou sofre (MATE, 2011, p. 102).

3.2. Alguns passos para trás, a escravidão e o racismo como base da construção social da subcidadania

em meio às honras e covardias
periferias, vielas e cortiços
você deve tá pensando
o que você tem a ver com isso
desde o início
por ouro e prata
olha quem morre
então veja você quem mata
recebe o mérito, a farda
que pratica o mal
me ver
pobre, preso ou morto
já é cultural
Racionais MC's.

É sabido que as polícias militares dos estados são as responsáveis pela atuação direta no chamado combate ao crime no Brasil, e que tais instituições tiveram sua gênese no Império, no ano de 1809, quando Dom João, escapado das incursões napoleônicas, aportou na Baia de Guanabara e cambiou o curso da nossa história, pois tal repentina mudança transformou a cidade do Rio de Janeiro em capital do Império, agora ultramarino.

A chegada da família real decompôs todo o contexto social, geográfico, cultural e, por conseguinte, jurisdicional da ora cosmopolita Rio de Janeiro. Alterações que logo foram sentidas pelos negros.

Data da chegada da família real ao Brasil a criação da Guarda Imperial, a qual, passados alguns anos, veio a se tornar em Polícia Imperial, para, então, ser o que ainda é a Polícia Militar. As elites daquela época criaram a polícia como meio de controle das massas, as quais cresciam exponencialmente e já se viam absurdamente desiguais e famintas. A PM do Estado do Rio de Janeiro ostenta até os dias de hoje em seu brasão o simbolismo da sua real função: proteger os brancos ricos dos pobres e dos escravos. Não à toa em seu brasão constam folhas de café e cana–de-açúcar, materialização da monocultura, calcada na mão de obra escrava.

Grandes brasilianistas como Gilberto Freyre, Raimundo Faoro e Sergio Buarque de Hollanda contribuíram substancialmente para a formação do pensamento nacional calcado no personalismo e no culturalismo, tratando nossa sociedade como "continuação cultural de Portugal" (SOUZA, 2012, p. 101).

Jessé Souza, contudo, aponta para a construção da

> tese da singularidade da formação social brasileira – sempre no sentido de oposição à tese da continuidade orgânica com Portugal –, especialmente pela ênfase na importância da instituição escravidão entre nós. (IDEM, 2012, p. 102).

Ainda, a escravidão é a

> única instituição que logrou, em uma nação tão jovem, quase 400 anos de longevidade (...) e uma penetração que abrangeu toda a extensão de uma enorme massa territorial. Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão, como veremos mais adiante, que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil (IBID, 2012, p. 102).

Cientes de que a escravidão brasileira foi a mais longa de toda a moderna história mundial, pois escravizamos mais e por mais tempo, além de em nome de Deus e até da ciência, temos tratado os africanos sequestrados de sua terra e trazidos para o Brasil como inferiores, o que justificaria sua exploração, sob o manto de uma alegada

> defasagem civilizatória ou inferioridade intrínseca. Além disso, não há o que discutir quanto à nossa forma de lidar tanto com a escravidão, como com o racismo: por dentro da narrativa da dominação, suavizamos a primeira e negamos o segundo. .(FLAUZINA, 2006, p. 36).

temos-la como determinante para inegável atuação seletiva do sistema de justiça penal.

> (...) a clientela do sistema penal está originalmente conformada pelo racismo, que aparece como a grande âncora da seletividade. Dizer que o sistema age preferencialmente sobre os negros, que os prefere, portanto, significa dizer – como acompanhamos no decurso do processo histórico – que esse é um aparelho formatado, num primeiro plano, para as pessoas negras e que, consequentemente, para além das questões de classe subjacentes terá seu alvo principal centrado em sua corporalidade. É essa a condicionante responsável pela quebra de lógica imunizadora dos indivíduos negros das classes média e alta, que, com frequência, são atingidos por um sistema penal que está vocacionado para o controle da negritude, atingindo, ainda que em proporções diferentes, todos os negros, ontem escravos e libertos, hoje favelados e novos ricos. A suspeição generalizada que, como vimos, acompanhou toda a trajetória da população negra no país, sinaliza, assim, para as disposições inequívocas do sistema penal em priorizar as intervenções sobre o segmento, desde uma perspectiva que sobrepõe a negritude com elemento negativo, a todas as outras dimensões caracterizadoras dos indivíduos (...).(Idem, p. 126-127).
>
> (...) a narrativa autorizada para a análise do sistema penal pôde se valer do negro como personagem, nunca do racismo como fundamento. Se, como já salientamos, as práticas do sistema penal estão necessariamente vinculadas à garantia de determinada estrutura social, o que se pretende por meio da vedação é, justamente, resguardar os termos dessa pactuação. Mais, afastar o racismo da análise do sistema brasileiro significa fechar as portas para o projeto de Estado que preside sua atuação. Um projeto que trabalha flagrantemente para o extermínio da população negra e que, valendo-se das várias dimensões do aparelho institucional, tem sua faceta mais explicitada nos mecanismos do controle penal. (...)

> Dessa forma, atentando para a movimentação do referido sistema ao longo da história, podemos perceber um padrão que se sofistica, sem se modificar substancialmente. Tudo indica que as bases de atuação do sistema penal brasileiro nunca conseguiram se divorciar de seu passado colonial por completo, arrastando para a contemporaneidade vestígios de um direito penal de ordem privada. O projeto que preside sua atuação, portanto, é, em grande medida, herdeiro do estatuto escravocrata.

Apesar de tantas evidências e consequências, grandes nomes da inteligência nacional deixaram de observar a escravidão como nodal para a calamitosa situação social, refletida indelevelmente no sistema penal.

A opção feita por Freyre em Casa Grande e Senzala foi a de seguir a linha da "plasticidade" do português, como detentor da principal característica colonial brasileira, na qual havia uma relação familiar entre escravos e senhores, que levava patriarcalmente à associação

> do acesso a bens materiais e ideias muito concretas à identificação do dominado com os valores do opressor. A conquista pode assim abdicar da vigilância e do emprego sistemático da violência para a garantia do domínio e passar a contar crescentemente com um elemento volitivo internalizado e desejado pelo próprio oprimido (SOUZA, 2002, p.105)

Freyre, analisado por Souza, aponta o modelo escravocrata árabe como semelhante ao adotado no Brasil, em especial no sentido de que na nossa escravidão o escravo era visto quase como da família (ainda reproduzimos tal proceder com as empregadas domésticas), o que pode ter contribuído para a naturalização dessas relações, e "portanto, da semente da forma singular que a dependência pessoal assumiu entre nós" (Idem, 2002, p. 111).

Em decorrência da enorme extensão territorial do Brasil a família era a principal forma de controle, tendo o senhor enormes poderes sobre as pessoas ao seu redor, sobre as terras, e mesmo sobre as ainda incipientes instituições. A noção de "família aumentada" ainda herdada do modelo árabe de escravidão deu origem ao nosso peculiar patriarcalismo, pois até mesmo um filho gerado entre o senhor e a escrava poderia ser considerado um membro da família "europeizada", desde que se dignasse a aceitar a "fé, os rituais e os costumes do pai" (SOUZA, 2002, p. 112).

Neste sentido, a ausência de instituições intermediárias entre o Estado português e a colônia fez com que o elemento familiar se tornasse em componente principal deste patriarcalismo. É que para Freyre o patriarcalismo se relaciona diretamente com a falta de limites à autoridade pessoal do senhor, inexiste,

pois, autoridade superior a ele. Sem embargo, tal sociedade cultural e racialmente mista não redunda em igualdade entre as culturas e raças (Idem, 2002, p. 115).

Aponta ainda Jessé Souza (2002, p. 117) que:

> A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se tornam evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no da das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas por outro.

Diante disso a ascensão social só era possível no período colonial por meio da "assimilação da vontade externa como se fosse própria", materializada na identificação do escravo com os valores do senhor.

4. Considerações finais

O cano do fuzil, refletiu o lado ruim do Brasil
Nos olhos de quem quer
e me viu o único civil rodeado de soldados
como se eu fosse o culpado
no fundo querendo estar
a margem do seu pesadelo
estar acima do biótipo suspeito
mesmo que seja dentro de um carro importado
com um salário suspeito
endossando a impunidade a procura de respeito.
O Rappa.

É urgente a necessidade de reconstrução da memória nacional sobre a escravidão e sua influência na realidade cotidiana. Ainda hodierna é a afirmação na boca de muitos que no Brasil não há racismo, afinal, como cantam os Racionais MC's "o primo do cunhado do meu genro é mestiço, racismo não existe, comigo não tem disso" em música que perguntam "em qual mentira devo acreditar?". Logo, a alarmante naturalização do racismo entre nós teima em não cessar, mesmo com todos os apelos culturais – por vezes as pessoas cantam as músicas sem notar que aquela realidade é vizinha, é sombria.

As teses sobre a memória política de Walter Benjamin encontraram na criminologia crítica amparo e acolhimento, na medida em que ambos defendem nova visão acerca da sociedade contemporânea sem que se deixe de observar o caminho percorrido até o atual estágio, apontando que olhar para o passado não deve significar tristeza, e sim uma nova história, na qual a versão dos derrotados tenha valor, seja notada, e cause efeitos sobre o cotidiano. O sistema de justiça penal é seletivo e, há muito, fala-se sobre isso, entretanto, quase sempre sob a ótica classista e muito pouco com o olhar do racismo.

Diante disso não é coincidência que a atuação de certa parcela da Polícia Militar nas *periferias, vielas e cortiços* se assemelhe à dos capitães do mato da escravidão, pois aqueles nada mais eram que negros libertos caçando negros fugidos, ora, ainda hoje, é o mesmo que se vê: negros exercendo funções de enfrentamento na Polícia, matando e sendo mortos por outros negros objetos da seleção vitimizante. Pois é nítido, conforme nos mostram os números apontados neste artigo, que a população negra é mais atingida pela esfera de atuação do sistema penal, fruto da ideologia escravocrata, a qual via o negro como selvagem, inferior, desaguando na permanente esteriotipização como criminoso.

Portanto, reprimir com violência, castigo e dor foi e é a prática do Estado brasileiro contra os negros, de modo que, para rompermos com essa prática, faz-se de gigante urgência o debate na sociedade a respeito da escravidão, do racismo, da pobreza, da desigualdade social, para se alcançar o desiderato de nos tornarmos iguais, ou algo próximo disso. Para tal missão ser alcançada é preciso que os saberes se desencastelem e dialoguem, passando a observar o racismo e não só as classes sociais como elemento central na atuação seletiva do sistema de justiça penal.

5. Referências bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. *Queremos ver os jovens vivos!* Coordenação de Jurema Werneck. Disponível em: [https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/chegadehomicidios/]. Acesso em: abril de 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. *Sistema Penal Maximo x cidadania mínima:* códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ALVES, Castro. *O navio negreiro e outros poemas.* São Paulo: Saraiva, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AVELAR, Idelber. Disponível em: [https://www.facebook.com/idelber.avelar/posts/10152651590547713?fref=nf]. Acesso em: novembro de 2014.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal* – Introdução à Sociologia do Direto Penal. 6. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

BENJAMIN Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, Walter. Écrits *Français*. Paris: Gallimard, 1991.

BENJAMIN, Walter. Sur Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. Écrits *Français*. Paris: Gallimard, 1991.

CARREIRA, Renan. Trabalhador negro ganha 36% menos que o não negro. *Exame*. Disponível em: [http://exame.abril.com.br/economia/noticias/dieese-aponta-falta-de-oportunidade-para-negros]. São Paulo, 13.11.2013.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro estendido no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro. Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Federal de Brasília, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração:* ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Ed. 34, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* Rio de Janeiro: Centauro, 2012.

LIMA, de Renato Sérgio et al. *Anuário Brasileiro da Segurança Pública*, 2016. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica]. Acesso em: abril de 2017.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin:* aviso de incêndio. Uma leitura sobre as teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história.* Comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história. Porto Alegre: Unisinos. 2011.

MONNOYER, Jean-Maurice: Introduction. In: BENJAMIN, Walter. Écrits *français*. Paris: Gallimard, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na Mira do Pan Africanismo.* 2. ed. Salvador: EDFBA/CEAO, 2002.

PELLEGRINI, Marcelo. Orientação Racista da PM-SP provoca indignação em grupo de direitos humanos. *Carta Capital*. São Paulo, 23.01.2013. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/sociedade/orientacao-racista-na-pm-sp-provoca-indignacao-de-grupo-de-direitos-humanos]. Acesso em: abril de 2017.

REIS, Thiago. Trabalho escravo existe? *G1* Rio de Janeiro, 13.05.2014. Disponível em: [http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/]. Acesso em: abril de 2017.

ROCK, Edi; BROWN, Mano. Intérprete: Racionais MC's In: *Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo: Unimar Music, 2002. Lado A, faixa 5.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

SCHIAVONI, Eduardo. Justiça Proíbe PM de SP de divulgar cartaz com conteúdo racista. *UOL*. Ribeirão preto, 11.09.2015. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/11/justica-proibe-pm-de-sp-de-divulgar-cartaz-considerado-racista.htm]. Acesso em: abril de 2017

Secretaria Geral da Presidência da República. *Mapa do Encarceramento 2015*. Disponível em: [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf]. Acesso em: novembro de 2016.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTER, Maria Carolina *Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo:* Letalidade Policial e prisão em flagrante. Disponível em: [http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf]. Acesso em: 26.04.2017.

SOUZA, Jessé. *A construção Social da subcidadania:* para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016*. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf]. Acesso em: novembro de 2016.

YUKA, Marcelo. Intérprete: O Rappa. In: *O Rappa*. Rio de Janeiro, 1994, Warner Music.

YUKA, Marcelo. Intérprete: O Rappa. In: *Lado B, Lado A*. Rio de Janeiro, 1999, Warner Music.

ZAFFARONI, E. Raúl et al. *Direito Penal Brasileiro:* primeiro volume, teoria geral do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ZAMORA, Jorge A. Tiempo, memoria e interrupcionrevolucionaria: sobre la actualidad de W. Benjamin. In: ASSY, Bethania; MELO, Carolina de Campos; et al. (coord.). *Direitos Humanos:* Justiça, Verdade e Memória. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz – *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210); e
- Direito penal em preto e branco, de Hédio Silva Júnior – *RBCCrim* 27/327-338 (DTR\1999\578).

Policiados e policiais:
dois tempos de uma história de criminalização

The controlled and the policemen:
two moments of a history of criminalization

Fernanda Lima da Silva

Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo Asa Branca de Criminologia.
ffernanda.slima@gmail.com

Manuela Abath Valença

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (obtenção do título em 2012). Pesquisadora do Grupo Asa Branca de Criminologia. Professora da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco.
manuelaabath@gmail.com

Marília Montenegro Pessoa de Mello

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (obtenção do título em 2008). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (obtenção do título em 2002). Fundadora do Grupo Asa Branca de Criminologia. Professora da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco.
marilia_montenegro@yahoo.com.br

Recebido em: 26.04.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autores: 19.06.2017

Áreas do Direito: Direitos Humanos; Infância e Juventude; Penal

Resumo: Há mais de cem anos, as cidades brasileiras em formação eram palco do início de uma história de criminalização. Hordas de negros, livres, forros ou escravos, tomavam as ruas e enchiam de medos as elites dirigentes. Uma das saídas encontradas para controlar esse cenário foi a via criminalizadora. A criação das polícias, nesse contexto, traduz uma política estatal de

Abstract: More than a hundred years ago, Brazilian cities in their process of formation were the scenario of a story of criminalization. Hordes of black people, were they free, slaves or freed, occupied the streets and filled the governing elites with fear. The answer found to control this scenario was their criminalization. The creation of the police, in such context, appears as state

contenção desses corpos. Observando o padrão atual de funcionamento da polícia, somos levados a nos questionar: o que nos une e o que nos separa desse passado escravocrata? Este trabalho pretende discutir respostas possíveis para essa questão. Levantamos como hipótese a de que as demandas atuais por segurança pública nas cidades e o funcionamento das polícias vêm respondendo e reproduzindo uma memória histórica racista. Para investigar o tema, confrontamos dados levantados a partir de pesquisa bibliográfica com dados obtidos a partir de etnografia realizada na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Palavras-chave: Racismo institucional – Polícia – Criminalização – Escravidão.

policy of containment of black bodies. Observing the current pattern of police operations, we are driven to question ourselves about what unites and what separates us from this slavery past. This paper intends to discuss possible answers to this question. As hypothesis, we propose current demands for public safety in the cities and the functioning of the police respond to and reproduce a racist historical memory. In order to investigate the topic, we confront data collected from bibliographical research and data obtained from ethnography carried out at the Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Keywords: Institutional racism – Police – Criminalization – Slavery.

Sumário: 1. Introdução. 2. Histórias cruzadas. 2.1. Adolescentes perigosos. 2.2. Cara, endereço: meta. 2.3. Um ofício bruto, um ofício heroico. 3. O medo de negro e o surgimento da polícia. 3.1. Insurreições e medos nas cidades brasileiras. 3.2. A polícia e o medo de negro. 3.2.1. Uma instituição de difíceis contornos. 3.2.2. Entre policiais e policiados. 3.3. Racismo de Estado. 3.3.1. Nos trilhos da biopolítica. 3.3.2. O projeto genocida brasileiro. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Este texto apresenta algumas das reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa realizada na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) durante os anos de 2015 e 2016, sob a orientação da professora Marília Montenegro no contexto de realização do trabalho de conclusão do curso de Direito. A pesquisa teve como escopo discutir as aproximações entre a dinâmica existente entre policiais e policiados de hoje e aquela vigente há mais de um século[1]. Tomamos como hipótese a ideia de que nosso passado escravista e o pacto social por ele engendrado está vivo e não apenas condiciona o funcionamento diário da polícia, como também constitui sua própria razão de ser. Acreditamos que a polícia vem atuando a partir de uma memória histórica que

1. A pesquisa ainda está em andamento e compreende parte do trabalho de tese e de dissertação das autoras.

se reproduz, selecionando sempre os mesmos indivíduos: negros marginalizados. Essa hipótese nos leva a outra: a de que existe uma imagem do suspeito, no Brasil, cuja construção está intimamente ligada à própria gênese das instituições de controle.

Nossa ideia, neste trabalho, é relacionar o dia a dia da DPCA com o cotidiano de uma polícia pré-republicana, ocupada com demandas de controle em cidades ainda escravistas. Nesse sentido, quisemos trançar uma história em dois tempos.

É justamente por essa razão que escolhemos iniciar este trabalho de modo pouco ortodoxo: apresentando primeiramente a vivência de campo. Cremos que esse é o caminho mais acertado a se percorrer num trabalho cujas reflexões e inquietações nasceram efetivamente da vivência etnográfica. Frisamos, aqui, a adoção do método etnográfico[2] e a escolha de acompanhar o cotidiano da DPCA como uma estratégia de conhecimento que não se limitasse ao espaço da teoria, mas buscasse na realidade a confirmação ou o descarte de hipóteses e argumentos teóricos. Cremos que esse é um percurso necessário à criminologia crítica brasileira. Após anos de debate teórico, cuja importância não desejamos de modo algum escamotear, o que podemos detectar é uma série de silêncios e ausências no cotejo com a realidade, particularmente a realidade da questão racial vivida no Brasil. O tratamento periférico dado ao tema e sua abordagem enquanto *recorte*, que entendemos como grande equívoco metodológico, provavelmente são fruto de um descolamento da nossa realidade, das implicações de nossa história colonial. Acreditamos que a criminologia crítica precisa deter-se sobre a questão racial, atentando ao quanto ela é fundante das mazelas sociais brasileiras. Entendemos, ainda, que é preciso atentar aos pequenos discursos, às vivências de certos atores historicamente silenciados. Sem descer à vivência do real, dificilmente encontraremos acerto em nossas elucubrações teóricas.

2. O Grupo Asa Branca de Criminologia desenvolve pesquisas sociojurídicas na temática dos adolescentes em conflito com a lei. As autoras desse artigo participaram da pesquisa Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf]. Essa pesquisa, financiada pelo CNJ, foi concluída em 2014 e publicada em 2015. Ao final dessa pesquisa, o Grupo passou a estudar a entrada desses jovens no Sistema de Justiça Criminal, por meio de pesquisa etnográfica realizada na DPCA. O presente artigo faz parte dos resultados dessa pesquisa; além das autoras, Maurilo Sobral participou da etnografia.

2. Histórias cruzadas

A DPCA faz parte do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA), no qual há também um prédio do Ministério Público e outro do Judiciário, além da Unidade de Atendimento Inicial (UNIAI). A DPCA funciona num prédio de primeiro andar. No térreo, temos o plantão da delegacia – onde passamos quase todo o tempo de campo –, no primeiro andar, o arquivo e a delegacia em si.

O ambiente da delegacia, principalmente o térreo, suscita uma impressão de repartição pública abandonada e malcuidada. As cadeiras que se situam na entrada são velhas e têm um aspecto imundo. Há um banheiro logo no *hall* de entrada. Fosse pela porta quase sempre fechada por fora à chave, passaria despercebido. O mau cheiro, no entanto, anuncia a quem se aproxima o que há por trás da porta. "Oficialmente", é um banheiro masculino, mas, como não há banheiro feminino, as mulheres utilizam-no. Na sala de ouvida, onde trabalham os escrivães, encontramos móveis e computadores velhos. Merece destaque a impressora: um aparelho de museu que toma longos minutos para imprimir páginas simples. Faz um barulho que, no seu contínuo forte, beira o infernal. Mais de uma vez, abandonamos o acompanhamento de alguma ouvida por não aguentarmos o barulho. Um dos escrivães nos contou que não conseguiu dormir durante sua primeira semana de trabalho: o som da impressora impregnara-se em seu juízo.

O acesso à delegacia foi relativamente fácil[3]. Podemos dizer que fomos quase sempre bem recebidas pelos policiais civis. Em geral, permitiam-nos livre circulação na delegacia, observando as ocorrências do lado de fora, próximas ao balcão, ou acompanhando as ouvidas. Em alguns casos, sentíamos que os policiais, e até mesmo alguns delegados, de alguma forma animavam-se com nossa presença, apressavam-se a dar explicações, tirar possíveis dúvidas. Mais de uma vez, percebemos uma postura com algo paternalista a nosso respeito, principalmente nos policiais mais velhos.

Os policiais militares, em geral, adotavam a nosso respeito uma postura desconfiada. A interação era difícil e limitada, em poucas ocasiões conseguimos travar um diálogo. As adolescentes e os adolescentes apreendidos, por sua

3. Apresentamos-nos como pesquisadores da Universidade Federal e da Universidade Católica de Pernambuco e explicamos que realizaríamos uma pesquisa de campo para compreender a dinâmica da chegada dos jovens à delegacia de polícia. A nossa ida foi autorizada, sem nenhum tipo de problema, por parte das pessoas que trabalhavam naquele local.

vez, não pareciam dar conta daquelas duas observadoras. De seus familiares, às vezes recebíamos olhares questionadores, mas suas atenções estavam consumidas por problemas maiores.

Uma das dificuldades que sentimos durante a execução da pesquisa merece nota particular. Sentíamos algum receio de estar naquele ambiente. Apenas uma das equipes da polícia civil contava com mulheres (duas) e as policiais militares eram raríssimas. Estávamos, em geral, cercadas por homens armados. No fim da tarde, quando as servidoras do Ministério Público ou do Judiciário terminavam seu expediente, sentíamo-nos ainda mais ilhadas. À noite, a necessidade de partir aflorava. Essa fuga que nos era permitida não está disponível, no entanto, às adolescentes apreendidas, quase sempre conduzidas e mantidas entre policiais homens. Sentimos que não há nenhuma estrutura pensada para aquelas meninas, assim como não há, num dos estados mais violentos para mulheres, preocupação a respeito do que pode acontecer no afastado da delegacia.

Nos tópicos que seguem, pretendemos recuperar, a partir da narrativa de situações que se repetiam, a experiência e as reflexões que o campo fomentou. Utilizamos o verbo repetir e queremos chamar atenção para o quanto ele dialoga com a realidade da DPCA. Ao longo da pesquisa, tivemos oportunidade de acompanhar ocorrências as mais diversas: de crimes contra a dignidade sexual a crimes patrimoniais e relacionados às drogas, passando, nesse percurso, por crimes de trânsito, ameaças, injúrias e outras situações menos comuns. O sentimento de *continuum*, de repetição, no entanto, era constante. Em diversas situações, uma ocorrência não parecia ser mais do que uma adaptação de outra, como numa história que se reconta várias vezes até que tenha versões as mais diferentes, cada uma com suas peculiaridades, mas sempre presentes os traços iniciais que identificam a matriz. Recontando essas histórias, tentaremos seguir, fio a fio, alguns caminhos que levam a essa suspeita da matriz. Vejamos aonde chegamos.

2.1. Adolescentes perigosos

Eles são retirados das "gaiolinhas" das viaturas e vêm escoltados por policiais, ao menos dois. São negros, em geral magros, com cabelo baixo. Vestem roupas gastas, muitas vezes sujas: abadás coloridos de carnaval, calções de tecido sintético. Muitos dos meninos e rapazes que são levados à DPCA vêm descalços. O grosso dos pés parece indicar que a falta de sandália não é ocasional. Distinguem-se dessa forma, talvez, como assim se distinguiam os escravos no Brasil imperial. Àquele tempo, no entanto, qualquer trocado era logo gasto no calçado: camuflar-se era vital.

Vinha um barulho ensurdecedor de dentro da delegacia. Perguntei o que se passava. Duas adolescentes haviam sido levadas do Case para a DPCA por agredir um dos agentes. Um dos escrivães disse que não as aguentava mais, que as duas haviam passado a manhã perturbando. No momento, gritavam e batiam nas grades da cela pedindo por água. O escrivão mais velho fez um gesto como o de quem joga um balde d'água em alguém. Depois, chegou o comissário. Contou que prometera levar água, mas que ainda as faria esperar um bocado. Enquanto isso, as meninas batiam algum objeto contra as grades, produzindo um som metálico estridente (Diário de campo).

As meninas, presença menos frequente nos corredores da delegacia, vêm também escoltadas pelos PMs. Negras, muitas vezes têm os cabelos alisados. Vestem blusas de malha, *shorts* ou saia curtos. Elas vêm calçadas e não têm, em geral, o aspecto imundo dos rapazes. Observando seu passar pela DPCA, questionávamo-nos sempre como sentiam a experiência de estar num espaço tão hostil para mulheres.

Poucos desses adolescentes estão no ensino médio, alguns sequer frequentam a escola. Há os que trabalham e os que não. Os que trabalham realizam sempre pequenos serviços, geralmente no mercado informal: os engraxates e os caixeiros de ontem hoje vendem confeitos, frutas, fazem bicos. Moram nas periferias da cidade, em bairros que costumam se repetir: Mangueira, Jardim São Paulo, Detran. Muitos vêm também das periferias de outras cidades da Região Metropolitana. Isso porque a DPCA, desde o fechamento de outras delegacias especializadas, atende não apenas o Recife, mas também Olinda, Camaragibe e São Lourenço (cidades da Região Metropolitana do Recife).

Via de regra, "caem" por delitos relacionados a drogas ou por delitos patrimoniais, como roubos e furtos. Porte ilegal de arma de fogo e crimes de trânsito também são frequentes. Acompanhamos um único caso de crime contra a dignidade sexual. Não vimos chegar caso algum de delito contra a vida. Um policial civil informou-nos que, em regra, a presença de um adolescente "atrai" a ocorrência para a DPCA, daí que, não raro, chegam adultos acusados de concorrer com os adolescentes no cometimento dos delitos. No caso dos crimes contra a vida, no entanto, isso não acontece. Em ocorrências do gênero, adultos e adolescentes não são levados à DPCA.

Os jovens quase sempre vêm trazidos por PMs, que narram tê-los pego em flagrante delito. Ao trazê-los, a polícia traz também seus documentos e, às vezes, até mesmo os seus pais na própria viatura. Quando um suspeito foge, é comum que a polícia traga uma fotografia sua. A polícia civil colhe todos esses dados no momento da ouvida. A presteza da PM aparentemente facilita todo o fluxo burocrático. Caso faltem os documentos, os policiais civis reclamam. Se

em algum momento os PMs contam que foram à casa do adolescente apreendido, ninguém apresenta maiores questionamentos. Nem mesmo se a ida significa a apreensão de drogas ou armas.

Se os adolescentes chegam marcados de hematomas ou sujos de barro ou sangue, também não são feitos grandes questionamentos. Às vezes a PM narra que a população tentou linchar, muitas vezes nada é dito. Quem narra toda a situação, do cometimento do delito ao momento de apreensão do adolescente, é sempre a PM. Quando a vítima entra para ser ouvida, os escrivães limitam-se a repetir os fatos narrados pela PM e a esperar sinal de concordância.

Não é diferente a ouvida dos adolescentes. São sentados na cadeira em frente ao escrivão, muitas vezes ainda algemados, e apenas dão respostas curtas, muitos sim e não. É que, na maior parte dos casos, os adolescentes assumem o delito que lhes é imputado. Raramente negam os fatos. Quando o fazem, no entanto, é comum que os policiais civis insistam na assunção de culpa, soltando piadas, fazendo chacotas. A versão da PM é tomada como verdade e todas as características do adolescente são usadas para imputar-lhe o *status* de criminoso.

Eu acompanhava a ouvida de um caso de roubo. O adolescente acusado era negro, vinha muito sujo e roto, suas roupas pareciam estar sujas de terra. Sua expressão e sua atitude me chamavam a atenção. De qualquer modo, havia pouco a ser dito pelo jovem. O escrivão narrava-lhe fatos e esperava confirmação. O policial que o trouxera aguardava todo o procedimento dentro da mesma sala. Num dado momento, um dos escrivães comentou que, na região em que se passara a ocorrência, situações semelhantes vinham se repetindo. O policial respondeu: "é, tão virando uns marginaizinhos mesmo" (Diário de campo).

Por vezes, questionamo-nos o porquê das confissões sem rodeios. Observando a postura de muitos adolescentes, não pudemos deixar de notar uma atitude de firmeza e algo que poderia ser chamado, ainda que com imprecisão, de orgulho. Encarando os policiais com naturalidade, eles parecem preparados para tudo o que se seguirá, como se todas as decisões que tomaram até ali carregassem consigo a consciência das implicações possíveis. E eles as assumem.

Um rapaz acusado de roubo fora levado para o UNIAI[4] após a ouvida. Do lado de fora da delegacia, sua mãe e seu irmão, negros como ele, esperavam. A mãe parecia aflita, caminhava de um lado a outro e, vez em quando, tentava

4. A UNIAI, Unidade de Atendimento Inicial, é o local para onde os adolescentes são encaminhados quando não são liberados pela autoridade policial.

sondar o que aconteceria a seguir. Contou que era evangélica, que tentava levar os filhos para a igreja. O irmão estivera internado no regime socioeducativo até a semana anterior, também por roubo. Contou, sem maiores constrangimentos, que roubava. Contou que apanhou muito dos policias no internamento, que aquela era uma profissão para gente bruta. Apesar da tranquilidade com que assumia a escolha de se dedicar ao roubo, não parecia querer que o mais novo passasse por aquilo (Diário de campo).

Outros jovens, bem ao contrário, entram de cabeça baixa, postura curvada. Se confessam, fazem-no apenas por palavras curtas e quase inaudíveis, concordando com a enxurrada de informações que a polícia civil despeja sobre eles, entre constantes "não é isso?". Alguns desses adolescentes parecem acuados. Algumas hipóteses possíveis são as de que temem algum tipo de represália caso neguem – e o processo de desqualificação e ridicularização por que passam quando contradizem a versão da PM não deixa de dar relevo a essa tese – e a de que não compreendem bem o que está se passando. Durante os meses que passamos na delegacia, não vimos, uma vez sequer, qualquer instrução por parte da polícia civil a respeito dos direitos e das garantias dos adolescentes. Eles são levados de um canto a outro, muitas vezes algemados, enquanto uma máquina burocrática de registro de ocorrências opera.

Pouco se sabe a respeito do que acontece da apreensão até a chegada à DPCA e, como dito, todo o poder de relato é concentrado nas mãos da PM. Considerando que há um sistema de metas, de que trataremos um pouco melhor à frente, no qual prisões em flagrante têm um peso considerável, não é desarrazoado supor que a polícia de fato pressione para que haja uma confissão.

Como referido, a condução de todo o processo de ouvida é burocrática. A polícia civil preocupa-se em computar o mais rápido possível os dados das ocorrências para rapidamente passar à próxima. Analisa pouco a situação que lhe é apresentada, não se detém sobre as contradições e as incoerências dos relatos da PM, não se detém sobre a fala e a situação do adolescente, pouco nota na vítima, quando há uma vítima a ser ouvida. Ocupa-se com o preenchimento de uma tabela padronizada. Ao fim do dia, todos os casos resumem-se a dados esquematizados, a novas estatísticas – e novas conduções, no mais das vezes, à UNIAI.

2.2. Cara, endereço: meta

Os adolescentes que "caem" por tráfico geralmente trazem consigo quantidades relativamente pequenas de droga. O motivo para uma escolha tão pouco inteligente (abordagem de pequenos traficantes) é o sistema de metas implan-

tado pelo Pacto pela Vida[5]. Certas quantidades de drogas geram bônus salariais ou folgas. Assim, não é incomum que os PMs guardem parte da droga apreendida e apresentem-na posteriormente, se necessário. Além disso, para cada flagrante obtido, os policiais ganham uma folga. Por isso, há uma verdadeira corrida pela caracterização dos flagrantes e para terminar logo o registro da ocorrência e retornar às ruas.

Dois adolescentes acusados de roubo, um branco e um negro, estavam sentados na entrada da delegacia. O jovem negro permanecia quieto, mas o jovem branco estava visivelmente alterado. Discutia muito com os policiais. Os adolescentes contavam que a arma que fora apreendida não lhes pertencia, fora "sacudida" pelos policiais. Afirmavam que não andariam com uma arma tão velha: "um negócio desses não mata de bala, mata de tétano". Os policiais oscilavam entre a chacota e a irritação. O rapaz branco, nervoso, dizia que, se tivesse uma arma, sempre a teria na cintura. Fiquei curiosa, então, quanto ao modo e ao lugar em que a arma fora encontrada, mas nada a esse respeito foi dito ou questionado em momento algum (Diário de campo).

Também chamou a atenção, enquanto acompanhávamos o cotidiano da DPCA, o fato de que os bairros das ocorrências parecem sempre se repetir. Mustardinha, Mangueira, Detran, Imbiribeira, Jardim São Paulo… Todos os dias, uma viatura do Pacto pela Vida aporta na DPCA vindo das mesmas localidades. Todos esses bairros guardam algo em comum: compõem as periferias das cidades da Região Metropolitana. São bairros pobres, eminentemente habitados por negros.

A forma como se dá o planejamento do policiamento no Recife ajuda a entender a dinâmica da sobrerrepresentação de alguns bairros. Existe um banco de dados, que os policiais acessam, alimentado com as ocorrências de certos períodos de tempo. Variáveis como os bairros e o tipo de infração são computadas. Nessa plataforma, a polícia se depara com gráficos que informam os bairros onde mais ocorrências foram registradas. Esses bairros são eleitos como alvo prioritário da ação policial.

5. Para explicações acerca do Pacto pela Vida, é possível consultar o sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco: [http://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida]. Ainda, RATTON; GALVÃO; FERNANDEZ. O Pacto Pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. *Tornando as cidades brasileiras mais seguras – Edição especial dos diálogos de segurança cidadã*. Instituto Igarapé, agosto de 2014. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf]. Acesso em: 20.10.2016.

O que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) aparentemente não percebe é que esses dados não são de grande valia enquanto mapeamento aproximado da criminalidade no Recife. Há neles pelo menos um pecado original: não se preocupam com o fato de que alguns bairros simplesmente não são eleitos para ação repressiva, de modo que nunca originam dados para as estatísticas. Nos bairros tipicamente de classe média, como Setúbal, Casa Forte, Aflitos, Poço da Panela, a polícia circula apenas para demonstrar que há alguém fazendo a segurança. Não há ação de rua, não há abordagens. Os bairros seguros, segundo a SSP, são, simplesmente, os bairros que não são elegíveis para a ação repressiva, os bairros cujos moradores não são "incomodados" pela polícia. O Coque, a Mangueira, a Casa Amarela, ao contrário, podem conviver com abordagens e detenções. O recorte racial e social é marcado.

Outro fator indicativo do recorte racial e social que permeia a suspeição policial é o modo como as abordagens se processam. Em mais de uma ocasião, ouvimos os PMs observarem que já sabem onde ficam os ladrões, os traficantes, os "marginais", ou que os conhecem pela cara. Talvez por essa razão não façam abordagens nos bairros mais ricos da cidade: neles, o perfil do indivíduo suspeito não encontra correspondente.

2.3. Um ofício bruto, um ofício heroico

Os policiais civis conversavam com animação. Em dado momento, falando dos adolescentes, um deles fez uma pose teatral e disse: "é a alma sebosa de Cardinot[6], o mau elemento de…, o marginal de…". Os demais fizeram coro e começaram a citar jargões de apresentadores de programas policiais. Todos os presentes envolviam-se na conversa – à exceção do delegado, que se mantinha sério. Pareciam sentir-se compreendidos e valorizados por esses jornalistas (Diário de campo).

Algo que pudemos perceber no dia a dia da delegacia é que os policiais, civis e militares, sentem-se descontentes e desvalorizados em sua profissão. Não é difícil notar em suas falas breves (ou não) referências ao fato de que executam um trabalho árduo e necessário, mas que não recebem reconhecimento algum por isso. Por vezes, referem-se ao fato de que o Judiciário solta os "bandidos" que tanta dificuldade tiveram para prender, por vezes, queixam-se dos salários baixos e das más condições de trabalho.

6. Cardinot é um dos mais famosos apresentadores de programas policiais em Pernambuco.

Durante os meses em que estivemos em campo, havia uma campanha salarial em curso na polícia civil. Conversamos, em muitas ocasiões, a esse respeito com os policiais. Todos diziam que a polícia civil não é valorizada e não tem a estrutura mínima necessária para a boa execução do serviço. Exemplificavam essa situação, inclusive, apontando para a impressora velha e barulhenta ou mencionando a falta de outras delegacias especializadas em Olinda e São Lourenço e o fato de terem de cuidar também dos adultos que concorrem com adolescentes no cometimento de algum delito. Certa vez, um comissário contou que houve grande esperança que o Pacto pela Vida trouxesse valorização para a carreira, mas que isso não aconteceu. Ao reverso, dizia que a polícia civil estava cada vez mais sucateada.

Durante aquela semana houvera uma audiência pública sobre as perseguições dentro da corporação, requerida pelo Sindicato da Polícia Civil (Sinpol), à Alepe (Assembleia Legislativa de Pernambuco). Os policiais civis contavam-me a respeito e demonstravam que seu interesse pelo tema era grande. Alguns vestiam a camisa da campanha salarial. Ao fim do relato sobre a audiência, no entanto, disseram-me que muitas instituições, dentre as quais o Ministério Público, não se incomodaram de mandar ninguém (Diário de campo).

Os PMs são menos abertos e diretos quando se trata de falar de suas condições de trabalho. Parece haver uma necessidade de circunspecção e austeridade inerente à sua condição. A observação, no entanto, não deixa dúvidas quanto à realidade: quase todos apresentam olheiras marcadas, costas curvadas, têm sinais de exaustão evidentes. Vêm também esfomeados. Há uma carrocinha, em frente à DPCA, onde é possível comprar munguzá e café. Quase todos se valem do interregno entre o registro das ocorrências para comer. Não conseguimos abordar a questão diretamente, mas supomos que eles não têm outro horário para fazer as refeições senão aquele do registro.

São curiosas as diferenças entre PMs de alta e baixa patente e entre PMs e policiais civis. Os PMs de baixa patente são quase invariavelmente negros, enquanto os PMs de alta patente e de polícias especializadas são quase invariavelmente brancos. A polícia civil, por sua vez, é majoritariamente branca. Ambas as polícias reclamam das más condições de trabalho, dos salários baixos. Entre os PMs, no entanto, aquele trabalho costuma significar uma pequena ascensão social e alguma segurança financeira. Os policiais civis, por sua vez, são vistos muitas vezes estudando para concursos de maior prestígio.

Certa vez, questionamos o que os policiais pensam da proposta de desmilitarização. O policial civil com quem conversávamos afirmou que a polícia civil era toda favorável à proposta. Justificou dizendo que a cisão entre as polícias não favorece a boa execução do trabalho e cria rixas desnecessárias. Sugerimos

que a polícia militar devia pensar diversamente. Ele disse, com firmeza, que não. Os únicos verdadeiramente interessados na manutenção do militarismo seriam os detentores de altas patentes.

De fato, resultado que espelha essa fala foi obtido por uma pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (LIMA; BUENO; SANTOS, 2014). Embora não se trate propriamente de pesquisa quantitativa, os dados indicam que cerca de 77,2% dos policiais são contrários à subordinação das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares como forças de auxiliares do exército, assim como discordam da organização militarizada. Em Pernambuco, supõe-se que esse número esteja na casa dos 85,7%, e apenas dentre os policiais militares esse número chega aos 90,3%.

As dificuldades na relação entre policiais militares e civis não são difíceis de perceber. Além da distância racial geralmente presente, há uma distância também social. Durante os meses em que estivemos na delegacia, perpetuou-se a sensação de que os policiais civis gostam de se supor intelectualmente superiores aos militares, enquanto os PMs olham o trabalho dos policiais civis como algo mais fácil e menos importante. Cada um parece querer defender como pode seus espaços e um orgulho difícil e geralmente ferido. Há um confronto que, na DPCA, é tácito no mais das vezes.

Os PMs chegam apressados. Querem, provavelmente em razão do sistema de metas, registrar a ocorrência o mais rápido possível. Quando se sentem pressionados, os policiais civis reclamam, dizem que o volume de trabalho é grande, que o registro é lento e que os próprios PMs não ajudam. Sempre tivemos a impressão de que os PMs atribuem a demora a "corpo mole" e má vontade. Mas, em geral, policiais civis e militares reclamam entre os seus, limitando-se a caras sérias quando se encontram.

O enfrentamento quanto à caracterização do flagrante é mais complicado. Os PMs chegam mais determinados, pressionam mais, munidos do que ostentam como evidências, querem que sua versão seja acatada de pronto. Os policiais civis, em algumas ocasiões, cochicham, dizem que chegou outro flagrante forjado. Ainda assim, muitas vezes a versão da PM "passa".

Apresentamo-nos a um delegado que ainda não conhecíamos. Em pouco tempo, iniciou-se uma espécie peculiar de confessionário. Relatava-nos suas dificuldades e insatisfações com a profissão, contava os problemas no lido com os PMs, os tão frequentes flagrantes forjados. "Quando percebem que a gente está duvidando, dizem logo que têm fé pública. Hoje, muitos fazem Direito...". Relatou os casos constantes de tortura, as dificuldades de provar, a falta de suporte das instituições.

> Essas imagens das câmeras da SDS... É uma dificuldade para conseguir. Geralmente não consegue. Não se usa quando precisa. A Corregedoria fica no pé por coisas pequenas, coisas que nós não temos como mudar. Mas bandidagem da profissão está aí... (Diário de campo).

O relato acima dá conta da situação delicada. Parece haver uma falta de definição a respeito dos termos da relação entre as polícias, mantida inclusive pelos órgãos responsáveis pelo direcionamento de suas atividades, como a SSP. Em nome de um eficientismo que, ironicamente, produz resultados muito tímidos, é mantida uma falta de supervisão das atividades. As maiores vítimas são justamente os *policiados*.

3. O medo de negro e o surgimento da polícia

3.1. Insurreições e medos nas cidades brasileiras

O século XIX representou um período conturbado na história do Brasil. Entre renúncias de imperadores autoritários, sucessão de regentes e crises entre liberais e conservadores, estouravam insurreições populares nos quatro cantos do país. Não cabe, neste trabalho, descer aos pormenores de tantas revoltas, mas queremos chamar atenção para aquelas que mobilizaram principalmente os setores mais pobres e marginalizados. Episódios como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolta dos Malês e a (menos conhecida) Guerra dos Marimbondos nos apresentam a um Brasil Império escravista marcado pela miséria e pela exclusão social, mas nem por isso amordaçado e submisso.

O movimento de independência transcorrera de modo tal que as estruturas sociais do período colonial foram mantidas quase intactas. As massas – negras e "mulatas"[7] – conservavam sua posição marginal e não se vislumbrava, no horizonte, nenhum projeto político que pretendesse modificar o cenário. A isso, o povo respondia rebelando-se, e, por vezes, ensaiando a tomada do poder, como ocorrera na Cabanagem. A repressão era brutal, tendo deixado, em alguns casos, um longo rastro de sangue (esse é o caso da Revolta dos Malês e da Cabanagem, revoltas de cunho eminentemente popular que tiveram como resposta acentuada violência conservadora).

É evidente que esses movimentos impactavam o imaginário dos setores governantes, que percebiam que a tarefa de conduzir o país não seria desempe-

7. Cientes da origem racista do termo, utilizamo-nos dele como forma de fazer referência à linguagem da época.

nhada sem dificuldades. As elites culpavam frequentemente a heterogeneidade social brasileira (AZEVEDO, 1987, p. 36). Tal argumento, na verdade, era somente uma forma pouco disfarçada de culpar negros e "mulatos" pelas mazelas do jovem país – algo irônico, visto que essa "heterogeneidade" garantia às elites privilégios nada insignificantes. Em suma, pensava-se que gente pouco ou nada civilizada contaminava o tecido social e fabricava um país igualmente incivilizado.

É verdade que a mestiçagem e o número elevado de negros na população brasileira havia muito era mote para debates. O século XIX, entretanto, voltou-se com muito mais ênfase sobre a questão. De um lado, a independência criava a necessidade de pensar um Brasil-Nação e, com isso, um *povo brasileiro*. De outro, e não por acaso, o racismo científico entrava na ordem do dia, embotando discussões acerca de um projeto amplo de cidadania.

No que tange ao projeto nacional, era preciso encontrar a particularidade do povo brasileiro e deixar bem assentada a ideia de nação. Para isso, o movimento romântico, entre doses de ingenuidade e complacência comedidas, defendera a tese da nação das três raças. Habilmente, no entanto, os românticos ergueram à posição central a figura indígena, mais facilmente administrável ou explicável, talvez, do que a do negro, ainda escravizado. Afinal, se era preciso eleger um povo, era preciso, também, referenciar elementos mais e menos desejáveis. Chegamos, aqui, ao argumento racial. Atentemos, inclusive, para o fato de um naturalismo matizado por elementos deterministas ter se seguido, na literatura, à euforia romântica.

Além da questão nacional e da emergência do racismo científico, pontos centrais neste debate, cremos que outro fenômeno influiu de modo significativo na percepção da mestiçagem e de como administrá-la. Falamos do início de um processo mais intenso e sistemático de urbanização.

Um Brasil majoritariamente rural ensaiava seus primeiros passos rumo à "modernização". As cidades assumiam posição cada vez mais destacada na vida imperial[8], ao mesmo tempo que a empresa açucareira, tradicionalmente o espaço das relações de casa grande e senzala, entrava em declínio. Com isso, o espaço público brasileiro começava a se delinear de modo mais expressivo.

8. Importa notar que Darcy Ribeiro (1995, p. 193) entende que as cidades sempre ocuparam um papel importante no Brasil, mesmo nos primeiros tempos da Colônia. Sem assumir posição contrária, queremos apenas destacar uma mudança nos fluxos populacionais e na forma de organização do espaço urbano, que sofreu inegáveis modificações no século XIX, principalmente a partir da vinda da Família Real.

Se antes o ambiente privado dos grandes engenhos era dominante, agora havia um espaço de convívio social que fugia ao controle imediato dos grandes proprietários.

A cidade era o espaço onde circulavam comerciantes portugueses, profissionais liberais brancos, negros e pardos livres ou forros e também escravos. Essa mistura permitia certo esconderijo ou camuflagem (CHALHOUB, 1988, p. 91). Identificar a condição social de cada indivíduo era algo difícil e, não raro, escravos passavam por cidadãos livres (CHALHOUB, 1988, p. 95).

O ambiente urbano de algum modo aproximava os diferentes e forçava maior grau de convivência. Não havia mais o efeito assegurador da senzala, para a qual os negros eram afastados. Na cidade, o branco assistia à mobilidade negra e tomava consciência de sua dimensão populacional. O Brasil saltava aos olhos como uma nova África.

Para o imaginário social da época, esse sujo desfile dos inferiores traduzia uma questão de segurança pública. Estando em número tão alto[9], caso essa população estreitasse laços de solidariedade e promovesse um levante conjunto, a cidade "ordeira" dos brancos estaria seriamente ameaçada. E parecia haver indícios de que esse momento estava cada vez mais próximo.

No plano internacional, a memória dos eventos que haviam conduzido à independência do Haiti impregnava o imaginário das elites. A despeito de sua "natural debilidade", a escravaria haitiana havia obtido sucesso em seu levante e, relendo os princípios da Revolução Francesa, derrubara os grandes proprietários ligados à Metrópole. Intelectuais e políticos brasileiros tomavam o caso como um exemplo do qual podiam retirar algum aprendizado, afinal, nas terras de cá, conflitos entre escravos e senhores haviam marcado as relações sociais desde os primórdios da escravidão. Insurreições coletivas, assaltos a fazendas e formação de quilombos não deixavam de configurar ameaças à grande propriedade (AZEVEDO, 1987, p. 35).

A tal ponto era sentido o perigo que o "haitianismo" passou a ser conduta perseguida pela polícia. Temia-se uma empreitada internacional que pusesse em risco a ordem interna (CHALHOUB, 1988, p. 88). Há referências a escravos e libertos levando consigo imagens de Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo tornado imperador após a independência haitiana, e, até mesmo, a negros haitia-

9. Darcy Ribeiro (1995, p. 229) apresenta dados do IBGE que informam que, em 1872, negros e pardos compunham cerca de 60% da população. Em 1890, esse número decresce para cerca de 55%.

nos apreendidos pela polícia na tentativa de aportar no Rio de Janeiro (MOTT, 1982, p. 62). Seus intentos não poderiam ser favoráveis à "*pax* branca".

O medo das elites tinha fundamentos concretos, não apenas no plano internacional, como também no interno. Além das várias revoltas a que fizemos referência no início, há alguns episódios menores que valem o relato. Azevedo (1986, p. 36) conta que nas ruas pernambucanas, no ano de 1823, podia ser ouvida uma cantiga bastante singela: "Marinheiros e caiados / Todos devem se acabar / Porque só pretos e pardos / O país hão de habitar". O termo caiado, evidentemente, era utilizado para referir-se aos brancos. Mott (1982, p. 60), por sua vez, narra que a vila de Laranjeiras, em Sergipe, no dia 26 de junho de 1824, amanheceu repleta de pasquins, pequenos papéis colados com cera de abelha pelas portas da cidade (lambe-lambe, no dizer nordestino), nos quais se lia mensagem menos sutil que a cantiga pernambucana: "Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados".

A despeito dos numerosos conflitos – é possível que não tenha se passado uma década sequer do século XIX sem que os governantes se vissem às voltas com insurreições ou "pequenas" demonstrações de insubordinação, como as narradas acima –, um evento tinha assento especial na memória. Falamos da Revolta dos Malês, ocorrida na Salvador de 1835 (BATISTA, 2003).

Na virada do dia 24 para o dia 25 de janeiro, os negros malês – expressão utilizada pelos nagôs (iorubás) para se referir aos adeptos do islamismo que acabou tendo seu uso difundido – iniciaram um levante pelas ruas de Salvador que tinha como objetivo último a tomada do poder e a consequente libertação do povo negro. João José Reis (1986), em seu estudo sobre a Revolta, conta que negros e libertos, durante meses, planejaram a insurreição para o dia 25 de janeiro, dia santo. Informações vazadas, no entanto, fizeram com que as autoridades baianas soubessem do caso e pudessem se preparar. Surpreendidos pela polícia durante a noite do dia 24, os negros não desistiram de seu intento e como puderam pelas ruas de Salvador. A repressão foi impiedosa, mas a imagem dos revoltosos era forte o suficiente para se impor (REIS, 1986).

Os negros envolvidos no evento, majoritariamente nagôs (iorubás) e haussás, causavam particular espanto aos brancos: não apenas sabiam ler e escrever, algo pouco comum entre os escravos, como o faziam numa língua (o árabe) completamente estranha aos proprietários brasileiros. Também apresentavam uma organização política de certa eficácia, arregimentando não apenas negros e pardos livres e libertos da própria cidade de Salvador, como até mesmo indivíduos de cidades mais distantes, de acordo com os dados levantados por Reis (1986, p. 91). Reunindo relatos jornalísticos sobre o acontecimento, Batista (2003, p. 187-191) observa o medo branco da astúcia e determinação negra.

A paz das elites parecia um intento cada vez mais difícil de alcançar. Em fins do século XIX, já às portas da abolição, os atos revoltosos dos escravos adquiriam contornos cada vez mais coletivos e eles mesmos pareciam assimilar a ideia de que tinham direito à resistência e até mesmo ao assassinato de senhores cruéis (AZEVEDO, 1987, p. 184). Medidas enérgicas faziam-se necessárias para controlar esse cenário de confluências.

Certa tarde de pouco movimento, iniciamos conversa com os policiais. Perguntamos a respeito dos dias e horários de maior movimento, de maior chegada de adolescentes apreendidos. Questionamos se nos fins de semana o movimento aumentava. Um policial civil disse que o movimento se intensificava a partir da quinta-feira à noite. Bem-humorado, acrescentou: "na sexta-feira de noite, então…! É a hora do terror, parece que soltam os monstros tudinho!" (Diário de campo).

3.2. A polícia e o medo de negro

Como pudemos perceber até aqui, no mesmo compasso em que cresciam e adquiriam importância, as cidades brasileiras se tornavam um espaço de difícil administração. O fluxo de negros e pardos era muito menos controlado do que convinha à tranquilidade dos brancos e os atos de insurgência fermentavam mais facilmente. Alguns autores (AZEVEDO, 1987, p. 36-37; BATISTA, 2003, p. 187) nos mostram, inclusive, que o discurso abolicionista arregimentava cada vez mais brancos, muitos dos quais temerosos das proporções que poderia atingir o Brasil de cor. Para muitos, a melhor proposta de abolição casaria com o reenvio dos negros para a África: abolia-se a escravidão e, por segurança, devolviam-se todos os negros – nascidos no Brasil ou não – de volta ao continente africano.

Para os grandes proprietários, acostumados ao controle sobre a dinâmica de vida em suas propriedades (controle este que ia da educação de seus filhos à administração da justiça), a cidade representava desestabilização em seu poder. Diferentemente do que se passava no domínio rural, suas milícias, seus capangas e seguranças, não tinham condições, sozinhos, de administrar o espaço urbano. A dinâmica mais complexa das cidades era um desafio novo. Como distinguir livres, forros, escravos? Como saber, na balbúrdia cotidiana, quem ia à rua a mando, quem vadiava, quem trabalhava?

Isso trazia complicações econômicas palpáveis. Se, mesmo nos engenhos, a escravidão necessitava de gastos consideráveis com vigilância e "disciplinamento", nas cidades, o volume de gastos necessário com o controle das massas negras saía da esfera do possível (DUARTE, 1998, p. 199). Além disso, ao se

integrar à dinâmica urbana, o escravo deixava de ser uma preocupação unicamente do senhor e passava a gerar demandas relativas à ordem pública.

O caminho encontrado foi a renúncia, pelos grandes proprietários, de parte de seu poder em nome do Estado. Nesse cenário, diversos mecanismos de controle e ordenação do espaço urbano foram surgindo, dentre eles a própria polícia. A Guarda Real de Polícia, por exemplo, criada em 1809, voltava-se, basicamente, à organização da cidade a partir de um corpo policial militarizado, ostensivo e com atuação em tempo integral. Estudando a atividade dessa polícia, sobretudo nos tempos de comando do Major Vidigal, Thomas Holloway verificou que, entre 1810 e 1821, 80% dos presos eram escravos e 19% eram ex-escravos. Portanto, 99% dos alvos do Major eram negros. Entre as condutas que mais geravam apreensões estavam as de ofensas à ordem pública, dentre as quais a capoeira e a desordem em grupo (41,2%), fugas de escravos (18,8%) e delitos contra o patrimônio (23%) (HOLLOWAY, 1997, p. 52).

A polícia não reprimia apenas as condutas descritas no Código Penal do Império, a exemplo dos tipos de vadio e mendicância, inscritos, respectivamente, nos artigos 295 e 296 daquele diploma legal. Outro importante instrumento de controle foram as posturas municipais, criadas pelas Câmaras municipais após a permissão dada pela lei de 1º de outubro de 1828.

Nilo Batista cita diversos dispositivos das posturas da cidade de Salvador, que proibiam, dentre outras, condutas como a de "deambulação de escravos", realização de "lundus, batuques e algazarras" (BATISTA, N., 2016, p. 36). As sanções cominadas em cada postura variavam entre multa, açoites e prisão.

Em Recife e na região Metropolitana, Clarissa Nunes Maia demonstra que as posturas voltavam-se, preferencialmente, à proibição de reunião de "pessoas de cor", de realização de festas, de batuques, de venda de bebidas alcoólicas a negros, dentre outras.

Marcadamente, tais legislações esboçavam a preocupação que a elite brasileira nutria em relação aos negros e às negras, livres ou não. Por meio delas, não apenas as manifestações culturais de matriz africana estavam submetidas à perseguição policial como se buscava impedir que a cidade se tornasse um espaço de contato entre homens e mulheres negros escravos ou livres, evitando, assim, reuniões, possíveis motins, fugas ou outras formas de resistência (DUARTE, 1998, p. 243-248; MAIA, 2007, p. 81).

3.2.1. Uma instituição de difíceis contornos

Nos seus primeiros anos, as forças policiais dispuseram de notável autonomia, concentrando até mesmo poderes judiciais (BATISTA, 2003, p. 145;

DUARTE, 1998, p. 220). É ilustrativo o fato de que, entre 1841 e 1871, coubesse a chefes de polícia, delegados e subdelegados o processamento e julgamentos dos chamados "crimes policiais", dentre os quais as ofensas à religião, à moral e aos bons costumes, a formação de sociedades secretas, os ajuntamentos ilícitos, a vadiagem, a mendicância, o uso de arma, dentre outros (MAIA, 2001, p. 75).

Mesmo após a aprovação da lei 2.033, em 1871, que passou essa atribuição aos juízes municipais, reservando a delegados e subdelegados apenas a atividade de elaboração do Inquérito Policial, a polícia continuou a desempenhar um papel crucial no ordenamento urbano, podendo determinar prisões correcionais e para averiguação, adentrar casas particulares, autorizar ou não a abertura de estabelecimentos comerciais e de lazer, indicar as áreas em que se podia haver prostituição, proibir certos ofícios. Tratava-se, de toda forma, do exercício de poder de polícia, cuja amplitude deveria ser máxima, segundo parte da doutrina jurídica do final do século XIX e início do século XX (SOUZA, 2009, p. 133).

A organização institucional da polícia, embora em constante mudança, como veremos mais à frente, dá conta das fronteiras difusas entre espaço e interesse público e privado no Brasil. Durante muito tempo, a nomeação de chefes de polícia e delegados foi feita de modo a prestigiar senhores e coronéis locais. Com isso, abuso de autoridade e instrumentalização da instituição como forma de perseguir inimigos políticos e desmoralizar desafetos tornaram-se elementos constitutivos da instituição policial. Apesar da preocupação em modernizar a instituição, muitas dessas características pré-burguesas foram mantidas no período republicano (MAIA, 2001, p. 99). Novamente, somos confrontados com o fato de que as marcas de nosso "atraso" mais parecem elementos importantes na própria construção de nossa modernidade.

Embora tenhamos referenciado que as primeiras forças policiais nacionais foram militarizadas, a natureza da instituição foi motivo para longas discussões. Durante o Império, as autoridades pernambucanas, por exemplo, pareciam muito mais inclinadas à instituição de polícias civis, reconhecendo os problemas oriundos da violência das forças militarizadas. Contra essa tendência, insurgiam-se os que consideravam que a militarização fortalecia a disciplina – algo talvez ilusório, visto que as preocupações com a indisciplina no seio da polícia militar eram constantes – e que o uso de fardamento impunha respeito (MAIA, 2001, p. 86). De qualquer modo, durante muito tempo, privilegiou-se, particularmente em Pernambuco, a criação de forças civis. Com o advento da República, ao contrário, o modelo militarizado ganhou força (MAIA, 2001, p. 93-94).

Num caso ou noutro, forças civis e militares dividiam espaço, o que gerava conflitos e rivalidades – existentes até hoje. É interessante observar que, já naquela época, fora do oficialato, as polícias militarizadas tendiam a ser mais precarizadas que as civis. Arregimentados entre os setores mais pobres – até mesmo porque a remuneração costumava ser ainda mais baixa que a de ofícios pouco prestigiados –, os praças das polícias militares durante muito tempo não eram reconhecidos como funcionários públicos e não tinham direito a aposentadoria. Após anos de trabalho, podiam ser descartados pela corporação sem maiores consequências (MAIA, 2001).

O movimento era muito intenso naquele fim de tarde. Apesar disso, um dos policiais civis da equipe em serviço demorava bastante tempo em conversa conosco, respondia nossas perguntas, explicava as ocorrências que chegavam. Falava com desenvoltura do Pacto pela Vida, das propostas de desmilitarização da polícia. Em dado momento, outro policial civil da equipe aproximou-se dele e informou, em voz baixa, que havia uma situação na sala de oitiva: um PM insistia na caracterização do flagrante. Em tom irritadiço, contrariado, o policial civil que nos acompanhava deu algumas instruções (Diário de campo).

Outra questão que pesava no debate acerca da organização policial era a descentralização da atividade. Aparentemente, a criação de forças nacionais, submetidas a um código único de organização e conduta, não dava conta dos problemas locais. Por um lado, as elites queriam liberdade para administrar a instituição, por outro, era reconhecido que a problemas locais deviam corresponder soluções locais. Por essa razão, o Império conviveu com muitas propostas de polícias municipais, algumas das quais apoiadas pelo governo central (MAIA, 2001). De fato, conforme reflexão de Duarte (1998), a ocupação do espaço, tanto urbano quanto rural, no Brasil, obedeceu a padrões muito diferentes em cada região. Um Sudeste em vias de modernização, por exemplo, apresentava demandas de segurança pública bastante diferentes de um Nordeste que convivia com o declínio da atividade açucareira e de sua importância econômica no cenário nacional. A insistência por uma polícia que se organizasse localmente e a partir dos problemas locais, nesses termos, fazia sentido.

Os pontos até aqui elencados podem servir à compreensão dos contornos bastante plásticos, por assim dizer, que a polícia assumiu durante muito tempo. Em estudo sobre o tema, com recorte para a cidade do Recife, Clarissa Nunes Maia (2001) conta que a criação de uma polícia melhor, mais eficiente e mais organizada esteve sempre em pauta, impulsionando constantes reformas institucionais. Em curtos espaços de tempo, forças policiais, civis e militares, eram criadas e extintas, numa tendência que parecia se estender a quase todo o país e não apenas a Recife ou Pernambuco.

Na verdade, essas constantes reformas parecem informar sobre a falta de consenso a respeito da melhor forma de organização das polícias e mesmo, talvez, de uma compreensão mais afinada de até onde iria o papel da instituição. Embora o medo de negro colocasse o controle dessa população no centro das demandas por segurança pública, como já observado, o colorido do povo e a dificuldade de conceber qual a imagem do cidadão brasileiro eram um fator de complexidade.

A aproximação social entre os policiais arregimentados entre as camadas mais pobres, negras, e os setores sobre os quais seria exercido o policiamento era um elemento forte nesse cenário. Além disso, havia uma massa trabalhadora, não menos colorida, que movimentava, ou, antes, sustentava a vida da cidade e que tinha suas próprias demandas. Ainda que as elites brancas tivessem seus projetos de sociedade e meios eficientes para tentar impô-los, a ideia de letargia popular e ausência de disputas e conflitos por essas demandas é ilusória e a-histórica.

Ainda a respeito da proximidade entre policiais e policiados, que podemos tomar como uma realidade muito atual, talvez caiba pensar no quanto isso contribui para a estigmatização da atividade policial e para a postura de distanciamento que instituições de maior prestígio, como o Judiciário e o Ministério Público, insistem em manter a respeito da polícia. Numa cultura em que bacharelismo e aspiração aristocrática andam juntos, o desprezo pela proximidade (logicamente não entendida, aqui, em termos de legitimação) da polícia com o povo não surpreende. Ao mesmo tempo que a "resolução de conflitos" surge como um fetiche, a imersão na realidade desses mesmos conflitos não deixa de ser desprezada. É provavelmente mais agradável e simbólico deter o poder sobre aquilo que está distante.

3.2.2. Entre policiais e policiados

Iniciamos este tópico referindo-nos ao surgimento da polícia como uma estratégia de controle das massas negras urbanas. Façamos, então, algumas considerações sobre a forma como esse controle era exercido.

Em cidades sitiadas pelo medo dos corpos negros e sua brutalidade, todo negro era um suspeito. A prática policial diária era informada por um padrão de suspeição racializado: nas rondas policiais, por exemplo, os indivíduos que eram abordados, ou que sofriam aquilo a que hoje chamamos "baculejo", eram negros. É simbólico o caso da revolta gerada na população quando, em 1905, o chefe de polícia Manoel dos Santos Moreira determinou que *todos* os que passassem pela ponte Sete de Setembro, no Recife, à noite fossem revistados pela

polícia (MAIA, 2001, p. 154). A despeito da evidente arbitrariedade do ato, não parecia causar incômodo o recorte étnico antes vigente nas abordagens.

Clarissa Nunes Maia (2001, p. 115) nos informa que até mesmo a ideia de modernizar a polícia era pensada a partir de máximas tributárias do racismo científico. Nos primeiros anos da República, para tornar mais eficiente a atividade preventiva, foram adquiridas ferramentas utilizadas pela antropologia criminal para a identificação de criminosos. Embora pareça que a falta de organização tenha prevalecido sobre a medição de crânios e identificação datiloscópica, o que deixou os aparelhos adquiridos com pouco uso, a diretriz estava dada.

Se nos preocupamos em empreender essa história em dois tempos, devemos ressaltar também que a violência policial é um dado de realidade desde o surgimento da instituição. Legitimada não apenas pela lei, mas também pelo próprio silêncio das demais instituições (ontem, hoje), podia manifestar-se abertamente, em sevícias públicas, ou de modo velado.

Na verdade, o espetáculo punitivo público, inspirado nas Ordenações, a despeito dos esforços de modernização nas leis, foi uma marca importante da vida brasileira até meados do século XIX. O tempo, no entanto, expôs o perigo da barbárie sem nenhum tipo de sutileza. As torturas públicas começaram a causar desconforto até mesmo às elites brancas, que, sob recomendações das próprias autoridades, denunciavam senhores cruéis. Na verdade, o tratamento "excessivamente" violento punha em risco a segurança dos senhores, até mesmo por servir de combustível ao discurso abolicionista mais radical. Além disso, esses violentos espetáculos abriam margem para demonstrações de solidariedade com as condições de vida dos escravos (AZEVEDO, 1987; BATISTA, 2003, p. 145; CHALHOUB, 1988, p. 16).

Apesar das preocupações com o controle no uso da violência, ela não deixou de ser utilizada, apenas foi deslocada do espaço aberto para ambientes mais restritos. Já nessa época, o Brasil assistia a um fenômeno ainda hoje central para a compreensão de sua sociedade: a existência e o funcionamento mais ou menos coordenados de um controle oficial, público e, por isso, em tese, submetido às normas jurídicas, e um controle não oficial, à margem da legalidade, mas imprescindível para a manutenção das relações de dominação (DUARTE, 1998, p. 209).

Chama atenção, também, a construção estética dessas cidades policiadas, assustadas e vigilantes. Na paisagem cotidiana, os passantes enchiam os olhos com a movimentação comercial, as miudezas da vida cotidiana, a sujeira constantemente lançada às ruas, açoites e punições violentas aos escravos e, até mesmo, amontoados de corpos negros sem vida lançados às ruas como dejetos

comuns pelos senhores (BATISTA, 2003, p. 169). A brutalidade que convivia de perto com os afazeres diários. Uma paisagem que de certa forma naturalizava a violência imposta a certos corpos. É a estética da escravidão, a que se refere Batista (2003), informando a construção de diversas instituições – particularmente a polícia – e imbrincando-se na própria noção de cidade.

Atualmente, um percurso breve pela cidade do Recife, por exemplo, pode dar conta de uma dinâmica até certo ponto assemelhada. Os moradores de rua amontoados debaixo das marquises, incorporados à paisagem ou simplesmente invisíveis, camuflados pela própria constituição do espaço urbano, são quase todos negros. Os moleques que vendem água, frutas e pipoca ou se oferecem, de modo incômodo e insistente, para limpar o para-brisa dos carros nos sinais de trânsito e que fazem os motoristas subirem os vidros apressados, temerosos das frequentes ondas de violência urbana, são quase todos negros. A trupe de meninos, entre oito e quatorze anos, que se diverte surfando nos ônibus é negra e ouve, do motorista, do cobrador ou de algum dos passageiros, o mesmo aviso rotineiro: semana passada um moleque (negro) morreu nessa brincadeira.

Nos bairros de classe média alta, uma viatura do Pacto pela Vida faz uma ronda discreta e protetora. Nas favelas e nos subúrbios mais pobres, vez ou outra é possível ouvir uma sirene, o burburinho de que a polícia rendeu não se sabe quantos, o som de tiros por conta de batida nos barracos – "estão atrás dos traficantes". Os apreendidos e levados para as delegacias, por vezes surrados e pintados de hematomas, não são menos negros do que os PMs que aproveitam a demora no registro da ocorrência para tapear o almoço, tomando o caldinho ou comendo o munguzá vendido por algum conhecedor da dinâmica das delegacias.

Conforme aponta Foucault (2005, p. 304-305), o argumento racial foi imprescindível para a contenção violenta dos indivíduos indesejáveis. Se, independentemente da vertente "científica" adotada (determinismo ou evolucionismo), o corpo negro foi tomado historicamente como inferior, ou até mesmo menos humano, a tutela que recobria os brancos não o alcançaria. Se adicionarmos a esse cenário ideias como degeneração e eugenismo – correlatas ao debate posto pelo racismo científico – entenderemos, com o autor francês, a utilidade do discurso racista. Matar ou expor à morte os corpos negros – corpos brutais, animalizados –, era zelar pela saúde, bem-estar e segurança dos brancos.

Conversávamos com alguns policiais a respeito de temas diversos: redução da maioridade penal, desmilitarização da polícia, condições de trabalho. Em dado momento, os policiais começaram a falar sobre a iniciativa da Polícia Cidadã. "Polícia mesmo é sempre para reprimir, por isso que essas iniciativas não dão muito certo. Isso não é para policial, é para psicóloga, assistente social. Não tem muito a nossa cara, não." (Diário de campo)

3.3. Racismo de Estado

3.3.1. Nos trilhos da biopolítica

Observando as implicações do discurso cientificista a respeito das diferenças existentes entre as raças na forma como os problemas sociais brasileiros eram percebidos e abordados, perceberemos que o salto para posturas eugenistas estava próximo. Se a herança racial era tão problemática, uma agenda de controle sobre os cruzamentos de melhoria dos nascimentos se impunha. Era preciso selecionar indivíduos aptos a compor uma sociedade sã e saudável, uma sociedade apta, ela mesma, ao progresso e à civilização.

Também essa agenda era de inspiração europeia. Embora suas consequências mais drásticas só viessem a se desenrolar em meados do século XX, com a Alemanha nazista, já no século XIX surgiram teóricos em defesa do aperfeiçoamento humano e da eliminação de indivíduos degenerados ou inferiores. O termo eugenia, particularmente, apareceu pela primeira vez a partir do trabalho de Galton, em 1883, que a definiu como "ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade" (GALTON apud KERN, 2015, p. 7).

Nas metrópoles europeias, a defesa da eugenia caminhava junto à preocupação com a instabilidade política reinante e a sensação de relativa vulnerabilidade que suas classes dominantes experimentavam. A burguesia, por exemplo, insistia na tese de que os "grandes homens" da nação surgiam sempre no seio da classe burguesa, composta pelos melhores representantes da raça, pelos "gênios naturais", que deviam ser multiplicados (ARENDT, 2012, p. 261). Defendia-se a composição de uma "aristocracia natural", advinda dessa pureza racial.

Nas colônias, por outro lado, a problemática horda de nativos, ora vista como oriunda de raças menos desenvolvidas, ora tida como degenerada, precisava passar por um verdadeiro processo de saneamento, de modo a evitar a proliferação descontrolada de indivíduos socialmente perigosos (ZAFFARONI, 1998, p. 156). Havia uma preocupação anunciada com o efeito contaminador dos inferiores sobre o futuro do corpo social e uma preocupação, talvez latente, mas correlata, com a necessidade de assujeitamento e contenção política desses mesmos indivíduos.

Essa preocupação com os "problemáticos" favoreceu o surgimento de campos de experimentação "científica" como a antropometria e a frenologia. A partir de pesquisas empíricas, afirmava-se ser possível prever comportamentos

humanos. Se determinados traços fenotípicos denotavam degenerescência e incivilidade, aqueles que os apresentassem estariam propensos a comportamentos antissociais. Este é o caminho seguido por Cesare Lombroso na sua antropologia criminal: a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário, identificável, portanto, antes mesmo do cometimento de qualquer delito. O que se nota é um abandono da análise do comportamento individual. O sujeito é solapado pela irresistibilidade de uma herança racial. (SCHWARCZ, 2005, p. 49).

No Brasil, as teorias eugenistas tiveram grande aceitação. Os pensadores da Escola do Recife, por exemplo, eram partidários dos critérios de pesquisa empírica que guiavam trabalhos da antropologia criminal e da frenologia e defendiam a criação de um Direito Penal que deixasse de lado as máximas liberais e se concentrasse na prevenção ao delito – que poderia ocorrer antes mesmo de seu cometimento, como já dito (SCHWARCZ, 2005, p. 49).

A política de embranquecimento nacional pode ser tomada como outra faceta da eugenia no Brasil. Por meio de uma gestão da mestiçagem, acreditava-se ser possível controlar e melhorar a raça no país. Pensadores como Oliveira Viana e João Baptista Lacerna, já posteriores à geração de Sílvio Romero, viam na herança genética negra uma ameaça populacional e pensavam formas de conter seus efeitos negativos (SCHWARCZ, 2005, p. 49).

O interessante é observarmos que, embora a inspiração teórica partisse de modelos europeus, a solução brasileira continha certa originalidade, justamente por virar ao avesso as teorias europeias. Enquanto Galton defendia um melhoramento eugênico no seio das raças puras e entendia a mestiçagem como degeneração, os cientistas brasileiros invertiam a equação. O cruzamento entre os mestiços brasileiros e os brancos europeus, para eles, promoveria melhoramento paulatino na genética nacional, amainando a herança negra e indígena e fortalecendo os caracteres da raça branca. (SCHWARCZ, 2005, p. 49).

Como percebemos, as implicações de uma agenda eugenista não se limitavam à esfera do Direito. Na Medicina, era fortalecida uma preocupação com a saúde, presente e futura, do corpo populacional. Além do discurso médico-legal, tão forte no bojo da Escola do Recife, preocupado com o crime e o criminoso natural, havia uma demanda muito própria da Medicina por higiene, sanidade e assepsia, não menos informada por fatores raciais. O ar estava impregnado de perigosos miasmas e vapores malsãos, exalados por uma cidade africanizada (BATISTA, 2003, 163).

O panorama até aqui traçado dá conta do surgimento de uma biopolítica e do racismo de Estado no Brasil.

Foucault explica que em meados do século XVIII emergiu, na Europa, uma forma de poder, instrumentalizada pelo Estado, preocupada com o ser humano, não enquanto indivíduo, mas enquanto população; uma forma de poder voltada à manutenção e ao aperfeiçoamento da vida. É a isso que ele chamou biopoder.

O autor francês demonstra que o exercício dessa nova modalidade de poder supôs preocupações com higiene pública, sanitarismo e controle de doenças endêmicas, de modo a melhorar e a prolongar a vida dos povos. Ocorre que isso não é tudo. O biopoder surgiu no contexto do racismo científico e de suas máximas foi tributário. O melhoramento da vida era correlato ao aperfeiçoamento racial e supunha, ele também, a eliminação dos elementos negativos, dos representantes das raças inferiores. Para esse poder ocupado do alongamento da vida, outra não poderia ser a justificativa para a morte. Como o teórico explica, o racismo passou a fornecer a clivagem entre os indivíduos que devem viver e aqueles que devem morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 304)

Agamben, também ocupado da ideia de biopoder, debruça-se sobre o conceito romano de *homo sacer*. Esta figura traduz o indivíduo cuja existência carece de valor intrínseco e cujo assassinato sequer é punível. Nas palavras do autor: "no caso do *homo sacer*, a pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina" (AGAMBEN, 2014, p. 89).

Foucault e Agamben concentram sua reflexão a respeito do biopoder na biopolítica exercida em particular pelo Estado nazista, o Estado assassino e racista por excelência, onde o extermínio do *outro* e a exposição no seio do próprio grupo à morte, de modo a purificar cada vez mais a raça, foram levados ao extremo (FOUCAULT, 2005, p. 311). Achille Mbembe (2011), por sua vez, aproxima as categorias trabalhadas pelos teóricos europeus da experiência colonial, demonstrando sua utilidade possível no contexto da escravidão. Numa reflexão que parece aproximar a figura do *homo sacer* do escravo, Mbembe observa que a vida deste último foi vulnerada ao limite, constituindo uma morte em vida (2011, p. 33).

Os problemas postos nos colocam de frente com a questão da morte, do extermínio. É pertinente, então, perguntar-nos de que formas se manifesta essa possibilidade de assassinato. Será sempre o assassinato direto? *A priori*, parece que não, pois, se, por um lado, o escravo ainda representava força econômica importante, por outro, o liberto em que se converteu após a abolição não teve sua existência simplesmente varrida do solo nacional. O elemento negro temido não deixou de ser o elemento negro presente. A essa questão Foucault nos responde observando que a morte são várias possibilidades de morte, não

apenas o assassínio direto, mas a vulneração, a exposição a uma *morte possível* (FOUCAULT, 2005, p. 304).

3.3.2. O projeto genocida brasileiro

Podemos tomar como conclusão, então, a ideia de que a vida negra no Brasil foi construída como elemento inferior, degenerado e potencialmente perigoso. Essa carga negativa atrelada dava conta da necessidade de controle e contenção, de modo não raro violento e assassino, evidenciando que esta era a vida matável por excelência. Das torturas sobre o corpo dos escravos insubordinados às surras e prisões dos capoeiras, tudo podia, em maior ou menor grau, ser justificado pela ideia do perigo rondante, nas ruas, dentro das casas, no ar, nos corpos. Nos dias de hoje, o cenário não é substancialmente diferente.

A análise mais superficial de quaisquer dados relativos à segurança pública brasileira dá conta da vulnerabilidade da população negra no país. Além dos dados que apresentamos na introdução, relativos ao encarceramento em massa e recolhimento ao sistema socioeducativo (que nada mais é do que uma prisão para parte da juventude) de pessoas negras, precisamos atentar para os números da violência.

O Atlas da Violência de 2016 (IPEA, 2016) nos apresenta números chocantes. Primeiramente, situa o Brasil como o país com maior número absoluto de homicídios no globo, totalizando mais de 10% de todos os homicídios registrados no mundo. A tendência parece ser a piora: nos últimos anos, a taxa de homicídios tem mantido tendência crescente, particularmente na região Nordeste. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública referente ao ano de 2015, por sua vez, dá conta de que o número de mortes decorrentes de ação policial corresponde a 5% do total de mortes violentas intencionais e é, inclusive, bastante superior ao número de mortes por latrocínio, por exemplo.

A mortandade, no Brasil, concentra-se sobremaneira na juventude. De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2016), em 2014 a taxa de homicídios por 100 mil jovens era de 61. Em alguns estados, esse número chega a mais que quadruplicar, como em Alagoas, um dos estados mais violentos da federação. Tão alta é a mortalidade dos jovens brasileiros que se estima que num futuro próximo haverá uma baixa significativa na proporção de jovens na população do país.

Devemos sempre destacar que todos esses dados são fortemente racializados. Estima-se que um jovem negro tem cerca de 147% a mais de chances de ser vítima de violência letal que um jovem branco ou índio. Considerando também que o grosso das mortes está concentrado entre os jovens de baixa

escolaridade, podemos inferir o grau de vulnerabilidade social da juventude negra do país: excluída da educação básica e, via de consequência, dos bons postos de trabalho, empobrecida e exposta ao extermínio.

Cremos, com Ana Luíza Pinheiro Flauzina (2006), que termos como extermínio e genocídio são adequados à realidade vivida pela juventude negra no país. Embora haja grande rejeição ao reconhecimento de que há um projeto genocida em curso, podemos observar clara clivagem entre a proteção conferida a negros e brancos. Conforme explicado pela autora, a ideia de genocídio nem é limitada a situações de guerra nem às violências delimitadas no tempo, mas deve ser reconhecida também nos casos em que a violência se manifesta de modo difuso e contínuo. Num caso ou no outro, o resultado é assemelhado: a eliminação física do público-alvo.

Uma viatura da polícia parou em frente à DPCA, dois PMs desceram e retiraram um rapaz, de quinze ou dezesseis anos, tão preto quanto eles, de dentro da "gaiolinha" da viatura. Sujo da cabeça aos pés, o rapaz trazia muitos hematomas pelo corpo e respingos vermelhos na roupa e nas pernas. Acompanhei sua apresentação aos policiais civis. Olharam-no dos pés à cabeça, fitaram rapidamente os PMs e iniciaram o fluxo burocrático regular (Diário de campo).

4. Considerações finais

Quisemos, ao longo deste trabalho, trançar uma história em dois tempos. A experiência do hoje, como temos repetido, alertou-nos para a força com que o passado ainda se impõe sobre nós. A cada nova ocorrência, a cada nova adolescente ou novo adolescente sujo e maltratado que chegava carregado por policiais negros exauridos, a Delegacia de Proteção à Criança nos remetia a um passado escravista.

Tudo na DPCA evoca e reforça a ideia de inferiorização racial negra. Apenas adolescentes negras e negros são submetidos à ação policial, poucos são os corpos brancos assujeitados. A falta de importância dos direitos, da vida desses jovens é brutal: ninguém se questiona a respeito das condições difusas de suas capturas, dos hematomas, das marcas de sangue que trazem pelo corpo. Ninguém tampouco cogita de sua inocência. Nasceram culpados e assim chegam à delegacia. Seu crime, como bem colocou Galeano (1999, p. 45), é o de "portar uma cara", uma cara negra, ou, pelo menos, não branca.

Tudo isso se passa sob a aparente tranquilidade de um país amorenado e multicultural, que tanto quer acreditar, ou exportar, na sua capacidade de promoção da igualdade e da tolerância. No entanto, pouco têm a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente a dizer a respeito da realidade.

Adolescentes negros ainda são, no mais das vezes, os "menores". Distante do acesso a serviços de qualidade, trazem apenas a senha de ingresso para o sistema socioeducativo, para onde vai a maior parte dos adolescentes apreendidos pela polícia.

É preciso frisar, no entanto, que não acreditamos que as polícias sejam a única patologia do sistema de justiça criminal. Certamente, o papel desempenhado por esses atores é de relevo, mas não podemos esquecer que a própria profissão é, como tudo no país, ela mesma racializada. O que dizer da vulneração e desvalorização da vida de cada PM de baixa patente submetido ao dia a dia da polícia de rua recifense? Apesar de a ideia soar já lugar-comum, sua imagem realmente evoca a dos capitães do mato. Como o próprio PM admitiu, eles não deixam de ser os pretos que perseguem pretos.

Não há também como esquecer o papel conveniente desempenhado pelas demais instituições. O que fazem o Judiciário e o Ministério Público, por exemplo, diante desse cenário convulso? Chancelam, sem mais perguntas, todos os atos praticados pelas polícias. E mais: escusam-se de seu papel fiscalizador, de seu papel promotor dos direitos humanos (no caso particular do Ministério Público) e reproduzem, eles mesmos, padrões racistas de etiquetamento.

Não há, em suma, como imputar às polícias a criação ou perpetuação solitária do racismo. Entendemos, e quisemos lançar as bases para esta tese no correr do trabalho, que a polícia é mais um fruto do racismo institucional. Acompanhando a história da instituição, pudemos perceber que sua criação respondeu a uma demanda pela contenção dos corpos negros. A partir da etnografia realizada, percebemos, na atualidade, a força de uma "filtragem racial" muito semelhante àquela de mais de cem anos atrás e podemos apontar para o fato de que a demanda de contenção dos corpos negros não apenas se mantém como também impulsiona e talvez até mesmo sustente a manutenção da atuação policial. Se tão poucos são os corpos brancos submetidos a policiamento, só podemos supor que a instituição se fundamenta na contenção negra. Eficaz que é, essa engrenagem racista não apenas controla os policiados como, ainda, a massa que compõe a base da corporação policial, por meio da imposição também brutal do *status quo* vigente.

Através desta pesquisa, fomos provocadas a perceber as verdades por trás do pacto social vigente no Brasil. Enquanto aos corpos brancos, na população e também nas corporações policiais, é disponível um espaço de livre circulação, de livre vivência, na cidade formal, onde se lhes apresentam serviços eficazes e de qualidade, aos corpos negros é legado um espaço marginal. Convertidos em trabalhadores, mais especificamente, trabalhadores precarizados, os negros vivem um espaço também precarizado, no qual sua circulação é motivo de

vigília. O que afasta o adolescente negro algemado, acusado de roubo, tráfico de drogas, dos "ingênuos" insubordinados, brutais e perigosos aos olhos das autoridades de outrora? O jovem negro de hoje não parece ser menos exótico e perigoso aos olhos das autoridades que o moleque de casa ou o capoeira do século XIX. Nenhum dos dois é visto como suficientemente civilizado para viver entre os "cidadãos de bem", talvez por isso sejam mandados, tão sem cerimônias ao sistema socioeducativo.

Num lapso de mais de cem anos, vemos o perfil do indivíduo suspeito ainda muito assemelhado àquele vigente no Império, no início da República. Há, talvez, apenas algo de parcamente mais sofisticado no funcionamento das agências de controle hoje. Se não é mais possível, à luz das formalidades jurídicas, caçar abertamente negros amontoados em mocambos nos rincões da cidade, é possível selecionar bairros periféricos como alvos preferenciais do controle policial e a isso chamar planejamento. É possível dar voz à polícia e calar as jovens e os jovens policiados e a isso chamar "fé pública". É possível, ainda, insistir no argumento falacioso de que os pobres delinquem mais e apagar das tabelas e dos formulários policiais os campos referentes à raça do indivíduo selecionado.

O que percebemos é que o debate a respeito de quem detém o *status* de cidadão no Brasil nunca foi empreendido às claras. As disparidades no tratamento dispensado a negros e brancos nos levam a questionar até que ponto o elemento negro é aceito como parte do povo brasileiro. Ainda hoje, ao que parece, a proteção da vida e da dignidade branca se dá a partir de privilégios detidos sobre uma população negra cuja vulneração recebe toda sorte de justificativa institucional. Ainda estaríamos em busca do melhoramento racial, agora por meio da contenção e do isolamento social?

Novas e mais profundas pesquisas podem nos ajudar a compreender melhor essa história de criminalização, espiralada, sim, mas tão fortemente contínua. História de manutenções violentas. Por ora, olhamos para policiais e policiados e vemos esses caminhos cruzados, irônicos na distribuição e assunção de papéis, mas, sobretudo, brutais.

5. Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Levantamento nacional de informações penitenciárias – junho 2014*. Brasília: Ministério da Justiça, 2015a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Levantamento anual SINASE 2013*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015b.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 83-105, mar.-ago. 1988.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e racismo*: introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. 1998. 399 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*: a escola do mundo ao avesso. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. HENRIQUES, Ricardo. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 39-62.

IPEA. *Atlas da violência 2016*. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Brasília, 2016.

KERN, Gustavo da Silva. Biopoder, biopolítica e o discurso eugenista produzido no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434307765_ARQUIVO_TextoFinalAnpuh2015.pdf]. Acesso em: 24.08.2016.

LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2014. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/ApresentacaoFinal.pdf]. Acesso em: 20.10.2016.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados*: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865 – 1915. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas*: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2007.

MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*. NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica*: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MBEMBE, Aquille. *Necropolítica seguido de Sobre el Govierno privado indirecto*. Espanha: Editorial Melusina, 2011.

MOTT, Luiz R. B. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. *História*: questões & debates. Curitiba, v. 04, n. 01, p. 55-63, 1982.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. *Tornando as cidades brasileiras mais seguras – Edição especial dos diálogos de segurança cidadã.* Instituto Igarapé, agosto de 2014. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf]. Acesso em: 20.10.2016.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade*: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930). São Paulo: IBCCRIM, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. NUNES, Edson de O. *A aventura sociológica:* objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Criminologia*: Aproximación desde un margen. Bogotá: Editorial Themis, 1988.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A criminalidade da polícia, de Carlos Magno Nazareth Cerqueira –, *RBCCrim* 19/243-252 (DTR\1997\253);
- A legislação anti-racismo no Brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do judiciário?, de Marta Rodriguez de Assis Machado –, *RBCCrim* 76/79-105 (DTR\2009\9);
- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz –, *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210);
- O controvertido papel da polícia, de Luis Fernando Camargo da Cunha Lima –, *RBCCrim* 39/241-249 (DTR\2002\607);
- O menor, esse desconhecido, de Sálvio de Figueiredo Teixeira, – *RT* 656/11-17 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 4/801-814 (DTR\1990\207); e
- O negro, a Suprema Corte e a Emenda Constitucional 13, de Adhemar Ferreira Maciel –, *RePro* 78/188-190 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 4/25-28 (DTR\1995\177).

Estado, biopoder e UPPs: a vida nua das favelas e o genocídio negro enquanto projeto de Estado

State, biopolitics and PPUs: the naked life on the favelas and the black genocide as a State project

Fernanda Martins

Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS. Mestre em Teoria, Filosofia e História do Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Bacharelada em Direito pela UNIVALI. Bacharelada e licenciada em História pela UFSC. Professora em Criminologia e Direito Penal na UNIVALI. Pesquisadora no Projeto de Pesquisa "Criminologia, Cultura Punitiva e Crítica Filosófica" e no Projeto "Bases para uma Criminologia do controle penal no Brasil: em busca da brasilidade criminológica".
fernanda.ma@gmail.com

Guilherme Filipe Andrade dos Santos

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), com a Professora Doutora Jeanine Nicolazzi Phillipi entre agosto de 2013 a agosto de 2015. É membro do Núcleo de Estudos em Filosofia e Teoria do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (NEFTD).
gui.filipe.andrade.dos.santos@gmail.com

Recebido em: 26.04.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autores: 12.06.2017

Áreas do Direito: Direitos Humanos; Penal

Resumo: O presente artigo possui como provocação pensar a relação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), da suspensão da norma do Estado de Exceção e do genocídio da população negra brasileira como implicados e imbricados em uma mesma arrama política, jurídica e filosófica. O Estado se configura, mesmo em tempos de desmantelamento promovido pela doutrina neoliberal, como ente político máximo que confere a seus cidadãos os direitos fundamentais que foram convencionados como democráticos,

Abstract: The state is configured, even in times of dismantling promoted by the neoliberal doctrine, as the maximum political entity that gives citizens of this fundamental rights that were agreed as democratic, with the purpose of creating a country project. However, it is not very difficult to observe that the State, even possessing such emancipatory prerogative, is also the author of securitary public policies that provide social control, based on the discourse of the security of society, although for that it

com a finalidade de ensejar um projeto de país. Entretanto, não é muito difícil observar que o Estado, mesmo possuindo tal prerrogativa emancipatória, também é autor de políticas públicas securitárias que ensejam o controle social, alicerçadas no discurso da segurança da sociedade, conquanto que, para isso, seja necessário suspender a ordem vigente pela via da legalidade. Nesse sentido, as UPPs são paradigmáticas para entender como se opera essa lógica de suspensão da lei sob o pretexto de proteger o Estado e a sociedade que nele se insere, objetivando-se, no presente trabalho, a articulação entre a racionalidade governamental e a instituição de um Estado de exceção nas favelas cariocas, posicionando as UPPs enquanto técnica governamental biopolítica. Assim, entre as conclusões possíveis de serem pensadas, é de que tal Estado de exceção, uma vez instalado, permite que o Estado possa implementar políticas que ensejam o genocídio da população negra que reside nesses territórios.

Palavras-chave: Biopolítica – Genocídio – UPPs – Estado de exceção – Racismo.

is necessary to suspend the current order by the way of legality. The Pacifying Police Units (UPP) are paradigmatic to understand how this logic of suspension of the law operates under the pretext of protecting the State and the society that is inserted in it, proposing in the present work the articulation between the governmental rationality and the Institution of a State of Exception in the Rio de Janeiro favelas, positioning the UPPs as a biopolitical governmental technique. Such a state of exception, once installed, allows the state to implement policies that lead to the genocide of the black population residing in those territories.

Keywords: Biopolitics – Genocide – UPPs – State of exception – Racism.

Sumário: 1. Introdução. 2. O inimigo a ser combatido: o estado de exceção resultante da securitização. 3. UPPs enquanto administração policial do campo. 4. Estado e biopoder: a vida nua das favelas e o genocídio negro enquanto projeto de estado. 5. Considerações finais. 6. Referências.

1. Introdução

O presente artigo possui como provocação pensar a relação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), da suspensão da norma do Estado de Exceção e do genocídio da população negra brasileira como implicados e imbricados em uma mesma arrama política, jurídica e filosófica. Nesse sentido, o Estado se configura, mesmo em tempos de desmantelamento promovido pela doutrina neoliberal, como ente político máximo que confere a seus cidadãos os direitos fundamentais que foram convencionados como democráticos, com a finalidade de ensejar um projeto de país.

Entretanto, não é muito difícil observar que o Estado, mesmo possuindo tal prerrogativa emancipatória, também é autor de políticas públicas securitárias que ensejam o controle social, alicerçadas no discurso da segurança da socie-

dade, conquanto que, para isso, seja necessário suspender a ordem vigente pela via da legalidade. As UPPs são paradigmáticas para entender como se opera essa lógica de suspensão da lei sob o pretexto de proteger o Estado e a sociedade que nele se insere.

Nesse sentido, através do conceito de "razão governamental", entendemos qual racionalidade o governo utiliza para calcular suas intervenções no corpo social. Portanto, assim, o conceito elencado é significativo, seja para meditar sobre suas consequências políticas, seja para destacar o que isso manifesta da nossa atual conjuntura político-jurídica. Ademais, se faz necessário pensar a UPP por meio desse viés, buscando entender como essa política pública se inclui em um projeto de nação.

Tal esforço é promovido para interpretar os processos genocidas que se instalaram na cidade do Rio de Janeiro, tendo como principais alvos as pessoas residentes das favelas cariocas, sendo elas, em sua grande maioria, negros e pobres. A partir deste lugar, buscamos entender as motivações estatais que levam as razões biopolíticas de tortura e morte dos corpos tidos como abjetos.

Para tanto, o presente artigo pretende apresentar uma articulação em que se discute a relação entre a racionalidade governamental e a instituição de um Estado de exceção nas favelas cariocas, posicionando as UPPs enquanto técnica governamental biopolítica. Uma vez essa situação do Estado de exceção é instalada, permite que ele possa implementar políticas que ensejam o genocídio da população negra, residente nesses territórios.

2. O inimigo a ser combatido: o estado de exceção resultante da securitização

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é a regra"[1]. Assim se inicia a famosa "Tese VIII" de "Sobre o conceito de história", obra de Walter Benjamin escrita em 1940. A curta oração denota a forma de condução das autoridades ocidentais, em que a suspensão da lei se transforma em prática governamental para ensejar os interesses do próprio poder. Interesses tais que são identificados com os do mercado, relação aqui alçada como uma entidade, no sentido divino da palavra[2].

1. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 226.
2. Walter Benjamin escreveu um artigo intitulado "O capitalismo como religião", contido em livro homônimo, publicado pela Editora Boitempo, em que faz uma interes-

A securitização[3] do cotidiano e da vida dos viventes da favela salta aos olhos, configurando-se como expressão genuína do nosso Estado de exceção. As incursões policiais e das Forças Armadas garantem ocupação de determinados territórios – neste caso, as favelas – onde residem sujeitos que compõem sua população – neste caso, negros e pobres. Tais ocupações têm, por justificativa, bem como aufere legitimidade para fazê-la real, a propalada "guerra contra as drogas", instituindo, a partir dessa premissa, razões de segurança que, na prática, são responsáveis pela querela de desrespeitos às vidas dos que habitam nas favelas cariocas, impondo-lhes o controle vigilante e transformando-os em corpos dóceis para os detentores do capital – quando não, para serem mortos pela estatalidade.

A utilização do mote da "crise" para operar a política atualmente, tornando-se parte da normalidade em qualquer segmento da vida social, é um ponto que Giorgio Agamben destaca ao dizer que essa palavra atualmente apresenta um esvaziamento de seu sentido. Originalmente, representava um momento de julgamento e de escolha, hoje se tornou um instrumento de dominação, legitimando decisões políticas e econômicas que desapropriam cidadãos e os privam de qualquer possibilidade de decisão no âmbito democrático[4].

Dessa forma, a crise estrutural que se instaurou na cidade do Rio de Janeiro motivou as autoridades públicas, com a anuência das classes detentoras do poder, a implementar uma sorte de políticas intervencionistas de cunho securitário nos territórios de favela, posto que tais espaços sempre foram identificados, mais uma vez, como o *locus* da decadência e da violência que a cidade sofreu, e sofre, até hoje.

---

sante alusão do capitalismo ao sistema de ritos cristãos. Seguindo pela mesma trajetória argumentativa, Giorgio Agamben disserta sobre essa divinização do mercado e do seu instrumento mais notório, o dinheiro, na entrevista disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/]. Acesso em: 25.07.2016.

3. Escolho o termo "securitização" pois abrange os movimentos tanto da polícia quanto das Forças Armadas em torno do tema da segurança. Embora a militarização da polícia, bem como o desempenho de função de polícia exercido pelas Forças Armadas, seja um processo demonstrado pelos autores citados nesse texto, em especial BRITO et al., o vocábulo "militarização", na opinião de quem escreve, não contempla a contento o debate, posto que ainda é um termo ligado diretamente às forças militares, dificultando a ligação do conceito aludido com as polícias. Não obstante, por se tratar de um processo, não é simplesmente efeito, mas também causa da securitização da sociedade.

4. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/a-crise-infindavel-como-instrumento-de-poder-uma-conversa-com-giorgio-agamben/]. Acesso em: 25.07.2016.

Recupero a frase de Carl Schmitt, "soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção"[5], para, juntamente com o exposto, possibilitar o entendimento sobre como a securitização na cidade do Rio de Janeiro é uma consequência da decisão soberana, a qual institui o Estado de exceção como paradigma de governo[6].

Agamben explica o "Estado de exceção" sendo um ponto de desequilíbrio entre o direito público e o fato político, situando-se numa intersecção ambígua e incerta entre o jurídico e o político[7]. "Dado que não existe nenhuma norma que seja aplicável ao caos", a norma deve ser incluída através da criação de uma zona de indiferença entre o externo e o interno, entre a desordem e a situação normal[8]. Portanto, para o filósofo italiano, o Estado de exceção não é aquele que está previsto em boa parte das constituições dos sistemas políticos ocidentais, usualmente nominados como "Estado de sítio" ou "Estado de defesa", mas sim uma forma de suspensão da própria ordem jurídica, que define seu patamar ou seu conceito-limite[9].

O Estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico. O problema de sua definição concerne a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas seus limites desaparecem; conforme diz Agamben, "a suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica"[10].

Um estudo da estrutura e do conceito de Estado de exceção pressupõe, para Agamben, uma análise sobre o conceito jurídico de necessidade. Nesse sentido, a necessidade age como justificativa para uma transgressão em um caso específico, por meio de uma exceção, posto que a teoria da necessidade se faz como teoria da exceção em virtude da qual um caso singular escapa à obrigação da observância da lei[11]. Isso se explica, pois o estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se enquanto medida de caráter "ilegal", mas

5. SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 7.
6. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.
7. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11.
8. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 27.
9. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 15.
10. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 39.
11. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 40-41.

perfeitamente "jurídica e constitucional", que se concretiza na criação de novas normas ou de uma nova ordem jurídica[12].

Ao apresentar a necessidade como uma lacuna no direito público, em que o poder executivo se vê obrigado a responder diante da crise[13], Agamben leciona, no que tange ao Estado de exceção, que:

> Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, á possibilidade mesma da sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor[14].

É essa relação de exceção[15] que expressa a estrutura originária da relação jurídica. De acordo com Agamben, a decisão soberana sobre a exceção é a estrutura político-jurídica originária de que somente aquilo que é incluído no ordenamento, e aquilo que é excluído dele, adquirem seu sentido. O Estado de exceção, na sua forma arquetípica, é o princípio de toda localização jurídica, "posto que somente ele abre o espaço em que a fixação de certo ordenamento e de um determinado território se torna pela primeira vez possível"[16].

Portanto, em sendo, a exceção, a composição da soberania, ela se constitui enquanto estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui nesta organização através da sua própria suspensão. Agamben nomeia *bando* esta potência[17] da lei de se manter na própria privação, de se aplicar desaplicando. A

12. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 44.
13. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 48. Aqui, é interessante observar que o sentido semântico original de "crise" é recuperado, qual seja, o julgamento ou escolha diante de dado problema.
14. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 49.
15. Segundo Agamben (2004, p. 26), "chamemos de relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão".
16. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 27.
17. Potência aqui entendida, segundo Agamben, em potência de não passar ao ato. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

relação de exceção, nesse sentido, é uma relação de *bando*. Aquele que é banido não é posto fora da lei, nem mesmo é alheio a ela, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar que vida e direito se confundem, não sendo possível dizer se está dentro ou fora do ordenamento. Dessa forma, segundo Agamben[18], o paradoxo da soberania pode assumir a sua forma, qual seja, de que "não existe um fora da lei", bem como estabelecer que a relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o abandono.

Nessa indeterminação criada pela instauração do Estado de exceção, uma complexa dialética inscreve a violência que cria e mantém o direito na própria norma, ensejando métodos totalitários de gerência governamental. A suscitação de situação de "guerra" tem, por objetivo, legitimar o Estado a tomar medidas notadamente fora da lei, mas que se fazem necessárias para conter a alegada "crise". Toda declaração de guerra, seja ela literal ou metafórica, e qualquer que seja seu alvo oficial (drogas, crimes, pandemias, desemprego, entre outros) tende a perpetuar o *inimigo*, suscitando a necessidade de plenos poderes renovados em qualquer quadro emergencial que se estabelecer[19].

Dessa forma, o totalitarismo democrático se utiliza do mesmo Estado de exceção para operar a biopolítica do controle e da eliminação dos que não se integram ao sistema político normal, a seguir:

> O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do Estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos[20].

A criação desse estado de emergência permanente é condicionada a uma decisão proferida por um soberano. Neste sentido, leciona Carl Schmitt:

> A exceção não é subsumível; ela se exclui da concepção geral, mas, ao mesmo tempo, revela um elemento formal jurídico específico, a decisão na sua

18. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 36.
19. ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 304.
20. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 13.

> absoluta nitidez. Em sua configuração absoluta, o Estado de exceção surge, então, somente quando a situação deva ser criada e quando tem validade nos princípios jurídicos. Toda norma geral exige uma configuração normal das condições de vida nas quais ela deve encontrar aplicação segundo os pressupostos legais, e os quais ela submete à sua regulação normativa. A norma necessita de um meio homogêneo. (…) Não existe norma que seja aplicável ao caos. A ordem deve ser estabelecida para que a ordem jurídica tenha um sentido. Deve ser criada uma situação normal, e soberano é aquele que decide, definitivamente, sobre se tal situação normal é realmente dominante. Todo Direito é "direito situacional". O soberano cria e garante a situação como um todo na sua completude. Ele tem o monopólio da última decisão. Nisso repousa a natureza da soberania estatal que, corretamente, deve ser definida, juridicamente, não como monopólio coercitivo ou imperialista, mas como monopólio decisório, em que a palavra decisão é utilizada no sentido geral ainda a ser desenvolvido. (…) a decisão distingue-se da norma jurídica e (para formular paradoxalmente), a autoridade comprova que, para criar direito, ela não precisa ter razão/direito[21].

No caso em específico do presente trabalho, as UPPs, assim como as intervenções das Forças Armadas, são estratégias de políticas governamentais que inicialmente visavam o (re)estabelecimento da ordem que, segundo o discurso dos governantes, encontrava-se ameaçada pelo tráfico de drogas, isto é, o comércio ilegal é alçado à condição de algo a ser combatido. Dessa forma, a decisão soberana do governo municipal, com o apoio do estadual, do Rio de Janeiro de ocupar as favelas localizadas em sua circunscrição repousa na motivação política de combate ao inimigo declarado, no intuito de defender a sociedade em perigo. O conceito de político de Carl Schmitt, nesse sentido, é plenamente aplicável para analisar a decisão soberana do governo carioca de ocupar os territórios de favela.

Segundo Schmitt, o Estado é, de acordo com sua acepção literal e sua aparição histórica, o *status* político e a condição de características especiais de um povo, organizado dentro de uma unidade territorial. Essas características representativas, *status* e povo, adquirem sentido através do atributo adicional do político, tornando-se incompreensíveis quando se entende mal a essência do político. É nessa perspectiva que o jurista alemão cunha a oração "o conceito de Estado pressupõe o conceito do Político"[22].

21. SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 13-14.

22. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 19.

Schmitt explana que uma definição de político somente pode ser obtida por identificação e verificação das categorias políticas, uma vez que o político possui suas próprias categorias, as quais se tornam ativas perante os diversos domínios relativamente autônomos do pensamento e da ação humana. Por esse motivo, o político precisa residir em suas próprias diferenciações extremas, às quais se pode atribuir toda a ação política em seu sentido específico. Diante deste contexto, o autor aponta que a diferenciação especificamente política, que pode ser relacionada às ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo, sendo tal diferenciação, continua Schmitt, uma definição conceitual no sentido de um critério[23].

Continuando a exposição do parâmetro amigo-inimigo, Schmitt ensina que:

> A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro "não envolvido" e, destarte, "imparcial"[24].

Sendo assim, o inimigo é configurado não como concorrente ou adversário em geral, mas se transfere à figura de um conjunto de pessoas em combate, ao menos de modo eventual. O inimigo é, para Schmitt, somente o inimigo público, "pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. Inimigo é *hostis,* não *inimicus* em sentido amplo; *polemios,* não *echtros*"[25].

23. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 27.
24. SCHMITT, Carl. *O Conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 28.
25. SCHMITT, Carl. *O Conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 29.

Será dentro do Estado, enquanto unidade política organizada e na qualidade de totalidade, que a decisão será tomada pela própria estatalidade com relação a quem seja amigo ou inimigo[26]. Schmitt diz que "o conceito do inimigo corresponde à eventualidade de um combate, eventualidade esta existente no âmbito do real"[27].

Logo, a guerra se torna uma manifestação, uma realização extrema decorrente de inimizade, em que se configura um meio para a real possibilidade de morte física das pessoas e, consequentemente, a negação ôntica de um ser outro. A guerra, segundo Schmitt, não precisa vir do cotidiano, da normalidade, tampouco precisa ser considerada algo ideal ou desejável, mas sim, mais uma vez, permanecer existente como possibilidade real, na medida em que o conceito de inimigo conserva o seu sentido[28].

Segundo Schmitt, o Estado, a despeito das teorias pluralistas, é uma unidade normativa, e o é por causa de seu caráter político[29]. Sendo assim, "ao Estado como unidade essencialmente política pertence o *jus belli*, isto é, a real possibilidade de determinar o inimigo no caso dado por força de decisão própria e de combatê-lo".[30] Isso significa que o Estado detém a primazia de declarar a guerra a partir do combate que este estabelece contra o inimigo que se coloca enquanto ameaça. Schmitt assim explica:

> O Estado enquanto unidade política normativa concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, de dispor abertamente sobre a vida das pessoas. Isto em virtude do fato de que o *jus belli* contém tal disposição; significa a dupla possibilidade: exigir de membros do próprio povo prontidão para morrer e prontidão para matar, e matar pessoas do lado inimigo. Mas o desempenho de um Estado normal consiste, sobretudo, em obter *dentro* do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo "tranquilidade, segurança e ordem" e criando, assim,

26. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 31.
27. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 34.
28. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 35.
29. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 46.
30. SCHMITT, Carl. *O Conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 48.

> a situação *normal*; esta é o requisito para que as normas jurídicas possam ter eficácia absoluta, pois toda norma pressupõe uma situação normal, e nenhuma norma pode ter validade para uma situação que lhe é plenamente anormal. Em situações críticas, essa necessidade de pacificação intraestatal leva a que o Estado, como unidade política, enquanto existir, também determine, por si mesmo, o "inimigo interno"[31].

Não fica difícil refletir, a partir do conceito do político de Carl Schmitt, sobre as declarações do governador Sérgio Cabral ou sobre as do secretário de segurança pública, José Beltrame, ambos do Rio de Janeiro[32], sendo que tais discursos sempre focam na tônica da guerra para nortear as suas digressões acerca das políticas de segurança pública, principalmente no que concerne às UPPs. Tal abordagem se justifica, à luz da teoria de Schmitt, no fato que foi o Estado que chamou à guerra contra as drogas e o tráfico varejista, tendo a favela como território identificado enquanto abrigo desse inimigo declarado. A emergência do perigo iminente é arguida pela própria estatalidade e, a partir disso, o governo desencadeou uma série de medidas de exceção para viabilizar a ocupação pretendida. Ademais, na esteira da produção de liberdades, função atribuída aos governos atualmente, as UPPs possuem a verve de ser a ponte para a entrada dos serviços estatais faltantes nessas localidades, o que também ajuda a criar uma justificativa junto à parte da opinião pública sobre a imprescindibilidade da política em tela[33].

A securitização da sociedade é a forma que o Estado arrumou para empreender a guerra necessária para a defesa da sua unidade e da sociedade que nela vive, mesmo sabendo que o tráfico varejista de drogas, mais uma vez, não possui pretensões em acabar com a unidade estatal. Nesse sentido, a velha

---

31. SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 49.

32. As declarações estão contidas em BRITO et al., 2013, p. 215. Sérgio Cabral assim falou sobre o combate ao tráfico, em 11.11.2007: "Isso é uma guerra. É uma guerra, e guerra tem que ser enfrentada como guerra. Direito humanos devem ser respeitados sempre, é a nossa filosofia. Mas isso é guerra.". José Beltrame, em 28.11.2010, declarou desta forma: "Além de conseguirmos o objetivo de tomar o território, derrubou-se uma crença de invencibilidade. (…) Não vencemos a guerra, vencemos a mais importante e difícil batalha".

33. Neste sentido, Paulo Arantes fala sobre essa dicotomização empreendida entre abordagem policial e opressão do tráfico e das milícias, na qual a primeira é preferível que a segunda por conta do seu caráter legal. (ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 356-357.)

razão de Estado se mostra presente nas atuais práticas governamentais que instauram a exceção. Paulo Arantes, ao analisar a antiga racionalidade estatal como gênese da exceção enquanto paradigma de governo, comenta que:

> Poder de derrogação do direito estabelecido, comum ou positivo: em suma, a exceção soberana entrando em cena com todo o seu cortejo dramático de violência, segredo, razão incomensurável à compreensão ordinária dos governados, mas sobretudo em função de uma necessidade política maior – a salvação mesma do Estado -, a transgressão da forma jurídica por força de uma urgência extrema, uma necessidade de exceção, enfim uma conjuntura de emergência que requer do poder de Estado uma intervenção extraordinária, fora dos princípios do direito comum[34].

Ao comentar sobre Foucault e a atualização que ele imprimiu ao conceito de "razão de Estado" em seus cursos, a partir da segunda metade dos anos 1970, e, por consequência, crítica à razão governamental neoliberal, cuja atualidade escapava aos seus contemporâneos, continua Arantes:

> (…) não vejo outra data – na acepção por assim dizer materialista do termo – para o nascimento da visão de que o mundo, submetido a uma nova contraofensiva do poder capitalista turbinado por uma inédita reestruturação produtiva e organizacional, aos poucos se instalava numa situação permanente de exceção como paradigma de governo – para voltar à forma de Agamben[35].

Para o tema em debate, fica estabelecido que a decisão soberana, fundamentada no conceito do político de discernir amigo de inimigo, avocou a necessidade de "guerra contra as drogas" e implementou a ocupação securitária de territórios ligados histórica e politicamente a uma modalidade de tráfico que ameaça a sociedade legal. Essa ocupação feita pelas Unidades de Polícia Pacificadora segue os ditames estabelecidos por uma contiguidade racional de governamentalidade, instaurando um Estado de exceção em que a lei foi suspensa para vigorar a pura força estatal. Entendendo que a securitização executada pelas UPPs nas favelas cariocas produz a exceção que permite a polícia atuar de forma abusiva e letal, tem-se a condição de aludir acerca das resultantes desse estado de exceção instaurado.

34. ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 246-247.
35. ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 247.

3. UPPs enquanto administração policial do campo

Através do que se expôs é possível perceber a ligação da decisão soberana do governo, tanto estadual como municipal, do Rio de Janeiro em implementar as Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas, principalmente aquelas localizadas em áreas consideradas nobres. Nesse sentido, a administração policial empreendida pelas UPPs nas favelas deve ser entendida a partir da exceção que a decisão soberana instituiu.

Sendo assim, disserta Agamben que o Estado de exceção, como estrutura política fundamental, emerge sempre mais ao primeiro plano e se inclina, afinal, a se tornar regra em nosso tempo. Quando nosso tempo procurou fornecer uma localização visível permanente a este ilocalizável, o resultado foi o campo de concentração. Diante disto, o campo é o espaço que corresponde à estrutura originária do *nómos*[36].

O campo se constitui como o espaço que se abre quando o Estado de exceção se torna regra. É nele que o Estado de exceção, anteriormente uma suspensão temporal do ordenamento, adquire uma ordem espacial permanente que, como tal, fica, entretanto, fora do ordenamento normal constantemente[37].

Agamben discorre desta forma a respeito do campo:

> É necessário refletir sobre o estatuto paradoxal do campo como espaço de exceção: ele é um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por isso, simplesmente um espaço exterior. O que nele é excluído, segundo o significado etimológico do termo exceção (*ex-capere*), é *capturado fora*, incluído através de sua própria exclusão. Mas aquilo que, desse modo, é antes de tudo capturado no ordenamento é o próprio Estado de exceção. Ou seja, o campo é a estrutura na qual o Estado de exceção, sobre cuja decisão possível se funda o poder soberano, é realizado de modo estável. Hannah Arendt observou uma vez que nos campos emerge, em plena luz, o princípio que rege o domínio totalitário e que o senso comum recusa-se obstinadamente a admitir, ou seja, o princípio segundo o qual "tudo é possível", "Só porque os campos representam, no sentido que vimos, um espaço de exceção, no qual a lei é integralmente suspendida, neles tudo é realmente possível.". Se não se compreende essa estrutura particular jurídico-política dos campos, cuja vocação é, de fato, a de reali-

36. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 27.

37. AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 42-43.

> zar estavelmente a exceção, o inacreditável que neles ocorreu permanece totalmente ininteligível. "(…) o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que já existiu, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida biológica sem nenhuma mediação.". Por isso, o campo é o próprio paradigma do espaço político, no ponto em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão[38].

Nessa perspectiva, segue Agamben que:

> a gênese do campo no nosso tempo aparece como um fato que marca, de modo decisivo, o próprio espaço político da modernidade. O Estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, faz-se a nova e estável ordem espacial, em que a vida nua não pode mais ser inscrita no ordenamento[39].

Portanto, "o deslocamento crescente entre o nascimento (a nua vida) e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo e o que chamamos de 'campo' é esse resto"[40], onde um ordenamento sem localização, ou seja, o Estado de exceção corresponde agora a uma localização sem ordenamento, a saber, o campo como espaço permanente de exceção. Argumenta Agamben que o sistema político não preceitua mais formas de vida e normas jurídicas em um dado espaço, mas possui em seu interior uma *localização deslocadora*

38. AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 43-44.

39. AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 45-46. Acerca do surgimento do campo na modernidade, Agamben comenta que: "ele se produz no ponto em que o sistema político do Estado-nação moderno, o qual se fundava no nexo funcional entre uma determinada localização (o território) e um determinado ordenamento (o Estado), mediado por regras automáticas de inscrição da vida (o nascimento ou nação), entra numa crise duradoura e o Estado decide assumir diretamente entre suas tarefas o cuidado da vida biológica da nação. Se a estrutura do Estado-nação é definida por três elementos, *território, ordenamento, nascimento,* a ruptura do velho *nomos* não se produz nos dois aspectos que os constituíam segundo Scmitt (a localização, *Ortung,* e o ordenamento, *Ordnung*), mas no ponto em que assinala a inscrição da vida nua (o *nascimento* que, assim, torna-se *nação)* no seu interior. Alguma coisa não pode mais funcionar nos mecanismos tradicionais que regulavam tal inscrição da vida no ordenamento – ou, ainda mais o signo da impossibilidade de o sistema funcionar sem se transformar numa máquina letal" (Ibidem, p. 46).

40. AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 46

que o excede, na qual toda forma de vida e toda norma pode ser virtualmente capturada.

Nesse sentido:

> O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones dàttende* de nossos aeroportos, bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a se juntar, rompendo-a, à velha trindade Estado-nação (nascimento)-território[41].

Ao comentar sobre o reaparecimento dos campos, Agamben ressalta que esses, ao se instalarem firmemente no interior da cidade, se tornaram o novo *nomos* biopolítico do planeta, em que o rompimento do velho *nomos* promove não somente o surgimento de novos campos, mas também sempre "novas e mais delirantes definições normativas da inscrição da vida na cidade"[42].

Partindo da concepção de campo trazida por Agamben, é possível intentar uma interpretação das favelas enquanto campo produzido pela soberania governamental carioca. Dentro de seus limites territoriais, são desempenhadas diversas atrocidades, em que a vida de quem habita essas localidades é disposta em uma relação de *bando* com o poder soberano. As favelas são incluídas nos cálculos governamentais, mais uma vez, a partir do paradigma da segurança, e ela se inclui na cidade legal através da sua exclusão.

Um exemplo disso pode ser retratado na forma que o poder público pretende promover os serviços ligados à ideia de cidadania nas favelas, a saber, através da mediação promovida pelo aparato de segurança estatal, a polícia. Nesse sentido, as unidades de polícia pacificadora são políticas securitárias que pretendem desempenhar a antiga função administradora legada pela velha razão de Estado europeia, o que configura em uma modalidade de administração policial do campo em que a favela se insere.

Tal articulação tem sentido se a polícia for pensada enquanto soberana. Conforme comenta Agamben, o espaço onde a milícia atua, ao contrário da opinião comum que vê uma função simplesmente administrativa da execução do direito, "é talvez o lugar no qual se põe a nu, com maior clareza, a proxi-

41. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 182.

42. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 183.

midade e, quase, a troca constitutiva entre violência e direito que caracteriza a figura do soberano". Se o soberano é quem assinala o ponto de indistinção entre a violência e o direito, proclamando o estado de exceção e suspendendo a validade da lei, a polícia se movimenta, em semelhante "Estado de exceção", sendo que as razões de "segurança" e "ordem pública", sobre as quais a polícia deve decidir em cada caso particular, configuram uma zona de indiscernimento entre violência e direito exatamente simétrica àquela da soberania[43].

Walter Benjamin, ao afirmar que toda violência como meio é instauradora ou mantenedora do direito,[44] comenta que:

> (…) estes dois tipos de violência estão presentes em outra instituição do Estado moderno: a polícia. Esta é, com certeza, uma violência para fins de direito (com o direito de disposição), mas com a competência simultânea para ampliar o alcance desses fins de direito (com o direito de ordenar medidas). O infame de tal instituição – que é sentido por poucos apenas porque as competências dessa instituição raramente autorizam as intervenções mais brutais, enquanto permitem agir de maneira ainda mais cega nos domínios os mais vulneráveis e sobre indivíduos sensatos, contra os quais o Estado não é protegido por nenhuma lei – reside no fato de que nela está suspensa a separação entre a violência que instaura o Direito e a violência que o mantém. Da primeira, exige-se sua comprovação pela vitória, da segunda, a restrição de não se propor novos fins. A violência da polícia está isenta de ambas as condições. Ela é instauradora do Direito – com efeito, sua função característica, sem dúvida, não é a promulgação de leis, mas a emissão de decretos de todo tipo, que ela afirma com pretensão de direito – e é mantenedora do Direito, uma vez que se coloca à disposição de tais fins[45].

A afirmação de que as finalidades da violência policial seriam constantemente fiéis aos do resto do Direito, ou pelo menos teriam relação com esses, é falsa. Pelo contrário, o "direito" da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência ou pelas conexões imanentes a qualquer ordem do Direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Assim sendo, a polícia intervém por razões

43. AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 98.

44. BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34. 2013. p. 136.

45. BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34. 2013. p. 135.

de segurança em vários casos nos quais não existe nenhuma situação estabelecida de Direito, bem como "para não falar nos casos em que, sem qualquer relação com fins de direito, ela acompanha o cidadão como uma presença que molesta brutalmente ao longo de uma vida regulamentada por decretos ou pura e simplesmente o vigia"[46].

Benjamin aponta que a polícia apresenta um espírito devastador maior nas democracias em comparação às monarquias absolutas. É possível refletir sobre isso, porque as relações existentes nas monarquias entre o soberano – que reúne em si a plenitude dos poderes Legislativo e Executivo – e a polícia como representação do segundo poder do primeiro; em contrapartida, nas democracias a existência da polícia não se sustenta por nenhuma relação desse tipo, dando provas da maior deformidade da violência que se possa conceber, permeando toda a vida dos Estados civilizados com sua violência sem figura e jamais tangível[47]. Nesse sentido, Benjamin argumenta pelo caráter tirânico que a polícia desempenha nas democracias ocidentais, em particular aqui no Brasil, onde opera atos fora da lei com vistas de salvaguardar essa, sempre mascarados pela falácia dos "autos de resistência".

Sendo assim, há de se salientar sobre o papel que as UPPs vêm desempenhando à luz dos conceitos ora expostos. A administração policial nas favelas, empreendida pelas unidades pacificadoras, foi possível devido a uma decisão governamental pensada como estratégia para que a polícia estivesse presente e ocupasse as favelas a fim de combater o tráfico de drogas e servir de "ponte" entre as comunidades e o Estado, viabilizando o fornecimento dos serviços essenciais urbanos, como água, luz e saneamento básico, concretizando, desta forma, um plano maior de urbanização que alçaria a cidade do Rio de Janeiro à condição de cidade global. O que vemos, contudo, é que a polícia carioca desempenha uma série de vilipêndios contra os direitos elementares dos indivíduos que vivem nas favelas, assim como proporciona uma vigilância constante nas localidades ocupadas, tornando sua proposta de intervenção apenas uma justificativa para a militarização estatal das zonas ocupadas.

Nesse sentido, a tropa carioca desempenha o papel de polícia soberana, que representa o poder absoluto na concretização dos interesses que este emana. Não obstante, ao controlar e gerir o território das favelas, historicamente não

46. BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34. 2013. p. 135-136.

47. BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34. 2013. p. 136.

inscritas na cidade, e as vidas de quem ali vive, as UPPs, portanto, realizam a administração policial do campo. As favelas, por mais que não se assemelhem aos campos de concentração fincados no regime nazista, podem ser concebidas enquanto um exemplo nosso de campo, de *nómos* da modernidade brasileira, a expressão do moderno que a colonização europeia nos legou. O Estado de exceção brasileiro, no geral – e o carioca, em particular – tem na favela, sem nenhum exagero, seu campo de concentração, sendo as UPPs um dos elementos mais avançados para a constatação desse paradigma.

Diante dessa trama que instala a exceção a partir de uma racionalidade governamental, devemos avançar no intuito de entender a dinâmica da biopolítica instalada e, consequentemente, denunciar as reais intenções desta: a disposição tétrica das vidas nuas habitantes das favelas cariocas.

4. Estado e biopoder: a vida nua das favelas e o genocídio negro enquanto projeto de estado

As Unidades de Polícia Pacificadora, geridas e executadas sob a égide da razão governamental e instituidoras da exceção soberana sob a intenção declarada de integrar as favelas à cidade legal, possibilitam para o Estado a viabilização de governo das vidas de quem habita nessas localidades. Tal realidade se configura, desse modo, que as UPPs são uma modalidade biopolítica de gerência governamental, trazendo efeitos, mais uma vez, dantescos ao serem implementadas.

Podemos entender a biopolítica como as práticas políticas que possuem a gerência e a administração da vida por parte do Estado, em que a vida se inscreve e toma a centralidade dos cálculos de poder. Neste sentido, Foucault leciona que:

> (…) a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante (…), que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada

> no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana[48].

A biopolítica tem, por objeto de prática, um novo corpo, a população, lidando com este como sendo um problema político, científico, biológico e de poder. A biopolítica, segundo Foucault, "vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração",[49] e a partir disso, vai estabelecer mecanismos que auxiliarão nas intervenções que o biopoder soberano executará na população governada, como as estatísticas, medições globais, entre outros.[50]

Esses mecanismos têm por função gerir a população para que ela contribua na geração de riquezas à nação e, por consequência, culmine na construção da sua grandiosidade. Nessa perspectiva, a soberania, que antes fazia morrer e deixava viver, começa a governar a população através da regulamentação, do poder contínuo e científico, que consiste em fazer viver e deixar morrer.[51]

O poder, ou melhor, o biopoder, assume um caráter positivo, no sentido de que as práticas governamentais emanadas pelo Estado começam a secundarizar a morte e priorizar a vida, no intuito de controlar os incidentes, prolongar a existência e prever os perigos internos que são intrínsecos à convivência coletiva[52]. Nesta lógica, Foucault explica que:

> Temos portanto, desde o final do século XVIII (ou em todo caso desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forcas que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massa próprios

48. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 289.
49. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 293.
50. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 293.
51. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 294.
52. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 110.

> de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer em uma massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar os seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não ao treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos perigos internos[53].

A articulação das normas disciplinares e das normas de regulamentação populacional resulta nas sociedades de normalização, em que a regra "é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que quer se regulamentar"[54]. Essa articulação que possibilitou ao poder conseguir abranger "toda superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra"[55].

Ana Luiza Pinheiro Flauzina diz que a recepção da engenharia política do biopoder teve recepção no Brasil com a superação do sistema escravista. Negras e negros libertos terão sua inferioridade jurídica do escravismo convertida em inferioridade biológica a partir do discurso positivista do século XIX, fato que dota essa nova configuração de poder com a ideia de pureza e superioridade das raças, resguardadas no tecido social[56].

Nesse sentido, e em consonância com o paradigma amigo–inimigo de Schmitt, Foucault avença para a inserção do racismo nas estruturas do Estado em virtude da emergência posta pelo biopoder em exercer o poder de morte diante de um contexto que prioriza a vida e a sua multiplicação. Foi nesse momento, continua Foucault, "que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não

53. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 297.
54. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 302.
55. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Cumpre salientar que a normalização pode ser entendida como função de polícia, dadas as atribuições que a instituição possui atualmente bem como desempenhou quando, para o termo "polícia", havia outra conotação.
56. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008 p. 111.

haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo"[57].

O racismo cumpre com a função de promover o corte de quem deve viver e quem deve morrer, ou seja, será utilizado pelo poder para fragmentar, produzir cesuras no interior da população, para defasar uns grupos em relação aos outros. Outro papel que o racismo terá é o de estabelecer uma relação positiva, isto é, de permitir estabelecer, entre a vida de alguém e a morte de outrem, uma relação do tipo biológica, em que a morte de uma pessoa que pertença a uma "raça ruim" proporcione que a vida, em sua generalidade, fique mais sadia e pura[58].

Dessa forma, caso o poder de normalização queira exercer o antigo direito soberano de matar, ele terá que passar pelo racismo. Assim como o poder soberano, que possui o direito de vida e de morte, caso queira funcionar com os instrumentos da normalização, também passará pelo racismo. Foucault lembra que *tirar a vida* não é necessariamente *homicídio direto*, mas também tudo que pode ser apreendido enquanto assassínio indireto, como expor à morte, multiplicar para algumas pessoas o risco de morte ou, ainda, a morte política, a expulsão, a rejeição, dentre outros[59].

Nesta continuidade, Flauzina comenta:

> Assim, nas sociedades de normalização, em que o Estado opera preferencialmente na esteira de um projeto de manutenção da vida, é o racismo que sustenta a produção da morte. A partir das distinções de tipo biológico que atravessam a população, será possível ao Estado recrutar os indivíduos a serem eliminados, numa perspectiva que garante a manutenção de uma sociedade pura e saudável. No esquema assumido pela modernidade, o racismo passa, portanto, a ser a condição para o direito de matar. Daí a sua centralidade para o funcionamento do Estado. (…) Se, como justificativa para a subjugação, ele era antes explicitado nos processos de disciplina dos corpos, serve agora aos mesmos propósitos, nos calabouços de um empreendimento que investe sobre as balizas do convívio social. Com o poder centrado na conservação da vida, "o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para tirar a vida dos outros". É assim que, numa li-

57. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 303-304.

58. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p 304-305.

59. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 306.

> nha de continuidade que só enxerga sofisticações, nunca rupturas efetivas, o projeto de extermínio da população negra encontra espaço para renovar-se nas promessas vazias da modernidade[60].

Flauzina, assim como Foucault, em *Nascimento da biopolítica*, aponta que o alçamento neoliberal ao poder pauta uma necessidade cada vez maior de exclusão social e eliminação física dos grupos que não se adequam à agenda globalizante, potencializando os expedientes que já estavam sendo aplicados desde a implantação da República para o extermínio de negros e negras no Brasil. Os dados estatísticos e as imagens que retratam a vida da população negra estampam essa dinâmica[61].

Ao dissertar acerca dos efeitos da agenda de políticas públicas que sustentam o processo genocida tocado pelo Estado brasileiro, um tópico levantado por Flauzina merece atenção, inclusive para o desenvolvimento do presente trabalho: a segregação espacial. Segundo a autora, "a configuração da espacialidade urbana que lançou a população negra desde o pós-abolição para as periferias de todo o país dá uma boa dimensão da precariedade e dos instrumentos de aniquilação física e simbólica que diuturnamente trabalham para extinguir o contingente negro brasileiro"[62]. Isso se explica por meio da forma de ocupar o espaço urbano e rural brasileiro, implementada por políticas truculentas que objetivavam a manutenção dos territórios estratégicos sob o domínio das elites e inviabilizavam as possibilidades de uma fixação territorial dos negros após o fim do regime dos trabalhos forçados, isto é, a forma carrega um componente de base racista.[63]

Não é difícil traçar um paralelo entre a argumentação de Flauzina e a dinâmica das favelas cariocas. Como conjuntos habitacionais eminentemente negros surgidos da necessidade de moradia, as favelas sofreram vários atentados contra a sua existência até o advento da estratégia governamental atual de tolerá-las, no melhor estilo prescrito pelo ditado popular "se não pode contra

60. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 113-114.
61. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 115.
62. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 115-116.
63. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 115-116.

seus inimigos, junte-se a eles". Cabe salientar, entretanto, que esta aproximação estatal não é benevolente.

Ao falar sobre as resultantes desta desarticulação, promovida pela estatalidade, da população negra, fadada às periferias brasileiras, no geral, e às favelas cariocas, em particular, como locais em que o genocídio dessa população ocorre, Flauzina diz que:

> Assim, a existência coletiva da população negra vai sendo comprometida dentro da conformação espacial urbana, por meio de processos que reúnem desencorajamento pessoal aliado às poucas alternativas sociais de reprodução da vida em sociedade, além das investidas efetivas sobre sua corporalidade. Em suma, as periferias das cidades brasileiras são o cenário interativo em que somam práticas e omissões para a consecução do projeto genocida de Estado[64].

Diante deste panorama, o gerenciamento e o controle biopolítico, bem como o processo genocida, podem ser perfeitamente vislumbrados no interior das Unidades de Polícia Pacificadora. A despeito da alegada redução da letalidade promovida pela política securitária, as UPPs são aparatos que visam à gerência das vidas de quem habita as favelas, dispondo das mesmas vidas, novamente, a relação de *bando*.

Nesse sentido, para pensarmos a disposição por parte do poder soberano sobre a vida de quem habita as favelas, é necessário recorrer à figura do *homo sacer*[65], da vida nua, que se torna temerária. Nesse sentido, o *homo sacer* é a vida que pode ser disposta sem a necessidade de celebrar sacrifícios e sem cometer homicídios[66].

Segundo Agamben, o *homo sacer* apresenta a figura originária da vida presa no *bando* soberano que conserva a memória da exclusão originária que cons-

64. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 117.

65. Cabe salientar que não se vislumbra a contradição dos conceitos de *homo sacer* e *homo oeconomicus*, este segundo tratado no primeiro capítulo, pois esses dois conceitos se complementam no que tange a pensarmos nas disposições da vida ao poder soberano para que este os governe. Entretanto, enquanto o *homo oeconomicus* se trata de uma figura pensada para se conformar com a realidade posta pelo mercado, o *homo sacer* é o emblema da disposição de morte diante do soberano que põe a exceção.

66. CASTRO, Edgardo. *Introdução à leitura de Agamben*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 64.

titui a dimensão política.[67] O espaço político da soberania se estabelece, desta forma, através de uma dupla exceção, uma proeminência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. Sendo assim, "soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera".[68]

Dado que a estrutura que mantém unida a estrutura do *bando* são a vida nua e o poder soberano,[69] Agamben explana que:

> É esta estrutura de *bando* que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. *Mais íntimo que toda interioridade e mais externo que toda a estraneidade é, na cidade, o banimento da vida sacra.* Ela é o *nómos* soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização. E se, na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica), se, no nosso tempo, em um sentido particular mais realíssimo, todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como *homines sacri,* isto somente é possível porque a relação de *bando* constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano[70].

Desta feita, as vidas dos que moram nas favelas cariocas estão desde sempre dispostas diante do Estado em relação de *abandono*, o que os tornam concretamente *homines sacri*. Todos os dados referentes à população residente das favelas, composta, nunca é demais de lembrar, majoritariamente por negros, comprovam que a vulnerabilidade a que este extrato populacional está exposto os situam em uma condição de precariedade e exploração que os expõe à morte das mais variadas formas. Essa exposição se faz presente sob o patrocínio do Estado, seja nas mortes que o seu aparato de segurança executa, seja na sua

67. "A violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto, mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado. E, como o referente primeiro e imediato do poder soberano é, neste sentido, aquela vida matável e insacrificável que tem no *homo sacer* o seu paradigma". (AGAMBEN, 2004, p. 113)

68. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 91.

69. CASTRO, Edgardo. *Introdução à leitura de Agamben*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 67.

70. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 117.

ausência em cumprir com o dever de ofertar serviços essenciais para todas(os), ou na promoção de políticas públicas que teoricamente tinha(m) um caráter de ensejar a emancipação cidadã das camadas populacionais que sempre foram esquecidas pelo poder público, mas que na realidade se revelaram o mais do mesmo vigilante e controlador das vidas residentes dos territórios ocupados, como é o caso das UPPs.

5. Considerações finais

Um dos primeiros argumentos que Koselleck demonstra em sua obra *Crítica e crise* é que "de um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela, ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente"[71]. O Brasil não passa incólume a este processo. Ao contrário, pois desde a vinda dos europeus – isto é, desde a colonização – que o Estado brasileiro edifica suas bases e opera mediante a lógica herdada dos colonizadores.

A suscitação de crises por parte do Estado, buscando operar sua governança sobre os corpos e os territórios onde habitam é apenas uma das faces que a colonização europeia nos legou, visto que desde o "descobrimento" do Brasil, o controle, exploração e extermínio dos corpos não brancos *foram*, *foi* e *será* o assento das práticas de governo deste país. A antiga razão de Estado – cabe salientar, nascida na Europa – mostra que, no objetivo de dotar força à estatalidade e protegê-la, lançou mão de expedientes mortíferos para atingir tais objetivos.

Entretanto, temos que ter cuidado ao analisar a forma genocida que se sobressai no Brasil, a qual é contingente de estruturas de poder, porque as práticas e as concepções se sofisticam. Para isso, é preciso conhecer as razões que ditam a agenda governamental desse país; inclusive para entender como as unidades de polícia pacificadora são finalidade de tais razões.

Desse modo, temos no mercado o grande artífice para a existência de políticas securitárias coercitivas, pois é dessas políticas reivindicadas pelo mercado que se formam ambientes estáveis e seguros para que o aparato mercadológico possa atuar com toda potência. É nessa lógica que as UPPs são concebidas e geridas. O controle dos corpos negros que vivem nas favelas, a possibilidade de

71. KOSELLECK, Reinnhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2007. p. 9.

utilizar a mão de obra desses corpos e a oportunidade de expandir os negócios para esses locais são, sem dúvida, o que o mercado requisitou para a máquina governamental carioca. As UPPs, no entanto, não são apenas uma mera política coercitiva de ocupação, visto que as outras intervenções securitárias investidas nas favelas não lograram êxito, colhendo resultados insatisfatórios e sendo alvo de críticas severas por parte dos órgãos ligados aos direitos humanos devido à letalidade proporcionada. As UPPs surgem, como destacado durante este trabalho, com um propósito "humanista", e a polícia assume a figura de ser a mediadora da entrada para a cidadania e a legalidade. E é sob este signo, por assim dizer, "republicano" que as UPPs se tornaram realidade e proporcionam uma ocupação e controle territorial "limpo", quase sem sangue.

Quase, pois não existe ocupação sem sangue, sem repressão, em que a consequência extrema fica evidenciada na morte dos corpos sitiados. E é nessa esteira que as UPPs se configuram enquanto a técnica biopolítica mais bem planejada dos últimos anos, a qual inspira outros estados da Federação e cidades a adotá-la, como em Salvador, por exemplo[72].

As unidades de polícia pacificadora, apesar de sua inovação concernente aos objetivos e à dotação legislativa que recebeu para legitimar uma ocupação que só ocorreria mediante declaração de Estado de sítio ou de defesa, só levam adiante uma regularidade que os Estado brasileiro e carioca executam em seus cálculos governamentais: considerar o negro enquanto sujeito do Direito Penal, e não do Direito Civil[73]. Isso se explica devido à forma que o Estado escolheu para se inserir em territórios que historicamente esteve apenas em seu caráter repressivo. É curioso, para não dizer repugnante, que mais uma vez o seu braço armado ocupe as favelas sob o argumento de "levar a cidadania" para justificar e legitimar sua permanência nesses territórios.

Obviamente os que habitam as favelas são úteis ao mercado e ao sistema econômico vigente na condição análoga de lenha que abastece a fornalha. A submissão de negros e negras que residem nas favelas não é apenas de morte, mas também de um fazer viver que se reverta em trabalho e rendimentos à economia da urbe. É dessa forma que se promove a "inclusão exclusiva" das favelas na cidade, uma vez que as favelas não sofrem uma mudança radical nas estruturas materiais e históricas que as criaram, mas tão somente promovem

72. Disponível em: [http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/03/governo-antecipa-instalacao-de-upp-baiana-em-bairro-violento-de-salvador.html]. Acesso em: 25.07.2016.

73. Cf. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

uma civilização desses corpos para que contribuam com o "esplendor" do Estado e das classes sociais que o comandam.

Mesmo que os dados historiográficos já tenham provado que a ocupação das favelas por parte do braço armado do Estado não obtiveram êxito, a insistência em operar esse modelo falido de contenção da violência tem uma explicação: racismo. Esse racismo é que verdadeiramente justifica e motiva a precisão do controle de uma parcela significativa da população, a saber, negra e marginalizada. Não se busca uma nova forma de mitigar a violência urbana, pois a racionalidade governamental não visualiza a população residente de favelas em sujeitos vítimas de tal brutalidade, mas seres que potencialmente produzem essa e que devem ser observados enquanto algo a ser controlado.

A própria estrutura das UPPs, nas favelas onde se encontram, diz muito de como a lógica escravocrata, da casa grande e da senzala, ainda é reproduzida. Podemos fazer uma analogia da seguinte forma: o Estado desempenha a função de senhor, e ele dita a forma como os "escravizados" – entendam-se aqui as pessoas moradoras das favelas – podem e devem trabalhar, bem como serão punidos caso venham a desobedecer às suas regras; a casa grande enquanto os bairros de classe média, nos quais os "escravizados" trabalham, sendo que os habitantes dessa "casa" necessitam dos serviços desempenhados pela "criadagem", porém com medo que possam lhes infligir algum mal; as favelas enquanto as "senzalas", nas quais os negros, em sua grande maioria, habitam; e as UPPs enquanto os "feitores", os agentes que servem para controlar, vigiar e, eventualmente, punir esses corpos para que desempenhem suas atribuições.

Tal analogia foi empreendida para chamar a atenção sobre o projeto de cidade que o Rio de Janeiro executa e, mais uma vez, é reproduzido por várias cidades do Brasil. Ele possui ainda fortes tintas do que fora o projeto de civilização feita pelos colonizadores, em que a assimilação mediante a pacificação dos que não pertenciam à raça colonizadora se tornou estratégia para a manutenção dos privilégios.

Na tentativa de situar essa racionalidade governamental que atua de forma latente, não só no Rio de Janeiro, mas também em outros estados do Brasil, resgata-se a racionalidade da tortura, que sitia os corpos e os busca disciplinar com base na violência estatal de todas as espécies e, como se isso não bastasse, os controlam, podendo resultar em norte, caso o corpo submetido a essas "torturas" não resista. Em suma, uma racionalidade baseada na violência colonizadora, aprimorada na caserna militar, aplicada no governo ditatorial e replicada nos dias atuais.

Não obstante, assim como as torturas aconteciam nos porões da ditadura militar, o genocídio da população negra também é "jogado para debaixo do tapete" da história. Apesar disso, semelhantemente, o extermínio vem à tona, posto que é praticamente impossível negar a realidade crua das ruas, fato que recebe, inclusive, o respaldo das estatísticas de órgãos ligados à defesa dos direitos humanos.

Desse modo, nessa percepção de que nada mudou no que diz respeito à razão governamental, mas apenas se aprimorou ao longo da história, que se colocam os desafios para lutar contra esse contexto de vidas sitiadas e mortes anunciadas. Esse trabalho pretende ser uma denúncia acerca de tal biopolítica que está em execução na cidade do Rio de Janeiro e que, mais uma vez, serve de modelo para ser executado pelo Brasil afora. A tomada de consciência crítica do contexto no qual estamos inseridos é um primeiro passo na direção de criar estratégias políticas que necessariamente forneçam condições de resistir e modificar essa nefasta conjuntura biopolítica.

Nesse sentido, o presente trabalho não pretende esgotar a discussão em torno dos atos governamentais e da racionalidade que as permeia, mas sim contribuir para que o debate seja fomentado em torno do desnudamento da razão governamental brasileira, que encontra no Rio de Janeiro um grande reprodutor.

6. Referências

AGAMBEN, Giorgio. *A crise infindável como instrumento:* uma conversa com Giorgio Agamben: entrevista [jul. 2013]. Blog da Boitempo. Entrevista traduzida por Artur Renzo. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/a-crise-infindavel-como-instrumento-de-poder-uma-conversa-com-giorgio-agamben/]. Acesso em: 25.07.2016.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Promotor diz que segurança pública no Rio de Janeiro é um problema político. *O dia Rio*. Disponível em: [http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-06-24/promotor-diz-que-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro-e-um-problema-politico.html]. Acesso em: 24.06.2016.

ANISTIA internacional. *Você matou meu filho!*: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARCELLOS, Caco. *Abusado:* o dono do morro Dona Marta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Estudos sobre Hegel:* direito, sociedade civil, Estado. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasiliense, 1995.

BOBBIO, Norberto *et al*. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (orgs.). *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTRO, Edgardo. *Introdução à leitura de Agamben*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMBATA, Marsilea. Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs. *Carta Capital*. Disponível em: [www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html]. Acesso em: 20.06.2016.

GOVERNO do Rio de Janeiro. *UPP:* Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em: [www.upprj.com]. Acesso em: 20.06.2016.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. *Rio+Social*. Disponível em: [www.riomais-social.org/]. Acesso em: 20.06.2016.

GRANJA, Patrick. *UPP:* o novo dono da favela: cadê o Amarildo?. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aglomerados subnormais*: informações territoriais. 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/

home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000151648112020134801057 48802.pdf]. Acesso em: 20.06.2016.

KERVÉGAN, Jean-François. *Hegel e o hegelianismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KOSELLECK, Reinnhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2007.

MALAGUTI, Vera. Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro. In: *O olho da história*. n. 14, Salvador (BA), junho de 2010.

MALAGUTI, Vera. *O Alemão é muito mais complexo*. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://gajop.org.br/justicacidada/wp-content/uploads/O-Alem%C3%A3o--%C3%A9-muito-mais-complexo.pdf]. Acesso em: 20.06.2016.

MALAGUTI, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 1ª reimpressão. São Paulo: Penguim Classics Companhia das Letras, 2010.

MATTOS, Romulo Costa. Aldeias do mal. In: *Revista de História*. 2007. Disponível em: [www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal]. Acesso em: 14.06.2016.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MENEGAT, Marildo. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*: tomo 2 (E-J). São Paulo: Edições Loyola, 2001.

NUNES, Diego. Entre "O Príncipe" e a "Razão de Estado": apontamentos sobre a arte de governar entre as obras de Maquiavel e Botero. In: *Captura críptica:* direito, política e atualidade. Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008.

O DIA RIO. Mortes em favelas com UPP aumentam 55,3%. *O dia Rio*. Disponível em: [http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-11-16/mortes--em-favelas-com-upp-aumentam-em-553.html]. Acesso em: 20.06.2016.

PELLEGRINI, Marcelo. UPP não acabou com o tráfico, só trouxe falsa sensação de segurança. In: *Carta Capital*. 2015. Disponível em: [www.cartacapital.com.br/revista/858/espremidos-entre-dois-senhores-6954.html]. Acesso em: 20.06.2016.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. *A Lei:* uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise. Belo Horizonte: Del Rey, 2001

PINZANI, Alessandro. *Filosofia política II*. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2008.

PORTAL BRASIL. *Forças Armadas estão autorizadas a atuar em operação no Rio*. Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/04/

forcas-armadas-sao-autorizadas-a-atuar-em-operacao-no-rio>]. Acesso em: 20.06.2016.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. *Ata de reunião*. 2013. Disponível em: [www.rio.rj.gov.br/documents/91329/e34c132d-ada5-4aa6-8fdd-971507e85654]. Acesso em: 20.06.2016.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. Sobre as Origens das Favelas. In: *Mercator*. Fortaleza (CE), v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei nº 2.966/2010*. Estabelece critérios para a implementação das Unidades de Policiamento Pacificadoras – UPPs no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/d297a1b0939e89db832576db00733e0d?OpenDocument]. Acesso em: 20.06.2016.

ROMANO, Roberto. *Razão de Estado e outros estados da razão*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político. Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOARES, Rafael. Justiça expede mandado coletivo e polícia pode fazer buscas em todas as casas do Parque União e da Nova Holanda. *Extra*. Disponível em: [http://extra.globo.com/casos-de-policia/justica-expede-mandado-coletivo-policia-pode-fazer-buscas-em-todas-as-casas-do-parque-uniao-da-nova-holanda-12026896.html]. Acesso em: 20.06.2016.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUH*. Rio de Janeiro (RJ), v. 14, maio de 2011.

VALENTE, Júlia. *UPPs:* governo militarizado e a ideia de pacificação. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

YOUTUBE. *Nilo Batista fala sobre as UPPs e a presença do exército no Complexo do Alemão*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xYjACv3LQXc]. Acesso em: 20.06.2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A (des)legitimação do sistema penal e os Direitos Humanos na era do biopoder, de Romulo Fonseca Morais – *RBCCrim* 133/385-417 (DTR\2017\1851);
- A violência (mortal) do Estado contra crianças e adolescentes: um estudo a partir do retrato midiático do caso Jhonata Dalber Mattos Alves, de Felipe da Veiga Dias – *RBCCrim* 130/75-104 (DTR\2017\660);
- "Mal de polícia" – À propósito de uma criminologia radical, de Augusto Jobim do Amaral – *RBCCrim* 111/263-291 (DTR\2015\245);
- O capital humano no contexto no biopoder: o tempo livre vigiado e consumido, de Marcela Andresa Semeghini Pereira – *RTSP* 7-8-9/13-30 (DTR\2015\842); e
- Presença do Estado nas favelas fluminenses e a proposta político-criminal do Direito Penal do inimigo, de Natasha Karen Correia Prestes Ribeiro – *RTRJ* 3/99-107 (DTR\2014\3222).

A cor da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista: por uma tentativa de genealogia do artigo 179 do Código Criminal do Império

The color of illegal slavery of free people in nineteenth century Brazil: for an attempt of genealogy of article 179 of the criminal code of Brazilian empire

Gabriela Barretto de Sá

Doutoranda em Direito – "Constituição e Democracia" pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direito – "Teoria, Filosofia e História do Direito" pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2014). Professora auxiliar do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus III).

gabrielabsa@gmail.com

Recebido em: 02.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autora: 23.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a ocorrência da prática de escravização ilegal de pessoas livres na sociedade do Brasil oitocentista, analisando as características das principais vítimas deste tipo de prática que evidenciam a precariedade da liberdade experimentada pela população negra. Para tanto, por meio do método de análise em escala proposto pela micro-história, são analisadas fontes primárias documentais e literarura da época. Ao mesmo tempo, será realizado exercício de tentar compreender como as realidades social e legislativa da época influenciam para que se verifique a introdução do crime de reduzir pessoa livre à escravidão no Código Criminal do Império do Brasil.

Abstract: The objective of this study is to analyze the occurrence of the practice of illegal enslavement of free persons in the society of nineteenth century's Brazil, analyzing the characteristics of the main victims of this type of practice, which evidences the precariousness of the freedom experienced by the black population. In order to do so, through the scale analysis method proposed by the microhistory, primary documentary sources and literature of the time are analyzed. At the same time, we will try to understand how the social and legislative realities of the time influence the introduction of the crime of reducing free people to slavery in the Criminal Code of the Brazilian Empire.

Sá, Gabriela Barretto de. A cor da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista: por uma tentativa de genealogia do artigo 179 do Código Criminal do Império. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 163-187. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

Palavras-chave: Escravização ilegal – Código Criminal do Império – Precariedade da liberdade – População negra.

Keywords: Illegal enslavement – Criminal Code of the Empire – Precariousness of freedom – Black population.

Sumário: 1. Introdução. 2. Por que livre, se preto e pobre? Por que preto e pobre, se livre? Precariedade da liberdade e escravização ilegal na sociedade brasileira. 2.1. Por que branca, se escrava? Por que escrava, se branca?. 2.2. Escravização ilegal de pessoas livres, pobres e de cor. 3. O contexto do texto: o crime de reduzir pessoa livre à escravidão no Código Criminal do Império do Brasil. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A[1] história que se conta sobre Cândido Neves se passa em algum momento dos oitocentos no Rio de Janeiro, capital imperial. A despeito da impossibilidade em determinar com exatidão quais os anos nos quais esteve dedicado ao seu ofício, pela natureza mesma da atividade pode-se afirmar que o desempenho do seu trabalho precário só pode ter lugar durante o período de vigência da escravidão negra no Brasil. Isto porque se dedicava a um ofício próprio àqueles tempos: pegar escravos fugidos em troca de recompensas em dinheiro.

Casado com Clara, viviam em situação de pobreza que piorou e fez-se mais desesperadora após o nascimento do primeiro filho do casal. Sem emprego fixo, Candinho seguia atento aos anúncios de jornais, fixava as características dos escravos fugidos e saía em busca do achado que poderia garantir o sustento da família por algum tempo. No entanto, não eram tempos fáceis e crescia o número de desempregados que ingressavam naquele negócio, cujo capital inicial não exigia mais que um pedaço de corda, força e coragem.

Apesar da riqueza de detalhes histórico-literários com que Machado de Assis (1906) nos narra a história deste pobre algoz caçador de escravos, personagem de ficção do conto "Pai contra mãe", para o intento aqui delineado neste trabalho o ponto de maior interesse para nossa análise é aquele relativo às vicissitudes do dia a dia de labuta em busca da captura e devolução dos escravos àqueles que se intitulavam proprietários e patrocinavam a atividade de pessoas como Candinho.

Em primoroso trabalho de análise das obras de Machado de Assis, Sidney Chalhoub evidencia como as estruturas patriarcais e de dominação social e

1. A versão original do presente texto integra a dissertação de mestrado da autora.

Sá, Gabriela Barretto de. A cor da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista: por uma tentativa de genealogia do artigo 179 do Código Criminal do Império. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 163-187. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

econômica do Brasil escravista estão nas linhas e entrelinhas da obra do escritor brasileiro que, por meio da inspiração literária e crítica social que lhe eram características, "escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX" (CHALHOUB, 2003, p. 12). Como exemplo da leitura a "contrapelo" dos romances machadianos, Chalhoub (2003) destaca o enredo de obras como "Helena"; "Memórias Póstumas de Brás Cubas" e do conto "Mariana" enquanto retratos da aproximação entre escravidão e liberdade na sociedade escravista, enfatizando a precariedade da experiência de liberdade naquela sociedade e, sobre este ponto, destaca que dentre os estudos atuais

> (...) continuam a faltar pesquisas sistemáticas sobre a ameaça e a ocorrência concreta da escravização ilegal. A tranqüilidade escandalosa com que centenas de milhares de africanos introduzidos no país após a lei antitráfico de 1831 permaneciam ilegalmente escravizados — assim como seus descendentes — salta aos olhos e sugere a magnitude desse costume senhorial e o tamanho do perigo que rondava a população livre de cor em geral. (...) *A rede que perseguia e capturava escravos fugidos tinha um entrelaçamento preciso e regular ou lançava a ameaça e a suspeição sobre amplos setores da população "livre" de cor?* (CHALHOUB, 2003, p. 35) (grifo nosso)

Confirmamos a capacidade histórico-elucidativa do realismo de Machado de Assis e nos permitimos oferecer contribuição literária como possível resposta à indagação enunciada por Sidney Chalhoub no trecho acima:

> Quando ele (Cândido Neves) chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem. (ASSIS, 1906, p. 06)

A partir da narração machadiana das desventuras de Cândido Neves, vê-se como o ofício de capturar negros fugidos apresentava desafios importantes àqueles que a ele se dedicavam. Numa sociedade com imensa população negra como distinguir dentre estes quais eram cativos e quais gozavam do direito à liberdade? A possibilidade de erro decorrente de tal situação serve de indício sobre a tênue linha social entre a condição de cativeiro e de liberdade. Por outro lado, a história do Candinho em busca da sobrevivência demonstra que no Brasil do século XIX a luta antiescravista não era inerente aos pobres livres

e libertos[2] (CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p. 24). Ou, em outras palavras, pode-se concluir que o alcance da estrutura da escravidão mobilizava amplos setores da sociedade.

Tendo em vista a reconhecida relevância e recorrência da prática de escravização ilegal de pessoas livres no Brasil escravista, analisamos neste artigo o crime de reduzir pessoa livre à escravidão, previsto no art. 179 do Código Criminal do Império, buscando a construção do contexto social da época por meio da microanálise de fontes primárias do séulo XIX, tais como notícias de jornais; relatórios governamentais; manuais jurídicos; além do diálogo interdisciplinar com a produção literária de Machado de Assis e Bernardo Guimarães.

2. Por que livre, se preto e pobre? Por que preto e pobre, se livre? Precariedade da liberdade e escravização ilegal na sociedade brasileira

A injustiça cometida na apreensão de pessoas livres em lugar daquelas fugidas nem sempre era culpa do equívoco daqueles caçadores de fugitivos mais afoitos, como Cândido Neves, que buscavam garantir a recompensa a qualquer custo. Nos anúncios de fugas de escravos constantes em jornais do século XIX, dentre as descrições físicas, psicológicas e comportamentais oferecidas como pistas por aqueles que se intitulavam legítimos proprietários dos cativos procurados, era comum que o texto do anúncio mencionasse que alguns dos cativos em diversas oportunidades já alardeavam que eram livres e sofriam de cativeiro injusto (FREYRE, 2010). Se o autor do anúncio exibia-se publicamente nas páginas de jornal como legítimo proprietário do cativo rebelde, o questionamento de tal informação não caberia àquele que buscava a recompensa pela apreensão. Aqui se verifica como nas relações cotidianas daquela sociedade a declaração de proprietário poderia bastar para o reconhecimento imediato de propriedade sobre indivíduos, independentemente da existência do justo título legal.

> 50$ de gratificação
>
> Continúa a estar fugido desde o dia 4 de abril próximo passado o preto de nome Felix, com idade de 35 a 40 annos, de nação Mossambique, e tem os signaes seguintes: estatura baixa, côr fula, pés um pouco apalhetados, tem

2. "Como todos os livres pobres, tanto urbanos quanto rurais, eles [libertos e livres de cor] tendiam a colocar seu pecúlio em bens móveis, vacas, jóias, dinheiro e, sobretudo, em meio urbano em escravos de ganho". (SCHWARTZ, 1973, apud CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p. 24).

> um calombinho entre as sombrancelhas por cima do nariz, que parece ser signal da terra dele; este preto tem servido em diferentes artes, pescador, canoeiro, caiador, trabalhador de campo, e hoje é padeiro, a que pertence; foi escravo do Sr. Manoel Francisco Duarte, e *quando foge costuma mudar o nome pra João e intitula-se forro,* tem sido visto nos arrabaldes desta cidade da estrada de Beberibe em direção até a matriz d Varzea: portanto roga-se a todo e qualquer que o encontrar ou dele souber, que o pegue e leve-o ao pateo da Santa Cruz, padaria n. 6, que receberá a gratificação acima; assim como se protesta contra quem o tiver acoutado. (FREYRE, 2010, p. 90) (grifo nosso)

A transcrição do anúncio acima evidencia a problemática acerca da política de domínio senhorial vigente ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo nos conduz à compreensão acerca da disputa entre o costume dos pretos em declarar-se livres e o costume senhorial em dar aparência de legalidade à propriedade escrava nem sempre legítima. Como poderia ser comprovado que o africano Felix não era forro? Como garantir que João não teve seu nome mudado para Felix em virtude dos "artifícios senhoriais cotidianos" (AZEVEDO; CHALHOUB; CANO; CUNHA, 2009, p. 14) para camuflar a possível ilegalidade da sua escravização? Ou ainda será que Felix/João não era um africano livre, desembarcado no Brasil após a proibição do tráfico, conhecedor do seu direito à liberdade? Sendo as questões de propriedade assunto da vida de cada um, seja lá qual for a resposta a estas perguntas, o que se verifica do anúncio é a publicização da condição de Felix/João enquanto escravo e fugido.

Não se pode perder de vista, porém que ao lado do risco de "errar o alvo" e entregar ao cativeiro ilegal uma pessoa livre ou liberta, a própria aventura de Cândido Neves sugere a existência de relações sociais e redes de solidariedade formadas por amigos, padrinhos e compadecidos da injustiça infligida aos escravizados capazes de interferir nos enredos de aparente fatalismo da existência em liberdade dos negros e impedir por diversos meios, a exemplo da sova sofrida por Candinho, a redução de pessoa livre à escravidão. Dentre as possibilidades de associação e redes de solidariedade e ajuda mútua entre livres, escravos e libertos destacam-se o auxílio na conquista da alforria desempenhado pelas irmandades religiosas formadas por homens e mulheres de cor; os cantos urbanos que reunia trabalhadores livres e escravos (muitas vezes da mesma nação); a permanência dos laços entre os malungos e a existência dos quilombos. (CARNEIRO DA CUNHA, 1985).

Apesar das possibilidades de desenvolver mecanismos de proteção à liberdade, o perigo de escravização ilegal sofrido pela população livre e o medo da re-escravização vivido pelos libertos eram realidades latentes na sociedade

escravista[3]. Sendo a subordinação racial uma das características nucleares da experiência da escravidão no Brasil, a organização da sociedade apresentava uma inerente "lógica de dominação assentada na privatização do controle social" (CHALHOUB, 2003, p. 35).

No mesmo sentido de evidenciar a prática do controle social racializado na sociedade escravista vale apresentar a contribuição de Andrei Koerner:

> Além disso, tornava-se (após a lei de proibição ao tráfico em 1850) cada vez mais difícil distingui-los (escravos urbanos) dos livres e libertos, pois confundiam-se com outros indivíduos de ascendência africana. O controle da sua atividade e da sua circulação nas ruas era feito pela polícia e pela sociedade carioca em geral. Dada a facilidade de movimento dos escravos, tornava-se cada vez mais difícil distingui-los dos livres e libertos, o sistema endurecia, e aumentavam os cuidados com a eficácia da polícia (KOERNER, 1999, p. 32)

Num cenário em que "negro e escravo eram pensados como categorias co-extensivas; conceitualmente, ser negro era ser escravo e ser escravo era ser negro" (CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p. 86), a escolha do título da presente seção deste artigo é uma metáfora de uma das mais célebres frases do livro Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicado em 1881, de Machado de Assis[4]. Nosso intento com tal construção reside na tentativa de lançar luzes à fragilidade da liberdade experimentada por livres e libertos de cor na sociedade escravista. Isto porque, ainda que pobres, as pessoas brancas tinham a seu favor as características fenotípicas que, se não lhes garantia a estabilidade de liberdade, de certo lhes garantia a possibilidade de questionamento acerca da sua condição de escravo.

2.1. Por que branca, se escrava? Por que escrava, se branca?

Assim como a literatura de Machado de Assis, também a análise de outras publicações literárias da época podem aportar contribuições para a leitura da história da escravidão no Brasil. É o caso da obra "A escrava Isaura" escrita por

3. "Escravização ilegal e precarização da liberdade são duas faces da mesma moeda. Ninguém poderia ser negro – preto ou pardo – livre ou liberto, sem segurança, numa sociedade em que escravizar ao arrepio das leis vigentes se fizera direito senhorial costumeiro". (CHALHOUB, 2009; 2012)

4. A expressão original "Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita?" é invocada pela personagem Brás Cubas ao refletir sobre a situação da personagem Eugênia.

Bernardo Guimarães em 1875. O romance narra a saga de Isaura que, apesar de cativa é agraciada pela natureza com "uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano" (GUIMARÃES, 1875, p. 52).

> Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: *Cor clara e tez delicada como de qualquer branca;* olhos pretos e grandes; cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondeados; boca pequena, rosada e bem feita; dentes alvos e bem dispostos; nariz saliente e bem talhado; cintura delgada, talhe esbelto, e estatura regular; tem na face esquerda um pequeno sinal preto, e acima do seio direito um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta. Traja-se com gosto e elegância, canta e toca piano com perfeição. Como teve excelente educação e *tem uma boa figura, pode passar em qualquer parte por uma senhora livre e de boa sociedade*. Fugiu em companhia de um português, por nome Miguel, que se diz seu pai. É natural que tenham mudado o nome. Quem a apreender, e levar ao dito seu senhor, além de se lhe satisfazerem todas as despesas, receberá a gratificação de 5:000$000.
>
> – Deveras, Martinho? – exclamou um dos ouvintes, – está nesse papel o que acabo de ouvir? Acabas de nos traçar o retrato de Vênus, e vens dizer-nos que é uma escrava fugida!... (GUIMARÃES, 1875, p. 52) (grifo nosso)

De certo o anúncio da fuga de Isaura apresenta descrição que parece atípica para a realidade da época, capaz de desafiar a tarefa de captura até mesmo daqueles mais experientes como o Cândido Neves machadiano. Como distinguir entre a escrava Isaura e qualquer outra senhora branca de boa família[5]? Escrito após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em meio à crescente propagação das ideias abolicionistas, o romance ganha grande repercussão na sociedade que se comove com a injustiça do cativeiro sofrida por uma mulher de tamanha alvura. Apaixonado por Isaura, o abolicionista Álvaro traduz sua revolta em virtude da gritante desumanidade, não da escravidão em si, mas do fato de manter baixo cativeiro alguém com aquelas características: "Pode um homem ou a sociedade inteira contrariar as vistas do Criador, e transformar em uma vil escrava o anjo que sobre a Terra caiu das mãos de Deus?" (GUIMARÃES, 1875, p. 61).

5. Ao analisar a racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista, Sílvia Hunold Lara verificou que no "Vocabulário portuguez e latino" de Raphael Bluteau, publicação que serviu de referência durante os setecentos, o adjetivo "branco" era assim definido: "[alguém] bem nascido, que até na cor se diferencia dos escravos que de ordinário são pretos ou mulatos." (LARA, 2012 ,p. 72).

Para além da ficção, a revolta e sensibilização decorrentes da situação de pessoas "de pouca cor" sujeitas à triste sorte do cativeiro é encontrada em jornais da época, evidenciando que outras pessoas compartilhavam do sentimento de revolta contra a sorte daqueles que, de tão próximos às características fenotípicas brancas, não deveriam sofrer as agruras da escravização, posto que "Deus não podia formar um ente tão perfeito para votá-lo à escravidão" (GUIMARÃES, 1875, p. 31).

Para melhor compreensão do tema, apresentamos alguns trechos de notícias de jornais do século XIX acerca da escravização de pessoas brancas:

> Lê-se no Ypiranga, jornal que se publica na cidade de S. Paulo o seguinte fato: Anteontem apregoava o porteiro das audiências do juízo de órfãos a venda em leilão de uma escrava de nome Felicidade, de 15 a 16 anos de idade, pertencente a herança de Joaquim Nunes Ribeiro, da freguesia de Itapecerica. Os concorrentes subiram à sala das audiências para verem a mercadoria que se apregoava; e todos ficaram surpreendidos e repassados de dor encontrando uma menina perfeitamente branca, e de bela aparência, esperando que alguém lhe dissesse – segue-me escrava!... O geral interesse que inspirou esta menina converteu se logo em uma filantrópica resolução; e prestando-se o digno juiz de órfãos Dr. Carvalhaes, formou-se ali mesmo uma comissão encarregada de promover a alforria da infeliz Felicidade. (Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1852).
>
> No dia 3 do corrente, foi apresentada a secretaria da polícia, a fim de obter passaporte, uma moça BRANCA, com os cabelos lisos, e soltos, cobrindo-lhe o colo, e costas, e debulhada em pranto, soltando gemidos no meio da aflitíssima angustia que a dilacerava. A ela correram os empregados, e todos os circunstantes presentes, e pouco depois quantos por aquela secretaria passavam, porque interrogada aquela infeliz criatura, disse que – a sua desgraça ali a levava como CATIVA tendo sido vendida! O pasmo e a admiração cresceram, manifestando cada uma das pessoas presentes toda a indignação contra um ato de tanto horror, de tanto canibalismo!! E, vociferações contra o monstro foram ouvidas, chegando o mesmo alcade a dizer – Isto é uma infâmia; que não estamos na Russia, onde se vende gente branca! (Jornal Grito Nacional, Rio de Janeiro 06 de março de 1856).
>
> A bordo do patacho Continente chegou ontem do Rio Grande do Sul, remetida à casa de Novaes e Passos para ser vendida, uma escrava branca de 13 a 14 anos. Tem cabelos corridos, pele alva e feições delicadas, que em nada se parecem com as da raça africana. Promover por meio de uma subscrição a sua liberdade seria, além de justiça, um ato de moralidade pública. (Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1857).

O interesse em garantir a liberdade dos cativos brancos ou de pele mais clara, bem como o alto grau de filantropia inerente a tal ato, é encontrado também nos discursos políticos daqueles que defendiam a emancipação gradual dos escravos. É o caso da "Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura" elaborada em 1823 pelo "patriarca da Independência", José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo artigo 25 previa que "nas manumissões, que se fizerem pela Caixa de Piedade, serão preferidos os mulatos aos outros escravos, e os crioulos aos da Costa" (ANDRADA E SILVA, 1825, p. 33).

Dentre a série de medidas propostas por José Bonifácio para a abolição gradual da escravidão, Bonifácio exalta sua condição de cidadão filantropo e cristão e conclama os brasileiros para que se arrependam dos séculos de escravidão a despeito dos ensinamentos religiosos que determinam que "não façamos aos outros o que queremos que não nos fação a nós" (ANDRADA E SILVA, 1825, p. 07). Talvez aí, no pavor de vislumbrar sua própria face no rosto daquele escravizado, resida a motivação para libertar aqueles cativos quase humanos de tão claros.

Mais do que despertar sentimentos morais e humanitários nos bons cristãos da sociedade do Brasil escravista, em alguns contextos, a pouca possibilidade de distinção entre as características físicas de senhores e escravos foi um fator capaz de exercer influência sobre as decisões judiciais acerca da condição daqueles indivíduos de cor clara sobre os quais pairava dúvida quanto à legalidade da sua redução ao cativeiro. Este é o argumento de Judy Bieber de Freitas. O autor afirma que no sertão mineiro, entre 1850 e 1871, era difícil distinguir fenotipicamente um rico proprietário de terras de um escravo, já que os brancos da América Ibérica apresentariam quase a mesma cor dos mulatos claros. Neste cenário, diante da pouca presença de pessoas de pele muito clara haveria uma tendência das autoridades municipais em aceitar as denúncias de escravização ilegal e decidir pelo reconhecimento da liberdade das pessoas livres de cor. (FREITAS, 1994, p. 612)

Ainda no sentido de reforçar o horror que causa a escravidão de pessoas de pouca cor, Manuela Carneiro da Cunha destaca que as ordens religiosas que tinham a atribuição de sustentar escravos criavam mecanismos para obrigar aqueles de cor mais clara a casarem com outros de pele mais escura, "ficando os bons padres alarmados com a perspectiva de manter em escravidão caras humanas tão claras quanto às deles" (R. WALSH, 1833, p. 194 apud CARNEIRO DA CUNHA, 1988, p. 88).

Sá, Gabriela Barretto de. A cor da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista: por uma tentativa de genealogia do artigo 179 do Código Criminal do Império. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 163-187. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

2.2. Escravização ilegal de pessoas livres, pobres e de cor

Sidney Chalhoub (2012), ao iniciar o livro "A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista", evidencia a precariedade da liberdade na sociedade escravista por meio do relato de momentos históricos em que o medo de ser reduzido à escravidão mobilizou a camada mais pobre da sociedade. O temor foi catalisado por conta de um decreto do governo imperial (Decreto 798 de 18.06.1851) que determinava a obrigatoriedade do registro de óbitos e nascimentos. Como se não bastasse tal previsão que por si só já entregava em mãos do governo informações precisas sobre cada alma viva e morta do território, no mesmo dia foi também publicado outro decreto no qual se anunciava a realização de um recenseamento geral no Império. Como veremos a seguir, as sublevações populares contra a chamada lei do cativeiro ocorreram com mais força nas províncias de Pernambuco e Paraíba, havendo também registros de revoltas em Alagoas, Sergipe e Ceará.

No Relatório elaborado em 1851 e apresentado à Assembleia Geral de Justiça em 1852, o Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz dava conta dos acontecimentos que estavam perturbando a tranquilidade pública e a segurança individual no Império:

> Algumas dificuldades práticas nesse Regulamento (Regulamento nº 798 de 18 de junho de 1851), e a novidade de suas disposições deram causa a queixas da parte dos habitantes dos lugares distantes dos povoados. Alguns párocos, entendendo que o Regulamento cerceava-lhes atribuições e rendimentos, exageraram essas dificuldades; alguns agentes da propaganda, mais sôfregos e menos refletidos, entenderam, que então lutava com empenhos mais graves, e puseram em campo a sedição, agitando o espirito da gente menos ilustrada nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Parahyba e Sergipe.
>
> Nos últimos dias de dezembro passado começou o povo a reunir-se em grupos armados em diferentes comarcas da província de Pernambuco, e puseram em sobressalto a população pacifica; ameaçando a vida dos juízes de paz e de seus escrivães, fazendo fugir algumas autoridades policiais e prendendo outras; invadindo as Igrejas matrizes na ocasião da celebração da missa conventual para impedir, que os párocos dessem publicidade ao Regulamento e revoltando-se contra as pessoas mais ilustradas, que intentavam convencê-los do erro, em que estavam. (Relatório do Ministério de Justiça, 1851, p. 04).

Para melhor compreensão do ocorrido, vale lembrar que até então o controle dos nascimentos, casamentos e óbitos era registrado em livros eclesiásticos separados de acordo com o status da pessoa, havendo um livro próprio para livres e outro para escravos. Agora, com a nova determinação imperial, cativos

e livres estariam unidos nos livros de registro de nascimentos e óbitos. Assim, apesar do artigo 33 do referido decreto prever que os livros eclesiásticos continuam a servir como prova de batismos e casamentos, o registro oficial referente aos controles de morte e nascimento passaria a ser realizado pelo juiz de paz. Daí porque a preocupação dos párocos com os prejuízos de rendimentos decorrentes da nova sistemática.

Mas qual fundamento de tamanho temor por parte da "gente menos ilustrada"? Os referidos decretos surgiram pouco tempo depois da Lei 581 de 04.09.1850, que reiterou a proibição do tráfico de africanos no Brasil e alimentou rumores de que diante da crise de escassez de mão de obra decorrente do fim do comércio transatlântico de africanos, só restaria ao governo a opção de escravizar a gente livre de cor. Ao longo do século XIX, a camada das "pessoas livres de cor" apresentou crescimento mais rápido que o da população branca (CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p. 22) e, sendo diferentes dos brancos em virtude da cor, o que os distinguia daqueles outros de mesma cor, porém escravizados, era o critério da condição legal.

Apesar de gozar do status civil da liberdade, o fato de possuir a cor característica do cativeiro dava o tom da fragilidade da experiência de liberdade desta ampla parcela da sociedade. Neste contexto, estando escravos e livres de cor reunidos num mesmo espaço formal, num mesmo registro, a população entendeu que restaria ainda menos visível a fronteira real entre cativos e livres de cor. Assim, não tardou para que a Lei dos Registros ficasse conhecida como "lei do cativeiro" e animasse a luta contra o risco da redução à escravidão deste setor popular (PALACIOS Y OLIVARES, 2006, p. 12).

O fato das agitações populares em torno da lei ter assumido proporção tão grande justamente nas províncias nordestinas guarda relação com o aumento do tráfico interprovincial das regiões Sul[6] e Nordeste para azeitar a produção cafeeira da região sudeste. Ainda que o setor popular envolvido nas revoltas não fosse "ilustrado", não estavam de todo enganados acerca da premência de braços para o trabalho no café. Ainda que a estrutura do tráfico interprovincial não estivesse tão azeitada durante o primeiro biênio posterior à lei de 1850, é possível encontrar informações quanto à vigência de tal prática durante o período:

6. Para dados mais atualizados acerca da dimensão do tráfico interprovincial na região sul rumo ao sudeste, ver: ARAÚJO, Thiago Leitão de. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (Província de São Pedro, segunda metade do século XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). *Escravidão e Liberdade*. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

> As três províncias da região Sul, juntamente com algumas do Nordeste, foram as maiores exportadoras de escravos para os municípios cafeeiros do Sudeste, durante as três décadas de vigência do tráfico interno, de 1850 até 1880-1881, quando as províncias cafeeiras implantaram taxas proibitivas de importação de novos escravos, temendo que o desequilíbrio regional pudesse conduzir as províncias exportadoras a apoiar a abolição. (PENA, 2006, p. 164)

Com destaque para a Revolta do Ronco da Abelha e Guerra dos Marimbondos, a série de insurreições que sacudiu as províncias do nordeste brasileiro é melhor entendida se considerada enquanto manifestação que deixa clara a tensão entre o Estado e os setores populares em resposta a diversas tentativas de controle da mão de obra livre (PALACIOS Y OLIVARES, 2006; OLIVEIRA, 2006). Não se pode perder de vista que a tradição escravista da sociedade, amparada no trabalho compulsório, encontrava dificuldades para se adequar à gradual transição ao trabalho livre.

> "A relutância dos livres ao trabalho" assalariado não deve ser apenas um mito. O que mais aparece nas descrições e reclamações dos fazendeiros ao longo do século XIX é a teimosia do livre pobre em se ater ao nível de subsistência. A ausência de uma ética de trabalho, de uma motivação para a acumulação, é constantemente deplorada e muitas vezes ridicularizadas: "Ignorância, teimosia e auto-importancia permanecem os traços mais fortes do caráter do trabalhador livre" (Goring a Aberden, Pernambuco, 16 de maio 1845, PP, Confidential Prints nº. 316)" (...)Sobravam, enfim, os mecanismos de coerção extra-econômicos para compelirem os livres pobres a se assalariarem. Aparentemente, o Conselho Provincial do Maranhão teria feito, por volta de 1840, exigências quanto à apresentação pessoal e moradia dos livres, no intuito de comepeli-los ao trabalho, sob pena de serem recrutados para o serviço militar e serem mandados para o Rio Grande do Sul (...) Por todas essas razões, parece-me, o trabalho escravo continuava sendo o mais seguro. Vários depoimentos de senhores de escravos estabeleciam isso com a maior clareza: o trabalho escravo é um 'trabalho mais regular'. (CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p. 60)

Os embates entre Estado e a população livre, as consequentes estratégias de coerção ao trabalho e a ridicularização daqueles não dispostos a inserir-se nesta nova lógica de produção demonstram ser chaves interpretativas apropriadas para a análise das revoltas contra as leis de 1851. Nos relatórios dos presidentes de província, no relatório do Ministério da Justiça e nos documentos e correspondências entre as autoridades é comum referir-se aos revoltosos atribuin-

do-lhes qualificações como "rudes", "ignorantes", "plebeus" e "vagabundos" (CHALHOUB, 2012; PALACIOS Y OLIVARES, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Henrique Espada Lima Filho (2005) destaca que a introdução do mercado de trabalho livre no século XIX não ocorreu de modo homogêneo e sem atritos em lugar algum do mundo. Ao apontar para a diversidade de características dos arranjos de trabalho não escravo que se poderiam verificar neste período – tais como trabalho compulsório, tutela e contrato – o autor apresenta importante reflexão no sentido de desconstruir a ideia de liberdade enquanto conceito unívoco e questionar a qualidade e os graus da liberdade experimentada nas experiências de trabalho livre daquele momento. Isto porque, "nas sociedades escravistas do século XIX, 'liberdade' e 'escravidão' são termos sobretudo jurídicos que se referem à propriedade e não são automaticamente traduzíveis como 'trabalho livre' e 'trabalho escravo'" (LIMA, 2005, p. 299).

Em última instância, a característica mais marcante das manifestações decorrentes dos decretos que instituíam o registro obrigatório é a defesa, ainda que indireta, da manutenção do *status quo* escravista. O medo do homem livre de cor de ser reduzido à escravidão evidencia o temor pelo fim da fronteira entre os escravos negros e aqueles pobres, ainda que negros, livres e poupados da "sujeição completa ao trabalho nas plantations. Enquanto houvesse escravos, o homem pobre continuaria sendo pobre, mas livre" (PALACIOS Y OLIVARES, 2006, p. 07).

Apesar de reconhecer a precariedade da experiência de liberdade das pessoas pobres e livres de cor, é importante não tomar a possibilidade de redução à escravidão como uma determinante fatalista na vida de todos os integrantes desta camada da população. Enquanto hipótese, é possível afirmar que o fantasma do cativeiro ilegal se fazia realidade mais concreta na vida daqueles mais pobres e vulneráveis, que não estivessem inseridos em redes sociais de solidariedade. Além do que, do mesmo modo que diversas pesquisas demonstram a capacidade de escravos e libertos desenvolverem mecanismos de relações que garantissem margens de negociação sobre condições de vida, o mesmo se pode inferir a respeito das possibilidades de conquista de estratégias de sobrevivência dos livres de cor (FREITAS, 1994, p. 614).

3. O contexto do texto: o crime de reduzir pessoa livre à escravidão no Código Criminal do Império do Brasil

A Constituição de 1824, no inciso XVIII do artigo 179, previa a organização dos Códigos Civil e Criminal fundados nas bases da justiça e equidade, cuja elaboração deveria dar-se o quanto antes. A necessidade de urgência na elabo-

ração das codificações referidas pelo texto constitucional se insere no contexto das medidas jurídicas necessárias para garantir a estabilidade política e judiciária para a nação em construção (SLEMIAN, 2008). O processo de independência no Brasil e as decorrentes discussões sobre a necessidade de elaborar e sistematizar uma legislação nacional própria guardam relação com as matrizes político-jurídicas do liberalismo que orientavam a elite política e intelectual local, empenhadas no intento de substituir a legislação de Portugal, que até então era aplicada e há muito se mostrava incongruente com as necessidades e especificidades locais.

Ao analisar o caráter não revolucionário, conservador e elitista da Independência do Brasil ocorrida em 1822, Antonio Carlos Wolkmer (2012) destaca a natureza e especificidade do liberalismo pátrio. Distinto do liberalismo europeu que surge como ideologia de ruptura dos novos setores emergentes em oposição aos privilégios da nobreza, o liberalismo brasileiro é concebido de modo a "servir de suporte aos interesses das oligarquias, dos grandes proprietários de terra e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial" (2012, p. 103). Dentre os principais fatores responsáveis pelos limites do liberalismo brasileiro está a presença da escravidão como base fundamental da economia e relações sociais da sociedade, realidade incongruente com o princípio básico liberal de proteção das garantias e direitos individuais.

Além do aspecto conservador, o liberalismo que tem lugar na sociedade extremamente hierarquizada do Brasil pós-independência é essencialmente "juridicista" (WOLKMER, 2012, p. 108), marcado pelo apego à retórica e ao formalismo normativo. É neste cenário que se conforma o nascimento da cultura jurídica, cabendo aos bacharéis em Direito a tarefa primordial de formação da elite burocrática nacional, responsável pela concepção e condução da vida política da nação e do arcabouço jurídico necessário para assegurar a ordem e fortalecer a consolidação da soberania do nascente Estado brasileiro.

Denominados por Jurandir Malerba (1994) como "bacharéis da chibata" em virtude da vinculação destes intelectuais com a manutenção do escravismo, é importante observar que inicialmente estes bacharéis eram formados por universidades europeias, em especial pela Universidade de Coimbra. Diante da necessidade do Estado Nacional de formar uma elite intelectual independente, teve lugar a criação dos primeiros cursos jurídicos no País por meio da Lei de 11.08.1827.

As ambiguidades do projeto nacional são refletidas nas legislações elaboradas após a independência. Primeira dos textos elaborados, a Constituição de 1824 trouxe em seu bojo a opção inaugural do Brasil em manter tacitamente a escravidão ao proteger o direito de propriedade em toda sua plenitude sem

qualquer previsão acerca da possibilidade de emancipação gradual da parcela escravizada da população. Neste sentido, Vera Andrade (2003, p. 42) destaca que o discurso jurídico de cidadania no Brasil, já a partir da Constituição liberal, atende à lógica discursiva liberal e buscava a manutenção do *status quo* caracterizado pela desigualdade social que separa os indivíduos:

É precisamente a conjugação aparentemente híbrida, dessas matrizes (epistemologia positivista e matriz liberal importada da Europa), que define o ideário da cultura jurídica dominante no Brasil. Trata-se, portanto, de uma cultura jurídica positivista, de inspiração liberal, cujas bases paradigmáticas determinam as condições de possibilidade do discurso jurídico dominante sobre a cidadania. (ANDRADE, 1993, p. 34)

Previsto dentre os crimes contra a liberdade individual, o crime de reduzir à escravidão pessoa livre que se ache em posse da sua liberdade está afinado com os ideais iluministas de garantia dos direitos e liberdades individuais. A constatação da precária experiência de liberdade da população negra nos impõe a necessidade de compreender o contexto político e jurídico que conduz à criminalização da conduta tipificada no artigo 179 do Código Criminal.

Vivian Chieregati Costa (2013), em minucioso trabalho de investigação acerca da primeira codificação criminal no Brasil, aponta para a especificidade do diploma nacional ao prever a pirataria (arts. 82, 83 e 84) dentre os crimes contra a segurança externa do País. Dentre aqueles textos legais por ela analisados que influenciaram o Código de 1830, a previsão de crime semelhante foi encontrada apenas no Projeto de Código Criminal de Pascoal de Melo Freire (Titulo XIV, § 5º). Outra singularidade salientada pela autora era que, dentre os crimes públicos, a pena atribuída ao delito de pirataria era, ao lado do crime de insurreição, aquele que apresentava punições mais severas, incluindo até mesmo a pena de galés perpétuas (COSTA, 2013, p. 234). Por fim, a autora apresenta importante chave interpretativa para o intento aqui delineado no sentido de compreensão do artigo 179 do Código Criminal:

A análise das prescrições do crime de pirataria, contudo, tanto no projeto de Vasconcelos, quanto no de Clemente Pereira e no texto final de 1830, não confirmaram esta impressão (repressão ao tráfico de escravos), haja vista seu absoluto silêncio no tocante ao comércio de cativos. A lei de 7 de novembro de 1831, por sua vez, pareceu-nos confirmar que, de fato, não era por conta do tráfico de escravos que o crime de pirataria havia sido regulado pelo Código de 1830, já que, pelo artigo 2º desta lei ficavam prescritas, aos traficantes condenados, as penas estabelecidas pelo artigo 179 do código, relativo não ao crime de pirataria, mas sim ao de redução de pessoa livre à escravidão. (COSTA, 2013, p. 235)

A partir da pista fornecida por Vivian Chieregati Costa, parece importante refletir acerca da opção legislativa de não incluir a prática dos traficantes de escravos dentre aquelas hipóteses relacionadas à ocorrência do crime de pirataria, já que tal previsão estava contida no tratado firmado entre Brasil e Inglaterra de 26.11.1826. Ao juízo de conveniência dos legisladores, o comércio ilegal de cativos parece estar distante dos delitos públicos que podem ameaçar a independência, a integridade e a dignidade da nação.

Da tipificação da conduta de reduzir pessoa livre à escravidão enquanto crime particular, contra a liberdade individual, resulta que os responsáveis por tal ação estariam protegidos das severas punições aplicadas ao crime de pirataria. Em última análise, seria minimizada não apenas a gravidade da prática do contrabando ilegal de cativos, bem como as consequências para a ordem pública advindas da introdução criminosa em território nacional de seres humanos para o cativeiro. Ao analisar a redução de pessoas negras e livres submetidas à escravidão injusta, Judy Bieber Freitas afirma mesmo que a previsão do artigo 179 do Código Criminal do Império teria como objeto criminalizar a conduta daqueles envolvidos na importação ilegal de africanos pós-1831 (FREITAS, 1994, p. 618).

Por outro lado, parece sugestiva a previsão detalhada do crime de pirataria ao elencar as ações criminosas contra embarcações que navegassem nos mares brasileiros.

> Art. 82. Exercitar pirataria; e este crime julgar-se-ha commettido:
>
> 1º Praticando no mar qualquer acto de depredação, ou de violencia, ou contra Brazileiros, ou contra estrangeiros, com quem o Brazil não esteja em guerra.
>
> 2º Abusando da Carta de Corso, legitimamente concedida, para praticar hostilidades, ou contra navios brazileiros, ou de outras nações, que não fosse autorizado para hostilisar.
>
> 3º Apossando-se alguem do navio, de cuja equipagem fizer parte, por meio de fraude, ou violencia contra o Commandante.
>
> 4º Entregando alguem aos piratas, ou ao inimigo, um navio, a cuja equipagem pertencer.
>
> 5º Oppondo-se alguem por ameaças, ou por violencia, a que o Commandante, ou tripolação defenda o navio em occasião de ser atacado por piratas, ou pelo inimigo.
>
> Penas – de galés perpetuas no gráo maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minimo.

> 6º Aceitando Carta de Corso de um Governo estrangeiro sem competente autorização.
>
> Penas – de prisão com trabalho por dous a oito annos.

Em tempos de disputas políticas e diplomáticas para afirmação da soberania nacional sobre toda a extensão do território, a previsão do delito parece ser um libelo contra aqueles que se insinuavam no sentido de intervir na fiscalização da faixa de Oceano Atlântico considerada sob controle do Império brasileiro, principalmente a Inglaterra em seu esforço de abolir o tráfico atlântico de escravos. Neste sentido, vale trazer o manifesto do deputado João Manoel da Silva Pereira contra a intervenção na autonomia do império perpetrada pelas iniciativas da Marinha Inglesa:

> Esta rapacidade é atestada por todos os navegantes, e a provaremos, se for necessário, com exemplos próprios e estranhos, visto que, neste ponto, nosso fim é tornar mui claro esse espírito de pirataria da marinha inglesa, empregada na repressão ao tráfico de escravos, e a guerra que ela faz ao gênero humano com a bandeira da filantropia, hasteada nos principais mastros de suas embarcações de guerra. (PEREIRA, 1845, p. 96-97)

Deixando de lado as considerações acerca do crime de pirataria e voltando para a previsão do crime de reduzir pessoa livre à escravidão, cumpre ressaltar que entre os textos legais que influenciaram o Código Criminal do Império está o projeto de sistema penal de Edward Livingston apresentado em 1822 para o estado norte-americano da Luisiana (COSTA, 2013). Em estudo das discussões parlamentares acerca da formulação do Código Criminal, Mônica Duarte Dantas nos informa que:

> Em de 21 de maio de 1829, mais de três meses antes da comissão mista apresentar – a partir das bases de Clemente Pereira e do projeto de Vasconcelos – sua proposta de Código Criminal, o taquígrafo anotara nos anais da câmara a seguinte informação: "A oferta feita pelo cidadão João Clemente Vieira Souto de um exemplar da tradução do projeto de código penal para a Luisiana, foi recebida com agrado." É provável que o texto entregue fosse uma tradução do plano para o código penal da Luisiana que Edward Livingston apresentou – impresso tanto em inglês como em francês – ao legislativo daquele estado norte-americano em março de 1822. (DANTAS, 2011, p. 290)

Monica Dantas (2011, p. 292) encontra ainda novo registro de que, aproximadamente um ano depois, em 12.05.1830, outro cidadão faz nova entrega à comissão de um exemplar em inglês do código criminal da Luisiana, muito

provavelmente tratava-se já da obra completa "A system of penal law for the state of Lousiana". A partir das informações apresentadas por Dantas acerca do contato direto que os elaboradores do Código Criminal tiveram com a obra de Livingston, partimos para uma análise atenta do texto norte-americano e nos deparamos com a existência da criminalização da conduta de escravização de pessoas livres:

> Art. 452. If the offence [false imprisonment aggravated by the purpose or the degree] be committed against a free person for the purpose of detaining or disposing of him as a slave, knowing such person to be free, the punishment shall be fine, not less than five hundred dollars nor more than five Thousand dollars, and imprisonment at hard labour, not less than two nor more than four years. (LIVINGSTON, 1833, p. 433)

Vê-se da leitura do artigo transcrito que, muito provavelmente, a inspiração para a previsão do crime de reduzir pessoa livre à escravidão foi inspirada pelo artigo 452 do Code of Crimes and Punishment de Livingston, que previa o delito de aprisionamento ilegal agravado pelo propósito de submeter pessoa livre à condição de escravo. Buscando aprofundar tal hipótese, a leitura dos originais dos projetos de Código Criminal para o Império do Brasil apresentados por Clemente Pereira, em 1826, e por Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 04.05.1827, revelou-nos que no projeto de Vasconcellos já constava a previsão ao crime de reduzir pessoa livre à escravidão:

> Art. 152. O que reduzir à escravidão o homem livre que se achar em posse de sua liberdade, será punido com as penas de galés por cinco a vinte anos. E se o cativeiro injusto tiver sido de maior duração, a pena o excederá sempre à terça parte mais multa correspondente.

Resulta curioso observar que a previsão do crime de reduzir pessoa livre à escravidão já encontrava suas bases no "Projecto do código Criminal" apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcellos em 1827, ou seja, dois anos antes daquele primeiro registro acerca da entrega do exemplar do projeto de Livingston aos legisladores. Tal fato não invalida, porém, a possibilidade de que Vasconcellos já conhecera por conta própria a obra de Edward Livingston, posto que a mesma teve sua primeira versão publicada em 1822, em Nova Orleans, sendo posteriormente publicada em 1824 na Inglaterra e em 1825 na França (DANTAS, 2011, p. 291).

Considerar a possibilidade de influência da obra de Livingston na previsão do crime proposto no artigo 152 do projeto apresentado por Vasconcellos parece ainda mais interessante se resgatarmos a informação apresentada por

Mônica Dantas acerca das reações dos parlamentares à proposta de tradução da obra de Livingston. A proposta foi apresentada em 12.05.1830 e Bernardo de Vasconcellos foi o único deputado a se opor ao indicativo de traduzir a legislação estrangeira. A autora explica que: "Vasconcelos, por sua vez – a quem parecia que dos códigos nada se poderia tirar, pois, caso contrário, 'outro há de ser o resultado de todo este trabalho' – declarou votar contra o requerimento" (DANTAS, 2011, p. 295) relativo à tradução do material escrito por Livingston.

De todo modo, ainda que não seja possível afirmar a inspiração de Vasconcelos no diploma estadunidense, a similitude entre a versão final do artigo que estabelece o crime de reduzir pessoa livre à escravidão, previsto no artigo 179 do CCrim, e o instituto elaborado por Livingston se verifica também no que tange à previsão da pena de multa combinada com a privativa de liberdade. No entanto, o diploma brasileiro estabelece maior duração da pena que poderia ser de três a nove anos, com a ressalva de que nunca o tempo de prisão seria menor que o do cativeiro injusto, e mais uma terça parte. Ainda sobre as características das penas privativas de liberdade previstas, enquanto o texto estrangeiro determinava a pena de prisão com trabalho, o código pátrio, apesar de regular tal tipo de pena em seu artigo 46, prescrevia apenas a prisão simples ao autor da conduta do artigo 179.

Outro ponto de aproximação entre o crime de reduzir pessoa livre à escravidão e aquele de aprisionamento de pessoas livres para fins de escravidão é a ressalva acerca da descrição de condição daquele que pode ser considerado vítima do tipo penal. Enquanto o Código Criminal do Império prevê que o sujeito passivo é aquele que está "em posse da sua liberdade", o Code of Procedures prevê que o delinquente conhece o estado de liberdade da pessoa por ele aprisionada. No caso brasileiro, a prova da posse da liberdade da vítima constitui um dos principais pontos de debate jurídico e óbices para a caracterização do cativeiro ilegal e punição da conduta. Ao que parece, se considerado em sua literalidade o enunciado "knowing such person to be free", também pode dificultar a caracterização da conduta criminosa, já que deixa margem a averiguações de cunho subjetivo quanto à boa-fé do suposto autor do crime.

Inobstante a previsão do elemento subjetivo relativo à má-fé do acusado vir a constituir-se enquanto eventual impedimento para a caracterização da conduta penal, o Code of Procedures – livro III integrante do projeto de Livingston – apresenta a possibilidade de manejo do habeas corpus como meio de assegurar a liberdade da pessoa que se diz submetida ao cativeiro ilegal. Além de tal possibilidade de defesa, o texto enuncia ainda outra garantia à proteção da liberdade individual ao instituir prazo legal para a contestação da liberdade por aquele que se intitula proprietário da pessoa que demanda a liberdade.

> Art. 76. When a person claiming to be free, shall be held as a slave, relief may be granted by habeas corpus, and his discharge shall be full evidence of his liberty against the person claiming him as a slave, unless he shall within ten days after such discharge, institute a civil suit, in which he may obtain a sequestration of the body of the party so discharged, provided he give the security required by law in case of sequestration, and produce such evidence of his property, as will satisfy the judge of any court having cognizance of the cause, that the party is a slave, and the plaintiff is entitled to his services. But unless such suit be instituted, within the time aforesaid, the party who held him as a slave, shall be forever barred from making any claim to the services of the person so discharged; and on the trial of such suit, the discharge shall be presumptive evidence of the liberty of the party discharged, and throw the burden of proof on the person claiming him as a slave. (LIVINGSTON, 1833, p. 490)

É interessante destacar que, ainda na introdução da obra, o jurisconsulto norte-americano ressalta que seu livro é o primeiro na Louisiana a apresentar um sistema de procedimentos detalhados sobre o *writ* do habeas corpus em defesa da liberdade. Em breve relato sobre a utilização do instituto na Inglaterra e em Roma, Edward Livingston destaca que tal remédio legal poderia ser associado ao interdito de *homine libero exhibendo* que era previsto pela lei romana apenas nos casos em que homens livres eram reclamados como escravos de outrem (LIVINGSTON, 1833, p. 38). Sobre a possibilidade de utilização do habeas corpus em favor de escravos e libertos no direito brasileiro, até 1871 a legislação determinava que apenas aos cidadãos era reservado este direito de defesa, sendo que os mesmos poderiam apresentar o pedido em defesa de estrangeiros e escravos. Somente com a Lei do Ventre Livre (Lei 2.040, de 28.09.1871) passou a ser prevista a possibilidade de uso do habeas corpus para manutenção da liberdade contra a reescravização arbitrariamente tentada pela polícia ou pelo suposto proprietário (KOERNER, 1999, p. 141).

Ainda no sentido de aprofundar o estudo sobre as características do delito previsto pelo Código Criminal Brasileiro, parece oportuno trazer como os juristas oitocentistas interpretavam a letra da lei relativa ao crime de reduzir à escravidão pessoa livre que se achasse em posse de sua liberdade. Em comentários ao Código Criminal do Império, Braz Florentino Henrique de Souza (1858), ao analisar a previsão do artigo 179, apenas recomendou consulta às leis de 07.11.1831 e de 04.09.1850 que regiam o crime quando eram objetos dele os africanos. Ressaltou ainda que a Portaria de 21.05.1831 já estabelecia que os responsáveis pelo cativeiro ilegal de africanos seriam punidos com as penas previstas no artigo 179 do Código Criminal. Comentários mais detalha-

dos sobre o crime são encontrados no Código criminal do Império do Brasil anotado pelo Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa (1877), que apresenta interessante leitura sobre a conduta criminosa do cativeiro ilegal:

> Tratamos desta espécie (crime de redução de pessoa livre à escravidão), como curiosidade histórica, e não na suposição de que jamais haja necessidade de punir um tal crime neste país; pela impossibilidade de comete-lo, mesmo pela oposição e repugnância geral relativamente a ele. (PAULA PESSOA, 1877, p. 294)

Inobstante a ressalva acerca do caráter quase pitoresco da conduta tipificada, Paula Pessoa apresenta jurisprudência sobre o crime e considerações acerca dos casos de tentativa e cumplicidade. Considerando a regra geral sobre a punição da tentativa disciplinada pelo art. 34 do CCrim e tendo em vista que o texto das leis de proibição ao tráfico de 1831 e 1850 previa as sanções indicadas no artigo 179 do Código Criminal, Paula Pessoa comenta que incorrem na modalidade tentada do crime de reduzir pessoa livre à escravidão, devendo ser punidos com as mesmas penas do crime, menos a terça parte, aqueles que possuem embarcação com sinais de que a mesma é utilizada para a prática da importação de africanos. A cumplicidade do crime de cativeiro ilegal obedece à regra geral da sanção da cumplicidade prevista no artigo 35 do CCrim, que determina que a cumplicidade será punida com as penas da tentativa.

As evidências capazes de legitimar a presunção legal de que a embarcação participa do tráfico de escravos e, por consequência, servir de prova enquanto tentativa do crime aqui estudado estão descritas no artigo 32 do Decreto 708, de 14.10.1850. É significativo observar que a precariedade da possibilidade de punição do crime na sua modalidade tentada se verifica nos enunciados da referida lei que estabelece critérios ligados à subjetividade interpretativa daqueles que fazem a inspeção do navio:

> Art. 32. Os signaes, que constituem presumpção legal, de que huma embarcação se emprega no trafico de escravos, são os seguintes:
>
> 1º Escotilhas com grades abertas em vez das fechadas, que se usão nas embarcações mercantes.
>
> 2º Divisões, ou anteparos no porão ou na coberta em maior quantidade que a necessaria em embarcações de commercio licito.
>
> 3º Taboas de sobresalente preparadas para se collocarem como segunda coberta.

> 4º Quantidade d'agua em tonneis, tanques, ou em qualquer outro vasilhame maior, que a necessaria para o consumo da tripolação, passageiros, e gado, em relação á viagem.
>
> 5º Quantidade de grilhões, correntes, ou algemas, maior que a necessaria para a policia da embarcação.
>
> 6º Quantidade de bandejas, gamellas, ou celhas de rancho, maior que a necessaria para a gente de bordo.
>
> 7º Extraordinaria grandeza da caldeira, ou numero dellas, maior que o necessario nas embarcações de commercio licito.
>
> 8º Quantidade extraordinaria de arroz, farinha, milho, feijão, ou carne, que exceda visivelmente ás necessidades da tripolação e passageiros, não vindo declarada no manifesto como parte de carga para commercio.

Da análise da descrição legal sobre os sinais que evidenciam o envolvimento do barco no tráfico marítimo de seres humanos, vê-se que o excesso de quantidade de víveres, equipamentos e materiais a bordo é apontado como fundamento principal para a suspeita de atividade criminosa. No entanto, são indícios frágeis que terminam por depender do arbítrio do observador da embarcação no seu julgamento sobre quantidade e, além disso, podem ser facilmente contestados e justificados pelos tripulantes a partir da exposição de vicissitudes e conveniências que justifiquem a realidade verificada.

Sobre a previsão do terceiro item, relativo à existência de tábuas para segunda coberta, para melhor compreensão do enunciado legal cabe trazer a contribuição de Gilson Rambelli (2006) acerca da organização espacial das embarcações envolvidas no comércio de escravos. O autor demonstra que pesquisas de arqueologia náutica e subaquática apontam para a frequente utilização de falsas coberturas que criavam um espaço reduzido localizado abaixo da coberta onde viajava a tripulação, destinadas ao transporte da carga humana. Rambelli esclarece ainda que a visão clássica do transporte de africanos em porões dos navios negreiros termina por reduzir a complexidade das características da indústria naval mercantil que, ao longo dos séculos de vigência do comércio escravista, criou embarcações específicas ou adaptou antigos barcos para servir a tal fim. Com a criação da falsa coberta para o transporte de carga humana, era comum que o porão servisse para o transporte de água e alimentos (RAMBELLI, 2009).

Apesar do suposto "caráter pitoresco" da previsão do artigo 179 do Código Criminal do Império do Brasil, como já demonstrado, são encontradas evidências acerca da ocorrência da escravização ilegal de pessoas livres em decorrência do tráfico de africanos, a existência de reescravizações ilegais de libertos e a situação de injusto cativeiro de pessoas livres.

4. Considerações finais

A escravização ilegal de pessoas livres ou a reescravização de libertos foi prática recorrente ao longo do período escravista brasileiro e ilustra a precariedade da liberdade experimentada pela população negra ao longo do século XIX, evidenciando o corte racial que caracteriza as vítimas do crime previsto pelo artigo 179 do Código Criminal do Império. Tal realidade demonstra as vinculações da estrutura judicial com a manutenção da ordem escravista e, consequentemente, a pouca efetividade da legislação surgida com o intuito de disciplinar juridicamente a propriedade escrava.

Foi possível verificar, por meio de revisão bibliográfia, literatura e análise de fontes primárias, o contexto social e jurídico do século XIX que ensejou a inclusão do crime de escravização ilegal no Código Criminal do Império do Brasil de 1830. Neste ponto, levantamos a hipótese de que a criminalização da referida conduta tenha sido influenciada por projeto de código penal para o Estado da Luisiana, elaborado por Edward Livingston.

Concluímos que o problema da manutenção dos casos de cativeiro ilegal e a não responsabilização penal daqueles culpados por tal conduta crimionsa terminam por demonstrar a seletividade do direito criminal oitocentista frente à conivência com a prerrogativa senhorial em alegar a propriedade de seres humanos, ainda que sabidamente ilegal, sem receios da possibilidade de punição.

A historicidade inerente ao Direito garante um complexo universo de ocorrências de demandas jurídicas relativas ao crime de escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista que ainda está por ser revelado por futuras, instigantes e necessárias pesquisas acerca deste tema ainda pouco explorado. A nossa contribuição reside em evidenciar a dimensão do desafio presente que se apresenta para diversos campos da pesquisa crítica do Direito no Brasil.

5. Referências bibliográficas

Jornais e Revistas

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05.09.1852.

Grito Nacional, Rio de Janeiro, 06.03.1856.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 19.09.1857.

Relatórios

Relatórios do Ministério de Justiça 1851.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura.* Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania*: do direito aos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ASSIS, Machado de. *O caso da vara*. (Publicado originalmente: Gazeta de Notícias, 1891). Disponível em: [http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/MachadodeAssis/ocasodavara.htm]. Acesso em: 01.05.2017.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CHALHOUB, Sidney; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Trabalhadores na cidade*. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros*: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Vivian Chieregati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro*: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2013. Programa de Pós-graduação Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo (USP).

FREITAS, Judy Bieber. *Slavery and social life:* in the attempts to reduce free people to slavery in the Sertão Mineiro, Brazil, 1850-1871. Journal of Latin American Studies, v. 26, n. 3, 1994, p.597-619.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Global, 2010.

GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. (Publicado originalmente: Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1875). Disponível em: [http://www.culturatura.com.br/obras/A%20Escrava%20Isaura.pdf]. Acesso em: 20.04.2017.

KOERNER, Andrei. *Habeas-Corpus, Prática Judicial e Controle Social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCrim, 1999.

LARA, Silvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina. (org.). *Escravidão e Liberdade:* temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: Escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi* (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v. 6, n.11, 2005, p. 289-325.

LIVINGSTON, Edward. *A System of Penal Law prepared for the State of Louisiana*. New-Orleans: printed by James Kay, Jun and Co, 1833.

MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei:* liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Paraná: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Sobreviver à pressão escapando ao controle:* embates em torno da 'lei do cativeiro' (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). Almanack Braziliense, n.3, 2006.

PALACIOS Y OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). *Almanack Braziliense,* n. 3, p. 9-39, maio 2006.

PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Código Criminal do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Typografia Perseverança, 1877.

PENA, Eduado Spiller. Burlas à lei e revolta escrava no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli. (org.). *Direitos e Justiças no Brasil.* Ensaios de História Social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

PEREIRA DA SILVA, João Manoel. *Inglaterra e Brasil* – tráfego de escravos. Por um Deputado. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, de J.J. da Rocha, 1845.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas:* a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SLEMIAN, Andréa. À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos.* Modernidade política. São Paulo: Alameda, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Legislação penal da escravidão, de Luiz Guilherme Moreira Porto – *RT* 777/485-504 (DTR\2000\417); e
- Redução à condição análoga à de escravo (com a nova redação dada pela Lei 10.803, de 11.12.2003), de Fernando de Almeida Pedroso – *RT* 824/438-442 (DTR\2004\342).

Filtragem racial na abordagem policial: a "estratégia de suspeição generalizada" e o (des)controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos

Racial profiling in police stops: "generalized suspicion strategy" and judicial (lack of) control of stop and frisk in Brazil and United States of America

Gisela Aguiar Wanderley

Mestra (2017) em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada (2014) em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Advogada.
gisela.aguiarw@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 18.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: Tendo em vista a incidência violenta e desproporcional do poder policial de coerção direta sobre as populações negras no Brasil, o artigo analisa a filtragem racial na incipiente prática da busca pessoal (abordagem policial comumente designada "baculejo", "geral" ou "revista"). Constata-se que o policiamento no país é caracterizado pelo uso generalizado da noção de suspeição, o que resulta em abordagens desproporcionais de jovens negros e pobres, encarados com desconfiança perene. Por outro lado, a partir da análise de dois julgados do STF e do STJ, nota-se que o controle judicial da busca pessoal é frágil e insuficiente para a coibição de abusos. Em contraste, no direito estadunidense, o tema é enfrentado pela Suprema Corte desde 1968 no julgamento do caso Terry v. Ohio e assumiu particular destaque após o reconhecimento da filtragem racial na prática de *stops and frisks* pelo NYPD no caso Floyd, et al. v. City of New York, et al.

Abstract: Black people in Brazil are disproportionally subjected to the use of force by policemen. In this context, the paper aims to analyze the use of racial profiling in the practice of stop and frisk. Indeed, policing activities in Brazil are guided by an arbitrary and uncontrolled mention to "suspicion", which leads to disproportional stops of poor and black young people. Therefore, the paper also analyzes the judicial review of stops and frisks in Brazil and in the United States, by examining four rulings on the subject: *Habeas Corpus* 81.305, judged by Brazilian Supreme Federal Court in 2001; *Habeas Corpus* 257.002, judged by Brazilian Superior Court of Justice in 2013; Terry v. Ohio, a Supreme Court precedent from 1968; and Floyd, et al. v. City of New York, et al., a class action ruled by federal judge Shira Scheindlin, from U.S. District Court Southern District of New York, in 2013. In conclusion, it is argued that judicial review is a powerful tool to

Wanderley, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a "estratégia de suspeição generalizada" e o (des)controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 189-229. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

pela Corte Federal do Distrito Sul de New York em 2013. Ao cabo, salienta-se que o controle judicial é um importante mecanismo de coibição de práticas policiais discriminatórias, que, contudo, tem sido largamente subaproveitado no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Busca pessoal – Abordagem policial – Filtragem racial – Racismo institucional – Controle judicial.

reduce institutional racism reproduced by police agencies, but it has been highly underappreciated in Brazil.

Keywords: Search and seizure – Stop and frisk – Racial profiling – Institutional racism – Judicial review.

Sumário: 1. Introdução. 2. Policiamento no Brasil do século XIX: a "estratégia de suspeição generalizada". 3. Abordagem policial no século XXI: os jovens negros e pobres como os alvos preferenciais da repressão. 4. A indefinição da suspeição e o componente racial dos "tipos ideais" de suspeito. 5. O controle judicial da busca pessoal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). 6. O controle judicial da *stop and frisk* nos Estados Unidos: os casos Terry v. Ohio (1968) e Floyd, et al. v. City of New York, et al. (2013). 6.1. O caso Terry v. Ohio. 6.2. Pós-Terry: a filtragem racial e o julgamento do caso Floyd, et al. v. City of New York, et al. pela Corte Federal do Distrito Sul de New York . 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas.

1. Introdução

As polícias brasileiras[1] são frequentemente questionadas pela adoção de práticas autoritárias e violentas contra a população negra. Entre os casos mais graves, despontam nos noticiários episódios de tortura e extermínio de cidadãos que, sob a pecha de suspeitos, foram sumariamente condenados, julgados e executados à margem da lei pelos policiais que com eles se depararam em via pública.

Nesse cenário, em 2013, ganhou repercussão o caso de Amarildo de Souza, ajudante de pedreiro que desapareceu após ser abordado e conduzido à Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha, no Rio de Janeiro[2]. No mesmo ano, episó-

1. O trabalho consiste em apresentação parcial de pesquisa subjacente à dissertação de mestrado da autora, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB).
2. Doze policiais foram condenados por tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Matéria disponível em: [http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html]. Acesso em:23.12.2016.

dio similar ocorreu no Distrito Federal. Antônio Araújo, auxiliar de serviços gerais, desapareceu após ter sido supostamente conduzido a uma delegacia por suspeita de participação em tentativa de furto à chácara de um policial. Porém, não se alcançou certeza nem sequer sobre se Antônio foi efetivamente conduzido à delegacia. Sua ossada só foi achada seis meses após o desaparecimento, nunca solucionado[3].

Em tais casos, dois problemas emergem em paralelo: o déficit de regulamentação jurídica e controle da atividade policial, sobretudo nas fases anteriores à formalização da investigação pré-processual, e a incidência discriminatória da violência estatal sobre a população negra, a partir da filtragem racial (*racial profiling*) e do racismo institucional. Por isso, esses episódios mais dramáticos de eliminação da própria vida dos cidadãos abordados se inserem em um contexto mais amplo de descontrole da atividade policial, em que também intervenções policiais cotidianas e rotineiras, tais como revistas, buscas e interrogatórios informais, recaem desproporcional e abusivamente sobre os negros. Ao cabo, tal modelo resulta na incidência também mais frequente da própria persecução penal formal e do encarceramento em massa sobre essa parcela da população[4].

Não se trata, porém, de problema exclusivo do Brasil. Ao longo dos últimos anos, a mídia internacional tem noticiado o alastramento de manifestações nos Estados Unidos da América (EUA) em virtude de repetidos casos de homicídios de negros por policiais. Um dos primeiros foi o homicídio do jovem Trayvon Martin por um vigilante particular[5] em 2012, o qual deu ensejo, inclusive, à criação do movimento Black Lives Matter. Na sequência, os homicídios de Michael Brown, Eric Garner e Freddie Gray, todos por policiais, assim como outros casos similares[6], mantiveram acesos os debates.

Nesse ínterim, receberam destaque jornalístico alguns casos de abordagens policiais desarrazoadas a negros ocorridas nos EUA, tais como os de Brandon McKean (abordado por um policial quando caminhava com as mãos no bolso

3. Matéria disponível em: [http://glo.bo/1emUJZK]. Acesso em: 07.11.2016.
4. De acordo com os dados do InfoPen de 2014, 67% dos presos são negros e 31% brancos (51% da população brasileira é negra e 48% branca, conforme censo IBGE de 2010). Disponível em: [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 20.04.2016.
5. Reportagem disponível em: [nytimes.com/2013/07/15/us/george-zimmerman-verdict-trayvon-martin.html?pagewanted=3&_r=0&hp]. Acesso em: 03.12.2015.
6. Reportagem disponível em: [huffingtonpost.com/2014/09/09/police-killings-since-michael-brown_n_5788412.html]. Acesso em: 16.12.2015.

em um dia de frio, o que estaria "deixando as pessoas nervosas"[7]) e de Chris Lollie (abordado por uma policial quando esperava, em espaço público, pela saída de seus filhos da escola[8]). Ambos registraram em vídeo a abordagem abusiva, que suscitou perplexidade nas redes sociais.

Ante tal contexto, propõe-se analisar neste artigo, em particular, o impacto da filtragem racial na execução de uma medida rotineira no curso do policiamento ostensivo, a qual não raro constitui o pontapé inicial da persecução penal: a *busca pessoal* – coloquialmente denominada "baculejo", "batida" ou "dura", entre outros termos.

Nesse ensejo, destaca-se a seguir, em primeiro lugar, que as práticas das polícias brasileiras do século XIX formatavam um modelo de policiamento amparado em uma "estratégia de suspeição generalizada" que incide sobre a população negra em seus fluxos nos espaços públicos. Tal modelo ainda encontra ressonância nas práticas atuais de policiamento. Deveras, constata-se que a noção de suspeição, central para definir os indivíduos que serão revistados, é marcada por componentes raciais. Vislumbra-se, nos discursos policiais, uma aproximação entre negros e suspeitos, a qual, atrelada ao descontrole da atividade policial, desemboca na incidência desproporcional da busca pessoal sobre tais indivíduos.

Para tal análise, recorre-se a dados e resultados obtidos a partir de pesquisas de caráter empírico realizadas em diversas Unidades da Federação brasileira, as quais permitem identificar traços comuns na prática da busca pessoal pelas polícias do país. Entre elas, destacam-se pesquisas de observação direta de abordagens, de entrevistas e grupos focais com policiais e cidadãos, de pesquisa documental de registros de controle da atividade policial e também de análise de processos penais em que a busca pessoal foi utilizada como meio de investigação.

Fixadas tais premissas, observa-se que não há filtro que impeça a reprodução de preconceitos raciais na formação da suspeição policial e, por conseguinte, na realização de buscas pessoais. Em tal conjuntura, desponta como um dos elementos a serem superados a fragilidade de seu controle judicial. Analisam-se, por isso, dois acórdãos de julgamento em que essa questão foi

7. Disponível em: [independent.co.uk/news/world/americas/man-stopped-by-police-officer-for-walking-down-the-street-with-his-hands-in-his-pocket-while-it-was-snowing-9895635]. Acesso em: 18.12.2015.

8. Disponível em: [dailymail.co.uk/news/article-2737992/Shocking-video-shows-moment-father-28-Tased-cops-refusing-waiting-kids-school.html]. Acesso em: 03.12.2015.

enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal (HC 81.305/GO) e pelo Superior Tribunal de Justiça (HC 257.002/SP). Tais julgados – selecionados a partir de pesquisa de jurisprudência nos sítios eletrônicos desses tribunais, cujo parâmetro de pesquisa foi a expressão "busca pessoal" – contêm diretrizes discrepantes quanto aos requisitos de legalidade de uma busca pessoal. Ademais, em um caso, vincula-se a legalidade desta a características pessoais do abordado, e, em outro, ao resultado da busca (e não à sua fundamentação), o que viabiliza a perpetuação de buscas com motivação discriminatória.

Apresentado tal panorama, observa-se que, nos EUA têm-se verificado alguns esforços de racionalização jurídica da suspeição policial e de superação da filtragem racial na atividade policial, sobretudo no que toca à prática da *stop and frisk* (ato análogo à busca pessoal). Por isso, apresentam-se dois julgados em que a temática foi enfrentada.

Em primeiro lugar, analisa-se o caso Terry v. Ohio, julgado pela Suprema Corte em 1968, no qual se definiu que a *stop and frisk* seria um tipo específico de abordagem que não necessitaria de mandado prévio nem de causa provável (exigidos na Quarta Emenda à Constituição dos EUA para toda busca e apreensão), mas de requisitos menos rígidos vinculados ao parâmetro geral de razoabilidade. O caso foi julgado no auge de reivindicações do movimento negro por direitos civis e teve a participação da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) como *amicus curiae*.

Em seguida, analisa-se a repercussão dessa decisão e um julgado proferido quase meio século depois, em 2013, pela juíza Shira Scheindlin, da Corte Federal do Distrito Sul de New York, na *class action* Floyd, et al. v. City of New York, et al. Nesse caso, reconheceu-se que o modo como o New York Police Department (NYPD) executou *stops and frisks* entre 2004 e 2012 violou a Quarta e a Décima Quarta Emendas à Constituição, pela falta de fundamentação e direcionamento racial. Ao cabo, determinaram-se medidas ao NYPD para fundamentar razoavelmente as abordagens e superar a filtragem racial.

Esse caso obteve repercussão nacional e se tornou tópico dos debates presidenciais de 2016. O candidato republicano eleito, Donald J. Trump, defendeu que a diminuição de *stops and frisks* teria conduzido a um aumento de homicídios na cidade após a decisão. De outra parte, a candidata democrata, Hillary R. Clinton, aludiu a dados oficiais que, ao revés, indicavam uma redução de homicídios (e outros crimes violentos) no período[9].

9. Disponível em: [http://www.nyc.gov/html/nypd/downloads/pdf/crime_statistics/cs-en-us-city.pdf]. Acesso em: 12.10.2016.

Nesse rumo, recorre-se tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a pesquisa de fontes documentais, em especial de julgados do STF, do STJ e da Suprema Corte dos EUA, com o objetivo de analisar, em primeiro lugar, o impacto da filtragem racial na prática da busca pessoal e, em segundo lugar, a resposta conferida pelas agências judiciais a tal fenômeno nos dois países (Brasil e EUA).

Ao fim do trabalho, espera-se evidenciar que há um importante flanco de atuação do Poder Judiciário quanto ao controle de validade da busca pessoal, dotado de especial relevância para coibir a difusão do racismo institucional. No entanto, as possibilidades de controle judicial da atividade policial têm sido subaproveitadas no cenário brasileiro. Por isso, arbitrariedades sistemáticas não podem ser atribuídas exclusivamente ao aparato policial. Noutro giro, em uma perspectiva que atribui relevância à racionalização e à controlabilidade jurídicas do poder policial, é imperativa a releitura do papel do Judiciário (e demais instâncias de controle externo) ante os abusos verificados.

2. Policiamento no Brasil do século XIX: a "estratégia de suspeição generalizada"

Nas fases embrionárias da criação da instituição policial no Brasil, por ocasião da chegada da família real (1808), incumbia às polícias "sufocar os agitadores republicanos, conter os capoeiras, disciplinar os escravos de ganho e normatizar o comportamento público". Havia, à época, uma "espécie de suspeita estruturante" que orientava a relação entre polícias e população (MUNIZ, 1999, p. 54-55).

Nesse período, articulava-se de modo explícito, no plano normativo, uma cidadania cindida, não reconhecida aos escravos, a qual impactava de modo direto a sua interação com o aparato estatal e, em particular, com as polícias. Na Constituição de 1824, os escravos não eram considerados cidadãos e não gozavam da plenitude dos direitos políticos (art. 6º). No entanto, eram considerados como pessoas quando acusados de delitos. Portanto, eram invisíveis perante o Estado na posição de sujeitos de direitos, mas, uma vez encarados sob a ótica da suspeição, tornavam-se visíveis e puníveis, sobretudo pelas polícias e demais instituições de persecução penal.

Essa suspeição construída *a priori* sobre a população negra produziu efeitos marcantes sobre a circulação pública nos espaços urbanos. A pouco nítida distinção entre pretos e pardos escravos ou livres e entre trabalhadores cativos ou assalariados implicava que a mera presença do negro no espaço público era um elemento de suspeição e, por conseguinte, um fundamento para a repressão. Portanto, "o meio urbano escondia cada vez mais a condição social dos negros,

dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres": a cidade que libertava era a mesma que escondia, e "a cidade que escondia ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava, que para desconfiar transformava todos os negros em suspeitos" (CHALHOUB, 1988, p. 91). Como consequência, o controle policial no espaço público se apoiava em uma "estratégia de suspeição generalizada" contra a população negra.

Após a abolição da escravidão (1888), por sua vez, a demanda de ordenação social e de vigilância e repressão, embora já nitidamente presente desde o fim do tráfico negreiro, foi especialmente intensificada, em uma tendência crescente da atividade policial na virada do século XIX para o século XX (FAUSTO, 1984). No novo regime, libertos e imigrantes ocupavam o papel de suspeitos cuja cidadania devia ser restrita e delimitada pelo imperativo de ordem e em face dos quais devia ser prioritariamente exercido o controle penal. O poder de repressão passou então a ser articulado a um discurso jurídico tendente à legitimação e da repressão orientada à preservação da ordem e ao controle dos desvios entre os grupos subalternos.

Portanto, após a abolição, o temor do desmantelamento das relações hierárquicas do escravismo deu ensejo à difusão da ideia de que os africanos provocariam "graves prejuízos à moral e à segurança da sociedade", o que justificaria a sua submissão a "constante vigilância policial" (RODRIGUES, 2000, p. 78-79 e 127). O fim da escravidão não deveria permitir que os negros deixassem de estar "sob permanente coação", sobretudo pela repressão à vadiação e à mendicidade (AZEVEDO, 1987, p. 222).

Nessa dinâmica, como plano de fundo para o incremento da violência institucional contra a população negra, havia a pretensão de tornar os fluxos urbanos codificados e previsíveis, o que justificava normatizar em detalhe "os movimentos permitidos aos escravos e 'pessoas de suspeita'" (CHALHOUB, 1988, p. 91). A preservação da ordem e a tutela da segurança então foram erigidas como valores adequados para suprir o vácuo deixado pela abolição do sistema escravista, garantindo um grau mínimo de conservação da ordem e perenidade das instituições desiguais do escravismo. A própria legislação penal incorporava em si tal objetivo, direcionando-se não à punição de condutas concretas danosas, mas de determinadas condições e estados pessoais interpretados como perigosos e inapropriados. Estes são, também, utilizados na legislação processual como fundamentos para tratamento mais rigoroso do indiciado[10].

10. A vadiagem e a mendicância são tipificadas como infrações penais, tanto no Código Criminal do Império (1830), quanto no Código Penal de 1890, o qual criminaliza,

Nesse contexto, a manipulação das noções de suspeição e periculosidade atrela-se diretamente à repressão de estados ou condições materiais de determinados indivíduos tidos como elementos de desordem. Ao tentar identificar vadios, mendigos ou indivíduos "presumidamente perigosos" ou "suspeitos da pretensão de cometer algum crime" no espaço urbano, a polícia tenciona preservar a ordem pela repressão antecipada aos presumidamente suspeitos, mesmo sem indício de atos concretamente perigosos ou lesivos. Essa política viabilizou, sobretudo, a repressão sistemática da população negra ao longo do século XIX: "perseguir capoeiras, demolir cortiços, reprimir a vadiagem – o que geralmente equivalia a amputar opções indesejáveis de sobrevivência –, era desferir golpes deliberados contra a cidade negra" (CHALHOUB, 1988, p. 105).

Pode-se dizer então que se tem "uma sociedade dividida racialmente a ponto de a justiça ser administrada de acordo com a cor da pele de cada um (além da riqueza particular), isto é, em termos desiguais" (AZEVEDO, 1987, p. 245). Nessa trilha, a violência senhorial perpetrada no regime escravista foi seguida pelo incremento do controle da negritude no espaço urbano, notadamente por meio da cotidiana detenção de vadios pela polícia, cujo registro servia à paulatina construção de uma identidade criminosa aposta àqueles reiteradamente capturados pelo poder policial (CUNHA, 2002).

Nesse passo, é importante notar que o aparato policial não se desenvolve, no país, em oposição ao controle social privado, tal como aventa Garland (2008) ao estudar a história do controle penal na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ao contrário, o controle por parte das agências policiais estatais se desenvolveu como um prolongamento do controle senhorial e continuou a incidir, sobretudo, em face de escravos e ex-escravos, enxergados pelo aparato policial a partir do signo inafastável da suspeição.

O resgate de tal panorama permite refletir sobre a racialização do sistema penal não apenas em um sentido estrito (em que a raça opera como um conceito subsidiário em relação à seletividade/vulnerabilidade que marcam a incidência do poder punitivo), mas, também, em um sentido lato, relacionado à "forma como sistemas penais foram historicamente concebidos como 'reguladores' e constituidores das 'diferenças raciais'" (DUARTE; QUEIROZ; COSTA, 2016, p. 22). Desvela-se, pois, que a raça não é simplesmente um elemento

ainda, a capoeira e a greve. Por outro lado, há no Código de Processo Criminal do Império (1832) a exigência dos termos de bem viver dos vadios, mendigos, ébrios habituais, prostitutas, entre outros, e dos termos de segurança dos "legalmente suspeitos da pretensão de cometer algum crime".

externo ao funcionamento do sistema penal, pois este não pode operar sem a racialização: ele próprio se insere em um modelo de controle social que reforça e perpetua os "sentidos sobre o ser negro no projeto colonial da Modernidade" (DUARTE; QUEIROZ; COSTA, 2016, p. 27).

Os nascentes mecanismos de controle penal não podem então ser compreendidos sem visualizar, em sua origem histórica, a preocupação com a desagregação do escravismo e a sua relação com a repressão das populações não brancas. Tratou-se de um processo contraditório, que, "enquanto se direcionava para o futuro, apontava para o passado" (DUARTE, 1998, p. 230-231). Detecta-se então uma retórica penal liberal e igualitária, que convivia, porém, com normas abertamente desiguais ou que garantiam uma desigualdade real, ao mesmo tempo que há enormes espaços de não regulamentação das técnicas de controle, permitindo práticas contrárias àquela retórica.

Em tal contexto, para viabilizar o controle policial, de um lado, conferiam-se amplas potestades às polícias e, de outro, atribuía-se prioridade ao imperativo de preservação da ordem pública, que se sobrepunha aos demais princípios liberais, silenciados pela expectativa de obediência passiva perante a autoridade. Assim, a efetivação dos direitos civis da população negra era obstaculizada pela manipulação potestativa da noção de suspeição como um fundamento para a coerção policial. Nesse período, a negritude, indício da não cidadania no período imperial, intensifica-se como um signo da suspeição após a abolição da escravidão, o que subsidia a implementação de uma política disciplinar e repressiva de controle nos espaços urbanos e dá suporte à violação sistemática de direitos da população negra.

Resgatado tal panorama, cumpre observar que, mesmo após o advento da Constituição de 1988 (CF/88), a prática atual da busca pessoal pelas polícias brasileiras continua a se estruturar a partir de uma *estratégia de suspeição generalizada*, a qual resulta em coerções sistemáticas motivadas pela mera presença de jovens negros nos espaços públicos, numa dinâmica em que a negritude ainda é encarada por si só como um indício de suspeita e, portanto, como fundamento para a coerção policial.

3. Abordagem policial no século XXI: os jovens negros e pobres como os alvos preferenciais da repressão

Às vésperas das Olimpíadas de 2016, realizadas no município do Rio de Janeiro, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) divulgou pela *internet* um panfleto de prevenção ao terrorismo com o seguinte alerta: "Pessoas suspeitas: utilizam roupas, mochilas e bolsas destoantes das circunstâncias e do clima.

Agem de forma estranha e demonstram intenso nervosismo. Comunique o fato ao agente de segurança mais próximo"[11]. A mensagem é acompanhada pela imagem de um homem de punhos cerrados, com o rosto oculto sob o breu do capuz de uma jaqueta de couro. Logo após a publicação, sobrevieram inúmeras reações negativas ao alerta, encarado como um indício de amadorismo e despreparo da Agência poucos dias antes da abertura da competição[12].

Contudo, a mensagem veiculada no panfleto da ABIN não discrepa da definição corriqueiramente utilizada pelos policiais brasileiros quando indagados sobre os critérios de seleção das pessoas que são abordadas e revistadas no espaço público. Com base em vagas definições de pessoas, atitudes e situações *suspeitas*, repetem-se "muitas operações de 'batida policial', rotineiramente realizadas pelas forças policiais, especialmente, em bairros ocupados por pessoas de baixo poder aquisitivo" (OLIVEIRA, 2014, p. 56).

Conforme se registra em Relatório do PNUD (2005, p. 91 e 100), as abordagens policiais no Brasil não são registradas, e mesmo aquelas que resultam em boletins de ocorrência são muito vagamente reportadas, carecendo de informações suficientes para uma investigação. No ponto, Batitucci et al. (2014) observam que em nenhuma das Unidades da Federação em que efetuaram a sua pesquisa (Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) foi identificada base de dados que computasse o número de abordagens e seus detalhes, como local, cor/raça do abordado, motivação, entre outros.

Embora a deficiência dos dados oficiais das polícias a respeito de quem são os indivíduos abordados pelas polícias dificulte a análise da temática (SINHORETTO et al., 2014; BATITUCCI et al., 2014), há sólidos indicativos de que há um alvo rotineiro repetidamente atingido pelas buscas pessoais cotidianamente encetadas pelos policiais, o jovem negro e pobre do sexo masculino.

Na pesquisa de Ramos e Musumeci (2005), aferiu-se que, na cidade do Rio de Janeiro, nas abordagens a pé, foram mais parados os homens, jovens, negros e pessoas de menores renda e escolaridade. Já nas abordagens em veículos particulares, "a diferença de gênero é menor, a média de idade é mais alta, a

11. Disponível em: [https://www.facebook.com/abin.oficial/posts/1577535405875197:0]. Acesso em: 11.07.2016.

12. Disponível em: [http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/07/11/abin-e-alvo-de-criticas-no-facebook-apos-post-sobre-suspeitos-de-terrorismo.htm]. Acesso em: 11.07.2016.

cor embranquece e as faixas de renda e escolaridade tendem a ser comparativamente elevadas"[13]:

A ocorrência de revista corporal também varia sensivelmente conforme idade, gênero, cor e classe da pessoa abordada. Os jovens, os negros e as pessoas de renda e escolaridade mais baixas sofrem revista em proporções bem maiores do que os outros segmentos considerados. Ao que tudo indica, a pessoa não só suspeita menos de pessoas brancas, mais velhas e de classe média que transitam pelas ruas da cidade, como tem maior "pudor" em revistá-las – um procedimento muito fortemente associado à existência de suspeição e, via de regra, considerado humilhante (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 113)[14].

Nesse passo, Ribeiro (2009, p. 75) registra que, ao acompanhar patrulhas da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), foram realizadas diversas abordagens a veículos e a pedestres, o que lhe permitiu identificar que predominaram "abordagens a negros, em grupos, com jaquetas largas, bonés e gorros". No mesmo sentido concluiu Elcimar Lima (2011, p. 39) em relação à Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA):

13. Ramos e Musumeci (2005, p. 106-112) aferiram que a abordagem ao transeunte na rua, ou ao usuário de transporte coletivo, incide desproporcionalmente sobre os negros (20,9% das abordagens a pé e 14,7% das abordagens em transporte coletivo (ônibus ou trem), embora os negros constituam apenas 10,1% da população carioca). A abordagem de transeuntes incide mais sobre os jovens (57,9% sobre jovens de 15 a 29 anos, que são 37% da população) e pessoas de baixa escolaridade (11,4% dos abordados das pessoas com até 4 anos de estudo, que são 6,8% da população). Nas abordagens a veículos, a principal variável é a idade do carro: cerca de 75% tinham ao menos 4 anos de fabricação e quase 50% tinham ao menos 7 anos.

14. Nessa pesquisa, aferiu-se que, nas abordagens (de qualquer tipo, incluindo *blitzes*) aos autodeclarados pretos, a revista ocorreu em 55% dos casos. Os pardos foram revistados em 38,8% das abordagens e os brancos foram revistados em 32,6% dos casos. 56,3% dos jovens de 20 a 24 anos foram revistados, contra 24,9% dos entrevistados com 40 a 65 anos. 44,8% dos indivíduos com até 4 anos de estudo foram revistados, contra 21,6% dos indivíduos com curso superior completo/incompleto (12 anos ou mais de estudo). 44% dos que recebiam até um salário mínimo e 16,6% dos indivíduos que recebiam mais de 5 (cinco) salários mínimos. Apenas 12,2% das mulheres paradas foram revistadas, contra 45,6% dos homens. 11% das pessoas abordadas a pé são mulheres. E apenas 12,2% destas, no geral (em abordagens de qualquer tipo), são revistadas, o que se explica pela interpretação restritiva dada ao art. 249 do CPP pelos policiais (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 42). Assim, o já elevado percentual de pessoas abordadas a pé que são também revistadas (76,8%) poderia ser maior não fosse tal tendência a não revistar mulheres.

As características dos indivíduos alvos das abordagens dos policiais correspondem ao perfil daqueles que lotam as casas penais do município, estado ou do país, como diz o soldado: "a gente vai ver: negro, é... cabelo grande, cheio de tatuagem [...]". Até porque é esse o tipo de infrator mais procurado, "mesmo sabendo que tem pessoas que tão bem vestidas, que tem pessoas que não têm tatuagem, mas o biótipo do cidadão infrator é aquele cabeludo, aquele tatuado".

Assim, a partir da aplicação de questionários a policiais da Polícia Militar do Estado de Pernambuco (PMPE), Geová da Silva Barros[15] (2008) constatou que, no momento de decidir efetuar uma abordagem, os policiais tendem a priorizar primeiro os pretos, depois os pardos e, por último, os brancos, o que evidencia uma tendência a relacionar negritude, pobreza e criminalidade. Por outro lado, a branquitude associada à manifestação de riqueza é percebida pelos policiais como a situação menos suspeita.

Nesse mesmo sentido, após análise das respostas aos questionários aplicados a policiais da Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT), Queiróz (2014, p. 12) nota que a abordagem reflete "preconceito racial e discriminação, pois a ação policial está baseada na aparência física das pessoas, na cor da pele, na tatuagem, na condição social desfavorável, no lugar, sobretudo nos bairros de periferia". Assim, os critérios de seleção de abordados são "fortemente associados à classe social e à raça dos sujeitos", de modo que os negros são alvos de intervenções mais rigorosas (2014, p. 10).

Desponta então o uso da abordagem como um mecanismo higienizador, de filtragem dos indivíduos aptos a ocuparem determinados espaços da cidade. Nessa dinâmica, Evanira Costa (2013, p. 83 e 87) nota que, em Salvador, a polícia "é solicitada para tirar de circulação pessoas suspeitas, como mendigos, prostitutas, doentes mentais, lavadores de carro, etc. Em outros casos, é identificada pela patrulha, aquela pessoa que, por alguma razão, chama atenção dos policiais (...)". Cabe à polícia, então, coibir a "presença de 'elementos' que não convêm". A autora exemplifica com um encontro que presenciou e que evidencia o propósito intimidador da abordagem a um jovem negro:

> "Ei! Ei! É você mesmo! Encoste ai!... O que foi? Cale a boca! Não te perguntei nada! E... está fazendo o que na rua? Tá fazendo o que aqui? Mora aonde? No Nordeste de Amaralina... Sabia. Só podia ser! Olhe a cara do inocente! Parta a mil! (Diálogo estabelecido entre uma equipe de policiais

15. À época da elaboração da obra citada, Barros era oficial da PMPE.

> militares e um cidadão durante uma abordagem)." A abordagem mencionada retrata ainda, o sentido de suspeição e o modo inadequado de detenção para averiguação. Tratava-se de um jovem negro, franzino, cuja aparência se mostrava alheia aos padrões estabelecidos para um morador da orla marítima de Salvador. (COSTA, 2013, p. 91)

Nesse passo, também em pesquisa etnográfica na cidade de Salvador, Laís Avelar destaca que os bairros e territórios negros da cidade emergem como:

> espacialidades onde o Estado, através do seu braço policial, invade casas sem mandado, constrange, cotidianamente, especialmente seus jovens, em abordagens infundadas a não ser pela cor da maioria destes que, por serem negros, "inspiram" uma permanente suspeição. (2016, p. 117)

Assim, nesses locais, a polícia "intermedeia as relações públicas, sem deixar de interferir nas relações particulares, que são ali, todo o tempo, atravessadas, pelo 'pode' e 'não pode' da polícia" (2016, p. 85), de modo que a truculência policial em face dos negros é banalizada e rotineirizada.

Constata-se então que a abordagem policial cotidiana é operacionalizada com o objetivo de intimidar e humilhar, a pretexto de "controlar" e "ordenar" os fluxos urbanos, e atinge, sobretudo, a população negra. Esse padrão também transparece com especial nitidez nas pesquisas referentes à repressão ao crime de tráfico de drogas.

Nesse sentido, Duarte et al. (2014) observam que os negros acusados de tráfico foram mais frequentemente abordados pela polícia em via pública do que outros locais: em Brasília, apenas 25% dos brancos acusados de tráfico foram abordados em via pública, 50% o foram em residência e os outros 25% em outro local, ao passo que para os negros a distribuição foi diversa: 66% foram abordados em via pública e 20% em residência. Em Curitiba, 62% dos brancos e 67% dos negros foram abordados em via pública. Em Salvador, todos os acusados eram negros e 61% deles foram abordados em via pública[16].

16. O único caso em que a via pública não foi o local de maior incidência de abordagens foi o dos acusados brancos em Brasília. Esta foi também a cidade em que se detectou mais ações da polícia civil (a PCDF fez 67% dos flagrantes de brancos e 58% dos de negros; em Curitiba, a PMPR fez 67% dos flagrantes de brancos e 80% dos de negros e, em Salvador, 52% dos flagrantes (todos de negros) foram feitos pela PCBA). Tanto a polícia militar quanto a polícia civil fazem mais flagrantes em via pública do que em residência, mas a diferença é sempre maior nas ações da polícia militar. Em Brasília, 94% dos flagrantes da PMDF foram em via pública, contra 57% da PCDF. Em Curi-

Anota-se também na pesquisa de Jesus (2011) que esse *modus operandi* tem como resultado uma incidência desproporcional das prisões em flagrante por tráfico em face de jovens negros do sexo masculino: 87% dos presos em flagrante foram homens, 53,82% de 18 a 24 anos, 59% negros (pretos e pardos) e 41% brancos. 60,46% possuíam primeiro grau completo, 18,94% primeiro grau incompleto, 13,99% segundo grau completo e 5,07% segundo grau incompleto. 0,88% era analfabeto e 0,6% tinha ensino superior completo/incompleto. 57% não possuíam antecedentes (JESUS, 2011).

Paralelamente, Rezende (2011, p. 6) atinge constatação similar e ressalta que, no que toca ao tráfico de drogas, o padrão da persecução penal revela que a criminalização secundária incide prioritariamente sobre "o pequeno traficante pobre, do sexo masculino, com nenhuma ou baixa qualificação profissional e que, em sua maioria, é usuário de droga, primário e não integrante de associação voltada para o tráfico".

Nesse passo, ante o predomínio da prisão em flagrante como ato inicial da persecução penal, Sinhoretto et al. (2014) anotam que o flagrante poucas vezes decorre de investigação prévia e, mais frequentemente, decorre da abordagem casual em via pública, de modo que o exercício de uma vigilância maior sobre a população negra reflete-se em uma maior concentração do número de prisões em flagrante sobre esse grupo.

4. A indefinição da suspeição e o componente racial dos "tipos ideais" de suspeito

A prática da busca pessoal é comumente associada à suspeição: inúmeros termos e expressões associados à ideia de suspeição são erigidos para fundamentá-la, tais como fundada suspeita, atitude suspeita, indivíduo suspeito, elemento suspeito, estado de suspeição, entre outros. No meio policial, o ato de suspeitar é, com efeito, considerado "'uma atitude saudável' de todo policial" (MUNIZ, 1999, p. 16).

Apesar da centralidade da suspeição para o labor policial, há entre os policiais substancial dificuldade para identificar os critérios que orientam a suspeição. Embora a suspeita constitua "parte intrínseca do trabalho de polícia" (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 38), o discurso sobre ela é muito pouco articulado: não é focalizado nem nos cursos de formação, nem nas documentações

tiba, 76% dos flagrantes da PMPR foram em via pública, contra 55% da PCPR. Em Salvador, 83% dos flagrantes da PMBA foram em via pública, contra 56% da PCBA.

institucionais, nem nos processos de qualificação. A suspeição não é objeto de nenhuma definição clara e objetiva e seu significado é deixado "à mercê do senso comum, da 'intuição', da cultura informal e dos preconceitos correntes" (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 54).

Batitucci et al. (2014, p. 14) notam então que a suspeição policial se ampara em dois tipos de indicadores interligados entre si: "características do indivíduo (roupas, atitudes, reação à aproximação da polícia), bem como características relacionadas aos lugares ou territórios (alta criminalidade, grande disponibilidade de alvos, horário, etc.)". Nenhum dos dois indicadores possui correlação com as condutas criminalizadas ou proibidas na ordem jurídica. Nesse contexto, não há impedimento a critérios preconceituosos para a abordagem, embasada não no "uso da informação investigativa livre de preconceitos", mas no "consenso de que determinadas características humanas se apresentam incompatíveis com alguns ambientes específicos" (COSTA, 2013, p. 42).

No ponto, nota Sergio Adorno que a reconstrução democrática, porque acompanhada de diferentes clivagens, como cor, gênero, origem, idade, situação ocupacional, carência de profissionalização ou baixa escolaridade, convive com amplas parcelas da população excluídas dos direitos. Em virtude de estigmatizações[17] e preconceitos, a exclusão é reforçada e permite reproduzir as hierarquias sociais na sociedade, com a identificação de "classes perigosas". Em particular no tocante aos negros, nota Adorno que estes são percebidos pelo senso comum como "potenciais perturbadores da ordem social" (1996, p. 283), vale dizer, como suspeitos.

Nesse cenário, em um país marcado por alta desigualdade social e racial, a construção da suspeita com base em critérios subjetivos e no senso comum tende a se amparar na estigmatização de grupos e tipos marginalizados como potenciais criminosos, cristalizados como tipos ideais de suspeitos[18]. A suspeição repousa assim sobre uma conjunção de fatores subjetivos considerados de risco, tais "como idade, gênero, cor, classe social, geografia, vestimenta,

17. O estigma pode ser compreendido como a relação construída entre um atributo e um estereótipo, que faz com que um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana seja encarado com desconfiança, como um perigo, em virtude de um traço que se sobrepõe a seus demais atributos (GOFFMAN, 2008, p. 14-15).

18. É comum a remissão dos policiais à metáfora do espelho ("a polícia como espelho da sociedade"). Trata-se de argumento que, contudo, não pode servir para eximir a responsabilidade da polícia por abordagens discriminatórias. A polícia, como instituição estatal e profissionalizada, não pode embasar sua atuação coercitiva e restritiva de direitos em estigmas do senso comum.

comportamento e situação de policiamento" (TERRA, 2010, p. 78). Por isso, as abordagens tendem a voltar-se contra grupos já objetos de exclusão, a qual é então reproduzida pela repressão policial:

Contudo, ainda que a prática da filtragem racial seja negada entre os interlocutores, muitos dos elementos que compõem a chamada *fundada suspeita* remetem a um grupo social específico, caracterizado pela faixa etária, pertença territorial e que exibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura "da periferia". Conforme atestam os depoimentos, a vestimenta e a postura corporal são consideradas indícios empíricos a fundamentar a suspeita policial (MOTA; SILVA; OVALLE, 2014, p. 9).

Nesse sentido, Caetano et al. (2014, p. 2) destacam que, embora os policiais argumentem que a suspeição tem por objeto a conduta e não um estereótipo, algumas falas e a própria incidência da abordagem policial revelam que há tipos ideais de suspeitos que funcionam como "representações sociais indispensáveis na orientação do policial de linha de frente". Assim, a busca pessoal se ampara em "elementos de classificação dos indivíduos, por critérios subjetivos, baseados naquilo que os policiais percebem como indivíduo suspeito ou acima de qualquer suspeita" (COSTA, 2013, p. 86).

Quanto ao ponto, Terra (2010, p. 128) destaca que nas falas policiais aparece uma "relação estabelecida entre ser pobre, ser negro e ser bandido", determinante para a suspeição. Ramos e Musumeci (2005, p. 11) sentenciam então que a suspeição que embasa a abordagem aos transeuntes na rua é orientada "pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros", o que "não é fiel à distribuição da prática de crimes, na sociedade, mas ao filtro que constrói a suposta realidade do universo criminoso".

Nas entrevistas feitas por Ramos e Musumeci (2005, p. 40), os policiais foram unânimes em reconhecer que "jovens do sexo masculino, especialmente em grupo, chamam a atenção do policial" e, nas comunicações de rádio entre os policiais militares, aferiu-se que há uma referência que recorre à percepção de um "elemento suspeito de cor padrão", expressão que sugere seletividade racial na suspeição. Nesse passo, a despeito dos esforços para desvincular a suspeição da pessoa do abordado e associá-la à sua conduta objetiva, Ramos e Musumeci destacam que idade, gênero, classe social, raça/cor e local de moradia são "variáveis que intervêm na construção da suspeita" (2005, p. 39).

Quanto ao ponto, Gilvan Silva (2009) destaca que há um tipo ideal de indivíduo suspeito construído em oposição ao tipo ideal de vítima (indivíduo não

suspeito). O tipo ideal do não suspeito, que enseja intervenções de auxílio e orientação, seria "a figura da mulher, branca, idosa trajando roupas que estejam dentro do esperado para uma senhora (saias longas, camisas com mangas, sem maquiagem ou com maquiagem discretas, entre outros)" (SILVA, 2009, p. 98). Já o suspeito é "a pessoa que infunde dúvidas acerca de seu comportamento, ou que não inspire confiança em relação ao lugar onde se encontre, o horário e outras circunstâncias" (SILVA, 2009, p. 75).

Nesse passo, no cenário atual, "o tipo ideal do indivíduo suspeito" é o *peba*, materializado na "figura do homem, pobre, jovem, com tatuagem/brincos e negro que traja roupas folgadas (bermudão e camisa com número nas costas e, geralmente, do grupo musical Racionais MC's) com boné" (SILVA, 2009, p. 98). O mesmo diagnóstico é alcançado por Queiróz (2014, p. 1), que nota que "[n]a polícia ostensiva a característica do sujeito a ser abordado é descrito como homem de pele escura, tatuagens, normalmente de classe baixa". No mesmo sentido, um dos policiais da PMMG entrevistados por Caetano et al. (2014, p. 12) sintetiza: "'Se está vestindo camisa de time, bermuda, boné de aba reta (...)'. 'Normalmente eles são jovens em sua maioria, vestem um tipo de roupa, bermudão e camiseta, tipo de basquete e possuem o cabelo descolorido e um corte exótico de cabelo'". Parece, afinal, que esse jovem possui, "na visão dos policiais, uma estrela na testa que determina sua condição de suspeito" (CAETANO et al., 2014, p. 14).

Assim, se no período imperial e no início do período republicano a repressão se direcionava aos vadios e capoeiras, hoje a repressão se concentra contra os "pebas", tipos ideais que têm em comum a *negritude como signo de suspeição*. Nesse passo, a despeito de a raça ser negada como critério determinante, a suspeição se direciona precipuamente ao estereótipo do jovem negro (DUARTE et al., 2014, p. 115-116), identificado por "território de residência, vestimenta, 'estereótipos' explicitamente ensinados a policiais em processo de treinamento e identificação de outras características que vinculam sinais culturais ao 'estilo de vida'" desse indivíduo (BATITUCCI et al., 2014, p. 17).

Portanto, de mais a mais, nos estudos conduzidos em Curitiba/PR, Brasília/DF e Salvador/BA (DUARTE et al., 2014), Minas Gerais (BATITUCCI et al., 2014), Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (SINHORETTO et al., 2014), Brasília/DF (SILVA, 2009), Cuiabá e Várzea Grande/MT (QUEIRÓZ, 2014), Rio de Janeiro/RJ (RAMOS; MUSUMECI, 2005), Araraquara/SP (TERRA, 2010), São Carlos/SP (RIBEIRO, 2009), Belo Horizonte/MG (CAETANO et al., 2014), Salvador/BA (COSTA, 2013; AVELAR, 2016), Recife/PE (BARROS, 2008) e Belém/PA (LIMA, E., 2011), desenha-se um tipo ideal de suspeito: um jovem, negro, do sexo masculino, muitas vezes com sinais indicativos do per-

tencimento à periferia e de proximidade ao *hip hop*, que seria alvo provável de abordagem em qualquer desses locais.

Desse modo, a indefinição da noção de suspeição policial, que desemboca em uma alargada brecha para a reprodução de preconceitos pelo aparato policial, é paralela, no cenário nacional, então, à insuficiência de dados quanto aos resultados das abordagens, inclusive sob a perspectiva de seus objetivos declarados, concomitante à falta de transparência, fiscalização e controle das abordagens.

Em tal cenário, verifica-se uma concentração injustificada da ação policial em face da juventude negra e pobre do país, que é desproporcionalmente interpelada pelo aparato policial – sem que nem sequer haja eficiência de tal estratégia pela perspectiva do controle criminal[19]. A busca pessoal amparada em uma suspeição generalizada que incide desproporcionalmente sobre a população negra, portanto, insere-se em uma perversa dinâmica da criminalização pela vulnerabilidade: "as agências acabam selecionando aqueles que circulam pelos espaços públicos com o figurino social dos delinquentes, prestando-se à criminalização – mediante suas obras toscas – como seu inesgotável combustível" (ZAFFARONI, 2001, p. 47).

Portanto, a análise da prática atual da busca pessoal como expediente de polícia ostensiva revela, ao cabo, a permanência da estratégia de suspeição generalizada identificada por Chalhoub (1984) na atuação das polícias do século XIX. De fato, o manejo da suspeição não é dotado de excepcionalidade, mas sim ocorre de modo sistemático e generalizado no curso do policiamento ostensivo e a partir de um recorte eminentemente racial. Com efeito, pode-se verificar nas praxes policiais um repúdio reiterado à negritude e à pobreza, identificadas como fatores de desordem e de crimes em potencial: são interpretadas como "em si criminogênica[s] e, portanto, suspeita[s], ou, mesmo, culpada[s] de antemão" (SOUZA, 2006, p. 19). Por essa perspectiva, a propósito de prevenir a criminalidade e a violência urbanas, seria legítima, por parte do aparato policial, a supressão de direitos de tipos presumidamente suspeitos.

19. Ao contrário, verificam-se índices desprezíveis de descoberta de crimes a partir de abordagens policiais a pessoas na rua: em não mais do que 3% das abordagens o indivíduo é preso (cf. WANDERLEY, 2017"container-title":"Revista Brasileira de Ciências Criminais","page":"115-149","volume":"128","issue":"25","author":[{"family":"WANDERLEY","given":"Gisela Aguiar"}],"issued":{"date-parts":[["2017"]]}}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}).

5. O controle judicial da busca pessoal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)

No tópico acima, notou-se que o controle policial nos espaços públicos continua a ser exercido, mesmo após o advento da Constituição de 1988, a partir de um "*ethos* de suspeição sistemática" (LIMA, R., 1999, p. 31), em um padrão autoritário e repressivo ainda preferencialmente direcionado contra a negritude e a pobreza.

Ante tal cenário, é inadiável compreender o papel do controle de validade do poder policial diante da disseminação rotineira do abuso de poder em face da população negra. Assim, neste tópico, destaca-se que esse padrão discriminatório de atuação policial se perpetua sem empecilhos, pois, a despeito do aparato institucional de controle interno e externo da atividade policial, tais práticas não são invalidadas nem na seara administrativa, nem na seara civil, nem na seara penal.

Ao revés, a busca pessoal é medida incorporada ao ciclo da persecução penal e é diariamente validada pelo Poder Judiciário na qualidade de meio de obtenção de prova no processo penal, o que pressupõe o reconhecimento de sua licitude, dada a inadmissibilidade de provas admitidas por meios ilícitos (CF/88, art. 5º, LVI). Quanto ao ponto, vale esclarecer que o permissivo legal para a busca pessoal desprovida de mandado prévio consta do art. 244 do Código de Processo Penal (CPP):

> Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.[20]

De acordo com esse dispositivo, a busca pessoal pode ser praticada como medida incidental à prisão e à busca domiciliar. Como medida autônoma, a busca pessoal depende de "fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito": trata-se, pois, de meio de obtenção de prova[21].

20. Há também permissivo para a busca pessoal no Código de Processo Penal Militar, nos arts. 180 a 182. Contudo, possui aplicação limitada à suspeita de infrações penais militares, tema dotado de particularidade que foge ao objeto deste trabalho, razão pela qual não será objeto de análise.

21. Para maior detalhamento quanto ao tema, ver WANDERLEY, 2017"container-title":"Revista Brasileira de Ciências Criminais","page":"115-149","volume":"128",

Não obstante, há pouca ou nenhuma clareza quanto aos limites de tal condição legal para a execução da busca pessoal na jurisprudência pátria. Quanto ao ponto, é imprescindível examinar a orientação adotada a respeito do tema pelo Supremo Tribunal Federal (STF), corte a quem compete precipuamente a guarda da Constituição (CF/88, art. 102, *caput*), e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), corte incumbida de unificar o entendimento quanto ao direito infraconstitucional (CF/88, art. 105, III).

Para tanto, procedeu-se a pesquisa de jurisprudência nos sítios eletrônicos desses tribunais, cujo parâmetro de pesquisa foi a expressão "busca pessoal"[22]. Na pesquisa de jurisprudência feita no sítio eletrônico do STF com base no parâmetro de pesquisa "busca pessoal", foi encontrado apenas um acórdão de julgamento (HC 81.305/GO). Na pesquisa feita no sítio do STJ, foram encontrados três acórdãos que envolvem alguma consideração relativa à busca pessoal. Porém, dois deles concentram-se em questões não relevantes ao presente trabalho (busca pessoal em carro e em aeronave – HC 216.437/DF e HC 101.668/PE, respectivamente), razão pela qual se concentra o estudo a apenas um acórdão de julgamento, o do HC 257.002/SP.

O acórdão de julgamento do HC 81.305/GO foi proferido pela Primeira Turma do STF em 2001. No caso, o impetrante-paciente havia sido autuado pelo crime de desobediência – Código Penal (CP), art. 330 – em virtude de ter-se recusado a submeter-se a busca pessoal. Na petição de *habeas corpus,* o impetrante-paciente salientou seus caracteres pessoais e sustentou que a busca pessoal

---

"issue":"25","author":[{"family":"WANDERLEY","given":"Gisela Aguiar"}],"issued":{"date-parts":[["2017"]]}}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"} .

22. A pesquisa foi realizada na modalidade livre, e abrangeu, no sítio do STF, acórdãos de julgamento e de reconhecimento de repercussão geral, e, no sítio do STJ, acórdãos de julgamento, neste caso foram encontrados acórdãos em que o termo de pesquisa constava da ementa do acórdão ou das "palavras de resgate" (campo preenchido pela Secretaria de Jurisprudência do STJ e que traz termos relacionados ao processo. Cf.: [https://ww2.stj.jus.br/out/in/faq/pesquisa/]. Acesso em: 18.07.2014). A pesquisa orientada pela expressão "busca pessoal" retornou 1 (um) acórdão do STF e 12 (doze) acórdãos do STJ. Dos acórdãos proferidos pelo STJ, apenas três de fato consubstanciam alguma discussão relativa à busca pessoal, haja vista que nos demais há apenas a menção ao fato de tal medida ter ocorrido no curso do processo/investigação, sem discussão a seu respeito. Os processos em que não houve discussão relativa à busca pessoal, a despeito do termo na ementa, são: RHC 71.205/PR; HC 286.546/SP; RHC 48.471/MG; CC 128.923/SE; RHC 39.975/MG; HC 142.205/RJ; HC 101.613/SP; RHC 22.828/RJ; HC 16.140/PA.

seria um tratamento dispensado a "marginais, delinquentes e outras pessoas suspeitas, cujas ações representam perigo à sociedade", razão pela qual não haveria "razão fática" para ter sido emanada contra si ordem de submissão a revista no caso. A argumentação tecida conferiu ênfase ao descompasso entre o tratamento policial que lhe fora dispensado e a sua condição social/profissional, uma vez que a busca pessoal somente seria cabível em face de "marginais delinquentes ou outras pessoas suspeitas", ou "elementos de alta periculosidade".

No relatório do acórdão, destaca-se que o impetrante-paciente era advogado pós-graduando na cidade de Goiânia, o qual voltava de um compromisso social quando foi abruptamente abordado por agentes policiais, que solicitaram efetuar uma revista em suas vestes. No voto condutor, ponderou-se que o mero fato de o paciente trajar um "blusão" – fato erigido pelos policiais como o motivo para a revista, voltada a confirmar se o paciente não estaria ocultando arma sob suas vestes – era insuficiente para embasar a busca pessoal. Aduziu-se que esta não poderia basear-se em "parâmetros unicamente subjetivos, discricionários do policial, exigindo, ao revés, elementos concretos que revelem a necessidade da revista"[23].

A profissão exercida pelo paciente foi então destacada na fundamentação do voto condutor, no qual se concluiu pela ilicitude da abordagem policial, pois se mostraria:

> (...) desarrazoado que um cidadão, ao estacionar o carro em frente a sua residência, depois de identificar-se como advogado, seja obrigado por vários policiais, sob a mira de fuzis, a descer do veículo para ser revistado, a propósito de vestir um "blusão". E como se não bastasse, por haver indagado das razões da revista, ter sido conduzido, escoltado, à delegacia e autuado por desobediência.[24]

Assim, após salientar os caracteres subjetivos do paciente no relatório e no voto condutor, a Primeira Turma reputou desarrazoada e ilegal a conduta dos policiais que determinaram a revista na espécie e determinou o arquivamento do termo circunstanciado lavrado em face do paciente, por falta de justa causa, dada a atipicidade da conduta de recusar-se a cumprir a ordem ilegal emanada pelos policiais.

23. STF, HC 81305, rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, j. 13.11.2001, *DJ* 22.02.2002, p. 313.

24. STF, HC 81305, rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, j. 13.11.2001, *DJ* 22.02.2002, p. 313-314.

Por outro lado, o acórdão de julgamento do HC 257.002/SP, julgado pela Quinta Turma do STJ, refere-se a um caso em que o paciente do caso, que estava com outro indivíduo dentro de um ônibus interestadual, teria reagido com nervosismo à presença de policiais. Os dois teriam fornecido "respostas desencontradas" às perguntas a eles direcionadas[25], razão pela qual foi realizada busca pessoal pelos policiais. Nada foi encontrado após a revista de ambos, mas eles não foram liberados. Ao contrário, foram conduzidos coercitivamente a um hospital a fim de serem submetidos a exame radioscópico. Lá, foi constatada a existência de droga em seus sistemas digestivos.

No *habeas corpus*, questionava-se a licitude da apreensão das drogas. Sustentava-se a ausência de fundada suspeita de posse de arma proibida ou de corpo de delito para a submissão à busca pessoal e a violação ao direito à não autoincriminação pela condução coercitiva ao hospital para realização do exame radioscópico.

No voto condutor do acórdão, registrou-se que a busca pessoal "incontestavelmente impõe uma restrição a direitos individuais", de modo que, "em razão do alto grau de afetação de direitos e por ser vexatória e invasiva, a medida é excepcional" e limitada aos casos previstos no art. 244 do CPP. Na sequência, quanto ao caso concreto, pontou-se que a condução coercitiva para realização de exame radioscópico não configuraria autoincriminação, mas mera extensão da busca pessoal, como os detectores de metais. Considerou-se, ainda, que a intervenção dos policiais mostrou-se necessária para "preservar a ordem" e não ultrapassou os limites da razoabilidade, de modo que, em juízo comparativo entre os interesses envolvidos, não se constataria nenhuma nulidade.

Quanto ao exame da legalidade da busca pessoal no caso concreto, é interessante salientar que não há nem mesmo menção no acórdão do STJ ao fundamento utilizado pelos policiais para praticar a busca pessoal. Apenas pela leitura da sentença condenatória e do acórdão de julgamento da apelação (disponíveis no sítio eletrônico do TJSP) é que se pôde ter ciência de que os policiais fundamentaram a prática da busca pessoal no suposto nervosismo dos indivíduos, os quais teriam dado respostas desencontradas às perguntas que lhes teriam sido dirigidas.

Assim, embora a questão suscitada no *habeas corpus* fosse exatamente a legalidade da busca pessoal por ausência de fundada suspeita de posse de cor-

25. Cf. TJSP, 10ª Câmara de Direito Criminal, Processo 0009373-18.2010.8.26.0483, rel. Des. Carlos Bueno, j. 16.08.2012, originário da 3ª Vara da Comarca de Presidente Venceslau.

po de delito, o STJ nem sequer mencionou os fundamentos dos policiais para justificar a busca, a fim de examinar se se amoldariam ao requisito legal. Nesse passo, em uma leitura invertida do permissivo legal, afirmou-se no voto condutor que o fato de efetivamente terem sido encontradas drogas após a realização do exame seria suficiente para a "demonstração objetiva" da suspeita que teria subsidiado a busca pessoal e que a tornaria lícita. Ademais, acrescentou-se que os réus não foram escolhidos aleatoriamente para a revista, razão pela qual a medida estaria legitimada.

Contudo, deve-se esclarecer que, ao contrário da orientação adotada pelo STJ nesse caso, o art. 244 do CPP não condiciona a legalidade da busca pessoal à *descoberta* de arma proibida ou corpo de delito em posse da pessoa abordada, *após* a revista. Ao revés, a legalidade da busca é condicionada à configuração de *fundada suspeita* de posse de arma proibida ou corpo de delito *antes* da prática da medida[26].

A regra contida no art. 244 do CPP, portanto, deixou de ser aplicada pela Quinta Turma do STJ no caso acima analisado. Embora essa fosse a questão central a ser analisada para aferir a legalidade do ato, não foi realizado nenhum exame, nem mesmo breve ou superficial, quanto à idoneidade das circunstâncias apontadas como configuradoras de "fundada suspeita". Nesse passo, quanto ao caso concreto, cumpre ponderar que o nervosismo dos acusados diante da presença da polícia no veículo de transporte coletivo é insuficiente, por si só, para configurar fundada suspeita de posse de arma proibida ou corpo de delito, haja vista que se trata de reação comum e corriqueira a alteração de humor diante da presença de policiais militares[27].

Assim, o julgamento do HC 257.002/SP, a um só tempo, reflete uma equivocada interpretação do requisito da "fundada suspeita" – tida como demonstrada

26. A prosperar o raciocínio aplicado pelo STJ, toda busca que desse ensejo à apreensão de elemento probatório seria convalidada por essa apreensão, independentemente de prévia fundada suspeita ou não, ao arrepio do art. 244 do CPP. Por outro lado, *a contrario sensu*, se um policial, mesmo possuindo fundada suspeita de posse de corpo de delito por parte de um sujeito, decidir realizar uma busca pessoal, mas nada encontrar em posse do suspeito, então essa busca seria ilegal: a *inexistência* de corpo de delito implicaria uma "demonstração objetiva" da *inexistência* de "fundada suspeita".

27. No atual contexto brasileiro, é disseminada a desconfiança perante a polícia e majoritária a concepção de que os policiais são despreparados para o seu trabalho e de que sua atuação é desrespeitosa e preconceituosa (cf. CUNHA et al., 2013). Assim, o nervosismo não pode ser alçado a indício de posse de arma proibida ou corpo de delito.

pelos *resultados* e não pelos *fundamentos* da busca – e conduz a uma ampliação incondicionada e irrefletida dos limites da busca pessoal – a qual abrangeria não só uma revista no corpo e na vestimenta do indivíduo, mas também a sua detenção e condução a local diverso para submissão a intervenção corporal.

Feita tal análise, pode-se verificar que a escassez de julgados a respeito do tema e a disparidade de fundamentos e conclusões alcançadas em um e outro são elementos que viabilizam a prática generalizada da busca pessoal pelas polícias e que dificultam a identificação e a invalidação de buscas racialmente discriminatórias, pois qualquer fundamento pode ser utilizado como pretexto para a abordagem.

Deveras, o HC 81.305 é o único caso de reconhecimento de ilegalidade da busca pessoal na esfera penal pelo STF e pelo STJ e é dotado de particular singularidade, pois se refere à ordem de submissão a busca pessoal feita em face de advogado e pós-graduando abordado dentro de seu automóvel. Tais condições pessoais distinguem o caso dos alvos mais recorrentes da busca pessoal – os jovens negros e pobres que, transitando pelos espaços públicos, são compreendidos como potenciais criminosos, como destacado no tópico anterior. Por isso, a ênfase nos caracteres pessoais do revistado permite que tal "precedente" da Suprema Corte conviva com a incidência desigual e discriminatória de buscas pessoais sobre tipos estigmatizados como potencialmente suspeitos. Ao associar-se o fundamento da busca pessoal não à conduta objetiva do abordado, mas sim à sua condição pessoal, é difícil a utilização desse acórdão como paradigma para controlar a validade das abordagens policiais cotidianas.

Por outro lado, no HC 257.002/SP, validou-se procedimento de revista, condução coercitiva e realização de exame radioscópico como apenas uma busca pessoal, vinculando a sua legalidade não à indicação de indícios objetivos e concretos ("fundada suspeita") de posse de corpo de delito pelo indivíduo, mas sim à obtenção de elemento incriminador após a sua execução, a qual, independentemente da fundamentação prévia da medida, serviu para validá-la. Ao cabo, nenhum dos dois acórdãos analisados apresenta diretrizes que viabilizem limites efetivos à atuação policial.

6. O controle judicial da *stop and frisk* nos Estados Unidos: os casos Terry v. Ohio (1968) e Floyd, et al. v. City of New York, et al. (2013)

Em contraste com o tímido enfrentamento do tema relativo às condições de validade da busca pessoal pelo STF e pelo STJ, a problemática concernente à

legitimidade da abordagem policial perante o indivíduo no espaço público não é subsidiária no cenário jurídico estadunidense. Ao revés, trata-se de tema que ocupa a pauta de julgamento da Suprema Corte desde 1968, quando, por ocasião do julgamento do caso Terry v. Ohio (1968), esse tribunal definiu em que consiste uma *stop and frisk* e fixou os requisitos para a prática de tal medida. Tal julgado é então analisado a seguir. Após, registra-se que a fragilização das condições de validade das *stops and frisks* abriu espaço para a filtragem racial e para o racismo institucional e, então, apresenta-se o julgamento do caso Floyd, et al. v. City of New York, et al., no qual se reconheceu a inconstitucionalidade da prática da *stop and frisk* pelo NYPD entre 2004 e 2012 e no qual foram fixadas medidas (*remedies*) voltadas a impedir o uso da filtragem racial para a prática da abordagem policial.

6.1. O caso Terry v. Ohio

De acordo com o relatório dos fatos elaborado pelo *Chief Justice* Earl Warren no caso Terry v. Ohio, um agente policial à paisana (McFadden) observou que, em uma rua pública, dois indivíduos (Terry e Chilton) percorriam um idêntico trajeto, indo, voltando e fazendo pausas esporádicas para observar a janela de uma loja[28]. Os dois conversavam no fim de cada "ciclo", e, em um deles, encontraram-se com um terceiro indivíduo (Katz), que conversou algo com a dupla e logo saiu sorrateiramente. Assim, McFadden suspeitou (embora sem elementos suficientes para constituir causa provável) que um assalto à mão armada poderia ocorrer em breve. Então, quando os três já deixavam a rua, dirigindo-se para local incerto, McFadden aproximou-se deles, identificou-se como policial e perguntou-lhes os seus nomes. Um dos suspeitos, Terry, murmurou algo inaudível em resposta ao policial, o que motivou este a agarrá-lo e a proceder a uma revista no exterior das suas vestimentas. Sentindo uma arma no bolso do casaco de Terry, ele ordenou aos suspeitos que entrassem em uma loja próxima e levantassem as suas mãos, colocando-se contra a parede.

28. Conforme se esclarecerá mais adiante, tais fatos são controversos ao se comparar os relatos do policial McFadden em momentos distintos, que ele apresenta uma memória vacilante quanto ao número de vezes que os suspeitos percorreram o trajeto e quanto à loja que observavam – inicialmente, alude a um escritório de venda de passagens aéreas e, posteriormente, a uma joalheria (Cf. KATZ, 2004; SALEEM, 1997; AMAR, 2005). A despeito da relevância de tais imprecisões, não nos deteremos a elas nesta apresentação introdutória do julgamento. Por ora, opta-se por apresentar os fatos tais como reconhecidos no relatório da Corte, a fim de apresentar de modo claro as diretrizes jurídicas fixadas.

O policial então removeu uma pistola da jaqueta de Terry e revistou o exterior das vestimentas dos outros dois suspeitos. Sentindo uma arma no casaco de um deles (Chilton), revistou o interior de suas vestimentas, apreendendo a pistola, e liberou o terceiro suspeito (Katz), que aparentemente não portava arma.

A partir de tais contornos fáticos, a Suprema Corte concluiu pela validade da abordagem policial, embora tenha reconhecido que McFadden agiu sem mandado prévio e sem causa provável – requisitos exigidos pela Quarta Emenda à Constituição para a prática de buscas e apreensões[29]. Para tanto, definiu que a *stop and frisk* seria um tipo específico de abordagem policial, caracterizada como uma breve e superficial detenção e revista das vestes do indivíduo, limitada à procura por armas, em que os requisitos de mandado prévio e causa provável não seriam exigíveis.

Nesse passo, ressaltando que a Quarta Emenda proíbe detenções e buscas desarrazoadas, a Suprema Corte decidiu que, para que um policial detenha (*stop*) um indivíduo no espaço público – ou seja, para que o aborde coercitivamente e o impeça de exercer sua liberdade ambulatorial –, o policial deve apresentar elementos objetivos que configurem suspeita razoável de que atividade criminosa possa estar em andamento[30]. A revista (*frisk*), por sua vez, é motivada pela imediata preocupação em relação à integridade física do policial e demais transeuntes e depende de elementos objetivos que indiquem que o suspeito está armado e é perigoso para o policial ou terceiros, razão pela qual deve limitar-se aos atos estritamente necessários para descobrir armas.

A revista feita no caso pelo policial McFadden foi então considerada lícita, por seguir os critérios gerais fixados:

> [S]e um policial observa uma conduta não usual, a qual o conduz a razoavelmente concluir, à luz de sua experiência, que atividade delitiva pode

29. A Quarta Emenda integra a *Bill of Rights* (1791) e determina: "O direito das pessoas de estarem seguras em suas pessoas, casas, documentos e propriedades em face de buscas e apreensões desarrazoadas não deve ser violado, e nenhum mandado deve o infringir, exceto quando calcado em causa provável, fundamentado por juramento, e descritos particularmente o local a ser investigado e as pessoas ou coisas a serem apreendidas" (tradução livre).

30. No que toca à razoabilidade da suspeita, esclareceu-se, em similar raciocínio ao já efetuado no caso Carroll v. United States (1925) em relação à causa provável, que a suspeita deve ser embasada em parâmetros objetivos, confirmáveis por um juízo neutro, o qual deve aferir se os fatos narrados pelo policial seriam suficientes para garantir a um "homem de razoável cautela" que a ação a ser tomada era apropriada.

> estar em andamento e que a pessoa com a qual ele está lidando pode estar armada e ser atualmente perigosa, e se no curso da investigação desse comportamento ele se identifica como policial e faz questionamentos razoáveis, e se nada nos estágios iniciais da abordagem servem para afastar o seu receio razoável pela sua segurança ou de outros, então ele está legitimado a, para a sua própria proteção e para a proteção dos outros presentes na área, a conduzir uma busca cuidadosamente limitada às vestes exteriores dessa pessoa, com o fito de descobrir armas que possam ser usadas para atacá-lo. Uma busca desse gênero é uma busca razoável sob a Quarta Emenda, e quaisquer armas apreendidas podem ser utilizadas como prova contra a pessoa da qual elas foram retiradas.[31]

Nesse julgamento, um voto dissidente foi proferido pelo *Justice* Douglas, que entendeu que permitir uma busca e apreensão por mera "suspeita razoável" implicaria conferir ao policial poderes maiores que aqueles conferidos aos próprios magistrados (os quais somente poderiam conceder mandados de busca com base em causa provável, e nunca com base em "suspeita razoável"). Assim, opinou que tal flexibilização de requisitos significaria uma opção por um caminho totalitário, em que a repressão ao crime é encetada em detrimento dos direitos individuais, e votou no sentido de que os policiais só poderiam efetuar detenções e buscas sem mandado com base em causa provável.

O precedente Terry v. Ohio é comumente interpretado como uma reação da Suprema Corte às críticas recebidas pelo entendimento fixado poucos anos antes no caso Mapp v. Ohio (1961). Neste, a Corte reconheceu que a infringência à Quarta Emenda deveria acarretar a exclusão das provas obtidas ilicitamente do processo (*exclusionary rule*), seja este instaurado perante corte federal, seja perante corte estadual[32]. Esse precedente foi alvo de críticas, pois se entendia que prejudicava a repressão criminal, já que a exclusão de provas poderia levar à absolvição de culpados[33].

---

31. Terry v. Ohio, 392 U.S. 30-31 (1968), tradução livre.
32. Desde o julgamento do caso Weeks v. United States (232 U.S. 383, 1914), até o julgamento do caso Mapp v. Ohio 367 U.S. 643 (1961), somente se aplicava a *exclusionary rule* aos casos submetidos às cortes federais. Cf. Wolf v. Colorado 338 U.S. 25 (1949).
33. Tal debate disseminou-se para além do ambiente estritamente jurídico: o sistema criminal estadunidense e a Suprema Corte foram temas constantes nos debates que precederam as eleições presidenciais de 1968, em que se elegeu o republicano Richard Nixon. Nesse contexto, a repercussão do precedente Mapp foi tão intensa que nas ruas apareceram cartazes pedindo o *impeachment* do então presidente da Corte, Earl Warren (KATZ, 2004). A decisão proferida em Terry v. Ohio, portanto, é com-

Por outro lado, conforme registra Adina Schwartz (1995), o caso Terry v. Ohio foi apreciado pela Suprema Corte em um período em que havia não só um crescente medo da criminalidade, mas também intensos debates sobre discriminação racial e protestos do movimento negro em prol de direitos civis[34]. O tema referente ao abuso do poder policial em face de minorias raciais chegou a ser endereçado no caso Terry. A NAACP habilitou-se como *amicus curiae* e argumentou que a admissão de detenções e buscas sem causa provável teria reflexo para a população negra, que já era vítima de abordagens abusivas.

A Corte concordou com a premissa fática apresentada pelo NAACP, no sentido de que as polícias frequentemente discriminam as minorias raciais, em especial os negros. No entanto, alegou que fixar requisitos de validade mais rígidos para a prática da *stop and frisk* importaria em uma aplicação mais rígida da *exclusionary rule*, já que a abordagem seria reconhecida como inválida, o que não seria uma solução adequada para o problema da filtragem racial. A Corte alegou que os policiais não praticam abordagens unicamente com o objetivo de produzir prova, de modo que a exclusão das provas ilícitas nem sempre teria efeito dissuasório. Além disso, argumentou que aplicar de modo mais rígido a exclusão da prova ilícita teria um efeito adverso em relação à eficácia da repressão criminal. Assim, as cortes (o Judiciário em geral) não teriam poder suficiente para se opor ao problema da filtragem racial e só poderiam julgar os casos de cada processo:

> Um julgamento adequado dos casos em que a *exclusionary rule* é invocada demanda uma constante ciência de suas limitações. O generalizado abuso por parte de alguns integrantes do aparato policial, de que grupos minoritários, particularmente negros, frequentemente se queixam, não será impedido pela exclusão de qualquer prova de qualquer processo penal. Por outro lado, uma rígida e impensada aplicação da *exclusionary rule*, em um fútil protesto em face de práticas abusivas que ela jamais poderá efetivamente controlar, pode exigir um alto custo, consubstanciado em um incremento de delitos e na frustração dos esforços para prevenir crimes. Nenhuma opinião

preendida como uma compensação ao entendimento fixado em Mapp, uma vez que fixou um tipo de abordagem policial em que não seriam exigíveis os requisitos do mandado prévio e da causa provável, previstos na Quarta Emenda, o que dificultaria a declaração de ilicitude e, por conseguinte, a exclusão das provas obtidas a partir da abordagem.

34. Registra Schwartz (1995) que, em 1964, a doutrina da "lei e ordem" foi pela primeira vez debatida em uma campanha presidencial, sob a ótica do confronto entre forças da paz e forças do crime.

> judicial pode compreender a imensa variedade dos encontros policiais, e nós somente podemos julgar os fatos do caso com que nos deparamos.[35]

Nesse rumo, a Corte tentou fixar condições objetivas de validade para a *stop and frisk* e estabelecer os caracteres que as diferenciariam de buscas e apreensões mais longas e invasivas. No entanto, deixou de estabelecer exigência direcionada a coibir a discriminação racial pela polícia e rejeitou a possibilidade de aplicação mais rigorosa da *exclusionary rule* com o fito de desestimular abordagens discriminatórias.

6.2. *Pós-Terry: a filtragem racial e o julgamento do caso Floyd, et al. v. City of New York, et al. pela Corte Federal do Distrito Sul de New York*

Posteriormente ao julgamento do caso Terry, disseminaram-se opiniões favoráveis à difusão da prática do *stop and frisk* como medida de prevenção e repressão à criminalidade, e independentemente do caráter discriminatório por ela assumido (cf. SHERMAN; SHAW; ROGAN, 1995; WILSON, 1994)[36]. Por outro lado, embora a Suprema Corte tenha inicialmente indicado em Terry v. Ohio que a *stop and frisk* seria uma abordagem breve e pouco intrusiva, motivada pela suspeita razoável da prática de uma infração penal e limitada pela busca por armas, tais parâmetros foram seguidamente flexibilizados pelas cortes estadunidenses, sobretudo em casos que envolviam a repressão ao tráfico de drogas, no âmbito da chamada "guerra contra as drogas" (*war on drugs*).

Assim, a exceção à exigência de mandado e causa provável, reservada no julgamento do caso Terry a abordagens breves e superficiais, foi sendo paulatinamente aplicada a detenções mais longas e a intervenções policiais mais ostensivas e intrusivas, especialmente em operações contra o tráfico, nas quais a intensidade das intervenções era frequentemente caracterizada por detenções mediante ampla força policial, imobilizações, armas e algemas (SALEEM, 1997)[37]. Com isso, a própria definição de *stop and frisk* tornou-se nebulosa. E, em paralelo, a própria "suspeita razoável" passou a ser reconhe-

35. Terry v. Ohio, 392 U.S. 14/15 (1968), tradução livre.

36. Sobre o tema, ver WANDERLEY, 2016.

37. United States v. Saffeels, 510 U.S. 801 (1993) – algemas; United States v. Clipper, 973 F.2d 944 (D.C. Cir. 1992) – armas apontadas; United States v. Esieke, 940 F.2d 29 (2 Cir. 1991) – braços/pernas algemados.

cida pelas cortes a partir de fundamentos questionáveis, calcados em uma cegueira racial[38].

Assim, no caso United States v. Brignoni-Ponce[39], por exemplo, a Suprema Corte admitiu a raça do indivíduo como um fator para a formação de uma suspeita razoável, desde que não fosse o único. Mais tarde, em Whren v. United States[40], aduziu-se que qualquer tênue justificativa (tal como uma infração leve de trânsito), quando somada à raça, legitimaria a *stop and frisk*, afastando a alegação de racismo. Por outro lado, fixou-se que características pessoais, dissociadas da atividade concreta do suspeito, poderiam caracterizar suspeita razoável, o que foi feito de modo proeminente em relação a atributos associados a traficantes e usuários de drogas[41].

Essa flexibilização acabou por agravar, em especial, o problema relativo à filtragem racial (*racial profiling*), em virtude da comum associação entre a questão do tráfico de drogas e da chamada criminalidade urbana e a população negra, percebida como a fonte do problema. Assim, embora ao longo do século XX tenha se tornado consensual a assertiva de que a cidadania e os direitos dela decorrentes independem de raça, práticas racistas continuaram se manifestando nas relações privadas e mesmo nas práticas institucionais das agências estatais. Apagaram-se, pois, as formas explicitamente legalizadas de racismo, mas não as rotinas coercitivas e intimidantes empreendidas, sobretudo, pelos aparatos de poder policial e punitivo (AMAR, 2005).

Sob essas novas circunstâncias, os policiais passam a se identificar como gestores tecnocratas de risco responsáveis por lidar com espaços e populações perigosas e por identificar nas marcas de diferença social sinais de suspeita, subversão ou inimizade. Assim, fundindo gestão de risco, ocupação militar do espaço público e análise visual-comportamental, cria-se uma cultura policial orientada pelo propósito de identificação atuarial de tipos sociais mais ou me-

38. A "maneira como as instituições negam a existência de práticas raciais ao reenquadrar as realidades raciais dentro dos discursos 'neutros' tecnoprofissionais" (AMAR, 2005, p. 231-232).

39. 422 U.S. 873 (1975).

40. 517 U.S. 806 (1996).

41. Cf. United States v. Sokolow 490 U.S. 1/10 (1989) e United States v. Martinez-Fuerte, 428 U.S. 543 (1976). Neste caso, a necessidade de suspeita razoável foi flexibilizada, pois tida como "impraticável" na situação analisada, de revistas em locais predeterminados e fixos, como em aduaneiras (*checkpoint stops*). Entendeu-se que basta para a abordagem a mera constatação da aparência racial dos suspeitos (supostos mexicanos), que no caso significaria um fator geográfico, e não racial.

nos suspeitos, o qual dá ensejo então a novas formas de filtragem (*profiling*), a qual possui uma dupla faceta:

> [O] "filtramento racial" de hoje emergiu na problemática interseção dos legados de duas formas de racismo institucional: filtramento psicológico que tipificava minorias raciais e de classe como "criminosos desorganizados" propensos à violência, e um novo tipo de filtramento financeiro e atuarial, voltado para a proteção de consumidores e propriedades, e que tipifica as populações de risco ou perigosas que são identificadas com o medo e como ameaça aos circuitos do consumo e dos lucros das propriedades corporativas. (AMAR, 2005, p. 238)

Assim, um dos principais focos de reivindicação dos movimentos negros, tal como o *Black Lives Matter*, criado após a morte de Martin, refere-se à criação de mecanismos voltados à superação do racismo institucional, o que passa pela intensificação do controle sobre a prática de *stops and frisks* e sobre o uso da filtragem racial na motivação dessas abordagens policiais, que constituem um primeiro estágio da incidência do sistema de justiça criminal e são centrais à criminalização secundária.

Nesse passo, Wayne LaFave – que havia manifestado otimismo logo após o julgamento de Terry (cf. LAFAVE, 1968) – ressalta, em artigo publicado em 2004, que a aplicação ilógica da Quarta Emenda tem facilitado, sobretudo, o uso de abordagens de trânsito (*traffic stops*) como um mecanismo da "guerra às drogas". Assim, LaFave nota que retenções (*stops*) têm sido admitidas com base em suspeita razoável e sem nenhuma consideração quanto à natureza meramente pretextual ou arbitrária dos critérios pelos quais infrações de trânsito são selecionadas para a abordagem. Por isso, observa que retenções para investigação de tráfico de drogas têm sido "higienizadas" ao serem classificadas como abordagens rotineiramente de trânsito. Esses excessos, no entanto, têm sido tratados com desprezo pelas cortes, em contraste com as limitações fixadas em Terry e aplicáveis em casos de outros delitos (LAFAVE, 2004). Portanto:

> independentemente do que se pense sobre os acertos e erros da decisão original tomada em Terry e das possibilidades por ela geradas, é razoavelmente claro que a doutrina de *stop and frisk* firmada em Terry se prestou, muito rapidamente, a conferir suporte a práticas de *law enforcement* enraizadas em generalizações estereotipadas e na filtragem racial. (MCAFFEE, 2012, p. 614, tradução livre)

Tal questão foi objeto de inédita análise judicial em 2013, no julgamento da *class action* Floyd, et al. v. City of New York, et al.[42] pela juíza federal Shira Scheindlin, da Corte Federal do Distrito Sul de Nova Iorque, no qual se reconheceu a inconstitucionalidade do modo como foi praticada a *stop and frisk* pelo NYPD entre 2004 e 2012.

Na decisão, destacou-se que, entre janeiro de 2004 e junho de 2012, os policiais do NYPD abordaram coercitivamente (*stopped*) mais de 4 (quatro) milhões de pessoas – em sua maioria negros e hispânicos – e revistaram (*frisked*) mais de 2 (dois) milhões dessas pessoas, frequentemente por razão nenhuma. Constatou-se que 88% delas foram liberadas sem acusação formal e que em apenas 1,5% dos casos foram encontradas armas.

A decisão reconheceu não apenas a fragilidade dos fundamentos utilizados pelos policiais para fundamentar as abordagens, mas também o fato de que, a partir dos dados do próprio NYPD[43], essas abordagens possuíam um nítido direcionamento racial. Nesse contexto, a juíza identificou sistemática violação à Quarta Emenda e, ainda, à garantia de proteção igualitária (*equal protection clause*), constante da Décima Quarta Emenda[44]. Ademais, em contraposição ao tratamento evasivo conferido ao tema no caso Terry, prolatou uma decisão em

42. Floyd, et al. v. City of New York, et al. 959 F. Supp. 2d 540 (2013). Disponível em: [http://www.nysd.uscourts.gov/cases/show.php?db=special&id=317]. Acesso em: 15.03.2016.

43. Conforme levantamento realizado pelo NYPD, aproximadamente nove entre dez indivíduos "detidos e revistados" são ou negros ou hispânicos. Registra-se que, de 685.724 *stops and frisks* feitas pelo departamento no ano de 2011, 53% eram negros, 34% eram latinos, 9% eram brancos e 3% eram asiáticos. O censo populacional de Nova Iorque, porém, retrata outra repartição: 34,3% são brancos não hispânicos, 29,4% hispânicos e 23,4% negros. Na região da periferia nova-iorquina, por sua vez, no Brooklin, envolvendo a parte leste da cidade e a região de Cypress Hill, a proporção é ainda mais díspar: 97% dos detidos e revistados são negros ou hispânicos. A população dessa região, por sua vez, possui a seguinte proporção: 53,5% negros, 37,9% hispânicos, 5,1% asiáticos e 3,5% brancos. O principal motivo arguido para justificar as detenções (mais de 25% dos casos) era a busca por armas. Assim, em resposta às críticas por filtragem racial, o departamento argumenta que tem contribuído para o aumento de armas apreendidas e para a diminuição de homicídios. Esses dados foram compilados na reportagem feita pela rede CNN disponível no seguinte endereço: [http://edition.cnn.com/2013/02/05/us/new-york-stop-and-frisk].

44. Décima Quarta Emenda, seção 1: "Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas portanto à sua jurisdição, são cidadãs dos Estados Unidos e do Estado em que residam. Nenhum Estado elaborará ou aplicará nenhuma lei que viole os privilégios ou imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem deprivará nenhum Estado nenhuma pessoa de sua vida, liberdade ou propriedade sem o devido

apartado[45] na qual determinou uma série de medidas (*remedies*) a serem tomadas pelo NYPD a fim de conformar a prática da *stop and frisk* à Constituição dos EUA e inviabilizar o uso da filtragem racial.

Para tanto, a juíza esclareceu de início os fundamentos que autorizam uma abordagem (*stop*) e uma revista (*frisk*), bem como os caracteres que as distinguem, em atenção às diretrizes fixadas em Terry, às previsões específicas da legislação nova-iorquina (constantes da Seção 140.50 do *Criminal Procedure Law* de Nova Iorque) e às decisões proferidas pela Corte de Apelações de Nova Iorque. Além disso, ressaltou-se que a percepção de "movimentos furtivos" não basta para ensejar uma abordagem: deve-se descrever a natureza dos "movimentos furtivos" a fim de ser possível aferir se efetivamente indicam razoavelmente a prática de crime. A presença em "área de alta criminalidade"[46] ou descrição genérica compatível (tal como apenas gênero e raça) com a de um suspeito procurado tampouco bastam:

"Movimentos furtivos" são um fundamento insuficiente para uma *stop and frisk* se o policial não consegue articular nada mais específico sobre a natureza suspeita do movimento. O mesmo raciocínio se aplica a uma "área de alta criminalidade" (*high crime area*). Ademais, nenhuma pessoa deve ser abordada exclusivamente porque corresponde a uma descrição vaga ou genérica – tal como "homem jovem negro de 18 a 24 anos" – sem maiores detalhes ou indícios de confiabilidade.[47]

Na sequência, a juíza ressaltou que o NYPD mantém duas políticas em relação à filtragem racial na prática da *stop and frisk*: uma política escrita que requer suspeita razoável para a abordagem, e outra política não escrita que encoraja abordagens "nas pessoas certas, no momento certo, no local certo". Esta última teria desencadeado incidência desproporcional de abordagens sobre negros e hispânicos, em situações em que não seriam abordados se fossem brancos, com base em fundamentos menos consistentes e com maior uso da força.

---

processo legal; nem negará a nenhuma pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis." (tradução livre).

45. Disponível em: [https://ia801902.us.archive.org/28/items/750414-floyd-v-city-of-ny-remedial/750414-floyd-v-city-of-ny-remedial.pdf]. Acesso em: 15.03.2016.

46. Nesse sentido já se pronunciou a Suprema Corte no caso Illinois v. Wardlow, 528 U.S. 119 (2000).

47. Floyd, *et al.* v. City of New York, *et al.* 959 F. Supp. 2d 540 (2013), p. 16, tradução livre. Disponível em: [https://ia801902.us.archive.org/28/items/750414-floyd-v-city-of-ny-remedial/750414-floyd-v-city-of-ny-remedial.pdf] Acesso em: 15.03.2016

Assim, a magistrada determinou as seguintes medidas ao NYPD: 1) revisão das políticas e do treinamento no que toca à *stop and frisk* e à filtragem racial a fim de conformar-se à Constituição dos EUA e às leis nova-iorquinas; 2) revisão do formulário "*stop, question and frisk report worksheet*" (UF-250), por meio da: (I) inclusão de seção de narrativa em que o policial deve registrar o motivo (*basis*) da abordagem (*stop*); (II) inclusão de explicação em apartado do motivo para a revista (*frisk*); (III) simplificação e melhoria do sistema objetivo de *checkbox* (no qual o policial identifica a situação em uma opção previamente apontada no formulário); 3) reforma do sistema de supervisão, monitoramento e disciplina, incluindo: (I) supervisão hierárquica da constitucionalidade das abordagens; (II) alterações no processo de imposição de disciplina aos policiais; e (III) monitoramento e investigação das reclamações dos civis sobre o uso da filtragem racial; 4) utilização de câmeras nas vestes dos policiais, em projeto com duração de um ano, em um *precinct* por bairro (aquele em que tiverem ocorrido mais abordagens desde 2012).

Tais medidas foram com o objetivo de reduzir o uso da filtragem racial na *stop and frisk*, as quais não se reduzem então apenas à vedação da abordagem motivada exclusivamente pela raça. Vê-se que elas envolvem, em especial, a rejeição da validação automática de abordagens embasadas em considerações vagas e nebulosas quanto à atitude do indivíduo, que podem servir como fundamentos meramente pretextuais para abordagens discriminatórias.

A decisão, em face da qual o prefeito Bill de Blasio optou por não recorrer, ainda produz recentes efeitos. Em fevereiro de 2015, o NYPD editou, em atenção à decisão prolatada, um memorando[48] em que apresenta novas instruções aos policiais no que toca à prática da *stop and frisk*. Nele, são apresentados os parâmetros constitucionais pertinentes e veda-se o uso de raça, cor, etnia ou origem nacional como motivo da abordagem. Ademais, os efeitos da decisão têm sido aferidos por um fiscal (*monitor*) especialmente designado para tanto (Peter L. Zimroth). Os relatórios por ele elaborados estão disponíveis na *internet*. No primeiro[49], ressaltou-se que, em função da alta tensão entre a polícia e as minorias raciais/imigrantes, havia dificuldades na implementação da decisão. Atribuiu-se destaque à ausência de registro de várias *stops and frisks* e

48. Finest Message: Court-ordered changes to NYPD practices and polices related to stops and frisks. Disponível em: [http://www.scribd.com/doc/257669291/Stop-and-Frisk-Memo]. Acesso em: 15.03.2016.

49. Disponível em: [http://nypdmonitor.org/wp-content/uploads/2015/08/MonitorsFirstReport-AsFiledInFloydDocket.pdf]. Acesso em: 02.08.2016.

à incerteza dos policiais quanto às suas condições de validade. No segundo[50], registra-se o acentuado decréscimo no número de abordagens: em 2011, o ápice, foram realizadas 685.724 *stops*. Esse número caiu para 45.787 em 2014 (6,67% do número de 2011) e 22.989 em 2015 (3,35% do número de 2011)[51]. Para o monitor, o dado deve ser visto com parcimônia, pois o foco não deve ser a quantidade de abordagens, mas sim a sua constitucionalidade.

As medidas determinadas pela magistrada seguem-se, pois, à verificação da filtragem racial por parte do NYPD e superam algumas das lacunas deixadas pela Suprema Corte no caso Terry, em que o reconhecimento da discriminação racial pelas polícias foi acompanhado apenas da rejeição da aplicação da *exclusionary rule* como solução para o problema. Trata-se, pois, de uma incipiente tentativa de conformar as práticas policiais à proibição constitucional de buscas, detenções e apreensões desarrazoadas constante da Quarta Emenda e, mais, à exigência constitucional de proteção igualitária (*equal protection clause*) constante da Décima Quarta Emenda. O devido cumprimento do julgado, contudo, exigirá maior cautela não só por parte dos policiais, mas também do aparato jurisdicional, responsável por fiscalizar e controlar a atividade policial e garantir a efetividade dos direitos constitucionais em face das ações de *law enforcement*.

7. Conclusão

A análise da prática da busca pessoal pelas polícias brasileiras permite constatar que a negritude é comumente identificada pelos policiais como um sinal ou, no mínimo, como um indício de suspeição e periculosidade. Assim, conquanto a busca pessoal seja condicionada no direito brasileiro à prévia fundada suspeita de posse de corpo de delito, na prática essa medida é realizada rotineiramente a partir de um mero juízo de estranheza que reproduz estigmatizações e preconceitos em face dos abordados. Como consequência, a liberdade de circulação de jovens negros no espaço público é reiteradamente tolhida pela reiterada interpelação de tais indivíduos pelo aparato policial, que exerce um poder virtualmente ilimitado de coerção com base em uma noção vaga e fluida de suspeição.

50. Disponível em: [http://nypdmonitor.org/wp-content/uploads/2016/02/2016-02-16 FloydvCityofNY-MonitorsSecondStatusReport.pdf]. Acesso em: 02.08.2016.

51. Dados disponíveis em: [http://www.nyclu.org/content/stop-and-frisk-data]. Acesso em: 02.08.2016.

Essa dinâmica se desenvolve sem obstáculos e empecilhos, pois, entre outros fatores, é frágil o controle de tais práticas policiais pelo aparato jurisdicional. Deveras, verifica-se um posicionamento escasso e vacilante do STF e do STJ quanto à legalidade da busca pessoal, a partir do qual não se podem extrair diretrizes certas e vinculantes quanto aos limites de validade dessa medida.

O papel do Judiciário ante a reprodução de tais práticas discriminatórias nas rotinas policiais, porém, tem sido pouco tematizado no cenário nacional. Quase como se a questão não comportasse resposta jurisdicional. Por outro lado, em remissão ao direito estadunidense, a partir do cotejo entre os casos Terry v. Ohio (1968) e Floyd, et al. v. City of New York, et al. (2013), pode-se constatar que o controle judicial de validade da abordagem policial é dotado de relevância e, em particular, pode trilhar diferentes caminhos em relação ao problema da filtragem racial.

No caso Terry v. Ohio, a Suprema Corte estadunidense ampliou o poder policial de detenção e revista de indivíduos no espaço público. Fixaram-se, na ocasião, requisitos autônomos para a detenção (*stop*) e para a revista (*frisk*), com o objetivo de delimitar as circunstâncias em que tais intervenções seriam admissíveis. A Corte assumiu então o papel de direcionar e orientar a atuação policial e destacou que a *stop and frisk* não pode ficar imune ao controle judicial de validade, não só quanto à sua extensão, mas também quanto aos seus fundamentos.

Porém, os requisitos fixados nesse julgado acabaram sendo flexibilizados pelas cortes estadunidenses nas décadas subsequentes, o que gerou sensíveis debates, sobretudo, a respeito da filtragem racial na execução de tal medida. Então, décadas depois, no julgamento da *class action* Floyd, et al. v. City of New York, et al., a julgadora municiou-se de dados estatísticos e estudos de caso para concluir que o NYPD praticou *stops and frisks* com base em fundamentos vagos e imprecisos, o que possuía uma implicação direta em termos raciais, haja vista que as estatísticas da própria corporação evidenciavam a incidência desproporcional das abordagens em relação a negros e hispânicos. Assim, reconheceu-se o amplo espaço para a filtragem racial nas abordagens, ainda que a raça raramente seja erigida como fundamento único da intervenção policial.

Tais constatações serviram para o reconhecimento de violações sistemáticas à Quarta e à Décima Quarta Emendas à Constituição estadunidense e, em uma decisão em apartado, foram determinadas variadas medidas (*remedies*) a serem implementadas pelo NYPD com o objetivo de obstaculizar o uso da filtragem racial e conformar a prática da *stop and frisk* às disposições da Constituição.

A decisão do caso Floyd tem sido encarada, portanto, como um importante rompimento com o histórico de abordagens policiais racialmente enviesadas e validadas a partir de fundamentos vagos e imprecisos. O julgado supera uma lacuna deixada pelo caso Terry e aponta para as amplas possibilidades de resposta judicial ao problema da filtragem racial na prática da *stop and frisk*, bem como lança luz sobre a responsabilidade das agências judiciais sobre o racismo institucional diariamente reproduzido pelo aparato policial.

O tratamento do tema no cenário estadunidense evidencia, pois, que é possível estabelecer obstáculos e empecilhos ao exercício arbitrário e discriminatório da abordagem policial por meio do controle judicial. Por isso, no contexto brasileiro, diante da proliferação de abordagens policiais insuficientemente fundamentadas e racialmente direcionadas, é crucial indagar não só sobre as rotinas policiais, mas também sobre a postura assumida pelo aparato jurisdicional.

8. Referências bibliográficas

ADORNO, Sergio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, 1996.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda (Org.). *Elemento suspeito*: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

AVELAR, Laís da Silva. *"O 'Pacto pela Vida', aqui, é o pacto pela morte!"*: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imarinári das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 2, n. 3, p. 134-155, 2008.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; SOUZA, Letícia Godinho; SOUSA, Rosânia Rodrigues. Mecanismos de filtragem racial na atividade policial: o caso de Minas Gerais. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), p. 1-36, 2014.

CAETANO, Lucas et al. Como o Policial escolhe um suspeito? *Anais do 8º Encontro da ANDHEP*, 2014.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 83-105, 1988.

COSTA, Evanira Santos da. *Poder discricionário na cultura policial*: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade de Salvador. 2013. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto*: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1945). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CUNHA, Luciana Gross et al. *Relatório com os dados da pesquisa Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil) referente ao 1º semestre de 2013*. São Paulo: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: [http://hdl.handle.net/10438/11220]. Acesso em: 20.07.2014.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e racismo*: uma introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

DUARTE, Evandro Charles Piza et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro et al. (Org.). *Segurança pública e direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, SENASP, 2014. v. 5.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas Jus*, v. 27, n. 2, p. 1-31, 2016.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

GARLAND, David. *A cultura do controle do crime*: crime e ordem na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JESUS, Maria Gorete Marques de (Coord.). *Prisão Provisória e Lei de Drogas*: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. São Paulo: NEV/USP, 2011.

KATZ, Lewis R. Terry v. Ohio at thirty-five: a revisionist view. *Mississippi Law Journal*, v. 47, 2004.

LAFAVE, Wayne R. "Street encounters" and the Constitution: Terry, Sibron, Peters, and beyond. *Michigan Law Review*, v. 67, n. 1, p. 39-126, 1968.

LAFAVE, Wayne R. Routine traffic stop from start to finish: too much routine, not enough Fourth Amendment. *Michigan Law Review*, v. 102, n. 8, p. 1.843-1.905, 2004.

LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. *Polícia e policiamento*: as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, v. 13, p. 23-38, 1999.

MCAFFEE, Thomas B. Setting us up for disaster: the Supreme Court's decision in Terry v. Ohio. *Nevada Law Journal*, v. 12, n. 3, p. 609-625, 2012.

MOTA, Fábio Reis; SILVA, Sabrina Souza da; OVALLE, Luiza Aragon. Sentidos de Justiça e moralidades investidas: uma etnografia da abordagem policial e a filtragem racial. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), p. 1-17, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *"Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser"*: cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Alessandro José Fernandes de. *Estudos avançados de direito aplicado à atividade policial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil*: racismo, pobreza e violência. 2005. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/brazil_2005_po.pdf]. Acesso em: 21.07.2014.

QUEIRÓZ, Jamil Amorim de. Abordagem policial militar no contexto étnico-racial. VI Mostra da Pós Graduação (PROPG/UFMT), p. 1-13, 2014.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. *Ilusão do proibicionismo*: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal. 2011. Tese (Doutorado em Direito) – UnB, Brasília, 2011.

RIBEIRO, Airton Edno. *A relação da Polícia Militar paulista com a comunidade negra e o respeito à dignidade humana*: a questão da abordagem policial. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SALEEM, Omar. The Age of Unreason: the impact of reasonableness, increased police force, and colorblindness on Terry "stop and frisk". *Oklahoma Law Review*, v. 50, n. 4, 1997.

SCHWARTZ, Adina. "Just Take Away Their Guns": The Hidden Racism of Terry v. Ohio. *Fordham Urban Law Journal*, v. 23, n. 2, p. 317-376, 1995.

SHERMAN, Lawrence W.; SHAW, James W.; ROGAN, Dennis P. The Kansas City Gun Experiment. In: TRAVIS, JEREMY (Org.). *National Institute of Justice: Research in Brief*. U.S. Department of Justice: Office of Justice Programs, 1995.

SILVA, Gilmar Gomes da. *A lógica da PMDF na construção do suspeito*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UnB, Brasília, 2009.

SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro et al. (Org.). *Segurança Pública e Direitos Humanos*. Pensando a Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, SENASP, 2014. v. 5. p. 121-158.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TERRA, Livia Maria. *Negro suspeito, negro bandido*: um estudo sobre o discurso policial. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Abordagem policial sob suspeita: filtragem racial na "stop and frisk" e controle judicial das práticas policiais a partir dos casos Terry v. Ohio e Floyd v. City of New York. In: BORGES, Paulo César Corrêa; COSTA, Renata Almeida da; MENDES, Soraia da Rosa (Org.). *Criminologias e política criminal* [Recurso eletrônico *on-line*]. Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 118-138.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Entre a lei processual e a praxe policial: características e consequências da desconcentração e do descontrole da busca pessoal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 128, n. 25, p. 115-149, 2017.

WILSON, James Q. Just take away their guns. *The New York Times*, 1994. Disponível em: [http://www.nytimes.com/1994/03/20/magazine/just-take-away-their-guns.html?pagewanted=all&src=pm].

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz – *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210);
- Entre a lei processual e a praxe policial: características e consequências da desconcentração e do descontrole da busca pessoal, de Gisela Aguiar Wanderley – *RBCCrim* 128/115-149 (DTR\2017\218); e
- Retrato social da discriminação racial e da marginalização criminal do negro no Brasil: um estudo do perfil sócio-racial dos detentos do presídio regional de Tijucas (SC), de Jonas Modesto de Abreu e Michelle Cristine Ferrari – *RBCCrim* 77/298-312 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 4/29-42 (DTR\2009\181).

A necropolítica criminal brasileira: do epistemicídio criminológico ao silenciamento do genocídio racializado

The Brazilian criminal necropolitcs: from the criminological epistemicide to the silencing of the genocide

Isabella Miranda

Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília. Pós-graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Modalidade Residência Jurídica) (2012). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Defensora Pública Estadual do Maranhão, São Luís.
isabelladpema@hotmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão da autora: 17.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Direitos Humanos

Resumo: A formação social da América Latina por meio de relações coloniais permite qualificá-la como imensa instituição de sequestro. Achile Mbembe descreve a colônia como o lugar onde se exerce um poder à margem da lei e se pratica um tipo de violência mais excessiva: a necropolítica, uma concatenação de biopoder, estado de exceção e estado de sítio. A realidade violenta, desumanizadora e letal das penitenciárias brasileiras possibilita identificar a ocorrência de um genocídio em curso, que se articula com uma atuação subterrânea penal, (re)produtora do racismo institucional. A imbricação entre racialização e seletividade penal é central nessa operação. Se a cada sistema de poder há uma organização de saberes que o mantém e sustenta, a criminologia positivista cumpriu papel relevante para a subalternização de indígenas e negros, legitimando o genocídio racializado (etnocídio). Propomos que a criminologia crítica avance em relação à centralidade da discussão de processos racializadores e busque novas rupturas,

Abstract: The social constitution of Latin America by colonial relations allows one to qualify it as an immense institution of kidnapping. Achile Mbembe describes the colony as a place where power is exercised outside the law and where the practice of violence is more excessive: the necropolitics, a combination of bio power, state of exception and state of siege. The violent, dehumanizing and lethal reality of the penitentiaries in Brazil allow one to identify a genocide in course, articulated to an underground penal system, which (re)produces institutional racism. The imbrication between racialization and penal selectivity is essential to this operation. Considering that each system of power is sustained by organized knowledge, the positivist criminology played an important role in the subalternation of native-american and black people, thus legitimating racialized genocide (ethnocide).We propose that critic criminology should take steps towards the centrality of the discussion about racializing processes and seek

dialogando com metodologias e epistemologias que permitam esse movimento. Assim, buscamos um diálogo com o pensamento pós-colonial, que problematiza distintos modos de dominação ao longo da história, levando em conta o extermínio indígena e negro, a escravidão e colonização, dentre outras formas recentes de opressão de que se vale o capitalismo.

Palavras-chave: Sistema penal – Racialização – Necropolítica – Colonialidade – Criminologia.

for new breakthroughs, establishing dialogs with methodologies and epistemologies that allow this movement. Therefore, we seek dialog with the post-colonial thought, that investigates different ways of domination in the course of history, such as the extermination of indigenous and black people, slavery and colonization, among other recent forms of oppression used by capitalism.

Keywords: Criminal system – Racialization – Necropolitics – Colonization – Criminology.

Sumário: 1. Introdução. 2. O silenciamento sobre o genocídio racializado nos cárceres do Brasil. 3. Da colonialidade à criminalização seletiva: um projeto mortífero e racializado de poder. 4. O genocídio moderno-colonial e a crítica pós-colonial. 5. A importação da criminologia racista e a necessidade de novas rupturas criminológicas. 6. Considerações finais. 7. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A letalidade é apontada como uma das características mais marcantes dos sistemas penais da América Latina. A partir do entendimento de que a produção de mortes é uma de suas peculiaridades estruturais, Raúl Zaffaroni[1] descreve a deslegitimação e irracionalidade desses sistemas ao operar com arbítrio seletivo dirigido a vulneráveis na captura dos indivíduos selecionados.

A cor que enegrece os cárceres brasileiros demonstra haver uma imbricação entre seletividade e racialização. Assim, se a seletividade é racializada, pode-se dizer que o racismo institucional é elemento estruturante da operatividade do sistema penal brasileiro, discursivamente reivindicado como neutro, mas marcado pela mortandade em massa de não brancos.

No presente artigo, pretende-se realizar um resgate histórico da articulação entre racismo, criminologia e a seletiva prática criminal. O argumento central é de que a necropolítica criminal brasileira é resultado de um saber criminológico colonizado. A academia, como uma das agências do sistema penal, direciona-se para a produção de um saber técnico-burocrático que orienta as agências policiais e judiciais na produção do sujeito criminalizado, representado ideologicamente como "outro", o que torna invisível o genocídio desses sujeitos. O epistemicídio é a marca da criminologia latino-americana.

1. ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

Nessa perspectiva, o artigo se divide em quatro partes. Inicialmente, são trazidos dados sobre a produção de mortes nos presídios brasileiros no início de 2017, relacionando o eficientismo penal, base legitimadora da aplicação da ideologia da defesa social, com o aumento dos índices de encarceramento no País, as condições desumanas de cumprimento de pena e a impossibilidade de garantia de direitos fundamentais. O racismo institucional oculta o genocídio em marcha e impede um debate sério sobre as causas dos massacres no sistema penitenciário e as alternativas para sua contenção.

Na segunda parte, a partir do realismo marginal de Zaffaroni, discutimos sobre algumas características dos sistemas penais periféricos e sua singularidade como instituição de sequestro, produtora de mortes, ilegalidade e irracionalidade, situando a prisão como uma instituição de sequestro menor dentro de outra muito maior: a colônia.

Em seguida, articulamos a produção racional do conhecimento eurocêntrico com a violência moderna colonialista no controle de populações negras e indígenas das colônias. Apresentamos o campo teórico dos estudos sobre a colonialidade, priorizando o debate pós-colonial a partir de Achile Mbembe[2]. Assim, buscamos desenvolver o debate sobre a centralidade dos processos racializadores para o controle social geral e, especialmente, para o controle penal, bem como para a necropolítica presente no sistema penal brasileiro.

Na quarta parte, demonstramos como o surgimento da criminologia na América Latina e no Brasil se deu a partir da importação de teorias positivistas, que passam a ser questionadas a partir do desenvolvimento da criminologia da reação social e, posteriormente, de forma mais profunda, pela criminologia crítica.

Ainda que importantes tenham sido os passos dados no sentido da crítica criminológica, ainda há o que avançar, sobretudo no que diz respeito à centralidade da questão racial para a (de)formação social brasileira e também para o controle criminal calcado na letalidade. Daí porque entendemos que o "script inacabado", de que falava Vera Andrade[3] sobre a criminologia latino-americana, pode ser superado por meio de uma aproximação e diálogo maiores com as epistemologias pós-coloniais, que problematizam os distintos modos de dominação ao longo da história, levando em conta o extermínio dos povos indí-

2. O diálogo com Achile Mbembe é aqui realizado principalmente por meio das obras "Necropolítica" e "Crítica da razão negra". MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

3. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

genas e dos negros, a escravidão e colonização, dentre outras formas antigas e mais recentes de opressão de que se vale o capitalismo.

Assim, propomos um encontro da criminologia crítica com o pensamento pós-colonial, para que, atenta ao genocídio silenciado e legitimado ideologicamente por meio da pretensa neutralidade da atuação do sistema de justiça criminal, possa ser apta a "salvar vidas humanas"[4] que, porém, não contam como vidas.

2. O silenciamento sobre o genocídio racializado nos cárceres do Brasil

Somente no mês de janeiro de 2017, foram noticiadas as mortes de 113 presos dentro de penitenciárias de diferentes estados do Brasil. No dia 02 de janeiro, 56 corpos de presos foram contabilizados no Amazonas, no complexo penitenciário Anísio Jobim. No dia 06 de janeiro, 31 presos foram mortos em Boa Vista, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, a maior de Roraima. No dia 14 de janeiro, 26 presos foram encontrados mortos na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, quase todos decapitados[5].

O complexo penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, abrigava 1.224 detentos, mas sua capacidade é de 454 presos, o que representa um excedente de 170%, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas. A Penitenciária de Monte Cristo, em Roraima, até outubro, abrigava cerca de 1,4 mil presos, o dobro de sua capacidade de 750 vagas. Segundo inspeção realizada em setembro de 2016 pelo Conselho Nacional de Justiça, o presídio se encontrava em péssimas condições, com uma maioria de presos provisórios (932 no total) e sem a separação de presos de acordo com o regime de cumprimento de pena, em contrariedade ao que determina a Lei de Execução Penal. A Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, tem capacidade para 620 detentos, mas mantinha cerca de 1.150 presos, segundo a SEJUC, órgão responsável pelo sistema prisional do RN[6].

4. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos*. Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.
5. MIRANDA, Isabella. *A necropolítica penitenciária brasileira*. Disponível em: [http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/17/necropolitica-penitenciaria-brasileira/]. Acesso em: 22.04.2017.
6. MIRANDA, Isabella. *A necropolítica penitenciária brasileira*. Disponível em: [http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/17/necropolitica-penitenciaria-brasileira/]. Acesso em: 22.04.2017.

Em todos esses casos, alguns elementos se repetiam de forma escancarada: *condições de aprisionamento degradantes e subumanas; i*mputação, pelas autoridades públicas, das causas das mortes às "organizações criminosas"; superlotação carcerária nos presídios onde se encontraram os cadáveres.

Por trás de conceitos como "crime organizado" se escondem e naturalizam as circunstâncias que tornaram possível o derramamento de sangue[7]. Apesar de alardeada pela "criminologia midiática"[8] como uma "guerra entre facções", os motivos destes e de outros massacres envolvem questões escamoteadas por chavões criminológicos voltados ao consenso punitivo, que impedem um debate sério sobre as causas das mortes no sistema penitenciário e as alternativas para sua contenção.

Da mesma maneira como se deram as 113 mortes do início deste ano, também ocorreram outras contagens de corpos no sistema penitenciário brasileiro. Nos casos levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos – Urso Branco (Rondônia, 2004) e Pedrinhas (Maranhão, 2012 e 2013) –, a Corte Interamericana entendeu que "as causas dos massacres estavam ligadas à superlotação das unidades prisionais".[9]

Ao contrário do que é dito de forma recorrente pelos defensores do populismo criminológico, a superlotação carcerária em todo o País não é um problema de falta de vagas. Na verdade, a falta de vagas é uma consequência que está ligada a uma lógica de superencarceramento: a superlotação existe porque se encarcera cada vez mais. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, o

7. A expressão é de Nilo Batista e se refere à política criminal de drogas nacional. Mas aqui é usada para fazer referência às mortes nos cárceres brasileiros em janeiro de 2017. BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

8. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos*. Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

9. Corte interamericana de direitos humanos. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21.09.2005. *Medidas Provisórias a respeito da República Federativa do Brasil*. Caso da Penitenciária Urso Branco. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/urso_se_05_portugues.pdf]. Acesso em: 16.01.2017. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 14.11.2014. *Medidas Provisórias a respeito do Brasil*. Assunto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/pedrinhas_se_01.pdf]. Acesso em: 16.01.2017.

número de pessoas privadas de liberdade no Brasil aumentou 575% de 1990 a 2014.[10]

"Encarcerar mais" é uma ação que se dá em diversas frentes. É o resultado de políticas criminais legislativas, executivas e judiciárias recrudescedoras, ou redutoras de garantias, como a atual política criminal de drogas, que, além de concretizar uma gestão da vida e da morte da juventude pobre das periferias brasileiras, é responsável pelo encarceramento de quase 30% do total de presos[11]; como o decreto natalino de indulto do presidente da República, Michel Temer, que põe fim ao instituto da comutação de penas e reduz drasticamente as hipóteses de concessão de indulto; ou jurisprudências como a súmula 582 do STJ[12], que praticamente acaba com a configuração da tentativa no crime de roubo. Todas elas aumentam, na prática, as possibilidades temporais de permanência no cárcere, contribuindo, assim, para o superencarceramento. Políticas criminais que se baseiam em uma ideia de eficientismo penal: a ideia de que

10. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* [Infopen]. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 22.06.2015.

11. Um dos fatores centrais para o crescimento da população prisional brasileira nos últimos anos é o aumento de presos por tráfico de drogas. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, o tráfico, enquanto tipo penal, é aquele que mais criminaliza: do universo de 245.821 crimes pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento, 55.920 correspondem ao tráfico, cerca de 30%. Desde 2005, o tráfico demonstra registros superiores aos demais delitos. De 2005 a 2012, o número de presos por tráfico mais do que triplicou no Brasil, verificando-se um aumento de 320,31%. BOITEUX, Luciana; PÁDUA, João Pedro. *A desproporcionalidade da lei de drogas:* os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de Janeiro: CEDD – Coletivo de Estudos Drogas e Direito, 2013. Disponível em: [http://www.wola.org/sites/default/files/Drug%20Policy/Artigo%20desproporcionalidade %20Brasil_rev.pdf]. Acesso em: 29.06.2016. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* [Infopen]. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 22.06.2015.

12. Súmula 582 do Superior Tribunal de Justiça: "Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada". BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf]. Acesso em: 15.04.2016.

"a prisão funciona" e é o instrumento eficaz de combate ao crime, ancoradas numa perspectiva de defesa social.[13]

"Encarcerar mais" é um movimento que se dá no sentido de uma gestão populacional de corte bem definido. Assim, o que liga todos esses amontoados de corpos não são apenas os motivos e as concretas possibilidades de mortes a que estão submetidos os encarcerados Brasil afora, mas, principalmente, suas cores majoritariamente não brancas, exatamente o que permite, legitima e silencia um "deixar morrer"[14] colocado cotidianamente a essas populações. Todos os casos estão relacionados a processos racializados, determinantes para o silenciamento do genocídio desses sujeitos. Não por acaso é uma maioria não branca que povoa nossos cárceres[15], o que demonstra que o silenciamento se dá sobre um genocídio que tem cores bem definidas.

O ocultamento sobre o que possibilita essas mortes é consequência direta das narrativas hegemônicas sobre quem nossa sociedade entende como "humano" – que se alinham com as narrativas também hegemônicas sobre "quem comete crime" e "deve ser criminalizado". Desta forma, a morte de indivíduos representados como não pessoas[16] é banalizada e até mesmo tolerada.

---

13. A ideologia da defesa social inculcou não só nos operadores jurídicos, mas também no senso comum, uma concepção de criminalidade bastante difundida até os dias atuais e que pode ser resumida nos seguintes princípios: a) princípio de legitimidade: o Estado possui legitimidade para reprimir crimes; b) princípio do bem e do mal: sendo o crime danoso à sociedade, constitui-se como mal e se contrapõe à sociedade, que representa o bem; c) princípio de culpabilidade: delito como expressão de atitude interior e consciente do autor e por isso é reprovável; d) princípio da finalidade ou da prevenção: a pena não possui apenas a função repressora, mas também de prevenir delitos e de ressocializar o criminoso; e) princípio de igualdade: a lei penal e a reação à sua violação se aplicam de forma igualitária a todos; f) princípio do interesse social e do delito natural: os interesses resguardados pelo direito penal são comuns a todos. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 42.
14. A expressão "deixar morrer" se relaciona à noção biopolítica foucaultiana. Para um aprofundamento: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975/1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
15. A população brasileira é composta por 56% de pessoas negras e pardas (aí incluídos os indígenas), enquanto que no sistema penitenciário nacional o percentual de não brancos chega a 61%. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* [Infopen]. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 22.06.2015.
16. Nesse sentido, Achile Mbembe articula essa característica de inumanidade ao que conceitua como "humanidades subalternas": formas de desqualificação atribuídas

Em "Crítica da razão negra", Achile Mbembe argumenta que o racismo atual nem sempre é um discurso explícito, mas "raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo"[17]. Em sentido similar, em "Black Power", Ture (Carmichael) e Hamilton afirmam que o racismo pode ser tanto evidente e aberto como velado, encoberto. Trata-se de duas formas intimamente relacionadas: por um lado, indivíduos brancos agindo diretamente contra indivíduos negros, e, por outro, atos da totalidade da comunidade branca contra a comunidade negra. Essas duas demonstrações de racismo são nomeadas pelos autores de "racismo individual" e "racismo institucional". A primeira se verifica em atos abertamente praticados por indivíduos determinados, que causam mortes, ferimentos ou a destruição violenta da propriedade. Já a segunda é mais sutil, menos identificável em termos de práticas de atos por indivíduos específicos. Apesar de mais sutil, os autores pontuam que essa forma de racismo não é, porém, menos destrutiva da vida humana. Ela tem origem numa operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, por isso, recebe bem menos condenação pública que o primeiro tipo.[18]

Esse racismo sutil, mas igualmente potente em destruir vidas humanas, pode ser analisado por meio da atribuição da etiqueta de criminoso e da seleção realizada pelo sistema penal em relação àqueles encarcerados mortos, por intermédio da interação ocorrida no processo criminalizador. Essa "operação de forças estabelecidas" na sociedade que escamoteia o racismo institucional[19]é similar ao que Foucault propõe como "ordem do discurso", que possibilita, em um dado contexto social, que práticas sociais operem de determinadas maneiras e gerem determinados discursos com efeitos concretos.[20]

Em "Vigiar e Punir", Foucault entende "ordem do discurso" como a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição social ou sociedade e o relacionamento entre elas, ou seja, é o conjunto das práticas discursivas disciplinadoras e controladoras, citando como exemplo as escolas, prisões e hospitais. Nestes locais, para além do uso da força física, haveria o exercício da coerção

---

por práticas estruturantes de poder hegemônico social a determinados indivíduos, a quem são negados os mais elementares direitos.

17. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 71.
18. TURE, Kwame; CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. *Black Power.* The Politics of Liberation. Nova Iorque: Random House, 1967.
19. TURE, Kwame; CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. Idem.
20. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

pelos discursos em ação. Mais tarde, Fairclough[21] – com quem a definição de ordens do discurso receberá novos contornos – vai apontar que a ideologia se torna mais efetiva à medida que a sua ação é menos visível. Assim, o racismo como ideologia, como proposto por Mbembe, seria mais efetivo em suas demonstrações mais implícitas.

Ana Flauzina destaca que o genocídio (re)produzido pelo sistema carcerário brasileiro é apenas uma das dimensões de possibilidades de morte por que historicamente passam os sujeitos racializados no Brasil e na América Latina. A autora aponta que, na realidade brasileira, a atuação estatal na produção da morte está inscrita em diversas vulnerabilidades construídas em torno do segmento negro. Pela precarização de suas vidas, o Estado foi construindo as condições de seu descarte. Flauzina destaca os efeitos dessa intervenção sobre esse contingente em alguns âmbitos da vida social, que, ao lado do sistema penal, contribuem para o genocídio racializado pelo Estado brasileiro, dentre eles: a segregação espacial; o nível de pobreza a que está exposta a população negra brasileira; a precariedade da saúde da mulher negra e de questões reprodutivas; o grau de educação e de escolaridade de negros – pessoas negras são maioria fora das escolas e contam com qualidade de ensino inferior; a subalternização de identidades, por meio da colonização do ser negro e de suas formas vida e de expressão.[22]

Dialogando com autores representativos do pensamento negro brasileiro, como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, Flauzina aponta que o racismo está nas bases de sustentação do processo histórico latino-americano, a partir de uma perspectiva que aparta índios e negros, pela imposição de padrões civilizacionais europeus. Desta forma, é histórica e socialmente desenhado um quadro simbólico refratário ao reconhecimento desses grupos, possibilitando que empreendimentos genocidas se verifiquem. É assim que se conforma um imaginário social que se atualiza no extermínio concretizado nas práticas de nossos dias.

3. Da colonialidade à criminalização seletiva: um projeto mortífero e racializado de poder

Falar sobre a letalidade operativa do poder punitivo no Brasil e na América Latina demanda contextualizar como o continente está historicamente inse-

21. FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power.* London: Longman, 1989.

22. FALUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão.* O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

rido no exercício de poder mundial e as peculiaridades colocadas por essa realidade.

A partir de Foucault e ancorando-se numa perspectiva realista marginal, Zaffaroni situa a América Latina, por seu passado colonial e pertencimento posterior à periferia do sistema capitalista, como uma imensa instituição de sequestro[23]. Sob essa perspectiva, portanto, nos países marginais a prisão seria uma instituição de sequestro menor dentro de outra muito maior: a colônia. Por essa razão, não somente a prisão, mas todo o sistema punitivo de regiões situadas por meio da relação colonial apresentariam características singulares não previstas na narrativa foucaultiana, realizada em contextos político, econômico e social bastante diferentes.

Zaffaroni entende que todos os sistemas penais apesentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que, cancelando o discurso jurídico-penal, materializam-se tanto no centro como na periferia do capitalismo mundial. Mas aponta que, nas regiões marginais, essas características se traduzem em uma radicalização da violência operacional, de forma que, nessas regiões, a real operacionalidade dos sistemas penais é muito mais violenta. Assim, conclui que a deslegitimação do sistema penal na América Latina resulta da "evidência dos próprios fatos", que se revela por intermédio do signo da morte em massa, o que nomeia de "genocídio em marcha, em ato".[24] Assim, a constância da morte é o que evidencia de forma mais contundente a deslegitimação dos sistemas penais da região.

O autor argumenta que o sistema penal está estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida aos setores vulneráveis. A seletividade estrutural do sistema penal é, para Zaffaroni, a mais elementar demonstração da falsidade da legalidade processual proclamada pelo discurso jurídico-penal, já que o poder repressivo exercido pelo sistema penal só opera em um número insignificante das hipóteses de intervenção planificadas.[25]

---

23. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

24. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

25. Estima-se que cerca de 90% das situações problemáticas qualificadas pela lei penal como crime fiquem de fora do sistema penal por não serem investigadas ou apuradas. É por isso que se afirma que a imunidade é a regra e a criminalização é a exceção. BARATTA, Alessandro. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículo de Ciências Penais*. Porto Alegre, v. 6, n. 2. p. 44-61, 1993.

Desta forma, se a grande maioria das condutas criminalizáveis fica de fora do sistema penal exatamente porque esse sistema não tem meios de persegui-las (cifras ocultas), a justiça penal se apresenta como uma organização que funciona seletivamente. Essa atuação seletiva recai, portanto, apenas sobre alguns indivíduos selecionados, sobretudo, de acordo com seus estereótipos.

A seletividade com que atua o sistema penal é verificada quantitativa e qualitativamente. A cifra oculta é expressão dessa atuação seletiva quantitativa, já que a maior parte das condutas tipificadas como crime pela lei penal fica de fora da seleção realizada pelo sistema criminal. A utilização de estereótipos na criminalização secundária, na rotulação do sujeito criminalizado, é a demonstração da incidência da seletividade qualitativa, que normalmente se dá sobre "a criminalidade tosca".[26]

No momento dessa seleção, incidem os filtros de criminalização: filtros subjetivos que operam na tomada de decisão dos agentes policiais, delegados, promotores, magistrados para rotular o criminalizado. É aí que atuam as metrarregras, relacionadas a determinadas visões de mundo e perspectivas ideológico-hegemônicas sobre quem comete crime e, portanto, pode vir a ser criminalizado.[27]

Zaffaroni descreve a atuação de cada agência do sistema penal nesse exercício seletivo de rotulação: as agências de comunicação de massa, às quais denomina de "fábricas de realidade do sistema penal" – determinantes na difusão de estereótipos de inimigo criminalizável no imaginário coletivo; as agências penitenciárias, a que qualifica de "máquinas de deterioração"; a atividade de policização, desenvolvida pelas agências executivas, e a burocratização presente na atuação das agências judiciais.[28]

O autor destaca que a atuação dessas agências ocorre de forma compartimentada. Assim, a ilegalidade processual penal, ainda que relacionada à ile-

26. O conceito de "criminalidade tosca" indica que a criminalização tende a recair sobre condutas mais facilmente localizáveis nas classes subalternas. CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 128; ZAFFARONI, Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 50.

27. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002; ZAFFARONI, Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

28. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

galidade contida na violência institucional da pena, estabelece-se a partir da atuação de cada agente como algo estanque, compatimentado, criando a percepção ilusória de que não haveria, portanto, um agente ou agência específica responsável pela grande quantidade de mortes e violência estrutural com que atuam os sistemas penais. É a atuação conjunta dessas agências, porém, que gera concretas possibilidades de mortes àqueles que foram selecionados e rotulados como "criminosos".

Daí porque Zaffaroni aponta que a necessidade de resposta à deslegitimação do sistema penal passa por buscar a diminuição de violência e de morte, ou seja, um caminho que não passe pela destruição de vidas humanas, um caminho que busque "ouvir a palavra dos mortos". Assim, propõe uma criminologia cautelar, ou seja, uma "criminologia que proporciona a informação necessária e alerta a respeito do transbordamento do poder punitivo sucetível de produzir um massacre".[29]

Zaffaroni entende que a atuação ilícita por parte do sistema penal, legitimada pela necessidade da "emergência" e da "prevenção", está na base da diferenciação operada entre "criminosos" e "cidadãos". O autor demonstra como os genocídios do mundo atual se dão no sentido do "aniquilamento total daqueles a quem se considera seus inimigos". Assim, a "negação jurídica da condição de pessoa ao inimigo é uma característica do tratamento penal diferenciado que lhe é dado, (...) é uma consequência da individualização de um ser humano como inimigo".[30]

O exercício de poder punitivo mundial sempre conferiu tratamento diferenciado àqueles por ele considerados como perigosos: do colonialismo, ao neocolonialismo, chegando à globalização. Cada um desses momentos históricos gerou visões relacionadas a determinada compreensão de mundo e um discurso legitimador. Entretanto, o modelo colonialista nunca deixou de reprimir, massacrar e cometer genocídios. Zaffaroni argumenta que "foi assim na colônia primeira, na destruição de milhões de vítimas da conquista e na escravização do tráfico negreiro. Do mesmo modo foi genocida o domínio de nossas repúblicas oligárquicas. Basta pensar em Canudos ou no genocídio dos índios patagônicos, na segunda metade do século XIX. Não menos genocidas foram as ditaduras da segurança nacional. Agora chegou a vez do genocídio

29. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos;* Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 413.

30. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 21.

punitivista, cuja função é controlar a exclusão inerente ao colonialismo tardio imposto pelas corporações".[31] O colonialismo se mantém e se atualiza em "novos-velhos" genocídios.

4. O genocídio moderno-colonial e a crítica pós-colonial

A busca por aprofundar o debate sobre a centralidade dos processos racializadores para o controle penal e para a letalidade presente no sistema penal brasileiro nos faz dialogar com uma epistemologia que questiona a forma como tais processos ocorreram em nome de uma ciência racional moderna.

Não há consenso sobre o marco inicial daquilo que se convencionou chamar de modernidade. Há quem entenda que se inicia com a colonização branca europeia sobre os continentes índio-americano e negro-africano. Enrique Dussel afirma que a modernidade nasce com a chegada dos europeus em nosso continente. Situa a modernidade como marco de separação do "eu" dos "outros", em que as colônias estariam incluídas nessa ideia de "outros"[32]. Achile Mbembe, nesse mesmo sentido, ao falar sobre a "vida-mercadoria-moeda-coisa-objeto" do negro escravizado, também situa a modernidade na passagem do século do XV para o XVI[33]. Já Michel Foucault entende que a passagem à fase moderna se daria no século XVII, com a criação da "episthéme", em que a vida apareceria como objeto da biologia, a linguagem como objeto da linguística e o homem como objeto da antropologia.[34]

Ainda que haja certa disputa sobre seu marco inicial, a modernidade pode ser delimitada temporalmente como um processo histórico que se situa entre os séculos XVI e XVIII e se relaciona a eventos como a expansão ultramarina através do Atlântico, o advento do Iluminismo, a Reforma Protestante, a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa. A constituição de Estados-nações e a elaboração de uma burocracia estatal, com a demarcação de fronteiras (por intermédio da diferenciação do "fora", do "outro"), estabe-

31. BATISTA, Vera Malaguti; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Vera Malaguti entrevista Eugênio Raúl Zaffaroni. *Revista Discursos Sediciosos.* Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 20.
32. DUSSEL, Enrique. *1492: O Encobrimento do Outro*. A Origem do "mito da modernidade". Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
33. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
34. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2008.

lecem-se por meio de hierarquizações e violências, que serão também estruturantes do que se nomeia modernidade.[35]

A modernidade mudou as maneiras de produzir conhecimento e representar o mundo, contrapondo-se ao que não considerava científico. A epistemologia moderna nasceria eurocentrada e hierarquizante, inaugurando novas formas de relações sociais, econômicas e de produção, ligada ao ascendente sistema capitalista. O racionalismo universalizante moderno é produtor de binarismos, a partir do abandono de uma percepção ontológica da realidade, passando-se a uma percepção relacional: a "ciência" se contrapõe à "não ciência"; o "eu" ao "outro"; a "metrópole" à "colônia"; a Europa à América, à África e à Ásia; o "norte", contraposto ao "sul"; o "branco" ao "não branco".[36]

Diversas são as críticas à modernidade, que problematizam sua subjacente ideia de progresso, calcada na noção de racionalidade. As principais escolas financiadoras da lógica e da produção racional do conhecimento foram sustentadas pela prata e ouro americanos, extraídos por meio de violência, morte e genocídio. Donde se percebe a íntima relação entre essa ideia de progresso eurocentrada e o genocídio afro-ameríndio dos colonizados, objetificados pela ciência moderna. Dussel, nesse sentido, conclui que a modernidade é a violência institucionalizada.[37]

A modernidade faz nascer uma geopolítica de saber-poder criticada pelos "Estudos sobre a Colonialidade".[38] Ivanna Gigena diferencia o pensamento

35. NASCIMENTO, Wanderson Flor. *Por uma vida descolonizada:* diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade, 2010 (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília).

36. NASCIMENTO, Wanderson Flor. *Por uma vida descolonizada:* diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade, 2010 (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília).

37. DUSSEL, Enrique. *1492: O Encobrimento do Outro*. A Origem do "mito da modernidade". Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

38. Os "Estudos sobre a Colonialidade" relacionam modernidade e colonialidade, partindo da crítica a esta última e da sua consequente imposição de relações de poder. A colonialidade é definida por Quijano por meio de quatro características estruturantes: o dimensionamento de toda forma hegemônica de trabalho e de sua exploração para a produção de capital; o eurocentrismo como modo de produção do conhecimento e de formação de subjetividades relacionadas a esse conhecimento; o estabelecimento do Estado-nação como forma de controle e autoridade deste novo padrão de poder que funciona como fiscalizador e mantenedor do exercício da colonialidade do poder; a racialização como modelo de classificação social universal. Apud NASCIMENTO,

pós-colonial do pensamento decolonial[39], situando-os no campo das "Epistemologias do Sul".

É importante destacar, contudo, que o "pós" de "pós-colonial" não significa que os efeitos do domínio colonial foram suspensos no momento em que concluiu o domínio territorial sob uma colônia. Ao contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas nações pós-coloniais. Desta forma, o distintivo do que se denomina de "pós-colonialismo" será exatamente a capacidade de reler a colonização, assim como o tempo presente, a partir de uma escrita descentrada, diaspórica e global de grandes narrativas imperiais do passado que estiveram centradas na ideia de nação.[40]

O pensamento pós-colonial, priorizado como um dos marcos teóricos deste artigo, surge influenciado por textos novelísticos, poéticos e militantes produzidos pela diáspora africana e negra de língua francesa (Fanon, Senghor, Césaire, Glissant) em meados do século XX, a partir de lutas anticoloniais na Ásia e na África, considerando tais lutas como instâncias performativas tanto do sujeito colonizado como do colonizador e levando em consideração as implicações de raça e classe. Num segundo momento, as experiências artísticas e estéticas que debatem a negritude, a escravidão, memórias do cativeiro e da

Wanderson Flor. *Por uma vida descolonizada:* diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade, 2010 (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília).

39. A autora acessa o campo decolonial, buscando fazer uma genealogia dessa perspectiva teórica por meio dos seguintes textos: "Teoría sin Disciplina (Castro-Gómez y Mendieta, 1998), La poscolonialidad explicada a los niños (Castro-Gómez, 2005b), "Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano" (Escobar, 2003), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (Castro-Gómez y Grosfogel, 2007) e Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos (Restrepo y Rojas, 2010)" e situa a origem da denominação "decolonial" que, bastante recente, emerge nos anos 90, associada ao nome de "estudos pós-coloniais latino-americanos". No final da década de 90, Mignolo e Coronil passam a adotam a denominação de "pós-ocidentalismo". No início dos anos 2000, Escobar passa a nomeá-lo de "programa, rede ou projeto Modernidade/Colonialidade". GIGENA, Andrea Ivanna. Lecturas poscoloniales y decoloniales de la analítica foucaultiana para el análisis en contextos de herencia colonial. Confluenze - *Rivista di Studi Iberoamericani*. v. 3, n. 2, p. 01-21, 2011. p. 4.

40. BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e Perspectiva Negra*. Estado e Sociedade, v. 31, n. 1.

diáspora são tematizadas pelos estudos de autores como W. E. B. Du Bois, Paul Gilroy e Stuart Hall.[41]

Em sua terceira fase, o pensamento pós-colonial é marcado pelas críticas à globalização e suas consequências sobre diferentes modos de vida, sobretudo do "Sul". As formas contemporâneas de instrumentalização da vida são o eixo central dessa produção intelectual, na qual se localizam Achile Mbembe e Gayatri Spivak, entre outros autores.

> O imperativo é tratar de reconstruir, para transformar, o fio condutor entre distintos modos de dominação ao largo da história (escravidão e colonização, antigas e mais recentes do capitalismo). A plantação, a fábrica e a colônia devem ser desveladas em sua condição de "laboratórios" do autoritarismo do mundo atual (MBEMBE, 2008).[42]

Essas "formas contemporâneas de instrumentalização da vida" – ou de produção de "humanidades subaltenas"[43] – são articuladas, no pensamento pós-colonial atual, às maneiras de dominação operadas em períodos históricos anteriores. Desta forma, a crítica pós-colonial parte da racialização, operada com a colonização e a escravidão, como determinante para o estabelecimento de relações de poder modernas, calcadas na violência e no genocídio de populações.

Em "Crítica da razão negra", Mbembe dialoga com Frantz Fanon e Michel Foucault e descreve a raça, tanto em sua dimensão moderna quanto atual, como uma "espécie de vida que pode ser gasta".[44] Para Mbembe, a partir da cosmovisão inaugurada com a modernidade, a raça pode ser entendida como uma das matérias-primas com as quais se fabricam a diferença e o excedente. Na atualidade, a racialização continua a produzir efeitos de mutilação, na medida em que faz operar fissuras na sociedade. Segundo o autor, por meio de processos racializadores são reguladas as relações coloniais e "se repatriam e se prendem pessoas cuja vida e cuja presença são sintomas de uma condição ili-

41. GIGENA, Andrea Ivanna. Lecturas poscoloniales y decoloniales de la analítica foucaultiana para el análisis en contextos de herencia colonial. Confluenze – *Rivista di Studi Iberoamericani*. v. 3, n. 2, p. 1-21, 2011.
42. GIGENA, Andrea Ivanna. Lecturas poscoloniales y decoloniales de la analítica foucaultiana para el análisis en contextos de herencia colonial. Confluenze – *Rivista di Studi Iberoamericani*. v. 3, n. 2, p. 1-21, 2011. p. 4. Tradução livre.
43. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
44. Ibidem. p. 70.

mitada".[45] A raça é o que permite, a partir de alocações em categorias abstratas, a desqualificação moral, a estigmatização ou até mesmo a internação ou expulsão de indivíduos. "A raça é o meio pelo qual nos reificamos e, baseados nessa reificação, nos transformamos em senhores, decidindo desde logo sobre o seu destino, de maneira que não sejamos obrigados a dar qualquer justificação".[46] Assim, Mbembe compara o trabalho operado pela raça a um ritual sacrificial, "aquela espécie de ato ao qual não se é obrigado a responder".[47]

Se o estereótipo e a estigmatização são apontados pela criminologia crítica como categorias centrais no processo seletivo-qualitativo de criminalização secundária, a raça – e, consequentemente, o racismo – aparece no centro dessa operação. Assim, não parece ser coincidência o fato de que 61% dos encarcerados no Brasil sejam não brancos, enquanto que o número total de não brancos constitutivo da população brasileira é de 56%.[48] Daí porque entendemos que as formulações teóricas pós-coloniais sobre o conceito de raça e sua relação histórica – principalmente em Mbembe – são bastante pertinentes para analisar as mortes produzidas pelo sistema penal brasileiro e as circunstâncias que levaram às condições de acusados, presos e mutilados. Na categoria abstrata "crime" se localizaria, por meio da raça, quem foi estigmatizado como "criminoso" – isso sem contar as execuções sumárias, extralegais e subterrâneas, bem como as abordagens policiais violentas, que mutilam e exterminam a população negra e indígena (sobretudo a juventude) antes mesmo do seu encarceramento. Por outro lado, a atuação das agências do sistema penal estruturalmente voltada à ilegalidade penal e processual penal e de maneira compartimentada[49], como se não houvesse um agente ou agência específica responsável pela grande quantidade de mortes e a violência estrutural com que atuam os sistemas penais, aproximaria-se dessa espécie de "ausência de justificação" a que se refere Mbembe.

45. Idem.
46. Idem.
47. Idem.
48. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* [Infopen]. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 22.06.2015.
49. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

As perspectivas decoloniais e pós-coloniais estão fortemente centradas na crítica à produção de subalternização do indígena e do negro racializados.[50] Mbembe escreve que os processos de racialização têm como objetivo marcar estes grupos de populações, fixando os limites nos quais podem circular e determinando exatamente os espaços que podem ocupar. Esse processo de demarcação levaria a possibilidades de circulação num sentido que afastasse quaisquer ameaças e garantisse a segurança geral. Ao marcá-los individualmente como "espécies", "séries" e "tipos", realiza-se uma "triagem" destes grupos de populações, a partir de um cálculo geral de risco, de acaso e de probabilidades, de forma a prevenir perigos inerentes à sua circulação, se possível, neutralizando-os antecipadamente "por paralisação, prisão ou deportação".[51]

Segundo Mbembe, deste ponto de vista, a raça funciona como um "dispositivo de segurança" fundado naquilo que chama de "princípio do enraizamento biológico pela espécie". A raça é, portanto, simultaneamente, "(…) ideologia e tecnologia do governo. Foi assim no regime da plantação, no *apartheid* e nas colônias".[52] Nos três casos, seu papel foi de atribuição de características aos seres vivos que permitiriam dividi-los em tipos de humanidades.

O autor entende a racialização como o dispositivo[53]de segurança que permite a gestão de população, sendo responsável por delimitar os seus espaços permitidos de circulação, garantindo-se, assim, a "segurança geral" e a eliminação de "ameaças". Nesse sentido, são bastante presentes, na prática criminal, discursos jurídicos de contenção e de neutralização, que a criminologia crítica associa à função declarada da pena de prevenção especial negativa[54], operados

50. Nesse sentido: GIGENA, Andrea Ivanna. Lecturas poscoloniales y decoloniales de la analítica foucaultiana para el análisis en contextos de herencia colonial. Confluenze - *Rivista di Studi Iberoamericani*. v. 3, n. 2, p. 1-21, 2011; NASCIMENTO, Wanderson Flor. *Por uma vida descolonizada:* diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade, 2010 (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília).

51. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 71.

52. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 71.

53. Dispositivo, para Foucault, constitui-se a partir de um contexto de processamento de saberes, que se materializa em falar/pensar/fazer e em objetividades, sendo central o fato de os dispositivos terem uma função estratégica. Eles se constituem em situações sociais específicas, servem para lidar com ou solucionar problemas no âmbito dessa constelação de possibilidades. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2008.

54. Batista e Zaffaroni destacam que o Estado confere às instituições que dele fazem parte determinadas *funções manifestas*, expressas e declaradas publicamente. Ocorre, en-

em relação a acusados, selecionados, geralmente, por meio de estereótipos racializados.

Mbembe situa os processos de racialização como "tecnologia de governo", ou seja, o modo como o poder político administra e regula populações. Desta forma, o autor trabalha com o conceito de "governabilidade" foucaultiano, entendendo-o como um modo de poder relacionado com a manutenção e controle de corpos e indivíduos; com a produção e regulação de indivíduos.

Em "Necropolítica", Mbembe indica que o relato histórico sobre as formas de massacre possibilitadas pela emergência do terror moderno deve ter em conta a escravidão, que pode ser considerada como uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Mbembe dialoga com a noção biopolítica de Foucault para pensar na categoria necropolítica.

Para Foucault, o biopoder, decorrente da biopolítica, funcionaria segregando as pessoas que devem morrer daquelas que devem viver. Esse poder é definido de acordo com o campo biológico, tendo em vista que opera sobre uma divisão entre vivos e mortos; controle que pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre uns e outros. Nas sociedades normalizadoras, em que Estado opera preferencialmente na manutenção da vida, é o racismo que sustenta a produção da morte. No esquema assumido pela modernidade, o racismo passa a ser a "condição de aceitabilidade de tirar a vida".[55]

Foucault realiza a seguinte pergunta: "Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopo-

---

tretanto, que, em geral, não há total coincidência entre esta função manifesta e o que de fato é realizado no âmbito social pela instituição, isto é, aquilo que os autores chamam de *funções latentes* ou reais. As agências políticas formalizam o programa criminalizante de acordo com as funções manifestas e estas estão relacionadas às teorias legitimantes do poder punitivo. Os autores destacam, em um breve resumo, que há dois grandes grupos de teorias legitimantes: as teorias da prevenção geral, que afirmam que o valor positivo da criminalização atuaria sobre os que não delinquiram, subdivididas em prevenção geral negativa (que dissuadiriam) e prevenção geral positiva (que reforçariam), e as teorias da prevenção especial, que pretendem que o valor positivo da criminalização atuaria sobre aqueles que delinquiram, subdivididas em prevenção especial negativa (neutralizantes) e prevenção especial positiva (baseadas no que os autores chamam de "ideologias re": ressocialização, reeducação, reinserção, etc.). ZAFFARONI, Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro.* Rio de Janeiro: Revan, 2004.

55. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975/1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 306.

der?". E a responde ao dizer que é aí que se pode observar o racismo, já que foi a emergência do biopoder a responsável por inserir o racismo nos mecanismos de Estado. Assim, conceitua o racismo como "o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer (…); a maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros".[56]

Desta forma, a partir de distinções de tipo biológico que atravessam a população, seria possível ao Estado recrutar os indivíduos a serem eliminados. Entretanto, não se trata "simplesmente do assassínio direto, mas também de tudo o que pode ser o assassínio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte (...)" [57]

Não só o "assassínio direto", mas a cotidiana "exposição à morte" a sujeitos racializados é problematizada por Ana Flauzina por intermédio das diversas formas de subalternização a essa população. A possibilidade de "multiplicação do risco de morte" é uma realidade historicamente colocada por meio da "exclusão simbólica desses segmentos, como pressuposto fundamental à produção do extermínio físico". Conversando com Lélia Gonzalez, Flauzina destaca como o racismo se volta justamente contra aqueles que, do ponto de vista étnico, são os testemunhos vivos da denegação da latinoamefricanidade, "tentando tirá-los de cena, apagá-los do mapa".[58]

No mesmo sentido trazido por Zaffaroni[59] e também realizando um movimento de aproximação concomitante a um distanciamento de categorias foucaultianas, por não preverem determinadas especificidades no que toca a relações coloniais, Mbembe demonstra como nas colônias aparece um "terror particular", já que as formas coloniais de soberania praticam um tipo de violência mais excessivo que as formas de soberania europeias. Essa forma de "terror particular" é o que Mbembe define como "necropolítica".

Segundo o autor, "a característica mais original desta formação de terror é a concatenação de biopoder, estado de exceção e estado de sítio",[60] em que a raça

56. Ibidem. p. 304.
57. Ibidem. p. 306.
58. FALUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. apud GONZÁLEZ, Lélia; p. 39.
59. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
60. MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011, p. 35.

aparece novamente como determinante para esse encadeamento. Mbembe destaca que a seleção de raças e o extermínio de povos vencidos foram realizados inicialmente no mundo colonial, onde se pôde observar as primeiras sínteses entre massacre e burocracia como encarnação da racionalidade ocidental. Assim, a conquista colonial revelou um potencial de violência antes desconhecido e, na Segunda Guerra Mundial, o que se observa é a extensão aos povos "civilizados" europeus dos métodos anteriormente reservados aos "selvagens".[61]

A colônia, segundo Mbembe, representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente num exercício de poder à margem da lei e onde a paz costuma ter a forma de uma "guerra sem fim". Tal proposição, na visão do próprio Mbembe, guardaria relação com a definição de soberania proposta por Carl Schmitt no começo do século XX, em que soberano é aquele que tem "o poder de decidir sobre o estado de exceção".

Mbembe entende que, por essas razões, o direito soberano de matar não é submetido a nenhuma regra nas colônias. O soberano poderia matar a qualquer momento e de todas as maneiras. Assim, a guerra colonial não estaria submetida a regras legais ou institucionais. "O terror colonial se mescla melhor com um imaginário colonialista de terras selvagens e de morte, e com ficções que criam a ilusão do real".[62] A paz não seria necessariamente a consequência natural da guerra colonial, já que a distinção entre guerra e paz não se mostra tão pertinente. As guerras coloniais são concebidas como expressão de uma hostilidade absoluta, que coloca o conquistador frente a um inimigo absoluto.

Essas ideias de "inimigo absoluto" e "exceção" guardam relação com as formulações propostas por Zaffaroni[63], no sentido de que alguns seres humanos têm negada sua condição de pessoas ao serem assinalados como inimigos da sociedade, sendo-lhes impedido o acesso às garantias fundamentais resguardadas pelos direitos humanos e o direito de terem suas infrações penais sancionadas dentro dos limites do direito penal liberal (de garantias), como os mortos do sistema penitenciário brasileiro.

Sobre o contexto de terror específico das colônias, Mbembe afirma que estas seriam semelhantes às fonteiras: habitadas por "selvagens", não se organizariam numa forma estatal; por isso não teriam gerado um mundo humano. Não haveria diferença entre combatentes e não combatentes ou entre "inimigos" e

61. MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011, p. 36.

62. MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011, p. 41.

63. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

"criminosos". Logo, seria impossível a celebração de acordo de paz. As colônias seriam, então, zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas do político se tocariam ou se alternariam umas com as outras. Assim, Mbembe aponta que as colônias podem ser visualizadas como o lugar por excelência em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensos, onde a violência do estado de exceção supostamente operam a serviço de uma "civilização". O autor conclui seu raciocínio expondo que o fato de que as colônias possam ser governadas em ausência absoluta de lei procede, fundamentalmente, da negação racista de todo ponto comum entre o conquistador e o indígena, em que, aos olhos do conquistador, a vida "selvagem" não seria mais que uma forma de vida animal, um "outro".[64]

Assim, a relação colonial cindiu o mundo: por um lado, as sociedades metropolitanas capitalistas seriam o local onde residem supostamente as instituições democráticas, a moral e a ordem; já nas colônias, a linguagem da pura violência – o exército, a polícia, o napalm – é que dialogará com o colonizado. "Ao ignorar qualquer padrão de racionalidade, ao instaurar o medo como hábito cotidiano, o colonialismo estrutura um imaginário e uma materialidade sobre o 'outro'".[65]

Sobre as possibilidades concretas de uma política de mortandade que se realizam em função de hierarquias de vidas – "humanidades subalternas" – Mbembe coloca a seguinte pergunta para a atualidade: "Mantém-se hoje com os negros uma relação diferente daquela empregada em relação ao escravo e seu senhor?". Por meio da "efabulação" (noção que busca em Fanon), "das ficções que criam a ilusão do real", há uma construção da modernidade que reposiciona a vida em função de imagens raciais que esconde, que se estende para a atualidade. O racismo não é um discurso explícito na atualidade. Daí porque Mbembe destaca a necessidade de se buscar entender como o racismo, o governo privado da vida e a necropolítica se relacionam com a escamoteação do racismo, sendo traduzido para outras linguagens, mas de forma a ainda manter sua força política.

Assim, propõe que, hoje, os atuais "condenados da terra" – em mais uma referência a Fanon[66] – seriam todos aqueles a quem é recusado o "direito de ter

64. MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011, p. 39-41.

65. DUARTE, Evandro Piza. *Ensaio sobre a Hipótese Colonial:* Racismo e Sistema Penal no Brasil. Brasília: Saraiva, 2017, no prelo.

66. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

direitos", ou seja, aqueles que são impedidos de se manifestar; os condenados a viver em diversas espécies de estruturas de reclusão: os campos de concentração, as prisões e os milhares de lugares de detenção espalhados pelos espaços jurídicos e policiais.[67] Os "novos condenados da terra" seriam, para Mbembe, o resultado de um brutal trabalho de controle e seleção cujos pressupostos raciais são bem conhecidos".[68]

Articular algumas dessas noções trazidas por Mbembe com o campo criminológico crítico pode ser bastante potente para pensar como o racismo é um eixo estruturante que atravessa a prática criminal e se materializa no evento criminalização. Nas recorrências do sistema penal brutalmente seletivo, podem ser visualizados traços dos processos de racialização.

5. A importação da criminologia racista e a necessidade de novas rupturas criminológicas

Se recentemente diversas vozes têm proposto que a questão racial não tem tido importância central na problematização sobre a criminalização seletiva no Brasil[69], contribuindo de alguma forma para o processo de ocultação do genocídio racializado, o controle de corpos não brancos está na base do surgimento da criminologia europeia e da sua importação e tradução para a margem colonizada.

O negro, enquanto objeto de estudo, é tematizado no Brasil por Nina Rodrigues[70], principal divulgador da obra de Lombroso. Assim, na América Latina, a

67. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 296.

68. MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 297.

69. A Universidade de Brasília tem tido importante lugar nessa crítica. Ana Flauzina e Felipe Freitas, assim como Evandro Piza Duarte, estão entre os criminólogos que vêm entendendo pela necessidade da centralidade da questão racial na discussão sobre a seletividade no Brasil. Para aprofundamento, ver: DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e racismo*. Curitiba: Juruá, 2002. DUARTE, Evandro Piza. *Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais*. Salvador: Revista da PUC/UFBA, 2016. DUARTE, Evandro Piza. *Ensaio sobre a Hipótese Colonial:* Racismo e Sistema Penal no Brasil. Brasília: Saraiva, 2017, no prelo. FALUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS,* Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

70. Dentre as obras de Nina Rodrigues, destacamos as seguintes, por trazerem influências do médico italiano: *Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo:

criminologia, inicialmente voltada para o estudo das causas do crime por meio dos indivíduos que o cometeram, nasce da incorporação acrítica de sua matriz europeia: racista e positivista, calcada no social darwinismo e no lombrosianismo.

Na Europa, a criminalidade é estudada inicialmente como um problema de determinados indivíduos, patologizados e hierarquizados em "normais/ bons" e "anormais/maus", "criminosos", "antissociais". Tal entendimento, de base etiológica, tem como principais autores Lombroso, Ferri e Garofalo. A escola criminológica positivista, inspirada no positivismo naturalista, percebe a criminalidade por intermédio da individualização de "sinais" antropológicos, observando clinicamente os indivíduos assim assinalados em zonas circunscritas: os cárceres e manicômios.[71]

O surgimento da criminologia teria, então, a função de controle social para manutenção da "ordem", já que daria base científica à pena como meio de defesa social aos indivíduos de padrão desviante. "É esse potencial de periculosidade social que os positivistas identificaram com anormalidade e situaram no coração do Direito Penal, que justifica a pena como meio de defesa social e seus fins socialmente úteis".[72]

Frantz Fanon nos diz que é por meio da linguagem que criamos e vivenciamos os significados. O autor chama a atenção para a existência de um "colonialismo epistemológico", já que a colonização requer mais que a subordinação material de um povo; ela oferece, ainda, os meios pelos quais os sujeitos são capazes de se expressarem e se entenderem.[73] Fanon identifica a colonização em termos de linguagem e na constituição das ciências. É desta forma que comportamentos patológicos – como o crime – são apresentados como "autenticamente" negros. Discursos e práticas sociais se constituem a partir dessa orientação significacional. São estas representações deterministas de criminalidade as responsáveis pela atual percepção profundamente enraizada nas agências do sistema penal e no senso comum de uma visão estereotipada e racista do criminoso.

Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1938; *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

71. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

72. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema Penal Máximo X Cidadania Mínima:* Códigos de Violência na Era da Globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

73. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

Essa visão estereotipada construída discursiva e ideologicamente como ciência pela criminologia positivista reverbera ainda hoje na forma como o sistema de justiça criminal atua na rotulação dos criminalizados. A perspectiva criminológica de origem racista também coloniza a prática criminal burocrática alheia ao genocídio. Assim, a linguagem jurídica criminal brasileira, permeada há muito pela racialização, orienta-se nesse mesmo sentido.

Sueli Carneiro propõe que a raça é um dispositivo de poder; uma rede que se estabelece entre um conjunto heterogêneo de elementos que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, ideias administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. A filósofa demonstra, portanto, como alguns discursos e práticas configuram a racialidade como dispositivo de saber-poder. Caneiro articula as noções foucaultianas de dispositivo e biopoder ao domínio da racialidade, buscando demonstrar a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder que opera na sociedade brasileira, que, ao articular diversos elementos, dentre eles o epistemicídio, configura a racialidade como um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades.[74]

O saber criminológico que estuda e objetifica sujeitos "problemáticos" racializados se articula com o poder penal exercido sobre esses mesmos sujeitos, em que a raça é o dispositivo (não só bio, mas necropolítico) que liga práticas interrelacionadas de saber-poder. Portanto, o positivismo – em especial o criminológico – pode ser entendido como inculcador de uma profunda formação coletiva, "uma máquina de subjetivação que verticaliza e objetifica tudo e todos, o grande dispositivo de atualização do Outro, da alteridade nociva em nossas margens. O curioso é a recepção na periferia de uma cultura que nos deprecia e legitima nosso massacre[75]."

O estereótipo racializado é construído pela criminologia lombrosiana por meio da noção da inferioridade de negros e indígenas, identificados como os "negros da terra". Evandro Piza Duarte esclarece que o nascimento da criminologia se deu de forma concomitante ao desenvolvimento da Teoria dos Tipos raciais e do Darwinismo Social, constituindo seus conceitos centrais e suas

74. CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

75. BATISTA, Vera Malaguti. O positivismo como cultura. In: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, 2016. p. 7.

hipóteses explicativas. Assim, as imbricações entre teorias da raça e teorias sobre o criminoso e a criminalidade são tão decisivas que o autor sugere haver apenas uma diferença de especialização no lugar de uma autonomia científica entre aquelas.[76]

O racismo é uma ideologia que historicamente foi produzida por elites intelectuais. Da mesma forma, o racismo criminológico. Em "América Latina e sua criminologia", Rosa del Olmo[77] busca reconstruir a história da criminologia no continente, demonstrando como esta desempenhou uma função legitimante do poder punitivo e de contenção de determinados grupos sociais. As incorporações da criminologia positivista e racista na América Latina sempre estiveram a serviço de um projeto de dominação de populações subalternizadas, majoritariamente negras e indígenas.

Olmo lembra que a história dos congressos internacionais de criminologia, assim como seu ensino nas universidades e a produção de revistas especializadas, é marcada por uma dependência teórica e ideológica em relação aos países desenvolvidos. Os organizadores desses congressos, nossas "elites ilustradas", tinham o papel de propagadores dos discursos "científicos" europeus, transportando, assim, as teorias criminológicas biologicistas desses países com uma pretensa neutralidade científica.

Máximo Sozzo escreve sobre a incorporação de "traduções traidoras", processos de importação cultural envolvidos na constituição da criminologia latino-americana, e lembra Bergalli ao criticar o "assombroso transplante do positivismo".[78]

A transculturação marcaria fortemente a criminologia na região, ainda que por diversas vezes ocorresse de forma contraditória e confusa: "Em nível de reprodução ideológica universitária, por um lado repetem-se os discursos teóricos centrais (gerados para racionalizar um exercício de poder funcionalmente distanciado do exercício de poder dos órgãos de nossa região marginal), e, por outro, o discurso dos órgãos de nossos sistemas penais degrada-se em um 'discurso underground' para 'comprometidos', reproduzindo o velho discurso

76. DUARTE, Evandro Piza. *Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais*. Salvador: Revista da PUC/UFBA, 2016.

77. OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua criminologia.* Rio de Janeiro: Revan. 2004.

78. SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

racista-biologista e expressando publicamente um saber discursivamente contraditório e confuso, ao qual denominamos *atitude*".[79]

Na Europa, a Escola clássica do direito penal e o positivismo criminológico representavam formulações teóricas bastante heterogêneas. No Brasil, porém, a diretriz da defesa social será responsável por fazer essas perspectivas se aproximarem. A retórica criminológica, consolidada antes da construção de um saber técnico dogmático penal, garantiu destaque à defesa social, constituindo o eixo da justificativa pela legalidade.[80]

O superencarceramento atualmente levado a cabo pelo sistema penal brasileiro se relaciona, em grande medida, a discursos permeados pelo eficientismo penal, que se ancora em ideias chaves da defesa social. Aqui, a defesa social e o positivismo se mesclaram de tal forma que a criminologia, vista então como ciência auxiliar do direito penal, teve talvez vínculos genocidas tão ou mais perturbadores que o discurso jurídico.[81]

Entender como se dá o nascimento e a recepção da criminologia positivista no Brasil e na América Latina é fundamental para que se compreenda as práticas genocidas atuais de nosso sistema penal e suas concepções racializadas, calcadas em estereótipos. Em grande parte, a hipótese causal explicativa da criminalidade é construída como resultante da inferiorização racial de índios e negros, que a modernidade assinalou como "outros", por meio da imposição da ideia de superioridade eurocêntrica. O "criminoso nato" lombrosiano encontraria nos selvagens das colônias a demonstração empírica da degeneração de toda uma população.[82]

Se o positivismo criminológico é o saber legitimador da gestão bio e necropolítica de vida e morte na periferia, a criminologia da reação social teve, sobretudo na América Latina dos anos 70, por meio de nomes como Rosa del Olmo e Lola Aniyar de Castro, o grande êxito de cumprir uma função deslegitimante irreversível em relação ao discurso jurídico-penal, demonstrando

79. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 79.

80. PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal*. O debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

81. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

82. RODRIGUES, Nina. *Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1938.

sua falácia e desmentindo a criminologia etiológica, complemento teórico sustentador desse discurso. Daí ser essa nova visão criminológica vista como um "impulso desestruturador" em relação à criminologia positivista.[83]

Em contraposição às formulações causais da criminologia positivista e etiológica, a criminologia da reação social surge como um movimento teórico que busca explicar que a criminalidade não pode ser entendida pelas condições individuais das pessoas tidas como criminosas, mas pela definição da própria criminalidade. Assim, não considera o criminoso como uma entidade natural a ser explicada, mas como realidade social que não é pré-constituída à experiência prática, mas constituída dentro desta experiência, por intermédio de processos de interação simbólica que a caracterizam.

A criminalidade passa a ser entendida como um processo. Desta forma, o comportamento desviante seria aquilo que outros definem (rotulam) como desviante. Não seria uma característica pertencente ao comportamento em si, mas que é atribuída a este comportamento.[84]

Ao afirmar que a criminalidade não tem natureza ontológica, esta nova escola critica o pressuposto fundamental da criminologia positivista, passando a afirmar que a natureza da criminalidade é definida socialmente, relevando o papel do controle social em sua construção. Desta maneira, ocorre uma profunda ruptura epistemológica e metodológica com a criminologia tradicional, um deslocamento do eixo investigativo, antes sobre a pessoa, e, agora, para a reação social que produz a conduta desviante, sobretudo para o sistema penal.

Assim, para a teoria do etiquetamento, mais apropriado que falar em criminalidade (e criminoso) é falar em criminalização (e criminalizado), já que há, na atuação penalizante, a atribuição de um status a determinados indivíduos, que ocorre mediante um processo duplo: a "definição" legal de crime, responsável por atribuir a determinada conduta o caráter criminal (criminalização primária), e a "seleção", responsável por etiquetar e estigmatizar um autor como criminoso dentre todos aqueles que praticaram a mesma conduta (criminalização secundária).[85]

---

83. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia.* O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

84. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

85. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

A criminologia crítica, avançando em relação às concepções da reação social, passa a reconhecer a dimensão do poder no processo criminalizante. Assim, parte da ideia de que a rotulação ocorre por meio da seleção de bens penalmente protegidos, de comportamentos que causam ofensividade a esses bens e de indivíduos que são estigmatizados entre tantos outros que realizam infrações penais, mas acrescenta que isto ocorre de acordo com o sistema socioeconômico. Afirma que esta seleção tem como pressuposto a manutenção da escala vertical da sociedade, das relações sociais de desigualdade que são reproduzidas na construção da criminalidade. O sistema penal e o cárcere têm a função de manutenção da hierarquia social, sendo garantidores da desigualdade e da reprodução das relações sociais desiguais.

Evandro Piza Duarte identifica a existência de três grandes momentos no debate entre a questão criminal e as relações raciais: primeiro, a emergência do paradigma criminal etiológico positivista e sua relação com as teorias raciais (tipos raciais e darwinismo); segundo, o surgimento do paradigma criminológico da reação social e sua compatibilidade com as teorias críticas ao racismo (teorias sociológicas); terceiro, a compreensão sobre a seletividade do sistema penal e o cinismo político da sociedade em relação aos seus efeitos – o que permitiria o silenciamento sobre as causas de genocídios racializados.

O autor entende haver uma compatibilidade entre as mudanças de paradigmas tanto na criminologia como sobre a questão racial. Se, na criminologia, a reação social representou uma virada paradigmática em relação ao positivismo, os estudos sociológicos sobre o racismo representam também uma ruptura, pois passariam a propor o estudo do racismo como processo de exclusão, no lugar do estudo da raça.[86] O crime deixa de ser visto como uma questão biológica e passa a ser visto como uma construção social, da mesma forma que a raça. O criminoso, na verdade, é criminalizado; e a racialização também é uma construção social, não é ontológica.

Segundo Duarte, três momentos marcam o desenvolvimento das teorias raciais: a) o da tipologia racial; b) do darwinismo social; e c) o dos estudos proto sociológicos. O autor comenta que as duas primeiras perspectivas manifestaram-se a partir de pesquisas relativas ao reino biológico e estavam associadas à noção negativa em que o termo raça foi inicialmente empregado, bem como ao surgimento de sua forma derivada, o racismo. Ambas apresentaram o antagonismo interracial como um fato implantado na "natureza" das raças. A terceira

86. DUARTE, Evandro Piza. *Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais*. Salvador: Revista da PUC/UFBA, 2016., apud Banton, 1977.

fase, porém, surge da tentativa de investigadores americanos em formularem explicações sociológicas para aquilo que acreditavam constituir problemas sociais. Assim, os estudos proto sociológicos se associaram à desconstrução da ideologia da desigualdade-inferioridade presente nas teorias antecedentes, tendo sido impulsionado pelos movimentos de emancipação dos grupos sociais racialmente rotulados como inferiores[87].

Duarte, ao estudar as relações entre criminologia e racismo, concluiu que "as teorias sobre o racismo devem conduzir a Criminologia Crítica para uma teoria complexa sobre as relações de poder, superando-se as concepções economicistas da teoria social".[88]

Ainda que grande tenha sido a importância das criminologias da reação social e crítica na desocultação da violência institucional e da reprodução de dor e violência na atuação dos sistemas penais, Vera Andrade nos fala que ainda há páginas a serem escritas pela criminologia latino-americana. Ao realizar uma síntese do que foi a criminologia em nossa região, Vera conclui que o projeto iniciado nos anos 70 tanto escreveu as páginas e promessas libertárias mais importantes da história da Criminologia na América Latina quanto não foi levado às suas últimas consequências, enquanto um projeto coletivo e orgânico, restando, portanto um *script* inacabado.[89]

Tal projeto teria sido interrompido na década de 90, permanecendo suspenso até hoje, restando, de alguma forma, frustradas as expectativas de um projeto criminológico crítico coletivo para a América Latina. Vera, então, nos convoca a resgatar o que chama de "utopia dos anos 1970", ressignificando a resistência num projeto coletivo de busca da brasilidade e latinidade criminológicas.[90]

Buscar a brasilidade criminológica certamente passa por tentar entender nossa formação social e a maneira como o dispositivo crime foi e ainda é usado para a subalternização genocida de índios e negros.

Assim, para a construção de um projeto verdadeiramente coletivo, é importante que busquemos repensar também a criminologia crítica, tensionan-

87. DUARTE, Evandro Piza. *Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais*. Salvador: Revista da PUC/UFBA, 2016.

88. DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

89. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

90. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

do-a a assumir a relevância de questões fundamentais e estruturantes de nossa sociedade, marcada por diferenciações e hierarquizações não só de classe, mas também de raça, gênero, regionais, de orientação sexual, entre outras. A transversalidade das lutas de resistência contra a opressão estrutural não pode, porém, levar a uma fragmentariedade, mas deve fazer pensar sobre a natureza interligada da opressão. A resistência coletiva de que nos fala Vera Andrade deve levar em conta as especificidades de cada grupo subalternizado, e também suas interseccionalidades, o que demanda novas metodologias e rupturas.

O criminólogo nigeriano Biko Agozino afirma que há uma lacuna no pensamento criminológico que ignora as vozes marginalizadas em seu desenvolvimento institucional. Assim, aponta haver uma concentração do conhecimento criminológico não só nos países colonizadores, mas também entre as elites acadêmicas. Em seu entendimento, há a necessidade de promover uma diversidade na teoria criminológica: os criminólogos podem aprender com as lutas das massas e não necessariamente apenas as massas devem aprender com os cientistas criminais.[91] É desta forma que o autor indica os caminhos do que seria uma criminologia contracolonial, para desenvolver uma escola anti-imperialista (já que caracteriza a criminologia como um saber imperialista), considerando a existência de uma crise criminológica no contexto pós-colonial.

Tamari Kitossa, por sua vez, destaca três características que seriam orientadoras da sua proposta de criminologia contracolonial, principalmente relevante em sociedades marcadas por relações coloniais: a) incorporação de questões relativas a raça e representação; b) uma perspectiva que levasse em conta a teoria contracolonial e; c) uma pesquisa orientada por uma metodologia adequada.[92]

Gayatri Spivak, expoente dos estudos pós-coloniais, adverte que o "subalterno colonizado" é heterogêneo. Assim, a atribuição genérica de "outro" e "subalterno" a todos que se localizam no chamado terceiro mundo seria também uma violência epistêmica, por não levar em conta as especificidades e o local de fala de cada um dos sujeitos. A expressão "subalterno" não pode, segundo Spivak, ser usada para fazer referência a qualquer sujeito marginalizado, mas

91. AGOZINO, Biko. Imperialism, crime and criminology: towards the decolonization of criminology. *Crime, law and social change*, 41: p. 343-358, 2004.

92. KITOSSA, Tamari. Criminology and colonialism: counter colonial criminology and the Canadian context. *The Journal of Pan African Studies*, v. 4, n. 10, p. 204-226, 2012.

àqueles cuja voz não pode ser ouvida. O termo "subalterno" descreveria "as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante".[93]

Sobre o "local de fala", é importante pontuar, com Patricia Hill Colins, que tal conceito não se situa a partir do indivíduo emissor da fala, mas diz respeito ao local de determinados grupos sociais, a partir de experiências historicamente compartilhadas, produtoras de ações, resistências e conhecimentos que devem ter tanta potencialidade discursiva quanto o conhecimento produzido por qualquer outro grupo social.[94] No caso da criminologia crítica, por questionar formas de exercício de (saber-) poder penal dirigidos aos subalternizados, pensamos, inclusive, que as formulações propostas por grupos subalternizados podem ser ainda mais instigantes que as de outros grupos sociais, dada sua potencialidade contra-hegemônica.

Assim, ainda que a criminologia crítica latino-americana tenha tido papel fundamental no desvelamento da atuação seletivamente racista de nossos sistemas penais, o lugar de fala de sujeitos historicamente racializados – e, por isso mesmo, simbólica e violentamente apartados dos locais meritocráticos de produção de saber-poder – enquanto grupo, vem sendo reivindicado dentro da própria criminologia crítica.

Felipe Freitas, nesse sentido, coloca "novas perguntas para a criminologia brasileira", apontando que as "constatações do perfil racializado das vítimas ou dos clientes preferenciais do sistema penal não foram suficientes para promover uma qualificada aproximação entre a criminologia crítica e as agendas do movimento negro e suas denúncias sobre o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira".[95]

O criminólogo baiano entende que a produção criminológica crítica brasileira esteve pouco aberta às contribuições do pensamento negro, assim como do pensamento feminista e de outros grupos subalternizados, ao se utilizar da ideia de classe como macrocategoria explicativa dos fenômenos no âmbito da justiça criminal, dos processos criminalizadores e das dinâmicas seletivas do sistema punitivo. Assim, Freitas conclui que a crítica criminológica brasileira não teria

93. SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

94. COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. Nova Iorque: Routledge, 2000.

95. FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

chegado a suas últimas consequências, principalmente porque o reconhecimento dos negros como "vítimas" não foi acompanhado do processo de reconhecimento dos negros como sujeitos. A pequena quantidade de livros e publicações que problematizem a questão estrutural racial e sua imbricação com a questão criminal, a baixíssima representação de criminólogos negros em congressos na área e a dimensão meramente declaratória de que os negros morrem mais seriam, segundo o autor, apenas alguns dos exemplos de que a crítica não teria se aprofundado, e, em outros aspectos, teria gerado novos privilégios.[96]

Leonardo Ortegal propõe uma perspectiva teórico-metodológica que traga a categoria raça e a produção do racismo para o centro do debate criminológico. O autor entende que, no processo de incorporação do debate racial, a criminologia crítica necessita realizar um movimento de autocrítica, verificando qual importância a questão racial tem recebido em meio a suas ocupações temáticas. Mais do que isso, o autor propõe como imprescindível que a crítica criminológica realize o movimento de "virada criminológica", descrito por Juarez Cirino dos Santos no processo de consolidação da criminologia crítica, em que se verificaria "uma mudança não apenas no objeto, mas também no método, e, consequentemente, nas categorias analíticas priorizadas e nas chaves interpretativas da realidade estudada".[97]

Assim, Ortegal sugere a necessidade de novas "viradas" criminológicas, novas inflexões dentro da própria criminologia crítica: da virada de gênero à virada racial, na qual a temática racial mereceria incorporação não apenas sob a perspectiva de objeto de pesquisa, mas como um pilar metodológico e epistemológico, localizando a raça como categoria analítica para compreensão da realidade.

A incorporação da questão racial da maneira colocada por Ortegal e Freitas vai no sentido do que é proposto por Spivak quanto à sua inquietação sobre a possibilidade de fala do subalterno. Por isso, entendemos que a abertura da criminologia crítica a novas metodologias e epistemologias poderia nos fazer ver mais profundamente a maneira pela qual a atual necropolítica penitenciária brasileira é resultado de um saber-poder criminológico colonizado. A legitimação da universidade como uma das agências do sistema penal perpassa pela orientação de um saber-poder técnico burocrático às agências judiciais, na

96. FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS,* Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

97. ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: Contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS,* Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

produção do sujeito criminalizado. O epistemicídio não só gera, mas potencializa a imbricação entre seletividade e racialização: a seletividade é racializada e o racismo é elemento estruturante da operatividade do sistema penal brasileiro e na produção de mortes. A relação entre massacre e burocracia é naturalizada na atuação racista institucional.

6. Considerações finais

A partir da discussão sobre a necessidade de novas viradas criminológicas e de novas rupturas epistemológicas no interior da própria criminologia crítica, propomos o seu encontro com o pensamento pós-colonial, para que, atenta ao genocídio silenciado e legitimado ideologicamente por meio da pretensa neutralidade da atuação do sistema de justiça criminal, possa ser apta a salvar vidas humanas[98] que, porém, não contam como vidas. Ouvir a palavra dos mortos, como propõe Zaffaroni, deve também englobar a busca no sentido de ouvir a palavra daqueles que podem ser mortos; daqueles que são subalternizados pelo processo de racialização, inclusive acadêmico-criminológico. A criminologia acadêmica ainda é um lugar de branquidade que deve ser subvertido e que deve ser tensionado a assumir outras perspectivas. Spivak nos fala do lugar incômodo do intelectual que julga poder falar pelo outro. Com ela entendemos que nenhum ato de resistência pode se dar em nome de alguém, exatamente porque julgar poder falar pelo outro também é reproduzir estruturas de poder e opressão, mantendo os sujeitos subalternizados silenciados, sem que se garantam espaços onde possam falar e, o mais importante, que se garanta que sejam ouvidos. Fundamental, portanto, seu alerta sobre o perigo de constituição do outro e do subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam falar pelo outro.[99]

Precisamos ter em mente que o lugar de enunciação não é marcado apenas por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial. É também marcado por hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais, regionais, dentre outras. É desta forma que novas rupturas epistemológicas, no seio da própria criminologia crítica, certamente evitariam novos epistemicídios, novas destruições de saberes e de seres humanos.

98. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos:* Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

99. SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar*? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Assim, é necessário questionar o domínio branco também na criminologia crítica; desnaturalizar o fato de que somos uma maioria branca escrevendo "sobre negros", para que o processo de desocultação da necropolítica e do genocídio racializado ganhe novas matizes e permita novos caminhos.

A experiência constrói os sentidos daquilo que vivemos e pensamos. Temos, por fim, que o adjetivo "crítica" deve se entendido no sentido de um movimento de desfamiliarização, assentada no pensar e no agir. A crítica não significa somente dizer que as coisas não estão bem como elas estão. Consiste em algo mais: ver sobre quais tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensar adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceitam. A crítica deve poder consistir em liberar o pensamento e possibilitar ensaiar sua mudança: mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se pensa; fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais.

7. Referências bibliográficas

AGOZINO, Biko. Imperialism, crime and criminology: towards the decolonization of criminology. *Crime, law and social change*. 41, 2004.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema Penal Máximo X Cidadania Mínima:* Códigos de Violência na Era da Globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BARATTA, Alessandro. *Direitos humanos:* entre a violência estrutural e a violência penal. Fascículo de Ciências Penais. Porto Alegre, n. 2, 1993, v. 6.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARATTA, Alessandro. *Fundamentos do Direito Penal Mínimo*. Para uma teoria dos Direitos Humanos como objeto e limite da lei penal. Florianópolis, 2003. Disponível em [http://danielafeli.dominiotemporario.com/doc/alessandro%20baratta%20principios%20de%20direito%20penal%20minimo.pdf]. Acesso em: 19.09.2016.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. O positivismo como cultura. In.: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e Perspectiva Negra*. Estado e Sociedade, v. 31, n. 1.

BOITEUX, Luciana; PÁDUA, João Pedro. *A desproporcionalidade da lei de drogas:* os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de

Janeiro: CEDD – Coletivo de Estudos Drogas e Direito, 2013. Disponível em: [http://www.wola.org/sites/default/files/Drug%20Policy/Artigo%20desproporcionalidade %20Brasil_rev.pdf]. Acesso em: 29.06.2016.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf]. Acesso em: 15.04.2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. Nova Iorque: Routledge, 2000.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Resolução da Corte IDH de 21.09.2005. *Medidas Provisórias a respeito da República Federativa do Brasil*. Caso da Penitenciária Urso Branco. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/urso_se_05_portugues.pdf]. Acesso em: 16.01.2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 14.11.2014. *Medidas Provisórias a respeito do Brasil*. Assunto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/pedrinhas_se_01.pdf]. Acesso em: 16.01.2017.

DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia e racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Evandro Piza. *Paradigmas em Criminologia e Relações Raciais*. Salvador: Revista da PUC/UFBA, 2016.

DUARTE, Evandro Piza. *Ensaio sobre a Hipótese Colonial:* Racismo e Sistema Penal no Brasil. Brasília: Saraiva, 2017.

DUSSEL, Enrique. *1492:* O Encobrimento do Outro. A Origem do "mito da modernidade". Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London: Longman, 1989

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975/1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS,* Salvador, n. 238, 2016.

GIGENA, Andrea Ivanna. *Lecturas poscoloniales y decoloniales de la analítica foucaultiana para el análisis en contextos de herencia colonial*. Confluenze - *Rivista di Studi Iberoamericani*. v. 3, n. 2, 2011.

KITOSSA, Tamari. Criminology and colonialism: counter colonial criminology and the Canadian context. *The Journal of Pan African Studies*, v. 4, n. 10, 2012.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011.

MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* [Infopen]. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf]. Acesso em: 22.06.2015.

MIRANDA, Isabella. *A necropolítica penitenciária brasileira*. Disponível em: [http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/17/necropolitica-penitenciaria-brasileira/]. Acesso em: 22.04.2017.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Por uma vida descolonizada:* diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade, 2010 (Tese de Doutorado).

OLMO, Rosa Del. *A América Latina e sua Criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: Contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS,* Salvador, n. 238, 2016.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal*. O debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

RODRIGUES, Nina. *Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1938.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TURE, Kwame; CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. *Black Power.* The Politics of Liberation. Nova Iorque: Random House, 1967.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos*: Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais, de Salo de Carvalho – *RBCCrim* 104/279-303 (DTR\2013\9088);
- Formação do sistema penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade, de Evandro Piza Duarte – *RBCCrim* 130/203-235 (DTR\2017\659); e
- O genocídio e o crime de genocídio, de Geraldo Minuci – *RBCCrim* 83/299-321 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 6/645-666 (DTR\2010\298).

Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910)

Criminalization of vagrancy in the first republic: the criminal justice system as a mean of control of the black population (1900-1910)

João Guilherme Leal Roorda

Doutorando em Direito pela UERJ (2017). Mestre em Direito pela UERJ (2014-2016).
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ (2008-2013).
joaolroorda@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão do autor: 18.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O presente trabalho decorre de pesquisa histórica realizada a partir de processos de criminalização da contravenção da vadiagem na Oitava Pretoria Criminal do Distrito Federal entre os anos 1900 e 1910, momento de consolidação do regime republicano. Foram, no total, analisados 63 processos encontrados no acervo da Pretoria no Arquivo Nacional. O objetivo da pesquisa foi compreender a funcionalidade real da atuação concreta das agências que compõem o sistema penal na repressão da contravenção da vadiagem. Após expor alguns achados da pesquisa, apresento o discurso científico dominante no Direito Penal da época, o positivismo criminológico, modalidade de racismo científico, com toda a sua potência genocida. Voltando à contravenção da vadiagem, busco demonstrar a indistinção semântica entre as palavras *vadio* e *liberto*. Concluo com a hipótese de que a atuação concreta do sistema punitivo do início da república estava voltada para o controle da circulação da população negra da cidade.

Abstract: The following paper is the result of a historical research of the criminal lawsuits of vagrancy in *the 8ª Pretoria Criminal do Distrito Federal* between 1900 and 1910, moment of consolidation of the republican regime. In total, I analysed 63 lawsuits found in the *Arquivo Nacional*. The research purpose was to understand the real functionality of the agencies that compose the criminal justice system in the repression of vagrancy. After exposing some findings, I present the dominant scientific discourse in Criminal Law at the time, the criminological positivism, a form of scientific racism, with all its genocidal potency. Back to the vagrancy contravention, I try to demonstrate the indistinction between the words *vadio* and *liberto*. I conclude with the hypothesis that the punitive system of the beginning of the republic was the control of the circulation of the black population in the city.

Roorda, João Guilherme Leal. Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 269-306. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

Palavras-chave: Vadiagem – Positivismo criminológico – Primeira República – Rio de Janeiro – Racismo institucional.

Keywords: Vagrancy – Criminological positivism – First Republic – Rio de Janeiro – Institutional racism.

Sumário: 1. Introdução. 2. Vadios em Santana. 3. O positivismo criminológico: versão brasileira e racismo científico. 4. Vadios e libertos. 5. A título de conclusão: a vadiagem e o controle da população negra. 6. Referências.

1. Introdução

Nininha não conseguia pegar no sono.

(…) Entronchada junto da irmã, ficava imaginando o Bota-Abaixo.

(…) Sentiu que a irmã estava acordada.

— Perdeu o sono Melinha?

— Perdi. E você, porque não dorme? É o gato outra vez?

— Não, esta noite não. É. É… O Bota-Abaixo! Sonhei que eu virava tanajura, ele vinha e plim! Com um peteleco me jogava dentro da frigideira.

— Como era a cara dele? – perguntou Amélia, ajeitando-lhe o travesseiro.

— Não tinha. Só usava picareta. E estava coberto de pó.

— Nininha, o Bota-Abaixo é o apelido do Prefeito – explicou a irmã mais velha, com toda a paciência. Ele vai ter de derrubar a nossa casa como derrubou as outras." (SANTOS, 2006, p. 35-36).

No diálogo acima, extraído de *Quatro dias de rebelião*, narrativa ficcional de Joel Rufino dos Santos sobre a Revolta da Vacina de 1904, Amélia explica a sua irmã mais nova, Nininha, quem era o tal Bota-Abaixo que aterrorizava a menina. "É o apelido do Prefeito", diz ela. O prefeito da época, sabe-se, era Pereira Passos, engenheiro nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves para modernizar a então Capital Federal. O resultado de sua gestão foi a remoção de cerca de 20 mil pessoas entre 1902 e 1906, em especial nas regiões centrais da cidade.

O projeto urbanístico de Pereira Passos foi impulsionado pelo então Presidente da República, o doutor Rodrigues Alves, que julgava necessária a reforma da então Capital Federal para a promoção do comércio internacional do país. Nesse sentido, a reforma promovida pelo prefeito Pereira Passos não esteve desacompanhada das demais instituições em funcionamento no Rio de Janeiro. Articulava-se perfeitamente, por exemplo, com o projeto sanitarista

de Oswaldo Cruz, e esteve devidamente amparada pela atuação concreta da polícia da cidade.

A partir da posse do novo prefeito, o número de processos pela prática da contravenção de vadiagem disparou. O acervo de processos da Oitava Pretoria[1] é um exemplo interessante. Relativos a 1901, existem 12 processos disponíveis para consulta. Em 1902, são 38. No ano seguinte, primeiro ano completo da prefeitura de Pereira Passos, o número sobe para 95. Finalmente, em 1904, o ano de maior tensão social, o número salta para 277.

Quem eram essas pessoas detidas e processadas pela contravenção de vadiagem? Eram evidentemente pobres, dado que não possuir "meios de subsistência" era um dos requisitos objetivos do tipo penal previsto no artigo 399 do primeiro Código Penal republicano. Eram, também, como bem constatou Olivia Gomes da Cunha (2002, p. 479), "quase todos pretos".

A criminologia de base crítica há muito vem sustentando que uma das características centrais do sistema criminal é a sua seletividade. De origem europeia, esta criminologia trabalha – principalmente em obras como *Punição e estrutura social*, de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, e *Cárcere e Fábrica*, de Dario Melossi e Massimo Pavarini – com a articulação entre sistema penal e modo de produção capitalista, extraindo daí a utilidade do sistema penal na repressão, desmobilização e despolitização das classes trabalhadoras.

Na realidade brasileira, no entanto, se o diagnóstico dessa criminologia crítica não é de todo equivocado, ele é, no mínimo, insuficiente. Por aqui, o sistema penal e todas as agências que o compõem podem e devem ser caracterizados como instrumentos a serviço do Estado enquanto promotor do "terror racial".

Do meu ponto de vista, o exemplo da criminalização da vadiagem no período inicial da República apresenta um aspecto privilegiado para promover esse aprofundamento. Na virada do século XIX para o século XX, o pensamento criminal oficial, tal qual o pensamento social brasileiro em geral, estava defini-

1. Pretoria responsável pelo julgamento das contravenções que ocorressem na freguesia de Santana. Essa freguesia englobava os atuais bairros da Cidade Nova e Santo Cristo, bem como a região da Central do Brasil. Tratam-se de regiões que, à época – e ainda hoje – eram predominantemente habitadas pelas classes populares, em grande maioria os negros. Dentro da sua área territorial, encontrava-se a região da Praça 11 de Junho, destruída quando da construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, o morro da Providência, "A Favela" como ainda era conhecida, a Praia Formosa e o Campo de Santana (Praça da República). Todos locais historicamente marcados pela forte presença da cultura negra e das classes populares.

tivamente marcado pelo racismo científico. De outro lado, a criminalização da vadiagem fundava-se no medo branco dos negros libertos.

O presente trabalho é parcialmente baseado em pesquisa realizada no acervo de processos da Oitava Pretoria Criminal, localizado no Arquivo Nacional. Essa pretoria era responsável por julgar as contravenções penais – entre as quais a contravenção de vadiagem – que ocorressem na então Freguesia de Santana. Foram analisados, ao todo, 63 processos envolvendo dez diferentes personagens, cinco homens e cinco mulheres, que reiteradamente foram selecionados pelos agentes policiais para passarem um breve período na Casa de Detenção.

O objetivo é compreender as dinâmicas do funcionamento do sistema de justiça criminal no início da República, em um momento de acentuada tensão urbana, compreendendo o racismo como elemento central na seletividade do sistema penal brasileiro, e não apenas acessório ou incidental, como tradicionalmente a criminologia crítica trabalhou.

A esta introdução seguem quatro partes. Inicialmente, exponho brevemente algumas histórias de "vadios", bem como fluxos e ausências nos processos pesquisados. Em seguida, ao investigar o discurso científico dominante no Direito Penal da época, depara-se com o positivismo criminológico como discurso de forte influência política, discurso este completamente contaminado pelo racismo científico do *fin de siècle* e toda a sua potência genocida. Depois, voltando à contravenção da vadiagem, me detenho sobre uma indistinção semântica entre as palavras *vadio* e *liberto*. Por fim, a título de conclusão, formulo a hipótese de que a atuação concreta do sistema punitivo do início da República estava voltada para o controle da circulação da população negra da cidade.

2. Vadios em Santana

Vicente Rodrigues Pereira, vulgo "Bexiga", filho de Horácio Rodrigues Pereira e Maria Joana de Jesus, de cor parda e instrução "rudimentar" (AN, 0R 5201; 0R 6180), "sujeito perigoso, capoeira e desordeiro conhecido"[2], é, de todos os personagens pesquisados, aquele que apresenta o maior número de passagens pela Casa de Detenção, e não apenas por vadiagem, mas também por ofensas físicas e capoeiragem.

Às nove horas da noite do dia 28 de julho de 1904, Bexiga foi preso por Juvencio de Andrade, inspetor de polícia, na Praia de Formosa[3], por vagabun-

2. Jornal do Brasil, 16 de maio de 1902 (ed. 136), p. 2.

3. Na região da estação ferroviária da Leopoldina.

dagem e encaminhado à Delegacia de Polícia da Nona circunscrição. Afirmou o inspetor ser o acusado "vagabundo e gatuno conhecido, o qual não tem profissão, ofício ou qualquer meio em que ganha a vida", que não possui meios de subsistência, nem domicílio certo em que habite. Disse, ainda, saber que o acusado possuía diversas passagens pela Casa de Detenção. (AN, 0R 3595).

Após a qualificação do acusado, passou-se a interrogar as testemunhas Raphael Sapienza, italiano de 30 anos, e Avelino Fernandes, "hespanhol" de 35 anos. Aos costumes nada disseram. Afirmaram, ambos, ser Bexiga "vagabundo, desordeiro e gatuno conhecido". Afirmaram a negativa de emprego e domicílio de Vicente. Ademais, disseram saber que o acusado possuía diversas passagens pela Casa de Detenção.

Passada a palavra para o acusado, nas duas ocasiões contestou os depoimentos por não serem verdadeiros. As testemunhas rebateram confirmando os depoimentos por serem eles verdadeiros. Interrogado o acusado, afirmou possuir trabalho e endereço. Tal qual acontece na maioria dos processos pesquisados, nenhuma palavra de interesse sobre a vida do acusado. Nada que pudesse comprometer a acusação.

O processo estava, assim, perfeitamente montado: Duas testemunhas, mínimo de suporte probatório necessário para a condenação dos acusados[4], com depoimentos essencialmente idênticos, e cumpridas todas as regularidades formais. Eventual contradição entre as testemunhas poderia levar à absolvição, bem como irregularidades formais no seu depoimento (ausência de menção aos costumes; não concessão da palavra ao acusado para defesa).

Ou quase: Não foi feita a identificação criminal e a remessa, pelo gabinete de identificação, da folha de antecedentes. Tivesse sido cumprido esse passo, teriam constatado que Vicente Rodrigues já possuía dez passagens pela casa de detenção, a grande maioria das vezes tendo saído por ordem do próprio delegado ou, ainda, por ter sido absolvido. No entanto, foi condenado ao menos uma vez, em 1902, pela contravenção de vadiagem (AN, 0R 5201).

4. A legislação que regulava o procedimento penal das contravenções estabelecia que seriam ouvidas duas ou três testemunhas. Não deixa de ser curiosa, no entanto, essa certa continuidade no número de depoimentos necessários para a condenação. Segundo Sabadell (2006, p. 120), o Direito Processual do Antigo Regime exigia uma prova plena para a condenação à pena ordinária. Dentre as formas de prova plena estava o depoimento de duas testemunhas oculares de "boa fama", isto é, uma única testemunha é uma meia prova e incapaz de, sozinha, formar um juízo completo de culpa do acusado.

O juiz pretor, considerando o que disseram as testemunhas acerca do réu – isto é, que não possui endereço certo, profissão ou meio de subsistência –, considerando não ter o réu se defendido, em que pese ter sido intimado; e, enfim, considerando não haver circunstâncias agravantes, condenou Bexiga a vinte e dois dias e meio de prisão, isto é, à pena padrão da pretoria[5]. A sentença foi proferida em 12 de agosto, tendo o réu saído da Casa de Detenção em 2 de setembro. Vicente seria preso pelo menos mais dez vezes nos próximos quatro anos (AN, 0R 6180; 0R 6749).

Todos os processos seguem esse mesmo caminho. A mesma história irá se repetir para os vários clientes da Oitava Pretoria. Algumas variações podem ser vistas. Em alguns casos há apresentação de resposta escrita pela defesa, ora contestando as acusações, ora produzindo provas É o caso da declaração escrita de um médico, afirmando ser a acusada submetida ao pátrio poder, mas majoritariamente buscando impugnar a regularidade processual. Raramente havia testemunhas de defesa. O que se destaca, entretanto, é que os interrogatórios dos detidos e das "testemunhas de acusação" são impressionantemente regulares. As testemunhas, frequentemente funcionários públicos ou empregados do comércio, ou, ao menos, assim identificados, afirmam sempre conhecer o acusado e saber, "de sciencia própria" que não possui domicílio certo, profissão ou meio de subsistência.

O que, no entanto, variava com bastante frequência é o resultado do processo. A lógica das absolvições, condenações e anulações dos processos não é bastante clara. Para um mesmo acusado, dentro de um mesmo ano, o resultado variava. Às vezes o acusado apresentava, em sua defesa, alegação que o juiz pretor entendia suficiente para afastar a acusação. Às vezes ele identificava por conta própria alguma nulidade: o acusado não foi ouvido, as testemunhas não responderam aos costumes, etc.

Um mesmo acusado podia, em processos diferentes, ter soluções diferentes para seu processo, o que, a princípio, pode parecer estranho, dado que a contravenção de vadiagem criminaliza o estilo de vida do acusado, que, mesmo não tendo meio de subsistência, recusa-se a trabalhar e segue sem domicílio. Duas carreiras que serão a seguir ilustradas são exemplos de pessoas que foram reiteradamente presas até que finalmente condenadas pela contravenção.

Um dos carreiristas fiéis do Sistema Penal e da Casa de Detenção era Quintino Emiliano de Oliveira, vulgo "Moleque Quintino", "reputado desordeiro"

5. Equivalente à média aritmética entre a pena mínima (15 dias) e máxima (30 dias), previstas para a contravenção de vadiagem.

(AN, 0R 3567), e "vagabundo impenitente" (AN, 0R 4565). Filho de Emiliano de Oliveira e Virgiliana Maria da Conceição, de "cor preta" e "instrução nulla", foi preso em flagrante em 26 de novembro de 1906, na Estação Marítima[6], onde, por volta de uma hora da madrugada, encontrava-se dormindo ao relento. Segundo informações do processo, tinha 21 anos[7].

O inspetor Augusto Cordeiro da Silva, que realizou a prisão, e as testemunhas que trouxe consigo, Antônio da Costa e Silva e Romulo Cumplido, afirmaram todos que, "de sciencia própria", sabem ser Quintino vagabundo, não ter meios de subsistência ou domicilio onde resida. E mais não disseram; nem o que um funcionário público morador de Copacabana ou um empregado do comércio morador da Rua do Lavradio faziam na Estação Marítima à uma da madrugada.

Seguindo o procedimento legalmente previsto, foi dada a palavra ao detido para se defender: negou, disse que não é vagabundo, que tem trabalho. No interrogatório, nada foi mais bem esclarecido. As perguntas são todas direcionadas para a instrução do procedimento. Qualificação e possível impugnação das testemunhas. A resposta é seca, ou é secamente documentada. Para além da identificação do preso (nome, idade, filiação), nenhum interesse na sua vida. O que é curioso para um processo que o visa condenar por seu modo de vida improdutivo. Quando foi processado por capoeiragem (AN, 0R 3567), diga-se, há referência a ele ser servente de pedreiro. Aqui, se diz apenas "trabalhador e sério".

Devidamente interrogado, os autos são remetidos ao pretor, autuados na pretoria em 30 de novembro, apenas quatro dias depois da prisão. Intimado para apresentar resposta em 24 horas, não o fez. Em 15 de dezembro, "vistos e examinados" os autos, o juiz pretor, considerando o que disseram as testemunhas em sede policial, considerando que o acusado não ofereceu resposta e considerando ser reincidente no tipo vadiagem, foi condenado a ficar por dois anos na colônia correcional de Dois Rios. Em 18 de janeiro de 1907, foi transportado para a colônia com oito outros sentenciados (AN, 0R 5816)[8].

6. Estação Marítima da Estrada de Ferro Central do Brasil, atual Cidade do Samba, aos pés do morro da Providência.
7. Uma reportagem da *Gazeta de Notícias* de 1º de agosto de 1917 (edição 212) dá conta de que um nacional de cor preta, de 29 anos, chamado Quintino Emiliano de Oliveira tinha sido ferido com faca no morro do Pinto. Não é possível afirmar com certeza se tratar da mesma pessoa, mas se o for, e o jornal estiver correto, em 1906, Quintino teria 18 anos.
8. A folha de antecedentes encontrada no documento de dotação 0R 8235, no entanto, informa que sua saída para a colônia foi em 18 de maio, não janeiro.

Não foi, evidentemente, a primeira vez em que fora preso. Já possuía uma condenação anterior, em sentença datada de 16 de dezembro de 1905, exatamente um ano antes. Na ocasião, foi preso em 8 de dezembro por "perambular àquela hora", às nove e meia da noite, na Rua do Santo Cristo. Foram ouvidas, como de costume, duas testemunhas, desta vez negociantes portugueses, que confirmaram conhecer Quintino e saber ser vagabundo. Não tendo apresentado defesa, Quintino foi condenado à pena padrão: vinte e dois dias e meio (AN, 0R 4105).

A condenação coroava o trabalho policial que, enfim, conseguia tal sentença para Quintino. Antes, já havia sido preso três vezes, sempre pela contravenção de capoeiragem, com absolvição em todas elas. A última foi em 20 de outubro de 1904, quando foi apreendido por Henrique Antonio da Rocha, às sete horas da noite, no Morro da Providência, quando teria "agredido uma mulher a quem ameaçara se este depoente (Henrique) não efetuasse a tempo a prisão do acusado" (AN, 0R 3567). A tal mulher nunca foi ouvida, e outro agressor teria fugido. A defesa alegou falta de provas, tendo o juiz pretor concordado, absolvendo Quintino.

Três prisões por capoeiragem/desordem, três absolvições. A polícia parece, então, ter mudado de estratégia, transformando o "reputado desordeiro" em "vagabundo impenitente". A estratégia foi bem sucedida, com três condenações seguidas, a última ocorrida em maio de 1911, com pena de vinte e dois dias e meio de prisão.

Também com Graziela Maria do Espírito Santo foram necessárias várias tentativas para conseguir, enfim, a sua condenação. A sua primeira apreensão ocorreu à Rua Frei Caneca, em 17 de janeiro de 1906, quando foi qualificada como Braziela Maria. O condutor, Olympio de Medeiros, afirmou à época, que já a havia prendido mais vezes (AN, 0R 4758). Não há, entretanto, qualquer registro de prisão anterior a esta data. Foram ouvidas duas testemunhas que confirmaram ela ser "vagabunda conhecida".

O processo foi, no entanto, julgado nulo, em sentença proferida em 26 de janeiro. O juiz considerou que as testemunhas não haviam sido devidamente qualificadas, eis que não responderam aos costumes. Além disso, não foi dada a oportunidade de Graziela contestar os testemunhos. Não eram ainda tempos de *pas de nulité sans grief*. A acusada foi, então, solta no dia seguinte.

Em 28 de março do mesmo ano, Graziela foi presa junto com Maria de Oliveira, na Rua General Pedra[9], mas o processo foi julgado nulo, eis que a con-

9. Rua localizada na região da antiga Praça Onze de Junho.

travenção de vadiagem não admitiria coautoria (AN, 0R 4884). Pouco menos de três meses depois, em 13 de junho, a "conhecida vagabunda" foi novamente presa, no mesmo local. Não havendo outra acusada, e sendo as testemunhas corretamente qualificadas, Graziela foi condenada a 22 dias e meio (AN, 0R 4788). A polícia havia aprendido como proceder corretamente.

Ou talvez não: No ano seguinte, em 6 de março de 1907, foi novamente presa, desta vez quando estava na Rua Senador Euzébio, "por ser a mesma vagabunda conhecida (…) provocando tumultos e desordens" (AN, 0R 5575). As testemunhas Julio da Fonseca e Valentino dos Santos, ambos qualificados como portugueses e "empregados no comércio", afirmaram que Graziela era "vagabunda incorrigível". Os depoimentos são bastante parecidos. No entanto, divergem em um ponto: a primeira testemunha afirma que a prisão ocorreu na Rua Senador Euzebio; a segunda, na Rua General Pedra.

Vistos e examinados os autos, a divergência foi observada pelo juiz em sua sentença. Além disso, Graziela apresentou defesa, em que juntou declaração de um médico, doutor Joaquim Mattos, atestando possuir, ela, endereço certo. O mais interessante, no entanto, é notar como o juiz considerou problemáticos os depoimentos do presente processo, pelas testemunhas não "deporem circunstanciadamente todos os requisitos da contravenção de que acusão a ré" (AN, 0R 5575).

Os depoimentos, entretanto, são idênticos a todos os demais em cada um dos processos analisados. A falta de detalhes nos depoimentos, via de regra, não era considerada pelo mesmo juiz em suas sentenças para absolver os acusados. Neste processo, no entanto, a acusação foi julgada improcedente.

Graziela foi solta em 14 de abril, 39 dias depois de sua prisão (AN, 0R 8139). No mesmo ano, mais uma prisão, em 14 de agosto. O processo foi julgado nulo, desta vez pelo fato de Graziela ter demonstrado ser menor de idade, em sua defesa, e estar sob a responsabilidade de um curador (AN, 0R 5695). Foi solta em 4 de setembro, depois de 21 dias presa (AN, 0R 8139).

No ano seguinte, mais três prisões: Em 27 de abril foi presa por Manoel Bernardino de Moraes, às 10 da manhã na Rua Senador Euzébio, onde a "vagabunda conhecida vagava sem destino". Graziela negou a acusação, afirmando ter profissão de cozinheira. Novamente se defendeu alegando ser menor de idade. O juiz, acatando a sua defesa, julgou novamente nulo o processo (AN, 0R 6356). Foi solta em 17 de maio.

No entanto, Graziela não teve a mesma sorte na prisão seguinte. Em 5 de julho, quando "vagava sem destino", às 11 da noite, pela Praça da República. Na ocasião, Graziela negou ser vagabunda, afirmando ter profissão de cozi-

nheira e residir na Rua da Lavradio, número 48. Não adiantou: em 4 de agosto foi condenada a 22 dias e meio de prisão (AN, 0R 6353). Dois dias depois foi solta (AN, 0R 8139).

Por fim, em 23 de setembro de 1908, menos de dois meses de sua soltura, Graziela foi presa novamente na Praça da República. Já tendo sido anteriormente condenada, no mesmo ano, desta vez recebeu, como punição, exílio, por dois anos, na Colônia de Dois Rios, na Ilha Grande. Apelou da decisão para o juiz da Vara Criminal, que, sem dar muitas razões, reduziu de dois anos para seis meses o tempo de internação (AN, 0R 6772). Em 13 de abril de 1909, foi solta.

Graziela teria, ainda em 1909, mais duas passagens pela Casa de Detenção. Os processos não foram localizados no Arquivo Nacional. No entanto, no documento de notação 0R 8139, é possível verificar que em ambas as ocasiões a acusação não foi considerada procedente. Na primeira vez, foi presa em 24 de abril e solta em 2 de junho, após ter sido julgado nulo o processo; em seguida, foi presa no dia 20 de agosto, pouco mais de dois meses depois, tendo sido inicialmente condenada e depois absolvida pela Corte de Apelação, tendo sido solta em 20 de novembro, exatos três meses depois de sua prisão.

As histórias relatadas representam o padrão de como se desenrolavam os processos de apuração das contravenções penais. Todas elas seguem o mesmo fluxo: Inicia-se com o auto de prisão em flagrante, quando o policial condutor irá especificar o local e horário da prisão, além de afirmar que o acusado não possui ofício nem profissão, nem qualquer outro meio de subsistência, nem domicílio certo onde habite. Todas essas circunstâncias estão sempre presentes no depoimento do condutor.

Em seguida, qualifica-se o acusado que, por vezes afirma possuir profissão e domicílio, por vezes, não. O certo é que nunca sabe ler ou escrever. Quase sempre é "preto" ou "pardo". Após, qualificam-se e ouvem-se as testemunhas, invariavelmente duas, que irão atestar terem assistido à prisão e saberem "de sciencia própria" que o acusado é vagabundo, não tem profissão, meio de subsistência ou domicílio. Fato curioso é que apenas raramente as testemunhas não são qualificadas como empregados do comércio ou empregados públicos.

Seguindo o rito, ao réu é dada a oportunidade de se defender, encerrando-se o auto de prisão em flagrante. Em seguida vem o interrogatório. As perguntas seguem um roteiro. Qual o nome? De onde é natural? Onde vive? De quem é filho? Tem profissão ou meio de vida? A que atribui o presente processo? Nada verdadeiramente esclarecedor sobre a vida do acusado, em um processo que visa o condenar por seu modo de vida.

Segue o processo para a Pretoria, quando o acusado é intimado para apresentar defesa no prazo de 48 horas. As defesas são relativamente comuns, mas não constituem a regra. Em geral são curtas e muito próximas ao que hoje se chama de defesa por negativa geral. Digna de nota é a defesa apresentada por Manoel Rodrigues de Mattos (AN, 0R 7376). Com três páginas de extensão, é a mais longa defesa encontrada. Além disso, o advogado subscritor afirma haver perseguição policial ao acusado: "as testemunhas que nelle (o processo) depuseram são agentes que, para mascarar as indecentes farça e procurar illudir a bôa fé dos Exmos. Juízes julgadores do processo, figuram nos autos como empregado do commercio ou publico".

Não há elementos anexados à defesa que permitem constatar a veracidade do alegado pela defesa de Manoel. Como dito, a imensa maioria das testemunhas ouvidas nos processos eram qualificadas como empregados do comércio ou funcionários públicos. A acusação da defesa levanta dúvidas sobre a veracidade de todos os processos, no entanto, ela não é verificável e não foi considerada pelo juiz em sua sentença.

Ainda assim, Manoel foi absolvido no caso em questão. Uma das testemunhas afirmou que Manoel possuía meios de subsistência. Como sabido desde o *Ancien Régime*, uma única testemunha configura apenas uma meia prova, insuficiente para a condenação. Uma observação relevante: em que pese ter sido absolvido, permaneceu preso por 25 dias, dois a mais que a pena padrão imposta pelo juiz pretor.

O mesmo ocorreu em outras cinco ocasiões em que foi preso e absolvido, ou o processo foi julgado nulo. Nessas ocasiões ficou preso por períodos de 25, 26, 27, 39 e até 51 dias! Por outro lado, quando foi condenado, em janeiro de 1909, Manoel ficou preso por 26 dias.

Essa mesma questão pode ser observada nas demais carreiras: Mesmo com a sua absolvição, Graziela ficou encarcerada, em ambas as ocasiões em que foi presa no ano de 1909, por mais tempo que os vinte e dois dias e meio a que habitualmente eram condenados os processados por vadiagem na Oitava Pretoria Criminal. Esse fato não é, de forma alguma, anômalo. Como visto em sua "trajetória criminal", isto é, por sua trajetória criminalizada, muitas das vezes em que foi absolvida, permaneceu presa por tempo próximo aos 22 dias.

Foi assim nas prisões ocorridas em 6 de março de 1907 (39 dias), em 14 de agosto de 1907 (21 dias) e em 27 de abril de 1908 (21 dias). Além disso, quando foi presa em 5 de julho de 1908, só foi julgada 31 dias depois da prisão. Permaneceu presa por 33 dias, mesmo só tendo sido condenada a vinte e dois dias e meio.

Antes de ser condenado pela primeira vez, em 1905, Quintino Emiliano de Oliveira foi absolvido três vezes. Em todas, aguardou julgamento detido. Na primeira, ficou 36 dias preso; na segunda, cinco; na terceira, 25. Quando, enfim, foi condenado, totalizou 26 dias na prisão.

O já citado Bexiga, em pelo menos três casos, também ficou preso por mais de 22 dias, ainda que absolvido (AN, 0R 6180): nas prisões ocorridas em 17 de maio de 1902 (33 dias), em 23 de fevereiro de 1907 (32 dias) e em 6 de maio de 1907 (56 dias). Com Francisca Alves da Cunha, foram ao menos duas ocasiões (AN, 0R 5971): em 8 de novembro de 1902 (24 dias) e 5 de outubro de 1907 (33 dias).

Absolvições e condenações, portanto, muitas vezes tinham efeitos práticos similares. É evidente que a condenação implica na supressão da condição de primário, e uma segunda condenação resulta no envio para a Colônia Penal de Dois Rios. A esse ponto se voltará posteriormente.

As sentenças são sempre curtas, raramente com mais de duas páginas, muitas vezes com menos de uma, e em geral apenas fazem considerações a elementos colhidos nos processos, sem grandes discursos sobre a vadiagem, sobre debates doutrinários, sobre jurisprudência ou sobre a atuação policial. Cumpridos todos os requisitos formais do processo e materiais da contravenção, dá-se a condenação. Em caso contrário, julga-se nulo o processo ou improcedente a acusação.

Erros formais na qualificação das testemunhas e nas oitivas dos acusados poderiam resultar em anulações dos processos[10]. As nulidades não são sanáveis. O mesmo ocorria se o acusado provasse ser menor de idade e possuísse curador. As absolvições se dão quando as testemunhas não dão depoimentos coerentes (AN, 0R 7376), ou quando não se verificam todos os elementos necessários para configurar a contravenção de vadiagem.

Francisca Alves da Cunha, por exemplo, foi absolvida em 7 de novembro de 1907 pelo fato de as testemunhas não terem confirmado todos os requisitos descritos no artigo 399. De fato, a testemunha Sebastião Fragoso disse que a acusada não tem domicílio, porém, que vive em hospedarias (AN, 0R 5971). Ainda que não esteja claro que essa situação exclua sempre a contravenção, desta vez o juiz considerou suficiente para absolvição.

10. Na edição 949 do jornal *Correio da Manhã*, de 17 de janeiro de 1904, foi publicada matéria denominada "Fome e chibata", sobre abusos cometidos pelo Diretor da Colônia Correcional de Dois Rios. Nessa ocasião, nota o jornal que "o pouco cuidado nos processos de vagabundagem faz com que sejam annulados (…) por preterições das formalidades legaes do inquerito" (p. 2).

O grande fator diferencial da condenação em relação à absolvição é que o torna a pessoa apta a ser processada nos termos do artigo 400, com pena de recolhimento à Colônia Penal. Em tese, a contravenção ali prevista é a quebra do termo assinado pelo réu, em condenação anterior, de que teria ofício no prazo de 15 dias. Ocorre que esse termo nunca foi produzido nos autos do processo como prova da contravenção. Na verdade, esses casos eram processados como contravenções comuns de vadiagem, que eram instruídas por folha de antecedentes do Gabinete de Identificação e Estatística. Havendo anotação de condenação anterior por vadiagem, condena o juiz ao recolhimento na Colônia Penal; não havendo, aos usuais vinte e dois dias e meio.

Vê-se, portanto, que o artigo 400 do Código Penal traz verdadeira hipótese de reincidência e, como tal, esse dispositivo é tratado. Olivia Gomes da Cunha (2002, p. 383) percebe a íntima ligação entre as atividades de repressão da vadiagem, o surgimento das figuras da reincidência criminal e o desenvolvimento do sistema de identificação. De fato, a cada prisão eram recolhidas as impressões digitais do preso na delegacia, em ficha própria, remetida ao Gabinete de Identificação que, com base na comparação dessas impressões, encaminhava a ficha de antecedentes.

O silêncio dos discursos produzidos nos autos sem dúvidas dificulta a busca pelas motivações declaradas e latentes da atuação judicial. O envio dos reincidentes para as colônias de correção teria, por fundamento, segundo o discurso oficial, a disciplina para o trabalho desses condenados. Nem mesmo o tempo de internação era discutido ou justificado na sentença, ou no julgamento da apelação.

A argumentação sucinta e técnica pode sugerir uma hipótese para o funcionamento do Poder Judiciário nesse período: "ainda há juízes em Berlim", ou, no caso, no Rio de Janeiro. O juiz pretor teria visto, como seu trabalho, a contenção do abuso do trabalho policial, requerendo a devida instrução do processo para autorizar a sanção do preso pela contravenção de vadiagem. No entanto, se talvez seja possível que o juiz realmente tivesse pensamento semelhante, um ponto deve ser levado em consideração.

Em "Pena pública e escravismo", Nilo Batista demonstra como a absolvição de um grupo de escravos da acusação de ter matado o seu feitor[11] não foi um desvio de funcionamento do sistema penal. Não foi, também, um momento

11. Os acusados foram condenados por homicídio. No entanto, o júri entendeu que a vítima não era feitor, afastando, assim, a pena de morte, e que não houve ajuste prévio entre os acusados para o cometimento do crime, tornando-o um homicídio simples.

garantista de um sistema, pelo contrário, com esse resultado, o senhor poderia manter os seus escravos, em plena época de desaceleração do tráfico negreiro: "seu prejuízo com o caso se cingira a um feitor, dois advogados e custas processuais de 238$700 réis. O sistema penal funcionara" (BATISTA, 2006, p. 286).

A absolvição ou anulação do processo criminal não significa, necessariamente, uma limitação ao poder punitivo, mas apenas uma forma distinta de gerir o sistema. A prisão cautelar já cumpre, em larga medida, a função de contenção de circulação dos vadios que, como se busca evidenciar a seguir, confundem-se com os negros libertos no contexto do pós-abolição.

3. O positivismo criminológico: versão brasileira e racismo científico

Vera Malaguti Batista (2011) costuma dizer que para entender o discurso criminológico corrente em determinada época é preciso compreender quais são as demandas por ordem então em voga. Isso implica a possibilidade de traçar um caminho inverso: investigar o discurso sobre a questão criminal permite identificar pistas e sinais, no sentido do método indiciário de Ginzburg (1989, p. 179), que apontam para quais são as reais demandas por ordem desenvolvidas em um contexto social específico.

No Brasil do final do século XIX, o discurso acerca do crime estava dominado pelo positivismo criminológico, que ganhava corpo na Europa ocidental, e que não demorou muito para ser traduzido para a América Latina. As primeiras menções à obra de Cesare Lombroso por aqui provavelmente se deram em 1884, apenas oito anos após a primeira edição de *L'Uomo delinquente*, com a publicação de duas obras de professores ligados à Faculdade de Direito do Recife (ALVAREZ, 2002, p. 683): *Menores e Loucos*, de Tobias Barreto, e *Ensaio de Direito Penal ou Repetições Escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil*, de João Vieira de Araújo.

Ainda que não sejam, ainda, obras de adesão à antropologia criminal[12], é possível tomar suas publicações como um marco de viragem no estudo do Direito Penal Brasileiro. Com o tempo, as ideias da Escola Positiva vão se tornan-

12. João Vieira de Araújo, no *Ensaio de Direito Penal*, se refere a Lombroso como "o grande professor italiano" (ARAÚJO, 1884, V), porém deixa de citá-lo em todo o restante do livro, fazendo, inclusive, diversas referências aos autores italianos "clássicos", como Carrara e Romagnosi (sobre a polêmica envolvendo o uso da categoria "Escola Clássica" pela historiografia jurídico-penal, cf. SBRICCOLI, 2010). Tobias Barreto (1886, p. 65), por sua vez, chama Lombroso de "grande psychiatra e professor italiano". Entretanto, logo após tecer elogios ao *L'Uomo delinquente*, trata de dedicar

do mais populares no Brasil, com a adesão de professores tanto da Faculdade de Direito do Recife, então tomada pelo movimento político, científico e literário que viria a ser conhecido como "Escola do Recife", quanto da Faculdade do Largo de São Francisco[13].

Não se pode falar, no entanto, que, ao menos entre os juristas da virada de século (e de regime político), a Escola Positiva tenha sido meramente copiada e aplicada por aqui. As viagens culturais, os percursos das ideias de um contexto de origem para outro de recepção, são marcadas pela adoção, adaptação, inovação e rejeição das ideias dos contextos originários. São processos de tradução, no sentido amplo, ou seja, não são meras transposições, mas a adequação das ideias aos novos contextos, sempre contando com o desenvolvimento de um componente criativo (SOZZO, 2014).

O positivismo traduzido em nossas terras adotou os quatro aspectos fundamentais da produção europeia (cientificismo, determinismo, evolucionismo e defensivismo). A partir dessas bases, os positivistas brasileiros irão desenvolver reflexões voltadas para a realidade brasileira. Nessas reflexões, o racismo científico, já presente nos trabalhos dos autores dos países europeus, ganha uma nova e acentuada centralidade.

O positivismo criminológico é a tradução do método das ciências da natureza aplicado à investigação sobre fatos sociais (*cientificismo*), pautado nas ideias de determinação causal de todos os fenômenos e de diferenciação entre as pessoas naturalmente criminosas e não criminosas (*determinismo*), em geral a partir de uma perspectiva de hierarquia de raças ou de permanências atávicas (*evolucionismo*), que resulta na orientação normativa de exclusão dessa "parcela criminosa" da população (*defensivismo*).

Enquanto filosofia do conhecimento, o Positivismo é a negação da validade de qualquer forma de conhecimento que não tenha sido obtida a partir das ciências – estas se baseiam em observações empíricas a partir do método positivo. Com isso, exclui-se toda uma série de argumentos "metafísicos". A ciên-

---

o restante do capítulo IX de seu livro a desconstruir pontos fundamentais da obra lombrosiana.

13. Em São Paulo, ainda que tenha havido uma inicial resistência, pelo menos por parte de alguns professores, liderados por João Pereira de Araújo, que uma vez afirmou que a Escola Clássica "há de ser eterna precisamente porque é clássica" (MORAES; SANTOS; MONTEIRO, 1894, p. 51), ainda antes da virada do século, Candido Mota irá assumir a cátedra de Direito Penal com a tese *Classificação dos Criminosos*, que parte das bases antropológicas de Lombroso.

cia é a única capaz de fornecer conhecimentos desprovidos de juízo de valor, conhecimentos neutros e desinteressados que podem ser obtidos por qualquer cientista, desde que aplicado o método corretamente (LÖWY, 2000, p. 17).

O método que funda o conhecimento válido, e dá a este o status de ciência, é o positivo, originado das ciências naturais, e aplicável a todas as ciências, inclusive aquelas de estudo da sociedade. A sociedade possui leis de funcionamento idênticas ou, ao menos, análogas ao funcionamento dos organismos vivos e, portanto, o conhecimento de seu funcionamento poderia ser obtido a partir do mesmo método.

Esse estado das ideias é um primeiro elemento para o sucesso das teorias positivistas. Lombroso e seus seguidores vão se declarar seguidores do método positivo, e seu conhecimento, como conhecimento positivo. É nesse ponto que vão traçar a sua fundamental diferença em relação aos autores precedentes[14].

Positivismo em criminologia, no entanto, não é sinônimo de investigação etiológica. Ele parte do pressuposto de que a causa última do delito é, afinal, o delinquente. O penalista positivista não deve mais se deter no estudo do crime, enquanto ente abstrato, tal qual fazem os clássicos, mas aplicar o método positivo para estudar o delinquente, assim como o médico não deve se limitar a estudar a doença, mas o doente (FERRI, 1892, p. 18).

O método positivo levará, então, à classificação dos criminosos. Surge a figura do criminoso nato, que se contrapõe ao homem comum. A mais famosa classificação de criminosos será feita por Enrico Ferri (1892, p. 162), que identifica cinco tipos de delinquentes: o delinquente *louco, o nato, o habitual, o ocasional* e *o passional*. Na verdade, esses cinco tipos são variações de dois grandes grupos principais. Os delinquentes habituais são aqueles que reiteradamente cometem crimes, os reincidentes; as categorias dos loucos e dos incorrigíveis (natos) são variações deste grupo. De outro lado, os delinquentes de ocasião são aqueles que vieram, quase como por acidente, a cometer um delito por razões variadas; os delinquentes passionais são um tipo especial desta categoria.

Especial destaque merece a categoria dos delinquentes natos:

14. "Precisamente porque fundada em fatos, a teoria penal fundada na necessidade de defesa é menos exposta às contradições" (LOMBROSO, 1876, p. 206); "O ponto de vista por mim seguido me impede qualquer discussão metafísica" (GAROFALO, 1885, p. 14); "O delito é, antes de tudo, uma ação humana, que é, sim, considerada na sua relação com a ordem jurídica, mas que deve antes ser estudada como um fenômeno natural, nas suas condições físicas, psicológicas, sociais" (FERRI, 1882, p. 5).

> Os *delinquentes natos, incorrigíveis,* que são propriamente aqueles em que se nota, de modo mais forte, os caracteres especiais, revelados pela antropologia criminal. São tipos de homens, ou selvagens e brutais, ou astutos e ociosos, que não chegam a distinguir o homicídio, o furto, os delitos em geral de qualquer outra empresa honesta: homens que "são delinquentes como os outros são bons trabalhadores" e possuem conceitos e sentimentos, sobre o delito e a pena, totalmente opostos àqueles que os legisladores e criminalistas supõem[15] (FERRI, 1892, p. 168, grifos do autor, tradução nossa).

Esses criminosos natos, incorrigíveis, que não o são nem por loucura, nem por mera habitualidade, o são por quê? A resposta veio a Lombroso ao fazer a autópsia de Giuseppe Villela (MELOSSI, 2008, p. 48). Analisando o seu crânio, Lombroso, segundo expôs em sua conferência de abertura do VI Congresso de Antropologia Criminal, em Turim, acreditou poder encontrar as causas do delito nas características físicas dos delinquentes:

> Em uma manhã de um triste dia de dezembro, encontro no crânio de um salteador toda uma longa série de anomalias atávicas, sobretudo uma enorme cova occipital média e uma hipertrofia vermis análogas àquelas que encontramos nos vertebrados inferiores. À vista destas estranhas anomalias, tal como aparece uma imensa planície sob o horizonte inflamado, o problema da natureza e da origem do criminoso me apareceu resolvido: os caracteres dos homens primitivos e dos animais inferiores devem se reproduzir em nosso tempo (LOMBROSO, 1906, p. 666, tradução nossa)[16].

O crime, conclui Lombroso, está associado aos grupos de pessoas consideradas atávicas, isto é, menos evoluídas. Por povo evoluído, evidentemente,

15. Traduzido do original: "dei *delinquente nati, incorregibili*, che sono propriamente quelli in cui si notano in modo più spiccato i caratteri speciali, rivelati dell'antropologia criminale. Sono tipi d'uomini o selvaggi e brutali o furbi ed oziosi, che non giungono a dinstinguere l'omicidio, il furto, il delito in genere da ogni altra indústria onesta: uomini che 'sono delinquente como gli altri sono buoni lavoratori' ed hanno concetti e sentimenti intorno al delito ed alla pena affato opposti a quelli che legislatori e criminalisti suppongono in loro".
16. Traduzido do original: "tout à coup, un matin d'une triste journée de décembre, je trouve dans le crâne d'un brigand toute une longue série d›anomalies atavistiques, surtout une énorme fossette occipitale moyenne et une hypertrophie du vermis analogues à celles qu'on trouve dans les vertébrés inférieurs. A la vue de ces étranges anomalies, comme apparaît une large plaine sous l'horizon enflammé, le problème de la nature et de l'origine du criminel m'apparut résolu: les caractères des hommes primitifs et des animaux inférieurs devaient se reproduire de nos temps".

entende-se o povo civilizado europeu. Entre as características atávicas, merecem especial destaque aquelas associadas a "raças", que explicariam a presença de determinadas características (LOMBROSO, 1876, p. 200). Os crimes mais horrendos, afirma Lombroso, decorrem dos instintos animalescos que, em determinadas condições fisiológicas, ressurgem no que ele chama de "regressão atávica" (LOMBROSO, 1876, p. 201-202). Na síntese feita por Lacassagne (1909, p. 888, tradução nossa):

> A criminalidade é uma forma de degenerescência pela interrupção do desenvolvimento, daí a aparição de formas ou disposições atávicas. Essas interrupções, verdadeiros obstáculos à evolução natural, são produzidas, sobretudo, pela epilepsia e, dentre outras condições, por alcoolismo, traumatismos, sífilis: todas causas que dão lugar à criminalidade[17].

O recurso ao atavismo como forma de compreender o comportamento criminoso também está em sintonia com uma forma de pensamento que se desenvolve com força conjuntamente com o Positivismo, no final do século XIX: o Evolucionismo social[18].

---

17. Traduzido do original: "La criminalité est une forme de dégénérescence par arrêt de développement, d'où apparition de formes ou de dispositions ataviques. Ces arrêts, véritables obstacles à l'évolution naturelle, sont produits surtout par l'épilepsie et, dans d'autres conditions, par l'alcoolisme, les traumatismes, la syphilis: toutes causes qui donnent lieu à la criminalité".

18. Segundo Gould, o uso do conceito "atavismo" para explicar o comportamento criminoso decorre da adoção da teoria da recapitulação, ou "lei biogenética", desenvolvida, entre outros, pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, podendo ser resumida na seguinte frase: "Ontogenia é a curta e rápida recapitulação da filogenia" (HAECKEL apud GOULD, 1977, p. 76). Ontogenia é o desenvolvimento do espécime (ou, no caso humano, do indivíduo), desde o seu momento embrionário até a fase adulta. Filogenia, por sua vez, é o desenvolvimento da espécie, desde seus momentos pré-evolutivos até a fase atual de sua evolução. A recapitulação, portanto, é a teoria que afirma que todo espécime, no seu desenvolvimento individual, repete todos os estágios evolutivos da espécie à qual pertence. Isso significa que quanto mais antiga, ou involuída, a característica herdada, antes ela irá se manifestar na ontogenia do indivíduo (GOULD, 1977, p. 81). Essa forma de conceber o desenvolvimento individual, bastante popular à época do surgimento da antropologia criminal, tem implicações políticas claras. Se os indivíduos todos passam por estágios anteriores no seu desenvolvimento individual, isso significa que os adultos das chamadas raças inferiores, isto é, as não brancas, equivalem a alguma fase pré-adulta na ontogenia dos brancos. É possível, assim, perceber que as frequentes comparações de negros com crianças não são invenções dos criminólogos.

A unidade entre as leis naturais e sociais implicava que a noção de evolução também se aplicaria às formações sociais, mentais e morais dos homens. Essa era a grande hipótese de Spencer, o que viria a ser posteriormente chamado de "Darwinismo social"[19], e a principal razão de seu sucesso. Os pressupostos teóricos da evolução, tal como a hereditariedade dos caracteres adquiridos, da seleção natural e a ideia de recapitulação serão todos adotados, em maior ou menor medida, pelos positivistas. A maior implicação da teoria evolutiva no campo social é o desenvolvimento das teorias racistas, que ordenam ora as "raças", ora as culturas humanas, sempre colocando a raça ou a cultura branca, e europeia, às demais, tais como os negros e os orientais.

"A evolução liga as ciências naturais às ciências humanas ou sociais" (HOBSBAWN, 2015, p. 393). O evolucionismo aplicado às ciências sociais e, em especial, à antropologia, tem como um dos pilares principais a ideia de que "as sociedades se desenvolvem de modo linear, irreversivelmente" (DAMATTA, 1981, p. 95). É a ideia de evolução equivalente a progresso, uma evolução teleológica em que as sociedades se encontram em estágios evolutivos distintos, uns seriam selvagens, outros seriam civilizados (DAMATTA, 1981, p. 94-95).

Como destaca DaMatta (1981, p. 73-74), o "determinismo biológico", ou "racial", foi uma grande tendência do pensamento social brasileiro, se impondo a outros tipos de determinismo, que não eram desconhecidos, tal qual o "determinismo geográfico", por exemplo. Na criminologia não foi diferente. Clovis Bevilaqua, em seu livro *Criminologia e Direito*, trabalha, nos capítulos IV e V, dentre outras coisas, o impacto dos elementos climáticos e geográficos na determinação dos crimes, dando prevalência a esses elementos no seu estudo das causas do delito em detrimento aos determinismos biológicos.

Entretanto, é a obra de Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal*, que irá se destacar efetivamente nesse momento de recepção das ideias positivistas ou, ao menos, é a que irá sobreviver ao tempo como a obra

19. Em que pese o seu uso generalizado, a expressão "Darwinismo social" me parece equivocada. De fato, Darwin foi utilizado como fundamento teórico para diversas políticas e ideias de diferenciação racial entre seres humanos. Entretanto, darwinismo e evolucionismo não se confundem, sendo o primeiro apenas a mais bem acabada das formulações do segundo. Em que pese o uso do nome de Darwin, as ideias do "Darwinismo social" se baseiam em um evolucionismo mais vulgar, fundindo as ideias de hereditariedade dos caracteres adquiridos (Lamarck), recapitulação (Haeckel) e evolução teleológica (Spencer). Todas essas ideias estão presentes na teoria evolutiva de Spencer, sendo mais preciso falar em "Evolucionismo social" ou "Spencerismo".

representativa do positivismo criminológico brasileiro. Como o próprio título da obra indica, o propósito nela é discutir como o problema da responsabilidade penal se coloca diante da diversidade das raças brasileiras, dado o caráter determinante do quesito racial para o crime e a criminalidade.

Especial relevância teve o chamado "mito das três raças". Esse mito, como qualquer outro, em que pese aparentar ser uma parábola explicativa, é, mais precisamente, determinante do pensamento, ou seja, "o mito não é expressivo, mas condicionante" (GOLDMAN, 2015, p. 654).

Um dos pilares apontados por DaMatta (1981, p. 71) como fundamentais para o desenrolar do mito das três raças é a ideia de que "cada raça ocupa certo lugar na historia da humanidade". Ou seja, parte necessariamente de uma perspectiva evolucionista das raças, apontando aquelas superiores e inferiores. Como observa Goldman (2015, p. 646), o implícito no mito é que se o brasileiro é um resultado de um triângulo racial, o ponto superior, o "vértice maior" desse triângulo, necessariamente, é a "raça branca".

O mito das três raças não se limita, entretanto, às três raças. Elas são, em realidade, meros tipos ideais que orientam abstratamente o pensamento, pois, segundo a mitologia, o brasileiro é justamente o resultado da mistura, isto é, da *mestiçagem*: "sobre esses tres factores de nosso povo, de nossas riquezas, de nossa cultura, e, com o próprio auxilio deles, é que se formáram as populações genuinamente brasileiras, resultados das tres correntes que confluiram, das tres almas que se fusionáram" (ROMERO, 1894, p. XXIV).

O positivismo criminológico se desenvolve no Brasil, juntamente com os estudos sobre os negros e a mestiçagem que, segundo Guerreiro Ramos (1957, p. 127-128), desenvolveram-se a partir das obras de Silvio Romero e de Nina Rodrigues. A mestiçagem, aliás, é a grande contribuição do positivismo brasileiro, em especial o rodriguiano, para a discussão da antropologia criminal.

No seu livro sobre a classificação dos criminosos, Candido Motta (1925, p. 38-40) não pôde deixar de apelar para o argumento racial: cita autores americanos que demonstram como o negro é responsável por grande parte dos crimes cometidos nos Estados Unidos; uma espécie, talvez, de delinquente nato do "Novo Mundo". Motta, entretanto, diz que no Brasil, dada a diversidade de mestiçamentos, um estudo destes seria inviabilizado. Parece, no entanto, sugerir que o nosso criminoso nato deveria de ser o mestiço[20].

20. "O cruzamento de duas raças tem efeitos opostos segundo ellas são iguaes ou não. No primeiro caso, temos duas constituições cerebrais que diferem, sem duvida, em certos pontos, mas que coincidem num grande numero de outros; de modo que o produ-

A argumentação que Nina Rodrigues faz sobre a população mestiça no Brasil tampouco é favorável a eles. Todos os elementos, físicos e morais, positivos das raças inferiores são apagadas pelo mestiçamento, sendo transmitidos somente os seus piores caracteres (RODRIGUES, 1957, p. 137). A seguinte passagem expressa bem o desprezo do médico baiano à mestiçagem:

> Neste particular, me parece razoável considerar os mestiços que tendem a voltar a qualquer das raças puras, quer a branca principalmente, quer mesmo a negra, como muito superiores aos verdadeiros mulatos, de primeiro ou segundo sangue.
>
> Parece que é nestes últimos precisamente que mais sensível se torna o desequilíbrio do mestiço e que o que elles ganham em intelligencia perdem em energia e mesmo em moralidade. O desequilíbrio entre as faculdades intellectuaes e as affectivas dos degenerados, o desenvolvimento exagerado de umas em detrimento das outras teem perfeito símile nesta melhoria da intelligencia dos mestiços com uma imperfeição tão sensível das qualidades moraes, affectivas, que deles exigia a civilisação que lhes foi impostam. (RODRIGUES, 1957, p. 152-153).

O crime dos mestiços, tanto segundo Nina Rodrigues (1899, p. 501) quanto Candido Motta (1925, p. 40), é de tipo violento e isso, segundo eles, está suficientemente demonstrado. Entretanto, alerta Nina Rodrigues (1899) que se a qualidade dos crimes é afetada pela degenerescência causada pela mestiçagem, isto é, assumindo formas mais violentas, não quer dizer que os mestiços cometem mais crimes, que a mestiçagem afeta a quantidade dos crimes.

Ainda assim, Nina Rodrigues não hesitará em declarar íntima e profunda conexão entre a mestiçagem e o crime. Os mestiços não são todos criminosos, mas aqueles que são, o são por conta da degenerescência causada pela mestiçagem:

> Podemos, então, concluir que o crime, como as outras manifestações da degenerescência dos povos mestiços, como a teratologia, a degenerescência-doença e a degenerescência simples incapacidade social, está intimamente

---

to desse cruzamento será equilibrado, uma completando a outra; será como o ouro que a liga de cobre e estanho dão a resistência que lhe falta. (...). No segundo caso o problema torna-se mais difícil: quando as raças se misturam, a que é muito inferior muitas vezes passa à outra só os seus vícios, muito mais em harmonia com as suas próprias tendências que as qualidades. Darwin já demonstrou que nos cruzamentos mui pronunciados é a lei de regressão que predomina, de modo a fazer surgir á tona os traços inferiores desaparecidos de remotas gerações. Os árabes dizem: Deus creou o branco, Deus creou o negro, o diabo creou o mestiço" (MOTTA, 1925, p. 38-40).

> ligado, no Brasil, à decadência produzida pela mestiçagem defeituosa das raças tão diferentes antropologicamente, cada uma inadaptável ou pouco adaptável a um dos climas extremos do país: a branca ao norte, a negra ao sul. A associação do crime a francas manifestações degenerativas e seu caráter de retorno aos sentimentos indomáveis dos instintos inferiores, bárbaros ou selvagens, não deixam alguma dúvida a esse respeito[21] (RODRIGUES, 1899, p. 513, tradução nossa).

Vera Malaguti Batista costuma afirmar que o positivismo constitui uma grande permanência no pensamento brasileiro. Nina Rodrigues é um importante exemplo do criminólogo positivista que não estava meramente pensando a questão criminal. Na verdade, a questão criminal é o instrumento pelo qual eles pensam o país. O crime oferece a Nina o caminho para o qual ele possa se aventurar nos estudos sobre a mestiçagem[22], que é um dos grandes temas nacionais da época[23].

O fato é que, ao contrário do projeto de Romero, a criminologia brasileira se formou uma disciplina racista fundamentalmente contra a mestiçagem. Mais do que preocupações sobre como lidar com os mestiços, a obra criminológica de Nina Rodrigues é um panfleto contra esses mestiços. São violentos, doentes, degenerados; gente da pior espécie, física e moralmente fracos. Ao fim, como percebe Vera Malaguti Batista (2003, p. 226), sua obra é uma grande tentativa de legitimação científica aos processos de controle social e à opressão das camadas populares brasileiras.

---

21. Traduzido do original: "Nous pouvons donc conclure que le crime, comme les autres manifestations de la dégénérescence des peuple métis, telles que la tératologie, la dégénérescence maladie et la dégénérescence simple incapacité sociale, est intimement lié, au Brésil, À la décadence produite par le métissage défectueux de races fort différentes anthropologiquement, et chacune inadaptable ou peu adaptable à lún des climats extrêmes du pays: la blanch au nord, la noire au sud. Lássociation du crime à de franche manifestations dégénératrices et son caractere de retour aux sentiments indomptables des instincts inférieurs, barbares ou sauvages, ne laisse aucun doute à cet égard".
22. Posteriormente, também aos estudos sobre os povos de origem africana no Brasil, nos quais foi pioneiro.
23. Nina Rodrigues irá exercer influência sobre Fernando Ortiz, expoente da antropologia criminal cubana, que irá desenvolver seu primeiro trabalho de destaque sobre os *negros brujos*, a partir da perspectiva da antropologia criminal de matriz lombrosiana. Posteriormente, Ortiz irá abandonar esta perspectiva marcadamente racista para se tornar um dos mais influentes antropólogos latinos. É dele, por exemplo, o conceito de "transculturação" (CUNHA, 2015).

O racismo que estrutura as análises criminológicas acerca do criminoso nato brasileiro se articula, também, com o outro pilar do positivismo criminológico, o defensivismo, que também adquire revestimento próprio.

O defensivismo presente nas obras dos criminólogos positivistas já possui, desde sua origem europeia, um propósito eugenista. Raffaele Garofalo, primeiro autor a utilizar o termo "criminologia"[24], denomina o capítulo destinado à análise da pena e da reação social ao delito de "Lei da adaptação". Não é uma mera homenagem do criminólogo italiano a Darwin; a ideia é bastante clara. Existem elementos, os criminosos, que são prejudiciais à sociedade, pois atrasados, atávicos. Para que a sociedade humana possa evoluir, é preciso que os mais aptos sobrevivam, e não haveria nenhum problema em uma ajuda humana para empurrar a evolução. É essa necessidade de eliminação do convívio, para fins não apenas de defesa social, mas da própria perpetuação e do melhoramento da espécie humana que justifica, dentre outras medidas, a pena de morte para os casos daqueles delinquentes que se demonstrarem incapazes de adaptação à vida social.

No Brasil, a ideologia da Defesa social também foi um grande sucesso. Tomo aqui os exemplos de Pedro Lessa e Arthur Orlando, representantes da Escola do Largo de São Francisco e da Escola do Recife:

> A pena ainda deve desempenhar a funcção de *eliminar* os delinquentes defeituosos ou anormaes, de *impossibilitai-òs* para a pratica do crime, processo de *selecção artificial* aplicável a todos os criminosos incorrigiveis, mas somente a estes, e por isso mesmo limitado, pelo que não constitue um *fim essencial* da pena (LESSA, 1916, p. 57-58).
>
> (o crime é) uma *irregularidade* ou *monstruosidade social*, que deve ser eliminada por meio da selecção artistica, por meio da *pena*, na qual, segundo Tobias Barretto, mais tarde vêr-se-ha em nome de Darwin e Haeckel alguma cousa de semelhante á selecção espartana ou uma especie de selecção juridica, pela qual os membros corruptos vão sendo postos á parte do organismo social commum (ORLANDO, 1886, p. 117).

Dada a centralidade da ideia de Defesa social, o que fica claro é que a criminologia positivista não é apenas um racismo descritivo, que se preocupa somente em apontar a superioridade de uma raça, ou grupo de pessoas, sobre outros, constituindo assim certa ideologia legitimadora da dominação; ela é

24. Antes dele criminólogos como Lombroso e Ferri denominavam seus estudos de Antropologia Criminal ou Sociologia Criminal.

mais que isso. Como fica evidente em suas versões radicalmente conservadoras, é um verdadeiro programa de extermínio.

A partir de um ponto de vista foucaultiano, a defesa da sociedade, a Defesa social, deve ser compreendida nos termos da guerra, e se o poder, o poder punitivo no caso específico da criminologia, tem, por incumbência, a defesa da sociedade, pode-se compreender que esta mesma sociedade está organizada de forma a defender uns contra os outros (FOUCAULT, 1999, p. 19-26) e "é no binarismo das raças que foi percebida, pela primeira vez no Ocidente, a possibilidade de analisar o poder político como guerra" (FOUCAULT, 1999, p. 26). E, de fato, o discurso das raças culminará em um racismo de Estado, em que a defesa da sociedade só pode se dar a partir da eliminação, contenção, dessa outra raça, ou sub-raça, os mestiços vêm à mente, que vão se constituindo (FOUCAULT, 1999).

O percurso da metáfora da política como guerra, nascida da luta das raças, e que alcançou o ápice no racismo de Estado, resulta nessa forma específica de poder a que Foucault denominou de biopoder, que é precisamente o poder sobre os processos da vida, um poder sobre os homens compreendidos como espécies. Aqui entram o controle das natalidades e das mortalidades, as doenças e as políticas de higiene.

Segundo Foucault, é a emergência desse poder biopolítico que possibilita a absorção do racismo pelo Estado. A sua plena incorporação pela Defesa social. A partir da chave de leitura do racismo, não há mais perigos externos a se combater, mas perigos para a espécie. A eliminação dos degenerados, da raça inferior, dos mestiços, nos deixa, como humanos, mais puros e, portanto, melhores. Matar mais para viver melhor.

Achille Mbembe (2014, p. 70) destaca como "a raça é o que autoriza localizar, entre categorias abstratas, aqueles que tentamos estigmatizar, desqualificar moralmente e, quiçá, internar ou expulsar". E é essa uma das faces do racismo, "o corte entre o que deve viver e o que deve morrer" (FOUCAULT, 1999, p. 304). Em um momento em que se vai desenvolvendo o biopoder, é sob o viés do racismo que se possibilita a morte.

4. Vadios e libertos

A contravenção de vadiagem, ou vagabundagem, estava prevista nos artigos 399 a 401 do Código Penal dos Estados Unidos do Brazil[25]. As Contravenções

25. Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a

Penais, no Código de 1890, substituíram a seção que no Código Criminal de 1830 estava dedicada aos chamados "crimes policiais". Se a partir da Reforma penal estado novista, que entrou em vigor em 1942, a diferença entre crime e contravenção está delimitada pela quantidade de pena (detenção e retenção para os crimes, prisão simples e multa para as contravenções), no Código de 1890 a distinção se dá pela qualidade do ilícito.

> Se tem ensinado, que o delicto tem origem na lesão de um direito, seja elle *individual* ou *social*, que para ter-se o delicto não é necessario sempre a effectiva lesão do direito, mas basta o attentado, que faça correr um real e iminente perigo pelo delicto mesmo (…). Nas contravenções, ao contrario, não só não se encontra a violação dum direito, mas nem mesmo occorre o perigo actual de tal violação e só se tem um acto potencialmente perigoso para a generalidade dos cidadãos (ARAÚJO, 1902, p. 348) (grifos no original).

A diferença, pois, entre crime e contravenção está no fato de que esta se trata de mera incriminação de um perigo abstrato, apenas potencialmente perigoso para as demais pessoas. O artigo 399 destaca, para a configuração do tipo penal da vadiagem três elementos, quais sejam: "a ausência de domicílio certo, a ausência de profissão ou ofício e a falta de meios próprios de subsistência." (ARAÚJO, 1902, p. 393-395; SIQUEIRA, 1924, p. 921). Qual seria, aqui, o perigo? Os comentadores não dizem, mas Sidney Chalhoub (2012, p. 74-75), analisando os debates sobre um projeto de lei de 1888 afirma:

---

subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
Pena de prisão cellular por quinze a trinta dias.
§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.
§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.
Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.
Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.
Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.
Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

> Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão.

Além das condições expressas nos códigos, comentadores como João Vieira de Araújo (1902) e Galdino Siqueira (1924) apontam ainda a necessidade de a vadiagem ser voluntária, isto é, no caso de incapacidade para o trabalho, a vadiagem seria involuntária e, assim, na ausência de elemento subjetivo, não haveria a realização da contravenção. A pena era de "prisão cellular" por 15 a 30 dias. Cumprida, deveriam os condenados assinar termo em que se comprometiam a encontrar uma ocupação no prazo de 15 dias.

O artigo 400 tratava da hipótese do não cumprimento do termo, ou, melhor dizendo, da hipótese de *reincidência*, estabelecendo como punição o internamento em colônia correcional criada justamente para abrigar vadios e capoeiras, entre seis meses a três anos. O decreto 145, de 11 de junho de 1893[26], fundava a colônia Fazenda da Boa Vista, em Paraíba do Sul, "ou onde melhor lhe parecer".

Esse decreto trazia, ainda, modificações na disciplina legal da vadiagem, reduzindo para dois anos o tempo máximo de internação na colônia. Além

26. Art. 1. O Governo fundará uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, devendo aproveitar, além daquella fazenda, as colonias militares actuaes que a isso se prestarem, para correcção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal.
Art. 2. São comprehendidos nessas classes:
§ 1º Os individuos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistencia, por fortuna propria, ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade.
§ 2º Os que, por habito, andarem armados, em correrias, provocando tumultos e incutindo terror, quer aproveitando o movimento da população em festas e solemnidades publicas, quer em manifestações de regosijo e reuniões populares ou outras quaesquer circumstancias (capoeiras).
§ 3º Os que, tendo quebrado os termos de bem-viver em que se hajam obrigado a trabalhar, manifestarem intenção de viver no ocio, ou exercendo industria illicita, immoral ou vedada pelas leis.

disso, estabelecia ainda que, para os menores de idade, a internação só estava autorizada se não estivessem sob o poder paterno. Posteriormente, o decreto 4.753 de 28 de janeiro de 1903 cria a colônia correcional de Dous Rios, na Ilha Grande, onde serão remetidos os vadios reincidentes.

A previsão de um tipo penal da vadiagem não é de forma alguma uma novidade ou invenção brasileira. Na verdade, o tipo penal chegou relativamente tarde no Brasil, tendo sido originalmente previsto no primeiro Código Penal da República. As leis de vadiagem, entretanto, são encontráveis em vários países europeus desde o final da Idade Média. O historiador marxista estadunidense William Chambliss (1964, p. 68) aponta para 1349 como o ano em que foi promulgada a primeira lei contra a vadiagem na Inglaterra. No século XVII, elas estão frequentes em praticamente todos os países europeus. Deste lado do Atlântico, as ex-colônias na América do Norte possuíam leis de vadiagem já no início do século XIX.

É bastante corrente a leitura de que as leis de vadiagem, "*vagrancy laws*", junto com as leis da pobreza, "*poor's law*", foram exercidas, principalmente nos séculos XVI e XVII, para forçar a população pobre a se tornar proletária, isto é, vender a sua força de trabalho. No capítulo XXIV de *O Capital*, denominado *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx analisa os momentos-chave da formação primitiva do sistema capitalista na Inglaterra. Segundo sua leitura histórica, as leis de vadiagem cumpriram importante papel na formação do mercado de trabalho naquele país.

Segundo Marx, com a emergência da manufatura holandesa de lãs, os senhores feudais passaram a precisar de amplas terras para as pastagens de ovelhas. Com isso, operou-se um grande "processo de expropriação violenta da massa do povo" (MARX, 2013, p. 792) campesino das terras comunais, que no antigo sistema feudal lhes eram garantidas.

O resultado desse processo, no entanto, foi que "os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre (…) não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo" (MARX, 2013, p. 805). Essas populações se converteram em esmoleiros, assaltantes e vagabundos.

O tratamento dado a essa grande massa de pessoas nos séculos XVI e XVII foi uma legislação bastante sanguinária, que permitia o açoitamento e até mesmo a servidão por parte daquelas que fossem acusadas de vadiagem. Marx entende que essa legislação teve, por fundamento, a formação de uma classe trabalhadora que, mesmo tendo retiradas as condições de sua subsistência pelo

trabalho livre, recusava-se a vender a sua força de trabalho, ou seja, transformar a massa expropriada em massa proletária.

A hipótese original marxista é atualizada tanto em *Punição e estrutura social*, de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, quanto em *Cárcere e fábrica*, de Dario Melossi e Massimo Pavarini. Em ambas as obras se aponta para a correlação entre as práticas penais destinadas ao tratamento da vadiagem e o estabelecimento da instituição carcerária nos séculos XVI e XVII, com especial ênfase no disciplinamento para o trabalho nas "casas de correção", *workhouses* e *poorhouses* (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 69; MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 47-48). Nas colônias inglesas da América do Norte, essas mesmas instituições aparecem também nas cidades mais populosas, ainda no final do século XVII (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 158).

A hipótese disciplinar será ainda reforçada pela obra de Michel Foucault sobre o poder disciplinar. A prisão é o resultado da união da necessidade de punição com o poder de disciplinamento dos corpos que se desenvolve como técnica ao longo do século XVIII. O regulamento redigido em 1838 para a "Casa dos jovens detentos em Paris" impõe aos detentos uma carga horária de nove horas diárias de trabalho (FOUCAULT, 2011, p. 11-12). Impera, ali, a disciplina de trabalho, sugerindo uma educação e formação de proletariado. O cárcere emula a fábrica justamente para educar a massa de não proprietários, ensinando-a que não há outra possibilidade para eles que não ser proletário (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 232).

No Brasil, Gizlene Neder (1995, p. 57-58) trabalha seguindo esses mesmos passos, destacando como o discurso jurídico-penal esteve diretamente envolvido na formação do mercado de trabalho, a partir de uma atuação disciplinar das práticas da instituição judiciária sobre a população, potencial proletária, urbana. A diferença, no entanto, é que no Rio de Janeiro a massa urbana não eram os camponeses expropriados de seus meios de subsistência, mas a grande massa de escravos libertos e o excedente de imigrantes vindos ao Brasil no final do século XIX.

No Brasil, a vadiagem também ocupou posição central no sistema penal da virada do século. De todas as contravenções penais processadas na Oitava Pretoria, ao menos entre os processos que sobreviveram ao tempo, os monumentos que aguardam, na coleção do Arquivo Nacional, serem transformados em documentos, aquela que é representada em maior quantidade é sem dúvidas a vadiagem.

Apenas dentre os autuados em 1904 existem disponíveis para consulta 277 processos por vadiagem nessa pretoria. Gizlene Neder (1995, p. 91) destaca como, somente no ano de 1907, foram contabilizadas 3.183 entradas na Casa de detenção do Rio de Janeiro. Marcos Bretas (1997, p. 81) destaca como em

1908 foram processadas mais de 3.500 contravenções no então Distrito Federal, contra pouco mais de três mil processos por prática de crimes.

Essa importância, ou peso, das contravenções na atividade policial já vem desde os anos finais do império. Thomas Holloway (1997, p. 236) levantou os dados de detenções da cadeia de polícia no ano de 1875, chegando ao impressionante número de 7.266 detenções por contravenções, em uma amostra total de 9.994. O número representa 72,7% de todas as prisões feitas naquele ano.

Como exposto acima, a contravenção da vadiagem passou a estar prevista no Código Penal de 1890. Antes, porém, deste documento legislativo, em 1888, ainda durante o Império, foi proposto pelo então Ministro da Justiça, Ferreira Viana, um projeto de lei que visava combater a ociosidade. O ano, é claro, é o mesmo da abolição da escravatura, e não se trata de um acidente. Na verdade, o projeto de lei é uma resposta direta à abolição, a opção política destinada aos recém-libertos da Corte.

A libertação dos escravos pela lei de 13 de maio trouxe, para os representantes das "classes dos lavradores", isto é, das elites agrárias escravistas, uma série de supostas inconveniências. A lei teria, segundo eles, lançado uma série de pessoas escravizadas a uma situação de instantânea igualdade para com os seus senhores, sem ação progressiva que preparasse socialmente para essa nova situação. Com isso, afirmam esses representantes, vários libertos andavam a vagar pelas estradas furtando e rapinando, causando o caos e a desordem em várias províncias (CHALHOUB, 2012, p. 66-67).

O problema do ócio é um problema que se acentua, para as lideranças políticas da época, com a abolição. Essa nova massa de libertos, de uma hora para a outra, sem ter tempo para aprenderem os valores morais de justiça, respeito à propriedade e liberdade (CHALHOUB, 2012, p. 68). "O problema com que se defrontavam os parlamentares era, em síntese, o de transformar o liberto em trabalhador. Tomava-se como ponto de partida, então, o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los" (CHALHOUB, 2012, p. 69).

Desde antes da abolição essa correlação entre libertos e vadios era observada. O ócio era colocado como contraposição ao trabalho escravo. Os livres eram perigosos justamente por não serem escravos, por não estarem submetidos ao poder punitivo doméstico. Na síntese de Olivia Gomes da Cunha:

> É como antítese da escravidão que o ócio é diagnosticado como perigo à ordem social. Assim como é no plano da *liberdade* e entre aqueles que gozam do estatuto de 'livres' que o *problema* é observado. A *vadiagem* se faz questão aos olhos das elites coloniais, tanto como algo que cabe ao Estado resolver,

> quanto como uma espécie de prenúncio da desordem que ameaça o próprio sistema escravista. Esboça-se, portanto, um deslizamento semântico entre a condição de *livre* e o epíteto de *vadio*. Embora as formulações do campo jurídico sobre a ociosidade não sejam uma invenção do colonialismo português, e muito menos do Estado liberal brasileiro da primeira metade do século XIX, as vicissitudes da relação entre "escravos" e "livres", coladas a distintas posições sociais quase sempre identificadas através de um registro de tipo "cromático" – as cores do indivíduo –, embasarão as políticas criminais relacionadas à *vadiagem* de uma forma singular (CUNHA, 2002, p. 389) (grifos da autora).

Em um país marcado pelo passado escravocrata, a hipótese disciplinar deve ser tomada com restrições, ainda que ela forneça boas chaves de interpretação. Gizlene Neder (1995, p. 34) mesmo adverte para o risco de a aplicar mecanicamente para a situação brasileira. Os processados por vadiagem são, afinal, "quase todos pretos" (CUNHA, 2002, p. 479). A função desempenhada pela legislação da vadiagem não pode ser reduzida à simples educação de uma massa liberta para o trabalho assalariado. A economia brasileira no fim do século XIX ainda é dominantemente agrícola e extrativista.

A grande mudança na estrutura econômica narrada por Marx foi a expropriação dos camponeses de seus meios de produção. Isto é, a transformação de proprietários (comunais, mas ainda assim proprietários) em não proprietários, portanto proletários. No Brasil, no entanto, a grande mudança socioeconômica é uma passagem de um regime escravocrata para uma economia de mercado de libertos.

Se na Inglaterra a preocupação estava em forçá-los a aceitar a sua nova situação, no Brasil estava-se preocupado em negá-la. Como garantir que esses escravos libertos, não mais sujeitos ao poder senhorial, disciplinar e punitivo, continuassem se sujeitando ao trabalho? (CHALHOUB, 1996, p. 23-24). A conexão entre *vadio* e *liberto*, conceitos intimamente ligados pela sua oposição ao de *escravo*, potencializa-se ainda pela conexão de ambos com o conceito de *classes perigosas*. Tanto o *vadio* é perigoso por sua incapacidade de apreender a ética do trabalho quanto o *liberto* é perigoso por não ter aprendido a viver em liberdade e, é claro, por ser negro.

Como visto na seção anterior, a partir do final do século XIX, os discursos científicos, médicos e criminológicos passaram a assumir uma perspectiva totalmente voltada para a defesa social. No que toca à repressão da vadiagem, essas falas se encontram também claramente presentes[27] (CUNHA, 2002, p. 379-385).

27. Por exemplo, ainda no final do século XIX, Silvio Romero (1894, p. XXXIX) irá incluir os vadios, junto com os "capoeiras, capangas, jogadores de profissão", na "tur-

Em última instância, o direito de defesa da sociedade justifica a necessidade de repressão da vadiagem no projeto de Ferreira Viana (CUNHA, 2002, p. 380). Afinal, a lei de vadiagem é a resposta dada pelo Ministro da Justiça aos clamores por segurança e ordem por parte dos deputados representantes das elites agrárias da época. E dado que o nosso defensivismo aprofundou o racismo inerente a toda ideologia da Defesa social, esse ócio não vai demorar a ser associado, por Nina Rodrigues (1957, p. 141), à mestiçagem e à degenerescência dela decorrente. A ociosidade, afinal, como apontou Chalhoub (2012, p. 75), é representativo da falta de caráter e de moral do vadio.

5. A título de conclusão: a vadiagem e o controle da população negra

O poder punitivo, na medida em que é uma forma de poder, deve, tomado um ponto de partida foucaultiano, ser compreendido como "um conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos" (FOUCAULT, 2008, p. 4), e a pena, seguindo a intuição de Augusto Jobim do Amaral (2013, p. 33), pode ser percebida como um dos vários dispositivos a serviço do poder.

Se o poder punitivo é um conjunto de mecanismos, de dispositivos, a pena é apenas um deles, e com ele não se confunde. Na verdade, as mesmas técnicas servem a diferentes finalidades de poder, a diferentes tecnologias, podendo ser empregada em várias frentes (FOUCAULT, 2008, p. 12-13). Determinada concepção não é estranha a uma concepção agnóstica da pena (ou seria do poder punitivo?) que não atribui nenhum fundamento jurídico a ela, considerando-a mero fato de poder.

Ocorre que o poder não é um fato dado, possuído por alguém, mas está presente nas relações, é intrínseco a elas (FOUCAULT, 2008, p. 4). O poder não pode ser visto, assim, desde um ponto de vista abstrato, mas percebido na sua real operacionalidade. Nessa perspectiva, a lei penal não pode ser percebida como o resultado de uma guerra ganha, como um marxismo mais ortodoxo sugeriria, mas como a guerra em si mesma (DELEUZE, 1987). A lei penal, tal

---

bamalta, indistincta, viciosa (...) que vivem ao *Deus dará*". A *Gazeta de Notícias*, em edição de 31 de maio de 1900, reclama que "a falta de providencias policiaes para a repressão da vadiagem existente no Meyer está dando logar a que a gatunagem continue com os seus assaltos á propriedade alheia".

como a pena, é um dispositivo do poder, apenas uma das técnicas empenhadas a serviço de diversificadas tecnologias.

Soberania, poder disciplinar e biopoder não são modalidades sucessivas de poder, mas se desenvolvem simultaneamente. No tocante à repressão da vagabundagem, é possível encontrar todas as três tecnologias em atuação. A tecnologia disciplinar está presente, ainda que como mero discurso, na criação de uma colônia correcional, voltada para a disciplina, para o trabalho.

O regulamento da Colônia de Dois Rios previa, em seu artigo 36, a separação dos internados em grupos dedicados aos seguintes trabalhos: a) agricultura, drenagem e derrubadas, realizados em pequenos núcleos localizados a razoável distância da administração; b) horticultura; c) jardinagem; d) estábulos e criação; e) fábricas e oficinas nos "sítios em que se possa aproveitar a força das cachoeiras"; f) escolas destinadas aos menores. Ademais, tal qual em um modelo penitenciário típico, há previsão de penas disciplinares e prêmios (artigos 44 a 49).

O discurso disciplinar está plenamente presente, inclusive na linguagem utilizada (internos, disciplina, prêmios), nos termos exatos em que se postula nos modelos centrais vindos da Europa e da América do Norte. Não se sabe, entretanto, se o discurso se converte em prática e se, de fato, as colônias correcionais representavam práticas de tipo disciplinar[28].

Ainda que fosse tomado o regulamento como fiel descrição do funcionamento da colônia correcional, o momento da disciplina limita-se à execução da pena. Como visto, o discurso jurisprudencial é silente quanto a este ponto, inclusive quando se trata de caso de condenação à Casa correcional. Os juízes parecem que realmente funcionam a partir do código permitido/proibido, típico dos mecanismos legais (FOUCAULT, 2008, p. 8). Ao final, o que o juiz pretor quer saber é se o acusado cumpre os requisitos legais para ser considerado culpado e se o procedimento montado pela polícia está em acordo com o procedimento legalmente previsto.

Não há deferência aos mecanismos de disciplina ou a elementos externos, como foi visto anteriormente, característica que não parece ser exclusiva do juiz da Oitava Pretoria. A *Gazeta de notícias*, na sua edição de 19 de maio de

28. A discrepância entre a programação legal consideravelmente protetiva da Lei de Execução Penal e a realidade empírica observada nos estabelecimentos prisionais no Brasil contemporâneo, constantemente denunciada, inclusive por entidades internacionais, leva a uma desconfiança quanto à capacidade de se pautar nos regulamentos como retrato fiel da realidade histórica desses estabelecimentos.

1904, relata o julgamento de José Thomaz Henrique Seixas. Segundo o jornal, respondia o acusado pela contravenção de vadiagem, tendo sido condenado pelo juiz da Terceira Pretoria à pena de dois anos na Colônia de Dois Rios. Apelou e, no julgamento pela Câmara criminal, foi defendido por Evaristo de Moraes.

O célebre advogado de defesa trouxe elementos criminológicos acerca da contravenção da vadiagem e, segundo o jornal, criticou o "regimen social vigente, que não garante o trabalho, mas pune a quem não tem meios de o obter" (p. 4). O acusado Seixas foi absolvido, mas não pela injustiça da acusação, ou pelos dados criminológicos. Os julgadores apontaram para as "diversas irregularidades" verificadas na instrução do processo, em especial para a tomada coletiva da defesa de todos os acusados, o que foi considerado denegação de defesa. Mais uma vez, foram nulidades no processo que resultaram na absolvição.

> "Há juízes em Berlim" volta à cabeça. E como já afirmado, talvez realmente a instância judicial funcione como momento de contenção de eventuais abusos policiais praticados. A conclusão desta mesma reportagem da *Gazeta de notícias*, no entanto, é reveladora:
>
> É possivel que a estas horas o Seixas já esteja com um novo processo nas costas, pois foi ele hontem mesmo posto em liberdade e, como sabem os leitores, de uns tempos para cá a policia não póde ver perambular pelas nossas vias publicas o velho e infeliz *orador*, que conta com 65 annos de idade.

O sentimento do jornal é de que, ao final, não importa muito esta intervenção judicial: Seixas, recém-absolvido e solto, deve, cedo ou tarde, ser novamente inserido no sistema penal. Ou seja, ainda que o acusado seja solto, ele pode voltar a ser preso. A prática da reclusão não está, em realidade, visando nem a "punição", nem a disciplina, mas:

> Intervêm na distribuição espacial dos indivíduos, pelo encarceramento temporário dos mendigos e vagabundos. (…) Ora, se são enclausurados, é menos para fixar-lhes ali onde estão retidos, do que para desloca-los: proibir-lhes de circular nas cidades, mandá-los para o campo, ou, ainda, impedi-los de perambular numa região, força-los a irem para onde se lhes possa dar um trabalho. (…) uma maneira de agir sobre o fluxo de população, tendo em conta, ao mesmo tempo, as necessidades da produção e do mercado de empregos (FOUCAULT, 1997, p. 36).

Vadios e *libertos*, conforme exposto, são palavras que funcionam, no contexto da virada do século, como quase sinônimos. Abolido legalmente o sistema de escravatura, o problema dos libertos se torna um dos principais problemas

políticos. É também, essencialmente, um problema de segurança e, por consequente, problema de circulação e de urbanismo.

Foi exposto como o biopoder, esse tipo de poder que opera através dos mecanismos de segurança e está intimamente conectado com o defensivismo, em especial aquele de corte racista. Por trás de todos os discursos de higiene, progresso e civilização, ou seja, desses mecanismos típicos da visão urbana de segurança, defendidos pelos republicanos, esconde-se o medo branco da cidade negra (CHALHOUB, 1996b, p. 186).

Segundo Chalhoub (1996b, p. 171-172), os escravos e libertos moradores da Corte construíram uma segunda cidade, a cidade negra, com seus cortiços e zungus, que serviu como instrumento de luta contra a instituição da escravidão. Essa cidade possuía dinâmicas, racionalidades e movimentos próprios, enraizados no modo de vida dos negros da Corte. Finda a escravidão, essa cidade permanece em sua plenitude. Com a mudança do regime e o surgimento da República, no entanto, a atuação dos poderes administrativos contra esta cidade negra foi violenta.

> Perseguir capoeiras, demolir cortiços, reprimir a vadiagem – o que geralmente equivalia a amputar opções indesejáveis de sobrevivência – era desferir golpes deliberados contra a cidade negra. Os administradores republicanos procuravam assim anular os movimentos daqueles que solaparam a instituição da escravidão sem apoiar, contudo, nenhum projeto político autoritário e totalizante (CHALHOUB, 1996b, p. 187).

Esse medo branco não é uma novidade da República: pelo menos desde a Revolta dos Malês, em janeiro de 1835, ele foi uma constante na Corte Imperial (BATISTA, 2003). É justamente em resposta à rebelião escrava que é promulgada a Lei de 10 de junho de 1835, que institui a pena de morte para os escravos que matarem os seus senhores e feitores. Com a abolição da escravatura, no entanto, encerrada a possibilidade de qualquer controle no âmbito senhorial, acirra-se o problema.

O liberto, ao contrário do escravo, é definido por sua ausência de fixação, social, mas principalmente espacial (PECHMAN, 1999, p. 92). Adiciona-se, ainda, a grave crise habitacional aprofundada pela demolição de inúmeros imóveis em que moravam essas pessoas, promovida pelas reformas das primeiras décadas da República, por razões urbanísticas ou sanitaristas. O resultado é uma quantidade de pessoas vagando pelas ruas, e "o que vagueia, vagabundo é" (PECHMAN, 1999, p. 91).

É justamente para lidar com essas novas populações que é desenvolvida uma série de mecanismos de controle da população, como a identidade, os gabinetes de identificação, a carteira de trabalho (CHALHOUB, 1996a, p. 24) e, também, a polícia e a reclusão. Ainda que não se converta em pena, a técnica da reclusão, com a consequente identificação criminal do preso e a constituição de ficha de antecedentes criminais, permite alguma forma de controle remoto desses indivíduos.

Afinal, como percebeu Olivia Gomes da Cunha, as contravenções penais, que substituíram os chamados crimes de polícia do antigo Código do Império, dentre os quais a vadiagem tem especial destaque, oferecem o suporte normativo para esta grande preocupação das instituições policiais: "o controle da *população* e a ordenação do espaço urbano" (2002, p. 390).

A seletividade do sistema penal latino-americano não pode ser compreendida apenas sob o foco da sobrerrepresentação de determinada classe social ou cor de pele no interior do sistema penal. Diversas instituições foram desenvolvidas com o propósito específico de reprimir ou, ao menos, controlar negros e negras.

Fanon (1968, p. 28) diz que, nas regiões coloniais, "o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer". Por aqui, foi com a polícia e a prisão que o Estado Republicano saudou os negros libertos.

6. Referências

ALVAREZ, Marco Cesar. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.

AMARAL, Augusto Jobim do. Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite"). *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, n. 184, 2013.

ARAÚJO, João Vieira de. *Ensaio de Direito Penal ou Repetições escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil*. Recife: Jornal do Recife, 1884.

ARAÚJO, João Vieira de. *O Código Penal interpretado*: segundo as fontes, a doutrina e a jurisprudência e com referencias aos projectos de sua revisão. vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BARRETO, Tobias. *Menores e loucos em Direito Penal:* estudo sobre o art. 10 do Código criminal brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: H. Laemmert & Co., 1886.

BATISTA, Nilo. Pena Pública e Escravismo. *Capítulo criminológico*, Maracaibo, v. 34, n. 3, p. 279-321, 2006.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica* à *criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. *Discursos sediciosos*: crime, direito, sociedade, Rio de Janeiro, ano I, n. 1., p. 169-189, 1996b.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 2012.

CHAMBLISS, William J. A sociological analysis of the law of vagrancy. *Social problems*, Berkeley, v. 12, n. 1, p. 67-77, 1964.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Intenção e gesto*: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Metamorfose infinita: sobre brujos, espíritos e apuntes em Havana. *História, ciências, saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 483-505, 2015.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à antropologia social. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. José Vázquez Pérez. Barcelona: Paidos, 1987.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERRI, Enrico. *Il diritto di punire come funzione sociale*. Turim: Ermanno Loescher, 1882.

FERRI, Enrico. *Sociologia criminale*. 3ª ed. Turim: Fratelli Bocca, 1892.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 39ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GAROFALO, Raffaele. *Criminologia*: studio sul delito, sulle sue cause e sui mezzi di repressione. Turim: Fratelli Bocca, 1885.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDMAN, Marcio. Quinhentos anos de contato: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015.

GOULD, Stephen Jay. *Ontogeny and phylogeny*. Cambridge: Harvard University, 1977.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica* à *sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial ANDES Limitada, 1957.

HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital*: 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. 23ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LACASSAGNE, Alexandre. Cesare Lombroso. *Archives d'anthropologie criminelle de criminologie et de psychologie normale et patologique*, Lyon, v. 24, p. 881-894, 1909.

LESSA, Pedro. *Estudos de philosophia do direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

LOMBROSO, Cesare. *L'uomo delinquente* – studiato in rapporto alla antropologia, alla medicina legale ed alle discipline carcerarie. Milão: Ulrico Hoepli, 1876.

LOMBROSO, Cesare. Discours d'ouverture du VIe Congrès d'Anthropologie Criminelle. *Archives d'anthropologie criminelle de criminologie et de psychologie normale et patologique*, Lyon, v. 21, p. 665-671, 1906.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MELOSSI, Dario. *Controling crime, controling society*: thinking about crime in Europe and America. Cambridge: Polity, 2008.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica*: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite; SANTOS, Brasilio Rodrigues dos; MONTEIRO, João Pereira. Projecto n. 250-1893. Substitue o Codigo Penal publicado pelo Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Parecer da Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, v. 2, p. 7-118, 1894.

MOTTA, Candido. *Classificação dos criminosos*: introdução ao estudo do direito penal. São Paulo: J. Rossetti, 1925.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

ORLANDO, Arthur. *Philocritica*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1886.

PAVARINI, Massimo. *Control y dominación*: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas*: o detetive e o urbanista. 1999. 427 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Aguiar & Souza, 1957.

RODRIGUES, Nina. Métissage, dégenerescence et crime. *Archives d'anthropologie criminelle de criminologie et de psychologie normale et patologique*, Lyon, v. 14, p. 477-516, 1899.

ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina*: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: J.B. Nunes, 1894.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Trad. Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta iuris permissione* – tortura e processo penal na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quatro dias de rebelião*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio 2006.

SIQUEIRA, Galdino. *Direito Penal Brazileiro*. Parte Especial. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1924.

SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Trad. Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2014.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A recepção do positivismo criminológico no Brasil, de João Paulo de Aguiar Sampaio Souza – *RBCCrim* 68/263-308 (DTR\2007\546); e
- Breves comentários sobre a vadiagem, de Ariel Felipe Fernandes, Carla Liliane Waldow Esquivel e Marcos Vinícius Zimmermann – *Ciências Penais* 13/119-133 (DTR\2010\620).

Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o estado, o direito e a punição desde a colonialidade

Frantz Fanon and critical criminology: the state, the law and the punishment from the coloniality

Jonhatan Razen Ferreira Guimarães

Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2015). Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (2012). Professor de Teoria do Direito e Introdução ao Direito no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Membro do Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (CEDD/UnB) e do Instituto Beta para a Internet e Democracia.
john.fealdar@gmail.com

Marcos Vinícius Lustosa Queiroz

Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2017). Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (2013). Professor voluntário na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Membro do Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (CEDD/UnB).
marcosvlq@gmail.com

Recebido em: 02.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 21.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O trabalho pretende apresentar uma perspectiva crítica em relação aos discursos dos juristas sobre o Estado, o direito e a punição, levando-se em consideração o colonialismo como evento constitutivo da modernidade. Para tanto, a obra de Frantz Fanon será apresentada como uma possibilidade de compreensão ampla e profunda do mundo colonial, bem como das suas consequências no presente, sobretudo no que se refere ao racismo e à produção da raça pelo sistema penal. Em um segundo momento, será descrita a narrativa hegemônica sobre o surgimento

Abstract: The paper intends to present a critical perspective of the jurists'discourses on the state, law and punishment, considering colonialism as a constitutive event of modernity. Therefore, Frantz Fanon's work will be presented as a possibility for a broad and deep understanding of the colonial world and its consequences in the present, especially on racism and the production of the race by the penal system. In a second moment, the hegemonic narrative about the emergence of modern law as a mechanism to avoid war will be described. Finally, with the

do direito moderno como mecanismo para se evitar a guerra. Finalmente, com o aporte fanoniano, serão perquiridos os silêncios e ocultamentos nesta narrativa e como eles estão atrelados à reprodução da colonialidade na teoria e na prática do direito penal e da criminologia.

Palavras-chave: Criminologia – Racismo – Frantz Fanon – Direito moderno – Colonialidade.

Fanonian contribution, the silences will be questioned as reproductions of coloniality in the theory and practice of criminal law and criminology.

Keywords: Criminology – Racism – Frantz Fanon – Modern law – Coloniality.

Sumário: 1. Introdução. 2. Frantz Fanon: uma teoria das raízes do colonialismo. 2.1. A interdição colonial: a vida na metrópole e a produção de *Pele Negra, Máscaras Brancas*. 2.2. Os Condenados da Terra: guerra colonial como elemento constitutivo da modernidade. 3. Perspectivas sobre a punição: a violência colonial e o direito penal. 3.1. O direito moderno e a punição. 3.2. Fanon e a punição: o Estado moderno contra a parede. 4. Conclusão. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

> O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e pelos postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado. (...) o policial e o solado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e lhe aconselham, com coronhadas ou napalm, que fique quieto. Como vemos, o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não disfarça a dominação. Ele as expõe, ele as manifesta com a consciência tranquila das forças da ordem. O intermediário leva a violência para as casas e para os cérebros dos colonizados.[1]

A famosa passagem de *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, é um relato cru e bruto da situação colonial enfrentada por argelinos e demais povos colonizados na África no início da metade do século XX. A descrição do imediatismo da violência no cotidiano, em que o cassetete e os casebres policiais são os meios de mediação do poder público com a população local, expõe o

1. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 54-55.

horror específico do colonialismo, no entanto, mantém paralelo com as práticas diárias do aparelho repressor em territórios negros[2] nas realidades pós-coloniais do presente, como a brasileira – o napalm, os sabres e os canhões deram lugares às rajadas de submetralhadoras, às unidades avançadas de polícia e aos caveirões.

É diante dessa realidade – experienciada nos movimentos e nas fugas dos corpos pelas vielas urbanas, e nos olhares vigilantes e entrecortados emitidos do fundo das viaturas policiais, em que praticamente se pode sentir e respirar o prolongamento vivo do colonialismo na normalização da precariedade de vidas sob suspeita – que muitas vezes não encontramos, no conforto das salas da academia ou nos congressos de pesquisa crítica em direito, um compromisso realmente sério, responsável e engajado de transformação da ordem vigente. Pelo contrário, muitas vezes o que se vê é a reprodução, notada especialmente no que se refere a quem pode falar e o que pode ser falado, das mesmas estruturas de poder racial que sustentam o genocídio[3] da porta pra fora do ambiente

2. O conceito "território negro" é elaborado por Laís Avelar como aquela realidade geográfica onde a cor negra é predominante e o espaço territorial é um lugar de embates políticos. Nestas localidades, negros e negras, geralmente seus moradores, vivem experiências de resistência, exclusão, violência e controle policial não somente como indivíduos, mas também como coletividade. "Coletividade que, a partir dessas experiências sentidas pela racialidade, irá, cotidianamente, forjar aquele espaço como um território específico: um território negro". AVELAR, Laís da Silva. *"O 'Pacto Pela Vida', aqui, é o pacto pela morte!":* o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, 2016, p. 20.

3. Como apontado por Ana Flauzina, genocídio é um conceito em disputa. As estruturas hegemônicas do poder global da supremacia branca o restringem por meio das características eurocêntricas do direito penal e da sobreposição simbólica de genocídio ao Holocausto. Esse escudo simbólico e político minimiza ou negligencia atuais práticas genocidas, silencia genocídios passados responsáveis pela fundação dos estados modernos e coloca obstáculos ao reconhecimento e ao enfrentamento de outros genocídios. Buscando tornar visível a naturalização do terror do Estado contra corpos negros e denunciar a indiferença histórica do direito ao sofrimento negro – atrelada à branquidade como padrão de valor supremo –, utiliza-se, neste artigo, o conceito de genocídio para descrever os ataques sistemáticos contra as comunidades negras na diáspora, especificamente na América Latina, visando a sua destruição. Acredita-se que a utilização de tal conceito não é só uma correção perante a realidade de extermínio material, cultural e simbólico, mas também um caminho necessário na mudança de paradigma das estruturas jurídicas para que a população negra tenha, de fato, seus direitos fundamentais garantidos. FLAUZINA, Ana. As Fronteiras raciais

acadêmico. Cúmplices, epistemicídio[4] e genocídio não só guardam a mesma raiz, como o primeiro é que torna possível, legítima e naturalizada a cotidianização da morte que caracteriza o segundo. Como colocam Ana Flauzina e Felipe Freitas:

> Uma das maiores sonegações do racismo é o confisco da palavra. A demanda social pelo vilipêndio dos corpos materializada em tortura, encarceramento e morte só se sustentam pela interdição de se verbalizar a dor, de se denunciar as violências, de se politizar o sofrimento. O abafamento das vozes negras, em última instância, tem garantido a naturalização do terror racial, vendido o extermínio como necessidade e projetado o genocídio como consenso blindado a qualquer questionamento consequente.[5]

Diante dessas considerações preliminares, o presente artigo pretende colocar o saber e as narrativas criminológicas em perspectiva a partir de um movimento que leve a raça, o racismo e os processos de racialização a sério.[6] Mas,

---

do Genocídio. *Direito UnB*. v. 01, n. 01, jan.-jun. 2014. Para uma compreensão da diáspora como genocídio, veja-se: VARGAS, João Helion Costa. A Diáspora Negra como Genocídio. *Revista da ABPN*. n. 2, jul.-out. 2010.

4. As diversas dimensões do epistemicídio são discutidas na tese de doutorado de Sueli Carneiro. Em uma definição sintética: "o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento." Como Sueli Carneiro argumenta, o epistemicídio é um processo persistente de produção de indigência cultural, que vai desde a negação ao acesso à educação ao comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes nas instituições de ensino, em que a população negra é destituída da razão, condição fundamental para alcançar o conhecimento tido como legítimo. "É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assmiliação cultural que em outros casos lhe é imposta". CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005, p. 96-97.
5. FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe. Enunciando dores, assinando resistência. In: FLAUZINA, Ana et al. *Discursos Negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília, Brado Negro, 2015, p. 07.
6. Como coloca Tukufu Zuberi, o deslocamento crítico experimentado pelas ciências sociais no século XX, no que se refere aos estudos das relações raciais, faz parte de um movimento mais amplo, tendo como protagonista os próprios movimentos negros. As demandas por direitos transbordaram em um fazer acadêmico compromissado

como apontando em outro momento, intenta-se pensar a raça não a partir de uma teoria das raças, mas de teorias sobre o racismo, considerando os sujeitos racializados como produtores de sua autocompreensão e transformação.[7] É somente encarnando a opção pelo *negro vida*, como argumentado por Guerreiro Ramos,[8] que se encontra a possibilidade de uma perspectiva crítica capaz de desfocar as lentes fixantes do colonialismo que continuam a embasar a produção e a gestão do saber acadêmico.

Aponta-se, portanto, a importância dos pontos de vista epistemológicos distintivos produzidos a partir das margens[9] e das experiências formadoras de conhecimento silenciadas pelo poder institucional – experiências essas que só entram na academia pela porta dos fundos, como objetos de estudo, ou então rapinadas e "traduzidas" a partir dos privilégios dos intelectuais autorizados.[10] Neste sentido, o presente artigo se vale da obra e dos aportes teóricos de Frantz

---

com o enfrentamento ao racismo e com o desmantelamento das bases epistemológicas eurocêntricas racistas. ZUBERI, Tukufu. Critical Race Theory of Society: in the USA. *Connecticut Law Review*. v. 43, n. 5, jul. 2011.

7. DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*. v. 27, n. 2, p. 1-31, 2016.
8. "Há o tema do negro e há a vida do negro. (...) O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protéico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje". RAMOS, Guerreiro. Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 215.
9. BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*. v. 31. 2016.
10. Colocando o racismo no centro da roda, Felipe Freitas aponta como "as escolhas da criminologia crítica estão relacionadas às posições de poder e às hierarquias nas quais essas escolhas são realizadas. Trata-se de considerar como as posições (raciais, de classe e de gênero) dos(as) pesquisadores(as) têm influenciado para que as categorias raça ou gênero sigam ausentes das escolhas teóricas ou metodológicas da criminologia crítica. É diante do risco que a denúncia do racismo importe em perda dos privilégios que os críticos param de avançar". FREITAS, Felipe. Novas Perguntas para a Criminologia Brasileira: Poder, Racismo e Direito no Centro da Roda. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 238, 2016, p. 494.

Fanon para pensar, a partir da colonialidade,[11] as narrativas e justificações em torno da punição no direito moderno.

Para o campo da criminologia, Fanon goza de importância particular, pois, como crítico do colonialismo, não apenas identificou as falsas concepções científicas sobre os corpos negros e as respectivas teses de inferioridade racial, como também "ousou, em sua época, pensar sobre os efeitos da interpelação social contida na palavra negro". Dimensionado o impacto estrutural da violência colonial, o intelectual martinicano percebeu como o colonialismo atingia a própria subjetividade dos grupos subalternizados a partir da imposição de uma divisão racial binária do mundo – o branco/europeu/ocidental e o resto do mundo/os demais outros.[12] Assim, Fanon e outros intelectuais negros e negras, como W. E. B. Du Bois:

> (...) foram pioneiros na construção da hipótese colonial, ou seja, em atribuir ao colonialismo um papel decisivo na compreensão do racismo e da relação entre os sistemas penais e os afrodescendentes. Ao perceber o colonialismo como uma dominação política e econômica sobre uma unidade política geográfica externa, geralmente habitada por pessoas de raças e culturas diferentes, abriram flanco para se entender a construção da criminologia como uma ciência social a serviço do imperialismo e com repercussões profundas nas realidades pós-coloniais. Evidenciando esta conexão, também contribuíram para a apreensão de que a negligência da pesquisa criminológica contemporânea em relação ao impacto do colonialismo sobre os seus saberes faz parte das permanências e continuidades do modelo colonial na produção do conhecimento.[13]

---

11. Joaze Bernardino-Costa, a partir da obra de Aníbal Quijano, define colonialidade como uma matriz de poder que sobrevive às instituições propriamente coloniais e que continua atual nos estados independentes. Tal distribuição do poder parte da negação do outro, que é considerado como sem escrita, sem história e sem pensamento. Assim, a colonialidade do poder refere-se à condição de independência política sem descolonização, permitindo a sobrevivência, em plena modernidade, de hierarquias coloniais, como as de raça, gênero, sexualidade e classe. BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade:* os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
12. DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*. v. 27, n. 2, 2016, p. 1-31.
13. DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Ne-

Neste sentido, abre-se uma perspectiva importante para compreender, além do colonialismo externo aos países centrais modernos, o próprio colonialismo interno,[14] articulado pela colonialidade do poder. Neste tipo de colonialismo, a diferença colonial, sobretudo no que se refere ao eixo racial, estabelece "uma divisão de privilégios, de experiências e de oportunidades entre negros e brancos, populações indígenas e brancos, tal como exemplifica a história do Brasil".[15]

A partir dessa compreensão prévia sobre a importância fundamental de Frantz Fanon para o campo do saber criminológico, o artigo é estruturado em dois eixos. Primeiramente, apresentará, sinteticamente, a vida, a obra e os principais aportes teóricos de Fanon, na tentativa de uma apreensão ampla do fio condutor do seu pensamento: a sociogenética do colonialismo. Em um segundo momento, o pensamento fanoniano será utilizado para confrontar as narrativas comuns sobre o surgimento e a função da punição no direito moderno. Neste ponto, três perguntas fundamentais serão enfrentadas: "Que Estado é esse? Que direito é esse? E que punição é essa?". O movimento de colocar a "punição no direito moderno" contra o "paredão colonial" objetiva apontar os limites e possibilidades da construção de narrativas críticas minimamente responsáveis ou, ao menos, condizentes com os impactos da produção da raça e do racismo pela aparelhagem bélica mobilizada pelo sistema penal.

2. Frantz Fanon: uma teoria das raízes do colonialismo

> (...) mais do que uma obra acabada, Fanon legar-nos-ia uma tela que ele mesmo se esforçou por tecer no decurso de uma existência, breve, arriscada e, finalmente, inaudita. Porque, tela em cru, o texto fanoniano apresentaria à crítica uma série de dificuldades que seriam ao mesmo tempo uma oportunidade – a de o poder reescrever e reinterpretar incessantemente, sem nunca dele se poder na verdade apropriar e menos ainda esgotar. No decurso do meio século que decorreu sobre a sua morte, foram, contudo, numerosas as tentativas de associá-lo a projetos de natureza política ou teórica. Não

gro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*. v. 27, n. 2, 2016, p. 05.

14. GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

15. BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*. v. 31, 2016, p. 20.

> existe hoje nenhuma região do mundo que não tenha acolhido, de um modo ou outro, o nome de Fanon. Uma verdadeira "biblioteca Fanon" nasceu e permitiu, por sua vez, a constituição de um campo de estudos florescente, rizomático e, hoje em dia, de alcance planetário.[16]

Frantz Fanon é um autor fundamental ao campo das ciências sociais. Suas contribuições têm sido estudadas há décadas, repercutindo no pensamento social tanto nos países colonizados quanto nas ex-metrópoles. Depois de um período de relativo sumiço das discussões acadêmicas, vem sendo retomado, desde a década de 90, sobretudo no contexto de língua inglesa, como um marco de discussão dos estudos pós-coloniais. Muito associado à teorização da violência, Fanon é um autor complexo e diaspórico que, com sua escrita instigante, provocadora e surpreendente sobre a situação e as consequências coloniais, vai além de qualquer simplificação vulgar. No entanto, frente à heterogeneidade de sua obra, que objetiva compreender, de maneira interrelacionada, os fatores sociais, culturais e subjetivos do colonialismo, é possível questionar se há um fio condutor que perpassa todo o seu desenvolvimento teórico, o qual vai de *Pele Negra, Máscaras Brancas*,[17] de 1952, a *Os Condenados da Terra*,[18] publicado em 1961.

Seguindo o argumento de Deivison Mendes Faustino, defende-se que o princípio da sociogenia colonial é o núcleo sustentador do estatuto teórico fanoniano e o eixo que confere o caráter abrangente da sua compreensão do colonialismo. Ao rejeitar qualquer relativismo essencializante – seja racial ou nacional –, e ao negar o universalismo abstrato – de caráter logocêntrico –, a ideia de sociogenia avança em três níveis: a) os fatores sociais tornam inteligíveis a interdição colonial da dialética do reconhecimento – a percepção autônoma do colonizado sobre o seu próprio eu; b) esses mesmos fatores sociais apresentam as possibilidades de superação dessa interdição; c) e, por fim, a sociogenia aponta para a importância dos aspectos subjetivos e culturais dessa interdição e dos caminhos para a sua respectiva superação.[19]

---

16. MBEMBE, Achille. *A universalidade de Frantz Fanon*. Disponível em: [http://filosofia-africana.weebly.com/]. Acessado em: 28.04.2017.
17. A versão utilizada neste artigo é a publicação em português pela EDUFBA: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
18. Utilizamos a versão publicada pela Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
19. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

Para retomar os rastros que ligam as duas pontas desse mesmo caminho de elaboração teórica sobre o colonialismo, que vai de 1952 ao ano de 1961, é interessante resgatar a própria experiência de vida de Frantz Fanon, a qual evidencia um desenvolvimento intelectual fruto da situação colonial e do comprometido com a transformação social.

Nascido na Martinica, então colônia francesa,[20] a realidade da colonização marcou a vida de Frantz Fanon desde a sua infância. Filho de uma família de pequenos proprietários e funcionários públicos na Ilha, cresceu em um ambiente relativamente privilegiado, embora sua família não estivesse livre das dificuldades econômicas decorrentes do julgo francês. Recebeu educação formal, luxo disponível a apenas 4% dos habitantes da Martinica, e os valores da língua francesa faziam parte do seu cotidiano. As contradições daí decorrentes marcaram Fanon por toda a sua vida.[21]

A busca pela proximidade com a cultura francesa fazia parte da construção identitária da população da Martinica. Não apenas na tentativa de mimetizar a sociedade em seus hábitos, mas também na tentativa de afirmar a distância que a separava dos povos africanos negros. Diante da imagem do negro africano, "selvagem" e "não assimilado", o povo antilhano afirmava sua superioridade e sua proximidade com o branco europeu. O próprio Fanon, que crescera deslumbrado com as histórias de selvageria dos soldados senegaleses, não hesitava em expressar sua identificação com o colonizador.[22] Em contraste com as fortes posições que tomaria no futuro, em sua juventude chegou a afirmar-se como um francês, um branco em rejeição a tudo que representava ser negro.[23]

---

20. Após deixar de ser colônia em 1946, a Martinica ainda hoje é um Departamento Ultramarino francês (Departmént D'Outre Mer – DOM).

21. BULHAN, Hussein A. *Frantz Fanon and the Psychology of Opression*. Nova York: Plenum Press, 1985.

22. É neste contexto que se dá o primeiro contato de Fanon com o poeta e intelectual da negritude Aimé Cesaire, o qual se tornaria um de seus principais mentores. Cesaire é um dos seus professores na adolescência, com quem Fanon se escandaliza pelas posições de defesa do valor positivo da população negra e do continente africano. A reconciliação com Cesaire só se daria anos mais tarde, em 1940, com a ocupação da Martinica pelas tropas brancas francesas. Para uma reconstituição mais profunda dessa narrativa, veja-se: FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

23. MEMMI, Albert. The Impossible Life of Frantz Fanon. Trad. Thomas Cassirer e Michael Twomey. *The Massachusetts Review*. v. 14, n. 1, p. 09-39, 1973.

Esse sentimento de pertencimento sofreu os primeiros impactos durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Martinica esteve sob o governo colaboracionista do Almirante Georges Robert. Simpatizante do regime de Vichy, Robert implantou um governo de viés autoritário com apoio da elite proprietária branca, tensionando ainda mais as relações raciais já marcadas pelo colonialismo. O súbito influxo de marinheiros franceses somou-se ao ideário conservador e racista, desdobrando-se no racionamento de alimentos, na violência física e sexual, no abuso de poder, na criminalização e na humilhação da população negra.[24] Na percepção do próprio Fanon, a presença da França branca na Ilha alterou a imagem dos antilhanos sobre si mesmos e sobre o mundo: eles deixaram de ter os olhos fixos na Europa como uma forma de fugir da sua cor e descobriram o negro e a própria África.[25]

Em 1942, movimentado pelo senso de patriotismo, Fanon alista-se no exército francês, sendo enviado para o Marrocos. Os contingentes estacionados na região eram formados por negros das Índias Ocidentais, africanos, árabes e franceses metropolitanos (em sua maioria oficiais). Fanon logo percebe que as forças militares francesas são estruturadas de acordo com uma hierarquia racial, que concedia alguns privilégios aos martinicanos em face dos senegaleses e dos argelinos, mantendo todos, contudo, submetido aos senhores brancos.[26] Com o término da Segunda Guerra e após a participação em campanha vitoriosa de Aimé Cesaire para prefeito de Fort-de-France, capital da Martinica,[27] Fanon muda-se para Lyon, na França, e inicia seus estudos em psicanálise forense no ano de 1947.

---

24. MEMMI, Albert. The Impossible Life of Frantz Fanon. Trad. Thomas Cassirer e Michael Twomey. *The Massachusetts Review*. v. 14, n. 1, p. 09-39, 1973.

25. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

26. MEMMI, Albert. The Impossible Life of Frantz Fanon. Trad. Thomas Cassirer e Michael Twomey. *The Massachusetts Review*. v. 14, n. 1, p. 09-39, 1973.

27. Como argumenta Deivison Faustino, a participação nessa campanha acentuará o diálogo crítico de Fanon com Cesaire. Ambos concordavam na adesão radical ao marxismo e na identificação da força da estética como caminho para a autorreflexão filosófica. Por outro lado, Fanon adotava uma postura distanciada perante o pensamento da negritude, atitude que o acompanhará perante toda a vida. Ele era um humanista que apontava os limites essencialistas, culturalistas e particularistas do movimento e da política da negritude. Ademais, discordava de Cesaire sobre a importância do proletariado europeu para a libertação das colônias. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

2.1. *A interdição colonial: a vida na metrópole e a produção de* Pele Negra, Máscaras Brancas

> Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, e sobretudo com o "y' a bon banania".[28]

Em Lyon, Fanon é bastante influenciado pelos estudos que tentavam sintetizar Marx e Freud no plano da psicanálise. Rompendo com o pensamento hegemônico na academia psicanalista da época, de matriz excessivamente fisiológica, Fanon procura perceber os traumas, as patologias e as curas de acordo com o contexto social dos quais emergem. Com base nessas percepções, em 1952, ele finaliza seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Ensaio sobre a desalienação do negro*, que seria rejeitado pelo seu orientador por contrariar as convenções acadêmicas em termos de estilo e conteúdo. No mesmo ano, esse texto seria publicado em livro com o título de *Pele Negra, Máscaras Brancas*.[29]

O livro viria a se tornar uma das obras fundamentais das ciências sociais nas últimas décadas, balizando grande parte das discussões travadas pelos estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais,[30] bem como apresentaria o início do empreendimento intelectual fanoniano para desvendar as vicissitudes do colonialismo.[31] O martinicano procura fazer uma leitura da situação colonial dos grupos racializados a partir da ideia da "zona do não ser", da qual decorre uma resistência ontológica do negro. Ao rejeitar uma percepção essencializante de compreensão das relações raciais, Fanon aponta para um estudo fenomenológico da população negra, refletindo sobre o mundo social no qual negros e

28. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 105-106.

29. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?*: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

30. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 11, Brasília, maio-ago. 2013, p. 89-117.

31. Devemos as reflexões desenvolvidas neste tópico às aulas e às discussões desenvolvidas pelo professor Joaze Bernardino-Costa na matéria *Tópicos Especiais em Raça, Racismo e Antirracismo*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, no primeiro semestre de 2016.

negras estão inseridos. E nesse mundo, oriundo do empreendimento colonial, emerge um discurso que fixa as pessoas colonizadas em uma zona habitada pelo inumano.[32]

Neste contexto, o colonialismo gera um impacto sobre os sentidos identitários da humanidade. A ideia de humano passa necessariamente pelo jogo de representação dos corpos. Diante da classificação hierárquica e racializada dos valores sociais, o corpo negro é marcado por uma negação da sua própria presença. O branco, o europeu e o ocidental são representados discursivamente como o bom, o belo, o ético e o universal, enquanto o negro, o africano e o oriental são tidos como o ruim, o feio, o imoral e o outro.[33] Assim, os valores europeus são tidos como os únicos e verdadeiros valores – como o habitat da humanidade. Para o negro, o único caminho possível que se apresenta é rejeitar à sua própria "negrura" e se embranquecer, pois o embranquecimento é a aproximação do ideal de humano. "Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco".[34]

A partir da psicanálise e dialogando com Fanon, Neusa Santos Sousa sintetiza esse complexo subjetivo de negros e negras em sociedades hierarquicamente racializadas:

> O negro de quem estamos falando é aquele cujo Ideal de Ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo.
>
> (...) Sob quaisquer nuances, em qualquer circunstância, branco é o modelo a ser escolhido. Escolha singular, fixada à revelia de quem apenas deve a tal modelo configurar-se.
>
> Na construção de um Ideal de Ego branco, a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer "mancha negra".[35]

32. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 105-106.
33. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.
34. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 28.
35. SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro:* as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 34.

Na racialização da experiência do colonizado, há, portanto, uma epidermização dos lugares e posições sociais. A raça passa a definir as oportunidades e barreiras vividas por indivíduos ao longo da vida. O colonizado é um ser enclausurado no próprio corpo, pois as divisões raciais "fixam" o sujeito e o representam para o mundo. Dessa epidermização da experiência, interioriza-se um complexo subjetivo orientado para a brancura. Os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos e passam a ver a si e ao outro por meio das lentes distorcidas do colonialismo. A contraposição binária negro-branco (ou ocidente-resto do mundo, nos termos propostos por Stuart Hall)[36] é tida como natural, essencializando as identidades e empobrecendo a percepção de si e do ambiente social.[37]

No mesmo sentido proposto por Edward Said[38] e Dipesh Chakrabarty,[39] Fanon evidencia como essas subjetividades coloniais, que são internalizadas enquanto complexos por negros e brancos, estão atreladas a um processo social que não é puramente de exploração econômica, mas que está também atrelado à produção e à circulação de representações, imagens e símbolos que mobilizam fronteiras entre o humano e o não humano. Por meio da literatura, dos meios de comunicação, de discursos políticos, de pinturas, de relatos de viagens, dos saberes científicos e de tratados sobre a natureza dos povos, inventou-se um Ocidente branco, local da razão e da universalidade, em contraposição aos seus demais outros, tidos como pitorescos, excêntricos e passíveis de correção, submissão ou aniquilamento.[40]

---

36. HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.) et al. *Da diáspora:* Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

37. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?*: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

38. SAID, Edward. *Orientalismo:* o oriente como invenção do ocidente. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

39. CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe:* Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

40. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past:* power and the production of history. USA: Beacon Press, 2015. Como argumentamos em outro texto, a invenção do Ocidente está atrelada às próprias disputas sobre a liberdade e sobre os discursos de verdade, entre eles o científico: "A história da liberdade moderna está atrelada a um movimento de fundo, que é o próprio surgimento do Ocidente. Este foi um processo político e o investimento de toda a construção de uma nova ordem simbólica. Iniciada com a Renascença, a invenção desse novo mundo se deu em um contexto de dominação, matança e escravidão de outras pessoas. Havia uma conexão entre a prática

Como argumenta Deivison Faustino, essa constituição racial do mundo ocasiona uma interdição no movimento de reconhecimento de si pelo colonizado. A racialização, portanto, não é um mero conflito existencial, mas também uma impossibilidade na formulação da consciência de si autônoma do sujeito negro. Para Fanon, há um distúrbio no sistema de comunicação intersubjetivo, pois o branco é incapaz de se ver como parte do seu outro; enquanto os outros (os grupos não brancos) tornam-se incapazes de alcançar uma consciência de si livre, na medida em que se orientam pelo ideal branco. Em termos hegelianos, o outro não aparece como elemento constituinte do eu (embora o seja). Portanto, a universalidade de ambos, conquistada por meio do diálogo, aparece como própria apenas de um dos lados.[41]

Ao dizer o que é humano, o europeu (branco ocidental) descreve a si mesmo, excluindo como menos ou não humano qualquer outro que não lhe pareça como ele próprio. Assim, o europeu passa a ser tomado como expressão universal do ser, enquanto o negro é despedaçado e impossibilitado de existir para si. Ao buscar a liberdade, o negro se depara com a brancura, pois essa é a medida da liberdade, da humanidade e da universalidade.[42] Por isso Fanon

---

e o ato de significação: quanto mais os europeus compravam e exploravam homens e mulheres ao redor do mundo, mais eles escreviam e falavam sobre o homem e seus direitos inalienáveis. Atrelada à invenção do Ocidente, era necessária a construção do que se tinha como humanidade diante das pressões colocadas pelos ideais universalizantes desencadeados pelo iluminismo. Em um contexto de exploração colonial, exigiu-se a divisão de seres humanos em escalas – um são mais humanos que os demais – como manutenção e legitimação da dominação do sistema escravista racial atlântico. Neste contexto, o negro era construído discursivamente como sinônimo de tudo que é ruim. Ou seja, a nomenclatura abstrata herdada do Renascimento foi reproduzida, reforçada e confrontada pela prática colonial e pela literatura filosófica. No século XVIII, o colonialismo colocou em evidência as certidões e ambiguidades da ordem ontológica paralela à construção do Ocidente. A colonização, em sua continuidade e sequência, deu mais ímpeto à transformação do etnocentrismo racista europeu em racismo científico". QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e Atlântico Negro:* a experiência constituinte de 1823 e a Revolução Haitiana. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2017, p. 82 e 83.

41. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

42. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

afirma que o negro não busca a liberdade, mas sim ser branco – realizando uma negação contra si mesmo e não contra o outro que lhe impõe resistência:[43]

> Assim como na *consciência dupla* de Du Bois, o negro é um *Outro* que acreditou na retórica que o mantém *fora* daquilo que se entende por humano e, uma vez imbuído desse olhar reificador, age direcionando a negação contra si próprio e não ao outro que se lhe opõe resistência. Porém, em Fanon, o problema adquire uma expressão ainda mais profunda: o negro não existe *em-si*, enquanto ser substantivo: é apenas uma abstração reificada da sociedade colonial. Sua presença é atestada apenas como predicado à agência do "verdadeiro" *sujeito* (o colonizador). O negro só aparece no esquema humano para atuar em relação ao branco e, diante dele, vê sua resistência ontológica desfazer-se em um vazio dolorosamente nauseante.[44]

Percebendo como a epidermização da vida e a interiorização da raça geram impactos destrutivos sobre a subjetividade de todos aqueles e aquelas levadas pelo turbilhão do colonialismo, Fanon gera importantes deslocamentos metodológicos e epistemológicos para o campo científico. Primeiramente, aponta como a ciência está marcada fortemente pela colonialidade, sendo uma das principais instâncias reprodutoras das identidades e dos marcadores raciais hierarquizados. Neste sentido, para ele, qualquer leitura científica que trate o negro a partir da zona do não ser vai ser uma leitura enviesada, sendo necessário suspender o método na medida em que ele se encontra ancorado nas estruturas coloniais.

É a sua própria experiência, diaspórica e entrecortada pelo racismo, que o coloca na posição de suspeita e contraposição à objetividade científica, bem como o faz avançar na compreensão das neuroses não como patologias ontológicas, mas como frutos das dinâmicas sociais que implicam tanto os negros como os brancos:

> Deve-se ter percebido que a situação que estudei não é clássica. A objetividade científica me foi proibida, pois o alienado, o neurótico, era meu irmão, era minha irmã, era meu pai. Tentei constantemente revelar ao negro, que,

43. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

44. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

> de certo modo, ele aceita ser enquadrado; submete-se ao branco, que é, ao mesmo tempo, mistificador e mistificado.[45]

Ademais, ao apontar o corpo como elemento material condensador e fixador da miríade de representações coloniais, Fanon antecipa-se aos autores e às autoras pós-coloniais e decoloniais afirmando a ideia de que o conhecimento é geopoliticamente localizado. Ou seja, as experiências de raça, gênero, sexualidade, classe e etc. atravessam os discursos emitidos pelos sujeitos na medida em que estão atreladas a matrizes amplas de poder. Diante disso que ele encerra *Pele Negra, Máscaras Brancas* com a frase "Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!".[46] Com ela, Fanon aponta que o corpo não é só "alvo do conhecimento", mas também fonte ativa de produção de saberes. Reverte a dinâmica colonial, que estabelece o corpo negro como fóssil vivo a ser dissecado, categorizado e representado, para reconhecer o sentido positivo do conhecimento que se afirma a partir da própria experiência corporal racializada.

Neste movimento, Fanon borra as noções caras à ciência moderna de separação entre sujeito e objeto, entre mente e corpo. Na verdade, elas deixam de existir, tendo em vista que, para negros e negras, o conhecimento é produzido tanto da posição de pretenso sujeito em relação ao pretenso objeto, como da posição de pretenso objeto para o pretenso sujeito. A superação dessa binaridade sujeito-objeto é oriunda da própria condição colonial, que estabeleceu o corpo negro como responsável e representante de toda uma raça e história. É a epiderme de negros e negras que continuam a articular, na contemporaneidade, séculos de signos sobre a "negritude", produzidos pelo colonialismo, pelo escravismo, pelo tráfico negreiro e pelas ciências das raças, os quais são atualizados cotidianamente pelos "baculejos" arbitrários da polícia, pelos discursos da mídia e pelo zoneamento segregado das cidades, das instituições públicas e do acesso aos direitos. Na teoria sobre o colonialismo de Fanon, o corpo não é um apêndice marginal, mas o epicentro da disputa histórica e contemporânea por onde passa, e se sente a reinvenção da colonialidade no presente.

É diante da dificuldade de se encaixar em um esquema corporal adequado e da colonialidade existente no fazer científico, que Fanon suspende o método para apresentar outras abordagens do problema colonial. Por isso em sua obra a experiência vivida do negro, refletida pelo próprio negro, ganha centralidade

45. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 186.

46. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 191.

como forma de produção do conhecimento. Essa experiência é trazida através das representações e dilemas elaborados por personagens da diáspora africana por meio de diálogos, poemas, romances, memórias, narrativas pessoais, anedotas do cotidiano, interpretações de jornais, críticas de peças publicitárias e – mais adiante – pelo próprio relato do subalterno sobre a guerra colonial. Apontando os limites dos métodos tradicionais das ciências, Fanon abre possibilidades para novas abordagens que sejam capazes de desmantelar internamente a herança colonial ao restituir a negros e negras o local da humanidade no fazer científico. Esse giro exige, necessariamente, o reconhecimento do homem negro e da mulher negra como sujeito produtor de conhecimento.

2.2. Os Condenados da Terra: guerra colonial como elemento constitutivo da modernidade

> Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. (...) Nas colônias, o estranho vindo de fora se impôs com a ajuda de seus canhões e das suas máquinas. A despeito da domesticação bem sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo um estranho. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta no banco que caracterizam primeiramente a "classe dirigente". A espécie dirigente é primeiro aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, "os outros".[47]

Em 1953, Fanon muda-se para Blida, na Argélia, então colônia francesa, onde assume a direção do hospital psiquiátrico da cidade. Ali, Fanon tem contato direito com a realidade do colonialismo, compreendendo mais profundamente o seu impacto na estrutura psíquica humana. A realidade já extremamente violenta e segregada de Blida seria radicalizada com o início da Guerra de Independência Argelina em 1954. O contato com a brutalidade da exploração francesa abalou crenças a que era fiel desde sua infância na Martinica. Sua identificação com o povo árabe foi total, a ponto de causar-lhe a rejeição da França como sua pátria. Em 1956, Fanon se demite do hospital e afasta-se da administração colonial. Neste período, já trabalhava secretamente com a Frente de Libertação Nacional, um dos principais partidos nacionalistas argelinos. Nos anos seguintes, Fanon atuaria clandestinamente entre o norte da África e

47. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 56-57.

a França, divulgando a causa da descolonização, prestando auxílio médico aos guerrilheiros argelinos e aprofundando seus estudos sobre a psique dos sujeitos colonizados.[48]

A teoria da sociogênese colonial avança e se radicaliza com a experiência da luta armada na Argélia. As dimensões do conflito, no qual morreram mais de um milhão de argelinos e aproximadamente 20 mil europeus, o afetaram profundamente, como se percebe em seus escritos sobre a luta pela descolonização norte-africana.[49] Em seu trabalho clínico, tem contato com os efeitos devastadores da tortura física sobre a mente dos combatentes argelinos capturados, além das psicopatologias causadas pelas pressões da guerra em colonos e colonizados. No entanto, Fanon é tocado principalmente pela resistência dos argelinos, a qual era parte de um ciclo de violência que o martinicano entenderia como constitutivo da própria racionalidade colonial e das possibilidades de superá-la.[50]

Neste período conturbado, que vai de 1956 a 1961, ano de sua morte, Fanon intensifica seu trabalho revolucionário; comparece a eventos do movimento da negritude (como os I e II Congresso de Artistas Intelectuais Negros) em busca de apoio para a luta anticolonial; torna-se representante internacional do Governo Provisório da Argélia; e aprofunda sua compreensão do colonialismo. A partir do conhecimento produzido da experiência e da etnografia da revolução, o martinicano procura destacar a agência dos subalternizados e uma perspectiva não essencialista da cultura. Reconhecendo que foi a luta e nada mais que deu consciência de si aos argelinos e argelinas, Fanon centra-se na ideia de que "as pessoas mudam enquanto mudam o mundo".[51]

---

48. BULHAN, Hussein A. *Frantz Fanon and the Psychology of Opression*. Nova York: Plenum Press, 1985.

49. Os deslocamentos experienciados por Fanon neste período podem ser captados nos escritos compilados no livro *Toward The African Revolution* (publicado em português como *Em Defesa da Revolução Africana*). Nestes textos, é possível perceber a transformação de suas preocupações, originariamente focadas nas patologias demonstradas pelos seus pacientes em Blida; passando por uma denúncia da esquerda e dos intelectuais franceses diante dos horrores coloniais; e, finalmente, clamando pela união e solidariedade dos povos africanos no engajamento das lutas por libertação. FANON, Frantz. *Toward African Revolution*. New York: Grove Press, 1988.

50. BULHAN, Hussein A. *Frantz Fanon and the Psychology of Opression*. Nova York: Plenum Press, 1985.

51. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação

Os Condenados da Terra, publicado postumamente em 1961, é a obra que sintetiza suas reflexões do período e é, ainda hoje, leitura fundamental de movimentos anti-imperialistas e de luta por emancipação e igualdade social, espalhados por todo o mundo. Escrevendo do ponto de vista de um militante engajado na guerra pela descolonização, Fanon articula dois pontos centrais para a sua teoria da sociogênese colonial, em que a violência emerge como constituinte e como possibilidade de rompimento com o colonialismo. Ou seja, a violência possui dois papéis nas realidades coloniais: primeiramente, é elemento fundante de um mundo binariamente dividido entre o colono e o colonizado – estes são polos opostos em que um representa o mal absoluto para o outro –; em um segundo plano, a violência se apresenta como ruptura histórica, reabilitadora do reconhecimento e da comunicação entre os colonizados.[52]

No livro, torna-se mais objetiva a articulação fanoniana de uma compreensão abrangente da situação colonial que conecta elementos sociais, culturais e subjetivos. Assim, o complexo de inferioridade decorre de um duplo processo: inicialmente econômico; e, em um segundo momento, pela inferiorização (epidermização da inferioridade). As situações individuais se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições coloniais.[53]

No entanto, a análise fanoniana ultrapassa a perspectiva meramente econômica. Como colocado na passagem citada mais acima, nas realidades coloniais, o que fragmenta primeiramente o mundo é pertencer, ou não, a determinada raça – "nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura". Disso decorre um mundo congenitamente cindido, no qual a binaridade é mantida pelas armas. Enquanto na metrópole a exploração econômica é mascarada pelo sentimento de unidade nacional, superioridade racial e democracia, com a presença, ainda que mínima, de uma sociedade civil; nas colônias, há uma dominação não disfarçada e irrestrita, em que a violência dispensa a necessidade de qualquer legitimação ou processo de justificação racional.[54]

---

em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

52. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

53. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

54. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

Nesta realidade, o lugar subalternizado do colonizado é mantido por discursos de desumanização, estupros, bombardeios, submetralhadoras, invasões de domicílio e homicídios arbitrários. Vive-se sob suspeita absoluta; vive-se uma vida descartável aos olhos do colonizador, porque para o poder imperial nem de vida se trata:

> O colonizado vive em estado de alerta, pois, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, nunca sabe se passou ou não do limite. Diante do mundo arranjado pelo colonialismo, o colonizado é sempre presumido culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é, antes, uma espécie de maldição, de espada de Dâmodes. Ora, no mais profundo de si, o colonizado não reconhece nenhuma instância. É dominado, mas não domesticado.[55]

E, neste mundo dividido a partir das armas, não há mediação possível entre colonizador e colono que não seja a da pura violência:

> As relações colono-colonizado são relações de massa. Ao número, o colono opõe a sua força. O colono é um exibicionista. Sua preocupação com a segurança o leva a lembrar em voz alta ao colonizado que "Aqui, o patrão sou eu". O colono alimenta no colonizado uma cólera que ele detém quando sai. O colonizado é preso nas malhas finas do colonialismo. Mas vimos que, no interior, o colono só obtém uma pseudopetrificação. A tensão muscular do colonizado se libera periodicamente em explosões sanguinárias: lutas tribais, lutas entre indivíduos.[56]

A linguagem da pura violência só é possível quando o outro violentado é visto como não humano, como objeto – quando não é percebido nem tratado como a extensão do Eu, no sentido desenvolvido em *Pele Negra, Máscaras Brancas*. A divisão racial hierárquica do mundo, geradora dos complexos subjetivos em negros e brancos, é a mesma que sustenta a reatualização do genocídio e a aparelhagem bélica do colonialismo. Essa binaridade do mundo é ancorada em um processo circular de produção da desumanidade: as arbitrariedades e o extermínio praticado pelos poderes coloniais só são possíveis e tolerados diante das representações desumanizantes dos colonizados; e essas representações, produzidas no bojo do colonialismo, da escravidão e do tráfico negreiro, são reinscritas cotidianamente pelo autoritarismo penal e militar.

55. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 70.

56. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 70-71.

Diante dessas considerações, a análise da sociogênese colonial articulada em *Os Condenados da Terra* apresenta dois importantes deslocamentos para a compreensão das articulações entre raça, direito e poder estatal. Primeiramente, coloca o racismo como eixo estruturante e constitutivo da própria modernidade. O racismo é apropriado pela sociedade moderna como mecanismo que torna possível a continuidade do empreendimento colonial, não sendo mero epifenômeno das contradições de classe e do desenvolvimento do sistema econômico. Assim, a modernidade se constitui como uma modernidade racializada, em que as posições sociais são epidermizadas e os lugares políticos são estabelecidos com base nas marcas culturais e fenotípicas.[57]

Além disso, enquanto produto e processo de uma dinâmica de dominação e imposição, que acarreta a destruição de valores e de sistemas de referência por meio de "canhões e sabres" e da representação do outro como não humano, é possível perceber as consequências de longa duração do colonialismo nas realidades pós-coloniais, ou melhor, a reatualização da matriz de poder colonial por meio da colonialidade. Somente essa compreensão poderá enfrentar seriamente as consequências da continuidade dos operadores e marcadores de raça na contemporaneidade, e como eles implicam na permanência da situação colonial naqueles locais onde a violência estatal opera sem justificação e legitimação – o que se dá, sobretudo, em territórios negros ou em espaços atrelados aos fluxos das diásporas oriundas do colonialismo.

É diante da reciclagem diária da guerra colonial sobre os corpos negros nos ditos estados pós-coloniais e democráticos que, no próximo tópico, serão enfrentados o racismo e a raça como elementos constitutivos da punição no direito moderno.

3. Perspectivas sobre a punição: a violência colonial e o direito penal

3.1. O direito moderno e a punição

As narrativas sobre a punição gozam de particular importância no discurso dos juristas sobre a justificação do monopólio da violência pelo estado moderno. Dentro dessas narrativas, a guerra e sua respectiva supressão assumem posições centrais como instâncias de legitimação do direito. Uma das descrições

57. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

mais representativas desse fenômeno é a elaborada por Francesco Carnelutti no livro *Como nasce o Direito*, publicado originalmente em 1954 – por coincidência no mesmo ano de início da Guerra de Independência da Argélia.

Segundo Carnelutti, a guerra é uma possibilidade constante decorrente da natureza dos seres humanos, tendo em vista que estes possuem necessidades e desejos ilimitados. Perante uma realidade de recursos escassos, as pessoas ofendem e vilipendiam umas às outras para obter máxima satisfação. Essa lógica econômica é regida pelo clássico princípio de que "o homem é o lobo do homem". No entanto, com a desordem causada pela guerra e a respectiva avaliação de interesses sobre os prejuízos decorrentes de um estado contínuo de conflito, estabelece-se o pacto social como maneira de cessar o embate bélico. A racionalização desse pacto e a instauração da ordem ocorrem por meio do direito.[58]

Neste sentido, o direito é um sub-rogado da moral, do imperativo de paz e de não ofensa a terceiros. Por meio da coercibilidade, o sistema jurídico realiza aquilo que a moral não é capaz de fazer apenas com seu apelo de adesão voluntária: encerrar a guerra. O direito impõe mecanismos de gestão de condutas, interesses e conflitos. Assim, faz-se pela força (direto) aquilo que não se pode fazer por amor (moral). É por isso que o conteúdo do direito é expresso na fórmula básica "preceito mais sanção", que originariamente tem como conteúdo realizar a paz sob a possibilidade de uma punição.[59]

Nessa narrativa, o direito nasce da guerra e se utiliza da própria guerra para combatê-la. Assim, a força expressa na sanção é um resquício, instrumentalização e racionalização da guerra para sustar o conflito. É neste sentido que Carnelutti utiliza a metáfora do policial e do bandido: o que diferenciaria um do outro? A resposta: o fim a que se dirige cada um: o bandido combate/guerreia para si mesmo (interesse econômico); o policial para os demais (interesse jurídico ancorado no bem comum). O direito, portanto, é uma combinação da força e da justiça (espada ao lado da balança).[60]

Realizando o seu objetivo de eliminar o conflito, o direito introduz no lugar da guerra o delito. Ou seja, a guerra não desaparece completamente, mas

58. CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.

59. CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.

60. CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.

muda o seu valor social. Segundo Carnelutti, as tipificações penais básicas – o homicídio e o furto – seriam expressões basilares da guerra no direito. Neste sentido, as sanções penal e civil servem para realizar os preceitos da paz, da ordem social e do bem comum, que, em última instância, são a tentativa de evitar a continuidade do estado de guerra. A pena surge, portanto, como um sofrimento que tem como objetivo retrair o desejo de praticar um delito. Esse objetivo intimidativo da punição tem como elemento final de justificação a ideia de que o direito existe para cessar o estado de guerra anterior ao surgimento do estado moderno.[61]

Por mais que essa narrativa esteja atrelada a uma série de simplificações, silêncios, ocultamentos e distorções sociais e históricas, a sua pretensão normativa e a sua vinculação hermenêutica possuem um grande impacto nos discursos produzidos pelos juristas até os dias de hoje. É o que se pode notar inclusive no pano de fundo que sustenta as articulações argumentativas de intelectuais críticos no campo da criminologia, como pode ser percebido no seguinte trecho de Alessandro Baratta:

> O pacto social da modernidade, o direito moderno e as constituições representam a tentativa de superar a guerra, civilizar e regular os conflitos sociais.
>
> A condição de validade e eficácia desse pacto social é a eliminação da violência através do monopólio do uso legítimo da força por parte de um Estado imparcial. Em outros trabalhos, já havia mencionado que o direito da Modernidade, em vez de superar a violência, acabou por ocultá-la, excluindo do pacto os sujeitos vulneráveis, e tornando juridicamente invisíveis a desigualdade e a violência estrutural.[62]

Por mais que Baratta reconheça que o próprio pacto social da modernidade se fundamenta sobre exclusões e silencia violências estruturais, sua narrativa ainda é centralizada na emergência de um estado nacional que tem padrões normais de operação vinculados à obtenção da paz social. Ou seja, a "condição necessária para a normalização do sistema penal é que o Estado exerça o controle sobre os sistemas penais paralelos, que impeça a guerra e a forma

61. CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.

62. BARATTA, Alessandro. Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Discursos sediciosos:* crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia, v. 2, n. 3, p. 64.

bélica dos conflitos da sociedade".[63] Há, assim, uma narrativa que pressupõe o surgimento do estado moderno vinculado a objetivos específicos relacionados a um padrão eurocêntrico de percepção do mundo e da história. Neste movimento, o monopólio da violência e a punição são entendidos a partir de uma dinâmica que pressupõe a emergência dos ordenamentos jurídicos em um plano puramente nacional, ignorando os processos globais e diferenciados do colonialismo e da produção da raça na modernidade.

Dentro dessa narrativa, é fácil pensar que as interpretações das crises recentes, como a do sistema econômico-social, "que emerge dos problemas derivados da globalização e da condução neoliberal do mercado", ou dos partidos e sistemas representativos, sejam suficientes para compreender os desvios contemporâneos e cotidianos do aparelho repressor do Estado.[64] Assim, a emergência do direito penal como *prima ratio*, e não mais *extrema*, é vista como um "novo" problema aos olhos dos criminólogos críticos.

Pressupõe-se, assim, uma abstrata normalidade do que se entende como direito penal e punição, a qual é escorada na mencionada narrativa sobre a guerra como última justificação do pacto social. A descrença nos processos comunicativos, a criminalização dos conflitos sociais, o eficientismo, a tecnicização do procedimento, o superencarceramento e a militarização da vida seriam, portanto, uma anormalidade perante a regularidade estatal, encontrando-se em contradição com elementos integrantes do contrato social e do sistema de direitos fundamentais dele decorrente.

O que se defende neste artigo é que essas descrições não só são insuficientes para compreender os problemas enfrentados pelo direito penal e pela criminologia nos dias de hoje. Elas também impedem que esses mesmos problemas sejam vistos a partir de outras perspectivas; a partir das perspectivas daqueles grupos que ao longo da história vêm enfrentando os mesmos "novos" desvios e arbitrariedades do sistema punitivo alvo da crítica dos juristas na atualidade. Neste sentido, tendo em vista as perguntas "que Estado é esse? Que direito é esse? E que punição é essa?", a próxima seção pretende deslocar as narrativas hegemônicas sobre essas questões desde uma leitura fanoniana do empreendimento colonial.

63. BARATTA, Alessandro. Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Discursos sediciosos:* crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia, v. 2, n. 3, p. 64.

64. BARATTA, Alessandro. Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Discursos sediciosos:* crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia, v. 2, n. 3, p. 65.

3.2. Fanon e a punição: o Estado moderno contra a parede

A princípio, a inocente narrativa sobre o surgimento do direito moderno, a partir da guerra, não apresentaria limitações sobre o potencial crítico das percepções engajadas e transformativas do fenômeno jurídico. No entanto, um olhar mais detido sobre esse discurso é capaz de percebê-lo como parte da rede entrelaçada de afirmações e silêncios que articulam a teoria e a prática do direito como partes constitutivas da colonialidade. Seja a positivação ou a pressuposição dessa narrativa, ainda que como marginalidade dos argumentos e teses centrais, a sua existência ajuda a perpetuar uma compreensão limitada do direito penal. Compreensão que, em última instância, continua a tratar os sujeitos negros como menos humanos que os demais.[65]

A primeira pergunta a ser enfrentada é "que Estado é esse?". Ao trazer o colonialismo para o centro do debate sobre a modernidade, percebe-se novamente que essas narrativas possuem uma base eurocêntrica, em que o Estado é constituído somente a partir de dinâmicas internas à própria Europa. O que a análise da história colonial aponta, pelo contrário, é que a emergência do aparelho estatal moderno é vinculado às dinâmicas coloniais em diversos níveis.

Primeiramente, há uma dependência mútua entre o surgimento e a consolidação do poder na Europa e a exploração cultural e econômica nas Américas e na África. Como argumentado por Evandro Piza Duarte, essa relação não é só marcada pelo fluxo de mercadorias e de mão de obra, constituindo também as técnicas, os objetivos e os saberes estruturados em torno dos sistemas punitivos.[66] Portanto, a desconstrução da ideia abstrata de que existe um estado moderno europeu vai para além da percepção sobre a construção dos seus "outros" desumanizados em um plano representativo e simbólico. A formulação da estatalidade na modernidade é fruto da mobilização de uma aparelhagem burocrática nas colônias, que tem como elemento estruturante o seu braço penal. São a administração e a gestão cotidiana da vida, desenvolvidas primeiramente no contexto do empreendimento colonial, que darão as bases para o desenvolvimento da burocracia no estado moderno metropolitano, e que,

65. Os argumentos desenvolvidos neste tópico são resultados de um diálogo de anos estabelecido com o professor Evandro Piza Duarte, sobretudo em suas disciplinas ofertadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB e no âmbito do Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro.

66. DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

posteriormente, serão radicalizadas nos regimes totalitários.[67] O colonialismo é o passo inicial necessário de aprendizagem na montagem do aparelho estatal e penal na modernidade.

A aventura colonial configura, assim, um primeiro momento em que o controle social, a produção dos saberes e a mobilização militar-policialesca se articulam na conformação de processos racionalizados da gestão dos corpos.[68] Neste contexto, a raça é um dispositivo estruturante, como pode ser percebido na descrição de um dos instrumentos fundamentais do colonialismo, o navio negreiro, elaborada pelo historiador Marcus Rediker:

> O que cada um deles (um capitão, um marinheiro ou um cativo africano) encontrava no navio era uma estranha e poderosa combinação de máquina de guerra, prisão móvel e feitoria. O navio dispunha de canhões e tinha extraordinário poder de destruição; sua capacidade bélica podia se voltar contra outras embarcações, fortes e portos europeus numa guerra tradicional entre nações. Podia também, às vezes, voltar-se contra embarcações e portos não europeus, no comércio e conquista imperiais. O navio negreiro também trazia a guerra em seu bojo, uma vez que a tripulação (cujos membros assumiam a função de carcereiros) combatia os escravos (prisioneiros), aqueles treinando suas armas nestes últimos, que por sua vez tramavam fugas e motins. Os marujos também "produziam" escravos no navio, em escala fabril, duplicando seu valor econômico enquanto os transportavam de um mercado, no Atlântico leste, para outro, no oeste, ajudando assim a criar a força de trabalho que dinamizava uma crescente economia mundial no

67. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

68. C. L. R. James, com a objetividade que lhe é particular, ao falar das Índias Ocidentais, demonstra como a experiência colonial foi pioneira em articular a vida moderna com padrões de administração política e econômica através da racionalização de práticas de controle social: "Quando os escravos chegaram a essas ilhas, há trezentos anos, eles entraram diretamente no sistema de produção agrícola em larga escala dos engenhos de açúcar, que já era um sistema moderno. Este rapidamente fez com que os escravos vivessem juntos numa relação social, muito mais próximos um do outro do que em qualquer proletariado da época. Quando a cana era cortada, tinha de ser transportada rapidamente para aquilo que era a produção no engenho. A roupa que o escravo vestia e a comida com a qual ele se alimentava tinham de ser importadas. Os negros, assim, desde o começo passaram a levar uma vida que era, essencialmente, uma vida moderna". JAMES. C. L. R. *Os jacobinos negros – Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 345.

> século XVIII e posteriormente. *Ao produzir trabalhadores para as plantações, o navio-fábrica também produzia "raça". No começo da viagem, os capitães contratavam uma tripulação heterogênea de marujos, que na costa da África se tornariam "homens brancos". Nos primórdios da Passagem do Meio, os capitães carregavam no navio um ajuntamento multiétnico de africanos que no porto das Américas iriam se tornar "negros" ou de "raça negra". Assim, a viagem transformava todos os que a faziam. A prática de guerra, da prisão e da produção de força de trabalho e de raça – tudo isso se baseava na violência.* (grifos nossos.)[69]

Em um segundo plano, "desuniversalizar" as narrativas sobre o surgimento do estado moderno colocando o colonialismo no centro da história exige uma reconsideração das ideias sobre centro e periferia, na medida em que a dominação colonial era a face oculta constitutiva do "desenvolvimento" Europeu. Além disso, torna necessária uma compreensão da dinâmica do colonialismo, não como um processo teleologicamente determinado, a despeito das suas continuidades e transformações, mas como um fenômeno incessante de aprendizagem atrelado ao expansionismo marítimo e às suas respectivas consequências globais, nos quais colonizadores e colonizados aprendiam e adquiriam táticas de dominação e de resistência diante das experiências passadas. Em última instância, recoloca a questão da agência dos subalternos em suas insurgências e negociações contra a consolidação excludente desse mesmo estado moderno como um problema a ser enfrentado pelos discursos dos juristas.[70]

Portanto, a partir de Fanon, é possível descortinar o silêncio que as narrativas hegemônicas dos juristas sobre o surgimento do estado moderno produzem: não há um estado universal, pelo contrário, o estado e o direito surgem como práticas coloniais. Os "desvios" e "anormalidades" do sistema punitivo não devem ser vistos, portanto, como exceções, mas como a própria permanência da colonialidade enquanto elemento constitutivo do sistema penal. A exceção que se torna regra com base apenas na epiderme do destinatário das ações estatais – em que a cor da pele continua sendo o fundamento fático que separa as práticas jurídicas racionalmente justificadas das irracionalmente ilegítimas – é apenas a carteira de identidade de um direito que se enraíza no

69. REDIKER, Marcus. *O navio negreiro:* uma história humana. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 17-18

70. QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e Atlântico Negro:* a experiência constituinte de 1823 e a Revolução Haitiana. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2017.

colonialismo. O racismo é a expressão mais crua dessa constância, como argumenta Ana Flauzina:

> A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. Esse é o fator central de sua dinâmica. Disciplinado na violência do extermínio de uma massa subumana é esse o trato que o aparato policial está preparado a dar a quem for direcionado. Em outras palavras, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal, e este a carrega consigo na direção de toda a clientela a que se dirige. O que estamos querendo salientar é que para além da discricionariedade que diferencia do tratamento entre negros e brancos pelo aparato policial e as demais agências de criminalização, é o racismo que controla seu potencial de intervenção física. Daí toda sua agressividade.[71]

A segunda pergunta a ser enfrentada é a relativa à "que direito é esse?", afirmado pelas narrativas dominantes sobre o surgimento da punição no direito moderno. Como exposto no tópico anterior, esse direito teria surgido com base em disputas de interesse puramente econômicas. No entanto, a própria ideia de interesse deve ser desnaturalizada perante a perspectiva crítica da sociogênese colonial de Fanon. Como argumenta Dora Lúcia de Lima Bertúlio, na mesma toada do martinicano, a concepção de interesse tem a ver com a percepção de que alguns comportamentos são racionais, embora ilegítimos, pois são inerentes à condição humana. A maneira de "justificar" o reprovável é a inserção da lógica econômica, ou seja, a "economia" justifica um comportamento injusto ou violento como parte da essência do que se tem como humano.[72]

O discurso jurídico explica o surgimento do direito, portanto, a partir da ideia de interesse econômico. Essa explicação está presente tanto no discurso liberal como no discurso marxista, ainda que ambos tenham perspectivas distintas sobre a origem e o papel do sistema jurídico. O problema dessa explicação é que ela esquece ou oculta que a categoria "interesse econômico", como única forma de justificar os comportamentos atrelados ao surgimento do direito moderno, apaga outras formas e lógicas de disputa e de exploração

71. FLAUZINA, Ana. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2006, p. 82.

72. BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e relações raciais*: uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

que não se adequam a interpretação economicista, pois são descartadas como "irracionais".[73]

No entanto, como argumenta Fanon, a própria separação entre aquilo que é racional e irracional é uma construção da modernidade e do colonialismo. Ou seja, a fronteira entre a razão e a desrazão são articulações eminentemente modernas, obtidas a partir dos signos e representações produzidos e circulados na empreitada colonial, dos quais decorrem a construção de comportamentos e sujeitos anormais que não se adequam à imagem do que é tido como europeu/ocidental/branco. Indo mais além, Fanon demonstra que as dinâmicas sociais do colonialismo na gênese do mundo moderno não são puramente econômicas, muito menos somente individuais, estando atreladas a diversos outros lugares de "satisfação do desejo" – como os prazeres sexuais, a ideia de querer se parecer com o outro, o gozo e a comunicação pela violência, as representações do belo, do moral e do humano etc.

Neste sentido, duas questões se abrem sobre a questão "que direito é esse?". Primeiramente, uma interpretação que leve a sério o surgimento do direito moderno deve colocar sob suspeita as interpretações puramente economicistas da história do fenômeno jurídico, na medida em que elas deitam raízes nas próprias hermenêuticas coloniais que estabelecem fronteiras discursivas entre a razão e a desrazão, entre o essencialmente humano e o não humano, entre o que representa o "destino do homem" e as "excentricidades" dos povos colonizados – fronteiras que eram e são fixadas a partir do valor universal recortado à imagem e à semelhança da representação do homem branco europeu proprietário. Em um segundo ponto, dinâmicas que são consideradas apenas um apêndice da lógica econômica e individual, como o próprio racismo, devem ser trazidas para o centro do debate no que se refere ao surgimento do direito moderno, desnudando a sua face constitutiva da modernidade.

Por fim, resta a pergunta "que punição é essa?" elaborada pelos relatos sobre o surgimento do direito moderno. Como é colocado por essas narrativas hegemônicas, a punição é uma incorporação da guerra pelo ordenamento jurídico visando combater a própria guerra. O sofrimento e a violência infligidos pela pena só se justificam na medida em que buscam promover a paz, garantir a ordem social e encerrar o estado de conflito anterior ao estabelecimento do pacto social. O problema dessas descrições que entrelaçam guerra e direito

73. BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e relações raciais:* uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

para legitimar a punição é que a guerra é sempre descrita como um conflito de todos contra todos (portanto, individual), de classes ou entre estados, mas nunca como uma guerra produto da colonialidade.

Fanon, por outro lado, demonstra como a guerra na modernidade é fruto do colonialismo. Com isso, ele elabora outra narrativa sobre os conflitos violentos para se pensar a reprodução dos aparelhos bélicos dentro dos estados coloniais e pós-coloniais. Para os corpos não conformados no padrão branco euro-ocidental, a violência armada e a hostilidade permanente não cessaram com a implementação do estado moderno, tornando-se a *ultima ratio* expressa no direito penal. O estado moderno representou a própria cotidianização da exceção e da guerra. O napalm, os canhões e os sabres de ontem são os helicópteros equipados com metralhadoras, os caveirões e os cassetetes de hoje, símbolos de uma forma estatal que nunca significou o enraizamento do pacto social por meio do direito e de processos de comunicação racionalmente justificados. Pelo contrário, o sistema jurídico muitas vezes atua como o principal agente fixador das identidades desumanizantes sobre os subalternizados, seja gerindo corpos sem significados de vida nas prisões-contêineres contemporâneas, seja produzindo signos que tornam menos angustiante o apertar do gatilho pela polícia nas periferias.

Finalmente, a narrativa sobre a guerra colonial em Fanon aponta para a importância e o impacto das perversões na subjetividade de todos aqueles afetados pela colonialidade, especialmente sobre os brancos. Assim, a sociogênese colonial fanoniana é uma chave interpretativa para perceber a lógica da branquidade e da supremacia branca como operadores constitutivos do conflito bélico na modernidade, que se reinventa cotidianamente na mobilização das táticas e dispositivos penais. De acordo com o martinicano, falar de guerra, de Estado e de direito é falar sobre a construção patológica do branco como universal, como representação do humano – pois somente a construção do humano como branco é que permite que o Estado e o direito continuem operando, ainda hoje, como guerra contra os corpos negros.

4. Conclusão

O presente artigo pretendeu ser um enfrentamento de narrativas que estruturam e justificam o discurso dos juristas sobre o surgimento do direito, do Estado e da punição na modernidade. Narrativas essas que, embora nem sempre explicitadas, permanecem como um pano de fundo dos discursos autorizados no campo, especialmente no da criminologia e do direito penal, e que guardam um silêncio sobre as vinculações entre modernidade e colonialismo. Para

realizar esse enfrentamento, foram escolhidas as armas oriundas dos aportes teóricos do intelectual martinicano Frantz Fanon, tendo como mote o conceito de sociogênese colonial, articulado por Deivison Faustino.

Assim, primeiramente, foram traçados os fios condutores que ligam as contribuições das duas principais obras de Fanon: *Pele Negra, Máscaras Brancas* e *Os Condenados da Terra*, para uma compreensão ampla e profunda da situação colonial e das suas respectivas consequências, sobretudo no que se refere à produção da raça, aos efeitos do racismo e ao papel da violência na conformação do mundo moderno. Essa abordagem foi acompanhada de notas biográficas sobre a experiência de vida do próprio Fanon, na medida em que a sua trajetória é refletida substancialmente nos seus desenvolvimentos teóricos. Em um segundo momento, após apresentar as narrativas hegemônicas que justificam o surgimento do direito moderno com base no fim da guerra, os aportes fanonianos foram utilizados para deslocar três perguntas básicas presentes nos discursos dos juristas: "Que Estado é esse? Que direito é esse? Que punição é essa?". Assim, argumentou-se que esses discursos não só ocultam a história e as permanências do colonialismo, como impedem críticas mais responsáveis perante o cotidiano de terror e genocídio racial implementado pelos aparelhos penais.

Neste sentido, mais do que um deslocamento teórico, repensar a criminologia crítica desde a colonialidade deve implicar também em outra postura e comprometimento perante a realidade concreta. A materialidade do colonialismo, com o suor respigando gotas de tensão, o frio na espinha e o ar rarefeito entrecortado por um zumbido de morte, ainda é presente e sentido no sistema carcerário, nas chacinas, na tortura institucionalizada, na celebração do autoritarismo policial e na criminalização do comércio de drogas. Fenômenos que têm uma incidência brutal sobre as expectativas, as possibilidades e esperanças de vida da população negra. Dos traficados de ontem aos *traficantes de hoje*,[74] a "cor dos direitos" aponta menos rupturas do que continuidades; aponta menos a democratização do estado que a permanência do processo de aprendizagem decorrente da guerra colonial e do genocídio negro.

Assim, deslocar a narrativa sobre a guerra a partir de outras vozes é também deslocar as narrativas sobre o nosso cotidiano. Quando são os cárceres,

74. BENEDITO, Deise. De traficados a traficantes, a população negra é a maior vítima da guerra às drogas – Entrevista com Deise Benedito. Disponível em: [www.geledes.org.br/de-traficados-traficantes-populacao-negra-e-maior-vitima-da-guerra-as-drogas-entrevista-com-deise-benedito/]. Acessado em: 04.02.2017.

as mortes, os lutos das famílias negras, as rajadas de submetralhadoras, os sobrevoos de helicópteros na madrugada, os tiroteios que interrompem o futebol no recreio e a suspensão constante do direito de ir e vir por baculejos de toda sorte as experiências concretas que dão centro à reflexão criminológica, tornam-se insustentáveis os argumentos baseados na operação "normal" do estado, do direito e da punição. A normalidade pressupõe uma "voz autorizada" que a define enquanto tal. Perguntar que voz é essa é importante; perguntar as linhas de conexão, de cumplicidade e de agenciamento mútuo entre essa voz no campo da criminologia crítica e as demais vozes das agências do genocídio negro é essencial.

Ao deslocar as representações sobre o cotidiano, é aberta a possibilidade de outros questionamentos: os limites da imaginação criminológica, que estão articulados com os limites do próprio campo em politizar consequentemente o genocídio negro, não fazem parte da mesma imaginação moral branca gestada, moldada e enraizada pelo colonialismo? Para deixar mais "escuro": não seria o sujeito universal branco ainda a mobilizar, simbólica e materialmente, o pensamento da criminologia crítica? Enfrentar essas perguntas talvez aponte para um incômodo sempre sufocado: o discurso (método e epistemologia) e as relações (articulação simbólica e material) do campo fazem parte da mesma rede histórica-colonial de desumanização dos corpos negros. Morte da porta pra fora, cala a boca e fica quieto da porta pra dentro: o trabalho sujo é sempre bem feito.

Espera-se, portanto, que o artigo tenha realizado o intento não só de pensar o direito penal e a criminologia a partir de outras margens, mas também de ressaltar que a própria potencialidade da crítica se torna comprometida quando essas margens são silenciadas, ocultadas ou apagadas pelo saber criminológico. Voltando ao início, realizar uma criminologia crítica a partir de Fanon é um movimento de restituição do poder das vozes negras sobre os seus próprios processos, um movimento de romper o cerco de esquecimento e abafamento produzido pelo poder branco nas instâncias formas de produção de conhecimento. Poder este que tem raiz no mesmo sistema que legitimou e legitima o tratamento de corpos negros por meio de coronhadas, sopapos, socos, sacos plásticos, torturas e mortes premeditadas. Pois como alertou Fanon, a desumanização do outro – a negação do diferente como fonte produtora de conhecimento – precede qualquer genocídio.

5. Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AVELAR, Laís da Silva. *"O 'Pacto Pela Vida', aqui, é o pacto pela morte!":* o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 11, Brasília, p. 89-117. maio-ago. 2013.

BARATTA, Alessandro. Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Discursos sediciosos:* crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. v. 2, n. 3, p. 57-69.

BENEDITO, Deise. *De traficados a traficantes, a população negra é a maior vítima da guerra às drogas – Entrevista com Deise Benedito*. Disponível em: [www.geledes.org.br/de-traficados-traficantes-populacao-negra-e-maior-vitima-da-guerra-as-drogas-entrevista-com-deise-benedito/]. Acessado em: 04.02.2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade:* os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*. v. 31. 2016.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e relações raciais:* uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BULHAN, Hussein A. *Frantz Fanon and the Psychology of Opression*. Nova York: Plenum Press, 1985.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder Cultura Jurídica, 2001.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe:* Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e Racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos V. Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*. v. 27, n. 2, p. 1-31, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Toward African Revolution*. New York: Grove Press, 1988.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora?:* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

FLAUZINA, Ana. As Fronteiras raciais do Genocídio. *Direito UnB*. v. 01, n. 01, jan.-jun. 2014.

FLAUZINA, Ana. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2006.

FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe. Enunciando dores, assinando resistência. FLAUZINA, Ana et al. *Discursos Negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília, Brado Negro, 2015.

FREITAS, Felipe. Novas Perguntas para a Criminologia Brasileira: Poder, Racismo e Direito no Centro da Roda. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.) et al. *Da diáspora:* Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

JAMES. C. L. R. *Os jacobinos negros – Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MBEMBE, Achille. *A universalidade de Frantz Fanon*. Disponível em: [http://filosofia-africana.weebly.com/]. Acessado em: 28.04.2017.

MEMMI, Albert. The Impossible Life of Frantz Fanon. Trad. Thomas Cassirer e Michael Twomey. *The Massachusetts Review*. v. 14, n. 1, p. 09-39, 1973.

QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e Atlântico Negro:* a experiência constituinte de 1823 e a Revolução Haitiana. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, 2017.

RAMOS, Guerreiro. Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro:* uma história humana. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward. *Orientalismo:* o oriente como invenção do ocidente. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro:* as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past:* power and the production of history. USA: Beacon Press, 2015.

VARGAS, João Helion Costa. A Diáspora Negra como Genocídio. *Revista da ABPN*. n. 2. Jul.-out. 2010.

ZUBERI, Tukufu. Critical Race Theory of Society: in the USA. *Connecticut Law Review*. v. 43, n. 5. jul. 2011.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A punição deve existir! Deve existir o Direito Penal?, de Sebastian Sheerer e Raphael Boldt – *RBCCRim* 117/363-372 (DTR\2016\119);
- Direito penal em preto e branco, de Hédio Silva Júnior – *RBCCrim* 27/327-338 (DTR\1999\578); e
- Formação do sistema penal no Brasil: perspectivas criminológicas a partir da crítica à modernidade, de Evandro Piza Duarte – *RBCCrim* 130/203-235 (DTR\2017\659).

Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado

There are deaths before death: politicizing the black genocide of the means through racialized urban control

Laís da Silva Avelar

Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Programa Direito e Relações Raciais (PDRR). Advogada.
avelar.lais@gmail.com

Bruna Portella de Novaes

Mestra em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo Clandestino de Estudos em Controle, Cidade e Prisões. Advogada Monitora do Patronato de Presos e Egressos da Bahia (PPE-BA).
brunaportella@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão das autoras: 18.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Direitos Humanos

Resumo: Neste artigo, propõe-se a apresentação de reflexões acerca do controle urbano, intrinsecamente determinado pelas relações raciais, a partir do caso de Salvador/BA, tomando, de forma específica, uma experiência etnográfica no bairro negro do Grande Nordeste de Amaralina (GNA). Compreendendo o problema a partir do debate do genocídio negro, falamos de controle urbano de forma a abranger não só as considerações restritas ao sistema penal, mas também a discussão sobre segurança pública e mesmo outras formas de vigilância e intervenção que não se resumem estritamente à esfera penal. Constatando a gestão racializada da cidade, apontamos para um genocídio negro dos meios que, desestruturando coletiva e individualmente a população negra, mata sem fazer sangrar.

Abstract: In this article, we aim to present reflections about the urban control, which is heavily influenced by racial relations, addressing the case of Salvador, Bahia, specifically by taking an ethnographic experience about the black neighborhood of Grande Nordeste de Amaralina (GNA). Understanding the research problem from the perspective of a genocide of the black people in progress, we will speak of urban control in a way that comprehends not only the considerations on the criminal and penal system, but also a larger debate over public security and other forms of vigilance and intervention which are not summarized to criminal law. Speaking from the perception of a racialized management of the city, we indicate the existence of a genocide of the "means" – of survival, of living. The death of these means affects collectively and individually the black population.

Avelar, Laís da Silva; Novaes, Bruna Portella de. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 343-376. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

Palavras-chave: Salvador – Controle urbano – Genocídio – Território negro.

Keywords: Salvador – Urban control – Genocide – Black territory.

Sumário: 1. Introdução. 2. "Nós acusamos genocídio". 3. O urbano racializado se demarca pelo controle. 4. A urbanidade racializada do contexto de cá: Salvador e o Grande Nordeste de Amaralina (GNA). 5. Não pode vender, não pode sambar, não pode viver: a gestão penal-administrativa da Base Comunitária de Segurança (BCS) . 5.1. Lazer é trabalho, trabalho é lazer: o caso e/ou o "canto" do Espetinho. 6. Considerações finais. 7. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Explorar[1] o terreno interdisciplinar que conecta direito e ciências sociais, tendo como principal variável de análise as relações raciais, é um constante desafio. Falar sobre raça no Brasil é acusar silêncios, costurar palavras sobre o não dito. Facilmente nos questionamos sobre ocupar o complexo lugar da intelectual negra[2], no jogo de poder acadêmico e jurídico que antecede a fala. A urgência, contudo, faz imperar a superação da dúvida: é preciso falar!

Neste artigo, nos debruçamos sobre Salvador, uma cidade de complexidades históricas, sociais e raciais. Ao olhar para essa cidade, com a inevitável mistura de afetividades e contradições que a cerca, tentamos deslocar alguns referenciais do central ao periférico, a fim de observar e analisar como se desenvolvem seus mecanismos de controle. O recorte espacial se concentra na região do Grande Nordeste de Amaralina (GNA), um território negro que guarda as peculiaridades urbanísticas de um bairro negro/popular (REIS, 2005).

1. Este artigo reúne conexões possíveis entre os trabalhos de dissertação de ambas as autoras.
2. Bell Hooks (1995) denuncia os desafios de ser uma intelectual negra estadunidense, apontando a sua própria experiência como referencial, em que a intelectualidade não parecia ser um caminho validado para si nem pela sua base de apoio na comunidade negra, nem na própria academia, na qual a mulher negra raramente será vista como o sujeito autorizado a falar academicamente. Compartilhamos dessas reflexões e pensamos que uma arma poderosa para amenizar os frequentes questionamentos direcionados à mulher negra enquanto intelectual é, precisamente, o compartilhamento da escrita. Assim é que o caráter gregário do trabalho negro, o qual abordamos mais à frente neste texto, se mostrou presente também na subversão da ordem do tradicionalmente solitário e individualista trabalho acadêmico.

Desse modo, com base num campo já trilhado anteriormente na pesquisa de mestrado de uma das autoras deste artigo, iremos aqui repercorrer as ruas e as vozes do Grande Nordeste de Amaralina. Contudo é bom pontuar as principais questões metodológicas envolvidas. Nesse sentido, inicialmente, é preciso registrar que, tendo como objetivo analisar a repercussão das Bases Comunitárias de Segurança para a juventude negra daquele território negro - o GNA - um Coletivo de mídia comunitária, formado por jovens do local foi escolhido como porta voz para a realização das entrevistas semiestruturadas[3]. Não só pela faixa etária dos seus integrantes, mas, também, por sua atuação intensa no bairro - inclusive, na promoção de eventos e na cobertura e crítica da atuação policial exercida naquele espaço - este Coletivo foi escolhido. Assim, todos os trechos das falas trazidas ao longo deste artigo, além de serem partes deste campo trilhado durante a pesquisa de mestrado, são advindos de quatro moradores do GNA, todos do sexo masculino e que se autoidentificaram como pretos[4].

Importante pontuar, ainda, que o campo foi feito ao longo de dez meses - de julho de 2015 a abril de 2016. Este processo mais alongado foi importante para o exercício da observação do espaço e para que uma aproximação mais profunda e leal, com os sujeitos que compuseram e deram voz ao trabalho final, fosse de fato possível. A realização das entrevistas concentrou-se no último mês do campo - abril de 2016, momento mais maduro e de maior confiança entre os sujeitos envolvidos. E, por uma questão da temática abordada pelo trabalho relacionar-se com a análise da atuação policial dentro de um território geograficamente delimitado e ocupado por essa própria polícia, as identidades

3. As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como instrumento metodológico de coleta das informações. Para isso foi elaborado um roteiro de entrevista de forma a orientar a conversa, que contou com perguntas direcionadas, que buscavam aprofundar relatos ouvidos durante o processo de campo e que diziam respeito a situações/acontecimentos que envolviam aqueles jovens e a policia das BCSs locais; além de perguntas mais abertas em que, propositalmente, o entrevistado era convocado a falar mais livremente a respeito de determinado assunto.

4. Entre estes quatro entrevistados, três são jovens integrantes do Coletivo citado, e outro por ser maior de 29 anos, idade limite para a categorização da juventude de acordo com recente estudo publicado pela Secretaria Nacional de Juventude (Agenda Juventude Brasil, 2013), é um adulto que foi sujeito chave para o acesso ao GNA, sobretudo por sua forte ligação com aquele território negro. Em razão da centralidade deste sujeito na apresentação do GNA, no acolhimento da pesquisadora no campo, este passou a ser identificado como "companheiro de campo".

dos entrevistados - assim como a identidade do Coletivo - foram mantidas em sigilo, o que também será feito aqui neste artigo.[5]

Assim, reconduzindo nosso olhar para este território negro marcado por uma Base Comunitária de Segurança (BCS)[6], propomos demonstrar como o GNA é um cenário onde se revelam as miudezas do controle policial sobre o povo negro. Vale pontuar, contudo, que não definiríamos este trabalho como um estudo sobre polícia ou segurança pública. Nos inserimos na perspectiva teórica – e inevitavelmente política – da existência de um genocídio da população negra levado a cabo pelo Estado, mas não só por ele. Compreendendo as tantas facetas do genocídio, sustentadas pelo pacto racista que contrapõe ideal de superioridade branca com inferiorização do negro, é que vamos nos debruçar sobre a cidade e seus controles. No GNA, o genocídio, enquanto política de morte, se concretiza como violência e morte física, mas atenta também aos meios de sobrevivência econômicos e de lazer: uma dupla morte negra, da qual iremos tratar neste artigo.

2. "Nós acusamos genocídio"[7]

Partimos do diagnóstico, político e acadêmico, da existência de um genocídio em curso contra a população negra, que permeia a sua existência diaspó-

5. Para uma análise mais aprofundada acerca da metodologia e as delimitações da pesquisa empírica empreendida no campo do GNA, sugerimos a leitura do capítulo 4, especialmente da parte intitulada "Sobre métodos e sujeitos: o 'fazer fazendo' e quem soltou a voz", presente no trabalho dissertativo de Laís Avelar (AVELAR, 2016).

6. Base Comunitária de Segurança (BCS) é o nome dado às estruturas físicas militares cravadas em determinadas espacialidades de Salvador e de outras partes do território baiano, fruto do plano de segurança estadual intitulado Pacto Pela Vida (PPV). Este plano, implantado em 2011, espacializou estas Bases por 11 territórios-bairros da capital baiana que, não coincidentemente, são espaços racial e socialmente demarcados – bairros negros-populares. Como veremos mais à frente, as três BCSs presentes no GNA sinalizam como estas estruturas territorializadas e militarizadas estão funcionando como verdadeiros pontos de gerenciamento e controle da população negra urbana.

7. Referência livre à petição "We Charge Genocide", de 1951, liderada por William Patterson com a intenção de ser apresentada às Nações Unidas durante a Convenção do Genocídio, abrangendo as políticas segregacionistas dos Estados Unidos, nos anos 40, num conceito multifacetado de genocídio. Como consequência, "O temor de que as políticas segregacionistas pudessem ser analisadas nos termos da Convenção impactou a própria interpretação do instrumento legal e moldou as principais reservas e entendimentos que seriam formulados. Em suma, a ratificação da Convenção sem quaisquer salvaguardas provou ser insustentável à luz do caráter explícito do genocídio imposto às comunidades negras no país." (FLAUZINA, 2013, p. 6).

rica (VARGAS, 2010). A experiência colonial se mostra, sobretudo, uma experiência de morte das vidas negras e indígenas, em função do acesso à terra e da exploração da mão-de-obra por parte do colonizador. Mas o passado, aqui, não figura só como um fantasma distante. É antes uma lembrança de que um pacto social racial esteve sempre presente neste solo, desde o empreendimento colonial, transversal pela independência, ditaduras e democracias republicanas[8].

Adotamos a urgência de João Vargas (2010) em utilizar a perspectiva sistemática do genocídio na abordagem de diversas dimensões da vida negra – saúde, acesso ao conhecimento, cultura, segregação residencial, controle policial –, como ferramenta para compreender como essas mesmas dimensões são afetadas por um empreendimento tão amplo, e simultaneamente sub-reptício, como é a política de morte direcionada ao negro. Aqui, os fatos da vida urgem: a pesquisa comprometidamente emancipatória inevitavelmente se engajará na arena política para romper o silêncio imposto e denunciar a desumanização que sustenta a morte em escala de negros e negras.

8. Quando afirmamos existir um pacto racial presente na formação social em solo brasileiro, o que se pretende é atentar aos contornos sempre racializados tanto das relações sociais quanto econômico-produtivas, de início desencadeadas pelo escravismo, e, posteriormente, ainda bastante influenciadas por ele. Enunciar a existência deste pacto vem confrontar a tradição brasileira de relegar a raça a um terreno do não dito, da imposição dos silêncios, entrecortado apenas por uma breve experiência de apropriação da raça como categoria pseudocientífica na construção do projeto nacional (SCHWARCZ, 1993). O discurso racial mais persistente, contudo, é exatamente aquele que nega a raça: aquilo que hoje chamamos do mito da democracia racial. Trata-se da ideia de que, no Brasil, não havia qualquer "linha de cor" institucionalizada, devido a uma composição "mestiça" da população, e, por isso mesmo, em algum plano de uma "pós-raça", se adotássemos alguma das ilusões freyrianas denunciadas por Abdias Nascimento (2016). O mito da democracia racial foi poderoso porque impôs o silêncio sobre a raça, acusando de racistas as iniciativas de reconstrução consciente de uma identidade negra, esta, por sua vez, desagregada por séculos de genocídio simbólico e material. Vale trazer também algumas considerações da revisão de Antônio Guimarães (2001) acerca da expressão "democracia racial", indicando seus carregados significados políticos, especialmente conectados à luta do movimento negro, em conjunto com as diversas conjunturas políticas de democracia e autoritarismo político. Guimarães localiza no período da ditadura militar uma série de fatores que encadearam a pauta de denunciar o mito da democracia racial. Antes disso, contudo – e com outras denominações e formas –, a democracia racial – enquanto mito – já se mostrava muito presente no Brasil. Seja como o mito da escravidão branda e do senhor branco bondoso, seja como ideia de "paraíso racial", estava ali sempre presente o silenciamento sobre o preconceito de cor e a desigualdade de oportunidades desencadeada pelo estatuto de desumanização a que é submetido o povo negro brasileiro.

Abdias Nascimento (2016) consolida a denúncia do genocídio do negro brasileiro em torno da desconstrução do mito da democracia racial. E, compreendendo que este mito só poderia existir diante de uma minimização do empreendimento escravista, desconstrói também a ilusão de uma benevolente escravidão brasileira. Assim se desvelam, rapidamente, os inegáveis projetos de assassínio coletivo da raça negra, apoiados ou protagonizados pelo Estado. A classe senhorial branca brasileira, que tratou a vida negra como descartável até ser necessário preservá-la para a manutenção da mão-de-obra, uma vez confrontada com o inevitável fim da escravidão, se vê diante do "problema do negro" (AZEVEDO, 1987): como lidar com a massa escrava sem a coisificação e o controle direto sobre o corpo?[9]

Sendo o povo negro um "problema", as "soluções" a ele direcionadas são mais ou menos explícitas em relação ao objetivo final que usualmente se propõe a um incômodo problema: exterminá-lo. Incorporando as inspirações eugênicas do racismo científico, entrava em curso o branqueamento da população, para o regozijo dos ideólogos de uma nação branca, uma face explícita da vontade genocida de ver perecer o negro brasileiro. Esse projeto nacional branqueador tem a sua máxima no influxo de imigrantes europeus, mas não se pode esquecer o anterior tombamento de corpos negros na Guerra do Paraguai. Considerando tal projeto genocida, também a omissão sistemática do Estado brasileiro em relação ao povo negro não pode ser vista como uma mera negligência[10]. O abandono é, à sua maneira, uma espécie de política pú-

9. Vale sublinhar que, no fim do regime escravocrata, este controle do corpo já não era mais tão direto – especialmente no meio urbano, com a figura do escravo de ganho. É neste contexto histórico e social, inclusive, que a resistência negra, organizada através dos ajuntamentos urbanos, contribui para o crescente medo branco de uma ruptura revoltosa da escravidão (CHALHOUB, 2011; AZEVEDO, 1987).

10. Nascimento (2016) se refere a Skidmore (1976) quando aborda o projeto do branqueamento como face do genocídio. Skidmore traz, por seu turno, a tese de João Batista de Lacerda, que demonstra ser o branqueamento um projeto que dependia não só do influxo de imigrantes, mas também de um deliberado movimento de "fazer morrer" a população negra. Segundo os cálculos de Lacerda, relativos ao branqueamento, seria "lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido no Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio" (apud SKIDMORE, 1976, p. 83). A extinção, como se vê, é o objetivo. Considerando que "desde a abolição, os pretos tinham ficado 'expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manter'" (SKIDMORE, 1976, p. 83), Lacerda conclui que o desaparecimento do povo negro era uma consequência lógica e esperada.

blica de morte. A vida de um povo, sob o domínio da matemática do branqueamento, era calculada para sua extinção.

Encoberta pelo véu da democracia racial, que leva a crer que o branqueamento não foi nada além de um capítulo questionável dos homens de ciência do Brasil, a herança da escravidão parece um capítulo triste, porém, pretérito. O genocídio, contudo, é constante histórica e sociológica. Falar do sistema de morte física e subjetiva levado a cabo na exploração dos corpos negros das *plantations*, como faz Mbembe (2003), não é um mero recurso a um fato histórico exemplificativo, mas um recurso analítico para compreender uma forma específica de poder, que toma em suas mãos o objetivo de fazer morrer. Atualizado e renovado às novas tecnologias da morte, é um poder também arcaico e colonial, porque é aí que deitam suas raízes.

Enquanto parte do racismo sistêmico levado a cabo pelo Estado brasileiro, em suas ações e omissões, o genocídio é também um jogo de peças jurídicas e institucionais[11]. Por mais que parte significativa de práticas de violência estatal direcionadas à população negra se situe num plano externo à legalidade, é inegável que elas acabam sendo legitimadas e/ou mediadas pelo direito, adquirindo uma roupagem "legal". Nos situamos, especificamente, no amplo e intrincado projeto de compreender o genocídio privilegiando essa dimensão estatal, assumindo que a formação do Estado brasileiro foi marcada pelo extermínio racista de populações negras e indígenas (FLAUZINA, 2008).

Ana Flauzina (2008) parte das engrenagens do biopoder de Foucault – criticando o referencial eurocêntrico de onde fala o autor – para mobilizar uma forma de entender esse poder estatal que age sobre a vida e a morte daqueles sob seu domínio. Se o biopoder age sobre a manutenção e gestão da vida, como se permite ao Estado, dentro deste mesmo marco, provocar a morte dos seus? É o racismo de Estado, como elabora Foucault (2010), que calibra essa lógica aparentemente contraditória. Outros referenciais podem ser articulados em torno dessa linha que determina vida e morte, humanidade e desumanização[12]. Utilizaremos, aqui, o referencial da necropolítica[13], uma vez que esta

11. Sem ignorar que existem outras ações e omissões que promovem o genocídio, seja por forças econômicas movidas pela iniciativa privada, seja pelas representações sociais articuladas pela mídia, seja pelo epistemicídio levado a cabo pela academia.

12. Como as formulações em torno da "vida nua" ou "vida matável", de Agamben, que também serão trabalhadas por Mbembe no marco da necropolítica.

13. Registramos o nosso agradecimento à prof. Ana Flauzina, pela indicação dos referenciais sobre necropolítica – mais adequados para pensar a experiência negra em

formulação toma a experiência negra, conjugada à colonização e à diáspora, como ponto de partida para entender a atuação deste poder estatal de vida e, sobretudo, de morte.

A necropolítica, a partir de Mbembe (2003), parte da insuficiência do biopoder frente às formas de soberania em que a morte do "inimigo" – seja ele interno ou externo – é o principal objetivo. Conectando soberania ao direito de matar, Mbembe indica que a base normativa que os sustenta parte do estado de exceção e da noção ficcional de inimigo.

Desde o abandono sistemático do africano livre e do liberto até as negligências no atendimento médico da mulher negra, são muitos os instrumentos empregados para fazer perecer uma raça inteira (NASCIMENTO, 2016; FLAUZINA, 2008). Formas mais explícitas, como a execução sumária[14], se conectam e sustentam em outras formas, não menos sutis, como o genocídio simbólico do conhecimento fundado em perspectivas de negritude, o epistemicídio (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2016). Não há contradição: a política genocida é multifacetada e nem por isso menos efetiva. Mais do que uma política de morte, é uma política de *mortes*: morte física, morte subjetiva, morte epistêmica. Morte da humanidade da pessoa negra, que é começo, meio e fim do racismo.

3. O urbano racializado se demarca pelo controle

Os estudos sobre a cidade não escapam à armadilha de tentar explicar o cenário brasileiro a partir da onipotente desigualdade econômica e social. Não raro, parece ser essa uma estratégia para novamente silenciar a raça e reforçar o mito da democracia racial sobre o qual se sustenta o genocida pacto social

contato com o biopoder –, que terminaram por "abrir os caminhos" nas perspectivas teóricas de ambas as autoras.

14. A execução sumária é prática frequente nos territórios negros, seja pelo cometimento de chacinas, com diversas vítimas em conjunto, seja individualmente, precedida de desaparecimento forçado e/ou tortura. Não raro são situações registradas e publicizadas, que ocorrem, inclusive, em territórios "basificados" ou "pacificados", utilizando, respectivamente, nomenclaturas para os casos soteropolitano e carioca. Um fio condutor importante para compreender as chacinas e outros tipos de execução são os movimentos de mães e familiares, que por vezes transformam-se em entidades organizadas politicamente em denunciar tais mortes prematuras de jovens negros provocadas por agentes estatais. A esse respeito, ver, por exemplo, VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*. v. 37, p. 79-116, 2011.

brasileiro (NASCIMENTO, 2016). Contudo, as relações raciais também desenham a cidade (ALVES, 2011; ROLNIK, 1989; GARCIA, 2009; VARGAS, 2010)[15]. Os tensionamentos oriundos das relações raciais que ali se desenvolvem, encobertas por toda a carga de silenciamento que a raça carrega no Brasil, estabelece muros invisíveis – e outros perfeitamente visíveis, mas cuja leitura de significados cotidianamente aponta a uma divisão de bairros "ricos" e "pobres".

Se a cidade se constrói não só de vontades institucionais, mas também de sua gente, como seria possível tomar as negras cidades brasileiras como produtos absolutos de relações de classe? Garcia (2009) e Vargas (2010) nos apontam que a cidade cria e recria desigualdades, inclusive raciais. Assim, sendo necessariamente tomada como um espaço-tempo (SANTOS, 1993), a cidade, que "condensa no espaço as marcas dos eventos históricos" (GARCIA, 2009, p. 118), no contexto brasileiro, tem sua espacialidade traçada a partir do compasso racial que nos forja desde a conquista (DUSSEL, 1993).

Silenciar a existência, subsumindo-os a fenômenos estritamente econômicos, é, mais uma vez, colaborar com o mito da democracia racial, negando à comunidade negra sua identidade autônoma. Tomamos então a afirmação poderosa de Rolnik (1989) – territórios negros existem! –, como um posicionamento político-acadêmico pela necessidade de reconhecer a espacialização das identidades étnicas.

O início do século XX, período privilegiado por Raquel Rolnik (1989) na sua análise dos territórios negros no Rio de Janeiro e São Paulo, é essencial para pensar como a cidade se transforma respeitando paradigmas profundamente racializados. As reformas urbanas deste período marcaram visceralmente as capitais sudestinas, e também Salvador – em que pese sua posição periférica – foi modificada por reformas urbanas ditas "modernizadoras", que afetavam não só a concretude do espaço, mas também as formas de utilizá-lo. As inspirações europeias, conjugadas à ideia de civilizar as ruas e os cidadãos, coincidiam com o esforço para "desafricanizar" Salvador[16].

15. Essa discussão está presente em ambas as nossas dissertações de mestrado: tanto um apanhado dos estudos sobre a questão urbana em contato com as relações raciais, no momento contemporâneo, quanto parte da discussão com contornos históricos, mais voltados à vida urbana negra na formação da Salvador moderna.

16. Sobre a ideia de "desafricanizar", remetemos o leitor e a leitora à Ferreira Filho (1999), em sua análise do espaço público soteropolitano. À necessidade de civilizar e "europeizar" a cidade se complementava com certa urgência a missão de desafricanizar Salvador, ou seja, limpar do espaço visível àqueles signos e sujeitos que reme-

Rolnik (1989) demonstra como as relações raciais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, afetaram a espacialização das residências, apontando inclusive os movimentos persecutórios de expulsão e estigmatização de bairros negros paulistas, em função dos trabalhadores operários imigrantes. A forma como as reformas urbanas ocorreram não foi um acaso: buscava-se reprimir e segregar os ajuntamentos urbanos de negros, uma população que passava da marginalidade da escravidão para a marginalidade do indesejável, que estabelecia, por sua vez, a necessidade de distância. Uma cidade que replica em seu desenho os cortes de uma população com cidadania plena em contraposição a um setor indesejável necessita de mecanismos de manutenção desta ordem que se constrói ou pretende construir. Por isso é que afirmamos que uma cidade racialmente segregada se demarca pelo controle.

Abordar uma cidade que espelha em si as relações raciais não é falar apenas dos territórios negros e suas rotinas de vigilância. É também compreender os enclaves de uma cidade branca – outrora europeia e limpa, hoje revitalizada e, novamente, limpa[17]. Antônia Garcia (2009) explicita a composição racial de Rio de Janeiro e Salvador, demonstrando como ambas as antigas capitais ostentam elevados números de homogeneidade racial das populações, quando divididas em bairros, desenhando metrópoles com grande quantidade de bairros negros/pobres, marcados pela precariedade, e poucos bairros brancos/ricos. Analisando a espacialização do racismo a partir da pauta da branquidade e da denúncia de seus enclaves brancos nas cidades, esta autora conclui como "tanto em Salvador como no Rio de Janeiro, a população mais rica e branca concentra-se em poucos bairros, onde estão os mais escolarizados, os de maior renda, de ocupações mais valorizadas etc." (GARCIA, 2009, p. 194). Falar de raça implica colocar não apenas a negritude em pauta, mas também a branquidade[18].

---

tiam o espaço urbano à imagem de uma cidade africana. Diante da impossibilidade de efetivamente branquear a população, determinando o influxo de imigrantes brancos, restava a possibilidade de tornar o africano menos "selvagem" e "incivilizado". Dito de outra forma, seria a promoção de um branqueamento simbólico dos costumes da população negra. Esse esforço atingia, principalmente, trabalhadores e trabalhadoras de rua, que circulavam mais livremente entre espaços centrais os quais começam a ser disputados pela diminuta elite branca no contexto da modernização da cidade (FERREIRA FILHO, 1999).

17. As semelhanças discursivas entre a modernização no início do século XX e projetos atuais são, por vezes, espantosas: ambos se pautam fortemente na ideia de limpeza e de atribuição de um novo – mais civilizado – modo de ocupar o espaço público.

18. O termo "branquidade" será utilizado, assim como "brancura", no sentido de denotar uma identidade racial branca que se institui como superior aos não brancos. Bran-

A maciça presença branca num bairro parece afastar dos olhos a presença do conflito – ali não tombam corpos negros no chão, ali não se tolera bala perdida –, mas ele está, ao mesmo tempo, latente, a um passo do enfrentamento. Não se pode esquecer dos controles presentes nos pretensos enclaves da cidade "branca". Abordar os espaços em que a população negra aparece de passagem, no máximo como habitante provisória do "quarto dos fundos", é compreender o esforço de branqueamento da própria cidade[19]. Esta é uma importante chave de leitura para a compreensão do urbano, uma vez que coloca a branquidade em questão. É preciso girar o sentido das perguntas: quem sustenta o pacto racial materializado na gestão da cidade?

O branqueamento da cidade se faz com esforço, no refinamento de mecanismos, promovendo ajustes miúdos no tratamento dos corpos negros presentes. Como parte da política da genocida, e por isso perseguindo objetivo comum – supressão da presença negra – ele se faz sem alarde, sem corpos estendidos no chão, para não perturbar o cotidiano "civilizado". Vargas (2010) afirma que "a supremacia branca e o racismo antinegros são genocidas (...) a supremacia branca e o racismo antinegros trabalham igualmente com o silêncio, a inércia e a ignorância" (p. 56). O branqueamento nos enclaves brancos e a morte cotidiana nos territórios negros são mecanismos complementares de um genocídio espacializado.

Deslocando o foco especificamente para a experiência urbana negra, notamos que ela é visceralmente afetada pela vigilância e o controle. Fica explícita a necessidade de pensar como as políticas de morte se configuram a partir e através da gestão do espaço urbano (ALVES, 2010). Nos territórios negros, o controle é permanente. Território onde Estado é polícia e a dinâmica estatal se converte em "paralegal", os mecanismos do assassínio coletivo estão a todo vapor. Neste chão é que se estendem os corpos negros, abatidos em qualquer

quidade é uma nomenclatura mais recente, e seu significado é mais unívoco em comparação com "branquitude". Conforme Moreira (2014), há uma proposta, em Edith Piza, de conceituar a branquitude como uma virada reflexiva da experiência branca, com vistas a uma política antirracista. A branquitude seria, portanto, uma espécie de superação da branquidade, ou seja: uma branquitude crítica. Não iremos nos aprofundar neste debate, mas, a fim de proporcionar coerência textual, iremos nos eximir de utilizar o termo "branquitude", para evitar qualquer confusão conceitual.

19. Usualmente se fala de branqueamento em referência ao projeto imigrantista, como fizemos, inclusive, neste texto, ao referenciar Nascimento (2016), que toma este branqueamento como dimensão do genocídio. Aqui falamos de branqueamento de uma forma mais ampla, como toda forma de materialização prática do ideal do branco.

que seja a atual guerra que serve como pretexto para a política genocida. O controle sempre esteve presente no disciplinamento da população negra. Seja quando exercido substancialmente pelas mãos do próprio senhor e seus capitães do mato, ou a partir da passagem paulatina deste para o comando estatal, o controle da coletividade negra na espacialidade urbana atravessa os processos históricos e constitui-se como permanência. Interessa perceber, entretanto, como o exercício dessa vigilância orientada para negritude como grupo alvo, apesar de não ser novidade dos tempos atuais, se renova. Baseadas na velha transformação das "dimensões identitárias desses grupos alvo, em capital simbólico negativo" (REIS, 2005, p. 64), as políticas de controle do presente estão traduzidas, sobretudo, em políticas de segurança que cravam, no interior do território negro do presente, o controle em forma de militarização – seja por UPPs[20] dos morros cariocas ou através das Bases Comunitárias de Segurança de Salvador, São Paulo e Recife. Cria-se, assim, através dessa atualização do controle no espaço, "geografias-problema", como o GNA, imprescindíveis para a subsistência dessa urbanidade racializada e, por conseguinte, numa visão mais ampla, do nosso "regime racializado de cidadania" (ALVES, 2011).

Nesse sentido, este artigo se propõe a entender a dinâmica do controle urbano racializado em Salvador, especialmente a partir da experiência em campo no "basificado"[21] Grande Nordeste de Amaralina, compreendendo que a tríade controle – espaço urbano – raça é absolutamente intrincada. Perpassada por

20. UPPs são as Unidades de Polícia Pacificadora. Estas Unidades, instaladas em morros da capital fluminense desde 2008, são encaradas pelo governo estadual carioca como programa/política de segurança pública. A análise do discurso oficial revela as semelhanças das BCSs baiana com estas Unidades, que, em verdade, foram usadas como modelo para as estruturas militares do PPV baiano. No site do governo do Rio de Janeiro, na definição destas Unidades, lê-se: "Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs – planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional – foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública" (www.upprj.com). Apesar dessa descrição oficial, estudos críticos como o da professora Vera Malaguti Batista, apontam como nos territórios ditos pacificados, além da morte física e dos constantes "desaparecimentos" de corpos negros, sobretudo de jovens, a atuação desta dita polícia de proximidade está, na realidade, pautada num controle minucioso, um controle precisamente resumido pela autora como uma "gestão cotidiana dos pequenos gestos, do ir e vir, do lazer, enfim da vida dos pobres no Rio de Janeiro." (MALAGUTI BATISTA, 2011).

21. O termo basificado guarda o sentido de indicar que o espaço apresenta uma, ou mais de uma – como é caso do GNA –, Base Comunitária de Segurança (BCS).

essa tríade, as cidades brasileiras sempre foram um campo de embates, no qual se engendraram não apenas os inegáveis conflitos de classe, mas também os belicosos pontos de contato entre branquidade e negritude. Nos situamos, então, a partir de uma perspectiva teórica e política do genocídio, posicionando-nos para pensar o *controle*, abrangendo, portanto, sistema penal e segurança pública.

Nos orientamos, portanto, a partir do signo do controle, sempre tendo em mente a perspectiva mais ampla do genocídio em curso, que, por ser um fenômeno multifacetado, exige a articulação de marcos disciplinares diversos. Não pretendemos, contudo, ignorar o relevante acúmulo da criminologia da reação social: na medida em que estabelece um giro na proposição das perguntas sobre o desvio e o desviante, essa criminologia abre um flanco capaz de apontar alguns dos absurdos correntes – ainda vigentes, mesmo que reatualizados – da criminologia positivista.

Não negamos a formulação histórica de Foucault (2014, 2015) sobre a diferenciação dos ilegalismos, tão relevante para os estudos criminológicos, ou a apropriação marginal de Zaffaroni (2001) sobre a realidade latino-americana, tratando especificamente do passado colonial comum e do genocídio multifacetado que, no dizer do autor, atinge o continente a conta gotas. Estas são perspectivas que auxiliam, inclusive, na observação de que o poder punitivo não incide apenas na repressão, mas cria e recria subjetividades e percorre caminhos distantes do olhar das regras formais. Isto é fundamental, pois o racismo institucional[22] irá transitar exatamente nas esferas "paralegais", incidindo nos detalhes da vida a partir de uma práxis subterrânea do direito penal.

Contudo, é preciso registrar a crítica: a criminologia, inclusive a dita crítica ou da reação social, necessita enfrentar as suas premissas – fortemente baseadas nas cidades europeias, seu capitalismo industrial e os corpos brancos que lá transitam – e atentar à realidade colonial intrinsecamente racial, que é marca distintiva do contexto brasileiro. A análise da seletividade racial dos sistemas penais não pode ocupar um lugar meramente ilustrativo. É preciso compreender como a atuação dos sistemas penais, inclusive, e talvez ainda mais intensamente nas suas dimensões paralegais ou subterrâneas, está "condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade" (FLAUZINA, 2008, p. 154).

22. "Refere-se a práticas discriminatórias que não estão explicitamente definidas na lei ou codificadas na política, mas são reproduzidas (intencionalmente ou não) nas rotinas, administrações, normas, hábitos e práticas profissionais de instituições de educação, controle social, tecnociência ou cultura." (AMAR, 2005, p. 231).

4. A urbanidade racializada do contexto de cá: Salvador e o Grande Nordeste de Amaralina (GNA)

Este artigo, apesar de limites óbvios de aprofundamento, por estar recortado empiricamente em uma cidade, Salvador, e numa região desta, o Grande Nordeste de Amaralina (GNA), não pode dispensar uma breve contextualização dos territórios que o abriga. Embora saibamos que as cidades brasileiras, especialmente as metrópoles, apresentam fortes semelhanças nos seus padrões de espacialidades – ou se preferir, nos seus padrões de desigualdade urbana – por serem desenhadas estruturalmente pelo compasso da raça e, por conseguinte, reproduzirem, de forma comum, a lógica maior do "lugar natural" (GONZALEZ & HASENBALG, 1982) do negro e do branco no espaço urbano, percebemos peculiaridades na cidade de Salvador.

Assentadas em Salvador, estamos tratando de uma cidade negra transatlântica[23]. Afastamo-nos dos argumentos quantitativos – era este um dos locais da América que mais recebeu escravizados até a abolição, permanecendo, no presente, como a cidade com o maior número populacional de negros –, que poderiam supostamente embasar a peculiaridade de Salvador. Esta ressalva justifica-se muito mais na questão de diferenciação em relação aos rumos tomados pelas demais metrópoles, sobretudo no pós-abolição, especialmente por aquelas pertencentes ao eixo sul-sudeste:

> Em primeiro lugar, a convivência de uma herança complexa de cultura afro-brasileira e a aparente "harmonia racial", que relegava a negritude a um lugar de submissão ou a um lugar de exotismo fetichista. Além disso, Salvador é uma cidade nordestina: periferia da periferia do capital. O afastamento geográfico dos centros Sul-Sudeste provoca um necessário desloca-

23. Conforme proposto por Duarte e Carvalho (2016, no prelo) há um necessário alargamento teórico para se pensar o espaço, possibilitado a partir de chaves como diáspora e Atlântico Negro - noções construtoras de realidades como a brasileira. Desta proposição, nos apropriamos do conceito de cidades negras transatlânticas, já difundido em outros estudos (CHALHOUB, 1990; FARIAS et al, 2006), como "um conceito de cidade pensado a partir da diáspora e dessa ressignificação do espaço (...). São cidades transatlânticas, a exemplo do Rio de Janeiro e de Salvador, onde circulavam pessoas, ideias de liberdade, igualdade, insurreições, motins, práticas culturais não oficiais, mercadorias legais e ilegais, homens e mulheres, escravos, libertos e foragidos. (...) As cidades negras são o território da' trans-cultura negra' em que, ao contrário de um processo de influência unilateral da África sobre esses territórios localizados do outro lado do Atlântico, havia um verdadeiro processo de criação contínua, no qual "Áfricas" eram recriadas. (DUARTE e CARVALHO, 2016, no prelo, p. 51).

> mento das análises que tratam de Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de sua importância política, Salvador não passa pelos mesmos ciclos econômicos e políticos das cidades do Sudeste, e por isso mesmo não comporta uma mera transposição da conjuntura que acometeu aqueles centros urbanos. (NOVAES, 2017, p. 15)

Nesse sentido, por exemplo, é interessante pontuar como processos nacionais, conscientemente traçados, marcaram com profundidade diversa o território nacional. Se é sabido que a campanha imigrantista, iniciada antes mesmo da abolição, foi politicamente endossada com o propósito de substituição, pelo imigrante branco, da mão de obra negra – a qual, mesmo com todo o adiamento das forças econômicas e políticas deste país, mais dia, menos dia, estaria liberta –, há que se reconhecer que, por questões de desenvolvimento político, os efeitos dessa política de embranquecimento no território brasileiro não teve o mesmo poder de repercussão na cidade baiana, quando comparada com outros lugares do país, destacadamente, Rio de Janeiro, São Paulo e demais cidades do sul do Brasil (ALBUQUERQUE, 1997).

A partir desta ressalva, então, o que pretendemos demarcar é que se indiscutivelmente cidades como Rio de Janeiro e Salvador escancaram "homologias e um padrão comum de segregação inscrito no espaço" (GARCIA, 2009, p. 185), há diferenças na espacialização da dualidade negro x branco, como notado pela própria intelectual Antônia Garcia, entre as duas cidades, por exemplo, que são importantes de serem tratadas[24]. Diferenças que, bem distante de produzirem padrões espaciais mais ou menos racializados, sinalizam a importância de tratamentos teóricos menos generalistas. Daí o endosso feito aqui neste artigo de, ao falar do branqueamento da cidade de Salvador, notá-lo a partir de uma "desafricanização"[25] – a qual também traçou uma urbanidade violen-

24. Num explícito tom de ressalva, Garcia (2009), por meio de dados, sinaliza para peculiaridades presentes nestas metrópoles, resultantes prováveis de experiências diferenciadas em relação aos processos nacionais: "Ressalve-se, entretanto, que nenhum bairro de maioria branca desta cidade [Salvador] consegue os índices do Rio de Janeiro. Lá [em Salvador] as AEDs com maior densidade branca, como Graça e Barra/Barra Avenida, chegam a 71,9% e 71,7%, respectivamente, enquanto no Rio de Janeiro as AEDs mais brancas ultrapassam a barreira dos 90% (...). Inversamente, em Salvador, estes índices são alcançados pelos negros de áreas bem distantes do centro antigo e algumas áreas da orla marítima." (GARCIA, 2009, p. 185).

25. Para compreender o branqueamento em Salvador, é necessário mobilizar outros referenciais que não apenas a perspectiva imigrantista de influxo de sangue branco. Por isso falar em um branqueamento "possível": a desafricanização (NOVAES, 2017).

tamente marcada pela dualidade espacial negro x branco, mas que demanda a apropriação de chaves de leitura próprios: "se no Rio de Janeiro a dualidade se dá em termos de favela-bairro, morro e asfalto, em eixo vertical, em Salvador ela se dá mais em termos de orla marítima x subúrbios, bairro pobre x bairro rico, em eixo horizontal." (GARCIA, 2009, p. 182).

O Grande Nordeste de Amaralina, periferia central[26] de Salvador é um grande exemplo da importância dessa cautela. Formado por um conjunto de quatro bairros principais, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho – deixando de fora "sub áreas" reconhecidas pela população dali, como: o Areial, o Globo, a Olaria, Serra Verde entre outras – o GNA está localizado na região da cidade que concentra a maior parte dos bairros brancos e, por conseguinte, de alto status, a faixa oceânica chamada de Orla Marítima. Localizado num ponto alto desta faixa que reúne a branquidade, o Grande Nordeste é melhor pensado como uma reunião de bairros populares/negros (REIS, 2005) do que a partir da ideia de morros cariocas. É neste sentido que, as palavras da socióloga e militante negra baiana, Vilma Reis, garantem uma tradução fidedigna para qualquer um que pisa o pé numa das ruas principais da região do GNA, a rua Cristovão Ferreira, localizada no bairro do Nordeste de Amaralina:

> A maioria dos bairros populares de Salvador é constituída por uma arquitetura que chamaremos de usina do terror neo-escravista. Essa triste arte de construir para sobreviver, além das casas, com seu formato particular, nos lembrando uma espécie de prisão, com muitas grades, tem ainda quatro elementos pilares que formam o presente dos bairros populares: bares, Igrejas Evangélicas, lojas de cremes de cabelo e casas comerciais varejistas (os mercadinhos), localizadas nas ruas centrais dos bairros, as chamadas Rua Direta e, atrás de quase tudo, estão as moradias da maioria das famílias negras, que somente tiveram o direito de morar nas "ruas da frente" quando ocuparam as áreas, chamadas de invasões, depois a pobreza as fez vender as suas casas

26. O GNA, apesar de formado por bairros populares de larga maioria negra, não é, do ponto de vista geográfico, periferia. A região está cravada em uma zona nobre da cidade, a Orla Marítima de Salvador, e rodeada por bairros de classes alta e média alta, como: Itaigara, Rio Vermelho, Amaralina, Candeal e Pituba. Contudo, confrontando os requisitos geográficos do conceito de periferia, o GNA encarna outros requisitos que, mobilizados pelo senso comum, também forjam este conceito: "uma dimensão do espaço urbano racialmente produzido (...) resultado de processos políticos conscientes, pelos quais o Estado impõe sua estratégia seletiva de contenção social." (ALVES, 2011, p. 130).

> na frente das ruas e voltar a morar nas baixadas, sem qualquer infra-estrutura. (REIS, 2005, p. 124, grifo nosso).

A descrição do bairro popular e da arquitetura neoescravista feita por Reis traça com triste esmero a espacialidade do GNA. Passando pela Rua do Norte, pela Cristovão Ferreira ou demais ruas centrais da região, para além das frentes tomadas por bares, casas varejistas – loja de material de construção, de variedades de "tudo por até 10 reais" – salões de beleza, barbearias e muitas igrejas evangélicas, surgem ainda, em meio a estas ruas principais, pequenas entradas, quase imperceptíveis a um rápido olhar, que são os "becos, vielas escadarias (...) onde às vezes não há espaço para passar uma geladeira." (REIS, 2005, p. 127). Corredores estreitos que levam para as "baixadas", que servem de moradia àquelas famílias negras que não moram mais na "frente de rua"; ou seja, partes ainda mais estigmatizadas e segregadas, inseridas em um território negro já "apartado" da cidade formal-branca.

Composto por uma população de 77.024 mil moradores, dos quais 66.389 mil autodeclararam-se negros (somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE), conforme o último censo realizado pelo IBGE em 2010, o GNA tem uma composição racial negra dominante que alcança, aproximadamente, 86% daquele território.

Não só por sua arquitetura modelada pela repressão ou por sua composição racial quase que homogênea de negros, o GNA constitui-se como um conjunto de bairros populares. Isto porque, também alvo das sucessivas políticas públicas de segurança criminalizadoras dos corpos negros e mortificadoras dos seus territórios, este espaço não foge ao tratamento estatal ofertado comumente aos bairros populares, não coincidentemente negros da cidade. Percorrendo a detalhada abordagem realizada por Reis (2005) a respeito das políticas de segurança direcionadas aos bairros populares/negros[27] e chegando, mais recentemente, à assunção do Pacto Pela Vida (PPV), no ano de 2011, como plano estrutura-

27. Recortada no intervalo temporal do início da década de 90 até o início dos anos 2000, a socióloga baiana, Vilma Reis, faz uma análise profunda de como as sucessivas políticas de segurança pública implementadas em Salvador, mais especificamente direcionadas aos seus bairros populares-negros, estavam marcadas pela criminalização do negro. Para uma compreensão mais completa, sugerimos a leitura do trabalho produzido pela citada autora: REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado:* as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBa. Salvador: 2005.

dor da segurança pública do estado baiano[28], o que notamos é a constituição de um território-alvo de um conjunto de "políticas de segurança pública [que] na forma como têm sido implementadas têm assumido um papel decisivo nas mortes de jovens-homens-negros." (REIS, 2005, p. 100).

Assim, olhar para o GNA – seja a partir da 40º Companhia Independente da Polícia Militar[29], ou pelas rotineiras Operações Policiais[30], ou, ainda, chegando, mais recentemente, às inovações repressivas criadas pelo já citado PPV, tal quais as três Bases Comunitárias de Segurança[31] cravadas no interior do terri-

28. Lançado em junho de 2011, o PPV tem uma base documental formada pela reunião da Lei estadual 12.357, que institui o Sistema de Defesa Social, o próprio PPV e dá outras providências, juntamente com a Lei 12.371, responsável pela instituição do Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Índice Estratégico e Outros Índices de Controle de Criminalidade no Estado da Bahia, e, ainda, pelo estabelecimento das regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial. Além destas duas leis, adiciona-se à sua base, o PLANESP, lançado em dezembro do mesmo ano. O PPV, inspirado em experiência homônima experimentada em Pernambuco desde 2008, entre outras medidas, é o responsável pela territorialização das chamadas Bases Comunitárias de Segurança no estado da Bahia. Estruturas que, como já sinalizado previamente, no GNA atuam como pontos de gerenciamento e controle. Estas Bases que, atualmente, totalizam o número de 15 em todo estado – sendo 11 em Salvador –, são oficialmente definidas como "estruturas físicas em áreas consideradas críticas em termo de criminalidade violenta (...)." (Pacto pela Vida, 2016).

29. Frutos da suposta implantação estadual de um modelo de policiamento comunitário, surgem no ano de 1998, na Bahia, as chamadas Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM). Tais Companhias, visando uma gestão integrada das polícias, deveriam, ainda, instaurar o que se convencionou chamar de Polícia Cidadã (REIS, 2005). Criada neste contexto, a 40ª CIPM ficou responsável pela região da cidade de Salvador que acolhe o GNA. Assim, é interessante destacar como as referências feitas, tanto nas entrevistas como em conversas informais durante a experiência em campo, apontaram a truculência como marca da atuação desta Companhia nos bairros do GNA, afastando a suposta proximidade com os moradores inerente ao ideal de um policiamento comunitário e de uma polícia cidadã.

30. Estas operações, conhecidas pela violência que lhe assemelham a verdadeiras faxinas raciais no espaço urbano, ascendem, durante a década de 90, ao lugar central de modelos de segurança implementados nos bairros populares da cidade de Salvador (REIS, 2005).

31. As três BCSs estruturadas no GNA localizam-se no Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e na Chapada do Rio Vermelho. Apenas o Vale das Pedrinhas, que em conjunto com estas demais localidades forma o Grande Nordeste, não possui uma Base própria. Contudo, a atuação destas estruturas não é feita de forma individualizada, o que faz com que as três bases ajam por todo o território de forma indistinta.

tório negro do GNA desde setembro de 2011 – o que se escancara, "sai política, entra política", é a permanência deliberada de uma atuação estatal genocida naquele território negro. Em outras palavras: um encadeamento de políticas metodologicamente orientadas pela tríade da morte bem sintetizada por Reis (2005) – "jovens-homens-negros" – que, operacionalizadas pelos agentes policiais, históricos feitores urbanos das cidades negras, garantem/asseguram o estado de atucaiamento (REIS, 2005) de bairros populares, como aqueles que formam o GNA, na Salvador de ontem e hoje.

Este estado de atucaiamento ou encurralamento[32] experimentado, individual e coletivamente, pela negritude dominante nos bairros populares de Salvador, apesar de não ser novidade dos dias de hoje, passa, no presente, por uma ressignificação. Ou se preferir, por um "aperfeiçoamento de gestão". É exatamente aqui que propomos uma análise das Bases Comunitárias de Segurança e de suas repercussões de mortes, especialmente para a juventude negra do GNA, como parte de um controle urbano racializado, tendo como fundamento o genocídio que pode – ou melhor, deve – ser entendido para muito além da morte física.

5. Não pode vender, não pode sambar, não pode viver: a gestão penal-administrativa da Base Comunitária de Segurança (BCS)

A BCS que se instala naquele território é parte de uma política de segurança que se autointitula policiamento comunitário ou de proximidade, tal quais as UPPs cariocas[33]. Contudo, a percepção da presença militarizada da polícia em

32. "Encurralado" é o termo escolhido e, recorrentemente, usado pelos jovens negros do GNA para definir a sensação sentida por eles em relação à práxis policial implementada, desde 2011, pela polícia das três Bases locais. Para uma leitura mais detalhada a cerca da realidade vivenciada no GNA basificado, sugerimos o trabalho dissertativo intitulado: AVELAR, Lais. *"O 'pacto pela vida', aqui, é o pacto pela morte!":* o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. 2016. Dissertação (mestrado) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

33. Contando com distinções, sobretudo, em razão das especificidades locais entre os morros cariocas e os bairros populares-negros soteropolitanos, estas duas intervenções territorializadas de segurança – BCSs e UPPs – guardam grande aproximação, como já pontuado anteriormente. Para uma compreensão mais aprofundada acerca das Unidades Pacificadoras, que levará, inclusive, à percepção das similitudes entre estas e as Bases baianas, recomendamos: BARREIRA, 2013; CANO, 2012; CODATO, SAMPAIO, 2011; FLEURY, OST, 2013 e MALAGUTI BATISTA, 2011.

tantos espaços – de lazer, de moradia e trabalho – do GNA reclama uma outra definição para o fenômeno das BCSs, além desta evidenciada pelo discurso oficial que através de belos vocábulos como "polícia de proximidade", "aproximação com os moradores", mascara as funções latentes dessas estruturas ali territorializadas. Assim é a confirmação da polícia como única face do Estado realmente disponível e direcionada à população negra dos territóritórios basificados, como também a ferramenta do presente para uma gestão eficiente do cotidiano. Esmiuçando a atuação "paralegal" e/ou a constituição de um espaço sem lei no GNA basificado, uma das narrativas colhidas em campo, confrontando diretamente o discurso de "proximidade" adotado oficialmente, denuncia como a estruturação das três BCSs naquele território constitui um marco de recrudescimento da violência:

> Olhe, vou ser bem sincero com você. Eu me sinto mais protegido com a marginalidade da comunidade do que com a polícia. Entendeu? Antes, quando não tinha PPV aqui na comunidade, existia violência sim, mas não era tanta como a gente vê atualmente. A polícia chega... Vou citar uma situação: minha irmã mora dentro do Areal, que é uma parte tida como mais perigosa da comunidade, então assim, invadiram a casa de minha irmã sem nenhum alvará para entrar, abordaram meu sobrinho dentro de casa, sem nenhuma autorização, (...). Ele é negro e também deficiente mental. Entendeu? Eles chegam de forma muito invasiva. Então, antigamente não tinha isso e, hoje em dia, a gente vê muito isso. (Jovem morador do GNA, entrevista realizada em abril de 2016).

Ademais, duas características da BCS merecem ser pontuadas, de início: a onipresença territorial e a multiplicidade de atuações, para além daquelas que usualmente se espera da instituição policial[34]. Vale notar que a extrapolação das funções já faz parte da dimensão discursiva da policia comunitária e do planejamento da ação no bairro popular. Acompanhando atividades de regulação e controle mais ostensivo, estão também as iniciativas de "ação social", ou inserção na vida comunitária organizada. Sintomático de uma população que é

34. A partir dos estudos policiais, podemos definir a polícia como a instituição que responde às situações que pedem pelo uso da força estatal, limitada por "regras de ação", que estabeleceriam os contornos nos quais há legitimidade na forma de uso desta força (MUNIZ, PROENÇA JUNIOR, 2014). Assim, consideramos que o que se espera da polícia é uma ação destinada às situações extraordinárias que ameacem a paz social, nas quais o uso (imediato ou iminente) da força parece necessário, e não àqueles momentos absolutamente ordinários do cotidiano comunitário.

sempre alvo de segurança pública – e nunca de cidadania – que mesmo as ações ditas sociais, e, portanto, não repressoras, também sejam exercidas pela polícia.

Entendemos que, num plano legal/formal, a atividade da polícia na perseguição de condutas criminalizadas se reveste de um forte caráter administrativo, mas submete-se a um controle posterior do poder judiciário[35]. No contexto das BCSs, contudo, o que se vê é mais do que uma gestão penal, submetida a regras formais posteriormente controláveis, em tese, pelas instâncias judiciárias. Pode-se afirmar que há uma gestão "penal-administrativa": ao propósito inicial de controle e persecução de condutas criminalizadas, soma-se uma nova dimensão da atuação policial, centrada na gestão administrativa correspondente a tantos outros órgãos estatais. No Grande Nordeste, não há SEMOP ou SUCOM[36]: há polícia. Traduzindo como na realidade essa gestão penal-administrativa, assumida pela suposta polícia comunitária instalada no GNA, acontece de forma repressora, um dos jovens entrevistados durante o campo traz o exemplo das abordagens feitas pelos agentes policiais nos espaços e momentos de sociabilidade da comunidade:

> Porque, assim, eles [policiais das Bases] proíbem o espaço da gente. Porque, como eu disse, vou dizer mais uma vez, os responsáveis por proibir isso são outros órgãos, questão de som e tal, mas não a questão da polícia. A polícia chega abordando, pegando o som das pessoas e levando, prendendo. Então, é complicado dizer assim pra você que "ah temos uma segurança aqui, temos um espaço pra gente curtir", não tem! Não existe um espaço pra gente curtir, pra gente se divertir. Não existe mesmo! (Jovem morador do GNA, entrevista realizada em abril de 2016).

Diante desta gestão penal-administrativa protagonizada especialmente pelas BCSs, no GNA, faz-se necessário compreender os significados de uma única instituição – a policial – atuando como um multifacetado Estado. Se o Estado é simultaneamente "uma entidade estrutural, macro e abstrata" e também "um conjunto de instituições concretas que atuam a nível micro estabelecendo relações cara a cara com os cidadãos de maneira direta e imediata" (AUYERO e

35. Vale destacar que mesmo esta atividade "padrão" da polícia não segue os parâmetros legais/formais: frequentemente o controle da agência judiciária não existe, ou as condutas perseguidas não são aquelas tidas como crimes, enfim: uma infinidade de aspectos incide entre a realidade e o plano legal.

36. Secretaria Municipal de Ordem Pública e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, duas secretarias municipais responsáveis por questões cotidianas de ordenamento urbano em Salvador.

BERTI, 2013, p. 122, tradução nossa), as relações "cara a cara" que se estabelecem no GNA, na percepção de seus moradores, são quase invariavelmente mediadas pela farda e fuzil.

De início, o que fica evidenciado é que a autoridade policial cria, na sua prática, um léxico do que é ordem e desordem, sem respaldo normativo. A polícia, uma agência "executiva"[37], retroalimenta o seu poder à medida em que decide autonomamente os contornos da sua atuação. Em outras palavras: é a polícia quem define o que é "caso de polícia". A criação de um léxico entre ordem e desordem, ou seja, entre o que deve ou não ser perseguido pela polícia, não parece seguir outra lógica que não a do multifacetado genocídio.

Assim é que no território negro "basificado" do GNA, se revela uma espécie de gestão dos ilegalismos[38] próprios. Ela se desvela, contudo, no espaço "micro" de um bairro negro, onde a instituição policial tem o potencial discricionário de construir o que é desvio, direcionando a este desvio uma variedade de formas de controle (TELLES, 2010): da vigilância silenciosa do carro de polícia à repressão direta com bombas de gás.

Levadas a cabo pela polícia, as formas de controle empregadas acabam por coincidir em um aspecto – este, mais uma característica determinante da presença policial das BCSs e sua gestão penal-administrativa –: a tônica da violência. Aqui cabe apresentar um breve paralelo: o samba de rua, importa notar, tem contornos de uma atividade transgressora por negar o silêncio no espaço urbano, que se tenta civilizar e ordenar a todo tempo. Contudo, um samba de rua num espaço turístico, repleto de público branco e universitário[39], sofrerá, na maior parte das vezes, uma repressão administrativa, por parte de secreta-

37. Zaffaroni (2001) aborda o papel das agências policiais nos sistemas penais, definindo-as como não judiciais, "executivas", de alto "poder configurador" e, na realidade latino-americana, militarizadas.

38. Vera Telles (2010) aborda como a ideia de ilegalismo, oriunda de Foucault (2014, 2015), marca uma conjuntura fluida entre irregularidade, informalidade e ilegalidade – múltiplas "transgressões", sob uma lente estatal, que não são exatamente categorizáveis no binarismo legal/ilegal. A dimensão da legalidade, é claro, conserva grande importância: regras formais também têm "efeitos de poder", como afirma a autora. O que importa, contudo, é compreender que a lei atua não apenas para instituir o legal em contraposição ao ilegal, mas para diferenciar internamente as transgressões.

39. Tomamos como exemplo o samba do Carmo, que ocorre no bairro do Santo Antônio Além do Carmo, no Centro Histórico de Salvador. Inserido num território central e turístico – embora também de ocupação negra –, o samba do Carmo acaba por atrair um público específico, branco e universitário.

rias municipais, fiscais administrativos, Guarda Municipal e, subsidiariamente, também da Polícia Militar.

Uma atividade cultural similar, mas que ocorra no GNA, não passa por uma similar variedade de instâncias administrativas. Os elementos de "desordem" serão os mesmos: ajuntamento de pessoas no espaço público, comércio informal, volume elevado de som. Mesmo a tradicional acusação de tráfico de drogas é facilmente aplicável ao espaço central e frequentado pelo público branco. Contudo, no território negro, a resposta vem da polícia – mesmo que essa se manifeste em sua face de gestão administrativa – e dela, arma no coldre e bomba de gás em punho, não se espera muito menos do que a violência. A polícia, portanto, promove um controle administrativo acrescido da sua marca distintiva, que é a violência.

Esse controle paralegal, que não se apoia em regras formais ou depende de controle posterior pelas agências judiciais, se capilariza para os detalhes da vida para o controle das miudezas. Assim é que dimensões cotidianas da vida negra, como o lazer e o trabalho, sofrem um ataque – ou, se preferir, uma dupla morte negra – à medida que, apenas por serem condutas marcadas pela negritude, são lidos e geridos unicamente sob o signo da delinquência (CARNEIRO, 2005).

5.1. Lazer é trabalho, trabalho é lazer: o caso e/ou o "canto"[40] do Espetinho

De muitas experiências vivenciadas no GNA, optamos por tratar do "caso do Espetinho". Registrado, comentado, denunciado pelos jovens negros moradores da região em quase todas as idas ao campo, esta escolha não se dá por acaso. Falar do Espetinho do GNA é trazer para o concreto do texto esta *dupla*

40. Cantos eram grupos, organizados por escravos e trabalhadores libertos engajados no "ganho", uma forma de trabalho autônoma (com ressalvas, no caso dos escravos) que envolvia principalmente o carregamento de mercadorias, num contexto em que o transporte urbano era bastante deficitário. Os cantos tinham uma estrutura interna hierárquica, com a eleição de um "capitão", e suas "sedes" eram, usualmente, esquinas, cais, largos e cruzamentos – enfim, lugares privilegiados do espaço público, onde a captação de clientes seria privilegiada. Importante reter, contudo, a característica determinante do canto: era também uma forma de politizar o cotidiano (CHALHOUB, 2011; REIS, 1993), instituindo ali um espaço ou território negro (COSTA, 1991). Neste caso, é o trabalho intermediado pela sociabilidade, pela transmissão de saber que fornece a coesão da ocupação do espaço. É neste sentido que nos apropriamos da ideia do canto, não na tentativa de estabelecer um paralelo histórico exato, mas resgatando a força da relação entre negritude e espaço público.

morte negra, vivenciada cotidianamente nos territórios negros da cidade, a qual estamos nos propondo a analisar neste artigo. Analiticamente, ainda, o Espetinho em si encarna reflexões que vão muito além de si.

Dos dez meses vividos no GNA, outras experiências, aprofundadas durante a pesquisa de campo, poderiam ser trazidas para exemplificar esta face do genocídio negro que se compõe pela repressão dirigida aos "meios" da vida coletiva negra: da perseguição aos sambas de rua no GNA, às lavagens, conhecidas como "lavagens de famílias", ao comércio dos ambulantes. Contudo, por razão dos limites deste artigo, propomos um mergulho neste que, talvez, exatamente pelas diversas referências feitas a ele pelas vozes negras do campo e por sua força ilustrativa de encarnar tão evidentemente o que queremos dizer, merece ser destacado.

Foi logo na primeira visita ao GNA que o Espetinho foi citado. Ainda perto do local da rua principal do Nordeste de Amaralina, onde fielmente aos domingos acontece a feira, um dos companheiros de campo, morador do GNA, aponta para um espaço e diz que é ali, naquele ponto, que se estende a barraca do Espetinho. Essa indicação do lugar ocorre como uma complementação de uma conversa que já tinha se iniciado um pouco antes, no topo da Ladeira do Balneário[41], quando o companheiro de campo usa o Espetinho para exemplificar um dos lugares que a polícia das Bases sempre chega "fervendo". Assim, ao passar pelo local ele aponta e relembra que é ali que o já citado Espetinho, resistentemente, se estende.

Referenciado em todas as diversas narrativas de campo como exemplo das investidas truculentas da dita "polícia comunitária", o Espetinho, que funciona normalmente nos finais de semana, não se subsume à definição forjada pela repressão. Local que reúne, de uma forma geral, os moradores do negro GNA – mulheres, homens, crianças e, especialmente, a juventude daquele território – o que há ali é a formação de um espaço de convivialidade. E não só isso. Local de evidente manifestação do trabalho de rua, os relatos do campo apontam como o Espetinho agrega, em seu entorno, uma variedade de outros pontos de trabalho informais. Barracas de bebida, barracas de doces e até de outros tipos de comidas – beiju, pastel, cachorro quente, acarajé e abará – ressignificam como uma rede o caráter gregário[42] histórico do trabalho negro (REIS, 1993).

41. Uma das ladeiras íngremes que, através da Av. Manoel Dias – central e movimentada rua que liga dois bairros brancos que cercam o GNA, Pituba e Rio Vermelho, – serve de acesso à região do Grande Nordeste.

42. Em relação à personalidade gregária do trabalho negro é interessante a leitura da descrição feita por Reis (1993) de uma situação protagonizada por três africanos

Para além de uma iniciativa individual – local de venda do churrasquinho promovido por um trabalhador –, o Espetinho, gerando essa rede de trabalho e de convivência no seu entorno, encarna, simultânea e coletivamente, na rua do Grande Nordeste, duas dimensões estruturantes da vida comunitária negra – o lazer e o trabalho. Fincadas nessa compreensão que avançamos para análise das denúncias do controle e violência exercidos pela polícia naquele ponto com o intuito de entender o efeito de morte que essa repressão policial acarreta e de significar essa dupla morte.

Os inúmeros relatos colhidos em campo acerca da atuação policial no Espetinho falam desse como alvo de investidas policiais truculentas, exercidas por meio de armamento pesado e de abordagens humilhantes e desumanizadoras. Não é incomum, inclusive, a chegada policial ao Espetinho, nos dias de final de semana, serem acompanhadas de bombas de gás lacrimogênio. Numa das falas colhidas em campo, um dos jovens expressa como a implantação das BCSs no GNA teve efeito sobre a existência de espaços de sociabilidade e, ao mesmo tempo, sinaliza como mesmo diante de toda resistência, há quase que a certeza de que o Espetinho, assim como outros que o antecederam, não demorará à sucumbir diante da perseguição policial:

> Têm situações que a gente acaba vendo que antigamente não acontecia. Existiam muito espetinhos aqui na comunidade, hoje em dia não pode acontecer. Era lá em cima, aí teve que descer aqui pro Vale. E esse aqui do Vale vai acabar, tá com o tempo contado. Porque, assim, eles proíbem o espaço da gente. (Jovem morador do GNA, entrevista realizada em abril de 2016.)

A gestão estatal-policial exercida ali escancara a representação monolítica assumida pelo Estado nos territórios negros, o qual, ausente em suas outras formas e papéis, é, nestas espacialidades urbanas, devidamente sobrerrepresentado por seu braço armado, a polícia militar, a qual, também, numa liturgia sem grandes variâncias, atua a partir da práxis do controle e/ou do terror. Num didatismo lúcido e duro sobre a violência apontada para espaços como o Espetinho, um dos jovens conta:

---

livres que trabalhavam num cemitério na Salvador de 1856. Ali, de forma curiosa e intrigante, marca comum das produções textuais do historiador baiano, fica evidente a lógica agregadora ou coletivizada que permeia o trabalho negro.

> Olhe, uma vez eu fui no famoso Espetinho da comunidade, [...] fui eu e Gil[43]. (...) eu falei "Bora lá!", nunca tinha ido, queria tirar essa imagem minha de sei lá, de que ia acontecer alguma coisa. Fui! Quando eu cheguei lá, fomos cercados por polícia. Em cada beco tinha um policial. Então, foi uma abordagem (...) foi tiro pra cima, todo mundo saindo correndo, cadeira caindo no chão, uma correria, eu acabei vindo pra casa morrendo de medo! Então, assim, na comunidade, hoje em dia, eu não brinco, eu não me divirto porque eu tenho medo da forma de abordagem da polícia. (...) é um lazer da comunidade já que a própria polícia não deixa ter o lazer. Então, assim, é complicado dizer pra você que eu me divirto aqui na comunidade, eu não me divirto. Quando eu saio com meu namorado mesmo a gente vai para fora do bairro porque no bairro a gente não curte porque a polícia mesmo não deixa a gente curtir (Jovem morador do GNA, entrevista realizada em abril de 2016).

Em outro relato, narrando a mudança do Espetinho, que, do antigo local, perto da feira e do final de Linha do Nordeste de Amaralina, desce para o Vale das Pedrinhas, outro jovem anuncia como, apesar da "ousadia" – resistência – diante da forte repressão policial, há o temor de este espaço de convivência, assim como já aconteceu com diversos outros ali no GNA, também sucumbir. Apesar da mudança para o Vale das Pedrinhas – outro bairro que compõe o GNA – o depoimento do jovem confirma, ainda, que a atuação discricionária e violenta da polícia permanece:

> O antigo Espetinho até tem esse nome porque era perto de um bar chamado Bar do Espetinho no final de linha do Nordeste de Amaralina. Era lá, porque acabou, o que você falou de repressão policial, acabou por causa disso! Todo domingo tinha e todo domingo praticamente era tiro, bomba, já teve bomba de gás lacrimogênio, era sempre uma confusão. (...). Não acabou de uma forma branda né? Acabou depois de vários domingos de tiros consecutivos, eu acho que o pessoal acabou ficando realmente com medo e parou de ir, só que aí como a população é ousada também, desceram do Nordeste pro Vale das Pedrinhas. Agora tá no final do Vale das Pedrinhas. (...). No último domingo que eu saí aqui, que foi o dia do trabalhador, o primeiro de maio, quando eu tava vindo pra casa, tava tendo a mesma reunião [no Espetinho] (...). E por sinal, quando eu passei (...) tinham duas viatura paradas dando coronhada num cara porque o cara tava falando alto com eles [policiais]. Eles pegaram o braço do cara, o cara tava reclamando que não tinha nada, e o cara tomando coronhada por causa disso! Pegaram o cara, jogaram lá na mala e não sei o que fizeram... (Jovem morador do GNA, entrevista realizada em abril de 2016).

43. Nome fictício.

A análise dos registros acima sugere algumas reflexões. A primeira, mais óbvia talvez, é de como as falas, sem titubeio, apontam para uma forte perseguição aos espaços de lazer no GNA. Amedrontados e encurralados pela polícia da Base que chega por "todos os becos" os relatos representam denúncias de um estado de atucaiamento promovido por uma polícia que territorializou-se dentro do Grande Nordeste. Assim, se o controle naquele território negro não é de hoje, o recrudescimento das chegadas aos espaços sociais, "nas festas", como dito numa das falas postas aqui, passa a ser facilitado após a estruturalização dessas três bases militares que, gerindo de forma interna o cotidiano, naquilo que denominamos de "gestão de miudezas", elevou a eficiência da vigilância, da governança repressiva. As palavras abaixo denunciam como a práxis do policiamento instalado desde 2011 no GNA aponta para como essa vigilância assenta-se numa gestão do cotidiano, que facilitou, sobretudo, o controle exercido sob o lazer, e, por conseguinte, sob importante meios da existência – econômica e subjetiva – negra:

> Tá mais fácil [o controle da polícia sob os espaços de lazer]. Porque antes aqui tinha delegacia sempre teve a delegacia mas eles não eram tão atuantes como ter 3 bases aqui. Ter 3 bases eles conseguem ter um controle bem maior aqui. E além das 3 bases ainda tem a 40ª [Companhia Independente da Polícia Militar][44]. E a 40ª também é pesadinha pro lado de cá, mas, vamos dizer, chamou o reforço, tem o reforço de 3 bases comunitárias então eles conseguem atuar, ser bem mais atuante dessa forma aqui do que antes que era apenas com a delegacia. Isso realmente aumentou com a base. (...) Mas essa chegada em festa apareceu depois da base mais. Em festas fechadas pelo menos. Eu acho que pelo que eu falei, que antes não tinha tanto controle assim. Eu acho que eles se importavam mais com coisas realmente graves, que se tivesse alguma denúncia de traficante andando armado e tal aí eles vinham do que eles se preocupam agora. Agora a 40ª aparece pra essas coisas mais pesadas assim e a base esculhambando o resto. Não tem o que fazer fica procurando confusão.

A eficácia do desmonte e o recrudescimento do controle são bem representados pelos ataques cotidianos feitos ao Espetinho e seu entorno, símbolos da gestão de morte praticada no GNA basificado desde 2011. Ademais, além dessa morte do lazer, é importante sinalizar como há nessa atuação policial truculenta o desmonte de possibilidades de subsistências. Para além da subsistência

44. Referência à 40ª Companhia Independente da Polícia Militar, já tratada anteriormente neste texto.

subjetiva do indivíduo e da coletividade negra, garantida pela convivência e troca, permitidas em espaços de sociabilidade como aquele que se forma a partir do Espetinho, e para além dele, existe ali, ao mesmo tempo, a formação de um pequeno ciclo de comércio local. Ou seja, estamos falando de locais que cumulam subsistências, sobrepõem meios de reprodução da vida – subjetivos e materiais. Estamos falando de lazer, mas também de trabalho, ou de trabalho, mas também de lazer.

Chegamos, então, aos contornos principais que o caso Espetinho encarna. Bem diferente de uma inovação à forma de reprodução social negra, este caso escancara no presente a indissociabilidade histórica entre trabalho e lazer feita no mundo negro. Basta um pequeno aprofundamento nos estudos sobre o trabalho de rua na Salvador do século XIX e início do século XX (REIS, 1993; NOVAES, 2017) para notarmos que, desde lá, ao tratarmos de trabalho de rua, estamos falando de trabalho negro e, sobretudo, estamos falando de uma experiência de trabalho que não pode ser compreendida a partir da lógica branca-funcionalista do trabalho. Realizada a partir de uma forma gregária, muito além da pecuniária, a experiência do "ganho", no sentido de trabalho, para o negro, não implica, ou melhor, não se faz pela suspensão da produção de significados culturais, sociais, subjetivos (REIS, 1993).

Como os "cantos" de ganhadores negros (REIS, 1993), o Espetinho e seu entorno, no presente, significa o confronto às diversas lógicas pertencentes ao mundo-formal-branco. A reunião no churrasquinho montado na rua do GNA destaca a importância do aspecto territorial para a coletividade negra, por exemplo. Como a presença "ousada" do ganhador e das quituteiras da Salvador do passado, e do trabalhador informal negro na Salvador do presente, a "ousadia" do Espetinho em se reerguer, seja lá no final de linha do Nordeste de Amaralina, ou descendo para o Vale das Pedrinhas, demonstra a ressignificação da resistência do povo negro que continua intrinsicamente conectada à afirmação da espacialidade pública[45]. A afirmação daquele ponto no interior do próprio território negro é a afirmação da própria existência negra que, assim como no

45. Diferente do mundo branco, ao povo negro, a noção de uma reprodução privada – desenhada pela lógica da casa como um lar protegido – não foi permitido. Das senzalas, extensão imunda da casa grande, aos cortiços ou precários locais de moradia das famílias negras do presente, a porta fechada nunca representou impedimento para a represália do senhor ou do Estado – corresponsáveis pela construção de que o "lar negro" é local que existe em permanente suspensão de garantias. Assim, diferente do que se percebe na lógica imperante do mundo branco – onde para a fora da porta está o medo –, e apesar de toda repressão, ou talvez, exatamente, por causa dela, a dimen-

passado, permanece atravessada pelo reforço aos "sentidos mais profundos de pertencimento" (REIS, 1993, p. 13).

Além disso, ao ser afirmado recorrentemente nas falas como espaço de lazer, aquele que é um nítido "espaço de ganho", o Espetinho e seu entorno está sendo destacado por aquilo que, junto à comercialização de mercadoria, lhe forja: a troca de experiências, a socialização da vida coletiva negra, a conversa sobre o dia a dia... Desse modo, se no tempo de espera dos fregueses, trabalhadores negros dos cantos e vendedoras negras que, aproveitando da movimentação daquelas "esquinas", montavam suas vendas de quitutes na Salvador do século XIX, costuravam, rezavam e "conversavam sobre fatos da terra em que estavam e sobre notícias da terra de origem" (REIS, 1993, p. 13-14), no Espetinho e a sua rede em volta, refaz-se, na espacialidade de hoje, este espaço de sobreposição. Ali onde se "ganha", é, também, onde o povo negro, atucaiado em seu próprio espaço, se encontra, compartilha, reparte dores, celebra e, sobretudo, confronta o "ritmo mecânico de consumo capitalista da força de trabalho" (REIS, 1993, p. 12). É assim que, sobrepondo estas duas dimensões estruturantes da vida individual e coletiva negra – trabalho e lazer –, o canto Espetinho, "muito mais do que mera estação do trabalho" (REIS, 1993, p. 14), representa um confronto à ordem branca em seus mais diversos significados.

Posta esta reflexão, o atentado contra o Espetinho é um atentado contra os meios, tanto ao meio de vida material negra autônoma, quanto ao meio de vida subjetiva negra. Daí que, as frequentes investidas da polícia comunitária das BCS, territorializadas no GNA, àquele espaço devem ser lidas corretamente como uma negação das possibilidades de sustentação, como uma dupla morte, ou melhor: a morte dos meios negros.

6. Considerações finais

A inserção fina da instituição policial nos territórios negros vai se tornando quase comum, quase banal. Mas não normalizaremos o absurdo. Como falava Abdias Nascimento acerca do abrandamento da escravidão, "aqui temos, reunidos à agressão, o desrespeito humano e histórico, como um evento normal, já que se pratica tudo isto com frequência e extensamente. Dir-se-ia que a força da repetição mutilou a capacidade de percepção e compreensão de certas pessoas" (NASCIMENTO, 2016, p. 60).

---

são do espaço público/da rua tem caráter fundamental para a reprodução do mundo negro, do viver negro.

Se a vida negra é lida cotidianamente como delinquência (CARNEIRO, 2005), não há alternativa senão interpretar também as políticas de repressão e configuração sobre a negritude como parte de um genocídio em curso. Partimos desta urgência, na tentativa de problematizar como o controle urbano atenta, também, ao trabalho-lazer negro, provocando a morte dos seus meios de sobrevivência.

Essa afirmação se sustenta, ainda, na compreensão de que a cidade tem cor. E com isso não abordamos apenas os territórios negros, mas também os espaços onde atua o branqueamento, os enclaves brancos de uma cidade pretensamente europeia, em contraposição à africanizada desordem. Enxergar as relações raciais na cidade exige que se tematize também a branquidade. Neste sentido, a morte dos meios de sobrevivência está firme, forte e ancorada também nos pontos centrais e brancos da cidade. O mercado informal que se instala ao redor das festas populares[46] – e também no cotidiano destes bairros – por vezes sofre dura repressão por não se adequar à burocracia exigida pelo poder público. Os trabalhadores informais que ocupam a rua festiva "sofrem restrições impostas, sobretudo, pelas normas de padronização em geral, principalmente quando se trata do carnaval, principal foco das mídias e dos interesses ligados ao setor de turismo" (LOURAU-SILVA, 2015, p. 75).

Simbolizando a ocupação do espaço público, dimensão estruturante do viver negro, marcante em sua personalidade gregária e na indissociação entre as dimensões do trabalho e do lazer, o trabalho negro, especialmente o de rua, não se subsume – até mesmo as acepções mais amplas, atribuídos tanto pelos estudos burgueses, como pelo seus contrapontos marxistas – à significância do trabalho. Diante disto, e partindo do caso-canto do Espetinho, denunciamos, como parte do pacto genocida que forja o Estado brasileiro (FLAUZINA, 2008), o que chamamos de genocídio negro dos meios. Uma forma de assassínio que age através da inviabilização da sustentabilidade – subjetiva e material. Uma morte duplamente configurada, pois atinge exatamente aqueles espaços onde estão sobrepostos tanto o lazer – as formas de convivialidade da coletividade negra –, como o trabalho – gerador, também, do sustento material.

Contudo, interessa-nos destacar que este tipo de intervenção estatal, assumida pelo braço armado policial, demanda, sobretudo quando realizada no interior dos territórios negros das cidades, uma compreensão mais radical. Nesse

46. Este mercado informal vem, inclusive, de encontro ao mito da preguiça baiana, difundido pela imagem turística que almejava vender Salvador como um lugar exótico, através da folclorização da cultura e religião negra (ZANLORENZI, 2003).

sentido, pautamos que esta repressão não seja explicada apenas pela razão de espaços como o Espetinho estarem significando afirmação territorial, acumulação de trabalho e lazer ou, ainda, o rompimento da lógica fomal-branca de trabalho e de vida. Mais correto é compreender que a reunião de todas essas características apontadas acima representa a possibilidade de construção de espaços de lazer-trabalho minimamente autônomos em territórios negros da cidade. Gerindo seu tempo, volume, ritmo de trabalho e, ainda, reforçando as afetividades locais, o Espetinho e a rede formada em seu entorno no negro GNA, desperta, ainda que sutilmente, o "medo branco" de uma "onda negra" (AZEVEDO, 1987) autonômica nos segregados bairros negros.

Frequentes e constrangedores baculejos, tiros e até bombas direcionadas a locais como aqueles merecem ser vistos como uma ação de desmonte e aniquilamento de uma economia percebida como perigosa. Desde os quilombos, como a revisão feita à historiografia tradicional-racista nos mostrou que qualquer sinal de autonomia negra deve ser violentamente reprimida deste solo (MOURA, 1989; REIS, 1995/1996). Desse modo, e nos limites que lhe são inerentes, gerando - de forma interna ao território do GNA - saber, circulação material e laços de resistência, que não são apropriados pela cidade-branca-formal, o Espetinho, como emblema, aponta para uma economia aquilombada. Assim, a repressão estatal, atualizada e assegurada pelas BCS do presente, garante a resposta branca comum diante dos indícios de aquilombamento: controle, repressão e morte.

7. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O civismo festivo na Bahia:* comemorações públicas do Dois de Julho (1889/1923). 1997. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

ALVES, Jaime. Necro-política espacial: a produção racial da morte em São Paulo. *Revista da ABPN*. v. 1, n. 3, p. 89-114, 2010.

ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*. v. 22, p. 108-134, 2011.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda (Coord.). *Elemento Suspeito:* abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Coleção Segurança e Cidadania do CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM. Civilização Brasileira, 2005.

AUYERO, Javier; BERTI, María Fernanda. *La violencia en los márgenes*. Buenos Aires: Katz, 2013.

AVELAR, Lais. *"O 'pacto pela vida', aqui, é o pacto pela morte!":* o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. 2016. Dissertação (mestrado) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AZEVEDO, Celia. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Ana. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. *Caderno CRH*. Suplemento, p. 18-34, 1991.

DUARTE, Evandro Charles Piza; CARVALHO, Salo. *Criminologia e Preconceito*. Brasília: Saraiva, 2016. No prelo.

DUSSEL, Enrique. *1492:* o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades Negras:* africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006

FERREIRA FILHO, Alberto. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*. n. 21-22, p. 239-256, 1999.

FLAUZINA, Ana Luiza. As dimensões racionais do processo de ratificação da Convenção do Genocídio nos Estados Unidos. *Universitas/JUS*. v. 24, n. 1, p. 1-10, 2013.

FLAUZINA, Ana Luiza. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade:* curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARCIA, Antônia. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais:* Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos*. n. 61, p. 147-162, 2001.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*. v. 3, n. 2/95, p. 464-478, 1995.

LOURAU-SILVA, Julie. Comércio informal em tempo de festas. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 235, p. 74-92, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*. v. 1, n. 15, p. 11-40, 2003.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da ABPN*. n. 6, n. 3, p. 73-87, 2014.

MOURA, Clovis. *Quilombos:* resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1989.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JUNIOR, Domício. Mandato Policial. In: LIMA, Renato; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo (Orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Revista Tempo*. v. 2, n. 3, 1997.

NOVAES, Bruna. *Embranquecer a cidade negra:* gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX. 2017. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PACTO PELA VIDA. Bahia, 2016. Disponível em: [www.pactopelavida.ba.gov.br]. Acesso em: 06.04.2014.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*. n. 18, p. 8-29, 1993.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*. n.28, p. 14-39, dez./fev. de 1995/1996.

REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado:* as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBa. Salvador: 2005.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de estudos afro-asiáticos*. n. 17, 1989.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade & História*. Salvador. EDUFBA, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco:* Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VARGAS, João. A Diáspora Negra Como Genocídio: Brasil, Estados Unidos Ou Uma Geografia Supranacional Da Morte E Suas Alternativas. *Revista da ABPN*. v. 1, n. 2, p. 31-65, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZANLORENZI, Elisete. *O mito da preguiça baiana*. Tese (Doutorado em antropologia) – Universidade PUC Campinas, Campinas, 2003.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A legislação anti-racismo no brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do judiciário?, de Marta Rodriguez de Assis Machado – *RBCCrim* 76/79-105 (DTR\2009\9); e
- O genocídio e o crime de genocídio, de Geraldo Minuci – *RBCCrim* 83/299-321 – *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 6/645-666 (DTR\2010\298)

Veja também Jurisprudência

- *RT* 857/543 (JRP\2007\466), e *RT* 786/604 (JRP\2001\775).

Séculos XIX e XXI: prisão e segregação racial em Pelotas (RS)

19th and 21st century: prison and racial segregation in Pelotas (RS)

Luiz Antônio Bogo Chies

Pós-Doutorando em Direito (UFPR). Doutor em Sociologia (UFRGS, 2006). Professor da Universidade Católica de Pelotas junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e à graduação em Direito.
labchies@uol.com.br

Recebido em: 11.04.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autor: 13.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: As interfaces entre prisão e racismo são o foco deste artigo. Usando dados históricos e contemporâneos das configurações sociais e prisionais da cidade de Pelotas, município com significativo passado escravagista, a pesquisa busca desvelar funcionalidades da prisão quanto a um controle social racializado. O estudo pode ser caracterizado como uma abordagem de criminologia histórica e traz em seus resultados que a prisão contemporânea é peça chave numa gestão política dirigida ao "deixar sofrer, deixar morrer".

Palavras-chave: Prisão – Racismo – Questão penitenciária – Controle social –Pelotas.

Abstract: The interfaces between prison and racism are the focus of this article. Using historical and contemporary data of the social and prison actions of the city of Pelotas, a place with an important slavery past, a research seeks to reveal prison functionalities regarding a racialized social control. The study can be characterized as an approach to historical criminology and brings in its results that a contemporary prison is a key piece in a political management directed to "let suffer, let die."

Keywords: Prison – Racism – Penitentiary issue – Social control – Pelotas.

Sumário: 1. Introdução. 2. Racismo: parâmetros para a análise. 3. Pelotas em suas configurações para pensar o racismo e o sistema punitivo. 4. Dados da pesquisa: "o espaço da tinta preta da caneta no papel branco". 5. Sobre prisões, escravismo e racismo. 6. Considerações finais. 7. Bibliografia.

1. Introdução

Prisão e racismo[1]: dois temas ainda obscurecidos na cognição científico-acadêmica nacional; mais ainda quando reunidos na construção de um único objeto de estudos. Na pesquisa que embasa este texto buscamos lançar alguma luz nesta relação que, nos discursos oficiais, somente ganhou alguma visibilidade através da Medida 6 do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 2015: "Reconhecimento do racismo como elemento estrutural do sistema punitivo" (CNPCP, 2015, p. 14).

Tendo como campo empírico a punição (população encarcerada) e a segregação racial no contexto da cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul (RS) – município com intenso passado escravista e ainda de significativa população negra (cuja contextualização será adiante detalhada) – a pesquisa, por sua natureza exploratória, permitiu-nos transitar por diferentes níveis de objetivos, os quais, atingidos com maior ou menor densidade, compõem um mosaico de instigantes resultados, abrindo também novas demandas para futuros estudos, os quais deverão aprofundar o que ainda restou como incipiente.

A premissa da pesquisa pode ser buscada a partir de um registro de Maria Helena Pereira Toledo Machado (2014), quando se referindo ao contexto da sociedade escravista brasileira do século XIX:

> Sendo uma sociedade desigual na qual uma camada detém o poder de expropriar não só os frutos do trabalho, mas também a pessoa do próprio produtor, a sociedade escravista baseia-se na violência que se manifesta na subjugação de uma raça à outra, na coisificação social do trabalhador. A violência subjacente ao sistema escravista, no entanto, não se restringe à consideração do monopólio da força detida pela camada senhorial. (…)
>
> A luz dessas reflexões, considera-se a sociedade escravista como produtora de uma ampla rede de controle social, capaz de combinar o argumento da força com outros mecanismos de dominação. Juízes, padres, feitores, camaradas, agregados e outros se tornam atores importantes nesse cenário, pois, manipulando diferentes mecanismos de dominação, tornaram o sistema funcional e legítimo aos olhos dos contemporâneos. (2014, p. 28-29)

1. Artigo produzido no âmbito das atividades de Pós-doutoramento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Agradeço a supervisão do Professor Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, bem como a colaboração dos bolsistas de iniciação científica (CNPq e Fapergs) Filipe Blank Uarthe e Rodrigo Gonçalves da Silva.

É a permanência da situação percebida por Machado – ou mesmo um redimensionamento atualizado dela – que se constitui como eixo do estudo: numa sociedade que se estrutura a partir de profundas desigualdades sociais, as redes de controle social necessárias à sua manutenção combinam o argumento da força com outros mecanismos de dominação, os quais tornam o sistema funcional e legítimo aos olhos dos contemporâneos. Nestes mecanismos – dialógicos e complementares com a força e com a subjugação de sujeitos e grupos sociais – destacam-se a punição, o direito penal e a prisão, já que viabilizam segregações que objetivam ocultar tanto a perversidade estrutural da sociedade, como a condição subalterna a que são relegados determinados grupos.

Nesse sentido a pesquisa se propôs aos seguintes objetivos: analisar, a partir da realidade do município de Pelotas, as relações contemporâneas entre segregação racial e punição (racismo e cárcere), analisando, inclusive, conexões entre seu passado escravista e seu contexto atual; identificar e analisar as compreensões e representações sociais da população encarcerada no Presídio Regional de Pelotas (PRP), em especial a de cor negra, acerca das relações entre segregações raciais e encarceramento.

O objeto de pesquisa foi construído na intersecção de múltiplas perspectivas e campos temáticos: o racismo e as segregações etnicorraciais; a questão penitenciária, em especial como interface das Políticas Criminais com as Políticas Sociais (CHIES, 2013); a sociologia do castigo (GARLAND, 1999) e renovadas perspectivas de uma economia política da penalidade; bem como referenciais próprios da criminologia.

Em perspectiva ampla, sob a premissa de que o problema de pesquisa se insere num processo social de longo prazo – ainda que possa revelar expressões peculiares de um fenômeno contemporâneo –, buscamos suporte teórico na grade da sociologia processual de Norbert Elias (1993; 1994; 1999), motivo pelo qual o texto se constitui em muito através de resgates históricos, transitando entre o passado e o presente de seu objeto.

Quanto ao estabelecimento de parâmetros para compreender o racismo e suas manifestações, os referenciais teóricos foram, especialmente, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012) e Emerson Ferreira Rocha (2009).

Através desses referenciais teóricos entendemos ter sido possível desvelar aspectos importantes da relação entre as configurações sociais brasileiras e locais na produção de relações sociais que, desencadeados num passado escravocrata, desembocam e produzem uma sociedade (in)civilizada, permeada por sensibilidades de segregações.

2. Racismo: parâmetros para a análise

É com cuidado e critério que se deve utilizar a categoria racismo. Para tal, seguimos as ponderações de Guimarães (2012) que nega qualquer "essência racial" que possa ser decorrência de questões genéticas, biológicas. Pelo contrário, uma atribuída essência é definida culturalmente, com consequências que devem suscitar um olhar crítico em seu uso acadêmico-científico.

> (...) o conceito de "raça" não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual chamarei de racialismo. No seu emprego científico, não se trata de conceito que explique fenômenos ou fatos sociais de ordem institucional, mas de conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais.
>
> Tal conceito é plenamente sociológico apenas por isso, porque não precisa estar referido a um sistema de causação que requeira um realismo ontológico. (GUIMARÃES, 2012, p. 30-31)

Assumir tal posicionamento não nos exime de reconhecer que historicamente vigeram práticas, inclusive entre nós, que se podem denominar de racismo clássico ou científico, o qual traz em si "a idéia de uma diferença essencial, inscrita na própria natureza dos grupos humanos" (WIEVIORKA, 2007, p. 19); acarreta, por outro lado, não mais enfrentar cognitivamente o racismo pelo argumento da natureza, mas sim pelas grades culturais, sociológicas e políticas.

O racismo como categoria de análise, que em perspectiva ampla é termo que pode ser usado "como uma metáfora para designar qualquer tipo de essencialismo ou naturalização que resulte em práticas de discriminação social" (GUIMARÃES, 2012, p. 36), para ser adequadamente enfrentado, deve ser compreendido, em suas diferenciações, "através da análise de sua formação histórica particular, isto é, através da análise do modo específico como a classe social, a etnicidade, a nacionalidade e o gênero tornaram-se metáforas para a 'raça' ou vice-versa" (GUIMARÃES, 2012, p. 37).

Assim, para Guimarães, qualquer análise do racismo brasileiro deve considerar três grandes processos históricos:

> Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o entrecruzamento discursivo e ideológico da ideia de "raça" com outros conceitos de hierarquia como classe, *status* e gênero; por último, as transformações socioeconômicas e seus efeitos regionais. (2012, p. 51)

Não sendo nosso objetivo repassar tais processos em detalhes, cabe destacar, entretanto, o papel da escravidão em nossas configurações sociais, sobretudo em seu desfecho, na perspectiva de (in)viabilização da integração das pessoas negras à sociedade, ou sua integração precarizada, bem como o papel da miscigenação – como também estratégia de embranquecimento assimilacionista – e sua contribuição para a formulação e internalização do mito da democracia racial, a qual deu tons peculiares ao racismo brasileiro.

A complexidade do racismo no Brasil se amplifica na medida em que, desde "a Abolição da escravatura, em 1888, não experimentamos nem segregação, ao menos no plano formal, nem conflitos raciais" (GUIMARÃES, 2012, p. 39). Assim:

> (...) na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre uma cidadania definida, por um lado, de modo amplo e garantida por direitos formais, e, por outro, uma cidadania cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana. O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas. (GUIMARÃES, 2012, p. 59)

Nesse sentido o contemporâneo racismo brasileiro se torna ainda mais complexo. Não se explica, ou se compreende, pela passagem de um discurso/crença de inferioridade biológica para o da diferença cultural (inassimilável), como propõem algumas análises (WIEVIORKA, 2007).

Dada a complexidade do racismo no Brasil, como parâmetro referencial nesta pesquisa, entendemos ser pertinente utilizar a noção desenvolvida por Rocha, a qual engloba dois elementos que nos surgem como significativos: práticas que não impedem o movimento do negro no espaço social, mas a este movimento reagem (o que entendemos criar segregações simbólicas); práticas que produzem sofrimentos subjetivos.

> O racismo [presente no Brasil é] menos politicamente elaborado (...), não é, por sua via, caracterizado por impedir o movimento no espaço social por parte do negro através de um esforço político conscientemente coordenado. Ele se caracteriza, antes, por reagir a esse movimento gerando sofrimentos subjetivos (...) (ROCHA, 2009, p. 372).

Trata-se de um racismo que, para além de todas as perversidades que encerra, envolve uma dor moral, a qual, segundo Rocha, é "característica do drama

do negro com o seu próprio corpo, dor que é sentida como íntima demais para política, [mas que] precisa ser politicamente tematizada" (2009, p. 379).

A perspectiva do racismo institucional é outra noção importante neste trabalho. Entendemos esse, acompanhando Wieviorka, como o que se dá pelo próprio funcionamento da sociedade e das suas instituições: "o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros sem que ninguém tenha quase a necessidade de os teorizar ou de tentar justificá-los pela ciência" (2007, p. 30).

Nossa recepção em relação ao racismo institucional não é, entretanto, a de excluir os atores sociais da responsabilidade pelo racismo – como destacam algumas críticas à noção –, mas sim de remeter também ao nível do funcionamento das instituições às práticas racistas, que se alimentam e retroalimentam num círculo vicioso.

No que tange às expressões concretas do racismo seguimos também as noções apresentadas por Wieviroka (2007), considerando-as como dialógicas e complementares entre si.

O preconceito é uma "primeira forma elementar do racismo" (WIEVIORKA, 2007, p. 59), repousando:

> (...) nas representações do Outro que valorizam o *ingroup* (grupo de pertinência, também chamado endogrupo), em detrimento do *outgroup* (grupo do outro, também chamado exogrupo), amplificam as diferenças e desembocam em estereótipos suscetíveis de alimentar ou justificar atitudes discriminatórias. (2007, p. 59)

A segregação designa tanto um processo como seu resultado:

> (...) mantém um grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados (...). Essa separação geográfica complementa-se ocasionalmente com medidas de circulação restritivas. Pode alcançar até a interdição de penetrar em certos espaços ou abandonar aqueles que lhe são reservados. (WIEVIORKA, 2007, p. 65)

A discriminação, por fim, corresponde a lógicas de diferenciação e hierarquização, dispensando um tratamento diferenciado ao indivíduo ou grupo alvo do racismo. (WIEVIORKA, 2007, p. 68)

3. Pelotas em suas configurações para pensar o racismo e o sistema punitivo

No passado e no presente o contexto sócio-político e econômico do município de Pelotas, como já acenamos, é propício e significativo para se pensar o racismo e as segregações da população negra. Neste tópico, transitando por informações históricas e contemporâneas, buscaremos tornar mais clara esta afirmação, a qual justifica que tenha sua realidade prisional se tornado o objeto e campo empírico dessa pesquisa.

Pelotas, com 328.275 habitantes, conforme o Censo de 2010, e uma estimativa de 343.641, para 2016 (IBGE, 2017), é o terceiro município mais populoso do estado do Rio Grande do Sul (RS), sendo considerada a cidade pólo da chamada Região Sul do RS. Está distante 250 Km da capital estadual (Porto Alegre) e está a 135 Km da cidade de Jaguarão, a qual, ladeada pelo rio de mesmo nome, faz fronteira com a cidade uruguaia de Rio Branco;em relação a outra fronteira com o Uruguai, através das cidades gêmeas Chuí/Chuy, está a 266 Km (PELOTAS, 2017). Localiza-se, portanto, dentro do espaço territorial da faixa de fronteira, ou seja, 150 quilômetros a partir da linha divisória.

Há indícios de povoamento português de seu território já a partir de 1750. A intensificação da povoação, entretanto, ocorre a partir de 1763, em decorrência da fuga da população portuguesa dos territórios mais ao sul, em consequência dos espanhóis os terem ocupado, invadindo inclusive a importante e vizinha Vila de Rio Grande de São Pedro (MONQUELAT; MARCOLLA, 2010).

Tem-se, nessa origem e no contexto com o qual ela se relaciona, uma importante marca da sociogênese da Pelotas não só dos dois seguintes séculos, mas também contemporânea. Um diálogo que se estabelece entre dois elementos: as disputas territoriais e de estabelecimentos das fronteiras meridionais de Portugal com Espanha, na época; e, em paralelo, causa e consequência, a militarização do território.

As exigências permanentes da condição beligerante entre portugueses e espanhóis, depois brasileiros e castelhanos (aqui reunidos os contemporâneos uruguaios e argentinos), no domínio e consolidação do território produziram, como registra Fernando Henrique Cardoso (acompanhando a historiografia gaúcha), uma configuração social militarizada:

> De resto, o recrutamento para servir às milícias e a atuação constante das milícias na defesa do Rio Grande fizeram com que os agricultores pobres, sem perder a qualidade de agricultores, se militarizassem (...).
>
> (...)

> A militarização da população do Continente de São Pedro foi muito generalizada. (1997, p. 109-110)

Não obstante isso, ainda que também nesse aspecto não deixe de ser impactada, a Pelotas que estava emergindo já em fins do século XVIII é um dos poucos povoamentos da região (futuros municípios) que não tem origem em acampamentos militares. Seu desenvolvimento, pelo menos ao longo do século XIX, esteve atrelado a outra característica da região: a exploração do gado bovino e sua transformação em charque (carne salgada) através da exploração de mão-de-obra escravizada.

Ambas características – militarização e manejo rústico do gado – contribuem para a formação de uma sociedade que, tomando-se emprestada a expressão de José Pedro Barrán (2015), estava pautada em sensibilidades bárbaras: "A 'barbárie', ou seja, a sensibilidade dos 'excessos' no jogo e no ócio (sua consequência improdutiva), na sexualidade, na violência, na exibição 'não respeitosa' da morte (...)" (2015, p. 12 – traduzi), uma "desordem dos instintos" (2015, p. 12 – traduzi), enfim, "Castigo e prisão do corpo antes que convencimento da alma" (2015, p. 60 – traduzi).

O contexto da produção de charque, como apresentado por Ester Gutierrez (2011) com base em descrições de viajantes que visitaram a região no século XIX, agrega ainda mais peculiaridades bárbaras ao já violento sistema de exploração da mão-de-obra escravizada:

> [mangueira de matança] Um cativo, na plataforma, laçava o boi que aparecia no brete. (...) O boi era arrastado. (...) Um segundo cativo, ou o mesmo, matador ou desnucador, que também estava colocado na plataforma, enfiava uma faca, longa e resistente, no músculo da nuca. (...) Logo após receber a facada, o boi caía sobre o vagonete. (...) O vagonete com o boi, que ainda urrava e apresentava contrações, era puxado por dois escravos, que o conduzia sobre os trilhos até a cancha.
>
> (...) Cada cancha comportava de vinte a quarenta animais. O boi era derrubado do vagonete por dois cativos ou puxado por uma corda fixada a uma das patas dianteiras e, então, arrastados por um escravo a cavalo. O boi passava a ser despojado do couro, esfolado.
>
> Era sangrado com uma faca no coração. A sangria era indispensável, porque terminava de matar e porque, sem a sangria, a carne cheirava mal e ficava com a cor feia. (...) As reses apresentavam, às vezes, reflexos muitos marcados, irregulares; outras vezes, emitiam gritos afônicos durante a hemorragia. Esfolados ainda vivos, sentiam a faca e não podiam reagir. Mugiam e não

> conseguiam se fazer ouvir, tentavam se levantar; executavam sacudidelas desordenadas. Os trabalhadores servis ficavam cobertos de sangue.
>
> (...) A depostação, esquartejamento ou corte, (...) resultava em oito pedaços; (...) Os músculos interscostais junto às costelas iam alimentar os escravos. A cabeça, o tronco e as vísceras ficavam jogadas ao redor das canchas.
>
> (...)
>
> As ações de desossar, charquear, lonquear, salgar e empilhar eram realizadas em um ou mais galpões. (GUTIERREZ, 2011, p. 274-6)

Não causa estranheza que a cena produza contraditórias sensações ao olhar externo, como confessa o americano Herbert Smith, que a presenciou na década de 1880:

> Ha um não sei que de revoltante e ao mesmo tempo cativador n'estes grandes matadouros; os trabalhadores negros, semi-nus, escorrendo sangue; os animaes que lutam, os soalhos e sargêtas correndo rubros, os feitores estólidos, vigiando immoveis sessenta mortes por hora, os montes de carne fresca dissorando, o vapor assobiando das caldeiras, a confusão, que entretanto é ordem: tudo isto combina-se para formar uma pintura tão peregrina e horrida quanto póde caber na imaginação. De toda esta carnificina dimanou a riqueza de Pelotas, uma das mais prosperas entre as cidades menores do Brasil. (1922, p. 140)

Possuindo em seu território estabelecimentos charqueadores desde o último quartel do século XVIII (MONQUELAT; MARCOLLA, 2010), em 1812 é criada oficialmente a Freguesia de Pelotas que, em 1832, é elevada à condição de Vila e sede de município, o qual se instala em 7 de abril de 1832, passando a cidade em 1835, através da Lei Provincial 5, de 27 de junho (MONQUELAT; MARCOLLA, 2010).

Será a existência das charqueadas e a exploração do trabalho das pessoas negras escravizadas como seu modo de produção característico (as sensibilidades bárbaras do contexto pelotense), a condição responsável pela significância da população negra em Pelotas desde sua origem, como já se depreende do texto de Mário Osório Magalhães:

> Quanto a números, não há uma definição precisa: pode ter havido em Pelotas um mínimo de 18 e um máximo de 40 charqueadas no período anterior a 1835. (...)
>
> Cada uma das charqueadas ocupava a média de 80 escravos, o que permitiria estimar em pouco além de 3 mil, no máximo, o contingente da população servil. Há autores, entretanto, que chegam a elevar para 5 mil o número

> de negros na população da Vila de São Francisco de Paula [denominação também associada à Pelotas]. Não se pode esquecer que nessa época o braço escravo já era utilizado em pequenos serviços agrícolas, na Serra dos Tapes – mas, pelo que se sabe, apenas nos intervalos da safra das charqueadas, que ia de novembro a abril. (1993, p. 26)

Há, sem dúvida, imprecisão nas estimativas de Magalhães. Alguns números mais exatos da representatividade da população negra e escravizada no período podem ser buscados compilando-se os dados de Cardoso e Caiuá Al-Alam:

Quadro 1 – População em Pelotas, com ênfase na população negra e escravizada – 1814; 1833; 1858; 1884.

	Brancos	Indígenas	Livres	Escravos	Recém Nascidos	Total	Percentual população negra	Percentual população escravizada
Censo de 1814	712	105	232	1.226	144	2.419	60%	50%
Censo de 1833	3.911	180	1.137	5.137	-	10.851	62%	51%
11858*	-	-	-	4.122	-	10.757	-	38%
11884*	-	-	-	-	-	-	-	15%

Fonte: CARDOSO, 1997; AL-ALAM, 2008; 2009.
* Dados não completos, mas apresentados pelo autor de referência.

É de se registrar, como nota aos dados, que o sugerido decréscimo percentual da população negra no município tem sido explicado pela historiografia como resultado da crescente imigração européia, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, e em especial no seu último quartel, época considerada de apogeu econômico e cultural de Pelotas (MAGALHÃES, 1993). Ainda que pertinente tal argumento, preferimos agregá-lo à sugestão do pesquisador A. F. Monquelat[2], que vincula o ritmo do decréscimo da população negra, em especial, à sua perversa utilização como tropas de Exército, seja na Revolução Farroupilha (1835-1845), seja na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Não obstante, são significativos os números para não só constatar a importância da população negra no município ao longo do século XIX, mas, sobretudo, sua condição de escravizada.

2. Sugestão feita em debate realizado no dia 26 de fevereiro de 2016, na Universidade Católica de Pelotas. Debate que teve como eixo a discussão do projeto da presente pesquisa, reunindo os seguintes pesquisadores, historiadores e representantes do Movimento Negro de Pelotas: A.F. Monquelat, Caiuá Cardoso Al-Alam, Carla Silva de Avila e Fábio dos Santos Gonçalves (aos quais aqui se agradece a inestimável colaboração).

O escravismo é, portanto, a chave para se pensar o racismo nas configurações pelotenses do século XIX. Um racismo que se amolda à concepção clássica, ou seja, que inferioriza o outro para explorá-lo ou ainda eliminá-lo.

Para se vislumbrar o escravismo, o racismo que nele se dinamiza, com a perspectiva dos sistemas de controle e punição tendo a Pelotas do século XIX como referência, utilizaremos dados de alguns estudos do campo da História.

O primeiro conjunto que nos permite acessar um panorama das conexões entre o escravismo pelotense e o sistema punitivo foi originalmente trabalhado por Solimar Oliveira Lima (1997). Trata-se de um estudo que compreende o período de 1818 a 1833 e se refere a pessoas escravizadas réus julgadas pela Junta de Justiça do Rio Grande do Sul (órgão então sediado na capital Porto Alegre, com jurisdição para todo o território gaúcho da época).Lima trabalhou "com 112 processos criminais, envolvendo 131 escravos-réus. (...) Os documentos representam 32% do total encaminhado à Junta de Justiça, 347" (LIMA, 1997, p. 16). Sobre a completude deste conjunto, o historiador não deixou de registrar:

> Decerto, muitos crimes de escravos não chegaram à Justiça. Como em outras regiões do país, no Sul, a punição privada deveria ser comum. Senhores castigavam fisicamente cativos criminosos, sobretudo nas zonas rurais. Levados à Justiça, perdiam utilidade, como força de trabalho. Contudo, é provável que mais processos existissem. As atuais condições do acervo deram-nos fortes indicativos de extravios de autos. (1997, p. 16-17)

Pelotas se destaca no conjunto de dados de Lima. As 131 pessoas escravizadas réus são oriundas de 19 localidades diferentes, espalhadas no território da então província. Pelotas contribui com 7,6% (dez) desses réus. Num conjunto de 100 eventos criminalizados, 74 envolvem homicídios, dos quais sete ocorreram em Pelotas (9,46%).

Ainda que Lima (1997) não realize a descrição de caso por caso, é significativo identificar que no conjunto de sua ampla análise ele avançou em detalhamentos de seis casos pelotenses; quatro dos quais podemos com clareza associar o envolvimento no crime com circunstâncias decorrentes da escravidão.

São as condições do trabalho, que por si só, no sistema escravocrata, envolvem sobrecargas de violência, que balizam o grande número dos casos que geram os processos analisados por Lima:

> Os castigos revelaram-se a causa "instantânea" de grande parte dos homicídios praticados por escravos contra membros da casa senhorial, destacando-se aqueles cometidos durante o processo produtivo. No ambiente de traba-

> lho, agiam mecanismos coercitivos sobre o trabalhador escravizado, os quais (...) visavam garantir não só a organização, mas a própria continuidade do trabalho. Submetidos a extenuantes jornadas, cansados e nos limites de sua capacidade física, os cativos eram "estimulados" ao trabalho com violência. Sofriam o peso das mãos senhoriais sobre os corpos. (1997, p. 84)

Não obstante isso, outras motivações e coerções colocam as pessoas escravizadas no caminho do sistema punitivo. O caso do escravizado João, ocorrido em 1825, assim exemplifica: Tendo presenciado o assassinato (por asfixia) de seu Senhor, dele foi requerida a participação para que se colocasse o corpo numa cama, para fins de se dissimular a natureza criminosa da morte. Descoberto o evento, foi acusado como cúmplice: "foi sentenciado com 200 açoites e galés perpétuas (...), por não ter revelado 'os matadores' e que ainda se aproveitou do crime roubando [pertences da vítima]" (LIMA, 1997, p. 93). Sobre não ter revelado os assassinos, assim reagiu: "Eram senhores os assassinos e um deles já havia sido dele, por isso não se atrevera contra ele." (LIMA, 1997, p. 93).

A partir dos relatos de Lima é possível se afirmar que o fio condutor da punição escrava no Rio Grande do Sul do início do século XIX – e de Pelotas, como significativamente representada nesse contexto – é o regime escravista e as múltiplas capturas racistas que ele promove sobre a população negra.

Outro historiador que nos fornece relevantes dados sobre as relações entre punição e população negra na Pelotas do século XIX é Caiuá Cardoso Al-Alam (2008). Delimitando seu enfoque ao período entre 1830 e 1857, tem a pena de morte como recorte das práticas que analisa.

Tal pena permaneceu em nosso ordenamento até o advento da República, em 1889, através de seu Código Penal (1890). Nos termos do Código Criminal de 1830, ela se daria na forca (artigo 38), através de um ritual público (artigos 40, 41 e 42).

Quanto às estruturas Judiciárias da época, o Código de Processo Criminal de 1832 determinava que os Termos e Comarcas seriam criados pelos Presidentes das Províncias em Conselho e que em cada distrito, houvesse um juiz de paz, um escrivão e os inspetores necessários; em cada termo um conselho de jurados, um juiz municipal, um promotor, um escrivão e oficiais de justiça; e, em cada comarca, um juiz de direito. Para o contexto pelotense esses redimensionamentos significaram que ao longo do período analisado será seu território um termo da comarca de Rio Grande, existindo, entretanto, uma estrutura judiciária local.

Outro aspecto relevante no período é a edição da Lei 4, de 10 de junho de 1835, a qual: "Determina as penas com que devem ser punidos os escravos,

que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo".

Quanto aos dados reunidos por Al-Alam é possível se afirmar, com convicção, que entre 1830 e 1857 a pena de morte e a forca em Pelotas tinham cor: eram negras! (AL-ALAM, 2008).

Após detalhar seu processo de pesquisa, o qual sugere a exaustividade das fontes possíveis, os dados de Al-Alam nos permitem expor o seguinte quadro da pena de morte no contexto pelotense do período:

Quadro 2 – Dados sobre condenações e enforcamentos em Pelotas – 1830-1857.

Nome do réu	Cor	Ano	Situação
Manoel	Negro	1834	Informação de solicitação de armação da forca, contudo sem comprovação documental de efetivação do enforcamento
Mariano	Negro	1835	Registro de condenação à forca, mas sem comprovação documental de efetivação do enforcamento
João Pernambuco	Negro	22 de julho de 1847	Enforcado
Salvador	Negro	22 de julho de 1847	Enforcado
Bento	Negro	22 de julho de 1847	Enforcado
André Mina	Negro	1º de julho de 1849	Enforcado
Belizário	Negro	10 de maio de 1850	Enforcado
João	Negro	1855	Condenação à forca, mas pena comutada para galés perpétuas
Ignácio	Negro	1857	Informação de solicitação de armação da forca, contudo sem comprovação documental de efetivação do enforcamento

Fonte: AL-ALAM, 2008.

Três eventos dão origem às cinco condenações cuja execução do enforcamento é constatada. Tais eventos nos remetem a outras dimensões das relações escravocratas de exploração do trabalho e tratamento dos escravos no contexto de Pelotas e região.

Os dois primeiros casos descritos se aproximam tanto pelo aspecto temporal – ocorreram em fevereiro de 1847 (período de safra do charque) –, como pelo fato de envolveram escravizados marinheiros. Como registra Al-Alam, o "ofício de marinheiro, ou marítimo, não era reconhecido como especializado, mas tinha um certo *status* de qualificação, mantendo características próprias" (2008, p. 172); ao que agrega um aspecto que nos é importante: "Nos momentos de falta de trabalhadores para a navegação, qualquer sujeito escravizado poderia assumir essa atividade, desde que comportasse fisicamente o peso dessas tarefas" (2008, p. 172), sendo "comuns anúncios [nos jornais da época] requisitando escravos para alugar no trabalho de iates" (2008, p. 174).

Na perspectiva da compreensão do controle social da sociedade escravista do século XIX, o que estes casos contribuem é o evidenciar de condições e práticas de exploração da mão de obra escravizada que, por tão assimétricas e degradantes, acirram a conflitualidade latente das relações e conduzem a desfechos de violências, perante os quais as instâncias de controle respondem com também mais violência.

O terceiro caso trabalhado por Al-Alam ocorre na manhã do dia 27 de setembro de 1849, numa residência próxima à praça central de Pelotas. Belizário, a pessoa escravizada punida, entra em desentendimento com seu suposto senhor, Manoel Montaño, e na sucessão dos eventos acaba por esfaquear este, sua esposa e ferir outro escravo (2008, p. 179-181).

Situação relevante no contexto do crime é a de que Belizário, que há pouco estava na cidade, alegou desconhecer ser "propriedade" de Montaño. Em sua compreensão ele "seria escravo de Inácio Rodrigues, que na verdade o havia mandado para Montaño para que o vendesse em Pelotas" (AL-ALAM, 2008, p. 182).

Al-Alam recupera boa parte da trajetória de Belizário: vendido em 1843 para Vitório Antunes da Silva, em Rio Grande; posteriormente vendido, em 1844, para Innacio Fernandes; e, em 12 de junho de 1849, vendido para Montaño e Rodriguez (2008, p. 183).

O caso, como também analisa Al-Alam, demonstra "o tratamento indiferente que o escravo recebia, muitas vezes, sem sequer saber a que senhor pertencia, ou qual era sua condição perante aquelas negociações que para muitos deveriam ser incompreensíveis" (2008, p. 183).

Por fim, o último conjunto de dados que utilizamos para elaborar o presente panorama da punição e controle social da população negra na Pelotas do século XIX se trata da obra "Pelotas do excluídos: subsídios para uma história do cotidiano", de autoria do pesquisador Monquelat (2015), a qual abrange o período de março de 1875 a 13 de maio de 1888 e tem como fonte os órgãos da imprensa local: o que noticiavam, bem como o que defendiam ou denunciavam.

A obra busca "reconstruir, mesmo que de forma fragmentada o cotidiano do escravo em Pelotas, cidade cuja formação e construção deve muito ao braço africano e afro-brasileiro" (MONQUELAT, 2015, p. 7), desvendando um pouco do cotidiano da urbe e focalizando aqueles que "não fizeram parte da história tradicional da cidade" (MONQUELAT, 2015, p. 9).

O recorte temporal se justifica em duas peculiaridades que se entrelaçam na trajetória do contexto pelotense do século XIX: o primeiro está explícito já nas

primeiras páginas do livro, quando Monquelat expõe ter escolhido 13 de maio de 1888 como a data final de seu trabalho porque esta simboliza, "pelo menos oficialmente, o fim da escravidão do negro no território imperial do Brasil", compatibilizando-se, assim, com seu primeiro objetivo (reconstruir cotidiano do escravo em Pelotas).

Noutro sentido, o recorte nos remete a um período chave para a trajetória e interpretação de Pelotas: trata-se, para Mário Osório Magalhães (1993), que situa seu estudo entre 1860 e 1890, do período no qual a cidade "foi capaz de configurar um verdadeiro apogeu", reunindo, "ao mesmo tempo, boas condições econômico-urbanas e boas condições sócio-culturais" (1993, p. 246); Já para Marcos Hallal dos Anjos (2000), que focaliza a participação do estrangeiro (europeu) no desenvolvimento da cidade, o último quartel do século XIX marca a modernização de Pelotas: "entendendo-se como modernização o conjunto de fatores, fontes e determinantes que alimentaram as grandes transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais passou a cidade" (2000, p. 23). Monquelat (2015), em seu contraponto, sugere ser o período no qual Pelotas se torna "uma cidade hostil aos que pretendiam uma vida pacata" (2015, p. 19).

O conjunto de dados se compõe de 235 registros, alguns se referindo a mais de um evento ou fonte para a narrativa do mesmo fato, o que dificulta um tratamento mais sistemático em termos de sua totalidade. Contudo, cientes de que não se trata de uma coleta exaustiva de conteúdos temáticos nos órgãos da imprensa local, mas sim de uma seleção de fragmentos capazes de visibilizar subsídios para uma história do cotidiano, interessa-nos não tanto questões estatísticas, mas sim o que os dados revelam acerca da punição e do controle social da população negra no período.

A vida "não pacata" de Pelotas se evidencia na quantidade de registros que podem ser agrupados sob a perspectiva de desordens (72), ganhando destaque os eventos relativos a bailes sem licença para ocorrer e ao jogo, práticas ambiguamente reprimidas. No registro das desordens elementos culturais e religiosos da população negra são também alvo de atenção: os batuques e a feitiçaria ganham espaço como práticas contrárias às expectativas civilizatórias das elites.

Sob o ponto de vista do controle escravocrata, a figura do capitão do mato é ainda bastante presente: em sete registros ele é um protagonista dos eventos. A prática de conduzir negros atados/acorrentados pelas vias públicas da cidade também encontra registros até o ano de 1887:

> (...) dia 27 de novembro (...) pela manhã, no Mercado Público, com a intervenção de um praça da polícia, foi efetuada a prisão de 'um pobre preto', que, amarrado, foi conduzido para a casa de um 'cavalheiro', sob o pretexto de que era escravo" (MONQUELAT, 2015, p. 249).

Percebe-se que a arbitrariedade e a violência policiais têm nos negros um alvo significativo. São os registros agrupados sob a categoria castigos, entretanto, que chamam a atenção. Dentre os 12 casos assim considerados encontramos as diferentes expressões do convívio espúrio entre as esferas privadas e públicas de controle. Tem-se desde negros castigados na cadeia pública a pedido do senhor (MONQUELAT, 2015, p. 130-131), até bárbaros castigos domésticos infligidos em escravizadas e suas filhas (MONQUELAT, 2015, p. 138--140), passando-se pelo castigo privado de um trabalhador negro contratado (não escravizado, portanto), no âmbito de uma charqueada (MONQUELAT, 2015, p. 255).

A gravidade e a contundência dos eventos chega ao seu ápice quando se computam os casos referentes a suicídios de pessoas negras (consumados ou tentados). Seis se enquadram nessa categoria. Tratam-se de atos extremos nos quais a morte é buscada como última alternativa em relação à crueldade das práticas públicas e privadas de castigos e maus-tratos:

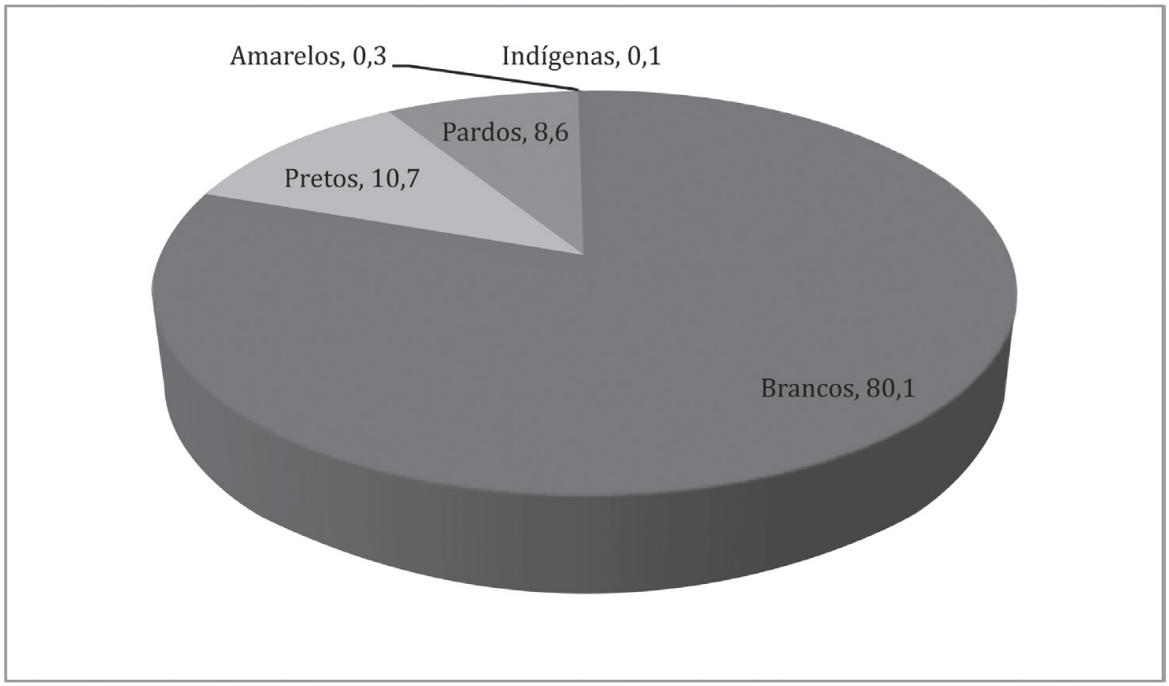
> [1875] Aos sete dias daquele mesmo mês, agosto, o pardo Salustiano, escravo de Antônio Leite, tentou suicídio na cadeia civil onde estava recolhido. (MONQUELAT, 2015, p. 25)
>
> [1878] No dia seguinte [24 de julho] Perciliano, ao ser preso novamente. Dessa vez a pedido de seu senhor, com a finalidade de ser castigado na cadeia (...). De posse de uma faca deu em si "um grande golpe no pescoço, com o fim de terminar os seus dias". (MONQUELAT, 2015, p. 59)
>
> [1879, 15 de outubro] Cândido, escravo do capitão Francisco Antunes G. da Costa, "que há pouco" acabara de cumprir a sentença que lhe fora imposta pelo júri, depois de voltar para a charqueada do seu senhor decidiu pôr fim à sua existência, enforcando-se. (MONQUELAT, 2015, p. 84)
>
> [1881] Uma negra, "propriedade" do Sr. José Manoel Afonso, desgostosa ou desesperada pelos maus tratos de que era vítima sua filha, de cerca de dois anos de idade, atirou-se, dia 13 de outubro de 1881, da sacada do sobrado onde residia o referido "cidadão" (...). (MONQUELAT, 2015, p. 102)

Do mosaico que entendemos ter construído acerca de relações entre controle social/punição e população negra em Pelotas, ao longo do século XIX, percebe-se que as configurações locais, ainda que transitando entre uma emergente vila até o que alguns consideram seu apogeu econômico e cultural, mantiveram-se favorecedoras de práticas racistas de inferiorização, capturas concretas e simbólicas, bem como exploração explícitas da população negra (crueldade e barbárie). Tendo o escravismo como base, teve-se o racismo clássico como paradigma!

Cabe-nos, agora, avançar sobre as configurações contemporâneas para que possamos, então, suscitar o racismo no interior destas.

Em nosso século XXI a população negra (pretos e pardos) em Pelotas ainda é expressiva. Conforme o censo de 2010 está o município assim composto em sua diversificação:

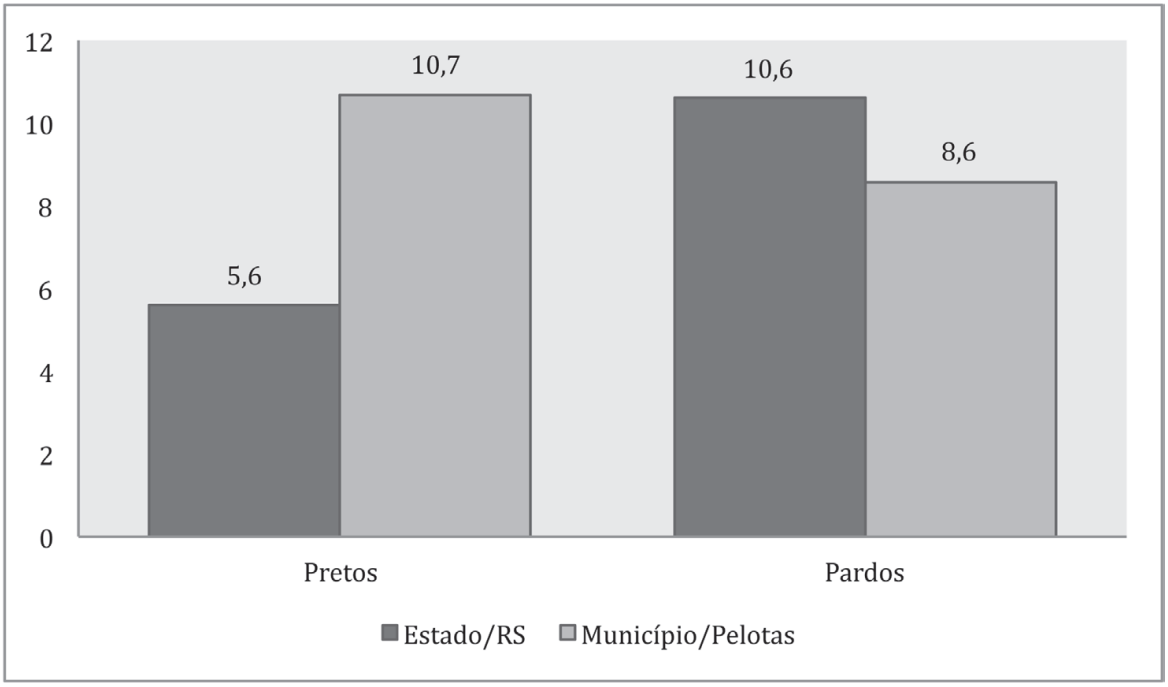
Gráfico 1 – Percentuais de população em Pelotas, por faixa de cor – 2010.



Fonte: IBGE, 2017.

Ainda que os percentuais de pretos (10,7%) e de pardos (8,6%) possam não parecer significativos, o são quando levados em consideração as características da composição étnica do estado do Rio Grande do Sul, sendo Pelotas considerada a cidade do interior com maior população negra.

Gráfico 2 – Comparativo, em percentuais, das populações pretase pardas do estado do Rio Grande do Sul e do município de Pelotas – 2010.



Fonte: IBGE, 2017.

Não mais na condição de pessoas escravizadas, não deixa, entretanto, a população negra de estar marginalizada e precarizada na sociedade pelotense; condição que se pode sustentar com base em alguns indicadores.

Não atingem em condições de equilíbrio com os brancos similares níveis de escolaridade: enquanto 12% dos brancos registram o grau superior completo, apenas 3,1% dos pretos estão nesse nível. Na outra ponta, 59,5% dos pretos – conforme o censo de 2010 – registravam a instrução de no máximo o nível fundamental incompleto, esta realidade atingia um percentual menor de brancos (43,9%).

No indicador faixa de renda se verifica que para 91,2% da população preta com dez anos ou mais a renda pessoal mensal não supera os dois salários mínimos. Para 58% não ultrapassa um salário mínimo.

Trata-se, portanto, de uma população precarizada em termos de capitais econômicos e capitais culturais formalizados, fatores que a vulnerabiliza socialmente e que repercutem no acesso e aproveitamento de oportunidades sociais de qualidade de vida.

Não estão, por exemplo, alijadas do mercado de trabalho. Contudo não ocuparão as mais rentáveis ocupações oferecidas por este. Enquanto 3,07% dos

brancos são empregadores, apenas 0,74% dos pretos o são. Em ocupações sem carteira de trabalho assinada estão 22,01% dos pretos e 14,24% dos brancos.

Nesta configuração que, retomando Guimarães, reproduz o

> (…) jogo contraditório entre uma cidadania definida, por um lado, de modo amplo e garantida por direitos formais, e, por outro, uma cidadania cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana (2012, p. 59).

Devemos pensar o racismo contemporâneo em Pelotas, como um

> (…) racismo [que] se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 2012, p. 59).

Contudo, deixemos que sobre isso nos falem os dados da pesquisa de campo.

4. Dados da pesquisa: "o espaço da tinta preta da caneta no papel branco"[3]

Nesta sessão nos dedicaremos à apresentação dos dados da pesquisa de campo, com suas primeiras análises. Antes registraremos alguns aspectos metodológicos e relativos às atividades naquele desenvolvidas.

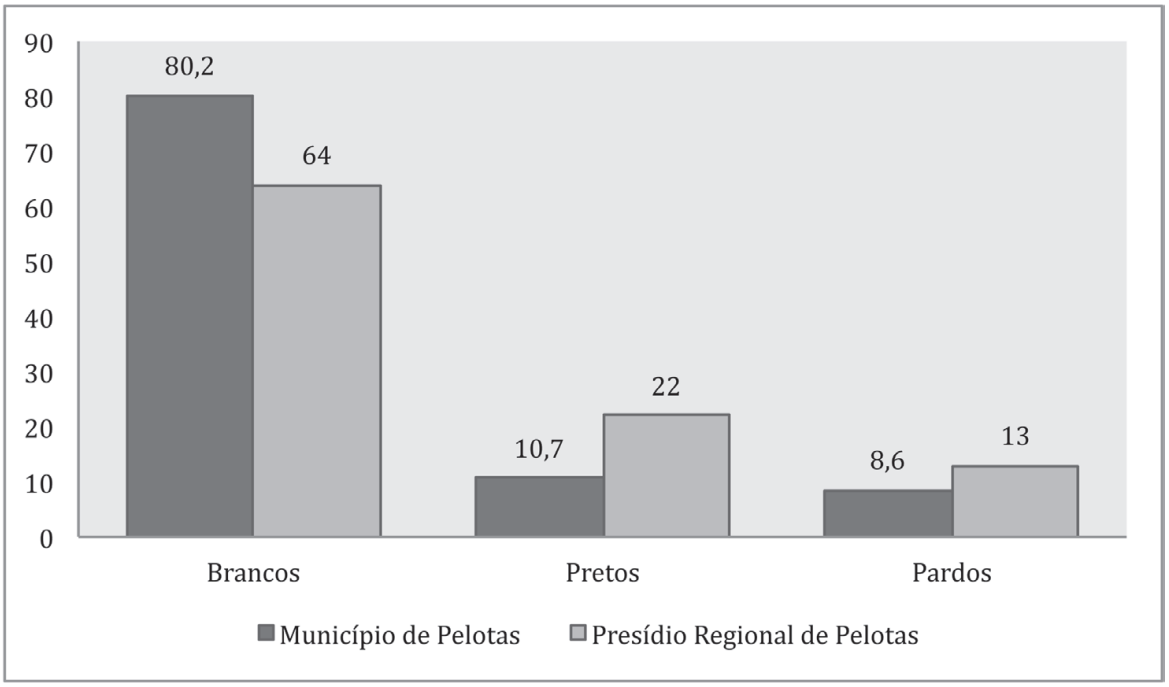
A inserção no Presídio Regional de Pelotas (PRP), como campo empírico da pesquisa, deu-se a partir de 1º de julho de 2016. Tratou-se da etapa de aplicação de formulários de coleta de dados à população encarcerada, os quais, como já mencionado, buscavam acessar compreensões e representações sociais acerca das relações entre segregações raciais e encarceramento, sobretudo em suas trajetórias pessoais.

Em maio de 2016, conforme dados divulgados no site da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE/RS), a população encarcerada no PRP era composta por 1.085 pessoas presas (1.030 homens;

3. Baseado numa mensagem escrita em um formulário da pesquisa: "O espaço na sociedade entre negros e brancos na minha opinião é como esse papel rabiscado se você parar pra ver e pensar tem mais espaço para branco do que para cor preta".

55 mulheres). Quanto à divisão "cor da pele", os pretos correspondiam a 22%, os pardos a 13% e os brancos a 64% (SUSEPE, 2016). Trata-se de uma sobrerrepresentação da população não branca quando em comparação com as taxas no município. Os pretos representam 10,7% da população em Pelotas, mas no Presídio são 22%. Os pardos, 8,6% e 13%, respectivamente.

Gráfico 3 – Comparativo, em percentuais, das populações branca, preta e parda no município de Pelotas (Censo de 2010) e no Presídio Regional (maio de 2016).



Fonte: IBGE, 2017; SUSEPE, 2016.

O Presídio se divide na ala feminina e, em relação aos homens, em cinco galerias: "A"; "B"; "C"; "D"; e, a chamada "ala dos trabalhadores". Não obstante nosso desejo fosse o de envolver a totalidade da população prisional, ajustes com a administração do estabelecimento conduziram a que se aceitasse focar a coleta de dados nas galerias "C" e "D", utilizando-se uma sala de aula para esta etapa e se respeitando questões de segurança e de movimentação dos sujeitos de pesquisa.

O contingente populacional de ambas as galerias era de cerca de 450 presos. O procedimento para aplicação do formulário, precedido de uma conversa com lideranças das galerias para explicar a pesquisa, consistiu em reunir na sala de aula os presos cela a cela. Novamente a pesquisa era explicada ao público de cada cela, então reunido na sala de aula (média de dez por vez),

bem como apresentadas as "garantias éticas" constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[4]. Após tais procedimentos, permaneciam, para fins de responder ao formulário, somente aqueles que desejavam aderir à pesquisa como colaboradores. Ao final se consolidou um conjunto 210 formulários respondidos; cerca de 20% da população masculina do estabelecimento prisional.

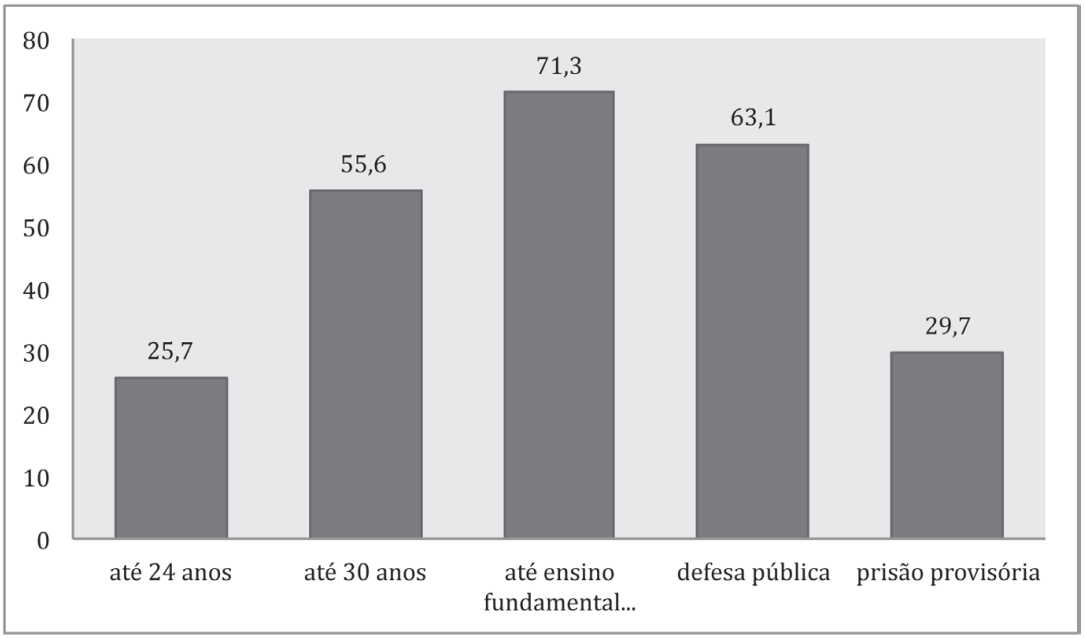
Cabe mencionar que a negociação inicial com a administração penitenciária também envolvia a possibilidade de agregar ao conjunto dos sujeitos de pesquisa as mulheres encarceradas e os presos da "ala dos trabalhadores". Uma fuga de presos da galeria "B", ocorrida em 4 de agosto, alterou, contudo, a viabilidade de – nos prazos do cronograma de pesquisa – manter essa perspectiva. As atividades no estabelecimento só puderam ser retomadas em outubro, então, para as entrevistas (segunda etapa de coleta de dados no PRP).

Em relação às entrevistas também se oportunizou a livre adesão dos sujeitos de pesquisa. Assim, nem todos os respondentes dos formulários concordou com tal possibilidade. Dentre aqueles que se disponibilizaram, 23 foram sorteados, na expectativa de se atingir ao menos 10% dos sujeitos respondentes do formulário. Novas vicissitudes do "pesquisar em presídios" se apresentaram – tais como: sujeitos que adquiriram a liberdade no período; outros que retiraram seu consentimento, etc. –, sendo viabilizadas nove entrevistas.

Em termos de um perfil dos 210 respondentes do formulário, pouco este se distancia do que se pode considerar como frequente nos parâmetros e padrões da seletividade criminal brasileira. O Gráfico 4 apresenta alguns destaques desse perfil: são em sua maioria jovens (a variação de idades se situou entre os 18 e os 56 anos, mas se destaca a faixa até 30 anos, com mais da metade dos sujeitos, sendo que na faixa entre 18 e 24 anos está cerca de um quarto deles); o nível de escolaridade é baixo, já que 71,3% não chegaram a concluir o ensino fundamental (21 sujeitos, 10%, registraram não possuir escolaridade formal); defensores públicos ou advogados nomeados pelos juízes foram a forma de defesa judicial para 63,1% dos respondentes; e, 29,7% estão em prisão provisória.

4. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas, através do processo 54458016.0.0000.5339.

Gráfico 4 – Destaques do perfil geral dos sujeitos de pesquisa, em percentuais, quanto à faixa etária, escolaridade, tipo de defesa acessada no processo criminal e tipo de prisão.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Em relação aos crimes pelos quais foram acusados e presos, destacam-se os contra o patrimônio (37,7%) e os relacionados com entorpecentes (36,1%), ainda que com certa diferença dos percentuais gerais em relação ao total da população carcerária do PRP, conforme dados da SUSEPE/RS, para maio de 2016: 25,5% e 49,5%, respectivamente.

Em relação à categoria cor da pele, a qual é significativa para essa pesquisa e será utilizada para os cruzamentos de todos os demais dados, a composição do grupo de sujeitos de pesquisa assim se configurou: 47,3% brancos; 32,7% pretos; 14,1% pardos; 2% amarelos; e 3,9% outros.

Os dados diferem um pouco dos oficiais, não guardando proporcionalidade com os mesmos. Tal situação decorre das estratégias da pesquisa, tanto pela adoção dos critérios éticos de adesão voluntária dos sujeitos, como pela delimitação de um fragmento do universo do PRP. Não obstante isso, o dado que amplia a população preta dentro do grupo de sujeitos da pesquisa (são 22% da população encarcerada e 32,7% dos pesquisados) já é uma demonstração de que este segmento foi o que mais se identificou com a importância temática da proposta.

Para a apresentação dos demais dados – cientes de que a cor da pela é um elemento central no "racismo à brasileira" – trabalhou-se inicialmente com a perspectiva de reunir os dados de pretos e pardos numa única categoria analí-

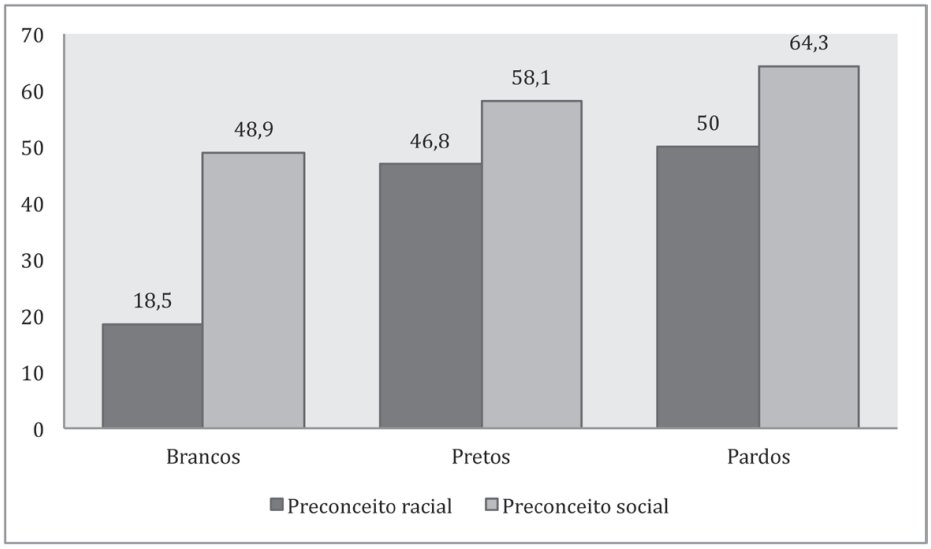
tica (negros). Deixamos, entretanto, de assim proceder por compreender que manter ambas as categorias nos permitiria apresentar desde sutis, até mais destacadas, diferenças entre os grupos, as quais podem ser reveladoras ou indícios de importantes aspectos, em termos dos achados da pesquisa.

Nesse sentido, o primeiro destaque em relação aos dados se refere à percepção dos sujeitos de pesquisa em relação a situações de preconceito que lhes possam ter afetado; preconceito tanto socioeconômico como racial.

Tem-se como uma crença bastante solidificada no senso comum brasileiro, e até mesmo naquilo que podemos chamar de senso comum douto dos campos jurídicos e de segurança pública, de que são questões socioeconômicas – ou mesmo de classe – que explicam a maior representatividade negra nas populações encarceradas. Assim, são as pessoas negras presas não necessariamente por serem negros, mas sim por serem pobres, recaindo a seletividade mais sobre os desfavorecidos na ótica socioeconômica e o racismo pouco, ou nada, influindo nesse processo.

Nessa ótica propomos que a vitimização em termos de preconceito racial não deveria ser significante para fins de que essa crença possuísse sustentação na realidade. E, conforme nossos dados, em verdade ela tem pouca significância para os respondentes brancos. Já para pretos e pardos – e não obstante a resistência que existe em se auto-reconhecer vítima de preconceito – os números se tornam mais significativos: 46,8% dos respondentes pretos se reconhecem como vítimas de preconceito racial e, neste sentido, 50% dos pardos.

Gráfico 5 – Auto-percepção, em percentuais e por faixa de cor de pele, de vitimização de preconceito racial e social.

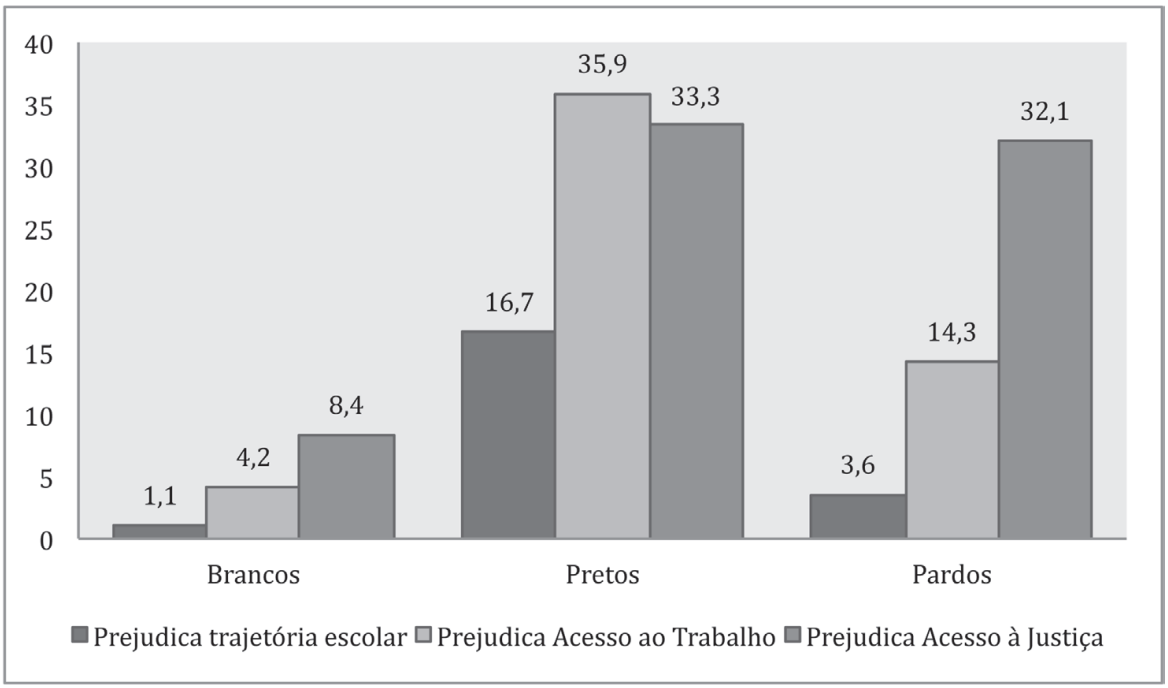


Fonte: Pesquisa direta, 2016

Os dados, como sustentamos, já são significativos mesmo decorrendo dos formulários. Procedimentos mais ampliados de entrevistas provavelmente os tornariam mais contundentes, haja vista a possibilidade de se vencer a resistência em se declarar vitimizado.

A cor da pele traz impactos na perspectiva de acesso a capitais sociais, trabalho e, até mesmo, à justiça.

Gráfico 6 – Auto-percepção, em percentuais e por faixa de cor de pele, de cor repercutindo em prejuízos na trajetória escolar, acesso ao trabalho e à justiça.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Se para os bancos a cor da pela não se apresenta como um obstáculo à trajetória escolar, na busca por emprego ou mesmo no acesso à justiça, para pretos e pardos ela pode representar um diferencial negativo.

Não é no acesso, ou mesmo na trajetória escolar que os respondentes mais identificaram o impacto da cor da pele. A ruptura em relação à continuidade dos estudos foi, via de regra, associada a dificuldades econômicas. Não obstante isso, é de se destacar a diferença percentual de concordância dos respondentes pretos em relação aos brancos no que tange a esse aspecto: 16,7% e 1,1%, respectivamente.

Para os respondentes pretos (35,9%) é em prejuízo ao acesso às oportunidades de trabalho (e trabalho regularizado), que a cor mais opera como um obstáculo. Nas entrevistas emergem os detalhamentos quanto à situação, mesmo diante de empregos que pouca qualificação exigem:

> Teve uma vez eu tive carteira assinada de pedreiro, estava eu e mais três brancos, excluíram eu e os três brancos colocaram no meu lugar, abriram uma outra vaga e excluíram a mim. (Entrevistado 7)
>
> Já, já [passei por situação de preconceito], de não terem me dado a vaga porque... não porque o outro ele tinha, como é que eu vou dizer, ele tinha algum curso alguma coisa entendeu, eu não ganhei a vaga pela cor né. (...) Era servente de pedreiro... Eu já tinha trabalhando na área de servente, daí eu entendi que aquilo foi um modo de racismo, eu tinha levado minhas referências, daí a pessoa viu tudo, só que eu entendi que foi isso ai, até pelo fato do olhar. (Entrevistado 9)

Em relação ao acesso à justiça também pretos (33,3%) e pardos (32,1%) foram os respondentes que mais consideraram ter na cor um elemento prejudicial. Tais dados podem ser complementados com informações sobre a natureza da relação contratual com o advogado (defensor) que atuou na defesa dos respondentes. Ainda que em todas as faixas de cor a atuação da defensoria pública seja a prevalecente – brancos, 50,5% dos casos; pretos, 66,1%; e, pardos 42,3% – as distâncias são mais significativas no que diz respeito ao acesso a advogados particulares: 42,9% dos brancos acessaram a defesa particular, enquanto para os pretos essa realidade se reduziu para 22,6% dos respondentes e 34,6% para os pardos.

Não obstante isso, a perspectiva de acesso à justiça em termos de contatos com o sistema de justiça criminal se torna bem mais complexa quando, nas entrevistas, buscamos detalhar as percepções em relação às atuações institucionais.

É em relação às instituições policiais que o tratamento desigual, baseado na cor da pele, é percebido com maior contundência; oito dos nove entrevistado criticam a polícia:

> Entrevistador: (...) a polícia trata brancos e negros com diferença?
>
> Entrevistado: Trata.
>
> Entrevistador: Te pergunto de novo assim, quem é que sai perdendo?
>
> Entrevistado: Quem sai perdendo é os negros...

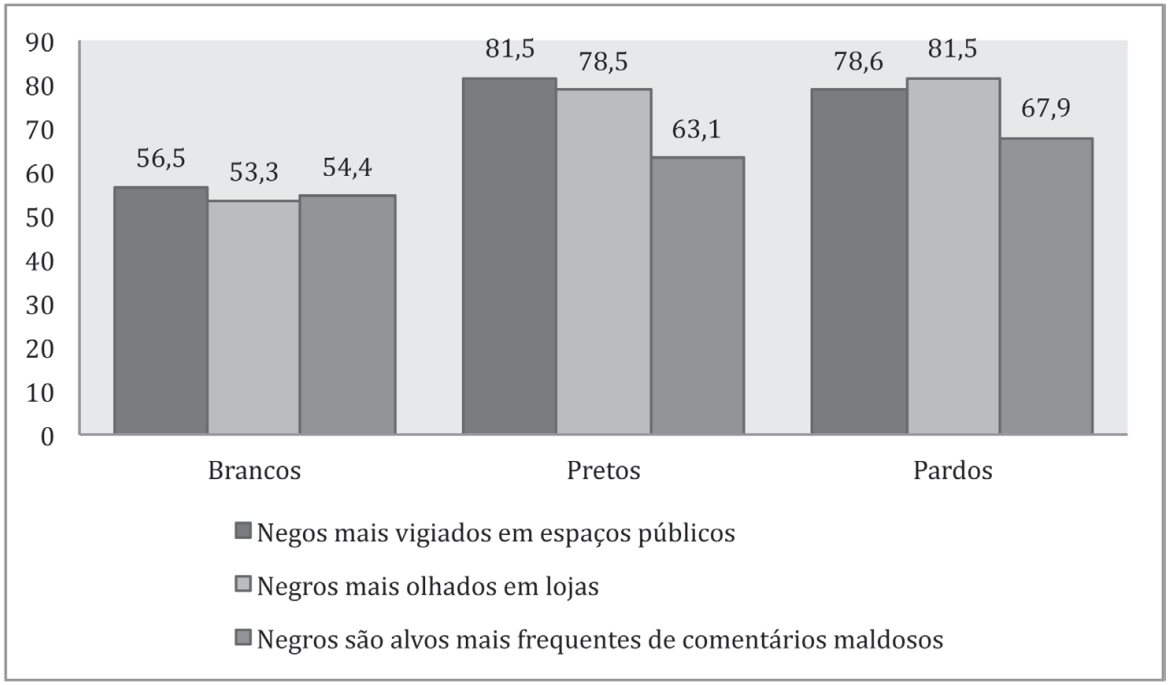
> (...) O tratamento é desumano, eles abusam da autoridade, da farda pra querer cometer crime. Eles são mais criminosos que os criminosos, eles não estão nem ai nem pra mãe nem pra pai, pra família de ninguém, eles fazem a tua família passar humilhação, eles falaram pro meu pai e pra minha mãe que iam me matar varias vezes, mas eu acho que não porque eu seja um bandido de alta periculosidade porque eu não so, se eu fosse um bandido de alta periculosidade eu não estaria aqui, estaria em outro lugar... Mas eu acho que é por causa da cor... Eu já usei trança de raiz e ai me arrancaram as tranças... Isso dai pra mim é ato de racismo. (Entrevistado 9)
>
> Ele já vem afirmando que tu é ladrão! (Entrevistado 2)
>
> É, o tipo de abordagem que eles dão... (...) Ela, vamos dizer que é na ruindade, se tu falar uma palavra errada, se gaguejar eles te dão um cabo, um safanão... (Entrevistado 3)
>
> Só por ser preto te tratam diferente (...), já te batem e tu apanha deles... A maioria é isso. (Entrevistado 6)
>
> Chegam chutando, eles não querem nem saber...Eles chegam chamando de vagabundo... Eu já apanhei umas duas vezes deles. (Entrevistado 8)

Quanto ao Judiciário às percepções dos entrevistados não sugerem ser notada significativa diferença de tratamento quanto a brancos e negros. E tal, mesmo quando existe crítica: "Diferença eles não fazem, porque na realidade eu fui pra [a]li e o juiz nem me escutou direito, nem deu muita bola (...)" (Entrevistado 8).

Tais percepções contrastam com estudos que, já há algumas décadas, apontam um atuar diferenciado do judiciário (ADORNO, 1995; por exemplo) e nos permitem sugerir uma hipótese, a qual deverá ser testada em pesquisas mais aprofundadas sobre este aspecto: a perspectiva burocrática e ritualizada do judiciário tem potencialidades para invisibilizar uma atuação demarcada pelo racismo institucional.

Estando a pesquisa conectada ao referencial teórico do racismo à brasileira, como já explicitado, foi importante coletarmos dados que permitissem identificá-lo em suas práticas e consequências. Nesse sentido, no nível do formulário foram os sujeitos solicitados a manifestar sua concordância com afirmativas, tais como: negros são mais vigiados em espaços públicos do que os brancos; negros são mais olhados em lojas do que brancos; negros são alvos mais frequentes de comentários maldosos. O gráfico 7 apresenta, em percentuais e por faixas de cor, os níveis de concordância dos sujeitos da pesquisa:

Gráfico 7 – Percentuais de concordância, por faixa de cor, em relação a aspectos de racismo.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Ainda que se possa considerar que mesmo em relação à percepção dos respondentes brancos os níveis de concordância são significativos no que se refere aos negros serem alvos mais frequentes de vigilância, olhares nos diferentes espaços da sociedade, bem como mais alvos de comentários maldosos (fofocas, piadas, etc), são os pretos e pardos que elevam os percentuais de concordância, uma vez que sentem em si mesmos estas práticas.

As entrevistas, de forma unânime e coerente com os dados dos formulários, demarcam que são nos estabelecimentos comerciais que o "olhar desconfiado sobre o negro" mais se faz perceber.

O sentimento provocado por tais práticas nos remete à dor moral, como resultado característico do racismo à brasileira.

A pessoa se sente envergonhada, né? E ao mesmo tempo com algum tipo de ódio que cria dentro da pessoa, é uma situação difícil o cara ser discriminado, ninguém gosta de ser discriminado (...). (Entrevistado 9)

Eu, por exemplo, me senti chateado... Chateado (Entrevistado 2)

Indignação, né? (Entrevistado 1)

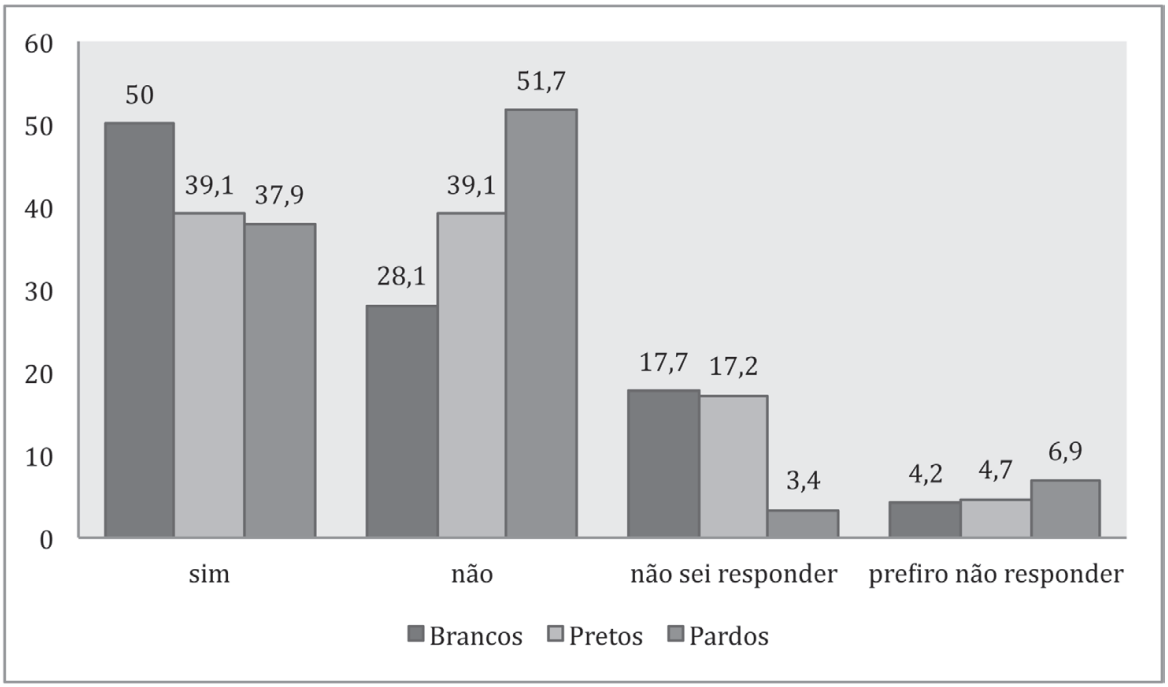
Eu me senti tri mal, me senti humilhado. (Entrevistado 7)

Medo, vergonha. (Entrevistado 8)

Por fim, nossa proposta também visava tensionar o contemporâneo contexto pelotense (cujo passado, já apresentado, traz perversas peculiaridades em relação à questão racial) como uma configuração suscetível ao racismo, ou mesmo à precarização das trajetórias de sua população negra.

Nesse sentido o formulário trazia como questão se "Pelotas oferece oportunidades iguais para brancos e negros?". O gráfico 8 apresenta os resultados:

Gráfico 8 – Percentuais de concordância, por faixa de cor, em relação à igualdade de oportunidades para brancos e negros no contexto pelotense.



Fonte: Pesquisa direta, 2016

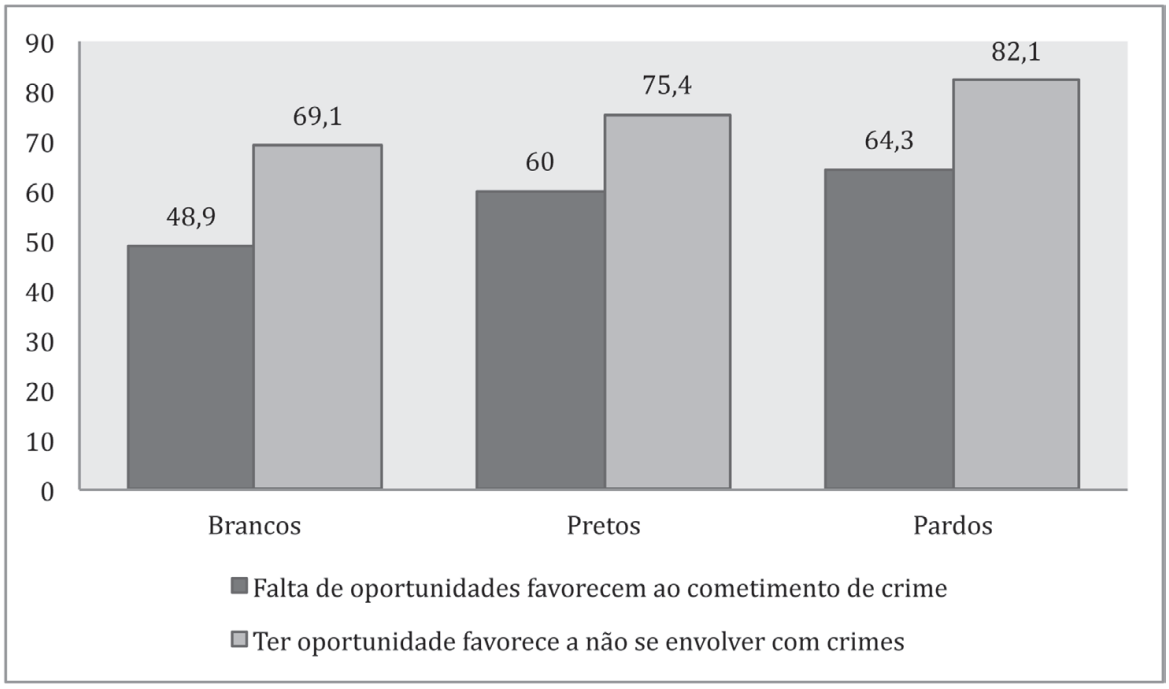
Os dados confirmam, com algumas nuances, a hipótese de que os não brancos perceberiam a configuração local como adversa ao oferecimento de oportunidades iguais. Foram, contudo, os pardos que se destacaram numa percepção negativa, com 51,7% dos respondentes. Os pretos se dividiram em igual índice, 39,1%, para concordar e discordar que o município é igualitário nas oportunidades que oferece a brancos e negros. Já os brancos, na ordem de 50%, consideram existir igualdade, enquanto 28,1% não a reconhecem.

Apesar das sutilezas, os dados nos permitem reconhecer que os grupos compostos pelos indivíduos mais vulneráveis a um desequilíbrio de oportunidades serão aqueles nos quais os percentuais de discordância se apresentam mais significantes. O que coloca os não brancos em destaque, permitindo-nos vislumbrar a configuração e o espaço pelotense como privilegiado e suscetível às práticas racistas.

Cabe destacar a importância de ter ou não oportunidades – o que envolve também enfrentamentos de obstáculos em trajetórias escolares, acesso ao trabalho, etc. – como um elemento relevante em relação ao envolvimento com o crime e a constituição de trajetórias criminais.

Os próprios sujeitos da pesquisa assim nos permitem considerar:

Gráfico 9 – Percentuais de concordância, por faixa de cor, na relação "oportunidades x envolvimento com o crime".



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Para 60% dos respondentes pretos a falta de oportunidades favorece o envolvimento com o crime, enquanto um maior acesso a elas teria o efeito contrário (conforme 75,4% deles). Os números são um pouco mais elevados em relação aos pardos: 64,3% e 82,1%, respectivamente.

Quando estes dados se relacionam com os demais, nos quais encontramos sujeitos que se autopercebem como vitimados por preconceitos raciais e sociais (46,8% e 58,1%, respectivamente, para os pretos; 50% e 64,5% para os pardos); que identificam situações nas quais não ser branco provoca tanto maiores controles, como também "dores morais"; bem como que a cor da pele é elemento que lhes produz prejuízos em momentos de acesso a situações que são "oportunidades" (ao trabalho, por exemplo: 35,9% dos pretos e 14,3% dos pardos); que, por fim, entendem não ser o contexto pelotense, no qual vivem, igualitário na oferta de oportunidades como decorrência de questões raciais

(39,1% dos pretos, 51,7% dos pardos); não nos será difícil aceitar como plausível o argumento de que existe, em Pelotas, uma configuração suscetível a um racismo que também contribui na vetorialização de trajetórias pessoais rumo ao sistema prisional.

Ademais, dado emergente nas entrevistas foi a percepção do racismo pelotense em comparação a outras cidades. Dos nove entrevistados, quatro tiveram experiência de residência em outros municípios, incluindo um no estado da Bahia e outro na cidade do Rio de Janeiro. Todos esses declaram com ênfase suas experiências e percepções de racismo no contexto de Pelotas:

> (...) mas aqui em Pelotas, em parte de discriminação é grande, em vista de outros lugares, outros estados... (Entrevistado 9)
>
> (...) mas na Bahia eu me sinto [*sic*] mais preconceito que aqui no Rio Grande do Sul. E lá é o estado que tem mais negros... Mas ainda tem bastante aqui em Pelotas. (Entrevistado 5)
>
> Olha eu vou te dizer assim... Lá [Porto Alegre] também tem, mas eu acho aqui mais ainda... (Entrevistado 4)
>
> Aqui tem mais [racismo]... (Entrevistado 7)

Assim, a primeira e mais preliminar análise e consideração que podemos fazer em relação aos dados da pesquisa é que Pelotas não só se configura, no passado e no presente, como um espaço social privilegiado e suscetível às práticas racistas, como, também, que estas contribuem na vetorialização de trajetórias pessoais rumo ao sistema prisional. Uma contribuição talvez mais intensa do que em outros lugares em face da própria intensidade da questão racial no passado pelotense, imbricado em todo seu processo (in)civilizatório.

Para que possamos complementar nossas considerações, devemos, entretanto, antes refletir alguns aspectos relacionados com a própria prisão e sua(s) funcionalidade(s) dentro de configurações sociais passadas e contemporâneas. É o que faremos a seguir.

5. Sobre prisões, escravismo e racismo

"As prisões" – propõe Carlos Aguirre (2009, p. 35) – "são muitas coisas ao mesmo tempo":

> (...) instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou da ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e

> tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bens de consumo como eficientes trabalhadores; centros para a produção de distintos tipos de conhecimentos sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões de mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado. (2009, p. 35)

Interessa-nos, frente a tal complexidade e nas perspectivas dessa pesquisa, refletir sobre as prisões como espaços de segregação; como símbolos de modernidade (ou da ausência dela); e como dispositivos de poder que redimensionam seus usos e funcionalidades para além (ou mesmo aquém) dos discursos oficiais da segregação ressocializadora, afinal, desde Michel Foucault temos o alerta de que, em relação ao fracasso da prisão "houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente" (1993, p. 132).

No Brasil, que se torna independente em 1822, as prisões claramente se inserem como projetos/símbolos de modernidade do nascente país. Dispõe a Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 179, inciso XXI, que "As Cadêas serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes".

Está o país, e suas elites, repercutindo um imaginário que Aguirre atribui a toda América Latina da época, já que envolta em múltiplas emancipações políticas: "Ser moderno, ou ao menos oferecer a aparência de sê-lo, era a aspiração quase universal das elites latino-americanas. E as prisões (quer dizer, as prisões modernas) foram imaginadas como parte desse projeto." (2009, p. 36).

A legislação subsequente à Constituição Imperial renova os impulsos na direção da criação de um sistema racional de punições e prisões (ou ao menos com a aparência de sê-lo). O artigo 48 do Código Criminal de 1830, ao tratar das penas de prisão (simples e com trabalho), estabelece que "serão cumpridas nas prisões públicas que offerecerem maior comodidade e segurança, e na maior proximidade que for possível dos lugares dos delictos (...)".

Entretanto, como destaca Fernando Salla (1999, p. 45), o próprio código antevia, que não seria fácil efetivar suas disposições por falta de estruturas prisionais adequadas. Nesse sentido o artigo 49 dispunha: "Enquanto não se estabelecerem as prisões com as comodidades e arranjos necessários para o trabalho dos réos (...)"

Não obstante isso, a Lei de 1º de outubro de 1828, que dava nova forma às Câmaras Municipais, já havia determinado, em seu artigo 57, que estas "Tomarão por um dos primeiros trabalhos, fazer construir ou concertar as prisões pu-

blicas, de maneira, que haja nellas a segurança, e commodidade, que promette a Constituição". Ademais, conforme o artigo 56:

> Em cada reunião, nomearão uma commissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a quem encarregarão a visita das prisões civis, militares, e ecclesiasticas, dos carceres dos conventos dos regulares, e de todos os estabelecimentos publicos de caridade para informarem do seu estado, e dos melhoramentos, que precisam.

A Pelotas da época não está alheia a esses movimentos. Como registra Al-Alam (2008, p. 100), em 1832, através de ofício à Presidência da Província, a Câmara Municipal da então Vila de São Francisco de Paula (a atual Pelotas) solicitava apoio para obras de construção da Casa Correcional local.

A perspectiva modernizadora do sistema punitivo do Brasil do século XIX era, entretanto, paradoxal com sua própria estrutura escravagista. O artigo 60 do Código Criminal de 1830 – revogado apenas 56 anos mais tarde, pela Lei 3.310/1886 – assim dispunha quanto aos réus escravos:

> Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja capital, ou de galés, será condemnadonade açoutes, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo e maneira que o Juiz designar. O numero de açoutes será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta.

A execução das penas de açoite, específicas para pessoas escravizadas (negras, portanto), dá uma dimensão singular às prisões brasileiras do período imperial e escravagista já que seus espaços serão utilizados para a efetivação de tais penas. Uma utilização estratégica daquilo que era um (in)conveniente, podemos considerar, parafraseando Foucault.

No Rio de Janeiro, capital do país, o Calabouço, "prisão estabelecida para escravos detidos por punição disciplinar e/ou fugitivos" (HOLLOWAY, 2009, p. 255), é estrutura complementar e colaborativa dos controles públicos e privados; ele se manteve até 1874.

Pelotas, no período, novamente não esteve alheia a tais práticas:

> Dia 16 de março de 1883 pela manhã, os moradores da vizinhança da cadeia civil foram despertados pelos lamentos e gritos que um infeliz escravo bradava ao sofrer bárbaros castigos que lhe eram infligidos a pedido de seu senhor, do qual, infelizmente o jornalista não sabia o nome.
>
> (...)

> Depois de castigado foi o infeliz escravo manietado e conduzido de carroça para a casa de seu senhor.
>
> Pedia o jornalista ao Sr. Delegado de Polícia que revogasse aquela ordem, ou dificultasse ao máximo consegui-la, pois estando a cadeia civil tão próxima ao centro da cidade como estava, obrigava os vizinhos a presenciar e ouvir aquelas cenas (...) (MONQUELAT, 2015, p. 130-131).

É de se notar a preocupação do mencionado jornalista em relação à localização da carceragem: "tão próxima ao centro da cidade". Tal preocupação nos remete a um aspecto relevante na transição das estruturas punitivas do período colonial para as do Brasil moderno: a segregação, mais do que a simples contenção.

Fernando Salla (1999) se refere às Casas de Câmara e Cadeia, estruturas administrativas características do período colonial nas quais o encarceramento ocorria em salas do pavimento térreo, para destacar que:

> A ausência de muros para isolamento, o contato direto dos transeuntes com os presos, a possibilidade de relacionamento destes com o mundo circundante, recebendo alimentos, pedindo esmolas, obtendo informações, revestia a Cadeia de um significado distinto daquele que viria a ter algumas décadas depois a Casa de Correção. (1999, p. 41)

Já para se refletir a respeito das prisões modernas observa, com relação ao contexto de São Paulo:

> Os muros que envolvem as prisões, exibindo uma parede de contenção sendo ao mesmo tempo um artifício simbólico de segregação entre os justos e os pecadores, os cidadãos respeitáveis e os criminosos, os puros e os contaminados, não se faziam presentes em qualquer dos edifícios que serviam de Cadeia na cidade de São Paulo. Com a Casa de Correção, construída em área distante do núcleo central da cidade, pela primeira vez se revelou a preocupação com seu isolamento por meio de uma muralha. (SALLA, 1999, p. 41)

As prisões que se modernizam a partir do século XIX hipervalorizam a segregação, a invisibilidade – garantida por muros – daqueles que nela habitam, na perspectiva de promoção de uma espécie de apagamento, morte social, temporária ou perpétua (conforme a sentença).

Em Pelotas tal processo também ocorre, contudo somente no século XX. O Presídio Regional está localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade, em bairro periférico, o qual, na época de sua inauguração em 1958, representava um distanciamento simbólico ainda maior em relação ao contexto urbano.

Os projetos prisionais brasileiros, ao longo de todo o século XIX, já a partir de seus aspectos estruturais e materiais, foram falhos ou incompletos. As Casas de Correção das principais cidades – Rio de Janeiro e São Paulo – entraram em funcionamento na década de 1850 sem terem seus projetos arquitetônicos concluídos. E, desde este mais básico ponto de vista, já nos permitem acompanhar a sugestão de Regina Célia Pedroso ao caracteriza-los como "utopias penitenciárias" (2002).

Em Pelotas o projeto prisional moderno e civilizador foi representado pela Casa Amarela, "apelido imortalizado pela população da cidade" (AL-ALAM, 2016, p.107) para a cadeia pública que no "início, em 1832, quando de sua construção, chegou a receber a importante nomeação de Casa de Correção" (AL-ALAM, 2016, p. 107).

Como demonstram os estudos de Al-Alam (2008; 2016), a Casa Amarela "agonizou durante todo o século XIX na condição de um projeto de cadeia pública" (2016, p. 107): os poderes públicos digladiando-se em relação à responsabilidade por sua manutenção; os relatórios de inspeções e também os artigos em jornais da época denunciando sua precariedade em termos estruturais, de salubridade, etc.

Não obstante isso, a Casa Amarela foi funcional para a sociedade da época:

> [No século XIX] A cadeia civil de Pelotas parece ter exercido dois papéis fundamentais. No primeiro, serviu como espaço de encarceramento aos trabalhadores escravos e livres que cometiam delitos e incomodavam a pretensão civilizatória da cidade, que, curiosamente, no fim das contas já havia abandonado na década de 1830 as concepções modernas de cumprimento de pena calcada na regeneração dos criminosos, para os fins do trabalho disciplinado e resignado. Por outro, a instituição foi protagonista no processo de legitimação do Estado nas relações particulares da escravidão e de violência, sendo o espaço utilizado para a penalização de escravos, reafirmado pelo poder legal, mas também pela própria sociedade. (AL-ALAM, 2016, p. 163)

Em relação às pessoas escravizadas, Al-Alam (2009; 2016) realiza estudo sobre um Livro de entrada e saída de presos escravizados da Cadeia de Pelotas, compreendendo o período de 1862 a 1878. Trata-se, como sugere o historiador, "do livro que sobrou", sendo o único encontrado com tais registros. Apesar de suas lacunas pela deterioração do tempo, apresenta significativos dados no que se refere ao controle social de tal população.

Os registros do Livro englobam 334 pessoas escravizadas. Quanto aos motivos das prisões (371 referências) se destacam duas categorias: a pedido de seus senhores, em 119 casos (32,1%); e, por atos contra a ordem pública, com 58

registros (15,6%). Nesta última categoria se destacam três subcategorias: vagar alta noite pelas ruas fora de hora, em 14 casos; desordem, 21; para a segurança, 12 (AL-ALAM, 2016, p. 144-145).

A complementaridade da instituição pública – prisão – com o sistema disciplinar escravagista se torna bastante evidente a partir desses dados, bem como o controle social, pretensamente civilizatório.

Também os dados jornalísticos compilados na pesquisa de Monquelat (2015) – já comentados e cobrindo o período de 1875 a 1888 – fornecem significativos exemplos do quanto as autoridades públicas do período se ocupavam de reprimir a população negra em seu ócio, diversão e religião.

Eventos categorizados como bailes eram fiscalizados por atentarem ao sossego; quando ocorrendo sem a devida licença – como com frequência os de público negro – resultavam em prisão:

> O Subdelegado de polícia do 2º distrito surpreendeu dia 22 de dezembro [1880] à noite *uma malta de vagabundos e negros cativos* a dançarem altas horas da noite, e sem a respectiva licença da polícia (...)
>
> O resultado do baile foi os negros serem levados para o xadrez e o Agostinho multado. (MONQUELAT, 2015, p. 92)

Também se destacam os registros categorizados como feitiçaria, nos quais é a religiosidade negra atacada. Ocorridos entre os anos de 1878 e 1885, os dados de Monquelat (2015) relatam pelo menos seis prisões de pessoas negras motivadas pela repressão de práticas religiosas.

E qualquer ajuntamento de negros já era motivo para ação policial, ou mesmo alguma denúncia para as autoridades:

> [1878] O redator do *Jornal do Comércio* chamava a atenção das autoridades, para o fato de estarem diariamente pelas esquinas das ruas ajuntamentos de "pretos de ganho (...), que naqueles lugares faziam seus paradeiros para conversações e descanso." (MONQUELAT, 2015, p. 51)
>
> [1880] Tendo a polícia recebido notícia de que no porto da cidade e imediações reunia-se um grande número de escravos, agrupou uma força policial e para lá se tocaram. (MONQUELAT, 2015, p. 88)

Dos dados se percebe que em Pelotas – assim como provavelmente em todo o Brasil –, ao longo do século XIX, a prisão foi uma instituição ambígua: projeto falho de modernidade e civilização, mas significativamente funcional para a manutenção de uma sociedade desigual, escravagista e racista.

É difícil crer que pudesse ter sido diferente. Prisões são elementos chave do sistema de penalidades das sociedades modernas e este, "Como não poderia deixar de ser (...) corresponde a construções compatíveis e necessárias à manutenção do modelo societário no qual emerge" (CHIES, 2013, p. 19).

Tal estreita correlação entre estrutura social e prisão nos alerta para as reais funcionalidades das prisões contemporâneas no Brasil, país que se situa entre os dez mais desiguais do planeta. Funcionalidades que podem ser aclaradas com dados dessa pesquisa.

6. Considerações finais

Sobre racismo e cárcere entendemos que os achados da pesquisa nos autorizam a sustentar que a história das prisões no Brasil – em seu passado e presente – exigem que se as analise sob uma peculiar grade de funcionalidades, a qual tem justamente no racismo (clássico ou "à brasileira") sua chave de leitura.

Em todo ocidente moderno as prisões – e é Foucault (1991) que nos alerta – sempre transitaram entre duas dimensões de objetivos e funcionalidades: os dos discursos oficiais e normativos, como a repressão da criminalidade e ajustamento social do criminoso; e os reais (instrumentais e estratégicos): a repressão seletiva da criminalidade, a docilização dos corpos, a disciplina e a organização da delinquência.

Os liames entre a emergente sociedade industrial e a prisão, em especial na Europa e Estados Unidos, também já se encontram suficientemente desvelados. Em Melossi e Pavarini (1980), por exemplo.

Mas no Brasil os projetos de prisões modernas não emergem dentro de uma sociedade industrial (ou em processo de industrialização). Numa sociedade escravagista os objetivos reais da prisão, mesmo que sob o similar manto dos discursos civilizatórios dos objetivos oficiais, terão que dialogar de forma complementar com a estrutura social que lhe é peculiar.

Num sistema social no qual a violência física é uma forma de extração e disciplinamento da força de trabalho de significativa parte da população – a escravizada – a prisão do Brasil no século XIX chamou para si a responsabilidade de executar as tarefas que não mais se consideravam civilizadas acaso efetivadas pelo braço privado (ainda que toleradas quando ocorressem): a partir do Calabouço carioca ou da Casa Amarela pelotense, punir, açoitar e enforcar pessoas negras.

Num Brasil contemporâneo, estruturado sobre desigualdades de cidadanias dilaceradas (TAVARES DOS SANTOS, 1993)[5], a prisão terá como principal funcionalidade a segregação dos indesejados, dos excedentes.

Mas mais do que a segregação, a prisão brasileira se tem estruturado (em seus ambientes precários e superlotados, na ação dos grupos criminosos, etc) como dispositivos de uma gestão política de um "deixar sofrer, deixar morrer" (CHIES, 2015). Assim, no Brasil, a prisão contemporânea também dialoga com a sua estrutura social e chama para si aquilo que não é mais lícito, ou mesmo civilizado, que os braços das forças públicas e privadas façam (e ainda que esses em muito o façam), ou seja: "deixar sofrer, deixar morrer".

Mas a prisão contemporânea o faz com sutilezas perversas. Aquela complementaridade que no século XIX era explícita (pessoas negras publicamente açoitadas e enforcadas), hoje está invisibilisada pelos muros concretos e simbólicos da prisão e do sistema de justiça criminal.

Como pudemos observar, o racismo institucional está, nas representações dos entrevistados, associado à polícia e não ao Poder Judiciário (o que de certa forma confirma que assim este também opere); Os dados amplos do perfil da população encarcerada permitem que a questão racial seja considerada mera coadjuvante da seletividade punitiva; o próprio racismo brasileiro se beneficia mais das dores íntimas das pessoas negras do que das anteriores violências físicas.

Por tais sutilezas racismo e cárcere é algo a ser tematizado científica e politicamente. Pelotas, não como exceção, mas como privilegiado contexto de um processo (in)civilizador, permitiu-se ser um relevante laboratório para a presente incursão exploratória. Acaso nela, e os dados da pesquisa autorizam tal consideração, para as pessoas negras a prisão seja um dos vetores de trajetórias de vida segregadas numa sociedade racista, é provável que exista ao menos um pouco de cada isso no restante do país, já que não é o racismo que se aguça com a questão social, mas sim a questão social, e a própria questão penitenciária, que são aguçadas pelo racismo.

7. Bibliografia

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e Justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 43, p. 45-63, nov. 1995.

5. José Vicente Tavares dos Santos elabora a noção de cidadania dilacerada "pois evoca o dilaceramento do corpo, da carne, a crescente manifestação da violência física na sociedade contemporânea, que ameaça as próprias possibilidades da participação social".

AGUIRRE, Carlos. O cárcere na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. 1.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra forca da princesa:* polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O livro que sobrou: presos escravos em Pelotas (1862-78). *Aedos*. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 342-354, nov. 2009.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácio das Misérias*: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização*: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Universitária/UFPel, 2000.

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad em Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2015.

BRASIL, Lei de 16 de dezembro de 1830. *Manda executar o Codigo Criminal*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm]. Acesso em: março 2017.

BRASIL, Lei de 29 de novembro de 1832. *Promulga o Codigo do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil*. Disponível em:[www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm]. Acesso em: março 2017.

BRASIL, Lei n. 4 de 10 de junho de 1835. *Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo.* Disponível em:[www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm]. Acesso em: março 2017.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824*. Disponível em:[www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm]. Acesso em: março 2017.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. *Dá nova fórma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.* Disponível em:[www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm]. Acesso em: março 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. *Tempo Social*. São Paulo, v. 25, n.1, p. 15-36, 2013.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Do campo ao campo: análise da questão penitenciária no Brasil contemporâneo. *O público e o privado*. Fortaleza, n. 26, p. 60-91, jul.-dez. 2015.

CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária). *Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília, 2015.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Volume 1 – Uma História dos Costumes)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Volume 2 – Formação do Estado e Civilização)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GARLAND, David. *Castigo y sociedad moderna*: un estudio de teoría social. Ciudad de México: Siglo XXI, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias:* um estudo sobre o espaço pelotense. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

HOLLOWAY, Thomas. O calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1.

IBGE. Dados sobre Pelotas. Disponível em: [http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4314407]. Acesso: março 2017.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa:* resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul – 1818-1833. Porto Alegre: IEL; EDIPUC-RS, 1997.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão*: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Carcel y fábrica:* Los orígenes del sistema penitenciario, siglos XVI-XIX. México: Siglo XXI, 1980.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. *Desfazendo Mitos:* notas à história do Continente de São Pedro. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2010.

MONQUELAT, A. F. *Pelotas dos excluídos:* subsídios para uma história do cotidiano. 2. ed. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2015.

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão:* história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

PELOTAS. Dados sobre Pelotas. Disponível em:[http://www.pelotas.rs.gov.br]. Acesso: março 2017.

ROCHA, Emerson Ferreira. Cor e dor moral: Sobre o racismo na "ralé". In: SOUZA, Jessé. *Ralé Brasileira*: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*: 1822-1940. São Paulo: Annablume, 1999.

SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários) *Dados do Presídio Regional de Pelotas*. Disponível em:[www.susepe.rs.gov.br/upload/1467049401_PRES%20REG%20PELOTAS.pdf]. Acessao em: julho de 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A cidadania dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 37, p. 131-48, jun. 1993.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Direito Penal em preto e branco, de Hédio Silva Júnior – *RBCCrim* 27/327-338 (DTR\1999\578); e
- Gigante em ruínas: um assombroso panorama do sistema carcerário nacional, de Fabio Lobosco Silva – *RBCCrim* 123/361-380 (DTR\2016\24045).

O racismo do sistema penal na perspectiva da psicologia experimental: diálogos possíveis com a criminologia

Racial bias in the criminal system in the light of experimental psychology: criminological dialogues

Marina Lacerda e Silva

Mestranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pela UnB, em 2013. Assessora Parlamentar na Câmara dos Deputados.
marinalacerda.mls@gmail.com

Ricardo de Lins e Horta

Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Pesquisador visitante na *École Normale Supérieure*, em Paris. Mestre em Neurociências e Bacharel em Direito (UFMG). Integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental federal.
ricardolinshorta@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 18.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O sistema de justiça criminal costuma camuflar seu racismo institucional a partir da justificativa da racionalidade e da imparcialidade, como se o julgamento dos indivíduos criminalizados tomasse lugar num plano abstrato desprovido de seletividade racial. Porém, os dados do contexto brasileiro apontam para a vitimização (crescente) da população negra, bem como para a sobrerrepresentação das pessoas negras na população prisional. Considerando que uma das formas de enriquecer os debates da criminologia crítica e enfrentar os discursos que sustentam o racismo institucional é promover a abertura do Direito a outros saberes, propomos a interface com a Psicologia experimental, especificamente a literatura voltada para a questão do racismo

Abstract: The criminal system's racism is often hidden in justifications of rationality and impartiality, as if the criminalization and sentencing processes happened in an abstract, racial-indifferent reality. However, data show that in Brazil, black people have been (increasingly) victimized, and over-represented in the prison population. We consider that stimulating the dialogue between Law and other areas such as experimental Psychology may help challenging discourses that sustain institutional racism, and also to enrichen Critical Criminology's debates. To this end, we discuss the literature on racial bias and its influences in the agents of the system of Justice. In the last decades, several experiments have shown biases in decision-making in Law,

Silva, Marina Lacerda e; Horta, Ricardo de Lins e. O racismo do sistema penal na perspectiva da psicologia experimental: diálogos possíveis com a criminologia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 417-445. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

implícito e seu impacto na tomada de decisão dos agentes do sistema de Justiça. Nas últimas décadas, diversos estudos experimentais vêm mostrando como a decisão com impacto jurídico está sujeita a vieses inconscientes. Assim, a partir de uma revisão dos estudos empíricos que tratam dos vieses racistas implícitos, os quais utilizam instrumentos como o Teste de associação implícita, buscamos desvelar como diversos processos cognitivos e psicossociais podem gerar e reforçar o punitivismo racializado. Com base nesse diálogo, apontamos medidas institucionais e políticas públicas que poderiam ser adotadas para enfrentar o racismo no sistema penal.

Palavras-chave: Direito e Psicologia – Racismo implícito – Tomada de decisão.

such as the studies with the Implicit Association Test focused on racial bias. We aim to unveil how several cognitive and psychosocial processes generate and reinforce racial punitivism, and to suggest institutional and policy improvements that could be adopted to address this issue.

Keywords: Law and Psychology – Implicit racial bias – Decision-making.

Sumário: 1. Introdução. 2. A interface entre Psicologia e Direito. 3. O preconceito racial na perspectiva psicológica. 3.1. O teste de associação implícita. 3.2. Experimentos no contexto criminal. 4. Impactos da cognição social implícita no racismo institucional. 5. Reflexões para o racismo na realidade penal brasileira. 6. Considerações finais. 7. Referências.

1. Introdução

O debate sobre a desigualdade no tratamento conferido a pessoas negras pelo sistema de justiça criminal não é novo. Ele faz parte de conflitos silenciados pelo mito da democracia racial[1] e pela exclusão sistemática promovida pela

1. "O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são 'expropriadas', 'dominadas' e 'convertidas' em símbolos nacionais pelas elites dirigentes". (MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 89).

história dos vencedores. Ele integra também os diversos estudos descortinadores do racismo institucional[2] e do genocídio da população negra[3].

Não faltam dados que demonstrem que são negros os corpos caídos no chão. Basta ver o *Mapa da violência de 2016* – Homicídios por arma de fogo no Brasil[4] para notar a queda do número absoluto de homicídios na população branca e o aumento nos números da população negra entre 2003 e 2014, com crescimento expressivo da vitimização negra de 71,7% para 158,9%: isto é, morrem proporcionalmente, 158,9% mais negros que brancos. Recentemente, foi publicado o "Atlas da violência 2017"[5], realizado pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que apontou que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O mesmo Atlas estimou ainda que os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontados os efeitos de idade, escolaridade, sexo, estado civil e bairro de residência.

De igual modo, o *Levantamento nacional de informações penitenciárias* de dezembro de 2014[6] aponta uma sobrerrepresentação de negros no sistema prisional (61,67% da população presa é negra, enquanto sua representatividade na população geral é de 53,63%).

---

2. Corresponde a processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial. Esse tipo de racismo atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e se instaura no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. Segundo Silva et al. "A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional". In: JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília: Ipea, 2009. p. 147-170.
3. VERGNE, C.M.; VILHENA, J.; ZAMORA, M. H.; ROSA, C. M. A palavra é… genocídio: a continuidade de práticas racistas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), p. 516-528, 2015.
4. WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2016:* Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.
5. CERQUEIRA, Daniel. et al. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2017.
6. BRASIL, Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*, dezembro de 2014. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, p. 36- 38, 33-34, 2016.

Todavia, em regra, e mesmo na criminologia crítica, o recorte racial é tido como mais um elemento a ser analisado dentro de uma ampla gama de dados demográficos das populações vulnerabilizadas, sem qualquer reflexão profunda acerca de seu papel estruturante para a constituição dessas desigualdades[7].

Nesse panorama, e percebendo de forma descolonizada[8] a realidade "latino-americana", e especialmente a brasileira, Flauzina desponta ao afirmar o racismo como o eixo estruturador das desigualdades e da atuação do sistema penal[9]. Apontada, também por Duarte[10], à indissociável articulação do sistema penal brasileiro com o racismo, torna-se premente a necessidade de a criminologia crítica se repensar e se desconstruir para problematizar, de maneira central, o papel dos fenômenos de hierarquização racial como base material e simbólica para a proliferação dos processos de seletividade e criminalização do direito penal.

A Criminologia não pode explicar verdadeiramente os fenômenos brasileiros enquanto negligenciar esse eixo estruturante do sistema penal. Inegavelmente, tal ciência contribuiu para o aprofundamento da crítica ao sistema punitivo e para o aprimoramento das denúncias quanto ao caráter autoritário e violento das instituições de controle penal, no entanto, ainda carece de um debate sério sobre as questões raciais e o sistema penal e, mais ainda, de uma

7. FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.
8. Apesar de não se reivindicar expressamente decolonial, Ana Flauzina assim pode ser considerada, pois produz, em sua dissertação, um trabalho questionador do universalismo etnocêntrico, do eurocentrismo teórico, do nacionalismo metodológico, do positivismo epistemológico e do neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais, inserindo-se no giro decolonial trabalhado por Ballestrin. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai.-ago. de 2013.
9. "A partir de uma apropriação latino-americana da criminologia crítica, observamos que a forma de movimentação do sistema penal brasileiro, fundamentada na violência e na produção de mortes, tem o racismo como variável central. Atentando para as diferentes facetas dos sistemas penais ao longo do processo histórico do país, o que se percebe é a existência de um padrão que se institui no seio da sociedade colonial com o qual nunca se romperá efetivamente até os dias atuais. A obsessão pelo controle dos corpos negros e o projeto de extermínio que com a abolição da escravatura passa a compor a agenda política do Estado são vetores mestres que ainda balizam a atuação do sistema penal". FLAUZINA, Ana Luiza P. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 168.
10. DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

aproximação entre a criminologia crítica e as agendas do movimento negro e suas denúncias sobre o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira[11].

Nesse contexto é que se compreende a importância das investigações que deem conta do relacionamento entre racismo e o aparelho repressivo, em todas as fases da criminalização, radiografando como se dão as relações raciais e desnudando seus subterfúgios de pretensa igualdade perante a lei.

O sistema de justiça criminal costuma camuflar seu racismo institucional a partir da justificativa da racionalidade e da imparcialidade, discurso que tem servido como manutenção de exclusões e impedido o debate público sobre as desigualdades sociais. A negação do elemento racial por meio de um discurso técnico permite a recolonização do racismo dentro do âmbito institucional[12], de tal modo que o julgamento dos indivíduos criminalizados toma lugar num plano abstrato em que o fato notório da seletividade racial não parece ter qualquer significado ou desempenhar qualquer papel significante.

O problema que advém de tal postura é o uso do Direito como instrumento de dominação e opressão sobre a população negra, sob o pressuposto de que se está realizando uma operação incontestável de subsunção às normas, numa legalização do racismo institucional.

Consideramos que uma das possibilidades de enfrentar a questão é a abertura do Direito para estudos de outras áreas, como Sociologia, Psicologia e Antropologia, seja percebendo como o Direito afeta as pessoas, a sociedade e a cultura, seja percebendo como o Direito é afetado por tais elementos. Compreender o fenômeno social a partir de diversos níveis de análise é de extrema importância para a adoção de novas perspectivas e ideias sobre velhos problemas. É nesse sentido que se propõe aqui a interface entre a Psicologia Experimental e o Direito.

Diversos estudos na área, especialmente de origem estadunidense, sugerem que fatores irrelevantes, que não deveriam afetar o julgamento, podem causar vieses no processo de tomada de decisão dos juízes[13] e impactar seu resultado final. São alguns desses fatores: características específicas do transgressor, como raça, gênero, caráter moral ou razão para agir; a natureza da transgressão

11. FREITAS, Felipe da Silva. Op. cit.

12. DUARTE, E. C. P.; QUEIROZ, M, V. L.; GARCIA, R. D. A Rebelião da prisão de Attica (Nova Iorque, 1971): opressão racial, encarceramento em massa e os deslocamentos da retórica da igualdade. *Revista de estudos criminais*, v. 1, p. 149-177, 2016.

13. PEER, Eyal; GAMLIEL, Eyal. Heuristics and Biases in Judicial Decisions. *Court Review*. v. 49, p. 114-118, 2013.

e como o direito responde a ela; características dos julgadores; bem como a combinação dessas variáveis[14]. Nesse sentido, os modelos mais consagrados atualmente sugerem que o processo cognitivo opera sutilmente a partir do sistema automático, de maneira inconsciente[15], alimentando uma ilusão de objetividade, quando subjazem tendenciosidades não compatíveis com uma visão de uma imparcial busca por justiça.

Nos últimos anos, psicólogos e neurocientistas vêm se debruçando sobre os processos mentais subjacentes ao comportamento racista. Em particular, um instrumento que foi desenvolvido para mensurar como o racismo pode se manifestar de forma involuntária e inconsciente é o Teste da Associação Implícita (TAI), ainda pouco conhecido da comunidade jurídica brasileira.

Neste artigo, pretendemos apresentar as conclusões mais recentes da literatura psicológica sobre comportamentos racistas, com ênfase em estudos que investigam possíveis impactos nas instituições penais, notadamente a seletiva criminalização das pessoas negras.

Intentamos ainda demonstrar como a Psicologia experimental pode fornecer subsídios na luta contra o punitivismo racializado, ao desvelar os mecanismos de comportamentos que o reforçam, bem como ao indicar formas de os enfrentar, agregando esforços para uma criminologia crítica propositiva.

2. A interface entre Psicologia e Direito

A aplicação da Psicologia ao Direito tem sido diferenciada em três áreas[16]: (1) Psicologia no Direito, (2) Psicologia e justiça, e (3) Psicologia da lei. A "psicologia no direito" se refere a aplicações específicas de Psicologia dentro do Direito (por exemplo, Psicologia da polícia, Psicologia do testemunho ocular); "Psicologia e justiça" se refere à pesquisa psicolegal em criminosos, advogados, juízes e jurados (tomada de decisão pelo júri, tratamento do infrator); "Psicologia da lei" abrange as áreas de pesquisa que investigam, por exemplo, por que as pessoas obedecem/desobedecem às leis, os efeitos das leis, bem como a aplicação de leis sobre o comportamento das pessoas (por exemplo, a jurisprudência terapêutica).

14. BENFORADO, Adam. *Unfair:* the new science of criminal injustice. New York: Crown Publishers, 2015.

15. KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar:* duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

16. KAPARDIS, Andreas. *Psychology and the Law:* a critical introduction. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Nos Estados Unidos, pode-se considerar que essas interfaces foram e estão sendo bem trabalhadas, existindo uma série de resultados já consolidados em relação aos procedimentos policiais de identificação, acurácia da testemunha ocular, seleção do júri, publicidade pré-julgamento, entre outros[17]. No mesmo sentido, é possível dizer que existe um diálogo, mesmo que ainda limitado, entre a Psicologia e o Direito, no ambiente acadêmico, perpassando as cortes de justiça e chegando até mesmo na produção de regras procedimentais.

Já no Brasil[18], apesar de existirem pesquisas na área, o cenário é bastante restrito em termos de produções, consolidações e considerações do contexto específico do país e do Direito que aqui vige. Outro problema brasileiro é o enfoque dado, em geral, a apenas uma das possíveis interfaces, concentrando-se no impacto dos processos jurídicos sobre a vida das pessoas e, consequentemente, na psicologia das diferenças individuais. Não há com isso um olhar nem sobre os operadores do Direito, nem sobre as práticas do Direito enquanto sistema organizado de normas que se dispõe a trazer justiça.

Permeiam as atividades jurídicas noções de racionalidade, objetividade e imparcialidade, em patente desconsideração da subjetividade humana[19]. Ocorre que, antes de ciência e de sistema estruturado de normas, o Direito é produto criado e aplicado por pessoas e para pessoas. Assim, todos os fatores psicossociais que influenciam os humanos e suas relações também influenciam a confecção, interpretação e aplicação do Direito.

Por essa razão, no presente trabalho, o foco será a área da Psicologia e Justiça, mais especificamente no que tange à deliberação legal. Esse campo busca investigar como os conteúdos e processos psicossociais, presentes no contexto social da deliberação judicial, impactam na tomada de decisão de jurados, juízes, promotores e advogados de defesa. O objetivo é demonstrar que existe

17. KOVERA, M. B.; BORGIDA, E. Social psychology and law. In: FISKE, Susan T.; GILBERT, Daniel T.; LINDZEY, Gardner (Orgs.), *Handbook of social psychology*. 5ª ed. New York: McGraw Hill, 2010.

18. PILATI, Ronaldo; SILVINO, Alexandre Magno Dias. Psicologia e deliberação legal no tribunal do júri brasileiro: proposição de uma agenda de pesquisa. *Psicologia:* reflexão e crítica, UFRGS Impresso, v. 22, p. 277-285, 2009.

19. Sobre o mito da imparcialidade no âmbito jurídico: BENFORADO, Adam. Op. cit. Sobre a dificuldade de diálogo entre Psicologia e Direito, por conta do senso comum dos juristas: KOVERA, M. B.; BORGIDA. Op. cit. Sobre imparcialidade no discurso e prática judicial: CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de. *Imagens da imparcialidade entre o discurso constitucional e a prática judicial*. 2016. 311 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

parcialidade e enviesamento no processo deliberativo, bem como inadequação dos procedimentos utilizados em relação aos dados científicos de que se dispõe.

Muitos *insights* da psicologia social desafiam os entendimentos intuitivos que as pessoas mantêm sobre uma ampla gama de domínios comportamentais. Muitos desses domínios se interseccionam com processos legais e revelam substantiva desconexão entre as concepções intuitivas do comportamento humano (adotadas pelo sistema legal) e os pertinentes dados científicos[20].

A memória da testemunha ocular, por exemplo, é falha. Apesar disso, conforme literatura estadunidense, todo dia pessoas são condenadas com base apenas no relato de um único indivíduo identificador[21]. Outra prova considerada de forte valor é a confissão. Todavia, nos Estados Unidos, revisões de processos judiciais a partir da análise de DNA demonstraram que 15 a 20% dos exonerados haviam falsamente confessado crimes[22]. Não somente intervenções físicas agressivas, como se imagina, mas também fatores psicológicos sutis determinam tal comportamento. O uso do recurso da minimização pelos investigadores (apresentar justificativas para a prática do ato criminoso) aumenta a probabilidade de um inocente confessar falsamente por acreditar que a leniência na sentença será maior[23]. Da mesma forma, julgadores subestimam a influência de algumas pressões situacionais para o suspeito confessar, bem como raramente contestam a validade de tal ato[24].

Para entender o que ocorre no processo deliberativo, evitar os possíveis erros que advém dele e/ou melhorá-lo, é necessário que o Direito se abra a possibilidades de estudo e pesquisa empírica em parceria com a Psicologia experimental. Assim, haverá, pelo menos, a noção de que existem processos psicossociais subjacentes às supostas objetividade e racionalidade jurídica, possibilitando releituras e adoção de táticas mais eficientes para beneficiar tanto a justiça quanto as partes envolvidas no processo. O Direito e seus instrumentos podem e devem ser contestados e aprimorados, de modo a evitar práticas discriminatórias.

20. KOVERA, M. B.; BORGIDA. Op. cit., p. 1343.
21. Idem, p. 1.345.
22. GARRET, B. Judging innocence. *Columbia law review*, v. 108, p 55-142, 2008.
23. KASSIN, S. M.; GUDJONSSON, G. H. The psychology of confessions: a review of the literature and issues. *Psychological Science in the Public Interest*. v. 5, p. 35-69, 2004.
24. KOVERA, M. B.; BORGIDA. Op. cit., p. 1355-1358.

Cabe, aqui, ressalvar que os estudos mencionados neste artigo foram predominantemente realizados nos Estados Unidos e carecem de replicação expressiva no Brasil. Cientes da realidade específica de um país marginalizado[25] e perpassado por um mito extremamente forte e vivo de democracia racial, não consideramos que todos os resultados encontrados se aplicam ao contexto brasileiro. Do contrário, utilizamos tais elementos como indicativos relevantes de processos psicossociais subjacentes, apontando para a necessidade de estudo específico urgente, e acreditando, inclusive, que aqui os dados a serem encontrados podem ser ainda mais reveladores e de maior potencial transformador.

3. O preconceito racial na perspectiva psicológica

Após décadas de experimentos nos mais variados contextos, consolidou-se na Psicologia cognitiva e social a compreensão de que boa parte dos processos mentais envolvidos nas interações sociais não se dá de forma consciente e deliberada. Pelo contrário, raciocínios tão complexos quanto aqueles envolvidos no julgamento moral ou no relacionamento amoroso ocorrem de forma inconsciente. Boa parte do processamento de informação no cérebro se dá de forma automática e implícita, isto é, sem a consciência do sujeito[26]. Se essa constatação em si não é nova – a Psicanálise, por exemplo, tem o construto do "inconsciente" em seu centro – as abordagens experimentais hoje disponíveis permitem compreender com precisão como funcionam esses mecanismos[27]. A ciência que investiga os processos mentais ligados ao racismo parte desse pressuposto.

25. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología:* aproximaxión desde um margen. Bogotá: Temis, 2003.

26. BARGH, John A.; SCHWADER, Kay L.; HAILEY, Sarah E.; DYER, Rebecca L.; BOOTHBY, Erica J. Automaticity in social-cognitive processes. *Trends in cognitive sciences*. v. 16, n. 12, p. 593-605, dez. 2012.

27. "The existence of unconscious mental processes had been recognized long ago, by Ptolemy or Ibn Al-Haytham, but until Freud, these processes were seen as relatively peripheral. Mental life was regarded, for the most part, as typically conscious, or at least open to introspection. However, Freud made a compelling case that we are quite commonly mistaken about our real motivations. A century later, in a cognitive psychology perspective, the once radically challenging idea of the "Unconscious" seems outdated. Not some, but *all* mental processes, affective and cognitive, are now seen as largely or even wholly unconscious. The problem has become, if anything, to understand *why and how there is something like consciousness at all"*. MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. *The enigma of reason*: a new theory of human understanding. London: Allen Lane, p. 114, 2017, (grifos nossos).

Da perspectiva da Psicologia social, "preconceitos" são as atitudes ou reações emocionais perante um grupo ou seus membros. "Estereótipos", por sua vez, são conceitos ou crenças que são generalizadamente associadas a um grupo social – vícios, virtudes, atributos positivos ou negativos que seriam traços característicos das pessoas desse grupo. Assim, ao passo que o "preconceito" é um viés comportamental emotivo, o "estereótipo" é um viés cognitivo[28]. Ambos influenciam o comportamento social nas interações cotidianas, podendo afetar o julgamento que os sujeitos fazem, mesmo que conscientemente não se deem conta disso.

Contudo, apesar de frequentemente serem padrões arraigados, preconceitos e estereótipos podem ser confrontados por convenções, normais sociais ou crenças pessoais. Assim, mesmo que um sujeito apresente vieses negativos em relação a pessoas pertencentes a um grupo social diverso do seu, pode exercer, do ponto de vista cognitivo, autorregulação no sentido de mitigar esses vieses[29]. Por esse motivo, as normas sociais importam: se um grupo ou sociedade reprova comportamentos racistas, o sujeito se sente mais compelido a inibi-los, com receio de expressá-los e ser censurado pelos pares[30].

Outro ponto importante é que as pesquisas recentes sugerem que a discriminação não está "inscrita na mente"; pelo contrário, as associações negativas que podem resultar do processamento de informação automático estão relacionadas a padrões aprendidos socialmente e culturalmente pelos sujeitos. Atitudes e estereótipos são aprendidos, e assim preferências em relação a um grupo ou outro são maleáveis[31].

Nesse sentido, estudos neurocientíficos recentes apontam que as associações negativas que pessoas brancas podem exibir em relação a pessoas negras surgem no curso do processo de desenvolvimento psicológico. Os padrões cognitivos relacionados ao preconceito não estão presentes na infância, emer-

28. AMODIO, David M. The neuroscience of prejudice and stereotyping. *Nature reviews neuroscience*. v. 15, p. 675, out. 2014. "Cognitivo" refere-se ao processamento de informação no cérebro, em processos psicológicos como a percepção, a aprendizagem e a memória. Os estudos de neuroimagem recentes têm buscado desvendar quais os substratos neurais do preconceito, em geral ligados às emoções; e dos estereótipos, em geral áreas cerebrais relacionadas à cognição, além da forma como ambos se inter-relacionam.
29. AMODIO, David M. Op. cit., p. 670.
30. AMODIO, David M. Op. cit., p. 677.
31. KUBOTA, Jennifer T.; BANAJI, Mahzarin R.; PHELPS, Elizabeth A. The neuroscience of race. *Nature neuroscience*. v. 15, n. 7, p. 942-944, jul. 2012.

gindo somente na adolescência. As crianças são ensinadas a categorizar pessoas, e passam a internalizar normas sociais que podem conter estereótipos. Assim, ao longo do tempo, se as influências sociais e culturais que recebem vão no sentido de associar características e emoções negativas, as crianças vão desenvolvendo processos cognitivos automáticos nesse sentido. Na adolescência, em que a necessidade de pertencimento a um grupo atinge seu apogeu, esse processo se consolida[32]. Crianças brancas que têm, nos primeiros 12 anos, contatos frequentes com pessoas negras – outras crianças, amigos, colegas de escola – apresentam maior abertura a conviver e a se relacionar com pessoas negras[33].

Essas pesquisas neurocientíficas sugerem, assim, que uma forma de evitar a disseminação de estereótipos racistas é estimular, desde cedo, a diversidade. Ademais, indicam que a exposição a pessoas negras que sirvam de referenciais culturais e sociais positivos pode ter um forte impacto na formação de crenças e vieses.

Essa conclusão, por si só, já dialoga com uma criminologia crítica consciente dos silêncios e das ausências produzidos pelo racismo epistemológico[34], que vem postulando que "a presença negra em espaços de formulação política e teórica cumpriria um papel muito importante na desconstrução de epistemologias hegemônicas e na construção de narrativas marginais, narrativas do acostamento"[35].

3.1. O teste de associação implícita

Como mencionado, a Psicologia cognitiva e social denomina as avaliações emocionais que os sujeitos fazem de outras pessoas, locais, objetos, etc., de "atitudes". As atitudes são preferências identificadas com a experiência passada do sujeito, e podem ser explícitas ou implícitas. Ou seja, é possível que uma pessoa relate gostar ou aprovar algo ou alguém (atitude explícita), embora

32. Para essa discussão, vide HUMPHREYS et al. Amygdala sensitivity to race is not present in childhood but emerges over adolescence. *Journal of cognitive neuroscience*. v. 25, p. 234–244, 2013.

33. CLOUTIER, Jasmin; LI, Tianyi; CORRELL, Joshua. The impact of childhood experience on amygdala response to perceptually familiar black and white faces. *Journal of cognitive neuroscience*. v. 26, n. 9, p. 1992-2004, 2014.

34. CAPPI, R. et al. Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS*: revista crítica de humanidades, v. 1, p. 450-463, 2016.

35. FREITAS, Felipe da Silva. Op. cit. p. 496.

internamente tenha restrições a seu respeito (atitude implícita). Embora dissociadas da experiência consciente, atitudes implícitas são disseminadas entre as pessoas, e podem influir no comportamento do sujeito[36].

Uma das descobertas mais consistentes e aceitas na Psicologia é que o autorrelato, ou a introspecção, não são formas confiáveis de se acessar os processos mentais[37]. Ao contrário, ao longo das últimas décadas, diversos estudos têm mostrado que as pessoas simplesmente buscam justificativas para seus processos inconscientes, que não necessariamente têm qualquer conexão com como eles de fato ocorrem. Assim, se um pesquisador aplicar um questionário verbal, buscando avaliar se os sujeitos têm atitudes preconceituosas, estes tenderão a negar que sejam racistas.

Dito de outra forma, relatos verbais não são a melhor maneira de perscrutar como funciona a cognição social. Assim, nas últimas décadas, diversos instrumentos foram desenvolvidos para perscrutar as atitudes implícitas dos sujeitos, com o objetivo de permitir medidas indiretas da cognição social. No caso do racismo, a ferramenta mais difundida é o Teste de Associação Implícita (TAI), que é um teste que pode ser realizado com facilidade, mediante o uso de qualquer computador.

O princípio de funcionamento do TAI é: a mente associa com mais rapidez estímulos compatíveis entre si do que estímulos conflitantes. Num exemplo simples, é mais fácil associar "flor" a um adjetivo positivo, e "revólver" a um adjetivo negativo, do que o contrário. Por ser um teste que é aplicado com rapidez, os sujeitos que o fazem não refletem muito ao clicar nos botões, associando um estímulo a outro. Nesse sentido, o TAI permite aferir associações implícitas. A pergunta que os pesquisadores que desenvolveram o teste se fizeram é: será que podemos fazer o mesmo com as representações culturais positivas ou negativas que se fazem de determinado grupo? A resposta foi positiva: desde os primeiros testes, constatou-se que os respondentes eram mais rápidos em parear estímulos positivos, como adjetivos elogiosos, a faces de pessoas brancas, e estímulos negativos, como adjetivos pejorativos, a rostos de pessoas

36. BANAJI, Mahzarin R.; KANG, Jerry; LANE, Kristin A. Implicit Social Cognition and Law. *Annual review of law and social science*. v. 3, p. 429, 2007.

37. O estudo clássico que trouxe à tona esse fenômeno é: NISBETT, Richard E.; WILSON, Timothy DeCamp. Telling more than we can know: verbal reports on mental processes. *Psychological review*. v. 84, n. 3, p. 231-259, 1977. Para a discussão mais atualizada do ponto de vista da Psicologia, vide: MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. *The enigma of reason*: a new theory of human understanding. London: Allen Lane, 2017.

negras[38]. Assim, o paradigma experimental revelou que, devido ao processo de internalização de valores negativos em relação à população negra, a mente dos sujeitos efetivamente produz avaliações automáticas que facilitam a associação de estereótipos negativos a pessoas negras.

Ademais, mesmo pessoas negras exibiam esse mesmo viés negativo em relação a rostos negros. Além disso, antes de iniciar o teste, os pesquisadores também tomavam medidas verbais do quanto os sujeitos pesquisados se julgavam racistas – e nem sempre o autorrelato estava consoante com o resultado do teste, sugerindo que mesmo pessoas que explicitamente rejeitam o preconceito, podem exibi-lo de forma inconsciente.

Ora, se mesmo quando o racismo passa a ser socialmente reprovado, sua persistência se verifica no nível inconsciente, o que é possível fazer para enfrentá-lo? Para responder a essa pergunta, cientistas, em seguida, investigaram se essas atitudes implícitas eram maleáveis. Num outro estudo, os cientistas buscaram exibir a dois grupos separados rostos de brancos e negros famosos, seja por serem admirados, seja por serem reprovados. Em seguida, os sujeitos foram submetidos ao TAI. No grupo que teve contato com figuras negras admiradas e figuras brancas detestadas, o viés racista no teste foi menor, sugerindo que o contato com modelos positivos pode enfraquecer a força das associações implícitas. Essa pesquisa sugere, ademais, que a mídia pode ter um grande impacto na redução do racismo implícito se reforçar a exibição de papeis positivos atribuídos a pessoas negras[39].

O Teste de Associação Implícita é um instrumento interessante, que pode ajudar a conscientizar as pessoas do quanto as formas implícitas de racismo existem e afetam o modo como todas e todos julgamos e tomamos decisões[40].

38. GREENWALD, Anthony G.; MCGHEE, Debbie E.; SCHWARTZ, Jordan L. K. Measuring Individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of personality and social Psychology*. v. 74, n. 6, p. 1464-1480, 1998.

39. DASGUPTA, Nilanjana; GREENWALD, Anthony G. On the malleability of automatic attitudes: combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. *Journal of personality and social psychology*. v. 81, n. 5, p. 800-814, 2001.

40. O Teste da Associação Implícita não só em relação à cognição social ligada à raça, mas também a outras formas de diferença (gênero, LGBT, idosos, pessoas com deficiência, islamofobia, etc.) pode ser realizado por qualquer pessoa neste hiperlink disponibilizado pela Universidade de Harvard. Disponível em: [https://implicit.harvard.edu/implicit/takeatest.html]. Milhões de pessoas já realizaram o teste em sua versão *online*. Para uma discussão da validade metodológica dos resultados obtidos no teste, vide BANAJI, Mahzarin R. et al. Understanding and using the implicit association test: III

Além disso, os resultados verificados estão em consonância com outros achados da Psicologia experimental, especificamente voltados para o âmbito forense. Em seguida, revisaremos quatro desses estudos.

3.2. Experimentos no contexto criminal

Estudos empíricos mostram que o racismo pode influenciar as diversas fases da persecução criminal, da abordagem policial à decisão judicial condenatória. Paradigmas experimentais da Psicologia vêm mostrando que, ainda que de forma inconsciente, o racismo implícito pode levar à letalidade policial, a acusações mais frequentes e a condenações mais duras. A seguir, relatamos quatro estudos psicológicos, realizados no contexto estadunidense, que oferecem evidências nesse sentido.

Naquele país, é comum a prática da emissão de "alertas de crimes": a divulgação de nomes e caracterizações de suspeitos, procurados pela polícia por determinado delito. A população negra é sobrerrepresentada nesses alertas, que ocupam espaço significativo nas mídias e meios de comunicação. Porém, se a intenção é supostamente auxiliar as autoridades a encontrar suspeitos, o que se verifica é que esses alertas acabam por disseminar estereótipos de todo o grupo social ao qual eles pertencem. É o que descobriram psicólogos da Universidade de Harvard quando mostraram a estudantes cartazes de suspeitos procurados[41]. Os 99 alunos foram divididos em dois grupos, cada um deles lendo cartazes que descreviam o cometimento de um mesmo delito, roubo com o uso de arma de fogo, com uma só variante: a raça do suspeito, se negra ou branca. Em seguida, os pesquisadores submeteram os estudantes ao Teste de Associação Implícita.

Os resultados no teste variaram significativamente conforme o cartaz visto anteriormente: estudantes que haviam acabado de ver uma alerta de crime descrevendo um suspeito negro tendiam a exibir maior associação de características negativas a pessoas negras. A conclusão é que, diante da mera visuali-

---

meta-analysis of predictive validity. *Journal of personality and social psychology*. v. 97, n. 1, p. 17-41, 2009. Para uma perspectiva crítica recente sobre o teste, vide MITCHELL, Gregory. Jumping to conclusions: advocacy and application of psychological research. In: Crawford, Jarret T.; JUSSIM, Lee (Orgs.). *The Politics of Social Psychology*. Routledge, 2017.

41. AKALIS, Scott A.; BANAJI, Mahzarin R.; KOSSLYN, Stephen M. Crime alert! How thinking about a single suspect automatically shifts stereotypes toward an entire group. *Du Bois review*. v. 5, n. 2, p. 217-233, 2008.

zação da informação da raça de um potencial suspeito, os sujeitos de pesquisa tendiam a generalizar estereótipos para todo o grupo: se o alerta de crime descrevia uma pessoa negra, isso tinha efeito na forma como percebiam todo o grupo. Esse experimento fornece fortes indícios de como os programas sensacionalistas televisivos podem reforçar estereótipos racistas.

No segundo experimento, voltado para compreender se o racismo implícito poderia afetar comportamentos em abordagens policiais, os pesquisadores utilizaram uma simulação virtual de jogo de tiro que reproduzia um encontro violento. Na tarefa, apareciam na tela figuras de pessoas negras ou brancas, num ambiente urbano, portando em suas mãos algo que poderia ser tanto uma arma de fogo quanto um objeto totalmente inofensivo. O objetivo era reagir, no menor tempo possível, não atirando nas pessoas que carregavam o item inofensivo, e reagindo com a arma no caso de a figura apontar o revólver. Independentemente da premissa do estudo sobre qual a atuação esperada nesse tipo de situação, os resultados confirmam que o racismo implícito influía nas reações automáticas. Sujeitos cujo resultado no TAI indicava maior racismo implícito tinham maior dificuldade em discernir a reação correta quando a figura era de uma pessoa negra[42]. Estudos como esse vêm sendo mencionados no debate estadunidense sobre casos de policiais que abriram fogo contra negros desarmados.

O terceiro experimento foi realizado com uma amostra de 133 juízes estadunidenses, recrutados em seminários e congressos voltados para a magistratura[43]. Os pesquisadores combinaram a aplicação do teste de associação implícita, ministrado num notebook, com a leitura de vinhetas que descreviam casos hipotéticos de cometimento de delitos para que julgassem. Desses magistrados, 85 eram brancos e 43 negros. O resultado do TAI, em linha com achados em outros grupos, demonstrou uma preferência por pessoas brancas, de 87% entre os juízes brancos contra 44% entre os juízes negros.

As vinhetas descreviam três tipos de infrações cometidas por adolescentes: furto, roubo com arma de fogo e lesão corporal. Nos dois primeiros casos, a raça do réu não foi mencionada, mas sugerida subliminarmente na tela do computador, por meio da exibição, por 153 milissegundos, de palavras associadas à cultura negra – uma forma de produzir estímulos inconscientes comu-

42. GLASER, Jack; KNOWLES, Eric D. Implicit motivation to control prejudice. *Journal of experimental social psychology*. v. 44, p. 164-172, 2008.

43. GUTHRIE, Chris et al. Does unconscious racial bias affect trial judges? *Notre Dame law review*. v. 84, n. 3, p. 1195-1246, 2009.

mente utilizada em estudos psicológicos. No caso da lesão corporal, a raça do acusado foi explicitamente mencionada, como sendo branca ou negra.

O julgamento que os magistrados deveriam fazer em cada caso referia-se a submeter ou não o acusado a medida socioeducativa e a avaliar a probabilidade de que cometesse outros crimes no futuro. No caso em que a raça foi explicitamente mencionada, os pesquisadores não encontraram efeitos significativos entre o resultado do TAI e a severidade da decisão. Contudo, nos dois casos em que a raça foi subliminarmente sugerida, juízes brancos com preferências por pessoas brancas no TAI tendiam a ser mais duros com acusados negros, e juízes negros, com preferências por pessoas negras no TAI, faziam avaliações menos severas dos acusados negros.

Os pesquisadores interpretaram os dados como mostrando que os magistrados podem conscientemente tentar inibir formas de racismo explícito – e como a discussão do racismo nas condenações é bastante difundida nos EUA há algumas décadas, é compreensível que seja assim. Se essa mensagem parece encorajadora, porém, é importante destacar que o experimento também sugere que o racismo implícito existe e afeta as decisões judiciais[44]. Nesse sentido, essas evidências apontam que tornar os magistrados conscientes do fenômeno pode ser um primeiro passo para a redução do racismo institucional.

Pode-se argumentar que esses quatro experimentos não permitem inferências sobre decisões judiciais que efetivamente foram tomadas, por se basearem em simulações num contexto experimental, e não em bancos de dados de decisões efetivamente tomadas.

Porém, também há evidências oriundas de decisões condenatórias reais. Trata-se de uma linha de estudos que sugere que, mesmo que se consiga avançar no enfrentamento ao racismo no sistema penal, há formas muito sutis de discriminação que podem ocorrer sem que os sujeitos percebam. Um dos estudos foi realizado no estado da Flórida, nos Estados Unidos, onde já em 1979 foram adotadas diretrizes oficiais para a redução de vieses raciais no processo penal – o que, segundo as autoridades, teria eliminado esses vieses. Porém,

44. Em outro estudo, os autores questionaram a 36 juízes se eles se julgavam capazes de transcender preconceitos raciais ao decidirem; 35 responderam que se achavam mais capazes que a média – um claro indício de que os magistrados podem ser, talvez, confiantes demais na própria capacidade de controlar vieses cognitivos. O excesso de confiança, como a literatura psicológica mostra, é um dos vieses mais comuns na tomada de decisão. GUTHRIE, Chris et al. Does unconscious racial bias affect trial judges? *Notre Dame law review*. v. 84, n. 3, p. 1225-1126, 2009.

numa amostra randomizada de 216, condenados por crimes cometidos entre 1998 e 2002 no estado, dos quais 100 negros e 116 brancos, Irene Blair e colegas descobriram que as variáveis mais fortemente correlacionadas com a severidade da sentença condenatória não eram apenas da gravidade do delito ou a reincidência, mas sobretudo a presença de traços afro nos rostos dos réus[45].

Dito de outra forma, o simples fato de terem a pele mais escura, cabelos crespos, lábios ou nariz mais largos tinha forte influência na intensidade da condenação, em relação a outros réus acusados do mesmo crime e com antecedentes semelhantes. Os pesquisadores concluíram que, apesar dos esforços do Poder Público de eliminar o racismo institucional, mesmo que o fator binário "cor da pele" tivesse deixado de ser relevante do ponto de vista estatístico, os estereótipos associados às pessoas negras continuavam a guiar, ainda que inconscientemente, a decisão judicial condenatória, por meio da avaliação de traços faciais.

Esses achados experimentais são corroborados, naquele país, por três meta-análises voltadas especificamente para os vieses racistas do sistema de Justiça. Meta-análises são revisões sistemáticas da literatura científica que empregam ferramentas estatísticas para combinar a magnitude de efeito de diversas pesquisas anteriormente realizadas, permitindo, assim, que se façam inferências consistentes sobre os achados da literatura – assim, são consideradas "padrão ouro" do rigor metodológico quando se trata de avaliar as evidências sobre o impacto de intervenções experimentais. Existem meta-análises sobre o trabalho de promotores, a decisão individual de jurados e as decisões de juízes estadunidenses, as quais, visando comparar os resultados disponíveis, confrontam dados de numerosos estudos e verificam que há efetivamente viés contra pessoas negras nessas três dimensões – ou seja, controlando a influência de variáveis como a gravidade dos delitos cometidos e a reincidência, ainda assim o fator racial é decisivo. Os dados revelam, de forma inequívoca que, naquele país, pessoas negras acusadas de delitos têm maior chance de serem denuncia-

45. BLAIR, Irene V.; JUDD, Charles M.; CHAPLEAU, Kristine M. The influence of afrocentric facial features in criminal sentencing. *Psychological science*. v. 15, n. 10, p. 674-679, 2004. Para uma versão mais completa do estudo, incluindo experimentos em laboratórios acerca da influência dos traços faciais em estereótipos de raça que encontraram achados semelhantes, vide BLAIR, Irene V.; JUDD, Charles M.; PIZZI, William T. Discrimination in sentencing on the basis of afrocentric features. *Michigan journal of race & law*. v. 10, p. 327-353, 2005.

das pelos promotores[46], de serem vistas como culpados por jurados[47] e de receberem penas mais altas dos juízes que sentenciam seus casos[48] pelo simples fato de serem negras.

Em linha com essas evidências, Jill Viglione e colegas se debruçaram sobre o perfil de 12 mil mulheres negras que haviam sido condenadas entre 1995 e 2009 no Estado da Carolina do Norte. Valendo-se dos registros dessas mulheres presas, que incluem características faciais e informações sobre tom da pele – uma prática adotada pelas autoridades penitenciárias daquele estado para identificação da população carcerária – a pesquisadora e sua equipe investigaram os fatores que maior impacto tinham na duração da condenação. Controlando fatores esperados, como o tipo penal e os antecedentes, os dados mostraram que o simples fato de ter uma cor da pele mais clara fazia com que a mulher negra condenada ficasse 12% menos tempo em reclusão[49].

4. Impactos da cognição social implícita no racismo institucional

Ainda que metodologicamente os resultados do Teste de Associação Implícita possam ser discutidos, seus proponentes recordam que o racismo implícito está presente em diversas esferas do cotidiano das pessoas: no ambiente de trabalho, a decisão de contratar, promover ou dar aumento a um trabalhador; na segurança pública, a decisão do policial de revistar um cidadão, ou de considerá-lo suspeito; no sistema de Justiça, as decisões de condenar ou inocentar, de conceder progressão da pena ou não; no atendimento em serviços públicos.

46. Meta-análise que revisou 26 estudos feitos com rigor metodológico, totalizando 36 magnitudes de efeito sobre o comportamento de promotores em mais de 86 mil casos judiciais: WU, Jawjeong. Racial/ethnic discrimination and prosecution: a meta-analysis. *Criminal justice and behavior*. v. 43, n. 4, p. 437-458, abr. 2016.

47. Meta-análise que revisou 34 estudos e 46 magnitudes de efeito, com um total de 7.397 sujeitos de pesquisa: HAW, Ryann M. et al. Racial bias in mock juror decision-making: a meta-analytic review of defendant treatment. *Law and human behavior*. v. 29, n. 6, p. 621-637, dez. 2005.

48. Meta-análise que revisou os achados de 71 estudos publicados e não publicados, totalizando 116 magnitudes de efeito, que analisaram decisões judiciais condenatórias ocorridas na justiça federal e estadual em 29 estados, entre os anos de 1929 e 2000. MITCHELL, Ojmarrh. A meta-analysis of race and sentencing research: explaining the inconsistencies. *Journal of quantitative criminology*, v. 21, n. 4, p. 439-466, dez. 2005.

49. DEFINA, Robert; HANNON, Lance; VIGLIONE, Jill. The impact of light skin on prison time for black female offenders. *The social science journal*. v. 48, p. 255, 2011.

Logo, mesmo que os efeitos verificados nesse teste psicológico não fossem relevantes, eles se acumulam, em ocorrências repetidas ao longo da vida das pessoas que são vítimas de discriminação[50].

No âmbito que nos interessa aqui, o da persecução penal, múltiplos são os momentos em que o racismo implícito pode enviesar o comportamento dos atores envolvidos[51]. A decisão de realizar uma abordagem policial, ou como reagir a um encontro com pessoas tidas como suspeitas; a decisão de interrogar ou indiciar alguém como suspeito. O testemunho do policial, tão comumente utilizado como principal prova. A disposição do advogado ou defensor público de se engajar numa defesa; a interpretação do conjunto probatório disponível pelo Ministério Público, que pode ou não oferecer denúncia. E, por fim, no momento da decisão judicial, por sua vez, ainda que os magistrados saibam da existência do fenômeno, eles podem ser excessivamente confiantes na própria capacidade de superar vieses, seja contra pessoas negras em geral, seja contra pessoas com tons de pele mais escuros ou fenótipos mais ou menos característicos[52].

Como estudos recentes vêm mostrando, todo o processo penal é passível de vieses cognitivos[53]: uma vez que um perito ou uma autoridade policial se convence de uma tese sobre o crime, a tendência é que os demais atores se convençam dessa narrativa, eliminando alternativas e embarcando na mesma versão dos fatos – é o chamado "viés de confirmação forense"[54], que influi no trabalho, seja da coleta de provas, seja da interpretação delas. Assim, o racismo implícito pode, ainda na fase inicial do inquérito, condicionar toda a trajetória posterior do processo, em desfavor de uma pessoa negra.

---

50. BANAJI, Mahzarin R.; GREENWALD, Anthony G.; NOSEK, Brian A. Statistically small effects of the implicit association test can have societally large effects. *Journal of personality and social psychology*. v. 108, n. 4, p. 557-559, 2015.
51. KANG, Jerry et al. Implicit bias in the courtroom. *UCLA law review*. v. 59, 2012, p. 1135-1150.
52. BENNETT, Mark W. The implicit racial bias in sentencing: the next frontier. *The yale law journal forum*, p. 396-397; 402-403, jan. 31, 2017
53. Para uma referência completa e atualizada sobre essa discussão, vide BENFORADO, Adam. *Unfair*: the new science of criminal injustice. New York: Crown Publishers, 2015.
54. DROR, Itiel E.; KASSIN, Saul M.; KUKUCKA, Jeff. The forensic confirmation bias: problems, perspectives, and proposed solutions. *Journal of applied research in memory and cognition*, v. 2, p. 42-52, 2013.

5. Reflexões para o racismo na realidade penal brasileira

Por volta de 1870, a criminologia racista à brasileira defendeu a associação entre estereótipos raciais e estereótipos criminais, numa correlação entre a condição biológica e a projeção da ameaça (o medo da desordem ou da ruptura da hierarquia da ordem escravista)[55]. A partir disso, forneceu a "fundamentação científica" das práticas violentas de controle social.

Na década de 1940, no entanto, toma lugar, a partir da Segunda Guerra Mundial, a deslegitimação científica e moral do discurso racista. Essa ruptura demarca um distanciamento entre o discurso teórico e o discurso prático das ações cotidianas dos agentes do sistema penal, de tal forma que o discurso desses agentes parece ter se degradado em um "discurso *underground*" capaz de reproduzir o velho discurso racista-biologista, mas que publicamente aparece como um saber contraditório e confuso[56].

A partir daí, as práticas autoritárias, até então defendidas e elaboradas por teses racistas, tendem a buscar novas formas de legitimação ou a se apresentarem como racialmente neutras, embora seja patente a semelhança substancial entre passado e presente quando verificadas quais são os segmentos populacionais atingidos pelos atos de violência institucional.

Perduraram, assim, em determinadas pessoas e segmentos sociais, ou mesmo no imaginário do subconsciente brasileiro, a ideia de que determinados grupos humanos, caracterizados por sua etnia, cor ou origem, são inferiores em relação ao grupo social dominante. No caso brasileiro, essa dominação se operacionaliza tendo como filtro as características físicas aparentes que identificam um indivíduo dentro de um grupo "racial", aproximando-o do padrão branco ou negro. Compreender esse processo na atuação dos agentes do sistema penal é decisivo para evitar que a raça seja construída como um limite ao exercício da cidadania[57].

As produções da criminologia crítica brasileira, no entanto, ainda não se apropriaram de modo significativo das relações indissociáveis entre racismo e sistema penal no contexto nacional. O que se percebe é, em regra, um enfoque da seletividade e assimetrias a partir das categorias de classe ou mesmo de gê-

55. DUARTE, E. C. P. Paradigmas em criminologia e relações raciais. *Cadernos do CEAS*: Revista crítica de humanidades, v. 1, p. 500-526, 2016.

56. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

57. BANTON, Michael. *A ideia de raça*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

nero, aparecendo a categoria raça ainda de modo secundarizado[58]. O criticismo da Criminologia brasileira e sua denúncia da dimensão seletiva do sistema penal, todavia, permaneceram alheios ao papel estruturante do racismo, ao saber do movimento negro e à produção de seus intelectuais.

Mais recentemente, alguns trabalhos começam a romper com esse silenciamento, abordando, de forma direta, e muitas vezes empírica, racismo e violência no sistema de justiça penal brasileiro. Para a perspectiva desse artigo, é relevante notar como é evidente uma relação direta entre os achados da Psicologia experimental e os da Criminologia Crítica.

Como primeiro exemplo, citaremos o estudo "Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo"[59], que basicamente aponta a cor como poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça. Pesquisados os crimes violentos julgados no município de São Paulo, no ano de 1990, verificou-se que brancos e negros cometem crimes violentos em idênticas proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e revelam maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais. Em decorrência, tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. Ou seja, assim como nos experimentos abordados anteriormente, a cor aparece como elemento determinante para a tomada de decisão dos agentes do sistema criminal, de modo negativo, quando deveria haver igualdade.

Outro exemplo é a produção "Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador"[60]. Na realização de grupos focais com policiais militares, chamaram a atenção: a crença na capacidade de análise intuitiva e eficaz de identificação de um suspeito, proporcionada ou desenvolvida em ra-

58. FLAUZINA, Ana Luiza P. Op. cit.

59. ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 45-63, nov. 1995.

60. DEUS GARCIA, Rafael de et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de droga? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficantes pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S.; LIMA, C. S. L. (Orgs.). *Pensando a segurança* pública e direitos humanos: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça (SENASP), v. 5, p. 81-120, 2014.

zão da experiência; e a resposta defensiva, diante de assertivas quanto à presença de preconceitos na abordagem, de que o policial apenas cumpre ordens ou o seu dever. Tratam-se de achados extremamente compatíveis com a cognição social implícita no racismo institucional, isto é, como processos inconscientes de associação de negros a representações negativas e, nesse caso, criminosas, aliados a uma autopercepção não discriminatória.

A abordagem da psicologia experimental, desse modo, importa numa contribuição ao campo da criminologia brasileira sobre os processos de controle social dos agentes estatais e às análises empíricas sobre aplicação da lei penal e a seletividade do sistema, possibilitando a abordagem de velhos problemas sob nova perspectiva. Perspectiva essa que pode ser agregadora ao estabelecer que os processos discriminatórios se iniciam de forma inconsciente – logo, não são exclusividade de pessoas "ruins" ou "sem conhecimento" ou "mal-intencionadas". Ao mesmo tempo em que se trata de uma perspectiva também responsabilizadora e que chama todos à ação, posto que são processos psicossociais que podem ser controlados a partir de sua consciência e agência.

6. Considerações finais

O sistema penal brasileiro não é apenas caracterizado por uma seletividade racial, mas tem, em tal elemento, seu eixo estruturante e determinante para a atuação dos agentes e instituições do controle penal. Todavia, muito dessa articulação entre o sistema punitivo e o racismo se dá de forma não enunciada, sob uma roupagem tecnicista de racionalidade, objetividade e imparcialidade, especialmente em um país onde vige, mesmo que de forma desgastada, o mito da democracia racial.

Nesse cenário, é papel da criminologia crítica, que se propõe descortinadora das práticas de controle, apontar, de forma central, o papel dos fenômenos de hierarquização racial como base para a seletividade e a criminalização do Direito penal, radiografando como o elemento racial é percebido e tratado no sistema de justiça criminal, e desnudando seus subterfúgios de pretensa igualdade perante a lei.

A esses esforços, acreditamos que a Psicologia experimental muito tem a somar, seja porque permite questionar a imparcialidade dos operadores do Direito, desvelando os processos psicossociais que geram e reforçam o punitivismo racializado; seja porque fornece subsídios na luta contra o *status quo* ao indicar formas de enfrentar e modificar tais processos negativos.

Um primeiro passo para enfrentar a questão do racismo implícito no sistema penal é conscientizar seus atores da sua existência, algo com o que este

trabalho pretende contribuir. Muito se discute sobre as formas explícitas de racismo – para as quais a legislação brasileira já prevê consequências. Contudo, quando se trata do racismo implícito, a questão envolve um grau maior de complexidade, uma vez que o próprio construto psicológico está dissociado da sua manifestação explícita. Trata-se de uma forma sutil de discriminação, mas que tem consequências perversas.

Nesse sentido, algumas recomendações que a literatura especializada preconiza incluem a necessidade de expor as pessoas à convivência com a diversidade, como uma forma de contrapor estereótipos negativos associados às pessoas negras. Para que uma sociedade democrática seja verdadeiramente uma sociedade de iguais, é imperativo que as pessoas tenham como hábito o convívio com o diferente. O que as pesquisas psicológicas apontam é que uma mudança cultural é necessária, o que é possível por meio de mudanças de ordem institucional[61].

A literatura psicológica revisada também aponta o papel decisivo das representações culturais na introjeção e disseminação de estereótipos negativos. Grupos sociais privilegiados tendem a ver a si próprios numa ótica positiva, o que reforça hierarquias sociais e cria condições para a discriminação. Nesse sentido, uma maior diversidade de profissionais negros em cargos de prestígio no sistema de Justiça pode contribuir para reverter a difusão desses estereótipos[62]. Assim, ações afirmativas como as cotas em concursos públicos, para além de mecanismos de inclusão, podem ser formas efetivas de remediar o fenômeno do racismo implícito nas engrenagens da Justiça.

Nesse sentido, as cotas para concursos públicos adotadas pela Lei 12.990, de 2014 – declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 8 de junho de 2017, no bojo da Ação de Declaração de Constitucionalidade 41[63] – são medida importante. De igual modo, destacam-se as regulamentações para

61. BANAJI, Mahzain R.; HARDIN, Curtis D. The nature of implicit prejudice: implications for personal and public policy. In: SHAFIR, Eldar. (Ed.). *The behavioral foundations of public policy*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

62. Banaji, Mahzarin R.; Lane, Kristin A.; Kang, Jerry; *Implicit social cognition and law*. Annual Review of law and social science. v. 3, p. 435-438, 2007.

63. "É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa" Disponível em: [http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4917166].

aplicação dessa lei: no âmbito dos concursos de ingresso na magistratura, há a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 203, de 2015; e no Ministério Público, a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), 170, de 2017. Trata-se de procedimento que deveria ser replicado pelas demais instituições de modo a abarcar todos os concursos das restantes carreiras jurídicas, como delegados de polícia.

Além disso, o profissional, consciente de que é passível de um viés contra pessoas negras, pode buscar exercer autocontrole sobre suas próprias decisões. Os atores do processo penal podem ser instruídos sobre a existência de vieses mentais e treinados a mitigar os próprios preconceitos implícitos[64], uma iniciativa que depende das instituições do sistema de Justiça.

Portanto, uma das opções é confrontar a ilusão de objetividade, chamando atenção para fatores motivacionais inadvertidos e inapropriados[65]. A ideia subjacente é de que dessa maneira as pessoas se tornam dispostas a corrigir seus enviesamentos. Na prática, isso pode se reverter na formação dos estudantes de Direito, nas instruções aos jurados e na atenção dos advogados de defesa em levantar tais questões em suas peças processuais e debates orais.

Outra alternativa é modificar procedimentos jurídicos para reduzir a expressão de preconceito, aumentando a motivação, habilidade e oportunidade dos julgadores para controlar a expressão dessa atitude. Nesse sentido, o CNJ teria grande papel a desempenhar a partir de suas resoluções e sugestões administrativas aos juízes.

Ainda mencionando alterações de procedimentos, há que se falar na, mesmo que difícil, alteração legislativa para evitar que se exacerbe a tendência natural a certos pensamentos, emoções e ações pessoais que podem se tornar prejudiciais.

Percebe-se, assim, que muitas são as possibilidades de diálogos entre Psicologia Social e Criminologia, no campo teórico e no campo prático, nas salas de aula, nos cursos de formação, nas práticas administrativas, nas práticas judiciais e nas próprias leis e jurisprudência. Há um longo caminho a ser trilhado e que, com certeza, enfrentará grandes dificuldades pelo conservadorismo que marca o direito e seus institutos.

64. KANG, Jerry; LANE, Kristin. Seeing through colorblindness: implicit bias and the Law. *UCLA law review*. v. 58, p. 501-503; 511, 2010.

65. SOOD, Avani Mehta. Motivated cognition in legal judgments: an analytic review. *Annual review of law and social science*, vol. 9, p. 307-325, 2013.

Feita anteriormente a ressalva sobre a maior parte dos estudos se dar em contexto estadunidense, considera-se relevante ainda apontar a necessidade de implementação de uma agenda de pesquisa na área voltada especificamente para a realidade brasileira e suas nuances, sociais e jurídicas, numa atuação acadêmica transformadora.

7. Referências

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 45-63, nov. 1995. Disponível em: [http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_discriminacao_racial2.pdf]. Acesso em: 26.04.2017.

AKALIS, Scott A.; BANAJI, Mahzarin R.; KOSSLYN, Stephen M. Crime alert! How thinking about a single suspect automatically shifts stereotypes toward an entire group. *Du Bois review*, v. 5, n. 2, 2008, p. 217-233, 2008.

AMODIO, David M. The neuroscience of prejudice and stereotyping. *Nature reviews neuroscience*, v. 15, p. 670-682, out. 2014.

BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, n. 11, p. 89-117. mai.-ago. 2013. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf]. Acesso em: 26.04.2017.

BANAJI, Mahzain R.; HARDIN, Curtis D. The nature of implicit prejudice: implications for personal and public policy. In: SHAFIR, Eldar. (Ed.). *The behavioral foundations of public policy*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BANAJI, Mahzarin R. et al. Understanding and using the implicit association test: III. meta-analysis of predictive validity. *Journal of personality and social psychology*, v. 97, n. 1, p. 17-41, 2009.

BANAJI, Mahzarin R. Statistically small effects of the implicit association test can have societally large effects. *Journal of personality and social psychology*, v. 108, n. 4, p. 553-561, 2015.

BANAJI, Mahzarin R. et al. The neuroscience of race. *Nature neuroscience*, v. 15, n. 7, p. 940-948, jul. 2012.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BARGH, John A. et al. *Unfair*: the new science of criminal injustice. Nova Iorque: Crown Publishers, 2015.

BENNETT, Mark W. The implicit racial bias in sentencing: the next frontier. *The Yale law journal forum*, p. 391-405, jan. 31, 2017.

BENNETT, Mark et al. Implicit bias in the courtroom. *UCLA law review*, v. 59, 2012, p. 1124-1186, 2012.

BLAIR, Irene V.; Judd, Charles M.; CHAPLEAU, Kristine M.; JUDD, Charles M. The Influence of afrocentric facial features in criminal sentencing. *Psychological science*, v. 15, n. 10, p. 674-679, 2004.

BLAIR, Irene V.; JUDD, Charles M.; PIZZI, William T.; Discrimination in sentencing on the basis of afrocentric features. *Michigan journal of race & law*, v. 10, p. 327-353, 2005.

BOOTHBY, Erica J. Automaticity in social-cognitive processes. *Trends in cognitive sciences*, v. 16, n. 12, p. 593-605, dez. 2012.

BORGIDA, E.; KOVERA, M. B. "Social psychology and law". In: FISKE, Susan T.; GILBERT, Daniel T.; LINDZEY, Gardner (Orgs.), *Handbook of social psychology*. 5ª ed. Nova Iorque: McGraw Hill, 2010.

CALAZANS, Márcia E. et al. Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS:* revista crítica de humanidades, v. 1, p. 450-463, 2016. Disponível em: [https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/viewFile/280/216]. Acesso em: 26.04.2017.

CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de. *Imagens da imparcialidade entre o discurso constitucional e a prática judicial*. 2016. 311 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21165/1/2016_AlexandreDouglasZaidandeCarvalho_Parcial.pdf]. Acesso em: 18.06. Jun. 2017.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2017. Disponível em: [www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017]. Acesso em: 18.06. Jun. 2017.

CLOUTIER, Jasmin; CORRELL, Joshua; LI, Tianyi. The impact of childhood experience on amygdala response to perceptually familiar black and white faces. *Journal of cognitive neuroscience*, v. 26, n. 9, p. 1992-2004, 2014.

DASGUPTA, Nilanjana; GREENWALD, Anthony G. On the malleability of automatic attitudes: combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. *Journal of personality and social psychology*, v. 81, n. 5, p. 800-814, 2001.

DEFINA, Robert; HANNON, Lance; VIGLIONE, Jill. The impact of light skin on prison time for black female offenders. *The social science journal*, v. 48, 2011, p. 250-258, 2011.

DEUS GARCIA, Rafael de et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de droga? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficantes pelos policiais militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de Figueiredo; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. (Org.). *Pensando a seguranca* pública e direitos humanos: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça (SENASP), v. 5, p. 81-120, 2014.

DROR, Itiel E.; KASSIN, Saul M.; KUKUCKA, Jeff. The forensic confirmation bias: problems, perspectives, and proposed solutions. *Journal of applied research in memory and cognition*, v. 2, p. 42-52, 2013.

DUARTE, E. C. P. et al. A rebelião da Prisão de Attica (Nova Iorque, 1971): opressão racial, encarceramento em massa e os deslocamentos da retórica da igualdade". *Revista de estudos criminais*, v. 1, p. 149-177, 2016. Disponível em: [www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2007/Rev.Est.Crim_n.61.pdf]. Acesso em: 26.04.2017.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e racismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Evandro Charles Piza. Paradigmas em criminologia e relações raciais. *Cadernos do CEAS*: revista crítica de humanidades, v. 1, p. 500-526, 2016. Disponível em: [[https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/viewFile/246/219]. Acesso em: 26.04.2017.

FLAUZINA, Ana Luiza P. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016. Disponível em: [https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/252/218]. Acesso em: 26.04.2017.

GAMLIEL, Eyal; PEER, Eyal. Heuristics and biases in judicial decisions. *Court review*, v. 49, 2013, p. 114-118, 2013.

GARRET, B. Judging Innocence. *Columbia law review*, v. 108, p. 55-142, 2008.

GLASER, Jack; KNOWLES, Eric D. Implicit motivation to control prejudice. *Journal of experimental social psychology*, v. 44, p. 164-172, 2008.

GREENWALD, Anthony G.; MCGHEE, Debbie E.; SCHWARTZ, Jordan L. K. Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of personality and social psychology*, v. 74, n. 6, p. 1464--1480, 1998.

GUDJONSSON, G. H.; KASSIN, S. M. The psychology of confessions: a review of the literature and issues. *Psychological science in the public interest*, v. 5, p. 35-69, 2004.

GUTHRIE, Chris et al. Does unconscious racial bias affect trial judges? *Notre Dame law review*, v. 84, n. 3, p. 1195-1246, 2009.

HAW, Ryann M.MITCHELL, Tara L.; HAW, Ryann M.; PFEIFER, Jeffrey E.; MEISSNER, Christian A. et al. "Racial bias in mock juror decision-making: a meta-analytic review of defendant treatment". *Law and human behavior*. Vovl. 29, n. 6, December, 2005, p. 621-637, dez. 2005.

HUMPHREYS, K. et al. Amygdala sensitivity to race is not present in childhood but emerges over adolescence. *Journal of cognitive neuroscience*, v. 25, p. 234--244, 2013.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar*: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KANG, Jerry; LANE, Kristin. Seeing through colorblindness: implicit bias and the law. *UCLA law review*, v. 58, p. 465-520, 2010.

KAPARDIS, Andreas. *Psychology and the Law*: a critical introduction. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LANE, Kristin A.; KANG, Jerry; BANAJI, Mahzarin R.; KANG, Jerry; LANE, Kristin A. "Implicit social cognition and law". *Annual review of law and social science*, v. 3, p. 427-451, 2007.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. *The enigma of reason*: a new theory of human understanding. London: Allen Lane, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*. Brasília: 2014. Disponível em: [www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file]. Acesso em: 26.04.2017.

MITCHELL, Gregory. Jumping to conclusions: advocacy and application of psychological research. In: CRAWFORD, Jarret T.; JUSSIM, Lee (Eds.). *The politics of social psychology*. Routledge, 2017.

MITCHELL, Ojmarrh. A Meta-analysis of race and sentencing research: explaining the inconsistencies. *Journal of quantitative criminology*, v. 21, n. 4, p. 439-466, dez. 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NISBETT, Richard E.; WILSON, Timothy DeCamp. Telling more than we can know: verbal reports on mental processes. *Psychological review*, v. 84, n. 3, 1977, p. 231-259, 1977.

PILATI, Ronaldo; SILVINO, Alexandre Magno Dias. Psicologia e deliberação legal no tribunal do júri brasileiro: proposição de uma agenda de pesquisa. *Psicologia*: reflexão e crítica, v. 22, p. 277-285, 2009.

ROSA, C. M. et al. A palavra é… genocídio: a continuidade de práticas racistas. *Revista psicologia & sociedade*, v. 27(3), p. 516-528, 2015. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516]. Acesso em: 26.04.2017.

SILVA, J. et al. A promoção à igualdade racial em 2006 e o Programa de combate ao racismo institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial*: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília: Ipea, 2009. p. 147-170.

SOOD, Avani Mehta. Motivated cognition in legal judgments: an analytic review. *Annual review of law and social science*, v. 9, p. 307-325, 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016*: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2016. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf]. Acesso em: 26.04.2017.

WU, Jawjeong. Racial/ethnic discrimination and prosecution: a meta-analysis. *Criminal justice and behavior*, v. 43, n. 4, p. 437-458, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología*: aproximación desde un margen. Bogotá: Temis, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- As diversas cores do Brasil: a inconstitucionalidade de programas afirmativos em que a raça seja o único critério levado em consideração, de Roberta Fragoso Menezes Kaufmann – *RDCI* 60/207-258 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 4/89-150 (DTR\2007\430);
- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz – *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210);
- O sistema de cotas para negros em concursos públicos no estado democrático de direito brasileiro, de Raphael Eyer Soares de Paiva – *RDCI* 97/31-43 (DTR\2016\24148);
- Psicologia jurídica: uma relação entre psicologia e mundo jurídico, de Guglielmo Gulotta – *RBCCrim* 43/239-247 (DTR\2003\190); e
- Uma reflexão sobre a judicialização das políticas públicas com base na questão das cotas sociais e raciais, de Luciana de Toledo Temer Lulia e Natalia Rosa Pellicciari – *RDCI* 97/109-142 (DTR\2016\24152).

Juventude segregada: racismo institucional e a identificação do adolescente suspeito a partir da atuação da polícia na cidade do Recife

Segreged youth: institutional racism and the identification of the suspected adolescent from the police activity in the city of Recife

Maurilo Miranda Sobral Neto

Mestre no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pesquisador no Grupo Asa Branca de Criminologia.
maurilosobral@gmail.com

Érica Babini L. do Amaral Machado

Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora de Direito Penal e Criminologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Professora do Mestrado em Direito do Programa de Pós-Graduação da UNICAP. Pesquisadora do Grupo Asa Branca de Criminologia.
ericababini@hotmail.com

Recebido em: 28.04.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão dos autores: 18.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Infância e Juventude; Diretos Humanos

Resumo: O trabalho discute processos de suspeição de adolescentes por parte da polícia na cidade do Recife. O objetivo é identificar variáveis que conduzem à abordagem policial a partir de entrevistas semiestruturadas com agentes da polícia militar e observação direta na DPCA – Delegacia da Criança e do Adolescente da cidade do Recife, PE; local para onde são dirigidos adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional. Percebeu-se que o elemento racial funciona como marcador negativo e estratégico no controle social realizado pela agência de controle, confirmando a hipótese do marco teórico de que racismo é condição fundante na sociedade brasileira, o que leva à legitimação da atuação

Abstract: The objective is to identify variables that lead to a police approach from semi-structured interviews with military police agents and direct observation in the DPCA - Police Station for Children and Adolescents of Recife, PE; Where adolescents are arrested and caught in flagrante delicto. It was perceived that the race element functions as a negative and strategic marker in the social control carried out by the control agency, confirming the hypothesis of the theoretical framework that racism is a founding condition in Brazilian society, which leads to the legitimization of violent police action on Investigated. The conclusion was confirmed quantitatively with the profile data of adolescents

Sobral Neto, Maurilo Miranda; Machado, Érica Babini L. do Amaral. Juventude segregada: racismo institucional e a identificação do adolescente suspeito a partir da atuação da polícia na cidade do Recife.
Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 135. ano 25. p. 447-486. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

violenta da polícia sobre os corpos investigados. A conclusão foi confirmada quantitativamente com os dados do perfil de adolescentes apreendidos em flagrante. Por fim, o referencial teórico contou com lentes da criminologia crítica e, ante algumas insuficiências, instrumentais analíticos advindos da sociologia do crime.

Palavras-chave: Racismo – Polícia – Suspeito – Adolescente em conflito com a lei.

seized flagrantly. Finally, the theoretical referential included lenses of critical criminology and, in the face of some inadequacies, analytical tools derived from the sociology of crime.

Keywords: Racism – Police – Suspect – Youth in crime.

Sumário: 1. Introdução. 2. Metodologia. 3. Entrando na DPCA: racismo estruturante e o controle social de adolescentes negros (as) pela polícia na cidade do Recife. 3.1. O lugar suspeito e a segregação da juventude negra em espaços periféricos. 3.1.2. A roupa suspeita: quando símbolos de inclusão sujeitam adolescentes negros aos olhares de vigilância do Estado. 3.1.3. Os negros (as) são suspeitos (as)? Os policiais que reconhecem o direcionamento do olhar de suspeição sobre a população negra. 4. Considerações finais. 5. Referências.

1. Introdução

No Brasil, quando se pensa em criminalidade e controle social muitas são as representações que permeiam o imaginário coletivo e que direcionam olhares de vigilância contra grupos sociais. Elementos como classe social, raça, localidade e atos banais como roupas e comportamentos ganham relevância e integram o olhar de suspeição sobre esses indivíduos identificados como ameaça social.

A par disso, o trabalho visou identificar variáveis que direcionam a atuação policial para abordagem de adolescentes, considerados suspeitos, e que resultaram (ou não) em apreensão de flagrante de ato infracional.

Por outro lado, a lente teórica que se costuma trabalhar a crítica ao sistema de justiça criminal – criminologia crítica – não põe ênfase na questão racial; de modo que, se de um lado o curso dos discursos criminológicos fundamentou o exercício do poder ("as histórias da criminologia são histórias sobre exclusão, os genocídios, o racismo, todas as discriminações com os seres humanos que tratam de hierarquizar-se, como também todas as respostas com que se pretendem conter ou deslegitimar todos esses crimes e aberrações" (ANITUA, 2008, p. 12), de outro lado é indispensável compreender acúmulos, permanências e rupturas desses conteúdos. E mais, é preciso levar em conta a incorporação colonial do processo civilizatório e todas as demandas por ordem operacionalizadas pelo poder punitivo (BATISTA, 2011).

Nesse histórico, é preciso ponderar que a Escola Positiva, originada do estudo da antropologia criminal[1], teve em Lombroso o início do estudo do homem sob perspectivas fisiológica e psíquica; denominando loucos e delinquentes, como uma variedade antropológica a parte, com caracteres especiais. Assim, desde a patologia à degeneração e o atavismo; o delinquente nato, diferentemente do tipo normal de homem desenvolvido e civilizado, é um representante das raças inferiores, (LOMBROSO, 1987).

É de bom alvitre atentar para o fato de que o discurso darwinista, em termos políticos, foi a base de sustentação teórica para as práticas conservadoras, especialmente do imperialismo europeu de dominação do mais forte e mais adaptado à seleção natural – a Europa sobre o continente africano e asiático – garantiu a visibilidade e a penetração da ciência evolutiva e determinista dos finais do século XIX, até então desconhecidas (SCHWARCZ, 1993).

Ocorre que a importação desse saber na realidade marginal e periférica, como a América Latina, foi, no mínimo, curioso – o que levou Bergalli (1983) a definir como um "assombroso transplante" – porque era esta mesma teoria que explicava a incapacidade moral dos países periféricos devido à inferioridade do povo, dada miscigenação. Assim, a questão é: como e por que recepcionar um saber que inferiorizava o próprio povo, a ponto de Zaffaroni (1991) definir o positivismo como uma "gigantesca instituição de sequestro?".

O modelo teórico justificava o jogo de interesses de conservação de uma hierarquia social bastante rígida para estabelecer critérios diferenciados de cidadania (o que era contraditório perante a necessidade de ascensão internacional – projeto nacional – que se imperava, exemplificado exatamente na necessidade da elite local consumir a literatura estrangeira, crendo na inevitabilidade do progresso e da civilização). Um mal estar excessivo, pois, "paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado" (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Naturalmente, na América Latina, onde os problemas sociais eram muito diferentes dos europeus, a nova teoria foi recepcionada com aplausos. Por outro lado, são as mesmas razões (na Europa e no Brasil) que ajudam a explicar o

1. O fundamento de cientificidade que garantiu a autoridade do discurso positivista teve por base metodologias racionais, inspiradas na Escola Degeneracionista de Morel (fundamentado na hereditariedade, incurabilidade, caracteres físicos e constitucionais), no Evolucionismo de Darwin (o homem branco europeu como primeiro da fila da hierarquia racial) e no Atavismo de Lombroso (o reaparecimento em um descendente, de caracteres não presentes nos ascendentes imediatos, mas nos remotos).

sucesso do determinismo biológico: urbanização explosiva, disseminação das consideradas classes perigosas e as consequências destas.

No entanto, no Brasil o cientificismo ganhou fôlego, quando na Europa já estava em franca decadência, e cumpriu quase uma espécie de escolasticismo, pois "bastava que um fato fosse afirmado por Galileu, Darwin ou Spencer para que fosse acreditado. Os fatos eram aceitos sem qualquer discussão" (DEL OLMO, 2004, p. 160).

Especificamente entre os brasileiros, a chegada da teoria é associada ao fim da escravidão e à instalação da República (com implicações para a hierarquia social e as ideias de cidadania, afinal, os escravos libertos estavam no mesmo nível jurídico do resto da população – incluindo-se aí a elite intelectual e econômica), cujas primeiras décadas são significativas na formação da sociedade, dado que um dos principais lemas era a implementação de um sistema de governo que se propunha a trazer o povo para o centro da atividade política (CARVALHO, 2004, p. 11).

A filosofia racista somente reforçou a lógica da transição do projeto escravagista para o burguês, cuja política de condicionamento garantiu a dominação social. A mudança do escravo para o trabalhador livre precisava da expropriação de um processo social amplo, em que a configuração das relações pudessem ser asseguradas pela vigilância e repressão contínuas, as quais tinham, necessariamente, que ser fundamentadas em argumentos compatíveis com as liberdades republicanas. Estratégia?

A criminologia aqui, quando transplantada da Europa, foi um instrumento "útil" à legitimação dos mecanismos de controle social, sobretudo contra o contingente negro submisso às roldanas de produção e de exploração em um período pré-urbano do País (DUARTE, 2008).

É indiscutível que aqui não seria o espaço mais apropriado para compreender o curso de rupturas e permanências dos discursos do saber criminológico[2]. Porém, é importante compreender sua a origem porque suas funções e a recepção na América Latina são atualizadas de diversas formas.

O fato é que a criminologia crítica aparece em momento posterior, como um referencial teórico de peso (FLAUZINA, 2006, p. 18) que se contrapõe às ideias que solidificaram, por quase dois séculos, o crime no criminoso.

2. Um dos caminhos para se conhecer os discursos criminológicos está em Anitua (2008). Também tratando da mesma temática em Pavarini (1983) e Anitua (2008).

Nesse sentido, a sustentação teórica do pensamento criminológico crítico, a partir do *labeling approach* ou teoria do etiquetamento, é a de que o crime não deve ser compreendido a partir de uma realidade ontológica, mas como fruto de uma reação social em que o rótulo de criminoso é direcionado a determinados indivíduos. "O desviante é uma pessoa a quem se pode aplicar com êxito dita qualificação" (BECKER, 1971, p. 19).

Felipe Freitas (2016, p. 391) explica que o ponto forte do ingresso do paradigma da reação social na América Latina e no Brasil consiste na estruturação de um campo em que se deu a emancipação e o reconhecimento dos sujeitos latino-americanos como pesquisadores com olhares próprios para se debruçarem, a partir de uma perspectiva local, sobre as particularidades em que se manifestam os discursos criminais e a própria criminalidade no Brasil. Entretanto, muitas dessas análises se davam a partir da importação de matrizes teóricas estrangeiras para analisar tais fenômenos.

Neste sentido, Sozzo (2003), ao se debruçar sobre o contexto latino-americano, sobretudo o argentino, aponta que, para evitar novas dependências culturais, é necessário considerar elementos que compõem a realidade sociopolítica do continente.

Apesar da importância dos estudos com base nas diretrizes principiológicas da criminologia crítica, inclusive como mecanismo de confronto e desconstrução dos paradigmas etiológicos da escola positivista, quando se pensa na construção do campo criminológico crítico no Brasil, percebe-se lacunas que tornam as análises do ponto da criminologia míopes[3].

Apesar das denúncias sobre o Sistema de Justiça Criminal e da atuação seletiva das instâncias de controle social, a raça[4], quando abarcada (o que é raro),

3. Uma das evidências é a baixa produção de pesquisas com diretrizes criminológicas no Brasil que se debruce a partir de um viés interseccional no qual se considere a raça.

4. É necessário enfatizar, inicialmente, que o termo raça, cuja perspectiva guia todo o trabalho, deve ser compreendido a partir da dimensão política e social, jamais alicerçado na ideia de hierarquia originalmente utilizada no século XIX (GOMES, 2005, p. 45). A raça é o elemento que estrutura toda a perspectiva analítica do presente trabalho, sobretudo porque vivemos em um país cuja estrutura é racista, e essa lógica se reproduz na atuação seletiva das instâncias de controle, no caso em análise, a polícia. Nesse sentido, conforme estabelece o movimento negro e parte dos estudiosos que se debruçam em compreender as relações raciais e suas complexidades no Brasil, a ideia de raça deve ser compreendida a partir de uma perspectiva social e policial. Nesse sentido, o conceito de raça assume necessariamente uma dimensão política e social "a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas

é exposta como uma categoria de análise, raramente sendo pensada como um elemento estruturante em nosso contexto social.

Assim como em outros campos do conhecimento, o saber criminológico (crítico) brasileiro manteve-se pouco permeável às contribuições do pensamento negro, do pensamento feminista ou de outros grupos sociais subalternizados e seguiu trabalhando com a ideia de classe como macro categoria explicativa dos fenômenos no âmbito da justiça criminal, dos processos de criminalização e das dinâmicas de seleção do sistema punitivo. (FREITAS, 2016, p. 494).

Enfim, no reconhecimento dos limites, no que tange o recorte racial pela criminologia crítica, é preciso desconstruir paradigmas que blindam e sustentam os pilares de desigualdade e exclusão no contexto social.

Diante do que foi presenciado no período da pesquisa, o racismo emergiu como um fenômeno importante para se pensar o processo de suspeição e a atuação da polícia como dispositivo de controle social. A raça não se apresenta somente como variável de análise, mas como elemento que permeia de forma estruturante aquele universo. Dessa forma, todo esforço teórico traçado foi direcionado a entender a questão racial como elemento de suspeição da polícia militar na cidade do Recife e região metropolitana.

2. Metodologia

A pesquisa foi dividida em duas partes, desenvolvidas simultaneamente: a primeira, de caráter quantitativo e qualitativo. Na etapa quantitativa os dados foram coletados junto ao arquivo da DPCA, referentes ao período de janeiro a abril de 2015; o que resulta em um quantitativo de 1.484 (hum mil quatrocentos e oitenta e quatro) procedimentos classificados entre Auto de Apreensão em Flagrante do Ato Infracional - AAFAI ou Boletim Ocorrência Circunstanciado - BOC[5]. A partir da coleta desses dados, foram estabelecidas variáveis que pudessem ajudar a pensar o processo de suspeição, assim como a atuação da polícia em determinadas localidades classificadas pelos próprios agentes policiais.

---

devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas." (GOMES, 2005, p. 45)

5. A diferença entre os dois procedimentos consiste em que o AAFAI é o procedimento destinado à prática de atos infracionais com emprego de violência e o BOC é utilizado quando não há tal prática. Conforme consta no Art. 173 da Lei 8.069/90.

Os resultados quantitativos[6] foram gerados com o auxílio do Software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), programa comumente utilizado na análise de dados nas áreas das ciências sociais. A variável raça não foi coletada (pelo menos não pela via administrativa da polícia), dada a ausência de registros, pois no tópico dos documentos intitulado de "dados do envolvido", a opção cor da pele era ignorada e não "marcada".

Quando questionados sobre o motivo desses dados serem negligenciados e se há alguma instrução da corporação sobre a importância ou não desse preenchimento, os agentes se limitavam a responder que "não marcamos porque esses dados não são importantes", ou "não há interesse da corporação nessa informação".

A ausência do dado leva à reflexão sobre o interesse da polícia acerca da questão, sobretudo porque silencia, em tons monocromáticos, a realidade de uma delegacia ocupada majoritariamente por adolescentes e policiais negros e negras. Aos olhos de quem busca interpretar os dispositivos de controle na atuação da Polícia Militar, a partir da suspeição, não considerar importante uma realidade em que a raça marca os corpos de quem prende e de quem é levado como suspeito é minimamente intrigante.

É indiscutível a importância de se debruçar quantitativamente sobre os dados, visto que podem indicar o processo de suspeição e suas consequências através das lentes teóricas. Entretanto, como todo instrumento metodológico, as análises quantitativas possuem limitações. Nesse sentido, foram utilizados outros instrumentos que possibilitassem análise próxima de práticas cotidianas de um determinado grupo e a forma como esses agentes constroem o mundo a sua volta, o que se deu por meio de métodos qualitativos. (GIBBS, 2008, p. 8-9).

Dessa forma, a segunda parte do trabalho consistiu no recorte qualitativo cuja opção metodológica se deu a partir de observação direta realizada junto à DPCA.

A importância da observação etnográfica se dá em sua concepção e prática de conhecimento que busca compreender os fenômenos sociais desde as perspectivas dos seus atores, assim como as consequências que esses fenômenos reverberam em grupos sociais. "(...) Uma etnografia representa a interpretação

6. As variáveis são: idade, sexo, o sexo da vítima, ato infracional, concurso de crime, endereço do suspeito, o bairro em que houve o suposto ato infracional cometido ou a abordagem foi realizada, a região política administrava (RPA) do bairro, material aprendido e destino do adolescente.

problematizada do autor acerca de algum aspecto da realidade de ação humana". (GUBER, 2001, p. 12) *(tradução livre pelo autor)*.

Nesse sentido, a etnografia como estratégia de análise qualitativa permite ao pesquisador romper as barreiras restritas da análise quantitativa e identificar elementos que são silenciados no processo de suspeição, inclusive pelas próprias diretrizes legais. "A etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um *observador* objetivo daquelas vidas." (AGROSINO, 2009, p. 31).

Além do recurso da observação, foram realizadas conversas informais e entrevistas semiestruturadas no próprio local da delegacia; instrumentos complementares que permitem desenvolver e investigar os dados coletados, afinal, "Uma entrevista sem observações corre o risco de ficar prisioneira de um discurso descontextualizado" (BEAUD; WEBER, 2014, p. 94).

Dessa forma, a pesquisa se apresenta como uma interpretação acerca do processo de suspeição sobre adolescentes praticado pela polícia na cidade do Recife.

3. Entrando na DPCA: racismo estruturante e o controle social de adolescentes negros (as) pela polícia na cidade do Recife

O Brasil é um país marcado por um processo civilizatório incompleto, em que direitos e garantias são restritos a grupos hegemônicos, configurando um cenário de desigualdades (OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, as instâncias de controle social têm como característica um *modus operandi* solidificado por constantes violações de direitos.

Ao longo do processo de formação do País, dentro desse universo dicotômico, a população negra vivenciou assujeitamentos, perseguições e contenções, como destaca Flauzina (2006, p. 87): "Dentro desse universo, o estereótipo da delinquência atrelado à imagem do negro tem sido considerado um fator fundamental na atuação da Polícia".

Parece, entretanto, que a ideia da criminalidade e violência atrelada à população negra assume uma perspectiva muito mais densa que o simples estereótipo de desviante. Há a solidificação da população negra como tipos sociais negativos (MISSE, 2008), de modo que a perseguição independe de qualquer conduta desviante.

Nesse sentido, Ana Luíza Flauzina identifica o racismo com uma das bases de sustentação do processo histórico latino-americano, refletindo que, diante

da tomada do paradigma europeu como modelo de civilização, foram investidos mecanismos de exclusão e remoção de grupos que não corresponderiam aos traços civilizacionais daqueles padrões, de modo que "A presença negra e indígena nas Américas, portanto, significava um óbice à configuração da paisagem humana perseguida pelas classes dirigentes brancas". (FLAUZINA, 2006, p. 82).

Ademais, a partir das análises de Evandro Duarte (2008) e outros teóricos, o racismo acima de tudo foi (e continua sendo) um estratégico instrumento de restrição de cidadania; e mais, legitima a exposição, violações e mortificação de negros e negras, de modo que "O sistema penal dos novos tempos, portanto, traz em si as velhas marcas da discriminação, mantendo as assimetrias instauradas e incrementando o projeto genocida que ancora sua atuação." (FLAUZINA, 2006, p. 85).

É justamente dentro desse projeto estético, alicerçado pelos parâmetros de pureza e de limpeza social, que o racismo é pedra angular no recrutamento dos indivíduos pelo sistema penal. Mais: desde uma imagem que vem sendo historicamente construída como caricatura do mal a negritude aparece como emblema por excelência, o alvo mesmo a ser removido do convívio social sadio, que deve ser preservado a qualquer custo. (FLAUZINA, 2006, p. 89-90).

Em uma sociedade de base colonial-escravista, onde o negro sempre foi construído como uma constante ameaça à ordem social, o Direito e as diretrizes de cidadania formais passam a dar a neutralidade que encobrem as práticas seletivas e de violações. Devido às permanências dos discursos criminais que pretendemos nos debruçar para entender como reverbera a construção do adolescente suspeito pelos agentes militares.

Caso 01

Dois adolescentes, cada um com as duas mãos algemadas para trás, sentados no chão ao lado das poltronas azuis, aguardavam para serem ouvidos. Enquanto as cadeiras estavam todas ocupadas por dois agentes e outros dois adolescentes. Nesse momento, um dos celulares apreendidos começa a tocar. O policial puxa o celular do colete, mostra para o adolescente que, quando vai segurá-lo para atendê-lo, o agente afasta o aparelho e o coloca em uma altura que o adolescente precisava ficar de joelhos e com a cabeça erguida para conseguir falar. A dificuldade do adolescente, que tinha que falar aos berros, gerou um ar de riso entre os agentes e os outros adolescentes que se encontravam na sala. O PM atende à chamada e coloca no viva-voz para que a conversa pu-

desse ser escutada. Era a irmã do adolescente desesperada, procurando saber como chegaria na DPCA. "É muito longe, eu *tô* sem passagem, vou falar com o vizinho *pra vê* se ele empresta o VEM[7] dele ou se pode me deixar aí". Após a ligação, os adolescentes reclamavam que as algemas estavam apertadas. Em seguida, um dos condutores levantou o adolescente pela algema (que soltou um grito de dor) e a folgou um pouco, fazendo com que o outro solicitasse o mesmo. Momento em que o policial soltou a seguinte frase: "Mas vocês, *ein*? *Num* são bandidos? *Num* faz e acontece? *Num* aguentam um 'acochozinho' que ficam reclamando de dor. Tudo mole *pra* dor." Após a conversa, uma senhora que deveria ter por volta de 60 anos, carregando uma garrafa de água mineral e aparentando estar bem nervosa adentra a sala, aproxima-se de um dos adolescentes e se identifica como avó de um deles. Ela pergunta à polícia se pode dar água para eles. Após o consentimento do policial, o adolescente, ainda algemado com as mãos para trás, ergue parte do corpo e abre a boca com a cabeça para trás, enquanto a senhora despejava água na sua boca. Ela olha para o outro adolescente e insiste em oferecer água. Ele diz "precisa não, tia", mas em seguida aceita.

Conforme expõe Ana Luiza Flauzina (2006), para se compreender como operam as funções do Estado na gerência da vida privada, é importante atentar para como funcionam seus respectivos mecanismos de contenção. A figura daqueles dois adolescentes algemados, com a roupa suja, enquanto aguardavam serem ouvidos por estarem em posse de duas pedras de Crack e o olhar perverso do agente em afastar o celular para que o adolescente se colocasse em uma posição ridícula, na tentativa de se comunicar com a irmã, além do desespero da senhora com uma única garrafa dividida solidariamente entre os dois; indicam muito além da seletividade do sistema de justiça, mas a legitimação da violência contra quem está sob a custódia estatal, como se aqueles indivíduos fossem tidos como verdadeiros tipos sociais negativos ou sujeitos criminais.[8]

7. VEM = Bilhete eletrônico utilizado no transporte urbano público na região metropolitana do Recife.

8. Misse parte da ideia de tipos sociais de agentes demarcados por elementos sociais, como a pobreza e a questão racial, e que são associados, independentemente de qualquer prática criminosa, ao sentimento de insegurança, sobretudo como agentes causadores da violência urbana. O autor atribui essa ideia a partir da "acumulação social da violência", em que alguns fatores sociais geram uma acumulação de desvantagens para um determinado segmento da população. (Misse, 1999; 2006; 2008a; 2010).

Esse caso presenciado no primeiro dia de trabalho de campo mostrou o que seria rotineiro nas dependências daquela delegacia e que ali, diante dos agentes do Estado, tudo precisa ser vigiado – desde os corpos dos adolescentes, as suas conversas e os familiares – que um *modus operandi* que reforça a condição de subjugados.

O trecho abaixo é parte da observação no exato momento da chegada de um adolescente na DPCA. Um jovem, negro e da periferia, vestia bermuda e tinha as pernas cinzas de terra, assim como vários hematomas e arranhões espalhados pelo corpo.

Caso 02

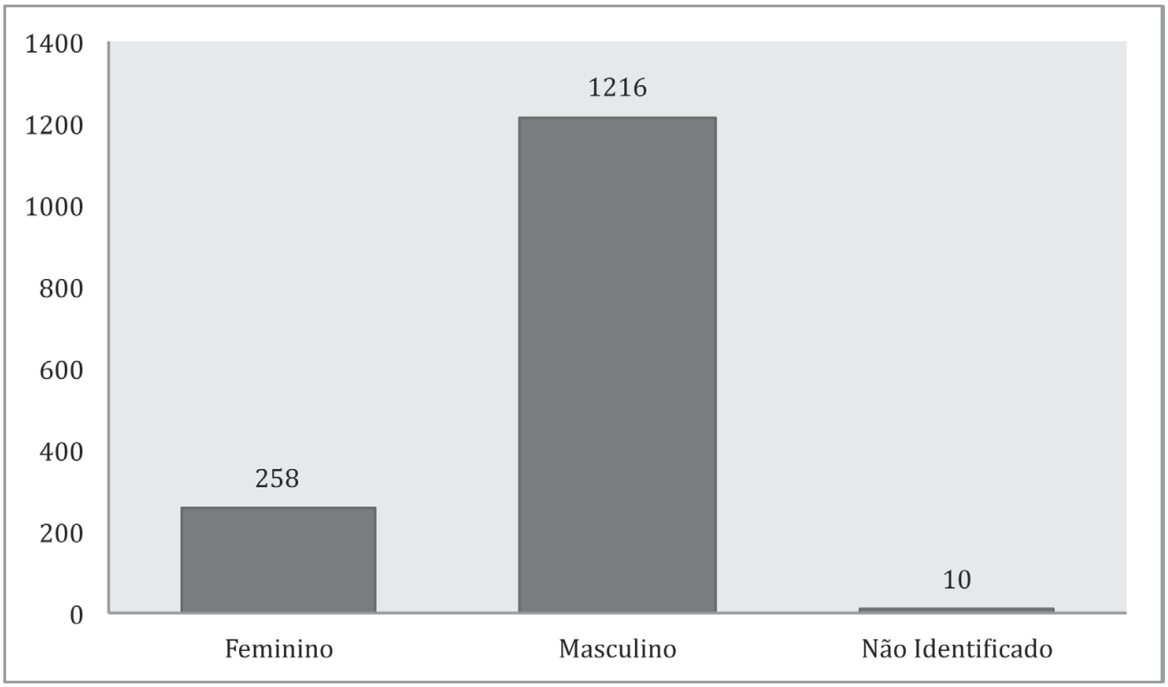
Passava das 17 horas. Já estava me despedindo, quando se aproxima uma viatura da polícia. Não era bem uma viatura, porque não era um automóvel de grande porte, sequer havia a grade que separa o suspeito dos demais agentes. Repentinamente o carro é estacionado e as duas portas traseiras se abrem, saindo dois policiais e uma mulher que depois viríamos a entender ser a vítima. Em seguida, foram abertas as duas portas da frente, de onde saem outros dois agentes policiais. Com exceção da mulher, eram todos negros. Da mala do carro sai um rapaz descalço, com mãos algemadas para trás do corpo, várias escoriações no rosto e nos braços, segurando, em uma das mãos, um boné. Ficamos em silêncio e sem reação. O adolescente, ao perceber que olhávamos para ele, visivelmente constrangido, tentava colocar, com dificuldade (por causa das algemas), o boné na cabeça que, para ele, representava ali, simbolicamente, o mínimo de dignidade. Aqueles segundos pareciam uma eternidade. Um dos policiais, ao perceber que ficamos sem reação diante daquela cena, tentou explicar a situação no intuito de justificá-la. "Ele roubou um celular na comunidade. Se a gente não tivesse chegado, ele *tava* morto, ele tá aí vivo graças à gente. A população *tá* cansada disso, pegaram ele roubando o celular, deram uma *camada de pau* e chamaram a gente. Se a gente não tivesse chegado, ele não *tava* nem aqui". No meio daquela situação, um dos policiais descobre que o adolescente já tinha 18 anos. E disse: "Ele não é *de menor* (sic), temos que ir lá na Central de Flagrante. Volta *pra* mala!". Os policiais que vieram na frente conversam entre si: "Porra, trânsito do caralho! Da Av. Recife até aqui, daqui *pra* central, nesse horário e trânsito. Bote pelo menos uns quarenta minutos... uma hora". Um dos policiais, certamente constrangido porque não parávamos de olhar completamente atônitos para aquela situação degradante, diz: "Espera aí, que eu vou tirar a tampa da mala pra ficar melhor *pra* ele". Aproxima-se da mala e diz: "Eita, que cheiro de merda, porra!". O policial que estava ao lado

do carro se aproxima da mala e em tom de riso diz: "Vish! Ele cagou ali!". O policial que estava na frente do carro olha pro adolescente e pergunta: "Tu *cagou*, foi??!!!". O adolescente, visivelmente nervoso, sem saber para onde olhar, começa a balançar a perna e tentar tocar no nariz cortado, provavelmente para confirmar se estava mesmo cortado. Os policiais, em tom de brincadeira, e balançando a cabeça, como se não estivessem acreditando, comentam entre si: "O *boy* se cagou!". O policial que havia retirado a tampa da mala: "Olha pra gente e se despede". Olha para o adolescente e diz: "Bom, agora entra aí de novo e vamos à Central". O adolescente, com o olhar fixo para mala do automóvel e antes que conseguisse raciocinar qualquer coisa, leva um empurrão e o policial, em tom autoritário, aponta para o adolescente e diz: "ENTRA!".

A situação narrada choca por mostrar uma atmosfera extremamente violenta, além da "normalidade" das circunstâncias entre os atores envolvidos. Opostamente, a perplexidade em que os pesquisadores se deparam indica a tensão entre universos distintos.

O perfil daquele adolescente negro chegando à delegacia se repete: em sua maioria do sexo masculino, quase sempre inseridos em um quadro de evasão escolar e de exclusão das demais instituições de inclusão, como se verifica nos dados a seguir.

Gráfico I – O Gênero do adolescente suspeito



Fonte: Dados gerados a partir do quantitativo selecionado junto ao setor administrativo da DPCA.

A presença masculina reflete-se na estrutura precária da delegacia, porquanto não possui banheiro. Ademais, o corpo administrativo de agentes da polícia civil que integra a DPCA é majoritariamente masculino. Foram observadas apenas duas delegadas, que só apareceram no final do trabalho de campo para ocupar algumas turmas, enquanto os delegados se encontravam de férias. Ademais, não foram poucas as situações em que foi possível presenciar agentes militares homens como condutores das adolescentes mulheres à delegacia.

Importante ressaltar que existem limites para abordarmos o processo de suspeição da polícia a partir da raça, pois, apesar desse ser um elemento determinante na seletividade da atuação policial, existem limites metodológicos para essa análise; e o quantitativo é uma delas.

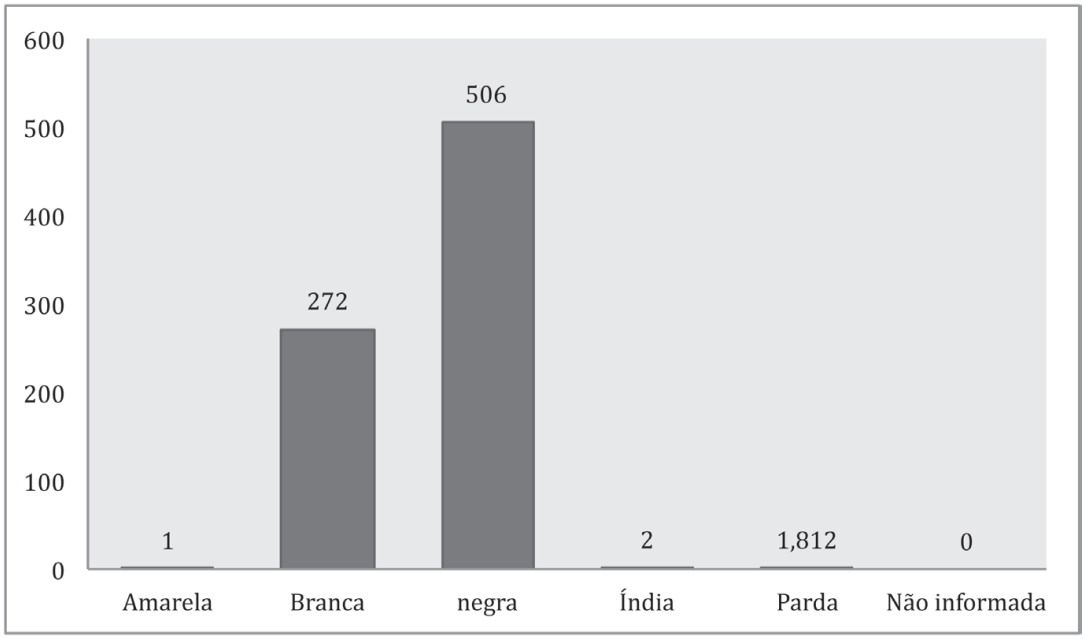
O gráfico abaixo, apesar de apresentar o perfil dos adolescentes a partir de uma perspectiva racial, incorre em dois erros conceituais: o primeiro é que ao quantificar os adolescentes pela cor da pele "Amarela", "Branca", "Negra", "Índia" e "Parda" acaba por incorrer em uma confusão conceitual, visto que raça não é cor da pele, e vice-versa. Ademais, os dados da FUNASE são quantificados a partir das perguntas dos agentes aos adolescentes, e de como eles se identificam, o que, no Brasil, conforme expõe Nilma Lino Gomes (2005, p. 44), o campo das relações raciais é tão complexo que a resposta de como o indivíduo se reconhece depende da forma como é feita a pergunta e como se dão as construções e leituras étnico-raciais da pessoa.

Nesse sentido, torna-se necessário conceituar raça conforme a diretriz analítica que adotamos: "As raças são na realidade construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico" (GOMES, 2005, p. 49). Observa-se, então, que a ideia de raça é mais profunda que os dados quantitativos expostos no gráfico.

Quando se realiza a análise desses dados a partir do recorte racial, os gráficos apontam que negros e pardos representam 89,4% dos adolescentes apreendidos. É importante frisar que aqui adotamos as diretrizes de classificação da população negra do IBGE e do IPEA, que consistem em agregar negros e pardos porque representam o grupo racial negro, bastante demarcado social e economicamente em relação ao grupo social branco. (GOMES, 2005, p. 39).

Gráfico II – O perfil dos adolescentes ingressos na FUNASE a partir do recorte racial

AMARELA	1	0,0%
BRANCA	272	10,5%
NEGRA	506	19,5%
INDIA	2	0,1%
PARDA	1.812	69,9%
NÃO INFORMADA	0	0,0%
TOTAL	2.593	100,0%

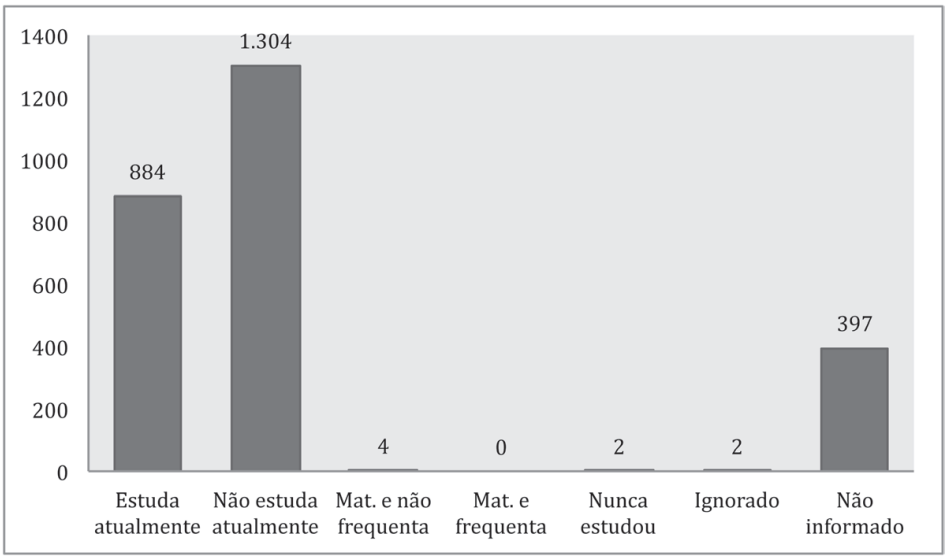


Fonte: Relatório estatístico global UNIAI – 2015

Outrossim, ao relacionarmos os dados acima com a situação escolar desses adolescentes, no momento em que ingressaram no sistema socioeducativo, tem-se que são jovens inseridos em um universo social e político marcado fortemente por elementos de exclusão, conforme a população negra é marcada historicamente no Brasil.

Gráfico II – A situação escolar dos adolescentes que ingressaram no sistema de medidas socioeducativas do meio fechado entre janeiro e dezembro de 2015

ESTUDA ATUALMENTE	884	34,1%
NÃO ESTUDA ATUALMENTE	1.304	50,3%
MAT. E NÃO FREQUENTA	4	0,2%
MAT. E FREQUENTA	0	0,0%
NUNCA ESTUDOU	2	0,1%
IGNORADO	2	0,1%
NÃO INFORMADO	397	15,3%
TOTAL	2.593	100,0%

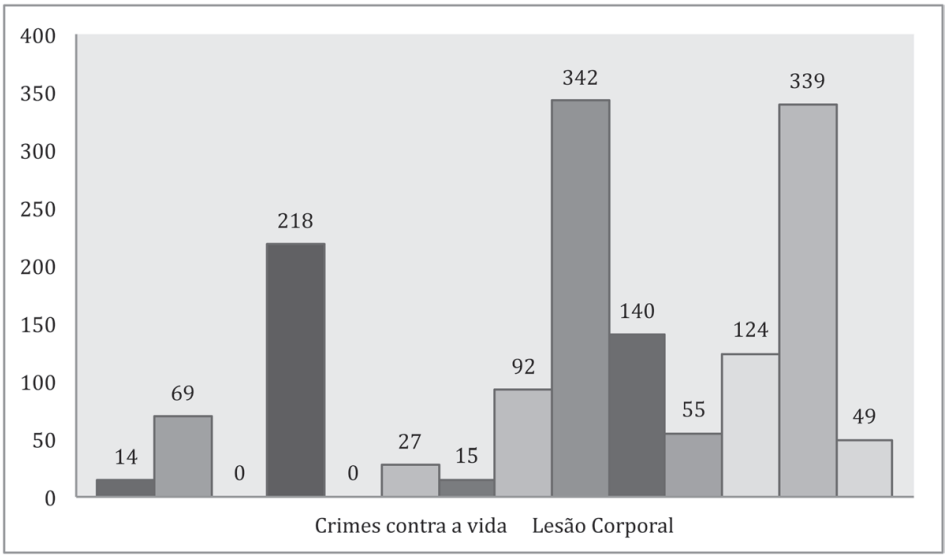


Fonte: Relatório estatístico global UNIAI – 2015

O gráfico aponta que a grande maioria dos adolescentes que compõem o sistema de internação havia parado de estudar quando ingressaram na FUNASE. Apesar do número aparentemente significativo de adolescentes que se encontram estudando, quando se analisa o grau de escolaridade com suas respectivas idades, percebe-se que a grande maioria sequer ultrapassou o ensino fundamental.

Outrossim, foram categorizados os atos infracionais:

Gráfico IV – Crimes categorizados na DPCA no período entre Janeiro e Abril de 2015



Fonte: Dados gerados pelo pesquisador a partir da coleta feita no setor administrativo da DPCA.

Os dados acima foram categorizados como crimes violentos e não violentos, assim como a partir do bem jurídico protegido como crimes contra vida e contra patrimônio[9]. Observa-se que os atos infracionais envolvendo tráfico e uso de drogas, condutas não violentas, assumem o quantitativo majoritário das infrações cometidas pelos adolescentes (482). Outrossim, aparecem os atos infracionais cujo núcleo é a questão patrimonial e correspondem a 287 casos (Roubo e Furto) encaminhados à DPCA. Esses valores são disparadamente maiores que os crimes contra a vida (14) e integridade física de modo geral.

Observa-se que, em nome da proteção do patrimônio de grupos hegemônicos, solidificam-se políticas de cunho cada vez mais punitivista sobre essas vidas excluídas das diretrizes de inclusão do Estado que levam ao encarceramento. O destino[10] desses adolescentes após serem conduzidos à delegacia é seguirem para a UNIAI[11] – Unidade de Atendimento Inicial, onde aguardarão no prazo de 24 horas[12] a audiência que decidirá sobre a necessidade ou não do

9. Na categoria "outros" foram compilados os atos infracionais que não tinham como elementos centrais questões patrimoniais da vítima, integridade física e o emprego de violência. Na categoria "outros" constam os crimes envolvendo patrimônio público e outras questões. Ademais, na variável "concurso de crimes" constam os casos em que foram cometidos mais de um ato infracional pelo adolescente, diante da dificuldade de separá-los e tratá-los de forma separada, achamos necessário juntá-los em uma única classificação.

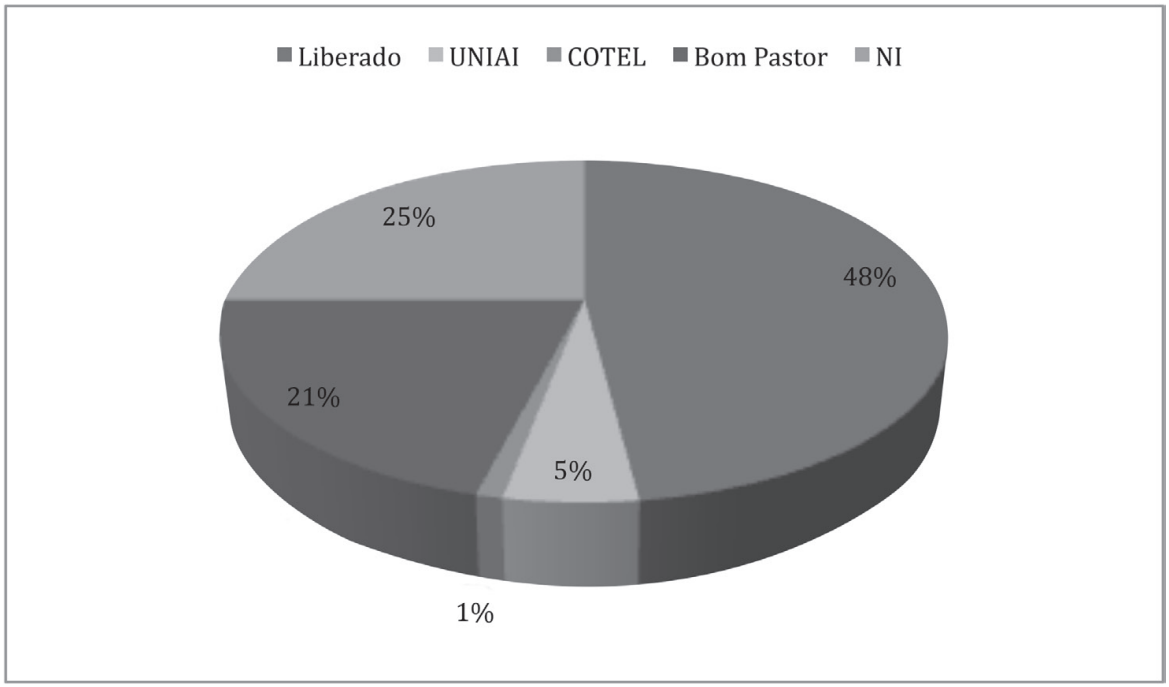
10. Os casos classificados como NI- Não identificados são referentes às situações envolvendo Boletins de Ocorrência On-line nos quais não consta o direcionamento dos adolescentes. Assim como os casos envolvendo as situações não criminais. As situações em que os adolescentes foram encaminhados para a penitenciária do Bom Pastor (mulheres) e o Centro de Observação Criminológica e Triagem – COTEL (homens) envolvem maiores de 18 anos e por ventura foram lavrados no âmbito da delegacia. Todavia, não interessam para nossa análise.

11. A legenda UNIAI também serviu para abarcar os casos dos adolescentes que já se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa em alguma instituição de internação e semiliberdade. Não foram poucas as situações em que o adolescente se encontrava em alguma dessas casas e cometia algum ato infracional, geralmente os casos envolviam agressões físicas contra os Agentes Socioeducativos e danos patrimoniais às instituições.

12. Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência. § 1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

adolescente responder ao procedimento infracional em liberdade ou custodiado em internação provisória, como se verifica nos dados abaixo:

Gráfico V – O destino dos adolescentes após serem conduzidos para a DPCA



Fonte: Esse gráfico foi gerado a partir do quantitativo feito no setor administrativo da Delegacia

Intrigante que, ao observar os casos, não existe uma lógica mínima que oriente as decisões das autoridades policiais acerca da liberação ou não do adolescente após a apreensão em flagrante delito[13]. Alguns casos em que não havia qualquer indício material em que comprovasse a prática infracional, apenas a palavra dos agentes militares era suficiente para o jovem seguir para o UNIAI. Por outro lado, também ocorreram situações em que, apesar da existência de materialidade da prática infracional, foi decidido que o adolescente seria liberado. Ou seja, a arbitrariedade de definir quais vidas devem seguir e quais

13. O ECA autoriza essa descricionariedade à autoridade policial, consignando critérios conceitualmente muito abertos para a decisão de contenção ou liberação do adolescente. Vejamos: Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

devem ficar deriva de construções da ideia de um tipo de adolescente suspeito, uma ameaça inconsequente que precisa ser contida e corrigida pelo Sistema de Justiça.

De certa forma, ser jovem é ser suspeito, como constrói o senso comum e a mídia; sobretudo aos mais pobres, do sexo masculino e negros. Sempre há distorções estatísticas para comprovar que "são eles os que mais matam e os que mais morrem". Assim como o já citado "medo de sobrar", o "medo de morrer" prematuramente e de forma violenta também povoa transversalmente o imaginário desta geração (NOVAES, 2007, p. 6-15 apud FREITAS, 2016, p. 173).

Essa seletividade reflete uma realidade perversa e desigual que insere esses adolescentes como algozes e vítimas da violência; são o grupo vulnerável que repetem o estereótipo construído como "ameaça", tendo os olhares de vigilância das instituições de controle social como a primeira providência estatal. Ademais, as construções e as permanências perversas dos discursos racistas ainda reverberam seus efeitos sobre os grupos sociais que até hoje tangenciam as diretrizes e garantias inclusivas de um Estado Democrático.

Nesse sentido, compreender o processo de suspeição que deságua sobre a adolescência negra e periférica é identificar os elementos que marcam o direcionamento do olhar da polícia e legitimam a violência sobre as vidas suspeitas.

3.1. O lugar suspeito e a segregação da juventude negra em espaços periféricos

A violência, por não assumir um caráter singular, pode ser pensada como fenômeno sistematicamente identificado a uma única classe, segmento ou grupo social, conforme expõe Maria Stela Porto (2014, p. 61). Desse modo, espaços segregados politicamente, conforme expõe Machado da Silva (2008), cujas políticas, mesmo as de caráter social, quando não são canceladas, passam a ser justificadas como mecanismos de controle cotidiano dessas populações.

Essa incompletude das políticas sociais como extensão do braço armado do Estado é perceptível quando se direciona o olhar para as medidas adotadas nos bairros periféricos. É o caso de políticas que intensificam o combate de substâncias ilícitas, como o Crack, a partir da criação de gratificações para os agentes policiais como "Bônus Crack". Há também gratificações para o cumprimento de busca e apreensão de adolescentes infratores nas chamadas áreas integradas de segurança (AIS), tal como disciplina a Lei Estadual 14.320/11 que institui a gratificação Pacto Pela Vida – GPPV; impulsionando verdadeira política de caça e recompensa, cujos mecanismos de contenção do Estado são direcionados a determinados grupos e regiões.

Evandro Piza (2013), ao coordenar pesquisa sobre quem é o suspeito no crime de tráfico de drogas, denuncia o processo de racialização de espaços urbanos, onde a juventude negra é segregada em periferias e, quando transita sobre espaços marcados por outros grupos sociais e raciais, passa a ser monitorada.

> (...) sugerem que haja uma racialização do espaço urbano em duas situações: a) determinados grupos, ao comporem a maioria em determinado "local". Determinam o modo como esse ambiente é descrito; b) que a circulação de determinados indivíduos fora de seu "lugar" deve ser monitorada; (DUARTE, 2014, p. 97).

São áreas nas quais a polícia vem intensificando sua atuação. Conforme expõe Machado da Silva, essas regiões periféricas são áreas segregadas politicamente em territórios militarizados. Segrega-se e legitima a atuação cada vez mais intensa da polícia nessas regiões, sob o discurso repressivo da criminalidade e segurança.

Em muitas entrevistas era perceptível, nas falas dos agentes policiais, uma carga de violência que se validava quando direcionadas aos bairros periféricos. Apesar da forma discrepante como esse discurso se apresenta, havia mecanismos que tentavam atribuir um caráter de neutralidade às construções negativas e racistas que guiavam as condutas dos agentes policiais.

Caso 03

Pesquisador: E para fazerem as abordagens, quais foram os mecanismos de identificação do suspeito?

PM 03: Basicamente o mesmo que aconteceu com ele... (O caso do adolescente pego com crack e levado para a DPCA).

PM 02: É um só, *pô*.

PM 01: Vou dar um exemplo prático, você vai alí no Espinheiro, (área nobre). É uma área que tem incidência de assalto com dois caras de moto, e quando a gente diz moto, *tá* usando o termo genérico. Moto ou motoneta, que é aquelas cinquentinha. Por exemplo, tu *tá* patrulhando no Espinheiro e não utiliza o ultraje a rigor daquela área. Então, isso também chama atenção da polícia, não sei se tu *tás* me entendendo.

PM 02: O que ele quer dizer é o seguinte: muita gente pensa... (PM 01 interrompe).

PM 01: O Espinheiro é uma área nobre, dificilmente tu *vai* encontrar um cara sujo...

PM 02: Justamente no que eu queria entrar, muita gente pensa que a abordagem da polícia é simplesmente, no dito popular, no "olhômetro", bateu o olho e "não fui com a cara desse cara". A abordagem da polícia não é só o fator humano do policial ali de identificar... Porque se fosse assim, a gente teria bola de cristal. Você poderia *tá* bem vestido. O cara fez um assalto na minha frente, *negão*!

PM 01: É preciso entender o seguinte, o meliante não assalta na área onde ele mora. Quando ele vai cometer esse crime, ele faz geralmente em áreas na grande maioria de um nível social bem superior ao dele. Então ele se destaca em meio àquele povo, *pô*.

O pretenso cientificismo nas frases dos militares que validam a criminalização de grupos que fogem de determinados padrões sociais choca. Expressões como "sujos" aparecem como elementos que rompem e se contrapõem aos padrões de determinados bairros identificados como "nobres"[14], os quais, muito embora de acesso público, acabam sendo locais restritos aos grupos que ali vivem, cuja população, em sua grande maioria, é composta de indivíduos brancos e pertencentes a classes econômicas altas.

Dessa forma, a atuação da polícia é voltada à contenção de indivíduos cuja representação parte de uma carga de estereótipos longamente solidificada e que restringe grupos específicos a espaços periféricos. A "ligação" entre esses espaços marginalizados e a criminalidade, perpetua a ideia dicotômica de atuação da polícia entre a confiança de grupos e a repressão sem freios sobre outros. A vigilância deságua sobre os mesmos sujeitos e suas respectivas construções como eterna ameaça.

Uma polícia que se aproxima e inspira confiança dos grupos hegemônicos pela manutenção de uma ordem pública e que fortalece o discurso violento das representações negativas contra a população negra e periférica. Todas as metáforas que explicitam as representações negativas, consolidadas nos discursos acima, apontam para a banalização de uma rotina violenta e necessária

14. Bairro do Espinheiro é um bairro central da Zona Norte do Recife, localizado a apenas 3,09 km do Marco Zero da cidade. Ademais, ainda de acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura do Recife, o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R$ 7.299,96. O que aponta para um bairro cuja população possui um elevado padrão econômico. Dados disponíveis em: [http://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros]. Acesso em: 19.10.2016.

contra uma população periférica, em defesa de outra. "Todas as representações da juventude pobre como suja, imoral, vadia e perigosa formam o sistema de controle social no Brasil de hoje e informam o imaginário para as explicações da questão da violência urbana." (BATISTA, 2003, p. 131).

As análises de Machado da Silva (2004) sobre violência urbana vincula-a como um fenômeno de ameaça ao patrimônio e à integridade física; de modo que as instituições de controle social atuam em uma possível repressão e garantia desses elementos. E mais, devido à proteção aos valores de uma determinada classe, há certa naturalização da violência. Esse quadro remete à ideia de classes perigosas tão rechaçadas pelos discursos criminológicos atuais, mas se parece tão viva nas construções sociais e institucionais sobre o tipo criminoso. Conforme os trechos abaixo:

Caso 03

PM 03: A abordagem da polícia é feita em estatística, teoricamente...

PM 02: Teoricamente não, totalmente e na prática também! Quando você entra num bairro, a gente já passa a informação na central que ali há incidência...

Pesquisador: E essas estatísticas...

PM 02: levantamentos, *pô*!

Pesquisador: Assim, eu sou pesquisador e quero ter acesso a essas estatísticas...

PM 02: SDS ou delegacia da área. Acho que tem até o link com site que eles divulgam, eles chamam de AIS – área integral de segurança. No nosso caso é a II, ela compõe X bairros. No bairro desse caso mesmo (Ilha de Joaneiro), zero assalto! O bairro dele é mais tráfico. Tráfico e homicídio, porque onde tem tráfico sempre tem homicídio.

PM 03: Você tem que ver que a incidência de crimes está ligada às comunidades. Isso aí não tem como não interligar. O crime com a comunidade, com a favela. Então isso é uma coisa que veio do... É uma coisa social pô, né?! Vem lá de trás, lá do tempo dos escravos, e tudo mais, aglomerou-se e virou isso aí, o que é hoje. O criminoso surge na comunidade, na favela. Vendo o traficante, vendo... E ele vê que aquilo é fácil...

O que o policial enfatiza é que, a depender da região e do tipo de crime praticado, haveria uma mudança na atuação dos agentes. Ou seja, o processo de suspeição seguiria diretrizes técnicas e de estatísticas em sua atuação que atribuiria determinada neutralidade em quem seria abordado pela polícia. En-

tretanto, as representações negativas não se anulam por meio desses mecanismos técnicos, muito pelo contrário, tais representações acabam influenciando quem é o alvo dessa forma de atuação. Inclusive dimensiona o olhar de suspeição a toda uma região.

Essa dicotomia entre mundos diferentes demonstra a configuração espacial da segregação, da desigualdade e da marginalização, restituindo as diferenças étnicas e sociais da formação social brasileira. Os condomínios fechados, onde mora a classe média alta, têm segurança privada e impõem um sistema de fortificação à cidade. (CARRIL, 2006, p. 161).

Por isso, observa-se na fala do policial que atribui às favelas e às comunidades periféricas a causa da violência urbana. A própria fundamentação que sustenta a fala do agente se estrutura a partir de um contexto histórico e remete às atribuições das corporações policiais e aos discursos criminológicos tradicionais que legitimam o direcionamento da polícia contra a população negra e periférica: "Vem lá de trás do tempo dos escravos, e tudo mais se aglomerou a isso aí o que é hoje. O criminoso surge na comunidade, na favela." (Caso 03).

Caso 04

PM: Geralmente a abordagem é feita mais ou menos em torno de bairros suspeitos, o camarada *tá* com uma bolsa, uma mochila naquele setor.

Pesquisador: Setores de bairro... Se você pudesse mapear ali e colocar os bairros considerados "suspeitos".

PM: São vários: Santo Amaro, Coque, os Coelhos, embora o Coelhos quebrou muito, o Coelhos é hoje 20% do que era, Brum...favela do Brum.

Os bairros elencados pelo agente se encontram na Região Política 1 – RPA1 (Santo Amaro, Coelhos-Coque, Brum). São bairros periféricos que compõem a região metropolitana do Recife, cuja população é composta majoritariamente por indivíduos de baixa renda e negros.[15] A fala do policial remete, com clareza, àquelas regiões que são construídas e representadas como possíveis

15. O bairro dos Coelhos tem uma população 66,92% composta por indivíduos negros. O Bairro de Santo Amaro tem 63,91% indivíduos negros. BRUM (PINA) é composto por 61,35% de moradores negros. Esses dados foram retirados do Sítio Eletrônico da Prefeitura do Recife, que disponibiliza o perfil dos habitantes de cada bairro a partir do recorte racial (Branca, Parda, Preta, Amarela e indígena). Como adotamos no presente trabalho classificação preta a partir de uma perspectiva política, os valores em percentual expostos acima correspondem à soma do preto com o pardo. Disponível em: [http:/ / www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros, acesso em 06/02/2017].

ameaças e portadoras de certa criminalidade e violência. Como observado, o processo de suspeição nessas regiões condena ações simples dos moradores dessas áreas como a posse de bolsas e mochilas.

A segregação espacial e social que marcam esses espaços estigmatiza-os e os representam como verdadeiros centros de violência, seja em virtude da presença marcante do tráfico de drogas, seja por meio dos conflitos que deságuam em reiterados crimes violentos e a fragmentação de uma ordem social pública. Entretanto, essa associação perigosa entre favela e criminalidade, além de tornar vaga determinadas discussões, assume proporções perversas e criminalizantes desses espaços e suas respectivas populações. Primeiramente, em que pese os espaços periféricos serem marcados pela comercialização de drogas e todas as consequências negativas que advêm do comércio ilícito, diante das políticas proibicionistas e de "guerra às drogas", não existe nenhuma dependência das referências morais que orientem as condutas dos moradores de áreas periféricas com o tráfico. Inclusive, a localização da distribuição de substâncias ilícitas para consumo está longe de se restringir a essas áreas. (MACHADO DA SILVA, 2010a, p. 92).

A institucionalização desses agentes como portadores de uma sociabilidade violenta e representados como agentes da violência urbana acarretam, de forma extremamente violenta, o direcionamento de instrumentos de contenção contra esses corpos e espaços. Além disso, os olhares de vigilância continuam quando passam a ocupar áreas pertencentes a grupos com diferentes padrões econômicos e sociais. Conforme consta na narrativa referente ao caso dos adolescentes abordados em uma motocicleta da marca *Shineray*, que em virtude do seu baixo valor econômico passou a ser acessada por grupos de menor poder aquisitivo e, posteriormente, foi estigmatizada como instrumento de apoio a práticas criminosas. A representação social que se estrutura sobre as favelas e sua população se constrói a partir do estigma de marginalidade e desordem (LEITE, 2008, p. 117).

Machado enfatiza a apropriação do aparelho do Estado para a contenção de determinados grupos, a partir do terreno sociocultural e de regras e padrões estabelecidos na moral dominante. Entretanto, o processo de segregação e controle desses grupos não se restringe apenas à demanda cultural. Há, sem dúvida, o direcionamento para segregação e de manutenção de privilégios, patrimônios e locais de determinados grupos sobre outros.

Essa ideia é desenvolvida por Machado a partir de um recorte direcionado aos elementos de classe, somente. Entretanto, a compreensão dessas representações vai além; os olhares de vigilância da sociedade deságuam também em grupos compostos pela população negra e periférica do Brasil.

Por isso a ausência de um recorte racial, principalmente quando se debruça sobre a compreensão da seletividade do Sistema de Justiça Criminal e, consequentemente, do direcionamento do olhar de suspeição da polícia como instituição de controle social, poderá acarretar na permanência de mitos ou na banalização de uma realidade de violações sobre a população negra no Brasil, sobretudo da juventude.

O Brasil parece repetir a máxima narrada por Angela Davis (2016) em seus estudos de perspectiva interseccional nos EUA: "É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida."

Dyane Reis (2002), afirma que as transformações histórico-culturais que ocorreram no Brasil se restringiram ao universo branco e o País pode ser analisado a partir de dois mundos: O mundo dos brancos e o mundo dos negros. O primeiro compartilha das modificações e do surto econômico, o segundo fica à margem do processo socioeconômico. "Totalmente desajustada, a população negra teve de viver de expedientes salários insuficientes e apinhada em cortiços e alojamentos." (REIS, 2002, p. 92).

Nesse sentido, ao se refletir sobre a violência urbana aqui no Brasil, não é possível separar elementos de classe e da raça, visto que o enorme processo de exclusão que estrutura o País se entrelaça com a construção desses mesmos indivíduos como ameaças ou portadores de uma sociabilidade violenta.

A pobreza e a exclusão por aqui têm cor e aparecem maturadas em tipos sociais que carregam em si o peso do medo social, não cabendo as restrições do marxismo ortodoxo ao colocar a questão de classe em maior evidência em relação a outros elementos sociais. Nesse sentido, expõe Felipe Freitas (2016, p. 495):

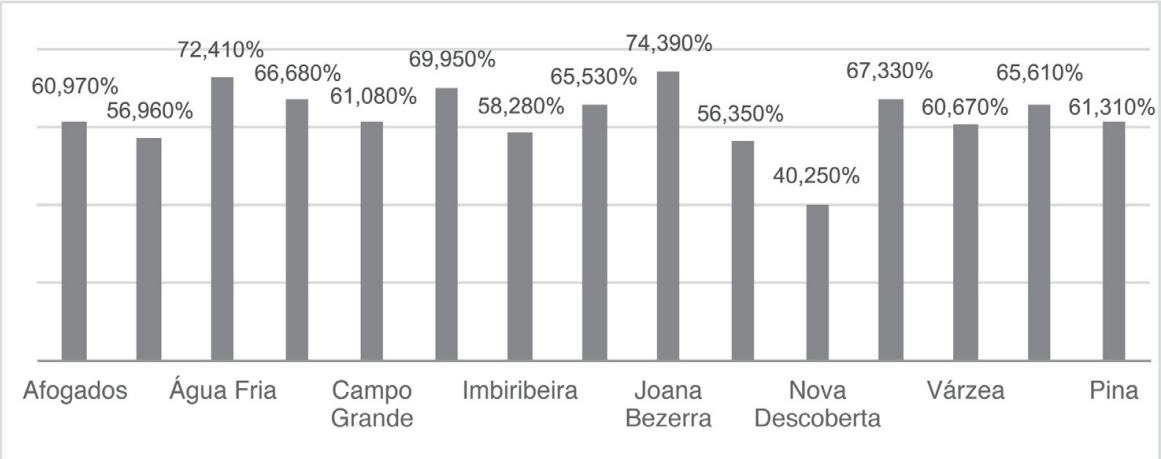
> Ora, se há uma sobrevitimização dos negros e se esta sobrevitimização não se explica meramente pela dimensão de classe, como podem as interpretações seguir inertes a isso? Se os negros morrem mais porque são negros, há, na lógica de processamento destas mortes, algo que não está relacionado somente às condições de vida destas pessoas.

Em virtude de certas construções e suas reverberações aqui no Brasil, a questão racial assume proporções estruturantes, para além de um marcador negativo. O filtro racial passa a validar contra a população negra o assujeitamento ao tratamento violento da polícia. Reverbera-se até hoje e de forma cada vez mais maturada as construções negativas associadas à criminalidade e a consequente justificativa de assujeitamento desses indivíduos. A questão

racial, que marcava as classes perigosas do século XIX, hoje compõe os sujeitos criminais e os agentes portadores de uma sociabilidade violenta.

Os dados seguintes foram selecionados dos 15 bairros classificados pela Prefeitura do Recife como os bairros onde há a maior incidência de crimes violentos. Nesse sentido, selecionamos quantitativamente os casos levados à DPCA no período de janeiro a abril de 2015. Todos esses bairros são periféricos e, como pode ser verificado no gráfico seguinte, são ocupados majoritariamente por pessoas negras. Observa-se que, em quase todos os bairros, a população negra representa mais de 50% do quantitativo da população inserida nesse contexto de violência.

Gráfico VI –Quantitativo da população negra nos 15 bairros mais violentos do Recife



Fonte: Gráfico foi desenvolvido a partir dos dados disponíveis no sítio eletrônico da prefeitura do Recife

Esse cenário violento aponta para uma realidade que atinge prioritariamente os corpos negros. Uma população inserida em lugares demarcados politicamente, onde a vida se perde sob cercos (MACHADO DA SILVA, 2008). Uma população que sofre diretamente nesses espaços com a violência urbana e suas inúmeras formas de manifestação: polícia, criminalidade, milícia e a própria hipocrisia social que fecha os olhos, legitimando a segregação da população negra a esses espaços periféricos como a própria forma em que a violência se manifesta.

O que se observa são espaços ocupados pela pobreza e que seu contexto é rigidamente definido por raça. Espaços em que esses indivíduos são sujeitados às condições em que a violência se instrumentaliza como regra. A criminalização de espaços torna a população negra e periférica suspeita entre a criminalidade e a atuação truculenta da polícia.

3.1.2. A roupa suspeita: quando símbolos de inclusão sujeitam adolescentes negros aos olhares de vigilância do Estado

Outro ponto que aparece de forma marcante na fala dos agentes policiais é referente às roupas utilizadas pelos adolescentes. Nesse sentido, a utilização de símbolos de bens de consumo por grupos raciais e sociais excluídos direcionam os olhares de vigilância dos agentes de controle, por incorrerem em um rompimento de normalidade. Conforme segue:

Algumas das características de suspeição representam a quebra de padrões do senso comum sobre situações de normalidade. Neste contexto, pode-se simplesmente inferir desconfiança em relação a membros que não parecem fazer parte daquela localidade, vestimentas que não condizem com o clima ou de determinado estilo, entre outros. Porém, destaca-se a preocupação com a discrepância entre pertencimento social e traços sociais que identificariam capacidade econômica ou status social elevado ou adequado, como o uso por pessoas, aparentemente pobres, de vestes caras. Resta a dúvida: Se os traços exteriores são de riquezas, onde estaria a possibilidade de verificar uma inadequação? (DUARTE; MURARO; LARCERDA; DEUS GARCIA, 2014, p. 92).

O contexto social brasileiro sempre se mostrou inserido em um universo marcado por hierarquias, segregação, estereótipos e uma série de construções negativas sobre grupos excluídos. Porém, apesar dos dispositivos de exclusão serem cada vez mais sólidos, a juventude negra e periférica vem, a duras penas, rompendo e se inserindo em um universo de símbolos, a priori, restritos aos grupos hegemônicos.

Dyane Reis (2002, p. 87) expõe que, oposto à realidade violenta e segregada na qual a juventude negra e periférica é comumente inserida, existe um universo dotado de privilégios e restrito aos grupos social e racialmente privilegiados, em que os indivíduos têm acesso e se representam ludicamente de símbolos como: roupas, tênis e acessórios de valores não populares. "Para que os pobres possam ter sua inserção social garantida, é necessário adquirir esses símbolos, o que pode ser feito de duas maneiras: Recriando-os ou obtendo-os legal, ou mais obviamente, de modo ilegal." (REIS, 2002, p. 87).

O que se tem observado é que elementos que representam simbolicamente determinado padrão de classe, quando utilizados por jovens negros, os tornam alvos de suspeita. Se para a juventude branca os elementos de classe os blindam dos olhares das agências de controle, no caso da juventude negra os elementos simbolicamente de "classe" os denunciam aos mecanismos de controle social e vigilância.

Caso 05

Pesquisador: As características se repetiram ao longo de todas as abordagens?

PM 02: Sempre, em todas tu *vai* ver pelo menos dois, pelo menos um. Geralmente, ele *tava* em local de risco, local de risco que a gente diz é *pra* sociedade, como ponto de tráfico, frequência de assalto. Sempre bate isso aí. Sempre tá num local de risco. Isso varia muito, não tem um padrão não, bandido andar mal vestido. Agora você percebe muito, é o tipo da roupa, *né*? Não é que o cara anda mal vestido... Mal amanhado. Hoje em dia os "*boyzinho*" querem ganhar as "*boyzinha*". Uma coisa que você percebe é o tipo da roupa, muita igualdade entre os marginais, delinquente. Cordão de prata. É aquela velha coisa de ostentar.

PM 02: Roupa de marca, eles não querem aquelas marcas que é conhecida como marca de bandido, como *cyclone*. Eles querem *hollister*, embora seja réplica ou não, eles tão procurando isso *pra* se familiarizar com o pessoal da alta. Maloqueiro quer se igualar ao pessoal da alta. Esse menino disse que *tava* vendendo droga *pra* comprar uma roupa *pro* São João. Ou seja, quer passar um São João bem. Você vê que o objetivo é chegar num nível mais alto da sociedade.

As falas dos agentes remetem ao que foi citado por Dyane Reis (2002): os adolescentes inseridos nas estruturas de exclusão recriam ou buscam lícita ou ilicitamente também ter acesso aos bens de consumo restritos a um universo de privilégios. Entretanto, independentemente do meio de obtenção escolhido, são marcados pelos olhares de suspeição. A juventude negra tem sofrido muitas ausências e silenciamentos. As tentativas dessas pessoas de se tornarem protagonistas, passarem a ocupar espaços e usufruírem de bens restritos a certos grupos hierarquicamente privilegiados social e racialmente parece incomodar, acarretando suspeita e vigilância.

Nesse contexto, uma das frases ditas pelo agente militar e que de certa forma remete às ideias dos grupos hegemônicos é que as populações mais vulneráveis podem até ter acesso aos bens mínimos que garantam a sobrevivência, mas parece ser demais querer ter acesso aos bens de consumo que demostram certa hierarquia social. "Maloqueiro quer se igualar ao pessoal da alta" (Caso 05).

Dessa forma, o que se tem observado é que ao se criar uma imagem da criminalidade protagonizada pela juventude negra e periférica por meio da suspeição, reserva-se a esses indivíduos o tratamento de tipos marginais, como também se perpetua um racismo que afasta desses indivíduos as garantias mí-

nimas de um Estado Democrático, validando uma lógica de vigilância e assujeitamento às instâncias de controle.

3.1.3. Os negros (as) são suspeitos (as)? Os policiais que reconhecem o direcionamento do olhar de suspeição sobre a população negra

Conforme dito anteriormente, a hipótese que travamos, e que mantemos ao longo do trabalho, é que esse direcionamento à população negra aparece nas falas a partir de dois argumentos: o primeiro emerge de uma sociedade que se estruturou a partir de um sistema político e econômico de base escravocrata e reverbera as permanências dos discursos racistas do século XIX, no qual o negro é um indivíduo inclinado social e moralmente à prática de condutas criminosas. Portanto, precisa ser vigiado e controlado. O segundo elemento é que a população negra, por ocupar espaços mais vulneráveis hierarquicamente na sociedade, é atingida pela seletividade das agências de controle penal. Esse fato reforça a estigmatização e a construção do negro como indivíduo criminoso. A associação desse grupo social à criminalidade, produto/causa de uma política racista e segregatória, impulsiona a juventude negra em um processo contínuo de exclusão social, cada vez mais próxima da violência e criminalidade urbana. Conforme segue:

> Não é incomum acreditar-se que o crime é determinado biologicamente e que certas "raças" manifestam inclinação preferencial para cometer infrações penais e para elaborar uma "carreira moral" (GOFFMAN, 1961) na delinquência. Em particular, desde a colônia, os proprietários de escravos africanos julgavam-lhes "preguiçosos, corruptos e imorais" (BRETAS, 1991, p. 54). A exclusão social é reforçada pelo preconceito e pela estigmatização (AZEVEDO, 1987; BASTIDE e FERNANDES, 1959; SCHWARCZ, 1987; SKIDMORE, 1976). No senso comum, cidadãos negros são percebidos como potenciais perturbadores da ordem social (FAUSTO, 1984). Talvez por isso constituam também alvo privilegiado das investigações policiais (PAIXÃO, 1982 e 1988), embora não haja evidências empíricas científicas de maior contribuição dos negros para a criminalidade, como sugerem recentes estudos brasileiros. (ADORNO, 1995, p. 49-50).

Nesse sentido, as construções racistas presentes nas análises de Sérgio Adorno se mostram marcantes nas falas dos agentes de controle social, conforme exposto nas "caixas" ao longo do trabalho. A ideia do criminoso que emerge de discursos essencialmente racistas em que o negro é um agente potencialmente violador da ordem social também é impulsionada pela atuação seletiva do Sistema de Justiça Criminal em que a população negra aparece como a que

mais comete crime, seja por estar inserida em uma estrutura socialmente vulnerável, seja porque agentes informais e formais direcionam sua atuação sobre esses grupos e reverberam essa associação com a criminalidade.

Entretanto, conforme aponta Sérgio Adorno (1995), não existem pesquisas que confirmem ou que possam medir, de forma eficaz, se os negros praticam ou não mais crimes que os brancos. O que na verdade existe são dados parciais do sistema carcerário que apontam a população negra como atingida diretamente pela seletividade penal.

Felipe Vianna (2015, p. 68) afirma que, apesar de a seletividade já se fazer latente ao que se refere a criminalização primária, ela se opera em concreto pelas agências de criminalização secundária, principalmente pela polícia. Segundo o autor, tais agências possuem um controle operacional restrito perante o número de delitos que chegam ao seu conhecimento. Dessa forma, assumem um papel estratégico no que se refere à decisão sobre quais pessoas são criminalizadas e quais são vítimas em potencial.

Esse olhar seletivo ou o "faro policial", conforme afirma Elizabete Albernaz, em um estudo sobre a atuação dos agentes do Batalhão de Ações com Cães no Rio de Janeiro, aponta para um processo de formação e modulação do olfato dos cães no trabalho para a localização de armas e drogas e, em paralelo, um direcionamento nas construções a partir de experiências, imagens e sensibilidades do condutor na busca pelo suspeito/criminoso. "Homens e animais 'farejam', cada qual em busca de suas recompensas – 'os homens com suas toneladas de drogas, armas e munições apreendidas; os cães com seus 'brinquedos" –, rendimentos decorrentes de suas intervenções." (ALBERNAZ, 2015, p. 9).

Acontece que esse processo de decisão que é dirigido sobre potenciais criminosos segue a demanda de interesses políticos e econômicos de grupos hegemônicos. Em um contexto social como o brasileiro, marcado por uma profunda desigualdade social e racial e uma cidadania seletiva, as agências de controle social têm sua atuação inserida nessas demandas cada vez mais excludentes e voltada contra a juventude negra. Além disso, a existência de certa legitimação social no direcionamento dessas agências criminais banaliza e funciona como parte necessária das agências de controle uma atuação seletivamente violenta.

Como, no Brasil, os próprios cidadãos percebem que não vivem numa sociedade culturalmente igualitária, eles próprios reforçam, numa hierarquização prática de suas escolhas racionais de punibilidade, a punição prioritária aos crimes que afrontam diretamente seus corpos e sua segurança de rotina, mais que quaisquer outros. O fantasma de uma violência criminal urbana crescente constitui o núcleo dessa seletividade criminal e, ao mesmo tempo, reforça a

funcionalidade social das redes informais, pessoais e hierárquicas de poder. A política segue (e manipula) essa seleção já dada, não a inventa. (MISSE, 2011, p. 56).

No Brasil, a atuação de tais atores sempre se mostrou pautada e com uma aproximação muito maior junto aos interesses de grupos hegemônicos, em detrimento dos olhares de vigilância e controle contra grupos construídos como ameaças, e, consequentemente, situados hierarquicamente em posições socialmente vulneráveis. "E, com o passar do tempo, a imagem pública de delinquentes fica tão fortemente gravada no seio do sistema que passa a ser, ainda que de forma involuntária, parte do seu próprio *modus operandi*." (VIANNA, 2005, p. 71).

O direcionamento e expansão do sistema de justiça criminal, em um contexto social excludente como o brasileiro, contra a população negra e periférica é um perverso e estratégico instrumento de criminalização pintado em tons de neutralidade, mas cuja atuação subterrânea se volta a delinear no imaginário social racista do corpo negro como tipo criminoso, legitimando o seu assujeitamento aos dispositivos de punição. "A conformação de um imaginário social que investe nitidamente para a eliminação de determinado contingente humano tende a ser materializado por práticas efetivas de extermínio." (FLAUZINA, 2006, p. 32).

Caso 07

PM 01: As características, a experiência te *faz* traçar um perfil. O jeito de andar, o jeito de olhar. A gente já tem um perfil traçado que causa a suspeição. Um maloqueiro nu andando, a gente sabe que é maloqueiro! Tem vícios, *entendesse*? O próprio presídio influencia o corpo do cara. Ele andando, ele para. Infelizmente, nas comunidades mais pobres é histórico. *Tá* lá, não somos nós, não é preconceito policial, é a realidade.

Pesquisador: A raça influencia no processo de suspeição?

PM 01: Se a pessoa disser que não, é mentira. Não como preconceito, mas por estatística. É histórico, *né*, *porra*? A própria história do Brasil. Quem povoou as favelas foram eles.

Essa entrevista com o PM foi uma das falas mais rápidas do trabalho. O agente havia acabado de sair de uma oitiva e respondia às perguntas em tom de sinceridade, sem hesitar, deixando evidente um tipo social de suspeito, em que a raça modula a atuação da polícia.

Nesse contexto, pensar criticamente a construção do suspeito considerando os elementos presentes na fala dos agentes policiais, mas, principalmente, compreendendo a questão racial como um fator que permeia estruturalmente o olhar de vigilância da polícia, talvez seja possível compreender a realidade que marca o questionamento inicial do trabalho de campo, em que a presença de tantos corpos jovens e negros compõem de forma gritante a realidade daquela delegacia e os dados raciais sequer são preenchidos pelos agentes militares, por não acharem que tais informações sejam relevantes. Dessa forma, em que pese a prática de atos infracionais não serem restritas à adolescência negra, a punição parece sê-la. As inúmeras consequências negativas advindas da criminalização da população negra, desde a segregação excludente até à morte desses indivíduos pela violência letal do Estado e da própria violência urbana, têm sido orquestradas pela atuação das agências de controle social em um processo que se repete sem maiores questionamentos e ações efetivas de rompimento com essa lógica.

A questão racial, se antes construída nos discursos científicos de comprovação da teoria racista em que o negro aparecia como objeto de pesquisa, e nos jornais como fugitivos, assassinos e incapazes (SANTOS, 2002, p. 134), hoje se perpetua de forma velada como instrumento de segregação e exclusão de um grupo social majoritário no País.

A ideia do suspeito aprisiona os corpos negros pelo estigma, medo e ameaça. Os grilhões que antes aprisionavam e segregavam homens e mulheres, negros e negras, em condições desumanas em passado escravocrata, hoje sitiam essas pessoas em espaços periféricos sob o olhar violento das instituições de controle social.

Caso 08

Pesquisador: Existe alguma construção de estereótipo?

PM 02: Estereótipo tem não, *visse*? Porque assim eu evito muito, até porque eu já sofri muito isso, *pô*, *tá ligado*? Eu já sofri muito isso, eu sou preto, *né*? Tu *sabe* que... Todo mundo pensa isso, que a polícia vai porque o cara é preto, mas isso é muita história, eu pensava isso também, mas isso é muita história. Isso vai muito de local, como ele falou, a depender do local que o cara *tá*. A gente sabe que tem uma boca de fumo ali, o cara *tá* fazendo o que ali? Essa questão de estereótipo nem tanto. Chama atenção, camisa de torcida aglomerado, não só. Digno de abordagem, a pessoa encarando muito. Assim a pessoa fica assustada, muda a fisionomia assim, aí a gente vai averiguar...

Pesquisador: *Me diz* uma coisa, na fala de um policial, quando perguntado sobre a questão racial, ele disse o seguinte: "Se eu disser não é, é mentira. Não por preconceito, mas por estatística". Ele disse que existem determinados cortes de cabelo e determinados padrões de classe e raça, e ele disse que influencia, tu *acha* que isso procede ou não, na experiência de rua?

O PM, nesse momento, parou, respirou, desviou o olhar e voltou a olhar em silêncio...

PM 02: Questão de cor de pele, corte de cabelo, cor de pele, influencia *véi*! Influencia...

O agente militar, logo no início da entrevista e de forma confusa, nega a questão racial como elemento de direcionamento da atuação da polícia, mesmo afirmando que já sofreu com a atuação racista da PM quando não era efetivo do quadro. Entretanto, ao longo da conversa, o agente reconhece que a questão racial é um elemento que direciona o olhar seletivo no processo de suspeição da PM. Algumas vezes tentei ressaltar que a pergunta se voltava para a atuação da corporação e não necessariamente para a postura dele enquanto agente. Apesar do reconhecimento, o agente tinha uma preocupação em dissolver e escamotear o racismo em outros elementos, tentando atribuir um caráter de neutralidade e imparcialidade na atuação dos agentes militares.

No entanto, sabe-se que a seletividade, repressão e estigmatização são características centrais na atuação do Sistema de Justiça Criminal. Um controle social que se traduz no predomínio desproporcionado nas estatísticas criminais e nas instâncias de controle penal (BARATTA, 2002, p. 165).

Essa fala do agente mostra uma série de elementos como o corte de cabelo, roupas e localidade que direcionam o olhar de suspeita da polícia. Entretanto, junto a esses, a questão racial aparece de forma transversal e estruturante. O negro, como sujeito criminal (MISSE, 1999), aparece de forma a conduzir os demais elementos ao processo de suspeição. A "marca de Caim", conforme expõe Dyane Reis (2002b), constrói e permeia o imaginário social da polícia no que se refere à ideia de marginalidade e do desvio. O que o agente militar tenta passar na ideia de uma "circunstância suspeita", na verdade, deságua na figura de um indivíduo suspeito, o adolescente negro.

A suspeição policial está baseada em dois fatores fundamentais: marca biológica (aparência física e cor da pele) e marca social (as condições de vida da população, lugares de trânsito e moradia, etc.). Como indicado nos relatos dos próprios policiais "todo preto é suspeito" (REIS, 2002b, p. 195).

Nesse sentido, a ideia de perigo e ameaça que se constrói sobre a juventude negra, sobretudo quando associada à condição de pobreza, abre caminho para

a arbitrariedade no olhar seletivo e violento da polícia. O adolescente negro carrega em si o peso da marginalidade e da exclusão e, junto desse universo, toda uma estrutura punitiva que se legitima socialmente e institucionalmente sobre sua condição de suspeito. É uma perigosa associação que expõe jovens negros como criminosos e infratores e que legitima a ação policial e de toda uma rede violenta de vigilância e controle sobre esse grupo social.

Além da carga histórica que associa grupos sociais negros e periféricos com a marginalidade e a criminalidade presente nas falas dos agentes militares para justificar o olhar de suspeição, e de uma forte legitimação social que induz a atuação de contenção da PM sobre esses grupos.

4. Considerações finais

A necessidade de compreensão do processo de suspeição a partir da questão racial se deu diante de uma realidade composta, majoritariamente, pelos corpos de adolescentes negros nas dependências da DPCA. As situações levadas cotidianamente à DPCA variam desde flagrantes, cumprimento de mandado de busca e apreensão, denúncias e a condução de adolescentes em situações que não caracterizam minimamente a ideia de flagrante. Entretanto, em todas essas situações, a juventude negra aparece como protagonista da ação seletiva da PM.

Uma realidade que dialoga com mecanismos de silenciamento dos atores que compõem as instâncias de controle. Dessa forma, em que pese os corpos que se amontoam na sala das poltronas azuis serem basicamente de adolescentes negros e negras, e as dores e os prantos que são ouvidos nas dependências daquela delegacia também serem de familiares negros e negras, o dado referente à raça de quem se prende sequer é preenchido na folha do Boletim de Ocorrência. E quando questionados acerca da ausência do preenchimento, os agentes militares dizem que o dado não importa. Ou seja, construções sociais em que o racismo se apresenta como fundante para a compreensão da atuação da polícia militar, mas se escamoteia em discursos de neutralidade e nas falácias da democracia racial. "Malgrado a pouca presença de discursos abertamente racistas, as agências de controle penal continuam discriminatórias." (DUARTE, 2016, p. 503).

Nesse sentido, compreender o processo de suspeição e o direcionamento dos mecanismos de vigilância sobre a juventude negra remete a compreensão de uma sociedade estruturada pelo pensamento e manutenção de privilégios a partir da questão racial, principalmente como instrumento restritivo de um universo de garantias. Conforme expõe Dyane Reis (2002), o País pode ser interpretado a partir do prisma do mundo dos brancos, onde se compartilha das

garantias e modificações do surto econômico, e um segundo prisma em que a população negra se coloca à margem de um processo socioeconômico.

Evandro Duarte (2011, p. 145) aponta que a formação e desenvolvimento socioeconômico do País foi marcado pela utilização do discurso racial como instrumento de negação das prerrogativas de cidadania para a população negra. Dessa forma, o questionamento sobre como e por que recepcionar um discurso de inferioridade do seu próprio povo deve ser feita, afinal o positivismo foi utilizado como uma "gigantesca instituição de sequestro" (ZAFFARONI, 1991).

Nesse sentido, Evandro Duarte (2008) compreende a ideia de importação dos discursos positivistas europeus no Brasil como um verdadeiro instrumento de legitimação de uma estrutura racista que já operava no País. Ou seja, a importação de ideias racistas que sistematizavam o processo de assujeitamento e inferiorização do contingente de indivíduos negros (as) aos mecanismos de exclusão e exploração de um grupo hegemônico. Um universo dicotômico composto por garantias restritas aos grupos detentores de posições de poder e a seletividade do sistema de controle direcionada à população não branca.

Dentro dessa realidade, o perfil do suspeito que segue compondo o cotidiano das instâncias de controle deságua na figura do jovem negro, com baixa escolaridade e advindo de regiões periféricas. Esse é o perfil do adolescente construído como ameaça social, e, portanto, submetido às diversas formas de assujeitamento dos mecanismos de controle.

Nesse sentido, observa-se uma carga cumulativa que marca os discursos e as representações criminais no Brasil atual que solidifica sobre a juventude negra um tipo social negativo. Apesar da mudança de paradigma proporcionada pelas diretrizes da criminologia, o quadro de análise aponta para indivíduos construídos como verdadeiros sujeitos criminais (MISSE, 1999). Uma juventude que responde como sujeitos criminais unicamente por ser negra, independentemente da prática de qualquer ato infracional. Jovens que são submetidos ao constrangimento e à violência inquisitória dos agentes de controle social, em uma realidade que denuncia a exposição do corpo negro na sociedade brasileira.

Uma construção que marca não só o direcionamento institucional da polícia sobre a juventude negra, mas o próprio comportamento dessa juventude em relação às instâncias de controle. O medo e o comportamento que os tornam ainda mais suspeitos diante dos olhares de vigilância dos agentes militares.

Não se trata apenas de um processo de aceitação da acusação, mas de um processo em que o indivíduo "se transforma" na própria acusação. Mais do que um rótulo, a sujeição criminal diz respeito a uma forma de vida. (TEIXEIRA, 2011, p. 178).

E, a partir de tais construções, a permanência da imagem do negro no imaginário social como um agente socialmente negativo e criminoso perpetua e impulsiona a estrutura de segregação na qual a população negra é inserida. O racismo se solidifica no imaginário do senso comum e se dissolve em estatísticas e na banalização das atividades rotineiras que compõem as ações das agências de criminalização secundária.

Conforme expõe Vera Malaguti (2003a), o artifício da atitude "suspeita" continua sendo uma estratégica e seletiva forma de controle social. Um mecanismo solidificado no olhar seletivo de séculos anteriores que objetiva segregar corpos representados como verdadeiras ameaças, tendo na violência a principal forma de controle sobre eles.

5. Referências

ADORNO, Sérgio. *Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo*. São Paulo: NEV-USP, 1995.

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. *"Faro Policial":* um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. Anais do 39º Encontro Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015.

AGROSINO, Michael. *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artemed, 2009.

AMAR, P. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: RAMOS, S; MUSUMECI, L. *Elemento suspeito:* abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ANITUA, Gabriel Ignácio. *História dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 2, ed. 3, jul/ago, 2008.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:* introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan,2002.

BATISTA, Vera M. *Difíceis ganhos fáceis:* drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BATISTA, Vera M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro:* dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera M. *Introdução crítica à criminologia crítica brasileira.* Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BEAUD, Stépane; WEBER, Florence. *Guia prático para pesquisa de campo:* produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders:* estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGALLI, Roberto et al. *El Pensamiento Crítico y la Criminología*: el pensamiento cirmionlógico. Bogotá: Temis, 1983.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. v. 26, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo:* A situação negra da mulher na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. NEGRA URBANA, 2014.

CARRIl, Lourdes. *Quilombo, Favela e periferia*: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Medo branco de almas negras:* escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. Ver. Bras. De Hist. v. 8. n. 16, São Paulo: mar/ago, 1988.

DAVIS, Angela [1944], *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Instituto carioca de Criminologia/Revan, 2004.

DUARTE, Evandro C. Piza. Medo da mestiçagem ou da cidadania? Criminalidade e raça na obra de Nina Rodrigues. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, BRASÍLIA. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2008.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e racismo:* introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2011.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Do medo da diferença à liberdade a partir da igualdade:* identidade racial e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Tese de doutorado, PPGD-UnB, 2011.

DUARTE, Evandro C. Piza; MURARO, M.; LACERDA, M.; DEUS GARCIA, Rafael de. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; BAPTISTA, Gustavo Camilo; LOUREIRO LIMA, Cristiane do Socorro. (org.). *Pensando a Seguranca* Pública e Direitos Humanos: Temas Transversais. Brasília: Ministério da Justiça (SENASP), 2014, v. 5.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caí*do no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade Nacional de Brasília – UNB, Brasília, 2006.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *As fronteiras raciais do genocídio*. Direito, UnB, v. 01, n. 01, Brasília, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FREITAS, Felipe da Silva. *Juventude negra:* entre desafios e violências. MPMG Jurídico, v. 01, 2014.

FREITAS, Felipe da Silva. A violência real e as ciladas do punitivismo: Reflexões sobre atividade policial e a Lei 13.142, de 6 de julho de 2015. In: FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe. (org.). *Discursos Negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2015.

FREITAS, Felipe da Silva. FLAUZINA, Ana Luiza P. Enunciando dores, assinando resistência. In: FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe. (org.). *Discursos Negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2015.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia brasileira: Poder, Racismo e Direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*, 2016.

FRIDMAN, Luis Carlos. Morte e vida favelada. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Vida sob cerco:* violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

GIBBS, Graham. *Análise dos dados qualitativos*. São Paulo: Editora Artmed, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão.In: HENRIQUES, Ricardo. (org.). *Educação anti-racista:* caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2005.

GUBER, Rosana. *La etnografia:* método, campo y reflexividad. Buenos Aires; Grupo Editorial Norma, 2001.

GEERTZ, Clifford, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro:* repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Vida sob cerco:* violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias?* – um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOMBROSO, Cesar. *L'Uomo Delinquente*. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1897.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano." In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n.1, jan/jun, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sobre "Violência Hoje". In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1154-1161, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Vida sob cerco:* violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. In.: BARREIRA, César (org.). *Violência e Conflitos sociais.* Trajetórias de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. "Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, maio/ago. 2010.

MACHADO, Roberto; et all. *Danação da norma:* medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MISSE, Michel. *Delinquência juvenil na Guanabara.* Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça na Guanabara, 1973.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais, vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.* Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação do Iuperj. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: SENTO-SÉ João Trajano; PAIVA, Vanilda (org.). *Juventude em conflito com a Lei.* Rio de Janeiro: Graramond, 2007.

MISSE, Michel. Sobre a Construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel. *Acusados e Acusadores*: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações, 2008.

MISSE, Michel. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Conferência na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 2008b.

MISSE, Michel. Crime e Pobreza: Velhos enfoques, novos problemas. In: LIMA, Kant de; MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo:* Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MISSE, Michel. Cidadania e criminalização no Brasil: O problema da da contabilidade oficial do crime. In: LIMA, Kant de; MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo:* Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MISSE, Michel. Sujeito Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*. Uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. Relendo 'Vigiar e Punir'. In: *DILEMAS*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 4, n. 2, abr/maio/jun, 2011.

ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS*, v. 238, 2016.

PAVARINI, Massimo. *Control y dominacíon:* teorias criminológicas burguesas e proyceto hegemónico. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

PIRES, Thula. Do ferro quente ao monitoramento eletrônico: controle, desrespeito e expropriação de corpos negros pelo Estado Brasileiro. In: FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe; VIEIRA, Hector; PIRES, Thula. *Discursos Negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2015.

PORTO, Maria Stela. *Sociologia da violência* – Do conceito às representações (sociais). Brasília: Francis, 2010.

PORTO, Maria Stela. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Dyane Brito. *O Racismo na determinação da suspeição policial:* a construção social do suspeito. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador, 2002.

REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de Policiais Militares. *Cadernos do CRH* (UFBA), Salvador – Bahia, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do "ser negro":* percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: FAPESP, 2002.

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

TEXEIRA, Cesar Pinheiro. *A construção social do "ex-bandido":* um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de. *A aventura sociológica:* objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VIANNA, Felipe Augusto Fonseca. *Criminalização, teoria do etiquetamento e racismo institucional na polícia:* autorrealização de uma amarga profecia. Revista Jurídica ESMP-SP, v. 7, 2015.

ZAFFARONI, E. R. *Criminología:* aproximación desde un margen. Bogotá: Editorial Temis, 1988.

ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro, 1991.

ZAFFARONI, E. R. *Manual de direito penal brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, v.1: parte geral.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Criminalização de uma cor: sistema punitivo como ferramenta de subjugação do indivíduo negro, de Sara Luz – *RBCCrim* 128/233-270 (DTR\2017\210);
- Da condição humana do adolescente em conflito com a lei: da barbárie à civilização pelas prisões da miséria, de Heleno Florindo da Silva e Thiago Fabres de Carvalho – *RBCCrim* 130/317-348 (DTR\2017\675); e
- Polícia e direitos humanos: critérios racionais de ação, de Eliomar da Silva Pereira – *RBCCrim* 78/229-260 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 5/1185-1214 (DTR\2009\316).

O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a criminologia feminista

Social control and black women: possibilities and reinterpretations for feminist criminology

Naila Ingrid Chaves Franklin

Mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direto pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Advogada em Brasília/DF.
naila.franklin@gmail.com

Recebido em: 01.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão das autoras: 18.06.2017

Área do Direito: Penal

Resumo: O presente artigo aborda o tema do controle social das mulheres negras. Para isso, discutir-se-á a maneira como o controle social é tematizado pela Criminologia Crítica e pela Criminologia Feminista. Primeiramente, ressalta-se a vinculação entre controle social, poder e racismo para, posteriormente, argumentar-se que a hipótese de que controle social feminino se dá prioritariamente no âmbito privado, conforme trazido pela Criminologia Feminista é insuficiente, pois não leva em consideração categorias importantes como o controle penal subterrâneo e o poder de vigilância. Como âncora desta hipótese, utiliza-se das problematizações trazidas no âmbito do feminismo negro e do feminismo decolonial a fim de compreender quais argumentos trazidos por essas teorias poderiam ser utilizados no âmbito criminológico para que se possa compreender os aspectos que envolvem o controle social feminino a partir de uma dimensão racial.

Abstract: This article addresses the theme of social control of Black women. For this reason, a discussion arises about the way in which social control is themed by Critical Criminology and Feminist Criminology. First, the link between social control, power and racism is stressed, and later on it is argued that the hypothesis of female social control is given priority in the private sphere, which in accordance with the Feminist Criminology is insufficient, since it does not take into account the phenomenon of underground criminal control, and surveillance power. As an anchor of this hypothesis, problematisations brought in the scope of Black feminism and decolonial feminism are used in order to understand which aspects of these theories could be used in the criminological scope so that the aspects that involve the feminine social control from a racial dimension can be understood.

Palavras-chave: Controle social – Mulheres negras – Criminologia – Questão racial.

Keywords: Social control – Black women – Criminology – Racial issue.

Sumário: 1. Introdução. 2. Controle feminino e criminologia. 3. O feminismo negro, decolonial e as novas possibilidades de leitura do controle social. 4. A negra e o feminismo criminológico. 5. Considerações finais. 6. Bibliografia.

1. Introdução

A temática do controle social é central para a Criminologia Crítica[1], a qual foi responsável por reconhecer a importância de se estudar o controle (processos de criminalização e vitimização), no lugar do criminoso ou da vítima. Por sua vez, a Criminologia Feminista foi responsável por reconhecer que o gênero[2] é um fator importante na compreensão do tipo de controle que é exercido sobre os indivíduos ou grupos.

Tais teorizações foram importantes para a superação do paradigma etiológico[3] pela Criminologia Crítica e para a denúncia da lógica machista de operação

1. Por Criminologia Crítica entende-se um movimento não homogêneo do pensamento criminológico contemporâneo, cujas bases se assentam na construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos negativos e dos processos de criminalização (BARATTA, 2002, p. 159). Para Andrade (1994), a Criminologia Crítica designa um conjunto de obras que aderem a uma interpretação materialista dos processos de criminalização nos países do capitalismo avançado. Baseia-se, especialmente, nas seguintes premissas: em primeiro lugar, o enfoque teórico se dá nas condições objetivas, estruturais e funcionais que estão na origem dos fenômenos do desvio. Em segundo lugar, o enfoque se dá nos mecanismos por meio dos quais são criadas e aplicadas as definições de desvio e de criminalidade e realizados os processos de criminalização (BARATTA, 2002; ANDRADE, 1994).
2. É importante salientar que o conceito de gênero é variável de acordo com a teoria feminista adotada. O conceito tradicional refere-se àquele formulado por Scott (1990, p. 14), segundo o qual gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. O gênero, nesse aspecto, seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Contudo, ao longo do nosso trabalho, ao citarmos os trabalho do feminismo decolonial e negro, veremos que o gênero não se constitui na única categoria analítica possível para se pensar as relações de poder e de controle que recaem sobre as mulheres.
3. O paradigma etiológico foi o responsável pela introdução da Criminologia enquanto ciência e se desenvolve na Europa em meados do século XIX, com a Antropologia Criminal de Lombroso e a Sociologia Criminal de Enrico Ferri. A principal caracte-

do sistema penal. Contudo, se muito se avançou sobre o tema do controle social, pouco se tem produzido no Brasil sobre a temática do controle social que recai sobre as mulheres negras.

Essa invisibilidade pode ser explicada a partir da posição favorecida que os criminólogos e criminólogas críticas possuem dentro de seu campo de conhecimento. Para sustentar essa perspectiva, a Criminologia pode ser compreendida a partir do conceito de campo científico de Bourdieu (2004, p. 20-21). O campo científico é uma categoria que designa um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias a que estão submetidos os seus agentes sociais. Segundo ele, as mudanças em determinado campo científico dependem dos agentes que estão inseridos dentro desse campo, que podem ter a tendência de conservar ou modificar as estruturas do mesmo. Conforme melhor explica o autor:

> Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas a sua posição. (BOURDIEU, 2004, p. 29)

A partir dessa definição, Bourdieu (2004, p. 22) defende que todo campo é uma luta para conservar ou redefinir as suas estruturas dependendo, sobretudo, da posição que os agentes sociais ocupam nesse meio. Nesse contexto, acreditamos que algumas temáticas centrais em determinados campos científicos, como a que abordaremos neste artigo, não são devidamente consideradas no ambiente acadêmico porque seus agentes sociais ocupam uma posição favorecida na estrutura desse campo.

Tal é o que ocorre com relação às discussões sobre racismo, sistema penal e criminologia, na nossa interpretação. A criminologia crítica, dominada pela branquidade não conseguiu incorporar, na centralidade de suas discussões, o racismo, embora já se tenha produzido trabalhos que demonstram a importância

---

rística desse paradigma é a busca pelas causas da criminalidade, que seria pré-constituída. Assim, problematiza-se a figura do criminoso (ANDRADE, 1995, p. 24).

estrutural do racismo para análise do funcionamento dos órgãos do sistema de justiça criminal (DUARTE, 2002; 2016; FLAUZINA, 2006; FREITAS, 2016).[4]

Por branquidade, entende-se uma localização de vantagem estrutural nas sociedades baseadas na dominação racial (FRANKENBERG, 2004, p. 312), que produz consequências relacionais. Frankenberg (2004, p. 312-313) nos permite visualizar, ainda, outras caracterizações para o termo: I) branquidade como ponto de vista a partir do qual as pessoas se veem e veem os outros; II) como um lócus de práticas e identidades não marcadas e não denominadas, ou denominadas como normativas, em vez de raciais; III) como uma categoria relacional – produto da história, não possuindo significado intrínseco, mas socialmente construído e produtor de efeitos materiais e discursivos.

Felipe Freitas (2016) questiona o lugar da branquidade no saber criminológico brasileiro. Para ele, as discussões em criminologia não deram outros passos no campo, além de falar que os negros morrem mais. Existe uma ausência da incorporação de leituras negras no debate, bem como da distinção dos modos de funcionamento das hierarquias raciais na composição da vulnerabilidade negra. Trata-se de considerar como as posições dos pesquisadores críticos têm influenciado para que a raça e o gênero permaneçam ausentes nas escolhas teóricas e metodológicas da criminologia crítica[5].

Contudo, acreditamos que a entrada de agentes com posições sociais marginalizadas produz mudanças no campo e, por isso, também nos remetemos ao pensamento feminista negro como ferramenta essencial para transformar as bases de uma epistemologia criminológica que não se inteirou das relações que podem se estabelecer entre o racismo, o sexismo e o sistema penal.

Para explicar o que consiste o pensamento feminista negro, utilizaremos das palavras de Patricia Hill Collins (2016):

> O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensa-

4. Destaca-se ainda, mais atualmente, o volume n. 238 da *Revista Crítica de Humanidades* (CEAS), publicada em 2016, intitulada "Criminologia Crítica, questão racial e racismo", que congloba artigos que discutem o racismo como algo central para os debates criminológicos.

5. A ausência do avanço nas discussões raciais em Criminologia é apontada por Freitas (2016, p. 494) como consequência do próprio risco que a denúncia do racismo pode representar como perda dos privilégios dos criminólogos críticos.

> mento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. (COLLINS, 2016, p. 101-102)

A partir de premissas do feminismo negro, Collins defende que as mulheres negras possuem uma posição privilegiada denominada de "*outsider within*", categoria utilizada para fazer referência ao ponto de vista histórico de mulheres negras, originado pelas amarras coloniais e que propiciou um movimento constante de contato com as elites brancas, responsável pela elaboração de uma ótica em relação às pessoas brancas cujos homens negros jamais possuíram. A posição de *insider* propicia, às mulheres negras, a desmistificação do homem branco:

> (...) os relatos das trabalhadoras domésticas negras ressaltam a percepção de autoafirmação vivenciada pelas trabalhadoras ao verem o poder branco sendo desmistificado – saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu *status* superior, mas o racismo. (COLLINS, 2016, p. 100)

Por outro lado, Collins assevera que, apesar disso, sabemos que não pertenceremos às famílias brancas, por isso, o *status* de *outsider* (COLLINS, 2016, p. 100).

No campo acadêmico, o *status* de *outsider within* pode trazer inúmeros processos de criação científica a partir da exploração desse ponto de vista específico quanto a si mesma, à família e à sociedade, pois, munidas de percepções

diferenciadas em relação ao restante da sociedade, podem perceber aspectos que dificilmente são percebidos por membros inseridos num mesmo contexto social (COLLINS, 2016, p. 100). Assim, a posição de *outsider within* pode contribuir para a construção de um processo criativo e revolucionário dentro do campo acadêmico.

> Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas. (COLLINS, 2016, p. 101)

Assim, ressalta-se o papel de *outsider within* (por tratar-se de artigo elaborado por mulher negra, periférica e, contraditoriamente, acadêmica) nesta pesquisa como uma forma de demonstrar a importância dos estudos de e para mulheres negras como tendentes a abordagens diferenciadas provenientes deste olhar que escapa às vistas da ciência tradicional, por ser construída sob a ótica do poder branco e masculino.

Nesse sentido, o artigo apresentado tem o propósito de colocar-se contra tal cenário, objetivando debater a temática da dinâmica do controle social dirigido às mulheres negras. Para isso, analisamos a dinâmica do controle social a partir da Criminologia Crítica e da Criminologia Feminista, bem como questionamos se essas teorias são suficientes para construir um debate sobre o controle feminino a partir das contribuições do feminismo negro e do feminismo decolonial.

2. Controle feminino e criminologia

É no âmbito do paradigma da reação social que o controle social tem sido problematizado[6]. Segundo Andrade (1995), é por meio do *labeling approach*-

6. As teorias da reação social ou *labeling approach* partem da concepção de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (as polícias, os juízes, as instituições penitenciárias), e que o *status* de delinquente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento, não é alcançado pela ação daquelas instâncias. Assim, o *labeling* se ocupa das reações das instâncias oficiais de controle social,

[7]que se tornou possível a introdução desse novo paradigma, como um caminho alternativo ao etiológico. O *labeling approach*, também conhecido como "paradigma da reação social", do "controle" ou da "definição", questiona, sobretudo, quem tem o poder de etiquetar o outro como desviante da norma (ANITUA, 2008, p. 592).

Sua introdução enquanto paradigma em Criminologia significou, portanto, uma transformação profunda no estudo da questão criminal: de uma preocupação centrada nas causas do crime e no indivíduo criminoso, passou-se a analisar as instâncias que "criam e administram" a "delinquência". De um estudo da criminalidade passa-se ao estudo dos processos de criminalização. Nesse aspecto, as definições legais e institucionais de "criminalidade" deixam de ser assumidas acriticamente enquanto entidades naturais (ANITUA, 2008, p. 588). Dava-se lugar a um novo enfoque:

> Ficaria claro, com ele, que a maneira pela qual as sociedades e suas instituições reagem diante de um fato é mais determinante para defini-lo como delitivo ou desviado do que a própria natureza do fato. Comprovava-se, assim, que diante de fatos similares poderia advir uma reação social de anormalidade ou não existir reação alguma. Apenas no primeiro caso, ocorreria o desvio. Portanto, parecia fundamental estudar, precisamente, essa reação que identifica o autor do fato como delinquente. Assim, parecia que nos anos 1960, estava-se produzindo uma ruptura com a criminologia anterior (ANITUA, 2008, p. 588).

Se diante de fatos similares socialmente puníveis o que se modificava era a reação social, o *status* de criminoso parecia depender, portanto, muito mais de como a sociedade reage a tais fatos do que da natureza da conduta em si. Assim, o simples fato de uma pessoa ter cometido uma infração a uma regra não significa que outros reagirão como se isso tivesse acontecido e, inversamente, pode-se dizer que o simples fato de ela não ter violado não significa que não

---

consideradas na sua função constitutiva em face da criminalidade (BARATTA, 2002, p. 86).

7. O *labeling approach* se desenvolveu nos Estados Unidos nos finais da década de 1950 e início da década de 1960 com os trabalhos de Gofmann, Ericson, Becker, Garfinkel, entre outros. Tais autores pertenciam à denominada "Nova Escola de Chicago". É conhecido também como enfoque do internacionalismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou paradigma da reação social (ANDRADE, 1995, p. 27).

possa ser tratada como se o tivesse feito (BECKER, 2008, p. 24).[8] Nesse aspecto, a imposição das regras e do etiquetamento é vista como uma questão de poderio político e econômico (BECKER, 2008, p. 29).

Segundo Andrade (1994), o *labeling approach* origina diretamente a Criminologia Crítica[9], que vai por dentro do paradigma da reação social, mas para além dele. Desenvolve-se a dimensão do poder numa perspectiva materialista e macrossociológica. Analisam-se as condições objetivas, estruturais e funcionais que, na sociedade capitalista, originam os fenômenos de desvios, interpretando-os separadamente, conforme se trate de condutas das classes subalternas ou das classes dominantes.[10-11]

Dentro do entendimento da Criminologia Crítica, a categoria de controle social adquire um sentido bastante complexo e amplo, eis que o sistema penal não se reduziria apenas à norma penal, mas seria dinâmico e articulado com outras agências de controle social formal e informal. Desse modo, a criminalização seletiva que se opera no seio do sistema penal se soma a um mecanismo de controle social global das condutas, ou seja, o sistema penal seria um subsistema dentro de um sistema de controle de maior amplitude, pois ele não se coloca contrário aos processos globais de etiquetamento, mas sim de modo

8. É importante pontuar que Howard Becker é considerado o fundador desse paradigma, com a publicação de sua conhecida obra *Os* outsiders, em 1963. Essa obra consolida e sistematiza a tese central do *labeling approach* (ANDRADE, 1995, p. 27).
9. Neste sentido, a Criminologia Crítica seria aquela que desloca seus estudos do comportamento desviante para os mecanismos de controle social desse mesmo comportamento e torna-se uma teoria crítica e sociológica do sistema penal (ANDRADE, 1994). De acordo com Baratta (2002, p. 197), as principais tarefas que incumbem aos representantes da Criminologia Crítica são: construir uma teoria materialista (econômico-política) do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e elaborar as linhas de uma política criminal alternativa, de uma política das classes subalternas no setor do desvio.
10. Segundo Baratta (2002, p. 197), entende-se, no âmbito da Criminologia Crítica, que a classe dominante está interessada na contenção do desvio em limites que não prejudiquem a própria manutenção da hegemonia no processo seletivo de definição e perseguição da criminalidade. As classes subalternas, ao contrário, estão interessadas na luta radical contra tais mecanismos de definição e seleção de comportamentos.
11. Por vincular o exercício de poder à ideia de luta entre classes subalternas e dominantes é que dizemos que a Criminologia Crítica considera a categoria classe como central para análise do controle social, mas menospreza outras categorias, como gênero e raça.

complementar a esse controle mais amplo, que se opera no seio das instituições sociais, como a família, a escola e o trabalho (ANDRADE, 1995, p. 29).

Segundo Zaffaroni (2011), toda sociedade possui uma estrutura de poder (tanto política quanto econômica) que concentra grupos mais próximos ao poder – no centro – ou grupos mais distantes – a margem. Essa configuração produz formas múltiplas de organização do controle social, que é a delimitação da conduta do indivíduo[12]. Além disso, somente compreendendo como a estrutura de poder se assenta é que se torna possível explicar o controle social e vice-versa (ZAFFARONI, 2011).

Contudo, o controle social configura-se também de maneira não manifesta sendo exercido por meio de instituições e grupos pelos quais não se percebe seus efeitos, como a família, a educação, a medicina, a religião, os partidos políticos, as artes, a investigação científica etc. Esse tipo de controle, cuja finalidade não é explícita, é denominado de controle social informal ou difuso (ZAFFARONI, 2011).

O sistema penal, por outro lado, seria o tipo de controle formal ou explícito e é exercido por meio de instituições pelas quais se percebe suas finalidades – a polícia, os juízes, os agentes penitenciários. Desse modo, segundo Zaffaroni (1988), para analisar a estrutura do controle social em uma determinada sociedade deve-se ir além do sistema penal ou da letra da lei penal. É necessário que se investiguem também as múltiplas formas que contornam esse controle:

> Assim, para avaliar o controle social em um determinado contexto, o observador não deve deter-se no sistema penal, e menos ainda na mera letra da lei penal, mas é mister analisar a estrutura familiar (autoritária ou não), a educação (a escola, os métodos pedagógicos, o controle ideológico dos textos, a universidade, a liberdade de cátedra etc.), a medicina (a orientação "anestesiante" ou puramente organicista, ou mais antropológica de sua ideologia e prática) e muitos outros aspectos que tornam complicadíssimo o tecido social. Quem quiser formar uma ideia do modelo de sociedade com que depara, esquecendo esta pluridimensionalidade do fenômeno de controle, cairá em um simplismo ilusório (ZAFFARONI, 2011, p. 53).

12. É importante ressaltar, no entanto, que o controle social no Brasil não adquire apenas uma dimensão de controle da conduta individualizada, eis que os grupos sociais sempre foram os principais alvos das agências de controle. Assim, o controle aqui não poderia ser centrado unicamente no indivíduo, mas, sobretudo, nos grupos raciais. Nesse sentido: DUARTE, Evandro Charles Piza. Medo da mestiçagem ou da cidadania? Criminalidade e raça na obra de Nina Rodrigues. *Anais do XVII Congresso Nacional do Conpedi*, Brasília, 2008. p. 2.926-2.954.

Zaffaroni (1988), todavia, também lembra que, em se tratando da realidade latino-americana, não é possível pensar somente em termos institucionais de controle social punitivo. Há, no sistema penal, um controle social parainstitucional, que se configura como um sistema penal paralelo ou subterrâneo.[13] Este é constituído por agências de menor hierarquia, mas que são cotidianamente consagradas (ZAFFARONI, 1988, p. 15).

Assim, juntamente com o controle social punitivo institucionalizado, muitas vezes os integrantes das próprias instituições também se utilizariam de um controle social punitivo parainstitucional ou subterrâneo, por meio de condutas não institucionais (ilícitas), mas que são normais em termos estatísticos (ZAFFARONI, 1988, p. 15).[14]

Tais ponderações sobre o funcionamento das agências de controle social são imprescindíveis no tratamento do tema do artigo por dois motivos. O primeiro deles reside na natureza do poder que institui o controle social numa determinada estrutura, já que, como explica Zaffaroni (2011), somente entendendo um é que se compreende o outro. Nesse diapasão, o padrão de poder que caracteriza o nosso território é, como aduz Quijano (2005), a primeira identidade da modernidade, que adquire contornos mundiais. Nesse novo padrão de poder, a ideia de raça surge como eixo fundamental de sua constituição. É essa ideia que vai situar alguns grupos numa situação "natural" de inferioridade em relação a outros (QUIJANO, 2005, p. 117).

Para sustentar essa nova estrutura de poder, produziram-se novas identidades sociais: negros, índios, mestiços. Tais identidades, associadas às relações sociais em formação, produziram configurações de relações de dominação. "As identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes" (QUIJANO, 2005, p. 117). Desde então, segundo Quijano (2005, p. 118), esse novo padrão de classificação social (a criação da raça como relação de dominação) passou a ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, sendo o primeiro critério de distribuição da população

13. Segundo Prando (2006), o sistema penal brasileiro se caracteriza por possuir uma formação histórica própria de contrariedades e de estruturação marginal econômica com alto grau de violência, possuindo um sistema penal subterrâneo convivendo com o controle oficial.

14. As condutas que demarcam o que Zaffaroni (1988) nomeia de sistema penal paralelo são evidentes no contexto latino-americano. Seu exemplo são as condutas dos agentes institucionais que são ilícitas, mas corriqueiras, como é o caso das torturas, das mortes, do extravio de cadáveres, dos interrogatórios ilícitos etc. (ZAFFARONI, 1988, p. 17).

mundial nas hierarquias da estrutura de poder da nossa sociedade e que se estende até os dias de hoje.

O controle social, desse modo, precisa ser compreendido a partir da questão racial, principal mecanismo de poder nas sociedades que foram brutalmente colonizadas. Mais do que isso, é necessário entranhar nas minúcias que passam despercebidas nas definições desse controle.

Um dos mecanismos de manutenção dessa estrutura é a invisibilidade da "branquidade" como categoria racial. De acordo com Frankenberg (2004, p. 311), o termo "branquidade" só pode ser entendido no contexto da colonização, assim como outras categorias raciais e culturais. Contudo, a "branquidade" possui uma posição assimétrica em relação a todas as outras categorias raciais, pois brancas/brancos se autodenominaram, ao longo do processo histórico, a partir da afirmativa de "não sou aquele Outro". Por isso, apesar de ser relacional, do ponto de vista de se igualar aos outros termos raciais, a branquidade é menos claramente marcada, ou seja, é "imperceptível".[15]

Essa característica de ser não marcada produz efeitos deletérios para o campo do saber criminológico, pois é o poder (branquidade)[16] que condiciona o saber (Zaffaroni, 2011, p. 63). Assim, lhes é possível, em primeiro lugar, ocultar uma das facetas do poder punitivo (controle social difuso e institucionalizado) que lhes são auxiliares na manutenção do controle social herdado historicamente pelo processo de colonização.

Nesse processo, o saber criminológico, ainda sob o paradigma da reação social, mesmo amparado no discurso da luta de classes e da conformação do poder, parece se omitir em relação aos aspectos de dominação racial herdados historicamente no processo de colonização. De acordo com Zaffaroni (1992), sempre que um aspecto do poder punitivo se omite no discurso criminológico e jurídico, a omissão é suspeita, pois uma omissão no discurso oculta uma das facetas de sua perversão.

15. Apesar de não marcada, Frakenberg sinaliza que não é para todo mundo que a branquidade é imperceptível. Para homens e mulheres negras, a branquidade sempre foi bastante visível, ainda que os "microclimas culturais" permitam que esse conceito desapareça na visão de alguns brancos, diluindo-se numa falsa universalidade (FRAKENBERG, 2004, p. 313).

16. O autor diz que é o "poder que condiciona o saber", mas, como associamos o poder à branquidade, colocamos esse conceito entre parênteses – devemos ressaltar aqui que a colocação foi nossa.

Por ser não marcada, a branquidade tem o poder de ocultar processos que garantem o seu domínio, a partir da omissão da questão racial como o paradigma estruturante do controle social que se firmou nas sociedades que sofreram o processo de colonização.

As consequências disso para o discurso criminológico são amplas e muito complexas, sendo impossíveis de serem tratadas aqui, mas nos permitimos perpassar sobre duas delas a partir de nosso ponto de vista. A primeira consequência é a produção e reprodução de um discurso criminológico que se diz universal, mas em realidade é bem demarcado (branco). A segunda consequência é a configuração do paradigma da reação social em que se origina a criminologia crítica a partir de um lócus insuficiente, eis que não golpeia a principal base do paradigma etiológico da criminologia: a dominação racial[17].

Assim, uma questão que se impõe a fim de delimitar os conceitos e a amplitude do controle social em sua relação com a perpetuação do poder é reconhecer que nossa criminologia jamais deixou seu comprometimento com a branquidade, produzindo um saber bem demarcado, mas cuja demarcação não é perceptível.

Outra questão refere-se ao papel que as epistemologias feministas na criminologia desempenham nesse processo. O paradigma de gênero incorporado nos estudos sobre gênero nos anos 1960, no interior da Criminologia Crítica, tem centrado as análises sobre as relações das mulheres com o sistema de justiça criminal, culminando na denominada criminologia feminista ou no feminismo criminológico. Esta teria o intuito de trazer para o âmbito das reflexões sobre o sistema penal a compreensão da lógica androcêntrica que estrutura o funcionamento das agências de controle penal.

Segundo Britton (2000, p. 40), os trabalhos em Criminologia Feminista podem ser divididos em três tipos, de acordo com o tipo de relação das mulheres

17. O trabalho de Goes (2015) fornece contribuições importantes nesse sentido. No trabalho desse autor demonstra-se como o paradigma etiológico de Lombroso, principal representante da Escola de Antropologia Criminal na Itália do século XIX, fundou-se sob uma base racista. Tal constatação é feita, sobretudo, a partir da análise de sua primeira obra intitulada *L'uomo bianco e l'uomo di colore: letture sull'origine e la varietà delle razze umane* (*O homem branco e o homem negro: leituras sobre a origem e a variedade da raça humana*), publicada em 1871. A partir dessa obra, visualiza-se como Lombroso baseou-se em diferenças raciais entre o homem branco e o homem negro para construir sua teoria da delinquência nata que origina o paradigma etiológico da Criminologia Positivista e que culmina na obra *L'Uomo Delinquente*, em 1876. Nesse sentido, prova-se como a Escola Positiva da Criminologia teve como mote central a questão racial.

com o sistema de justiça criminal possuem como foco: mulheres como ofensoras, como vítimas e mulheres que trabalham no sistema de justiça criminal – um exemplo seriam as agentes penitenciárias.

De modo geral, no entanto, pode-se dizer que foi a partir do feminismo criminológico que se produziu uma diferente leitura do sistema penal, baseada no sistema sexo/gênero que estruturou, de acordo com a visão feminista, a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, as relações produtivas e reprodutivas auxiliariam no entendimento desse sistema androcêntrico. As primeiras seriam historicamente direcionadas aos homens, enquanto as segundas, às mulheres (BARATTA, 1999, p. 45).

Sendo o sistema penal um controle específico das relações de trabalho que se dão no âmbito produtivo, bem como da ordem pública – na qual os homens seriam protagonistas –, ele não atingiria o domínio da vida privada, das relações reprodutivas e, portanto, atuaria fora do alcance de controle feminino (BARATTA, 1999:45). Dentro dessa ótica, o controle penal sob as mulheres teria caráter apenas residual. Veja-se:

> O sistema de justiça criminal, portanto, é duplamente residual. Este intervém, de modo subsidiário, para sancionar as desobediências à moral do trabalho (a qual se impõe aos não proprietários de galgar aos recursos socialmente produzidos nos limites de seus salários), para disciplinar os grupos marginalizados do mercado oficial de trabalho, e para assegurar a ordem pública e a política necessária ao "normal" desenvolvimento das relações sociais de produção. Em outras palavras, o sistema de justiça criminal dirige-se àqueles que possuidores (e, de maneira residual, como examinaremos, àquelas possuidoras) de papéis masculinos para os quais não tenha sido suficiente a disciplina do trabalho, ou àqueles que tenham ficado à margem do mercado oficial de trabalho e da economia formal (BARATTA, 1999, p. 47-48).

No mesmo sentido, Elena Larrauri (1994) argumenta que os padrões de gênero que foram impostos às mulheres tiveram um papel primordial para que o controle social dirigido a elas se concentrasse no âmbito privado, eis que uma ruptura nesses papéis levaria, *a priori*, a um tipo de controle informal, diferentemente do que ocorre com os homens.

Tal argumentação possui sua maior justificativa no cômputo geral das taxas de encarceramento masculino, notadamente superiores ao feminino. No caso do Brasil, por exemplo, no ano de 2014, se computou uma população de 579.7811 pessoas no sistema penitenciário, e, desse total, 542.401 são homens e apenas 37.380 são mulheres (BRASIL, 2014, p. 5).

Com base nessas disparidades, se argumenta que na dinâmica da seletividade do sistema penal, os homens seriam os alvos preferenciais, de modo que a enorme diferença entre as taxas de encarceramento masculino e feminino comprovaria essa dimensão residual que o sistema de justiça criminal imprime às mulheres, controladas com maior rigor no âmbito privado.

Para Larrauri (1994), três tipos de controle incidiriam mais rigorosamente sob as mulheres, dentre os quais: o controle doméstico, o controle médico e o controle público difuso. No primeiro, tem-se a educação familiar que atribui às mulheres o papel de reprodutoras, em que o aspecto central de sua vida se daria com a maternidade. Mais do que isso, recebem, fundamentalmente uma educação extremamente diferenciada, em que lhes são impostas condições muito mais rígidas de atividades. Exigem-se horários determinados e explicações sobre parceiros sexuais. Segundo a autora, essa "preocupação" estaria ligada com o controle da sexualidade das filhas pelos pais. Passado o controle do pai, a mulher estaria, na fase adulta, sujeita ao controle do marido, especialmente quando depende financeiramente deste (LARRAURI, 1994).

O controle médico se daria na medida em que a medicina possuiria a tendência de trabalhar as questões das mulheres como doenças individualizadas. Desse modo, seria um controle que teria a incumbência de atenuar as revoltas das mulheres, eis que os problemas levantados não são tratados como públicos e a mulher é instigada a apenas se adaptar a situação (LARRAURI, 1994, p. 6).

Por sua vez, o controle público difuso seria aquele que se exerce por meio de mecanismos complexos que objetivam dificultar o acesso das mulheres aos espaços públicos. As expressões comumente ditas como "*andá a lavar losplatos*" ou "*quedate em tu casa*" seriam exemplos de expressões que reafirmam a distribuição das tarefas e espaços de maneira bastante diferenciada a homens e mulheres, cuja mensagem primordial é de que os espaços públicos não pertencem às mulheres (LARRAURI, 1994).

Assim, o controle social penal seria dirigido às mulheres em último caso, quando todas as outras esferas de controle, que imprimem maior repressão à conduta das mulheres, tiverem falhado.

Ainda, na ótica da Criminologia Feminista, as mulheres que são sujeitas ativas do delito possuem tratamento diferenciado, seja no conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição, seja no agravamento das formas de execução penal por causa do desvio de seus papéis de gênero (CAMPOS; CARVALHO, 2011, p. 152).

De outra parte, os estudos das relações das mulheres com o sistema de justiça criminal sob a ótica vitimizante parecem ter sido priorizados em relação à

mulher criminalizada. Isso pode ser exemplificado na atuação do movimento feminista em inúmeras pautas, como a criação da Lei Maria da Penha, ou no recrudescimento das penas de estupro de modo que, conforme aduz Campos (2010), parece ter havido a produção no sistema penal, da fixação de um sujeito vitimário reservado às mulheres, especialmente no que tange à questão da violência doméstica (CAMPOS, 2010, p. 4).

Contudo, a desconstrução do sujeito vitimário imprimido à mulher e os crescentes estudos sobre a criminalização das mulheres vêm propiciados, sobretudo, pelo vertiginoso crescimento das mulheres no sistema prisional, oriundo da participação feminina no comércio de drogas ilegais, que produziu uma taxa de crescimento feminino superior ao masculino, esbarrando o número de 570% de aumento no período de 2000 a 2014. O tráfico de drogas também responde por aproximadamente 68% das prisões de mulheres no Brasil [18] (BRASIL, 2014, p. 5).

No mesmo relatório, destaca-se também a proporção de mulheres negras presas. As mulheres negras respondem por aproximadamente 67% do encarceramento feminino, enquanto as brancas correspondem a apenas 31%. Isso quer dizer que a cada três mulheres presas no Brasil, duas são negras (BRASIL, 2014, p. 24).

Contudo, analisando tais fenômenos apenas sob a ótica do controle social formal e informal, seria possível, *a priori*, estabelecer uma argumentação no sentido de visualizar uma crescente participação feminina nas redes de tráfico como produzidas também por uma majoração da participação nos espaços públicos e ambientes laborativos. Por estarem mais inseridas nos meios produtivos, também as mulheres estariam mais inseridas nos alvos das agências do controle institucionalizado.

No entanto, esse modo de visualizar a relação das mulheres com o sistema de justiça criminal necessita ser desconstruído por duas razões. A primeira delas já expomos parcialmente quando falamos de Zaffaroni (1988) e de suas ponderações sobre as dinâmicas de controle do sistema penal no ambiente latino-americano que, ao serem subterrâneas ou parainstitucionais, não podem ser medidas apenas por meios institucionais, ou seja, o encarceramento. A segunda diz respeito às críticas produzidas pelo feminismo negro e por teorias decolo-

18. Apesar dos dados citados anteriormente que comprovam a maior taxa de encarceramento masculino, ressalta-se que o mesmo relatório traz que no período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20% (BRASIL, 2014).

niais do feminismo. Sobre o primeiro ponto, acrescentaremos mais algumas considerações nas seguintes linhas. O segundo será objeto do tópico posterior.

Além da compreensão de que temos sistemas penais subterrâneos, Zaffaroni (1992) ainda nos acrescenta mais uma ponderação acerca dos mecanismos de controle social. Segundo ele, a criminologia de cunho etiológico, por pensar as causas do crime, tinha a prisão como seu laboratório. Dentro desse contexto, a mulher ocupava um lugar completamente secundário, porque um poder punitivo que se revelava apenas como poder de criminalização e encarceramento minimizava um gênero cuja representação girava em torno de três ou quatro por cento da população penal. Assim, a mulher aparecia como virtualmente excluída do poder punitivo, centrado quase unicamente sobre os homens.

Segundo ele, essa aparente comprovação permitiu que o discurso criminológico afirmasse que a mulher delínque menos, através de uma lógica simplista: "se há menos mulheres encarceradas, é porque cometem menos delitos". Todavia, esse fato não era visto como sinônimo de superioridade. Pelo contrário, isso era derivativo de sua inferioridade (ZAFFARONI, 1992).

No marco positivista, as análises da criminalidade da mulher limitavam-se, por isso, ao que se pode chamar de "delitos de gênero", como o infanticídio, o aborto e os homicídios passionais. A mulher que eventualmente fosse criminalizada por outros delitos era vista como virilizada, portadora de uma patologia degenerativa, eis que a mulher "normal" não seria capaz de cometer delitos violentos (ZAFFARONI, 1992).

Segundo Zaffaroni (1992), esse legado de um saber criminológico positivista reduziu o horizonte de projeção da criminologia que, mesmo depois da incorporação – pela criminologia da reação social – da categoria da "seletividade", seguiu sem atenção ao problema da discriminação feminina, dadas as suas menores taxas de criminalização secundária, o que levou à afirmação de que a preferência seletiva de gênero era masculina.

Todavia, Zaffaroni (1992) critica a afirmação de que o poder punitivo seria de mais baixa intensidade à mulher, por conta de sua menor taxa de criminalização. Para ele, afirmar isso é desprezar a maior parte – e a mais importante – do poder punitivo: o poder de vigilância.

Segundo ele, as afirmações de que as agentes de criminalização servem apenas para criminalizar um grupo ínfimo de pessoas, selecionadas entre os ladrões mais torpes e conforme estereótipos nos quais se encaixam pessoas com menos poder, seriam ridículas, eis que o poder seletivo de criminalização seria, de fato, um poder bem pequeno e de nenhuma maneira poderia explicar todo o aparato punitivo de um sistema penal:

> Sería poco menos que un delirio colectivo el sostenimiento de un mecanismo tan complejo y costoso sólo para ejercer un poder enteramente arbitrario sobre unos pocos hombres carentes de mayor relieve social y protagonistas de conflictos menores (ZAFFARONI, 1992).

Assim, o maior atributo do poder punitivo seria o poder de vigilância:

> Efectivamente, no hay tal delírio. La potestade de criminalizar a los ladrones más torpes de casa sociedade no es más que el pretexto para que el poder punitivo ejerza su verdadeiro atributo, que es el poder de vigilancia. La criminalización no és más que el precio para la vigilancia (ZAFFARONI, 1992).

Nesse sentido, o poder de vigilância seria um poder formidável e com perspectivas inquietantes. É um poder verticalizado do modelo corporativo de sociedade, regido por vínculos de autoridade e, consequentemente, com progressiva exclusão dos vínculos horizontais ou de simpatia, próprios do modelo comunitário de sociedade. O avanço do poder de vigilância implicaria a redução dos espaços sociais, das possibilidades de diálogo, de coalização, de resistência. O poder de vigilância seria responsável pela pulverização da sociedade, com uma hierarquia social rígida (ZAFFARONI, 1992).

Esse poder, contudo, não pode ser considerado inofensivo ou menor em sua relação com as mulheres. Teria a mesma incidência na mulher, pois sua concepção é senhorial, e esse poder positivo ou vigilante pode ser até maior sobre a mulher, quando o percebemos como grande apoiador das formas de controle social mais ou menos informais (ZAFFARONI, 1992).

A característica mais propriamente atribuída a esse poder seria sua perversidade na forma de agir e controlar. Gesta-se no seio da opinião pública um clamor punitivo que, na verdade, seria um clamor pela vigilância punitiva. Através da utilização dos meios de comunicação de massa, projeta-se no imaginário social um perigo que não existe ou que é menor daquele veiculado. Consequentemente, intensifica-se o clamor repressivo contra a chamada "delinquência comum" (ZAFFARONI, 1992).

Dessa maneira, o poder de vigilância concentra-se na ação "preventiva", que se dá nas ruas, nas zonas de maior rentabilidade. Isso provoca uma seleção vitimizante, pois, segundo o autor, o que é socialmente vulnerável não é somente criminalizado, mas também vitimado, e isso seria uma seleção vitimizante que o discurso etiológico evidentemente oculta e é aí que as mulheres possuem uma participação importante (ZAFFARONI, 1992).

As ponderações que Zaffaroni (1992) traz para compreender a relação das mulheres com o controle social são importantes em três aspectos. O primeiro

deles reside na importância de se considerar aqueles mecanismos de controle penal não institucionalizados, ou seja, parainstitucionais ou subterrâneos, a fim de que possamos, limitadamente aqui, questionar as narrativas sobre o controle das mulheres nos seguintes aspectos: Por que deveríamos partir do ponto de vista de que as mulheres têm no controle difuso seu principal mecanismo de controle nos utilizando de um método tão simplista que é considerar apenas a população carcerária? Não seria necessário considerar também as reais práticas que o sistema penal – a nível subterrâneo – dirige às mulheres?

O segundo é sobre o papel do poder de vigilância, gestado no seio de uma sociedade com clamor repressivo e que, por sua ação eminentemente preventiva, tem caráter policialesco (ainda mais quando se considera as características das Polícias na América Latina) e que pode não incidir diretamente no quantitativo da clientela dos cárceres ocidentais, mas nem por isso representa um controle não punitivo.

Em terceiro, é necessário considerar as reflexões trazidas no âmbito do feminismo negro em relação às experiências das mulheres negras, que negam a entrada tardia da mulher no mercado de trabalho, nos levando a crer que o interesse das instâncias de controle penal sobre o corpo da mulher não é um fenômeno atual, quando colocamos a questão racial e a colonialidade no centro dos debates sobre criminalização das mulheres.

3. O feminismo negro, decolonial e as novas possibilidades de leitura do controle social[19]

O pensamento feminista negro, conforme já expusemos, são as teorias criadas por e para pensar sobre mulheres negras. A experiência para o feminismo negro é um aspecto fundamental de construção teórica. De acordo com Collins (1998; 2000), o feminismo negro tem o desafio de resistir a duas formas de conduzir os estudos sobre consciência de grupos oprimidos que são prevalentes sobre os demais. A primeira é a visão de que grupos oprimidos criam uma identificação com o poder e não têm interpretações válidas sobre suas próprias

19. A nossa opção pelo uso da expressão "decolonialidade" em vez de "descolonialidade" se dá pelas razões expostas por Catherine Walsh, eis que buscamos uma proposta que não tenha o intuito de superar o colonial, até porque isso seria impossível. A opção pela palavra "decolonialidade" denota um posicionamento contínuo de transgressão, que vai além de superar o colonial, em que seja possível identificar e visibilizar construções alternativas (WALSH, 2009, p. 14-15).

opressões. A segunda é a de que os oprimidos são menos capazes de articular seus próprios pontos de vista.

Bairros (1995, p. 463) aduz que Collins desvenda uma histórica trajetória de mulheres negras que desafiaram ideias hegemônicas da elite masculina branca, expressando a necessidade do entrelaçamento de raça, gênero e classe. A contribuição intelectual que mulheres negras dão ao feminismo não seria apenas aquela produzida no âmbito do meio acadêmico, mas principalmente aquelas produzidas por mulheres que pensaram suas experiências como mães, professoras, empregadas domésticas, militantes etc.

A produção intelectual desses diferentes pontos de vista originou uma trajetória que aponta para cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista negro – uma história de luta; a interligação entre raça, gênero e classe; o combate aos estereótipos ou imagens de controle; a atuação como mães professoras e líderes comunitárias; e a política sexual (BAIRROS, 1995, p. 462).

Apesar disso, não é correto afirmar, todavia, que o feminismo negro é único. Pelo contrário, Hurtado e Figueroa (2014) apontam que ainda há pouco era comum que as referências ao feminismo negro o descrevessem como uma corrente de pensamento estadunidense, firmada desde a década de 1970, e que seria capaz de explicar as experiências das mulheres negras em todo o mundo.

Contudo, para desmistificar essa crença, as autoras utilizam o termo "feminismo afrodiaspórico", para que se possa levar em consideração a ampla gama de perspectivas teóricas e analíticas que englobam as mulheres descendentes de africanas e africanos do continente e da diáspora. Assim, haveria o "feminismo afrodiaspórico", com suas vertentes como o feminismo afrolatino-americano e o feminismo africano. Indo um pouco adiante, pode-se dizer, ainda, que o termo diaspórico no feminismo possuiria o intuito de demarcar as fronteiras transnacionais que envolvem a luta das mulheres negras ao redor do mundo (HURTADO; FIGUEROA, 2014).

Apesar de suas diferenças, tem-se que a movimentação das mulheres negras surgiu em decorrência da necessidade de construir alternativas analíticas para se pensar gênero e raça conjuntamente. No caso do Brasil, o ressurgimento dos movimentos feminista e negro em meados da década de 1970 provocou uma inquietação nas mulheres negras, eis que em ambos os movimentos as negras apareciam apenas como sujeitos implícitos (RIBEIRO, 1995, p. 1).

Segundo Rodrigues e Prado (2010), o processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra adquire maior dimensionamento a partir dos embates entre mulheres negras e brancas, no Encontro Feminista realizado em Bertioga, no ano de 1985. A consequência foi a construção de um novo sujeito

político organizado, culminando na realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, no ano de 1985, não sem ser severamente criticado, tanto por setores do movimento feminista, quanto por setores do movimento negro.

Apesar das críticas e tensões, não se pode negar os inúmeros avanços que esse sujeito político engendrou nos movimentos sociais, produzindo formas analíticas próprias e inúmeras críticas ao denominado *mainstream* feminista que, em que pese todas as conquistas que protagonizou[20], à semelhança de outros movimentos sociais, também foi prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Carneiro (2003, p. 118) compreende que a expressão "enegrecendo o feminismo" designa a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, ressaltando a crítica a uma identidade branca e ocidental, bem como a insuficiência teórica e prática do *mainstream* feminista para assinalar as diferentes expressões do feminino, especialmente naquelas sociedades que são multirraciais e multiculturais (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Houve, nesse aspecto, a produção de gêneros subalterizados, no tocante à construção de uma identidade feminina estigmatizada (mulheres negras e indígenas), sempre com prestígio inferior ao do gênero feminino racial dominante – mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Nesse sentido, a dimensão de que o gênero não é suficiente para produzir uma solidariedade racial intragênero fez com que mulheres negras apontassem as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre mulheres brancas e negras no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 120), culminando no que se denomina hoje de feminismo negro.

Lélia Gonzalez (1982, p. 100) também foi uma importante expoente do feminismo negro brasileiro e denunciou a exclusão das mulheres negras dentro do discurso do movimento feminino no país. A autora já sinalizava um atraso político dentro dos movimentos feministas brasileiros na insistência de dene-

20. Entre as conquistas descritas pela autora, destaca-se a luta contra a violência doméstica e sexual, a conquista de direitos sexuais e reprodutivos, a aprovação de projeto de lei que prevê reserva de vagas para mulheres em partidos políticos, a diversificação ocupacional das mulheres no âmbito do mercado de trabalho, o protagonismo na luta por creches e a atuação no processo de redemocratização do país, bem como na promulgação de alguns dispositivos que nortearam o desenvolvimento da Constituição de 1988, assegurando um *status* de igualdade jurídica para as mulheres (CARNEIRO, 2003, p. 117-118).

gar o racismo para esconder a exploração que as mulheres negras sofrem por parte de outros setores "progressistas", incluindo aí as mulheres brancas. Isso porque:

> As representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminada, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes mecanismos do branqueamento e do mito da democracia racial (GONZALEZ, 1982, p. 100).

O feminismo negro desloca o olhar clássico do feminino branco, hegemônico e de classe média para problematizar as discriminações que não estão inseridas dentro da problemática feminista por não serem sentidas por mulheres pertencentes a grupos raciais hegemônicos. Nesse sentido, temas como discriminação racial no mercado de trabalho, violência policial e racial, saúde e mortalidade materna de mulheres negras, representatividade nos meios de comunicação, entre outros temas, são apontados para a construção de uma agenda feminista que englobe aspectos raciais (CARNEIRO, 2003).

Um exemplo de crítica importante para nossa pesquisa é a que diz respeito ao mercado de trabalho. Segundo Gonzalez (1984, p. 4), entre as décadas de 1968 e 1980, vários meios de comunicação estavam anunciando as importantes transformações ocorridas no seio da sociedade nacional no que tange à utilização da força de trabalho feminina, sobretudo nos anos setenta. De 1970 a 1976, a força de trabalho feminino dobra, enquanto o número de mulheres na universidade quintuplica. Havia dizeres no sentido de ser a maior transformação da condição da mulher no país, em que as mulheres haviam conseguido não só adentrar no mercado profissional, como também abandonar os setores produtivos que absorveriam a força de trabalho menos qualificada e pior remunerada.

Os anúncios que comunicavam os avanços da mulher no mercado de trabalho seriam bastante animadores, se não anunciassem apenas a condição da mulher branca, afirmava Gonzalez (1894, p. 5). As mulheres negras concentravam-se na mão de obra manual, agropecuária ou com pouca exigência de qualificação. Além disso, em uma pesquisa em que realizou com mulheres negras de baixa renda em 1983, pouquíssimas haviam começado a trabalhar já adultas, e a maior parte entrava no mercado de trabalho na faixa de 8-9 anos para ajudar nas despesas domésticas (GONZALEZ, 1984, p. 5). Vejamos:

> Em pesquisa que realizamos com mulheres negras de baixa renda (1983), muito poucas, dentre nossas entrevistadas, começaram a trabalhar já adultas. Migrantes na grande maioria (principalmente vindas de Minas Gerais,

> do Nordeste ou do interior do Estado do Rio de Janeiro), e muitas vezes já tendo "trabalhado na roça", entravam na força de trabalho por volta dos 8-9 anos de idade para "ajudar em casa". Desnecessário dizer que, nos centros urbanos, começavam a trabalhar "em casa de família", além de tentarem freqüentar alguma escola. Pouquíssimas conseguiram "fazer o primário". Um dos depoimentos mais significativos para nós, o de Maria, fala-nos das dificuldades da menina negra e pobre, filha de pai desconhecido, em face de um ensino unidirecionado, voltado para valores que não os dela. E, contando seus problemas de aprendizagem, ela não deixava de criticar o comportamento de professores (autoritariamente colonialistas) que, na verdade, só fazem reproduzir práticas que induzem nossas crianças a deixar de lado uma escola onde os privilégios de raça, classe e sexo constituem o grande ideal a ser atingido, através do saber "por excelência", emanado da cultura "por excelência": a ocidental burguês. (GONZALEZ, 1984, p. 5)

A desmistificação da entrada ao mercado de trabalho tardiamente pelas mulheres, empreendida pelos feminismos negros, é um fator importante para compreendermos a dinâmica do controle social das mulheres para além da análise simplista do trabalho reprodutivo (controle difuso) e trabalho produtivo (controle institucionalizado).

Mais que isso, a construção de um discurso feminista negro não pode desconsiderar a história, no que tange às reminiscências do período escravocrata e que ainda ecoam na vida das mulheres negras na atualidade. Aliás, um dos fatores que aproximam o feminismo negro da decolonialidade é a crítica a uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista, que também é apontada por Gonzalez (1988, p. 135) como uma das causas desse "esquecimento" do racismo dentro do movimento feminista.

Nesse caso, a perspectiva histórica é importante. Gonzalez (1983, p. 230) faz, por exemplo, uma alusão à figura da mucama como uma possibilidade de análise para a posição da mulata no carnaval e enquanto empregada doméstica. Para ela, o engendramento da mulata (dotada de apelos sexuais) com o da empregada doméstica (cotidiana) se faz a partir da figura da mucama, eis que essa figura se confrontava a partir da prestação de serviços permitidos (os domésticos) e os ocultos (sexuais).

Assim, pela importância do aspecto histórico que produziu reminiscências nas condições de vida da mulher negra hoje, a crítica que o feminismo negro empreende ao racismo é fundamental. Além disso, por empreender críticas ao eurocentrismo que trata a mulher branca como categoria universal e estigmatiza outras formas do ser feminino (colonialidade), é que se pode apontar as semelhanças e necessárias aproximações entre os feminismos negros e os fe-

minismos decoloniais, eis que a colonialidade torna-se central para entender a naturalização da mulher como categoria universal por tanto tempo aceita pelo *mainstream* feminista.

A colonialidade é um fenômeno histórico bastante complexo que se estende até os dias atuais e designa um padrão de poder que se opera por meio da naturalização das hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas. Assim, a decolonialidade supõe um projeto que tem o intuito de transcender o padrão colonial (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 15-16).

As teorias feministas decoloniais, nesse aspecto, trouxeram importantes contribuições para se pensar sobre a categoria analítica gênero. As análises trazem a categoria gênero como um dos eixos do projeto colonial, utilizadas como mecanismos de reprodução das assimetrias do poder no mundo contemporâneo. Gênero passa a ser visto como elemento estruturador da colonialidade (e não apenas subordinado). Assim, é possível uma leitura do patriarcado como originariamente imbricado com outras categorias coloniais, o que produz uma necessidade de entrelaçamento entre categorias como raça e gênero, além de outras (COSTA, 2010, p. 50).

Esse novo modo de visualizar a categoria gênero, a partir de conceito de "colonialidade de gênero", foi engendrado por Lugones (2014). Essa autora compreende a dicotomia hierárquica entre humano e não humano como a dicotomia central da modernidade colonial, que teve início nas Américas e no Caribe com a colonização, impondo às colonizadas e aos colonizados um *status* de não humano. Segundo ela, outras dicotomias hierárquicas também funcionavam a serviço do homem ocidental, incluindo aquela de homens e mulheres. Porém, as colonizadas e os colonizados não adquirem, em princípio, o *status* de homens e mulheres, pois eram considerados animais selvagens, bestiais, incontrolavelmente sexuais e pecaminosos.

No entanto, já existia no mundo animal diferenciações entre o macho e a fêmea, onde o primeiro era visto como a perfeição, enquanto a fêmea era a deformação do macho (LUGONES, 2014, p. 937). A partir disso, o colonizador empreendeu a classificação das colonizadas e dos colonizados como fêmeas e machos. Segundo ela:

> Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do "homem", o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como "mulheres", a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colo-

> nizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. O que tem sido entendido como "feminização" de "homens" colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as (LUGONES, 2014, p. 937).

Desse modo, o gênero produziria o sexo, e não o contrário, no que tange às colonizadas e aos colonizados, eis que no cerne da diferença colonial, a racialização produziria a distinção entre humano e não humano. Sexo deveria estar isolado na caracterização das colonizadas e dos colonizados, eis que torná-los humanos não seria interessante ao empreendimento colonizador, pois a normatividade colonial conectava o gênero à civilização (LUGONES, 2014, p. 937-938), o que implicava à colonizada a característica de não mulher:

> A consequência semântica da colonialidade do gênero é que "mulher colonizada" é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojouner Truth é, obviamente, "não". Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da "diferença colonial". Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero. A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero nas organizações indígenas do social. Tal coisa não existe; "gênero" não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa (LUGONES, 2014, p. 939).

Assim, segundo a autora, o feminismo descolonial pensa sobre as bases e desde a diferença colonial. Descolonizar o gênero, nesse aspecto, seria criticar a opressão de gênero racializada, capitalista e heterossexualizada. Isso produz uma necessidade de analisar as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem ou são construídas pelo *status quo* (LUGONES, 2014, p. 940).

A colonialidade de gênero seria, nesse aspecto, a compreensão de que a opressão colonial tem origens em interações complexas de sistemas econômicos, racializadores e engendrados (LUGONES, 2014, p. 941).

> O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apaga-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com "mulher", o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 949).

Em acordo com as considerações das feministas decoloniais, pode-se traçar inúmeros pontos que convergem com o feminismo negro. O aspecto histórico que fundou as diferenciações entre diferentes grupos humanos, a partir das complexas interações de categorias como raça e gênero, é importante para o feminismo negro, a partir da denúncia da insuficiência das análises centradas apenas no gênero. A crítica ao feminismo hegemônico – chamado por Gonzalez de neocolonialista – estabelecida a partir da mulher universal (branca) é, em última instância, uma crítica aos padrões de poder colonial da branquidade como invisível, mas bem demarcada.

4. A negra e o feminismo criminológico

As críticas colocadas pelo feminismo negro e pelo decolonial, conforme trazido pelo tópico anterior, nos ajudam a transplantar algumas problemáticas presentes também no campo criminológico, já produzidas por algumas autoras.

O trabalho de Flauzina (2006, p. 131) descreve algumas problemáticas nesse sentido. Após demonstrar que o sistema penal possui no racismo um elemento estruturante, a autora traz para si o papel de citar algumas das formas de genocídio imprimido à população negra. Sobre as negras, argumenta que a elaboração que visa sustentar a vitimização feminina pelo controle social formal, exclusivamente a partir dos argumentos de fragilidade e passividade, não corresponde à realidade das mulheres negras brasileiras. Para ela, se o espaço privado foi eleito como arena para o controle feminino, o controle público sempre esteve presente durante a história de tais mulheres, além dos estigmas que associam a negritude feminina como lascívia e promíscua e as afastam da "honra feminina".

> Dentro dessa perspectiva, podemos inferir que, a exemplo do que ocorre com os homens e numa proporção muito menor, as ingerências do sistema penal quanto à criminalização feminina também foram historicamente formatadas para o controle das mulheres negras. Circulando pelo espaço público antes e com muito mais intensidade do que as mulheres brancas, as negras teriam de ser controladas de perto nesse ambiente, que, paradoxalmente, não lhes era próprio pela sua condição feminina. Ou seja, o processo de desumanização imposto às mulheres negras pelo racismo solapa as possibilidades de se reconhecer nesse segmento os atributos típicos da feminilidade, o que abre espaço para que à pena privada que lhe é imposta somem-se também as marcas da pública. Os níveis de criminalização de mulheres, que começam a crescer de maneira preocupante, atingem, nestes termos, as negras em especial, por serem elas o alvo preferencial de um sistema condicionado pelo patriarcalismo e o racismo (FLAUZINA, 2006, p. 132).

No que se refere à vitimização em termos de violência sexual, Flauzina (2006) destaca que a sexualidade da negra, por ser correntemente descrita como promíscua, a impede, muitas vezes, de ser considerada vítima de um crime sexual. A mulher negra é, portanto, a "antimusa" do sistema penal:

> Tendo em vista a existência das *basicrules*, que, como já sinalizamos, servem como um repertório que influencia em grande medida a atuação de todas as agências do sistema penal, alcançando inevitavelmente o Judiciário, a imagem comprometedora das mulheres negras, sedimentadas no imaginário nacional, define de maneira definitiva seu acesso ao aparato penal, sendo empurrada para fora de uma vitimologia construída em torno dos corpos brancos.
>
> Ao negligenciar o racismo como uma condicionante fundamental das relações de gênero dentro do sistema penal, há ainda que se considerar que se perdem de vista os efeitos correlatos da atuação do sistema penal que, ordinariamente, não estão colocados para as mulheres brancas. Assim, a análise acaba ficando restrita aos processos de vitimização que se dão dentro da mecânica do próprio sistema, atentando para as problemáticas que situam a mulher no lugar de vítima, diante do empreendimento penal (FLAUZINA, 2006, p. 134).

Flauzina (2006, p. 124) nos diz que tanto a Criminologia Crítica quanto mais recentemente a Feminista têm concentrado seus esforços nas análises das assimetrias reproduzidas pelo aparato de controle penal, a partir das categorias classe e gênero, respectivamente, menosprezando a questão racial.

De igual maneira, argumentamos que o paradigma de gênero na criminologia, foi incorporado na década de 1970, mas sob um viés bastante demarcado

(branquidade). Nesse aspecto, as críticas que o feminismo negro e o decolonial empreendem ao *mainstream* feminista são importantes para transformar os espaços também no âmbito da criminologia. Alguns trabalhos trazem contribuições para se pensar outras possibilidades para o campo.

Campos (2014) reconhece que novas possibilidades analíticas para o gênero estão sendo pensadas no âmbito da criminologia, a partir de três perspectivas: *Black Feminist Criminology*, teoria *queer* e a marginal.

A questão das denúncias de uma necessidade de uma criminologia feminista a partir de uma visão sobre a categoria raça, apesar de quase inexistente no Brasil, foi bem pontuada, inicialmente por Hillary Potter (2006), que denunciou a necessidade de se firmar um pensamento baseado nas experiências das mulheres negras enquanto grupo controlado pelo sistema penal, originando alguns apontamentos no que tange à construção de uma possível Criminologia Feminista Negra.

Esses apontamentos foram resultantes de uma pesquisa desenvolvida por Potter (2006) com mulheres negras vítimas de violência doméstica em uma comunidade norte-americana. Ela constatou que as mulheres reagiam à violência praticada por seus parceiros e, por causa disso, eram igualmente denunciadas. Segundo a autora, a reação das mulheres possuía justificativa intrínseca na desconfiança que elas depositavam no sistema de justiça criminal e no medo de ver o aumento da população negra encarcerada. Além disso, havia uma vinculação delas com a comunidade em que viviam, eis que a comunidade não necessariamente apoiava as denúncias. Além disso, havia o peso individual de ser mulher negra com filhos.

Potter (2006) sustenta que a criminologia feminista negra deve, portanto, se referenciar em quatro pontos: 1) a opressão estrutural sobre as mulheres negras (o racismo, o classismo, o sexismo); 2) a relação dessas mulheres com a comunidade; 3) as relações íntimas; e 4) os seus anseios enquanto indivíduos. Isso nos dá chave para entender que as relações que as mulheres negras estabeleceram e ainda estabelecem com as agências do sistema penal são bem mais complexas do que o feminismo hegemônico poderia imaginar.

Segundo a hipótese de Campos (2014), ao fazer um exercício de aplicação direta da perspectiva de Potter à realidade do Brasil, a argumentação seria em torno das mulheres que moram em comunidades de alto risco e com elevados índices de violência, também relutam em denunciar a violência do companheiro. Segundo ela, a Criminologia Feminista Negra também indagaria sobre a opressão das mulheres em comunidades dominadas pelo crime organizado; a

cultura da comunidade e sua relação com essa violência, os laços familiares da mulher e sua relação com essa violência.

Já sob outros aspectos, Daly e Stephen sustentam que uma análise feminista negra em criminologia significaria uma consciência de gênero racializada (negra) aplicada a qualquer mecanismo no campo do crime ou da justiça, eis que as relações desiguais são reproduzidas, tanto no direito, quanto nos processos judiciais (CAMPOS, 2014).

A possibilidade de uma criminologia feminista marginal, por outro lado, também enfatizaria a compreensão de outros sujeitos em novas perspectivas teóricas. Essas sujeitas seriam aquelas apagadas de vista, especialmente as mulheres negras e pobres da América Latina, que sofrem com a violência contra seus filhos e companheiros. Numa busca marginal, a análise criminológica deve visualizar tanto os corpos dos cadáveres como os corpos vivos das mães que lutam por reconhecimento (CAMPOS, 2014).

O racismo na perspectiva marginal também seria essencial, pois está na base da violência institucional. Mulheres indígenas, ribeirinhas, do campo, da floresta e mulheres lésbicas seriam reconhecidas por essa nova abordagem (CAMPOS, 2014).

Assim, a possibilidade de reconhecimento de sujeitas historicamente invisíveis no âmbito da Criminologia é aspecto central na análise da situação da mulher negra diante do controle social. É necessário abordar o racismo que domina a Criminologia Crítica e Feminista, desconstruí-lo no campo criminológico, incorporando estudos que reconheçam as diferenças do controle social que recaem sobre um corpo feminino negro.

5. Considerações finais

Ao abordar-se o tema do controle social dirigido às mulheres negras, apontaram-se as categorias do controle penal subterrâneo e o poder de vigilância como possíveis chaves para se descontruir as narrativas do controle feminino sobre uma perspectiva feminista hegemônica.

Por sua vez, com as contribuições do Feminismo Negro e do Decolonial, verifica-se que há outras formas analíticas de se inserir o gênero na Criminologia. Assim, o que pretendemos salientar é a necessidade da construção de uma criminologia demarcada (negra) que discuta os parâmetros de controle social das mulheres por vias estruturantes. As lacunas que se encontram na criminologia feminista tradicional ou *mainstream* são bastante semelhantes àquelas encontradas dentro do movimento feminista que o feminismo negro e

o decolonial denunciam. Especialmente aquelas no que tange ao ocultamento do racismo como uma estrutura que atua no campo criminal e possui inúmeras consequências no controle do corpo feminino pelas instâncias estatais, especialmente o das negras.

No Brasil, analisar as possíveis contribuições de uma criminologia feminista negra deve perpassar, também, as deficiências interpretativas da tese de que o controle penal possui apenas caráter residual no controle das mulheres, por estas estarem restritas ao ambiente doméstico é uma crítica baseada apenas nas experiências das mulheres brancas, que mascara processos históricos bastante complexos no que tange ao racismo enquanto sistema que estrutura os fenômenos no campo criminal.

Assim, esse artigo aponta para a necessidade de racializarmos as discussões que permeiam a vitimização/criminalização das mulheres e a operação das agências de controle social formal e informal sobre elas. Consideramos particularmente importante a demarcação do que está (in)visivelmente demarcado nos trabalhos criminológicos – a raça.

6. Bibliografia

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Dogmática e sistema penal*: em busca da segurança prometida. Tomos I e II. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. Revista *CCJ/UFSC,* n. 30, jun. 1995, p. 24-36.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: *Revista de Estudos Feministas*, ano 3, n. 458, 2. sem. 1995.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

BECKER, Howard. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Previdenciárias*: Infopen Mulheres, Brasil, jun. 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf]. Acesso em: 08.11.2016.

BRITTON, Dana M. Feminism in Criminology: Engendering the Outlaw. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 2000. p. 57-76.

CAMPOS, Carmen Hein de. Criminologias feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo. In: ANDRADE, V. R. P.; ÀVILA, G. N.; CARVALHO, G.M. (Org.). *Criminologias e política criminal*. Florianópolis: CONPEDI, 2014. v. 01.

CAMPOS, Carmen Hein. *Violência de Gênero e o novo sujeito do feminismo criminológico*. Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297085_ARQUIVO_Violenciadegeneroesujeitonofeminismocriminologico1.pdf]. Acesso em: 08.11.2016.

CAMPOS, Carmen Hein; SALO, Carvalho. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein. (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico feminista.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17. n. 49, set.-dez. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com o *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 99-127. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf]. Acesso em: 15.12.2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Though: Knowledge, Consciousness and the politics of Empowerment*. 2. ed. London: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minnesota: University of Minnesota, 1998.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 39, p. 45-59, jul.-dez. 2010.

DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e racismo.* Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Evandro C. Piza. Medo da mestiçagem ou medo da cidadania? Criminalidade e raça na obra de Nina Rodrigues. *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, Brasília, 2008.

DUARTE, Evandro C. Piza. Paradigmas em criminologia e relações raciais. Criminologia crítica, questão racial e racismo. *Caderno do CEAS – Revista Crítica de Humanidades*, n. 238, p. 500-526, 2016.

FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. Feminismo afrodiaspórico. Una agenda emergente del feminismo negro en Colombia. *Universitas Humanística*, p. 109-134, jul.-dez. 2014. Disponível em: [http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6404/8195]. Acesso em: 22.12.2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). *Branquidade*: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREITAS, Felipe. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. Criminologia crítica, questão racial e racismo. *Caderno do CEAS – Revista Crítica de Humanidades*, n. 238, p. 500-526, 2016.

GOES, Luciano. *A tradução do paradigma etiológico de criminologia no Brasil*: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues na perspectiva centro-margem. 242 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômica). In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra.* Comunicação apresentada na "1985 and Beyond: A National Conference". Baltimore, 9-12 ago. 1984. p. 1-13.

GONZALEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. In: ISIS Internacional & MUDAR – Mujeres Mujeres por un Desarrollo Alternativo. *Mujeres, crisis en movimiento*: América Latina y el Caribe, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. (Série Ciências Sociais Hoje. v. 2).

LARRAURI, Elena. Control informal: las penas de las mujeres. In: LARRAURI, Elena. *Mujeres, Derecho Penal y criminologia.* Madrid: Siglo XXI – España Editores S.A., 1994.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, set.-dez. 2014, p. 935-952.

POTTER, Hillary. An Argument for Black Feminist Criminology: Understanding African American Women's Experiences With Intimate Partner Abuse Using an Integrated Approach. *Feminist Criminology*, University of Colorado, v. 1, n. 2, p. 106-124, 2006.

PRANDO, Camila Cardoso de Melo. A contribuição do discurso criminológico latino-americano para a compreensão do moderno controle penal na América Latina. *Veredas do Direito*, v. 3, n. 6, p. 77-93, 2006. Disponível em: [http://www.domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/7_75.pdf]. Acesso em: out. 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo* e América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Socialies (CLACSO), 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial*: fuentes, conceptos y cuestionamentos. 1. ed. Colombia: Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga à Beijing. *Revista de Estudos Feministas*, ano 3, p. 443-457, 2. sem. 1995.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de Mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizadoras e articulações com o Estado brasileiro. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf]. Acesso em: 20.12.2016.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e realidade, 1990.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Ed Abya-Yala;Universidad Andina Simón Bolívar, 2009. Disponível em: [http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf]. Acesso em: 03.03.2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología*: Aproximación desde un margen. Bogotá: Editorial Temis S.A., 1988.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *La mujer y el poder punitivo*. Lima: CLADEM, 1992. Disponível em: [http://www.cubc.mx/biblioteca/libros/Zaffaroni%20-%20Mujer%20y%20poder%20punitivo.pdf]. Acesso em: 20.10.2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*: parte geral. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- As finalidades ocultas do sistema penal, de Fernanda Carolina de Araujo Ifanger e João Paulo Ghiraldelli Dal Poggetto – *RBCCrim* 124/259-297 (DTR\2016\24300);
- Justiça restaurativa e mobilização do direito pelas/para mulheres vítimas de violência doméstica: uma possível articulação em âmbito jurídico-criminal?, de Cristina Rego de Oliveira – *RBCCrim* 124/213-258 (DTR\2016\24299); e
- O controle penal moderno: colonialidade do poder e aprisionamento feminino, de Camila Damasceno de Andrade – *RBCCrim* 129/69-105 (DTR\2017\394).

Genocídio negro brasileiro: a importância da organização política Reaja ou Será Morta(o)

Brazilian black genocide: the importance of political organization Reaja ou Será Morto(a)/Reacts or Will Be Dead

Tarsila Flores

Mestranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília, UnB; Pós-Graduada em Gestão Pública e de Políticas Públicas pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-RJ); Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-SP).
tarsila.flores@gmail.com

Recebido em: 02.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autora: 18.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Direitos Humanos

Resumo: O presente artigo discute sobre o genocídio do povo negro no Brasil, e teve como objetivo geral discutir o papel da organização política *Reaja ou Será Morta(o)* como um dos movimentos sociais que intenta a defesa de direitos do povo negro, a partir da análise documental de seis textos do blog da organização, representativos dos anos entre 2012 e 2017. A introdução aborda análise bibliográfica sobre o fenômeno do racismo no Brasil e o genocídio do povo negro em curso, além de explicações metodológicas. Há três pontos estruturantes da discussão: 1. O debate sobre racismo e genocídio. 2. Os conceitos de *necropolítica* e *biopoder*, ambos para a discussão da pertinência de avaliação do processo de extermínio do povo negro no Brasil como um fenômeno de genocídio. 3. O papel da organização política *Reaja ou Será Morta(o)* como expoente extremamente significativo no debate e enfrentamento ao genocídio negro em curso no Brasil. Como resultados ficam expressas as ideias de fortalecimento comunitário e união do povo

Abstract: This article discusses the genocide of the black people in Brazil and had as a general objective to discuss the role of the political organization React or It will be Dead as one of the social movements that tries to defend the rights of the black people, from the documentary analysis of six texts of the blog of the organization, representative of the years between 2012 and 2017. The introduction addresses bibliographical analysis on the phenomenon of racism in Brazil and the genocide of the black people in progress, as well as methodological explanations. There are three structuring points of the discussion: 1. The debate on racism and genocide and 2. The concepts of necropolitics and biopower, both for the discussion of the pertinence of evaluation of the process of extermination of the black people in Brazil as a phenomenon of genocide. 3. The role of the political organization Reacts or Will be Dead as an extremely significant exponent in the debate and confrontation with the ongoing black genocide in Brazil. As a result, the ideas

negro, a organização política através dos ideais Pan-africanistas e denúncia aos mecanismos de defesa de direitos internacionais como pontos centrais das ações da organização *Reaja ou Será Morto(a).*

of community strengthening and union of the black people, political organization through the Pan-africanist ideals and denunciation of international rights mechanisms as central points of the actions of the React or the Dead Organization are expressed.

Palavras-chave: Genocídio negro – Necropolítica – Biopoder – Organização política *Reaja ou Será Morto(a).*

Keywords: Black genocide – Necropolicies – Biopower – Political organization React or be Dead.

Sumário: 1. Introdução e metodologia. 2. Racismo e genocídio negro. 3. Necropolítica e biopoder. 4. Contribuições fundamentais para o debate sobre o genocídio no Brasil: a organização Reaja ou Será Morto(a). 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas.

1. Introdução e metodologia

O *Atlas da violência* recentemente lançado (CERQUEIRA et al, 2017), uma publicação do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, inicia sua apresentação abordando importantes pontos de relevante discussão no que tange à questão dos homicídios no Brasil: rebeliões e consequentes massacres em complexos prisionais em Manaus-AM e em Natal-RN, no início do ano de 2017 e a ocorrência de ações orquestradas pelo crime organizado em diversas capitais brasileiras.

Tais situações são apenas uma mostra de cenas da violência, que expressam uma parcela do que foi apresentado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016): o Brasil apresenta, em cinco anos, maior número de homicídios (mortes violentas intencionais) do que a Síria, país em guerra, no mesmo período. Entre 2011 e 2015, os números de homicídios no Brasil foram de 278.839 ocorrências, dentre os casos de mortes decorrentes de intervenção policial, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio. No mesmo período na Síria, segundo o Observatório de Direitos Humanos daquele país, as ocorrências de mortes violentas intencionais foram no total de 256.124 casos.

O que nos importa, na discussão desse artigo, é a reflexão sobre o fato de que de cada 100 pessoas vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negras e jovens, o que pode permitir constatar que a juventude negra brasileira vive um risco de morte comparável a países em guerra (CERQUEIRA et al, 2017, p. 30). Dentre o quadro das mortes totais, importa ainda mais para essa discussão

as chamadas mortes por intervenção policial, visto que também nesse número há a tendência de se terem maior número de vítimas dentre a população negra. Entre 2009 e 2015, o número de homicídios cujos autores foram policiais atingiu um número total de 17.688 casos no país (FBSP, 2016, p. 6).

A seletividade presente na ação policial, fruto do *Racismo Institucional* (QUERINO, 2013) é um fenômeno decorrente daquilo que Foucault identifica como *Racismo de Estado* (FOUCAULT, 1999). É sobre o genocídio negro promovido pelos agentes do Estado que quero aqui discorrer, bem como sobre alguns conceitos que fundamentam o mesmo genocídio e o racismo enquanto fenômeno, esse último *estruturante* do Estado dito moderno: a necropolítica, de Mbembe (2014), e o biopoder, conceito discutido por Foucault (1976). Interessa, também, iniciar essa formulação com uma breve discussão acerca da organização do conhecimento ocidental da chamada modernidade, como forma a situar os eventos aos quais vou abordar.

Para tanto, inicialmente se deu uma análise bibliográfica, com a abordagem de obras de alguns dos principais autores implicados na discussão do tema. A partir das reflexões suscitadas pela literatura, selecionei dois tópicos principais, visto que foram abordados pelos autores anteriormente mencionados, em seus textos: 1. Racismo e genocídio negro. 2. Biopoder e necropolítica. A partir dessa discussão, propus então a análise das ações da organização *Reaja ou Será Morto(a)* e a verificação de que forma a organização contribui para o debate e enfrentamento ao genocídio do povo negro no país.

Como objeto de análise decidi usar o material público apresentado pela organização em seu blog, chamado *Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta* e realizar uma análise documental do material ali exposto. O problema da pesquisa traduziu-se em compreender como tal organização contribui para a discussão e o enfrentamento ao genocídio negro no país. A hipótese inicial era a de que, pelo fato de ser representativa dos anseios e luta da comunidade negra, a organização efetivamente apresentaria estratégias para a redução de casos de homicídios do povo negro na Bahia.

Na decisão da escolha do material, optei por trabalhar com um texto de cada ano de existência do blog, cuja primeira postagem ocorreu em 2012 e a última em 2017. Os textos foram escolhidos aleatoriamente, cujas postagens se deram em diferentes meses do ano. Os textos escolhidos foram: *Nos amparamos nas coisas que nos dão vida* (WALÊ, 2012), *Crueldade e impunidade marcam crimes de policiais* (AZEVEDO, 2013), *Comunidade Negra em Crise: Violência policial no Brasil* (SMITH, 2014), *Pai faz, mãe cria e a Rondesp da Sumiço* (JIJAGA, 2015), *A Última Linha de Auto-Defesa: Apontamentos estratégicos sobre a luta contra Genocídio do Povo Negro* (JIJAGA, 2016) e *12 Anos de Reaja Orga-*

nização Política (WALÊ, 2017). A partir da escolha dos textos, optei por fazer uma análise documental, tendo em vista que:

> Entende-se por documento todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas idéias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção, é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos, os numéricos ou estatísticos, os de reprodução de som e imagem e os documentos-objeto (SILVA, 2009).

Além de compreender que o material do blog da organização *Reaja ou Será Morto(a)* pode e deve ser reconhecido enquanto documentos de grande expressividade da luta pela defesa de direitos do povo negro no Brasil, por ser um dos movimentos que trata explicitamente da denúncia do genocídio negro em curso, a opção por esse tipo de metodologia recai sobre a perspectiva de que tais documentos não devem ser considerados produções isentas de sentido crítico, visto que trazem em sua natureza realidades vivenciadas por toda uma comunidade negra, de periferia, na cidade de Salvador e em outros municípios da Bahia.

Toda a produção contida no acervo da organização *Reaja ou Será Morto(a)* pode ser considerada enquanto um dos possíveis retratos da condição do povo negro naquele estado brasileiro, com realidades não muito distantes da situação vivenciada pelo mesmo grupo, em todo o território nacional.

A ideia de utilização da análise documental como método também se deu em função de que:

> (...) a pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador (SILVA, 2009, p. 4.556).

Cumpre esclarecer que, a partir da leitura crítica dos textos, fundamentada a partir da discussão teórica que se propõe no próximo item, é que se desenvolveu a análise documental, a partir da eleição de categorias recorrentes na

evocação (ocorrência) ao longo dos textos, o que será posteriormente mencionado com maior especificidade, quanto da apresentação do desenvolvimento da análise e dos resultados.

2. Racismo e genocídio negro

Pode-se considerar que um dos grandes fatos que impulsionam o começo desse século, que pode ser comparado a uma nova lente através da qual é possível ler o mundo, surge com a saída da Europa do centro exclusivo de organização do saber e construção de conhecimento, a partir do qual a sociedade ocidental moderna sempre havia se organizado (MIGNOLO, 2010; MBEMBE, 2014). A crítica à colonialidade (QUIJANO, 2005; SEGATO, 2015) vem como efeito contrário à supremacia europeia na justificativa dos caminhos da história, sempre marcados com sangue dos povos originários das Américas, bem como com os povos negros de nossa mãe África. Esses últimos, sequestrados, expropriados de suas vidas e de seu lugar no mundo, tiveram suas comunidades destruídas, seus vínculos familiares desfeitos e suas peles marcadas pela violência e morte, em nome da apropriação capitalista em curso, de maneira quase que global.

A organização do mundo, a partir de uma referência europeia, não somente trouxe a imposição de violências e expropriação de riquezas e saberes, como também proporcionou o que se pode considerar como *racismo epistêmico* (SOUZA SANTOS, 2010), quando apenas o saber europeu foi considerado como pertinente e em torno do qual se organizou a ciência da forma como o mundo moderno conheceu, até que o povo negro reivindicou o seu lugar enquanto sujeito contemporâneo no mundo, e principalmente como um sujeito de direitos, ao final do século XVIII. Ao mesmo tempo em que se rebelou também através do enfrentamento à escravidão, expressando-se brava e organizadamente, como na Revolução do Haiti e na deterioração do processo de apartheid ao final do século XX (MBEMBE, 2014, p. 13).

A partir desse contexto de enfrentamento em frentes variadas, ficou evidente que a ciência não poderia desconsiderar a fala do povo negro, visto que o próprio povo legitimava e exigia para si um lugar de pertencimento que não o que comumente lhe era oferecido pela branquidade: *a zona do não-ser* (FANON, 2013), a invisibilidade quando se trata do reconhecimento da cidadania ou antes, da própria humanidade:

> A que se deve este delírio, e quais são suas manifestações elementares? Primeiro, deve-se ao facto de o Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos

> quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender (MBEMBE, 2014, p. 11).

Importa ressaltar o processo de construção do racismo como temporalmente coincidente com a invasão das Américas e da invenção da raça (QUIJANO, 2000) como característica justificada pelo fenótipo e pela biologia, cujo objetivo máximo era o de legitimar a violência e as mortes sofridas pelo povo negro, ao longo de todo o processo de colonização das Américas e da própria África. A partir daí a ideia de raça vem errônea e intencionalmente justificar toda sorte de tortura, práticas cotidianas de violência e abusos de poder para com os negros, de forma a construir um "outro" arraigado a uma natureza bruta, vinculada a impulsos criminosos, a quem a natureza delegou um lugar animalizado e sem alma, voltado a práticas social e moralmente condenáveis.

A própria construção dos saberes sobre a criminologia como ciência está permeada de racismo em sua origem e na aplicação das chamadas formas de reconhecimento dos criminosos, o que fundamenta, ainda, o treinamento da polícia militar brasileira, em uma evidente expressão de racismo institucional, conforme já discutido.

Na obra *Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil*, Evandro Charles Piza Duarte aborda o fato de que o conhecimento sobre o Direito Penal no Brasil deu-se através da análise da "História pela cópia", com um esforço de tentativa de adequação do texto da Lei ao contexto social em efervescência, como se assim fosse possível adaptar a realidade a uma construção jurídica replicada de um modelo externo.

A crítica do autor enseja o entendimento de que esse processo de construção do direito penal brasileiro é *permeado de ocultamentos* dos fatos locais para adaptação aos manuais de história considerados pela comunidade científica europeia, como se o caráter violento do sistema penal brasileiro, os seus vínculos genocidas e sua racionalidade racista não implicassem no processo de criminalização social (DUARTE, 2017).

No trabalho de Ana Luíza Pinheiro Flauzina e Felipe Freitas podemos encontrar uma constatação extremamente necessária para a compreensão do processo de instituição do racismo de Estado, que é: *Uma das maiores sonegações do racismo é o confisco da palavra* (FLAUZINA et al, 2015). Assim, todos os *silenciamentos* e *formas de silenciar* o racismo e as suas vítimas, são um combustível para o processo de genocídio.

E quando se fala em genocídio, no caso dos homicídios de jovens negros no Brasil, não se pode considerar o fenômeno enquanto tal sem levar em consideração o que por definição vem a ser genocídio:

> Por genocídio, pela definição da ONU (1948), entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro(VERGNE et al, 2015, p. 517).

Nesse sentido, todas as condicionantes são presentes, quando se trata da questão do povo negro brasileiro. O *assassinato dos membros do grupo* é a mais marcante delas, conforme mostram as estatísticas na perspectiva diversas publicações (WAISELFIZ, 2014, 2015 e 2016; ENGELS et al, 2015; FBSP, 2015; IPEA, 2016): a incidência de jovens negros vítimas de homicídio é quase três vezes maior que a de brancos, enquanto que as mulheres negras morrem 20 vezes mais que as brancas (WAISELFIZ, 2015).

No que tange aos *danos físicos e mentais* aos membros do grupo, o racismo diário que agride, tenta despotencializar, isolar do convívio social e excluir das oportunidades de trabalho que não sejam as atividades mais aproximadas dos serviços subalternos, atinge o Povo Negro em todas as suas faixas de idade. Os danos psicológicos são incontáveis, assim como as agressões físicas, violências sexuais e domésticas, que não raro caminham para os homicídios.

A *imposição deliberada de condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial ao grupo* pode ser constatada, dentre outras situações, na vulnerabilidade social enfrentada pelo povo negro no Brasil, resquício de um processo de libertação da situação do cativeiro no qual não houve nenhum tipo de transição, compensação ou planejamento para adaptação da nova realidade, o que impeliu o povo negro, desde o início da vida "liberta" até hoje a condições de subemprego e à criminalização da própria pobreza (GONZALEZ, 1976), criada e alimentada pelo mesmo Estado que os criminaliza, encarcera e mata. A criminalização dos negros no Brasil também faz parte do projeto genocida.

E, por último, a imposição de medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo, bem como a transferência, à força, de crianças de um grupo para outro, são condicionantes do genocídio que podem ser vislumbradas a partir da observação, no primeiro caso, das violências obstétricas das quais são vítimas as mulheres negras: quando não perdem os filhos no parto, por negligências médicas, acabam não raro sendo levadas a óbito, pelas mesmas razões. Já no segundo caso, as casas de acolhimento institucional estão cheias

de crianças negras que foram afastadas da família – geralmente, a mãe solteira, em situação de vulnerabilidade social grave – e para quem não voltarão, sendo então obrigadas ou a crescer numa instituição do Estado, para posteriormente reproduzir a vulnerabilidade experimentada pela própria mãe, ou a serem adotadas por famílias brancas, mudando assim de um grupo para outro, como única opção de vida.

Dessa maneira, é possível perceber o genocídio negro na realidade brasileira de forma concreta, sem nenhum tipo de discurso de vitimização racial. O que entendemos aqui é exatamente o que se expressa no texto de Franz Fanon, quando discute que: "não é possível reconciliação porque, dos dois termos – o branco e o negro – um é supérfluo" (FANON, 2013, p. 39). Com a discussão que aqui se desenha, é evidente qual dos termos é dispensável.

A discussão sobre nomear os crimes perpetrados contra o Povo Negro no Brasil enquanto uma expressão do fenômeno de genocídio teve como um de seus primeiros representantes o intelectual e ativista negro Abdias Nascimento. Em um de seus mais expressivos trabalhos, intitulado *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, Abdias nos presenteia com fortes argumentos para a denúncia do processo genocida brasileiro, expondo a necessidade que a classe dominante e conservadora fazia questão de manter, através de forte silenciamento e da não consideração de que toda a violência contra o negro que se vê no Brasil enquanto expressão de genocídio, desde a invasão do território brasileiro pelos europeus e as relações adoecidas pelo colonialismo, até os dias atuais (NASCIMENTO, 1978).

No prefácio da obra sob comento, Florestan Fernandes extrai da obra de Abdias a qualificação do genocídio contra o povo negro em curso como um genocídio sistemático, institucionalizado e silencioso, agravado pelo fim da escravidão e a construção de um espaço social de negação de direitos para os negros após a escravidão (FERNANDES apud NASCIMENTO, 1978, p. 21). Tal espaço de negação – tanto de identidade quanto de direitos – funda-se através do movimento reiterado de reescravização e ausência de condições mínimas de subsistência, tanto nas periferias urbanas quanto na periferia societal, numa espécie de *limbo da legislação vigente*, àquela época pós-abolição tanto quanto agora, como pode ser identificado a partir do conceito de *zona do não-ser* suscitado por Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2005).

Portanto, é Abdias quem primeiro compra a briga na defesa da ideia de que o genocídio do povo negro no Brasil existiu e continua a existir. Muitos o seguiram nessa defesa da existência de um genocídio, como o que se percebe na obra de Ana Luíza Pinheiro Flauzina quando identifica o encarceramento do povo negro brasileiro como parte do projeto genocida do Estado, processo que

entende-se aqui como perverso em sua natureza de produzir as condições sociais necessárias para impelir o povo negro à criminalidade e à criminalização, bem como apresentar como solução o encarceramento subsequente, quando não a morte, como solução social para o problema que o próprio Estado criou:

> Não sendo a única ferramenta, o sistema penal é, nesse sentido, tomado como a porção mais vulnerável de um empreendimento genocida que o preside e o ultrapassa. Atentando para a configuração dos sistemas penais brasileiros (colonial-mercantilista, imperial-escravista, republicano-positivista e neoliberal) ao longo do processo histórico, constatamos que o racismo é principal âncora da seletividade inscrita nesses empreendimentos, além de formatar decisivamente a metodologia de sua abordagem, sendo tomado mesmo como um mecanismo de eliminação do segmento negro. Assim a partir das conquistas teóricas em criminologia, com o advento do paradigma da reação social e da criminologia crítica, entendemos que há um potencial subaproveitado que pode ser revertido numa análise dos empreendimentos penais que leve efetivamente em conta o racismo enquanto categoria fundante. A partir desse tipo de elaboração – definitivamente tomando como ponto de partida que o genocídio está presente nas competências tácitas do sistema penal – acreditamos que estará aberta mais um flanco para o desmascaramento do Estado que trabalha para o extermínio da população negra brasileira (FLAUZINA, 2008).

O trabalho de João Costa Vargas que discute o conceito que agrega o fenômeno da diáspora negra como genocídio, comumente acompanhado de um processo de subjugação racial que se verifica não só através da violenta ação da polícia, como representante expressa dos interesses do Estado e seu projeto genocida, mas também a partir da negação de direitos ao povo negro, o que pode ser constatado a partir de desigualdades sociais explícitas, em comparação à população branca, como a quase que imposição à situação de desemprego; ausência de capacitação profissional e acesso à educação; os casos de morte tanto na primeira infância quanto no parto; a exposição e vulnerabilidade às doenças preveníveis; o encarceramento em massa do Povo Negro fulgura como uma das expressões mais comumente observáveis socialmente (VARGAS, 2010).

Nesse ponto, cabe ressaltar a constatação da representação do prisioneiro principalmente como preto, pobre, jovem e de periferia. Junto a essa realidade, constatada a partir dos dados de encarceramento no País, onde se contempla também a naturalização dessa ideia, como se o cárcere, tal qual o crime, fosse reservado ao povo negro, inevitavelmente. A partir de dados do *Mapa do encarceramento:* os Jovens do *Brasil* (BRASIL, 2014), verifica-se que a grande maioria de pessoas encarceradas são jovens entre 18 e 24 anos.

O mesmo instrumento estatístico informa que, de acordo com a raça, os representantes da diáspora negra são os que mais ocupam os cárceres brasileiros, de forma explícita, frente às outras raças e povos no país, como mostra o *Gráfico 2*. Entre os anos de 2005 e 2012, pode-se ainda observar um vertiginoso crescimento, tanto do número de encarcerados quanto de representantes do povo negro nas prisões, a cada ano, culminando em quase que o dobro de negros, em detrimento aos brancos, no sistema prisional, em 2012.

O mesmo instrumento estatístico informa que, de acordo com a raça, os representantes da Diáspora Negra são os que mais ocupam os cárceres brasileiros, de forma explícita, frente às outras raças e povos no país. Entre os anos de 2005 e 2012, pode-se ainda observar um vertiginoso crescimento, tanto do número de encarcerados quanto de representantes do povo negro nas prisões, a cada ano, culminando em quase que o dobro de negros, em detrimento aos brancos, no sistema prisional, em 2012.

Ao se observarem esses dados, importa problematizar a questão da seletividade do sistema prisional, em todas as suas nuances, desde o encarceramento de adolescentes em medidas socioeducativas de internação, quanto a ideia de redução da maioridade penal, instrumento através do qual o genocídio encontraria um caminho até mesmo mais rápido de atingir o objetivo de isolamento social do povo negro, economizando esforços e diminuindo os números de homicídios de jovens negros, impressionantemente altos e até mesmo maiores quando comparados a territórios em guerra civil declarada.

Cabe aqui também refletir sobre a moderna concepção da ideia de genocídio, o que João Costa Vargas relaciona a partir da efervescência histórica do holocausto judeu:

> A moderna acepção do termo "genocídio" é atribuída ao jurista polonês Raphael Lemkin, que saiu da Polônia em 1939 para os Estados Unidos. Em uma época em que os horrores do holocausto judeu, bem como as atrocidades em massa cometidas por Estados poderosos desde a virada do século XX não tinham uma definição específica pela qual pudessem ser descritas e exercidas, a definição de Lemkin, de 1944, que apareceu no Axis Rule in Occupied Europe compreendia uma perspectiva multifacetada. Incluía ataques a instituições políticas, culturais e econômicas. O genocídio não necessitava de assassinatos. Ações que infringiam a liberdade, a dignidade e a segurança de um grupo eram o suficiente para ser qualificadas como genocídio (VARGAS, 2010, p. 36).

Aproveito aqui a brecha histórica que permite uma crítica à representação social de genocídio apenas considerado enquanto o holocausto judeu. É

impossível não ser impactado pelas imagens de crueldade e desumanidade inseridas aos terríveis castigos destinados aos judeus pelo holocausto. Mas a crítica há de ser feita: o que, a não ser o racismo, permite evocar a ideia de genocídio unicamente a partir da tragédia do holocausto judeu? De onde vem o *silenciamento* e a tentativa de apagar os genocídios negros no mundo, como as atrocidades ocorridas no Congo (entre 1885 a 1908), no Haiti (1804), na Namíbia (entre 1904 e 1907), no Timor Leste (1975 a 2010) e em Ruanda (1994)? Como resposta, nada parece mais expressivo do que o lugar de invisibilidade destinado às violências contra o povo negro. A *zona do não ser* não só contempla o indivíduo negro, como também teima em maquiar os genocídios antinegros na história da humanidade.

3. Necropolítica e biopoder

É notório que o Estado realiza a gestão do genocídio negro e cumpre discutir e problematizar o seu papel no andamento do projeto genocida contra o povo negro em curso. Como havíamos debatido no início da presente discussão, interessam para a construção do debate sobre o genocídio negro no Brasil a exploração de dois conceitos: o *biopoder,* de Michel Foucault, e a *necropolítica,* de Achile Mbembe.

O *biopoder* consiste no processo do *direito de decidir sobre a vida e a morte* explicitado por Foucault em *A História da Sexualidade – A vontade de saber* (FOUCAULT, 1988), depois retomado enquanto conceito mais específico na obra *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2000), quando, então, define com mais nitidez as expressões do *biopoder* na estrutura do Estado moderno: 1. O *biopoder* presente nos discursos que intentam contemplar *verdade* sobre formas de vida; 2. As estratégias de interferência sobre a permanência ou não da vida de grupos sociais específicos, justificadas a partir de uma suposta necessidade de *gestão da vida e da morte*; 3. A eleição de representantes específicos, geralmente ligados às classes sociais dominantes sócio e economicamente, considerados suficientemente capazes para a promoção de um discurso de *verdade*; 4. A gestão da vida de uns indivíduos a partir da intervenção de outros, mediante o reconhecimento de certa autoridade dos últimos, por meio de ações específicas que fomentem discursos amplamente divulgados como verdade, geralmente vinculados ao direito à vida e à saúde dos grupos humanos.

No último tópico, é possível reconhecer a presença de representantes do Estado eleitos para a gestão do direito à vida ou poder sobre a morte, tal qual como o faz a polícia militar no Brasil, assim como o descrito como uma das cenas do genocídio, no início dessa reflexão. Não só é possível escolher quem vive ou morre, mas é garantido a tais representantes a legitimidade frente ao

processo, visto que o Estado é quem precisa garantir a sua própria segurança e permanência no seio da sociedade:

> O que é governar? Governar, segundo princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo (FOUCAULT, 1979).

Importa ressaltar que Foucault faz uma análise que considera a questão da raça, mas não vai muito além dos crimes de genocídio oriundos do Holocausto. É Mbembe quem traz uma leitura mais ampla no que trata dos outros genocídios inomináveis, perpetrados por séculos a fio, desde o estabelecimento da escravização dos Povos Negros da África ao longo de toda a *Diáspora Africana* e o *Atlântico Negro*, aliás, duas novas categorias que surgem para a discussão do enfrentamento do nosso povo negro à escravidão e as relações de poder inerentes a esse processo (DUARTE, 2016, p. 65).

Para Mbembe (2014, p. 66), a questão da raça é o fundante do Estado pós-colonial, no sentido de que a atribuição da característica fenotípica que vem determinar o que se entende por raça é a principal matriz de consolidação da exploração humana que alimenta a estrutura estatal. É nessa mesma estrutura racista do Estado moderno que surge e se fortalecem os mecanismos de poder sobre a morte, aos quais ele vai nominar *necropolítica*. Assim, traduz-se uma nova forma de soberania, na qual atores do mundo globalizado é quem decidem sobre a vida ou a morte dos povos, principalmente daqueles que se tornam descartáveis – ou já eram – ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, quando o critério para a avaliação do que pode ser descartado é puramente econômico.

A *necropolítica* então simboliza o processo no qual o ser humano transforma-se em coisa útil ao Estado e ao sistema capitalista para estar viva ou não lhe serve de mais nada, podendo então ser dispensada. Não se condensa apenas dirigida a algumas comunidades específicas, mas à maior parte do mundo periférico, chamado subdesenvolvido e marginalizado, pelo Norte: é a expressão mais profunda do genocídio coletivo, daqueles que principalmente se encontram na África, e notadamente, nos povos representantes da diáspora africana.

Assim é que se pode então, compreender mais profundamente as cenas do genocídio negro, da juventude, no Brasil. A partir dessas premissas é possível compreender de forma mais ampla o processo que rege a criminalização da pobreza, quase sempre negra e periférica, aquela que está sempre – ou quase sempre – permeada de vulnerabilidades sociais das mais variadas espécies, que incluem a adesão à criminalidade como única forma de sobrevivência, até que chegue a morte, geralmente oferecida pelo braço armado do Estado: a Polícia Militar.

É através da instituição Polícia Militar que o Estado apresenta a sua ferramenta mais potente de gestão do genocídio negro em curso, na atualidade. A violência que legitima as ações policiais já chega também ao patamar de naturalidade, frente ao que pode representar o terror social frente aos negros, no Brasil:

> Por evidência, a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado – não se tenha a respeito qualquer dúvida -, mas é o seu instrumento específico. Na atualidade, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Desde sempre, os agrupamentos políticos mais diversos – começando pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Entretanto, nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. Sem dúvida, é próprio de nossa época o não reconhecer, com referência a qualquer outro grupo ou aos indivíduos o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere. Nesse caso, o Estado se transforma na única fonte do "direito" à violência (WEBER, 1967, p. 60).

Quando não se enfrenta a estrutura racista do Estado de forma organizada, politizada e firme, o contra-ataque parece ser mais forte. Porque a fragilidade de uma estrutura estatal que só existe "como realidade específica e descontínua (...) para si mesmo e em relação a si mesmo, qualquer que seja o sistema de obediência que ele deve a outros sistemas" (FOUCAULT, 2008, p. 7), precisa ser necessariamente preservada daqueles que podem lhe destruir.

E assim o povo negro no Brasil vem se organizando e revelando-se como ameaçador frente a tal realidade de opressão. É essa a única medida na qual os negros brasileiros podem tornar-se ameaçadores: na sua organização para a luta de seus direitos e conquistas de sua vida com autonomia, fora de um lugar subalterno. Ameaçadores à manutenção de uma estrutura racista que tenta ainda nos aprisionar.

Somado a isso, inventou-se junto à ideia de raça, um simulacro no qual o negro é visto de forma ameaçadora e violenta, quando na realidade dos fatos seculares é o povo negro que sofre com toda espécie de violências por parte da branquitude dominante:

> Se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes (...). Quanto ao resto, trata-se do que se apazigua odiando, mantendo o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo um Outro não como semelhante a si

> mesmo, mas como objeto intrinsicamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que simplesmente é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total (MBEMBE, 2014, p. 26).

É a partir da ideia de *alterocídio,* para Mbembe, que se estabelece a construção do racismo enquanto expressão de violência contra um outro que precisa ser combatido e paralisado em sua existência, privado de condições dignas de vida, de trabalho e de afetividade. Como muito fortemente salienta Freitas, assim se proliferam:

> (...) notícias sobre celebrações de linchamentos e execuções de crianças, adolescentes e jovens que eventualmente se envolvem com práticas delituosas; argumentações referentes à suposta epidemia das drogas e apologia reiterada à noção de guerra ao tráfico e aos traficantes com militarização de comunidades e 'ocupação de territórios'; programas de TV exclusivamente dirigidos à propagação de propostas de endurecimento das leis penais ou mesmo de extermínio de 'criminosos' e 'delinquentes'. Muitas são as representações que circulam no imaginário social para alimentar os sentidos da pena, da punição e do castigo na sociedade brasileira. (FLAUSINA et al, 2015).

4. Contribuições fundamentais para o debate sobre o genocídio no Brasil: a organização Reaja ou Será Morto(a)

A importância da denúncia realizada pelos movimentos sociais é essencial para o desmonte do projeto do genocídio do povo negro em curso. De nada adianta a preponderância de um discurso antirascista e antigenocida apenas fundamentado por intelectuais acadêmicos, visto que o enfrentamento ao cotidiano violento e opressor contra o povo negro no Brasil só pode realmente ser legitimado se levado em conta o posicionamento e a reação do próprio povo Nesse sentido, o papel dos movimentos sociais que intentam a defesa de direitos do povo negro apresenta-se como primordial tensionamento para que os órgãos de segurança apresentem maior eficácia tanto nas investigações quanto sobre a responsabilização judicial por crimes de homicídio contra os negros no país.

Dentre todos os representantes do Movimento Negro no Brasil, a expressividade das ações da organização política *Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta* faz com que o grupo se diferencie de todas as outras iniciativas existentes no país. Entendo como de essencial importância discutir aqui como essa organização política denuncia o fenômeno do genocídio em curso, a partir da perspectiva de que é o próprio povo negro que deve ter a sua voz legitimada,

tanto na academia quanto no enfrentamento às mortes que ceifam a vida de tantos representantes da diáspora negra, todos os dias nesse país.



Imagem 1: Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro.
Fonte: Arquivo Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto (2016).

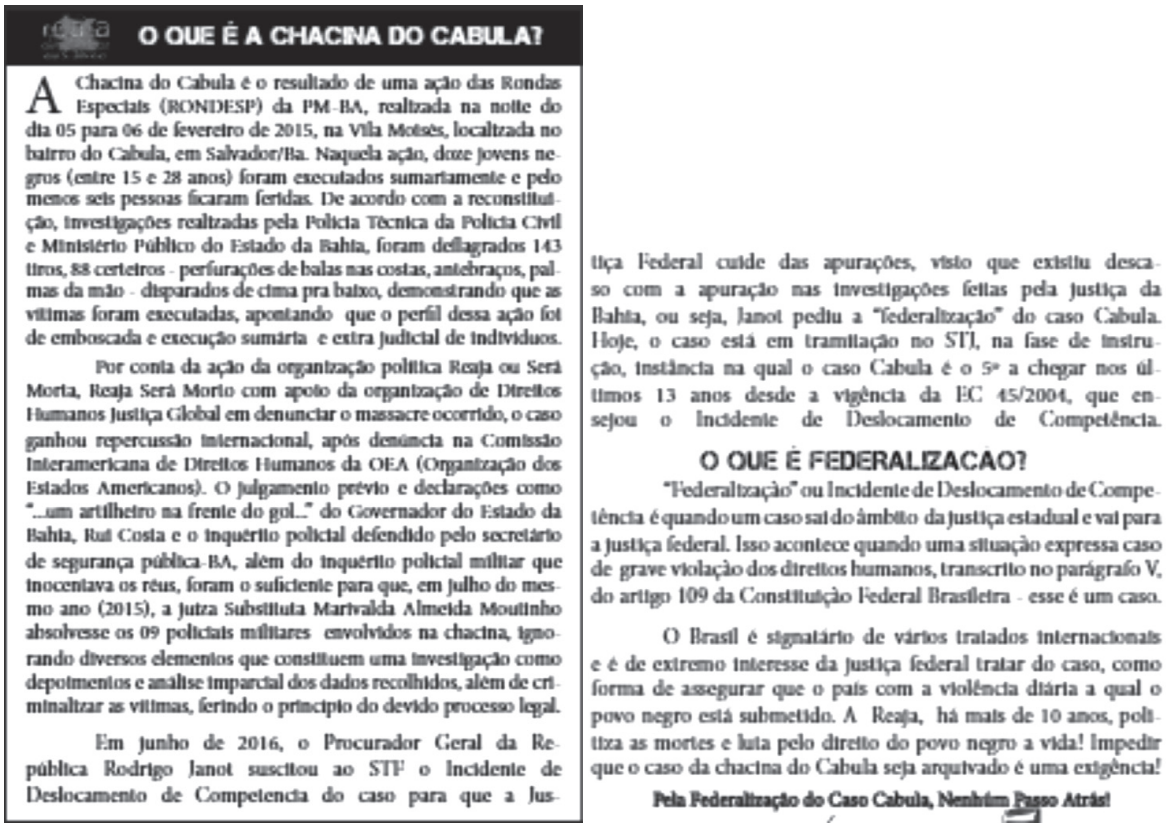
A Organização Política Reaja ou Será Morto(a), de acordo com o texto *12 anos de Organização Política Reaja* (WALÊ, 2017), evidencia o percurso da organização desde seu surgimento em 2005 até o momento. Tem sua origem na cidade de Salvador-BA e ramificações em todo o país, intitulando-se como *oposição radical, quilombista e segura de seu papel histórico*. De acordo com o documento, foi a partir do surgimento da organização, marcado pela ocupação da sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia que se dá formalmente o início do *Movimento Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro Brasileiro*.

As ações da organização são conhecidas internacionalmente. A Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro é uma das ações de maior visibilidade da *Reaja* organização política, com sua 4ª edição realizada em 2016. Algumas das publicações da organização são veiculadas através de um blog, no qual constam textos, imagens e discussões de profunda importância para o debate do genocídio contra o povo negro.

A *Reaja ou Será Morto(a)* também é marcada pelo importante papel de denúncias acerca dos homicídios contra jovens negros, bem como da truculên-

cia nas ações policiais, muitas vezes marcadas pela tortura, casos de ação de grupos de extermínio, ou as chamadas chacinas. Entende-se aqui que o papel de denúncia por representantes do próprio grupo vítima do processo de genocídio em curso pode ser considerado uma forte ação de enfrentamento ao quadro, tanto no Brasil quanto na comunidade internacional.

Observa-se que nos textos entitulados *A última linha de autodefesa: apontamentos estratégicos sobre a luta contra Genocídio do Povo Negro* (JIJAGA, 2016) e o texto *Pai faz, mãe cria e a Rondesp dá Sumiço* (JIJAGA, 2015), ambos mencionam o caso emblemático da *Chacina do Cabula*, bairro que presenciou uma das maiores ações de extermínio de jovens negros que o Estado da Bahia já promoveu ao longo dos últimos anos. A Vila Moisés foi invadida pela RONDESP (Rondas Especiais da PM da Bahia) e cercou por volta de 19 jovens negros, obrigando-os a correr para um campo de futebol, próximo a uma mata na qual outros policiais militares esperavam a chegada do grupo. Há a constatação do Ministério Público Estadual de que os policiais desligaram o GPS da viatura que os levaram até o local, no intuito de não haver nenhum registro sobre a ação. Quando os jovens chegaram à emboscada, 13 deles foram fuzilados e executados sumariamente. Os outros seis fingindo-se de mortos, conseguiram escapar.



O QUE É A CHACINA DO CABULA?

A Chacina do Cabula é o resultado de uma ação das Rondas Especiais (RONDESP) da PM-BA, realizada na noite do dia 05 para 06 de fevereiro de 2015, na Vila Moisés, localizada no bairro do Cabula, em Salvador/Ba. Naquela ação, doze jovens negros (entre 15 e 28 anos) foram executados sumariamente e pelo menos seis pessoas ficaram feridas. De acordo com a reconstituição, investigações realizadas pela Polícia Técnica da Polícia Civil e Ministério Público do Estado da Bahia, foram deflagrados 143 tiros, 88 certeiros - perfurações de balas nas costas, antebraços, palmas da mão - disparados de cima pra baixo, demonstrando que as vítimas foram executadas, apontando que o perfil dessa ação foi de emboscada e execução sumária e extra judicial de indivíduos.

Por conta da ação da organização política Reaja ou Será Morta, Reaja Será Morto com apoio da organização de Direitos Humanos Justiça Global em denunciar o massacre ocorrido, o caso ganhou repercussão internacional, após denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). O julgamento prévio e declarações como "...um artilheiro na frente do gol..." do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa e o inquérito policial defendido pelo secretário de segurança pública-BA, além do inquérito policial militar que inocentava os réus, foram o suficiente para que, em julho do mesmo ano (2015), a juíza Substituta Marivalda Almeida Moutinho absolvesse os 09 policiais militares envolvidos na chacina, ignorando diversos elementos que constituem uma investigação como depoimentos e análise imparcial dos dados recolhidos, além de criminalizar as vítimas, ferindo o princípio do devido processo legal.

Em junho de 2016, o Procurador Geral da República Rodrigo Janot suscitou ao STF o Incidente de Deslocamento de Competência do caso para que a Justiça Federal cuide das apurações, visto que existiu descaso com a apuração nas investigações feitas pela justiça da Bahia, ou seja, Janot pediu a "federalização" do caso Cabula. Hoje, o caso está em tramitação no STJ, na fase de instrução, instância na qual o caso Cabula é o 5º a chegar nos últimos 13 anos desde a vigência da EC 45/2004, que ensejou o Incidente de Deslocamento de Competência.

O QUE É FEDERALIZACAO?

"Federalização" ou Incidente de Deslocamento de Competência é quando um caso sai do âmbito da justiça estadual e vai para a justiça federal. Isso acontece quando uma situação expressa caso de grave violação dos direitos humanos, transcrito no parágrafo V, do artigo 109 da Constituição Federal Brasileira - esse é um caso.

O Brasil é signatário de vários tratados internacionais e é de extremo interesse da justiça federal tratar do caso, como forma de assegurar que o país com a violência diária a qual o povo negro está submetido. A Reaja, há mais de 10 anos, politiza as mortes e luta pelo direito do povo negro a vida! Impedir que o caso da chacina do Cabula seja arquivado é uma exigência!

Pela Federalização do Caso Cabula, Nenhum Passo Atrás!

Imagem 2: Panfleto informativo sobre o Caso da Chacina do Cabula.
Fonte: Arquivo Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto (2016).

A Reaja ou Será Morta(o) acompanhou o pesadelo de mães e demais familiares. Conseguiram acolher as demandas emergenciais e levaram adiante a reação pela punição dos responsáveis:

> Em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na OEA, para tratar de extermínio de jovens negros no Brasil, em março de 2015, Hamilton Borges, da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, descreveu as execuções dos 12 jovens em Cabula e colocou em debate o genocídio do povo negro no Brasil. Hamilton recordou que no dia seguinte à chacina, o governador Rui Costa (PT) elogiou os PMs, comparando-os a 'artilheiros diante do gol'. A declaração do petista sinalizava a absolvição antecipada das forças policiais. E não foi a única manifestação de Rui Costa a evidenciar o racismo do Estado. Em 16 de junho, Costa pediu a expulsão de um tenente da PM, por ter executado o cachorro de uma moradora de um condomínio classe média de Teixeira de Freitas, três dias antes. Desnecessário dizer que ela não era negra (AZEVEDO, 2016).

O caso repercutiu ainda mais em função da absolvição dos 09 policiais envolvidos no caso, em primeira instância na Justiça da Bahia. O resultado gerou mais revolta às famílias e à organização *Reaja ou Será Morto(a)*, que prontamente articulou diversas campanhas, organizou todo o processo e informações necessárias para a solicitação do incidente de deslocamento de competência, ou federalização do caso. Em 2016, o procurador da república, Rodrigo Janot, solicitou ao STF a formalização do processo de deslocamento de competência, com vistas a que o Supremo tome frente ao julgamento do caso, em função principalmente da parcialidade percebida nas decisões da justiça estadual baiana.

Numa das citações contidas no texto *A última linha de autodefesa*: *apontamentos estratégicos sobre a luta contra genocídio do povo negro* (JIJAGA, 2016), há a menção de uma das inspirações da organização: a autora *Assata Shakur*, revolucionária negra cuja história de enfrentamento e resistência à prisão e perseguição estatal fazem-se valiosas para a compreensão de como o povo negro posiciona-se frente à perspectiva de um genocídio em curso:

> A natureza desta guerra assume muitas formas diferentes, às vezes abertamente violenta, às vezes economicamente restritivas, e ainda outras vezes socialmente repressivas. Desta forma não deve ser muito difícil para nós perceber que nas suas políticas contra os negros, os pobres, e outras minorias nacionais, o governo está travando uma guerra não declarada. Os aspectos principais dessa guerra não declarada são as estatísticas de jovens Negros assassinados e seus relatórios de crimes e encarceramento (...) Se a natureza da crise do sistema de opressão é prolongada, ou seja, elaborada ao

> longo de um período de tempo considerável, então nossa luta para derrotar este sistema explorador e adquirir autodeterminação é também de natureza prolongada (SHAKUR, 1976 apud REAJA, 2016).

Quando a autora Assata Shakur e o autor Jijaga reiteram o fenômeno do genocídio ligado à juventude negra brasileira e a ação do Estado enquanto um sistema de opressão prolongada, observa-se não só a posição pan-africanista da organização, mas também relevante conhecimento acadêmico sobre o tema, quando da menção de Florestan Fernandes, Marcus Garvey, do Movimento dos Panteras Negras e da própria Assata Shakur como representantes da construção de saber sobre o genocídio do povo negro, tanto no Brasil como fora dele. O entendimento do fenômeno do genocídio em comparação a um quadro de guerra também é um fator presente na análise da organização Reaja ou Será Morto(a), mas enquanto uma postura recorrente da ação policial e o próprio projeto genocida do Estado brasileiro.

O texto *Comunidade Negra em Crise: Violência policial no Brasil* (SMITH, 2014) foi escrito por uma colaboradora da organização, Christen Smith, escritora e pesquisadora, "Professora Assistente de Antropologia Africana e Estudos da Diáspora Africana na Universidade do Texas, em Austin". Seu texto reflete reflexões acerca dos homicídios contra negros não só em Salvador, como também em outras partes do país e aborda a vulnerabilidade quase três vezes maior que os negros brasileiros apresentam em ser vítima de homicídio, frente aos brancos. Além disso, o texto apresenta um comparativo do racismo e ação do Estado no Brasil e nos Estados Unidos.

O quinto texto escolhido no blog da organização foi o entitulado *Crueldade e impunidade marcam crimes de policiais* (AZEVEDO, 2013) explicita a ação da polícia militar e sequente perseguição a familiares de vítimas, assim como a ocorrência de vários homicídios na mesma família, cujo intuito dos representantes do Estado seria evitar a vingança por outros membros das famílias das vítimas. A jornalista Lena Azevedo, autora do texto, relata as denúncias feitas e *modus operandi* de lideranças da organização *Reaja ou Será Morto(a)*, através do relato de casos específicos, acompanhados pela organização, assim como a perseguição.

O último texto, *Nos amparamos nas coisas que nos dão vida* (WALÊ, 2012), apresenta um belíssimo relato da missão da *Reaja* enquanto organização política – motivada pela denúncia de crimes contra o povo negro e busca por justiça – porém a partir da experiência mística do candomblé, vivência trazida pelos antepassados negros e mantidos em diáspora.

Após a breve descrição dos textos escolhidos, a análise documental realizada se deu a partir da escolha de categorias pertinentes aos textos, a partir da sua evocação em cada um deles. Como resultado, obteve-se o seguinte quadro:

> a) O *genocídio do povo negro,* presente de maneira contínua e expresso em forma de crimes perpetrados pela Polícia Militar, na maior parte das vezes, através de perseguições a vítimas e familiares, membros da organização Reaja ou Será Morto(a), torturas, ação de grupos de extermínio e chacinas em bairros de Salvador e em outros municípios brasileiros.
>
> b) A *criminalização das vítimas* como prática recorrente das autoridades, sejam do sistema de justiça, seja dos autores envolvidos, quando representantes do Estado. Nessa tópico ficou evidente que há toda uma prática específica por parte da Polícia Militar para incriminar as pessoas vítimas de homicídio na situação de intervenção policial, como o fato de "plantarem" drogas ou armas e relacionarem a ligação da vítima com o tráfico de drogas.
>
> *c) As ações da organização Reaja ou Será Morto(a)* focadas em fortalecimento comunitário, ação direta nas ruas e junto à população vulnerável; a união do povo negro, a organização política através dos ideais pan-africanistas e denúncia aos mecanismos de defesa de direitos internacionais como pontos centrais das ações. Isso pode ser comprovado quando se trata da fundação de uma escola para a comunidade local, cujos valores difundidos são identificados como pan-africanistas, o que permite a constatação da ideia de união do povo negro em diáspora, não só para o enfrentamento do genocídio em curso, mas também como forma de organização de ações de denúncia junto aos organismos internacionais.

Nesse sentido, pode-se considerar a organização política *Reaja ou Será Morto(a)* composta a partir de uma estrutura quilombista, no que se refere ao seu caráter emancipatório no que tange às ações governamentais. Suas ações pontuadas a partir do fortalecimento da identidade e cultura negras, através dos valores pan-africanistas a aproxima do movimento dos Panteras Negras norte-americano, assim como a afro-religiosidade se mostra como fundamento das relações entre os membros do grupo.

Há a presença muito forte da ideia de que o Estado é um inimigo a ser combatido e não ser possível fazer com ele conchavos de qualquer espécie. Esse enfrentamento ao Estado se daria a partir da organização do povo negro sob pé de igualdade frente à institucionalização estatal, no sentido de não depender os serviços do Estado violador, de estrutura racista, o qual só poderia ser vencido a partir da organização do povo negro em busca de seus próprios interesses.

5. Considerações finais

Nas ações desenvolvidas pela Organização Política *Reaja ou Será Morto(a),* há um profundo reconhecimento dos conceitos de *necropolítica* e *biopoder*, a despeito de isso aparecer explicitamente em alguns dos textos analisados e em outros, em um sentido subliminar. Importa ressaltar que uma organização que tem como valores mais expressivos os de natura Pan-africanista como forma de reação contra a morte merece atenção e respeito no momento de qualquer estudo que se queira desenvolver.

Não se pode esquecer que a estratégia maior para o enfrentamento ao genocídio do povo negro em curso no Brasil, por parte da *Organização Reaja ou Será Morto(a)* é a do acolhimento ao povo negro, seu fortalecimento social e político, assim como o uso de estratégias de denúncias em nível internacional como forma de exigir ao Estado brasileiro a responsabilização judicial aos casos de homicídio tão comuns contra os negros.

É preciso propor-se a um mergulho mais profundo nas raízes da questão da raça, do racismo e principalmente nos processos ligados ao biopoder e à necropolítica para o entendimento mais amplo das relações de exclusão e morte no Brasil, direcionadas ao povo negro e especificamente a essa juventude que tende a ser a primeira intimada a posicionar-se, de joelhos, para a morte. É dessa juventude que o Estado precisa defender-se, seja negando seu ingresso na Universidade, seja desmontando o acesso à população mais pobre, periférica e negra, à educação de qualidade e a um serviço de saúde decente.

São os jovens negros os primeiros a serem vítimas do genocídio em curso por representarem uma possibilidade de futuro não adestrada às regras perversas que o Estado quer impor. Eles gritam pela ruptura dessa estrutura racista e já saturada. Eles representam a existência de uma fenda para o enfrentamento a um Estado falido e prestes a ser engolido por suas próprias relações de exclusão e morte.

6. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Lena. Chacina do Cabula: 1 ano, 12 mortos e 1 sentença de absolvição. *Revista Caros Amigos*. fev. 2016. Disponível em: [www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5973-chacina-do-cabula-1-ano-12--mortos-e-sentenca-de-absolvicao].

AZEVEDO, Lena. *Crueldade e impunidade marcam crimes de policiais*. Blog Reaja ou Será Morto(a) 2013. Disponível em: [http://reajanasruas.blogspot.com.br/2013/07/crueldade-e-impunidade-marcam-crimes-de.html].

BRASIL. *Mapa do encarceramento:* os Jovens do Brasil. 2014.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado. Feusp, 2005.

DUARTE, Evandro Charles Piza Duarte. *Ensaio sobre a hipótese colonial:* racismo e formação do sistema penal no Brasil. Brasília: Saraiva, 2017, no prelo.

ENGEL, Cíntia Liara et. al. *Diagnóstico dos homicídios no Brasil:* subsídios para o pacto nacional pela redução de homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FANON, Franz. *Os condenados da Terra.* Juiz de Fora: EdUFJF, 2013.

FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública*. FBSP, SP, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade* – A vontade de saber. 17. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLAUSINA, Ana. *Corpo negro caído no chão:* o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, UnB, 2006.

FLAUSINA, Ana; FREITAS, Felipe, VIEIRA, Hector; PIRES, Thula. *Discursos negros:* legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2015.

GONZALEZ, Lélia. A *juventude negra brasileira e a questão do desemprego*. Disponível em: [http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/12/juvent_negra_e_desemprego.pdf].

IPEA. *Atlas da violência no Brasil*. IPEA e FBSP, 2016.

JIJAGA, Aganju Sakhur. *A última linha de auto-defesa: apontamentos estratégicos sobre a luta contra genocídio do povo negro (III)*. Blog Reaja ou Será Morto(a), 2016. Disponível em: [http://reajanasruas.blogspot.com.br/2016/03/].

JIJAGA, Aganju Sakhur. *Pai faz, mãe cria e a Rondesp dá sumiço*. Blog da Reaja ou Será Morto(a), 2015. Disponível em: [http://reajanasruas.blogspot.com.br/2015/02/pai-faz-mae-cria-e-rondesp-da-sumico.html].

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra.* Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Madrid: Mesulina, 2011.

MIGNOLO, Walter. La colonialidad: la cara oculta de la modernidade. *Cosmópolis:* eltrasfondo de la Modernidad. Barcelona: Península, 2001.

NASCIMENTO, ABDIAS. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

QUERINO, A. C. (Org.). *Racismo institucional* – uma abordagem conceitual. Local: Trama Design, 2013, p. 55. Disponível em: [www.onumulheres.org.

br/wp-content/uploads/2013/12/Racismo-Institucional-uma-abordagem--conceitual1.pdf]. Acesso em: 15.05.2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*. La colonialidaddel poder: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: FLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza!.*Alaí*, 320, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias Del Sur*. Mexico: Siglo XXI, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *La critica de la colonialidade em ocho ensayos y uma antropologia por demanda*. CuidadAutonoma de Buenos Aires: PrometeoLibros, 2015.

SMITH, Christen. *Comunidade negra em crise: violência policial no Brasil*, 2014. Disponível em: [http://reajanasruas.blogspot.com.br/2014/12/comunidade--negra-em-crise-violencia.html].

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 2, p. 31-65, jul.-out. de 2010.

VERGNE, C. M.; VILHENA, J.; ZAMORA, M. H.; ROSA, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), p. 516-528, 2015. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/1807--03102015v27n3p516]. Acesso em: 13.04.2016.

WAISELFISZ, JulioJacobo. *Mapa da violencia* – adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil, 2015.

WALÊ, Hamilton Borges. *Nos amparamos nas coisas que nos dão vida*, 2012. Disponível em: [http://reajanasruas.blogspot.com.br/2016/03/a-ultima-linha--de-auto-defesa.html].

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- A (des)legitimação do sistema penal e os direitos humanos na era do biopoder, de Romulo Fonseca Morais – *RBCCrim* 133/385-417 (DTR\2017\1851);
- O genocídio e o crime de genocídio, de Geraldo Minuci – *RBCCrim* 83/299-321 e *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 6/645-666 (DTR\2010\298); e
- Racismo, de Carmen Silvia de Moraes Barros – *RBCCrim* 21/405-406 (DTR\1998\15).

Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês

Critical criminology and the narcisstic pact: racializing criminological critique

Thula Rafaela de Oliveira Pires

Doutora em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da graduação e pós-graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC), do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA) da PUC-Rio e Colaboradora do Laboratório de Direitos Humanos (FND/UFRJ).
thula@puc-rio.br

Recebido em: 02.05.2017
Aprovado em: 07.06.2017
Última versão autora: 18.06.2017

Áreas do Direito: Penal; Direitos Humanos

Resumo: O texto parte da hipótese de que apesar dos desencontros entre a criminologia crítica no Brasil e América Latina e a agenda dos movimentos negros e de mulheres, há possibilidade de construção de alternativas radicais e potentes, desde que possamos repactuar nossas premissas e que os privilégios sejam colocados à mesa. Na primeira parte busca-se recuperar algumas narrativas que representam a crítica que se pretende interpelar, bem como enunciadas algumas das dimensões narcísicas de suas construções. Em seguida, busca-se oferecer uma lente epistemológica imbricada e decolonial que, através da categoria da *amefricanidade*, possibilita uma conversa em *pretuguês*, assumindo todas as implicações políticas de falar nesses termos. No aspecto metodológico, faz-se um convite à que a criminologia crítica repense seus marcos teóricos sobre relações raciais no Brasil, tome consciência dos silêncios reproduzidos e códigos pelos quais

Abstract: The article begins with the hypothesis that despite the missed encounters between critical criminology in Brazil and Latin America and the agenda of black and women's movements, there remains a possibility of constructing radical and powerful alternatives, provided that we can renegotiate our premises and put privileges on the table. The first part of the article seeks to rethink some of the narratives that represent the criticism that I intend to interpellate, as well as some of the narcissistic dimensions of their constructions. Then, it proposes an intersectional and descolonial epistemological lens which, through the category of amefricanity, makes possible a conversation in *pretuguês*, capable of responding to the political implications of speaking in these terms. In methodological terms, it is an invitation to critical criminology to rework its theoretical frameworks with respect to race relations in Brazil, and to take into

Oliveira Pires, Thula Rafaela de. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 541-562. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

a branquitude operou nesse campo de estudos. Ao revelar o pacto narcísico que impediu que se pudesse avançar para além da denúncia da seletividade do sistema de (in)justiça criminal, é possível manter a crítica ao racismo e sexismo na máquina de controle, gestão e extermínio de corpos em sociedades capitalistas forjadas na modernidade-colonial-escravista que se desencadeou nas Américas.

Palavras-chave: Criminologia crítica – Racismo – Branquitude – Amefricanidade e pacto narcísico.

consideration the silences reproduced and codes by which whiteness has operated in this field of study. In revealing the narcissistic pact that has prevented criticism from going beyond the charge of the selectivity of the criminal (in)justice system, it is possible to move forward the criticism of racism and sexism in the regimes of control, management and extermination of bodies in capitalist societies forged within the colonial and slavocratic modernity that was unleashed in the Americas.

Keywords: Critical criminology – Racism – Whiteness – Amefricanity – Narcissistic pact.

Sumário: 1. Introdução. 2. Criminologia crítica e pacto narcísico. 3. Crítica criminológica em pretuguês. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Esse trabalho[1] responde ao chamado de produção de um crítica criminológica efetivamente comprometida com as tensões raciais que pretende denunciar. Diferente do que hegemonicamente se viu desenvolver no campo consagrado como da criminologia crítica no Brasil e América Latina, trata-se de uma abordagem que enfrenta as causas da seletividade penal (racismo, sexismo, heteronormatividade compulsória, capitalismo e colonialidade) de maneira imbricada.

Estamos afirmando, entre outras coisas, que não basta dizer que há seletividade racial e de gênero no modo de atuação dos órgãos de justiça criminal. Algo que pode parecer revelador para importantes representantes da criminologia crítica no Brasil, é experimentado de maneira indiscutível e secularmente pelos corpos privilegiados do sistema de (in)justiça criminal que tomamos para análise.

Coloca-se em questão o *pacto narcísico* que, em grande medida, se revela no comportamento do campo dos estudos criminológicos. Defendemos que a criminologia crítica não rompeu com o "acordo tácito entre os brancos de

1. Agradeço pela leitura atenta e trocas em torno do texto com Andrea Gill, Ana Flauzina e Felipe Freitas.

não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil" (BENTO, 2002, p. 26). De forma consciente ou inconsciente, pouco importa, o fato é que a causa da seletividade racial do sistema de (in)justiça criminal não foi tratada nos seus devidos termos. O racismo como estruturante e estruturador das relações políticas, sociais, econômicas, de gênero e sexuais foi, no máximo, tratado como um problema de negros e negras.

O silêncio pactuado pela branquitude opera de modo a perpetuar o ciclo de privilégios e vantagens históricas que usufruem corpos brancos em sociedades de base colonial-escravista. O enfrentamento dos ônus desproporcionais impostos aos negros pelo sistema penal só pode ser razoavelmente compreendido se desvelados os efeitos de bônus desproporcionais dedicados aos brancos pelo mesmo sistema. É por isso que defendemos a racialização da crítica criminológica, para que décadas de silenciamento sobre as causas da seletividade racial possam ser encaradas, sem as hierarquizações de humanidade que o racismo epistêmico engendrou.

Buscamos um novo ponto de partida, para que seja desenvolvida uma abordagem estrutural das tensões raciais no Brasil e seus desdobramentos nas relações institucionais de controle, governo e extermínio de corpos. A racialização do branco impede que ele se configure como sujeito universal e permite perceber os códigos através dos quais o racismo opera estruturalmente, conformando brancos, não brancos e instituições racistas. Ao racializar a crítica criminológica será possível perceber não apenas os efeitos do racismo institucional dos órgãos de criminalização primária, secundária e terciária sobre brancos e não brancos, mas também o seu impacto sobre o funcionamento de outras formas de dominação e opressão. Dito de outra maneira, não renunciar a categoria raça ajuda a entender melhor como funciona o patriarcado, a heteronormatividade e a luta de classes (PIRES, 2017).

Objetivamos interpelar as narrativas criminológicas produzidas de um lugar que não se compromete com o racismo em suas mais variadas formas de expressão, aqui sinalizadas pelas dimensões da colonialidade do ser, do poder e do saber, e que insistem em reproduzir sua análise a despeito e acima do grito dos corpos negros que, há tempos, reivindicam integrar a discussão de maneira horizontal. Ao invés de inviabilizar a conversa, pretende-se que ela possa efetivamente acontecer. Conforme reconhece o editorial desse dossiê "a produção acadêmica hegemônica pouco avançou na produção de um diálogo contemporâneo da produção criminológica com os movimentos negros".

Nesse sentido, na primeira parte desse artigo serão recuperadas algumas narrativas que representam a crítica que pretendemos interpelar, bem como

enunciadas algumas das dimensões narcisísticas de suas construções. Em seguida, busca-se oferecer uma lente epistemológica, entre outras possíveis, que possibilite uma conversa em *pretuguês*, assumindo todas as implicações políticas de falar nesses termos.

O *pretuguês,* tal como desenvolvido por Lélia Gonzalez, será tratado mais adequadamente no item 3. Por ora, é suficiente caracterizá-lo como expressão que destaca que o português culto falado no Brasil é carregado de sonoridade e influência das muitas línguas faladas no continente africano (trazidas para cá pelos corpos escravizados) e nas etnias indígenas que viviam no território brasileiro. Ao reconhecer isso, pretende-se não apenas o reconhecimento linguístico dessa herança, mas notadamente, racializar para politizar a maneira pela qual se determina 'quem fala', 'quando fala' e 'em que termos pode falar'. Falar em *pretuguês* é falar em primeira pessoa, assumindo a defesa radical de nossa humanidade negada e impondo a tonicidade aos aspectos que nos afetam, sem as mediações e traduções distorcidas que a branquitude insistiu em (re)produzir.

Parte-se da hipótese de que apesar dos desencontros entre as críticas produzidas e a agenda dos movimentos negros, há muitas confluências e há possibilidade de construção de alternativas radicais e potentes para os desafios que nos propomos a enfrentar, desde que possamos repactuar nossas premissas e que os privilégios sejam colocados à mesa.

Em termos metodológicos, fazemos um convite à que a criminologia crítica, mesmo aquela que só vislumbra como caminho possível de crítica aquele trilhado através da Teoria Social, passe a lidar com as tensões raciais a partir do que Guerreiro Ramos (1995) chama de *negro-vida*. Um convite a que repensem seus marcos teóricos sobre relações raciais no Brasil, levando em conta o que eles permitem desvelar e em que medida, mantém sobre nós leituras hierarquizadas e eurocêntricas, reduzindo nossas experiências, saberes e agências a objeto, a um problema que não diz respeito a sujeitos que nos racializam, mas que naturalizam e normalizam a racialidade não nomeada de sua branquitude.

Tomar consciência dos silêncios reproduzidos e códigos pelos quais a branquitude operou nesse campo de estudos é fundamental para que possamos produzir alternativas potentes ao brutal e perverso modelo de desumanização de corpos que ancora a criminologia e sua crítica contemporânea.

Tendo como agenda de pesquisa a disputa por uma decolonialidade de perspectiva negra e como principal farol de orientação a categoria de *amefricanidade* proposta por Lélia Gonzalez, esse espaço se apresenta como lugar privilegiado de reflexão e crítica sobre contextos nos quais a imbricação entre

raça, gênero, classe e colonialidade nos capacita a confrontar a realidade que herdamos.

Assim como Ana Flauzina se define em recente artigo publicado pela revista Discursos Sediciosos (FLAUZINA, 2017), me coloco nesse espaço como "visitante do clube criminológico", alguém que vem da filosofia política e da teoria constitucional e encontra na discussão criminológica um, dentre outros caminhos possíveis, para dar conta de (re)existir em meio ao genocídio. O genocídio do povo negro, problema levantado por Abdias Nascimento (1978), pelo menos desde a década de 1970, pode oferecer uma chave de compreensão estrutural sobre os efeitos do racismo no Brasil, notadamente quando se pretende refletir sobre os mecanismos institucionais através dos quais o Estado controla, acondiciona, fragiliza e extermina corpos. Tal como será desenvolvido oportunamente.

2. Criminologia crítica e pacto narcísico

Inicialmente, é importante destacar que a conversa proposta nesse artigo só faz sentido entre perspectivas teóricas comprometidas com uma abordagem crítica do direito, especialmente do direito penal e processual penal, abordando o sistema de justiça criminal, segurança pública, o controle social e os direitos humanos de forma a denunciar a apropriação violenta e opressora desses modelos e reposicionar resistências emancipadoras.

Conforme desenvolvido em trabalho anterior, racismo e criminologia mantiveram entre si movimentos erráticos de fortalecimento/desqualificação que demonstram a complexidade das estruturas que sustentam o primeiro e os objetos de estudo eleitos pela segunda. No Brasil, a recepção da criminologia como ciência se deu no processo jurídico-político de transformação do Império em República e a partir da relação conflituosa entre a Escola Clássica e a Positivista. A articulação entre os argumentos raciais que legitimaram o sistema colonial e o discurso científico dava continuidade à representação que as classes dominantes faziam de sua posição e da legitimidade de seu poder. (PIRES, 2016).

Ao grupo dominante foram reproduzidos e compartilhados os medos e receios em relação à convivência em pé de igualdade com o grupo dominado, aprisionado em estigmas e estereótipos de subalternidade que quanto mais se consolidavam no imaginário social, mais adquiriram no senso comum o *status* de verdadeiro (AZEVEDO, 1987). Em uma relação de continuidade, o controle de corpos iniciado no período colonial, manteve-se durante a primeira República e passou a ser radicalizado por uma arquitetura punitiva que indicava as

agências da criminalização secundária – Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário – e os redutos da criminalização terciária – ingresso de indivíduos no sistema prisional – como os espaços para a reprodução dos mandamentos da criminologia positivista (FLAUZINA, 2008, p. 89).

Essa não é a leitura que se pretende confrontar (a da escola clássica e positivista), porque com essa "não há conversa possível". É preciso ter como acordo mínimo a percepção de nossa humanidade plena para que seja possível desenvolver uma análise no sentido da que se propõe. Assim, chamamos para conversa a criminologia crítica, concebida por Baratta como movimento de construção de uma teoria materialista e econômico-política do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização (2002, p. 159-161), surgida no final da década de 60.

Para chegar à concepção defendida por Baratta, foram fundamentais as reflexões promovidas pela(o)s: teoria do etiquetamento, antipsiquiatria, marxismo e ceticismo. Além disso, a experiência da América Latina, massacrada pela dependência do capital internacional e pela falta de legitimidade das classes dirigentes, vivida na década de 60 pelo terrorismo de Estado e as formas mais cruéis de repressão pública oficial informaram em grande medida esse movimento. O momento político de exacerbação das ideias de ordem, repressão e castigo, traziam para a criminologia novos desafios e reflexões.

A crítica ao positivismo propiciou a emergência de um conjunto de pensadores que postulavam a ruptura com o pensamento legitimador ou negador da repressão e da exclusão: "um pensamento que já pode ser denominado, com propriedade, de 'criminologia crítica' teve seu ponto inicial na Venezuela, no ano de 1974" (ANITUA, 2008, p. 676). Essa perspectiva centrou o foco na violência institucional, contra o imperialismo violento e o papel desempenhado em sua negação pela criminologia tradicional; na abolição da prisão e de outras práticas coercitivas reprodutoras do mesmo modelo social; e na discussão sobre a própria função da criminologia que deveria passar da crítica e da denúncia para a conformação de uma nova ordem mais justa e igualitária.

Com enfoque multidisciplinar, crítico e radical pensadores como Rosa del Olmo, Lola Aniyar, Tosca Hernández, Myrla Linares, Eduardo Novoa, Alvaro Bunster, Luis Marcó Del Ponto, Roberto Bergalli, Emilio Méndez, Elías Carranza, Gustavo Cosavoc, Juan Pegoraro, Enrique Marí, Raúl Zaffaroni, Heleno Fragoso, Ester Kosovski, Nilo Batista, Juarez Tavares, Juarez Cirino, Emiro Sandoval, Fernando Rojas, Mauricio Martínez e Juan Sepúlveda denunciaram os problemas específicos da região: "estrutura social muito desigual, uma economia dependente e um Estado coercitivo, que recorria inclusive a práticas

delinquenciais tão graves como matar, torturar e demais ações que não eram sancionadas como delitivas" (ANITUA, 2008, p. 678).

Longe de legitimar os discursos racistas das escolas clássicas e positivistas, a criminologia crítica apontou a seletividade racial do sistema de justiça penal e demonstrou a ofensiva positivista de transformação do negro no signo do criminoso. Enquanto os defensores da antropologia criminal identificavam no contingente carcerário a prova inconteste da inferioridade do negro e de sua predisposição natural ao cometimento do delito, a criminologia crítica evidenciava a perversa estratégia de estigmatização por que passaram pretos e pardos na realidade pátria, bem como os reflexos que essa segregação gerava no sujeito encarcerado e na imagem social que dele se difundia.

Atribuindo uma perspectiva mais determinista à estigmatização ou vinculando-a ao processo mais amplo da luta de classes, fato é que a(o) negra(o), a(o) louca(o), a(o) pobre, a(o) anarquista e toda(o)s a(o)s demais tipos representativos da delinquência, passaram a ter a sua realidade social lida a partir da atuação dos órgãos de controle e repressão do Estado, bem como do lugar por ela(e)s ocupados ou a ela(e)s renegados pelo modelo de produção capitalista.

Esse é o projeto que para nós faz sentido disputar. Buscamos recuperar o contato com os criminológos críticos que, a partir da demonstração da racialização do sistema penal e da seletividade racial do controle social promovido pela norma penal, tornaram-se aliados históricos dos movimentos negros e evidenciar alguns dos motivos que nos distanciou nesse mesmo percurso. Juntamo-nos, assim, aos esforços já desenvolvidos por Ana Flauzina (2008, 2016 e 2017), Felipe Freitas (2016), Evandro Piza, Camila Prando, Ricardo Cappi e Marcia Calazans (2016).

Nosso principal ponto de desacordo está em que a denúncia da racialidade do sistema de justiça penal e do racismo institucional pela criminologia crítica hegemônica reproduziu a narrativa do "negro-tema" criticada por Guerreiro Ramos (1995). A tradição da criminologia crítica latino-americana acima destacada abordou a clivagem racial do sistema penal, a partir de categorias e valores eurocêntricos e de uma visão do negro estereotipada e homogeneizada. Nesses termos, foi incapaz de desvelar os códigos através dos quais o critério classe operava de maneira racializada, assim como as variáveis de gênero, sexualidade e deficiência. O racismo institucional não foi entendido em termos estruturais, mas como enunciação retórica de que o racismo das relações intersubjetivas extrapola as relações pessoais.

Nesse sentido, pode-se aproximar essa leitura daquelas que Guerreiro Ramos identifica como abordagens do "negro-tema", perspectivas que tomam o

negro como mero objeto mumificado, tornado transparente (1995, p. 215). Apesar de divergentes nas conclusões, pode-se aproximar a leitura do negro que subjaz à crítica criminológica daquelas que forjaram a auto-imagem oficial do negro no Brasil, como as desenvolvidas por Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Nina Rodrigues, para citar apenas os autores com os quais Guerreiro Ramos se confrontou mais diretamente. Racismo institucional é algo que não ocorre apenas nos órgãos de criminalização, mas que opera, inclusive, entre aqueles e aquelas que se dispuseram a pensar criticamente o campo criminológico, exatamente porque não romperam com o pacto narcísico de sua branquitude.

O "negro-vida", reivindicado pelos movimentos negros e pelo pensamento desenvolvido por Guerreiro Ramos, Virgínia Bicudo, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Vilma Reis, Dora Bertúlio, Maria Aparecida Bento entre outras e outros, se refere a um elemento multiforme, "do qual não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje" (1995, p. 215). Busca-se uma leitura capaz de romper com visões simplistas do negro que incorrem em estereótipos e, em consequência, perde de vista a dimensão plural do significado da negritude no país.

A branquitude – ou aquilo que Guerreiro Ramos chamou de *Patologia Social do 'branco' brasileiro* - pode ser entendida como um lugar de privilégios simbólicos e materiais que colaboram para a construção social e reprodução de preconceito racial, discriminação racial injusta e racismo. De forma didática, Ruth Frankemberg apresenta a branquitude como o lugar estrutural que permite que o sujeito branco atribua ao outro o que não atribui a si mesmo (FRANKEMBERG, 1999). Trata-se de um comportamento que percebe o outro a partir dos lugares sociais reservados para sua condição racial, sem perceber-se como racialidade não nomeada e normalizada como padrão de humanidade (BENTO, 2002). A branquitude traz à cena e nomeia o componente racial branco, costumadamente 'neutralizado'/'normalizado' nas relações sociais, tornando visível o que socialmente se faz questão de velar. (LABORNE, 2014).

A branquitude, ou identidade racial branca, se (re)constrói histórica e socialmente e não pode ser concebida de forma estática e homogênea. Apresenta-se como posicionamento político diante das drásticas assimetrias entre seres humanos, como lugar de poder estruturalmente definido e estruturante das relações sociais e institucionais, e nesses termos nos interessa trazer a discussão. Busca-se, ao revelar o *pacto narcísico* da criminologia crítica, racializar para politizar as discussões nesse campo de estudos e atuação, de forma a possibilitar o desenvolvimento de propostas que encarem os não brancos e não brancas

em toda sua humanidade e complexidade, que lhes ofereça alternativas reais ao genocídio em todas suas formas de expressão, entre elas o extermínio e o superencarceramento. Aos brancos e brancas, oferece a possibilidade de explicitar os códigos através dos quais constituíram sua humanidade a partir da desumanização da(o)s não branca(o)s, eleita(o)s como outros/inimigos/descartáveis, para que não reproduzam a postura abolicionista hierarquizada do século XIX de achar que podem dar o tom de toda e qualquer luta.

A luta antirracista é uma disputa de branco(a)s e não branco(a)s, cada um(a) do seu lugar, entendo as nuances em que o racismo opera sobre cada experiência. Se é certo que o racismo forja branca(o)s e não branca(o)s, é preciso que não se esqueça de que o sistema de desvantagens sistêmicas que afetam negra(o)s, tem na sua contra-face o modelo de privilégios e vantagens históricas usufruídos por branca(o)s.

Análises[2] que se intitulam comprometidas com a denúncia da seletividade racial do sistema penal, mas que menosprezam ou sequer consideram a agenda política dos movimentos negros, de mulheres e indígenas no Brasil só podem ser compreendidas se os códigos da branquitude estiverem visíveis. Apesar de se esconder em uma suposta invisibilidade, a identidade racial branca é anunciada ou tornada invisível, dependendo dos interesses em conflito. Entender os meandros de operação do pacto narcísico é fundamental para que possamos repactuar (criminologia crítica e movimentos negros, por exemplo) o compromisso comum pela luta antirracismo.

Falar em racismo ou nos seus efeitos sem se comprometer na análise é um dos sintomas do *pacto narcísico*. De acordo com Cida Bento (2002) há um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte essencial na permanência das tensões raciais no Brasil. A referência ao passado colonial-escravista é feita em termos que isentam o branco desse legado. É como se ele só tivesse produzido pobreza, desumanidade e violência para negros, mulheres, indígenas, lésbicas, gays, transvertigêneros, não cristãos, não pro-

2. A partir de agora vamos assumir o risco de "afirmações genéricas" como as que iniciam esse parágrafo, por um objetivo metodológico assumido. Não se quer personalizar a discussão ou produzir uma leitura pontual da produção crimininológica contemporânea no Brasil. As críticas feitas no decorrer desse trabalho podem ser aplicadas aos trabalhos que decorrem da tradição já localizada no corpo do texto quando da referência à criminologia crítica na América Latina e longe de uma "caçada", pretende-se promover um espaço de escuta, de revisão dos próprios trabalhos através do reconhecimento dos códigos através dos quais a branquitude opera e de aprimorar a crítica através do enfrentamento ao racismo, em outros termos.

prietários, pessoas com deficiências, mas qual foi o resultado para os homens, brancos, heteros, cristãos, proprietários e sem deficiência? Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio e tem um forte componente narcísico de autopreservação.

O racismo e, por consequência, a seletividade racial do sistema penal, não é um problema de negros, é um problema da hierarquização racista, sexista, classista, cristã e heteronormativa que por aqui se estruturou, e para que a sua enunciação não reproduza a lógica do inimigo tão contundentemente rebatida pela criminologia crítica, é preciso que nesses termos se enuncie. A herança branca da escravidão só pode ser resguardada em um contexto que reforça a inferioridade negra, bem como sua memória, saberes e agência.

É nesses termos que a branquitude se impõe como guardiã silenciosa de privilégios (LABORNE, 2014) e se apresenta mesmo nos pensamentos críticos e reconhecidos como progressistas. Assim como as abordagens que denunciam, filtram as narrativas que confrontam seus privilégios, silenciam as disputas que questionam suas verdades e assumem a condição de única possibilidade de leitura desalienada sobre a realidade. Uma "desalienação" que se impõe pelo recalque a tudo aquilo que não é espelho. É exatamente quando a reprodução de práticas que criticam se apresenta aos grupos que direta e desproporcionalmente sofrem os efeitos da violência seletiva do Estado, que nos distanciamos. Quando a crítica criminológica se apresenta como mais uma das ferramentas de subalternização de nossa voz, luta e existência é que deixamos de acreditar que a aliança é possível.

O esforço aqui é o de desconstruir o legado histórico da branquitude, ou seja, reforçar o compromisso com a necessidade de ampliar as possibilidades de construção de identidades brancas que reforçam uma prática antirracista, de desconstrução dos padrões, normas e pactos que interpelam sujeitos branco(a)s por privilégios e vantagens não nomeadas. Entender o funcionamento da branquitude permite perceber que a violência seletiva do Estado ancora-se no reconhecimento seletivo da humanidade da(o)s branca(o)s, relegando aos não brancos o tratamento próprio da zona do não ser (GROSFOGUEL, 2016). A construção de uma identidade branca não racista sinaliza uma nova possibilidade, reafirmando a esperança de que é possível ter aliados brancos na desconstrução de preconceitos e desigualdades raciais. Uma postura não racista requer uma atenção contínua e rigorosa para o modo como a construção da raça influenciou os posicionamentos sociais na sociedade brasileira.

Recorremos novamente a Ana Flauzina (2015), para afirmar que há uma miopia generalizada que impede que se enxergue o sistema de justiça criminal como instrumento apoiado, fundamentalmente, na vulnerabilização e explo-

ração de mulheres negras em todos os níveis de sua intervenção, pelo engendramento do terror sexual e do terror racial como a matriz central da punição.

Se é para seguir aplicando à criminologia crítica o método da teoria social, porquê não substituir Florestan Fernandes por Guerreiro Ramos, Virgínia Leoni Bicudo, Lélia Gonzalez e demais pensadora(e)s que trabalharam o racismo na perspectiva do negro-vida e do branco como ser histórica e socialmente racializado? Os processos de normalização questionados pelas lentes de classe precisam alcançar outros padrões a ele imbricados, sob pena de não ser possível descolonizar a criminologia. A ótica de classe não racializada e não genderizada produziu interpretações sobre a realidade que negaram a dimensão estrutural e estruturante da raça e gênero e desenvolveram chaves de compreensões capazes de se aplicar apenas à classe trabalhadora branca, masculina, hétero.

É preciso um recentramento epistêmico-institucional, um confronto permanente com os próprios privilégios e com o sistema de privilégios que o racismo e o sexismo institucional preserva. Em seguida, nos propomos a oferecer um possível caminho alternativo para reaproximar criminologia crítica e movimentos negros, a partir de uma lente epistemológica imbricada.

3. Crítica criminológica em pretuguês

Conforme enunciado acima, partimos do pressuposto de que uma das formas através das quais o sistema de justiça criminal opera é através *do sequestro da* palavra. Mesmo nas experiências mais garantistas, a palavra segue subtraída dos sujeitos envolvidos com a prossecução penal.

Na crítica ao uso da linguagem como mecanismo de poder e da sua utilização para perpetuar hierarquizações racializadas, Lélia Gonzalez confronta os padrões de linguagem exigidos na academia, com o objetivo de explicitar o preconceito racial existente na própria definição da língua materna brasileira (CARDOSO, 2012). Lélia Gonzalez destaca a necessidade de afirmar o *pretuguês*, a mistura entre a língua herdada de Portugal e as referências linguísticas africanas que nos apropriamos. Quando Lélia Gonzalez destaca a necessidade de se afirmar o pretuguês, está chamando atenção para múltiplas formas em que a colonialidade se impôs às culturas não brancas.

Gonzalez (1988) chama de "pretoguês" a marca de africanização do português falado no Brasil, igualmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. Habilitar o pretuguês como categoria linguística é desvelar o quanto o português cultuado nos ambientes acadêmicos e demais espaços de poder é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, recalcado por classifica-

ções eurocêntricas, que minimizam a importância da contribuição negra. Nas palavras de Abdias Nascimento (2009, p. 206):

> Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo 'científico', os seus dogmas impostos em nossa carne como marcas ígneas da verdade definitiva. Agora devolvemos ao obstinado segmento 'branco' da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral que pretendia tirar a nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade.

Falar em pretuguês é assumir uma postura de confronto ao racismo epistêmico e de crítica frente às múltiplas formas de manifestação da colonialidade do saber.

A utilização do termo *pretuguês* nesse artigo reconhece e agrega a riqueza e sonoridade das línguas indígenas e expressa a vontade de que as reflexões aqui expostas possam ser compartilhadas e acessadas pelas múltiplas experiências que compõem o tecido social brasileiro. Com uma abordagem apreensível em *pretuguês* pretende-se oferecer uma concepção que restitui a fala e a produção teórica e política de sujeitos até então infantilizados e destituídos da possibilidade de confrontar a hegemonia das perspectivas eurocêntricas.

Conforme Lélia Gonzalez defendeu: "(...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (...), o lixo vai falar, e numa boa" (GONZALEZ, 1983, p. 225). "O lixo vai falar" e vai confrontar aquilo que não se quer ver, ouvir e se responsabilizar. Nesse sentido, se tivéssemos que responder à pergunta colocada por Spivak (2010), poderíamos defender, a partir de Lélia, que para nós, negra(o)s no Brasil, a possibilidade efetiva de fala só é possível em *pretuguês*.

Tem-se por objetivo, mobilizar as categorias de análise desenvolvidas por Lélia Gonzalez para propor uma crítica criminológica decolonial que "carrega na tinta", que busca racializar para politizar as disputas em torno do significado da política criminal, direito penal e processo penal, segurança pública e direitos humanos, de modo a ser apreensível pelos corpos que secular e desproporcionalmente aguentam os ônus dos modelo de extermínio, controle e punição hegemônicos.

No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia Gonzalez propõe uma maneira alternativa de compreender o processo histórico de formação do Brasil e da América. Ao eleger a noção de *Améfrica Ladina* como representativa das experiências que aqui se conformaram, Gonzalez redimensiona a importância da influência da cultura ameríndia e africana para produção e

compreensão da realidade. Além da afirmação dessas pertenças, o termo *ladina*[3] assume os processos de aculturação e os desafios do "não lugar" que se apresentam na dificuldade de integração dessas heranças e sujeitos à sociedade colonial.

Interessava a Lélia desenvolver uma categoria que levasse em consideração as similaridades com a África no continente americano e o processo diaspórico desencadeado com a colonização. Por essa categoria, ela ilumina o processo histórico da diáspora vivenciada e compartilhada pela(o)s afrodescendentes nesse continente, entre resistências e reinterpretações de outras formas afrocentradas.

Nas palavras de Lélia Gonzalez:

> As implicações políticas e culturais da categoria *amefricanidade* ("Amefricanity") são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada.
>
> (...) Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. (...) Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o *racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. (1988, p. 76-77)

Em sua proposta, a crítica ao eurocentrismo é realizada por uma postura afrocêntrica, construída a partir da experiência negra fora do continente afri-

3. Outro autor que explora o conceito de *ladino* para retratar essa dificuldade de integração de indígenas e negros na colonialidade vivenciada no Brasil é Darcy Ribeiro. Nesse sentido, ver: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro:* a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

cano, principalmente na América Latina e Caribe. A afrocentricidade, além das características sistematizadas por Asante (2009), passa a ser interceptada na perspectiva do movimento das mulheres negras no Brasil por características como oralidade, religiosidade, corporeidade, circularidade, musicalidade, cooperativismo e energia vital (axé), tal como desenvolvida por Azoilda Trindade e resgatada por Giovana Xavier (2016).

O interesse em trazer para a discussão criminológica as proposições de Lélia Gonzalez, além das múltiplas possibilidades epistêmico-metodológicas já enunciadas, repousa no fato de que sua proposta está bastante conectada com as discussões e debates do Movimento Negro Unificado no momento em que foi formulada e continua a reverberar nas muitas atuações dos movimentos negros contemporâneos. Trata-se de uma abordagem que se preocupa em construir um projeto político dos negros para o Brasil e não apenas para suas próprias trajetórias.

Conforme Luiza Bairros escreveu:

> [É preciso] construir uma força política nesse país baseada no povo negro. Uma força política capaz de disputar com um projeto que seja elaborado a partir da sua própria perspectiva, do seu próprio lugar. Não o lugar da subordinação em que a sociedade tem tentado nos atirar ao longo dos séculos, mas, o lugar do sujeito político, responsável por seu próprio destino. Para além disso, outro aspecto que eu considero super importante na colocação do MNU, é que *não se trata de um projeto político do negro para o negro, que seja o negro pensando para dentro de sua comunidade, mas sim o negro pensando para a sociedade brasileira como um todo e levando em conta todos os povos, todas as raças que a compõem*. Considero que isso que dá a mudança efetiva de qualidade deste projeto que o MNU pretende. Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais um espaço dentro de outros projetos para as nossas questões, que são tidas como menores. Mas nós estamos apostando na possiblidade de que, através das nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo, nas questões nacionais, nas questões que dizem respeito à sociedade como um todo. (BAIRROS, 1991, p. 9.)

No mesmo sentido, destacou Nilma Gomes (2012, p. 741):

> Enquanto alguns setores sociais ainda olham com desconfiança a adoção da raça como categoria de análise para a compreensão das relações étnico-raciais e das formas de racismo que operam em nossa sociedade e nos demais países latino-americanos, o movimento negro brasileiro, desde as suas primeiras organizações no início do século XX, explicita e comprova a centralidade da raça de diferentes formas e por meio de diversas abordagens.

> Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora Africana.

Para além dessa dimensão de projeto político interseccional para o Brasil, na categoria da *amefricanidade* há um inegável compromisso com o rompimento com qualquer resquício do colonialismo imperialista, notadamente em termos epistêmicos. Em termos metodológicos, a categoria da *amefricanidade* permite o resgate de uma unidade específica propiciada pela experiência histórica comum do povo negro em diáspora. Os quilombos, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *marron societies* oferecem-nos uma ideologia de libertação e modelos alternativos de punição derivada da nossa experiência diaspórica, historicamente situada e culturalmente particular.

Apesar das similaridades entre África e América, a experiência *amefricana* se diferencia daquela vivida do outro lado do Atlântico. Tentar achar as "sobrevivências" da cultura africana no continente americano pode encobrir as resistências e a criatividade da luta contra a escravidão, contra o genocídio e a exploração. *Amefricanidade* carrega um sentido positivo, "de explosão criadora", de reinvenção afrocentrada da vida na diáspora. Para Lélia Gonzalez (1988, p. 79), "foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação".

No mesmo sentido, a categoria histórico-cultural do *quilombismo* constitui uma práxis afro-brasileira de resistência e organização política comprometida com a liberdade. Proposta por Abdias Nascimento e construída a partir do significado político dos quilombos como genuínos focos de resistência física e cultural, decorrentes da exigência vital dos africanos escravizados de resgatarem sua liberdade e dignidade, entoam novas possibilidades de organização social livre, solidária e fraterna. Materializadas pelas suas manifestações legais – na forma de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras – assim como pelas outras manifestações quilombolas que conhecemos, trata-se de uma prática de libertação que assume o comando de sua própria história.

Tal como descreve em dois dos 16 princípios fundantes do quilombismo: "A revolução quilombista é fundamentalmente anti-racista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista". (NASCIMENTO, 2009, p. 214- Princípio 11) e:

> O quilombismo essencialmente é um defensor da existência humana e, como tal, ele se coloca contra a poluição ecológica e favorece todas as formas de melhoramento ambiental que possam assegurar uma vida saudável para as crianças, as mulheres e os homens, os animais, as criaturas do mar, as plantas, as selvas, as pedras e todas as manifestações da natureza. (NASCIMENTO, 2009, p.214- Princípio 15).

Apostando em outro modelo de organização política e de relações institucionais, concretamente experimentadas em processos de resistência negra, Abdias Nascimento rompe com o determinismo subalternizante dos papéis sociais esperados dos negros e negras. A partir de outra forma de pensar a República, de experiências concretas de igualitarismo democrático, redimensiona o uso e a relação com a terra e o trabalho e propõe a busca da felicidade de maneira não individualizada. Assumindo o compromisso prioritário com as crianças da comunidade, defende um modelo de sociedade criativa, educação pluriversal e intercultural, bem como uma economia de base comunitário-cooperativista no setor de produção, distribuição e divisão dos resultados do trabalho coletivo. "Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista" (NASCIMENTO, 2009, p. 206).

Como método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, "o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que os africanos derramaram com os pés e mãos edificadores da economia deste país" (NASCIMENTO, 2009, p. 205). Ainda nas palavras de Abdias Nascimento: "Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade" (NASCIMENTO, 2009, p. 205). Nesses termos, é possível redimensionar o papel do controle, extermínio e gestão dos corpos nas sociedades capitalistas, constituídas através do projeto colonial-moderno-escravista imposto às Américas.

Se essas experiências constituídas na luta por liberdade dizem muito sobre os modelos punitivos desenvolvidos no Brasil, de outro lado, podem informar práticas alternativas, não racistas e não sexistas de lidar com as ações socialmente definidas como desviantes. No processo de enfrentamento a esse perverso sistema de (in)justiça criminal, múltiplas foram as estratégias de resistência e modelos experimentados de comprometimento coletivo com "desvios" individuais. De processos que podem ser identificados como restaurativos a medidas abolicionistas, há um rico e complexo espectro de possibilidades que podem ser desvelados para a criminologia crítica, caso se debruce sobre essas práticas sem as hierarquias míopes impostas pela branquitude.

Exercitar a escuta, colocar-se em contexto, assumir a provincialidade escondida na defesa de sua condição universal, aprender com aquele que julgava alienado, oferece uma oportunidade ímpar de lidar com os objetivos da criminologia crítica da forma mais próxima possível de seus pressupostos. O indivíduo abstrato é da ordem da branquitude, como uma racialidade não-nomeada. Ao sujeito negro é negada essa individualidade, por ser visto em termos coletivos, historicamente relacionados aos estereótipos pejorativos produzidos pelos violentos processos de subalternização e vulnerabilidade que marcaram as raízes coloniais-escravistas e se reproduzem pela colonialidade não ameaçada pelos pactos narcísicos assumidos nas mais diversas esferas da vida pessoal e institucional.

Como nos ensina Fanon, sujeitos não-brancos tem sua subjetividade deslocada através de olhares alheios que não os reconhecem em seus próprios termos. Estamos falando das implicações de estar na "zona do não ser" (FANON, 2008), de enfrentar o secular processo de desumanização que se impôs a negros e indígenas, por processos de extermínio permanente ou das mais variadas práticas de morte em vida que marcam nossas trajetórias.

O sucesso do modelo perverso de categorização racial de seres humanos deriva, além de circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais muito bem definidas, da naturalização dessa hierarquia, do não reconhecimento do sistema de privilégios que ela engendra e da consequente negação/cegueira quanto à sua existência (embutida na própria lógica da branquitude). A determinação 'natural' da alteridade isenta de responsabilidade política aqueles que se beneficiam de uma condição privilegiada. A partir da naturalização das características biológicas daqueles que exercem funções valorizadas socialmente, em oposição aos que desempenham o lugar do marginal, do forasteiro, do primitivo e servil, são definidas as representações dos diversos grupos raciais que compõem a sociedade brasileira.

Essas reorientações têm por objetivo responder ao mundo herdado, e não ao mundo idealizado. A normalização de nossa condição marginal, encobre a apoteose da guerra a que estamos submetidos e acaba por reproduzir e naturalizar o genocídio dos povos negros e indígenas nas Américas, como um dos pilares de manutenção da colonialidade. Genocídio que se materializa nas suas mais variadas formas de expressão (FLAUZINA, 2014; VARGAS, 2010).

O genocídio como prática imposta ao povo negro no Brasil oferece uma chave de explicação bastante concreta sobre o modo de operação do racismo sobre nossos corpos. Se tomarmos a convenção da ONU de 1948, podemos destacar algumas práticas impostas aos amefricanos e ameríndios e que nos habilitam a falar em genocídio, na medida em que os seus múltiplos aspec-

tos podem ser observados: 1ª) assassinatos de membros desses grupos[4]; 2ª) imposição de dano grave à integridade física ou mental dos membros desses grupos[5]; 3ª) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial[6]; 4ª) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo[7]; e, por fim, 5ª) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo[8].

No contexto de discussão que promovemos aqui, o repertório teórico-metodológico da amefricanidade obriga que as alternativas de política criminal aqui produzidas sejam capazes, de um lado, de acessar a experiência dos corpos afetados mais diretamente por elas e, de outro, que não sejam enunciadas em termos incapazes de dar conta da cruel realidade que desumaniza corpos pretos e que onera desproporcionalmente as mulheres negras nesse secular processo de genocídio do povo preto no Brasil.

Sendo a amefricanidade informada pelo contato com homens e mulheres negros e indígenas, através de trocas afetivas e culturais, atravessando fronteiras geopolíticas e disciplinares, a proposta de Lélia Gonzalez permite uma leitura imbricada do racismo, sexismo, colonialismo e imperialismo, atribuindo centralidade à resistência[9]. Nesse sentido, além das possibilidades já des-

4. No âmbito desses assassinatos perpetrados pelo Estado são contabilizados além dos atos de violência institucional explícita – como os autos de resistência e desparecimentos forçados – o não acesso a saúde e os índices desproporcionais de mortes por causas evitáveis que acometem principalmente as mulheres negras; os extermínios recorrentes em sociedades colonizadas, como o uso de corpos não brancos como carne de canhão nos processos de independência e demais processos de luta política, entre outros.
5. Entre esses danos pode-se destacar os gerados pelo encarceramento em massa, pelas torturas físicas e psíquicas diárias promovidas pelo racismo institucional dos órgãos públicos, os efeitos do racismo epistêmico que, para além de negar a memória negra e indígena nos processos políticos de luta por liberdade, reitera a expropriação das reflexões seculares promovidas por essas comunidades nas Universidades.
6. Como os conflitos urbanos e não urbanos gerados pelo racismo ambiental.
7. Nesse sentido, pode-se falar não apenas dos problemas de saúde da população negra, mas decorrentes também da política de drogas implementada no continente e que gera o superencarceramento que atinge fundamentalmente homens e mulheres negras.
8. Evidenciado, entre outros, pelos mais distintos processos de embranquecimento pelos quais passamos ao longo das múltiplas violências materiais e simbólicas desde a primeira infância.
9. A conversa entre as propostas de Lélia Gonzalez e Ochy Curiel podem inspirar uma perspectiva feminista decolonial amefricana, preocupada com as seguintes questões-chave: 1 - Entender como se construiu o sistema-mundo-moderno colonial ociden-

tacadas, seu pensamento valoriza e resgata saberes produzidos por mulheres negras e indígenas e os qualifica como práticas políticas de descolonização do poder, ser e saber.

Se o "pessoal é politico", é preciso dar conta da questão de gênero e raça em todas suas imbricações. Conforme nos ensina Ochy Curiel, compreender a imbricação das opressões não se trata de colocar categorias que conformam um somatório de experiências ou uma intersecção de categorias analíticas. Trata-se de entender como estas experiências tem atravessado historicamente nossa região desde o colonialismo até a colonialidade contemporânea e como se tem expressado em certos sujeitos que não experimentaram privilégios de raça, classe, sexo e sexualidade, como as mulheres negras, indígenas e campesinas da região (CURIEL, 2016).

O convite para o desenvolvimento de uma crítica criminológica em *pretuguês* incita a que trabalhemos raça, classe, sexualidade e outras categorias genderizadas como princípios estruturais e estruturantes da sociedade contemporânea. Trata-se de uma abordagem que racializa para politizar gênero, classe, sexualidade e deficiência como categorias empíricas, analíticas e normativas. O que nos mantém divididos entre as *zonas do ser* e *do não ser* é a perpetuação de um sistema de normas e pactos que privilegiam alguns ao custo de outros, e, assim permanece uma esfera de disputa para des-/re-construções feministas, antirracistas e diálogos através das diferenças.

Como as mulheristas negras-africanas (não contempladas pelo feminismo hegemônico) muitas vezes nos relembram, é impossível se libertar sozinha. Do que basta escolher uma jogada quando não se escolhe os termos do jogo? É o capitalismo que nos promete princípios, teorias e práticas sobre indivíduos 'livres', competindo para viver como desejam. Indo além de uma lógica individualizada, mapeando gênero, raça, sexualidade como conjuntura política, como uma força que nos posiciona em sociedade, será possível basear uma crítica criminológica na responsabilidade, ou seja, na capacidade de responder ao mundo que herdamos, cada um(a) do seu lugar.

---

tal que tomou a raça e o gênero como epistemes centrais para garantir a expansão capitalista através do colonialism; 2 - Compreender a relação atual entre acumulação capitalista e desterro. Dito de outra maneira, pautar o racismo ambiental que desterritorializa gente negra, indígena e campesina pobre para instalar megaprojetos e multinacionais; e, 3 - Entender a relação entre feminicídios, violências contra mulheres e as lógicas do militarismo, narcotráfico e lavagem de dinheiro, que colocam como bala de canhão mulheres, meninas e adolescentes de populações populares, altamente racializadas.

4. Considerações finais

O presente trabalho se inscreve na tentativa de reaproximar a criminologia crítica desenvolvida no Brasil e na América Latina dos movimentos sociais, notadamente os movimentos negros e de mulheres no Brasil, de modo a desvelar as opressões que suas análises encobriram e reproduziram nas últimas décadas e, de outro lado, reforçar a aposta política na sua tradição crítica.

Ao enunciar os termos em que os códigos da branquitude operaram nas análises desenvolvidas, é possível manter a denúncia do racismo, do sexismo e do classismo na máquina de controle, gestão e extermínio de corpos em sociedades capitalistas forjadas na modernidade-colonial-escravista que se desencadeou nas Américas, mas não apenas.

Ao revelar o pacto narcísico que impediu que se pudesse avançar para além da denúncia da seletividade do sistema de (in)justiça criminal, buscou-se oferecer uma lente epistemológica imbricada, preocupada com uma leitura descolonial da criminologia que carrega na tinta. Ao sinalizar para uma crítica criminológica apreensível em *pretuguês*, chamamos atenção para as permanências do racismo e sexismo nas mais variadas formas de expressão da colonialidade do poder, do ser e do saber.

Pelo resgate do pensamento negro, crítico da colonialidade por uma perspectiva *amefricana,* convidamos a(o)s que se interessam por mecanismos alternativos de punição e de enfrentamento ao desvio a revisitar experiências e agências até então silenciadas e invisibilizadas, em nossos termos e sem a mediação de privilégios.

5. Referências bibliográficas

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Trad. Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Revan, ICC. Coleção Pensamento Criminológico, n. 15, 2008.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade:* uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

AZEVEDO, Celia Maria de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 1987. V. 6.

BAIRROS, Luiza. Entrevista concedida a Edson Cardoso, Jonatas Conceição e Sayonara. *Jornal do MNU*. n. 20, out.-dez. 1991.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e critica do direito penal*. Introdução à sociedade do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, ICC. Coleção Pensamento Criminológico n. 1., 2002.

BARATTA, Alessandro. "Da questão criminal à questão humana". In: CAMPOS, Carmen Hein (org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo* – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALAZANS, Márcia; CAPPI, Ricardo; DUARTE, Evandro; PRANDO, Camila. Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS:* Revista crítica de humanidades. n. 238, p. 450-463, 2016.

CARDOSO, Lourenço. O Branco-objeto: o Movimento Negro situando a branquitude. *Instrumento*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. p. 81-93, 2011.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras falas*: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Orientadora: Cecília Sardenberg. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2012.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. SciELO – EDUFBA, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista Direito UnB*. Jan.-jun. v. 1, n.1, p. 119-146, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da S. (org). *Discursos negros*: legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2015.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. *Discursos Sedidicosos*. Crime, Direito e Sociedade. Ano 20, n. 23-24, 1º e 2º se. 2036. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

FRANKEMBERG, Ruth. *White women, race masters:* The social construction of whiteness. USA: University of Minnesota, 1999.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set., 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92-93, jan.-jun., p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio et alii. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, p. 223-244, 1983.

GROSFOGUEL, Ramon. What is racism? *Journal of World-systems Research*. V. 22, Issue 1, p. 9-15, 2016.

LABORNE, Ana Amélia. "Branquitude e Colonidade do Saber". In: CARDOSO, Lourenço; SCHUCMAN, Lia (Orgs.). *Revista da ABPN*. "Dossiê Branquitude", v. 6, n. 13, p. 148-161, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade:* uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

PIRES, Thula. *Criminalização do racismo*: entre política de reconhecimento e legitimação do controle social sobre os negros. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio/ Brado Negro, 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro:* a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VARGAS, João Helion Costa. A diáspora negra como genocídio. *Revista da ABPN*. n. 2, Jul.-Out. , p. 31-65, 2010.

Pesquisas do Editorial

Veja também Doutrina

- Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais critical criminology: current dimensions, meanings and perspectives, de Salo de Carvalho – *RBCCrim* 104/279-303 (DTR\2013\9088); e
- Racismo, de Carmen Silvia de Moraes Barros – *RBCCrim* 21/405-406 (DTR\1998\15).

Race, methodology and social construction in the genomic era

Raça, metodologia e construção social na era genômica

Tukufu Zuberi

Professor de Relações Raciais e de Sociologia na University of Pennsylvania, Estados Unidos.

Evelyn J. Patterson

Professora assistente de Sociologia na Vanderbilt University, Estados Unidos. Assessora política no Center for Health Policy at Meharry Medica College.

Thomas Stewart

Professor associado no Institute for Policy Research na Northwestern University, Estados Unidos.

Autores convidados

Área do Direito: Penal

Abstract: DNA segments can be used to distinguish among individuals and populations, but such differentiation of the population is not consistent with any known system of racial classification. In this article we elaborate on this core idea and discuss how it should influence genetic and genomic research on health and prisons in the United States. For studies involving racial classification and inequality, we provide methodological recommendations for addressing both the structure of race and gene expression of individuals and groups.

Keywords: Race – Racial classification – Gene expression – Health disparities – Prisoners.

Resumo: Segmentos de DNA podem ser utilizados para distinguir entre indivíduos e populações, mas tal diferenciação não é consistente com nenhum sistema de classificação racial conhecido. Neste artigo, elaboramos uma ideia central e discutimos como ela deveria influenciar a investigação genética e genômica sobre saúde nas prisões dos Estados Unidos. Para estudos envolvendo classificação racial e desigualdade, fornecemos recomendações metodológicas para enfrentar tanto a estrutura da raça quanto a expressão genética de indivíduos e grupos.

Palavras-chave: Raça – Classificação racial – Expressão genética – Disparidades quanto à saúde – Prisoneiros.

Sumário: 1. Introduction. 2. Race, Social Science, and Statistics. 3. History and social context in the dialogue of crime, biology, and punishment. 3.1. The social construction of crime. 3.2. Underlying issues in the investigation of crime: The case of control theories. 3.3. Implications of data and statistical issues in the study of crime. 4. Discussion. 5. Conclusion. 6. References.

Zuberi, Tukufu; Patterson, Evelyn J.; Stewart, Thomas. Race, methodology and social construction in the genomic era. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 135. ano 25. p. 563-596. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

1. Introduction

In racialized societies, race and racial inequality are central characteristics of social life.[1] Racial classification — an integral aspect of race — is a reflection of shared subjective characteristics among groups in this environment (e.g., skin color, hair texture, facial form). Although nuanced aspects of Western racial classification have changed over time, racial inequality in social outcomes persists in both form and, in certain domains, magnitude.[2] Thus, racial disparities in outcomes covary with the shared subjective characteristics of groups.

---

1. ZUBERI, Tukufu. The population dynamics of the changing color line in the USA. *Problem of the century: Racial stratification in the United States at century's end*, eds. Elijah Anderson and Douglas Massey. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2001a; BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review* 62 (3): 465–80, 1996; DU BOIS, W. E. B. *The Philadelphia Negro: A social study*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1899/1996; MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: The Negro problem and modern democracy*. New York, NY: Harper, 1944; OLIVER, Melvin, and SHAPIRO, Thomas. *Black wealth, white wealth: A new perspective on racial inequality*. New York, NY: Routledge, 1995; OMI, Michael, and WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*, 2nd ed. New York, NY: Routledge, 1994.
2. BLAU, Judith. *Race in the schools: Perpetuating white dominance?* Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2003; CONLEY, D. *Being black, living in the red: Race, wealth, and social policy in America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999; FARLEY, Reynolds, and ALLEN, Walter R. *The color line and the quality of life in America*. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1987; GRODSKY, Eric, and PAGER, Devah. The structure of disadvantage: Individual and occupational determinants of the black-white wage gap. *American Sociological Review* 66 (4): 542–67, 2001; HAYWARD, Mark D., and HERON, Melonie. Racial inequality in active life among adult Americans. *Demography* 36 (1): 77–92, 1999; HENRY, C. Michael. *A framework for alleviation of inner city poverty. In A different vision: Race and public policy,* vol. 2, ed. Thomas D. Boston. New York, NY: Routledge, 1997; MCCALL, Leslie. Sources of racial wage inequality in metropolitan labor markets: Racial, ethnic, and gender differences. *American Sociological Review* 66 (4): 520–41, 2001; OLIVER, Melvin, and SHAPIRO, Thomas. *Black wealth, white wealth: A new perspective on racial inequality*. New York, NY: Routledge, 1995; ROGERS, Richard G. Living and dying in the U.S.A.: Sociodemographic determinants of death among blacks and whites. *Demography* 29 (2): 278–303, 1992; ROGERS, Richard G., HUMMER, Robert A. and NAM, Charles B. *Living and dying in the USA: Behavioral, health, and social differentials of adult mortality*. New York, NY: Academic Press, 2000; STEWART, Quincy Thomas. The shape of inequality: Racial disparities in age specific mortality. *Biodemography and Social Biology* 54 (2): 152–82, 2009; STEWART, Quincy Thomas, and DIXON, Jeffrey C. Is it race, immigrant status or both? An analysis of wage disparities among men in the United States. *International Migration Review* 44 (1): 173–201, 2010; WILLIAMS, David. Race, socioeconomic status, and health: The added effects of racism and discrim-

We advance that race rests on the experience of shared social relations rather than a unitary (i.e., individual), shared subjective characteristic such as skin color. Although racial classification is determined by socially defined rules and policies that center on individuals, race represents the form of ongoing social relations between groups labeled as "races" within the population.[3] Race, from this vantage, represents a dynamic social process that draws on shared physical characteristics (i.e., racial classification) to produce and reproduce racial inequality in a variety of domains.[4] Stewart[5] characterized this social process (i.e., race) as a critical mechanism of everyday, ongoing social interactions, wherein

---

ination. *Annals of the New York Academy of Sciences* 896:173–88, 1999; WILLIAMS, David R., and JACKSON, Pamela Braboy. Social sources of racial disparities in health: Policies in societal domains, fare removed from traditional health policy, can have decisive consequences for health. *Health Affairs* 24 (2): 325–34, 2005.

3. DRAKE, St. Clare. *Black folks here and there: An essay in history and anthropology*. Los Angeles, CA: University of California, Center for Afro American Studies, 1987/1991; BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review* 62 (3): 465–80, 1996; STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.
4. EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Sociological Review* 103 (2): 281–317, 1997; RESKIN, Barbara. 2002 presidential address: Including mechanisms in our models of ascriptive inequality. *American Sociological Review* 68 (1): 1–21, 2003; STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007; WEST, Candace, and FENSTERMAKER, Sarah. Doing difference. *Gender and Society* 9 (1): 8–37, 1995; ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.
5. STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a. STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race

an actor's racial classification is used to differentially allocate rewards/opportunities.[6] This differential allocation may take the form of whites receiving privileged network opportunities,[7] blacks receiving lesser medical care,[8] or racial discrepancies in access to government programs designed to increase public well-being.[9] In each case, race embodies a dynamic social mechanism (i.e., process) that utilizes the racial classification of individuals/groups to create and reinforce inequality in the context of social interaction. Thus, race is more than a shared characteristic of individuals and groups.

This article interrogates the methodological issues surrounding the social scientific study of race as a genetic characteristic of individuals and groups. Our main contention is that race is not a genetic variable; it is not a neatly measurable, individual-level genetic concept that can be easily socially or statis-

---

research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b.

6. Stewart typified the ongoing social interactions as a four-step process. The social interaction begins with an actor being treated on the bases of race and other social characteristics. This treatment may be fair or unfair (e.g., network opportunity, employment, etc.). The actor then perceives the treatment (step 2) and employs a coping response to the perceived treatment (step 3). The interaction concludes with an outcome (e.g., reward, opportunity) that is a function of the treatment, perception, and coping response. Examples of research on how this process influences gene expression and biomarkers are discussed in the Discussion section. STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.
7. ROYSTER, Deirdre A. *Race and the invisible hand: How white networks exclude black men from blue-collar jobs*. Berkeley, CA: University of California Press, 2003.
8. GREEN, Alexander R., CARNEY, Dana R., PALLIN, Daniel J., NGO, Long H., RAYMOND, Kristal L., LEZZONI, Lisa I, and BANAJI, Mahzarin R.. Implicit bias among physicians and its prediction of thrombolysis decisions for black and white patients. *Journal of General Internal Medicine* 22 (9): 1231–38, 2007.
9. KATZNELSON, Ira. *When affirmative action was white: An untold history of racial inequality in twentieth-century America*. New York, NY: W.W. Norton, 2005; OLIVER, Melvin, and SHAPIRO, Thomas. *Black wealth, white wealth: A new perspective on racial inequality*. New York, NY: Routledge, 1997.

tically manipulated.[10] Furthermore, the phenotypic characteristics that racial classification embodies are not the driving mechanisms of racial identity or racial inequality.[11] Rather, these phenotypical differences (i.e., racial classifications) represent cues that the social structure has used to order, distinguish, and exclude certain groups and, subsequently, produce real differences in social opportunities and outcomes, as well as biomarkers and gene expression.[12] Race, then, is not an individual, genetic characteristic. Race is a social process that draws on phenotypic characteristics to order relationships and has implications for social behaviors and outcomes, as well as gene expression.

10. GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; MORNING, Ann. And you thought we had moved beyond all that: Biological race returns to the social sciences. *Guest editorial. Ethnic and Racial Studies* 37 (10): 1676–85, 2014; ROBERTS, Dorothy. *Fatal invention: How science, politics and big business re-create race in the twenty-first century*. New York, NY: New Press, 2011; ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.
11. PENNER, Andrew and SAPERSTEIN, Aliya. How social status shapes race. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105 (50): 19628–30, 2008.
12. BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review* 62 (3): 465–80, 1996; BRODY, Gene H., LEI, Man-Kit, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Neighborhood poverty and allo-static load in African American Youth. *Pediatrics* 134 (5): e1362–68, 2014; BRODY, Gene H., YU, Tianyi, CHEN, Edith, MILLER, Gregory E., KOGAN, Steven M., and BEACH, Steven R. H. Is resilience only skin deep? Rural African Americans' socioeconomic status–related risk and competence in preadolescence and psychological adjustment and allostatic load at age 19. *Psychological Science* 24 (7): 1285–93, 2013; KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009; MILLER, Gregory E., BRODY, Gene H., YU, Tiany, and CHEN, Edith. A family-oriented psychosocial intervention reduces inflammation in low-SES African American youth. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111 (31): 11287–92, 2014; STETLER, Cinnamon, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Written disclosure of experiences with racial discrimination and antibody response to an influenza vaccine. *International Journal of Behavioral Medicine* 13 (1): 60–68, 2006; STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b.

The failure to engage race as a dynamic social process in social scientific research that uses genetics has resulted in erroneous conclusions about how genes contribute to racial inequality.[13] Furthermore, this practice readily leads to flawed policy recommendations that center on individual-level racial characteristics, and overlook the particular societal mechanisms at play.[14] This error has marred social science throughout its history; the biased and malicious application of the scientific method to studying race as a characteristic of individuals has historically been used to justify racial inequality.[15] We question the use of advanced statistical methodology to buttress the resurgence of antiquated conceptualizations of race as an individual, genetic characteristic. Social scientists engaged in this practice may find legitimacy in the use of advanced statistical methods and genomic research. However, their conceptualization of race and the related meaning of racial inequality are merely new versions of older pseudoscientific ideas.[16]

13. ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

14. STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.

15. HERNSTEIN, Richard J., and MURRAY, Charles. *The bell curve: Intelligence and class structure in American life*. New York, NY: Free Press, 1996; JENSEN, Arthur R. *The g factor: The science of mental ability*. New York, NY: Praeger, 1998; DAVENPORT, Charles B. *Heredity in relation to eugenics*. New York, NY: H. Holt and Company, 1911; GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972; GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton, 1996; HOFFMAN, Frederick L. *Race traits and tendencies of the American Negro*. New York, NY: Macmillan, 1896; SHOCKLEY, William. *Shockley on eugenics and race*, ed. Roger Pearson. Washington, DC: Scott Townsend, 1992.

16. GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; REARDON, Jenny. *Race to the finish: Identity and governance in an age of genomics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

Our article adds to the growing literature on deconstructing the use of race as a genetic characteristic by revealing both the theoretical and methodological missteps of this work, and outlining ways that scholars can avoid treating race as a genetic fact. Race is a social fact and should not be studied as if it were a genetic reality.[17] In what follows, we briefly outline the background of the (mis)application of scientific methods to studying racial inequality as a genetic fact. Then, using research in criminology as a backdrop, we examine the theoretical and methodological connections of modern genetic research on race with their earlier pseudoscientific foundation that has seemingly been ignored in this literature. We use this comparative analysis to shed additional light on the methodological issues of studying race as an individual-level genetic characteristic and as a means to outline the rationale for treating race as a social process. We conclude with methodological recommendations for studying the process of race and racial inequality that address both the structure of race and gene expression.

2. Race, Social Science, and Statistics

The history of race is a story of inequality. Early race scientists arbitrarily classified variation in human phenotypes, and theorized connections between the classified groups and their genetic traits.[18] Although this process of measurement and classification appears to embrace the scientific method, it was tarnished by a broader social goal of justifying the historical social order where nonwhites were deemed inferior humans. These early race scientists,

17. DUSTER, Troy. *Backdoor to eugenics*. New York, NY: Routledge, 2003; MORNING, Ann. *The nature of race: How scientists think and teach about human difference*. Berkeley, CA: University of California Press, 2011; MORNING, Ann. And you thought we had moved beyond all that: Biological race returns to the social sciences. *Guest editorial. Ethnic and Racial Studies* 37 (10): 1676–85, 2014; ROBERTS, Dorothy. *Fatal invention: How science, politics and big business re-create race in the twenty-first century*. New York, NY: New Press, 2011; ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

18. DUSTER, Troy. *Backdoor to eugenics*. New York, NY: Routledge, 2003; GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton, 1996; GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; ROBERTS, Dorothy. *Fatal invention: How science, politics and big business re-create race in the twenty-first century*. New York, NY: New Press, 2011; ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

then, instigated a historically novel ideology of race. The anthropologist St. Clair Drake best described this emergent ideology as "an esthetic appraisal of physical features, a mythology about traits of mind and personality correlated with physical features, and an almost mystical belief in the power of 'blood' to elevate or to taint".[19] This ideology of race enabled scholars and policy-makers to interpret "observed" phenotypic variations across groups as genetic explanations of outcomes (i.e., "the power of blood to taint"). Additionally, these ideas supported an interpretation of the past that elevated Western capitalism and democracy as ideal social types and justified the dehumanization and colonization of nonwhite people across the world.[20]

In the late nineteenth century, the social sciences emerged—sociology, economics, demography, and political science—and differentiated themselves from the more humanistic disciplines by focusing on general social laws.[21] These general laws were presumed to govern human behavior and to be identifiable (i.e., knowable) through observation by the neutral scholar.[22] Thus,

19. DRAKE, St. Clare. *Black folks here and there: An essay in history and anthropology*. Los Angeles, CA: University of California, Center for Afro American Studies, 1987/1991, p. 23

20. BAPTIST, Edward E. *The half has never been told: Slavery and the making of American capitalism*. New York: Basic Books, 2014; DRAKE, St. Clare. *Black folks here and there: An essay in history and anthropology*. Los Angeles, CA: University of California, Center for Afro American Studies, 1987/1991; INKORY, Joseph E. African in world history: The export slave trade from Africa and the emergence of the Atlantic economic order. *General history of Africa, vol. 5, Africa from the sixteenth to the eighteenth century, general history of Africa*, ed. B.A. Ogot, 74–112. Paris: University of California and UNESCO, 1992; WILLIAMS, Eric. *Capitalism & slavery*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1944.

21. ZUBERI, Tukufu, and BONILLA-SILVA, Eduardo, eds. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008.

22. Although the venture of neutrally observing our social world to identify universal truths is sound, the neutrality and, more so, diversity of the observers are of utmost importance in the identification process— key aspects that are both tied to the central limit theorem. The central limit theorem indicates that if one takes repeated large, independent samples, then the average of those sample averages will be approxi-mately normally distributed and center on the true population mean. For social scientists who aim to identify the universal truths of human society, this means that one can use measures from large, random samples to make inferences about the population. The issue, however, is that early social scientists sam-pling the population were biased such that the "objective measures" of intelligence and other

while physicists, biologists, and others in the natural sciences observed the physical world in search of evidence, the social scientist found evidence by the observation of human society. The objectivity in the natural sciences is not easily replicated in the social sciences. In the social sciences, humans are a part of the society that they study. The venture of neutrally observing our social world to identify universal truths is important for the social sciences. However, our place in society means that the very thing we seek to study naturally influences us, which is particularly important for the study of race. The inability to objectively "observe" society resulted in biased interpretations of group difference and racial inequality.[23]

In line with the subjective bias of social scientists, the emergent disciplines embraced the ideology of race as a genetic characteristic that predetermined an array of social traits.[24] Most early social scientists did not consider persons categorized as black and anyone thought to be of African descent to be equal to those of European descent.[25] Even though the enslavement of Africans ended during this era, the continued social exclusion of blacks, Asians, and other nonwhite groups in the United States as well as the colonization of Africa, Asia, and the Americas were justified on the basis of white racial superiority.[26] At times, social scientists deductively argued for white superiority with the

---

characteris-tics were invalid and the samples they used were not random (see Gould [1996] for an example). Thus, the search for objective measures of difference and conclusions regarding those measures were statistically flawed. GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton, 1996.

23. GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; ROBERTS, Dorothy. *Fatal invention: How science, politics and big business re-create race in the twenty-first century*. New York, NY: New Press, 2011.

24. ZUBERI, Tukufu, and BONILLA-SILVA, Eduardo, eds. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008.

25. GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972; SPENCER, Herbert. Progress: Its law and causes. *The Westminster Review* 67:445–85, 1857.

26. DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America*. New York, NY: Harcourt, Brace and Company, Inc, 1935a; DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America, 1860–1880: An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America*. New York, NY: Athenum, 1935b; HANNAFORD, Ivan. *Race: The history of an idea in the West*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1996; MILLS, Charles. *The racial contract*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997;

simple premise that the European diaspora offered the best of religion, economics, politics, and, importantly, military technology.[27] At other points, social scientists used simple statistics on life expectancy, poverty, and crime as evidence for the superiority of whites.[28] And while many Europeans such as Italians and Poles did face discrimination and social exclusion from other white Europeans, those closest in identity to Western Europeans were generally considered more advanced racially and offered better opportunities in society than nonwhite racial groups.[29] In fact, the process of racial assimilation allowed for the "inferior groups" from Europe to become white over time.[30]

Scholars advocating eugenics produced the early scientific innovations of modern social.[31] They each promoted their statistical techniques as a critical step in advancing our understanding of the genetic and social distinctions of

---

ZUBERI, Tukufu. *African independence: How Africa shapes the world*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2015.

27. DE GOBINEAU, Arthur Comte. *Essay on the inequality of human races*. New York, NY: G. P. Putnams' Sons, 1853/1915; GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972; SPENCER, Herbert. Progress: Its law and causes. *The Westminster Review* 67:445–85, 1857.

28. DAVENPORT, Charles B. *Heredity in relation to eugenics*. New York, NY: H. Holt and Company, 1911; HOFFMAN, Frederick L. *Race traits and tendencies of the American Negro*. New York, NY: Macmillan, 1896.

29. IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. New York, NY: Routledge, 1995; LIEBERSON, Stanley. *A piece of the pie: Blacks and white immigrants since 1880*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980; ROEDIGER, David R. *The wages of whiteness: Race and the making of the American working class*. London: Verso, 1991.

30. BASHI, Vilna and MCDANIEL, Antonio (Tukufu Zuberi). A theory of immigration and racial stratifica-tion. *Journal of Black Studies* 27 (5): 668–82, 1997; ZUBERI, Tukufu. The population dynamics of the changing color line in the USA. *Problem of the century: Racial stratification in the United States at century's end*, eds. Elijah Anderson and Douglas Massey. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2001a.

31. EDGEWORTH, Francis Y. 1889. "On the Application of Mathematics to Political Economy." The Address of the President of Section F—Economic Science and Statistics—of the British Association, at the Fifty-Ninth Meeting, Held at Newcastle-Upon-Tyne, in September, 1889. *Journal of the Royal Statistical Society* 52 (4): 538–576, 1889; FISHER, Ronald A. *The genetical theory of natural selection*. Oxford: Clarendon Press, 1930; GALTON, Francis. *English men of science: Their nature and nurture*. London: MacMillan & Co, 1874; GALTON, Francis. *Natural inheritance*. London: MacMillan & Co., 1889;GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972; YULE, G.

the white race in comparison to other nonwhite racial groups.[32] We (i.e., the authors) are all demographers and social statisticians, and our research regularly uses statistical analysis. However, we suggest that without consideration of these historical influences of racial reasoning in social statistics – the flawed notion that race is an individual and genetic characteristic instead of a social process – social scientists will tend to repeat the mistakes of the past.

A key dimension in the emergence of the social sciences was the use of social statistics, and the key figure in the rise of social statistics was Francis Galton. Galton is the progenitor of the modern statistical revolution in the social sciences.[33] Galton's books and other scholarly articles all used statistics to assert that genius and success are racially inherited and that this process could be measured statistically.[34] Unfortunately, he also developed the conceptual foundation of eugenic thought in this work. Eugenic thought was used to justify racial violence and crimes against the humanity of racially marginalized populations.

The great names in the foundation of statistics were advocates of eugenics. These include Francis Ysidro Edgeworth, who developed a test to ascertain whether different subpopulations existed within the bell curve.[35] Edgeworth used Galton's 1875 formulation of correlation as a vehicle to employ classical statistical theory in understanding social difference. Building on Edgeworth, Karl Pearson published a series of papers between 1894 and 1916 titled Mathematical Contributions to the Theory of Evolution. Pearson's elaboration

---

Udney. On the theory of correlation. *Journal of the Royal Statistical Society*, 60 (4): 812–854, 1897.

32. ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

33. STIGLER, Stephen M. *The history of statistics: The measurement of uncertainty before 1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1986; KEVLES, D. J. *In the name of eugenics: Genetics and the uses of human heredity*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

34. GALTON, Francis. *English men of science: Their nature and nurture*. London: MacMillan & Co, 1874; GALTON, Francis. *Natural inheritance*. London: MacMillan & Co., 1889; GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972; also see: ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

35. EDGEWORTH, Francis Y. Methods of statistics. *Journal of the Statistical Society of London*, 181–217, 1885.

of Edgeworth's theorems advanced correlation theory into mainstream social statistics.[36] Specifically, Pearson provided a basic formula for estimating the correlation coefficient and a test of its accuracy. In 1897, George Udny Yule pro-vided the conceptual and statistical expression that completed Galton's project to apply statistics to the study of society.[37] Yule was one of the first social statisticians to demonstrate the relationship between regression and least squares estimates. Yule extended the application of regression by performing one of the first regression analyses of poverty.

Social statistics took another intellectual leap when Ronald A. Fisher, a founder of the Cambridge Eugenics Society, published Statistical Methods for Research Workers in 1925 and The Design of Experiments in 1935.[38] These books had a tremendous impact on the teaching and practice of statistics. Fisher's work clarified the distinction between a sample statistic and population value—a tenet of modern statistics—and he emphasized the derivation of exact distributions for hypothesis testing. He is also credited with introducing the mod-ern experimental design and statistical methods to social sciences. In addition to these statistical contributions, Fisher was an ardent advocate of eugenics, which is best seen in his book The Genetical Theory of Natural Selection.[39]

As was the case in the past, the statistical problems emanating from ignoring race as a social process are also tied to the scientific analyst. Historically, statistics represented the common language through which disciplines – both social and biological sciences – communicated with one another. Although

36. Pearson's correlation coefficient, r, continues to be the most commonly used measure of correlation. When people use the term correlation without any other specification, this is what they mean.

37. Yule's paper "On the Theory of Correlation" reconciled the theory of correlation with the method of least squares from the traditional theory of errors. See Yule and Stigler for an excel-lent discussion of the importance of this paper for social statistics. Linking least squares and regression made the developments in simplifying the solutions of normal equations and the calculation of the probable errors of coefficients by astronomers and geodesists available for regression analysis among social statisticians. YULE, G. Udney. On the theory of correlation. *Journal of the Royal Statistical Society*, 60 (4): 812–854, 1897; STIGLER, Stephen M. *The history of statistics: The measurement of uncertainty before 1900.* Cambridge: Harvard University Press, 1986, 348-358.

38. BOX, Joan Fisher. *R.A. Fisher: The life of a scientist*. New York: Wiley, 1978.

39. FISHER, Ronald A. *The genetical theory of natural selection*. Oxford: Clarendon Press, 1930.

disciplines spoke unique dialects (e.g., methods, measures) to distinguish their scientific contributions, they had a mutual respect for those who spoke the larger shared language of quantification. As the twentieth century progressed, the unique statistical dialects of scientific disciplines began to erode; the statistical techniques utilized by researchers grew both within and across disciplines. However, the variables used in their statistical analyses and inferences derived from their results remained different and continue to distinguish the disciplines. Thus, the objects that are commonly held as evidence for disputes/debates are not only a function of the statistic, but also the discipline and individual(s) that give words to the analysis – the analyst and his or her inferences add another source of statistical variance.

The analyst-oriented variation in statistical analyses and conceptualization of race as an individual, genetic characteristic undermine the notion that statistical results are uniformly "scientific and objective." Moreover, without positioning each of these issues in a historical and social context, any debate about the genetic sources of race and racial inequality is futile. These issues of objectivity and validity continue to plague social science. Let us now turn to an example of the problems with racial statistics in the field of criminology.

3. History and social context in the dialogue of crime, biology, and punishment

In this section, we take on the issues outlined above with a focus on criminology. We deconstruct the term crime, speaking to the issues that are implicit in studying outcomes, deviance, and crime. Crime is typically explained in a discrete manner in which a crime occurs or a crime does not occur. While this discrete vision may save time, it does not adequately describe crime. Furthermore, mass incarceration challenges the link between crime and punishment.[40]

40. CLEAR, Todd. *Imprisoning communities: How mass incarceration makes disadvantaged neighborhoods worse*. New York, NY: Oxford University Press, 2007; DU BOIS, W. E. B. The spawn of slavery: The convict-lease system in the South. *Missionary Review of the World* 14:737–45, 1901; MEIER, August, and RUDWICK, Elliot. *From plantation to ghetto*. New York, NY: Hill and Wang, 1976; TONRY, Michael. *Sentencing matters*. New York, NY: Oxford University Press, 1996; TRAVIS, Jeremy, WESTERN, Bruce, and REDBURN, Steve. *The growth of incarceration in the United States: Exploring causes and consequences*. Washington, DC: National Academy Press, 2014; WACQUANT, Loic. From slavery to mass incarceration: Rethinking the race question in the US. *Why punish? How much?* ed. Michael Tonry, 387–402. New York, NY: Oxford University Press, 2010.

We close this section by demonstrating how the explicit and implicit linking of genes and group membership reifies race in the study of crime. This line of research suggests that the overrepresentation of racially marginalized populations (African Americans and Latinos) in prisons and jails results from their inability or low self-control due to genetic inferiority. Such deterministic assessments of racial groups reinforce ideas about mass incarceration.[41]

Crime, criminals, and punishment are increasingly important areas of study in the United States as a result of several factors: (1) the United States has the highest incarceration rate of any nation (International Centre for Prison Studies 2014);[42] (2) in this era of mass incarceration, the percentage of the federal, state, and local budgets allocated toward corrections has increased; (3) the economic crisis of 2008 increased the quantity and visibility of scholarship documenting the consequences of mass incarceration and the need for a solution to the failed War on Drugs; and (4) such scholarship repeatedly demonstrates the persistence of racial bias under the guise of neutral justice.[43]

Criminology is not alone. Many fields in the social sciences continue to fail to see the physical and social prisons created by the improper measurement and understanding of race as a social process. Many researchers do not provide a context for the questions they research. They fail to indicate that they understand the history of the statistical methodology they employ in their investigations. Furthermore, there is a tendency for researchers to not discuss the meaning each measure inserts into their analysis, and the limitations of these measures. Finally, many researchers appear to be unfamiliar with the inferences that can be made from the methodology that they use, and they ignore the theoretical context of their questions.

---

41. ALEXANDER, Michelle. *The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness*. New York, NY: New Press, 2010; DUSTER, Troy. *Pattern, purpose and race in the drug war. In Crack in America: Demon drugs and social justice*. Eds. Craig Reinarman and Harry G. Levine. Berkeley, CA: University of California Press, 1997; TRAVIS, Jeremy, WESTERN, Bruce, and REDBURN, Steve. *The growth of incarceration in the United States: Exploring causes and consequences*. Washington, DC: National Academy Press, 2014.

42. International Centre for Prison Studies. 2014. Entire world - Prison population rates per 100,000 of the national population. Available from http://www.prisonstudies.org.

43. ALEXANDER, Michelle. *The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness*. New York, NY: New Press, 2010; DONZINGER, Steven R. *The real war on crime: The report of the National Criminal Justice Commission*. New York, NY: HarperCollins, 1996; MAUER, Marc and KING, Ryan. *Schools and prisons: Fifty years after Brown v. Board of Education*. Washington, DC: The Sentencing Project, 2004.

3.1. The social construction of crime

Some deviant behaviors, such as murder, are thought of as universally bad within and across societies. Other deviant behaviors are not uniformly seen as bad across all societies. For example, it is illegal in the United States to consume alcohol before the age of 21, whereas many other countries, even Mexico and Canada, bordering the United States, set the legal age at 18 or 19. A crime is the breaking of a law created by humans. Furthermore, mitigating factors can make a crime, such as the killing of another human, within one's legal right. To further complicate matters, social norms in a society do change. As social norms change, the factors that mitigate or neutralize the nation's position on actions once deemed legal or criminal also change.

Crime is socially constructed.[44] The social structures/institutions, place, moment in history, and the intentions and motives of the creators of the laws are all a part of a person's crime. Legal processes and institutions also add to the social construction of race. As Haney-López contends, "It is in its capacity to shape and constrain how people think about the world they inhabit, more than in its coercive potential, that law may most powerfully affect the construction of races".[45] As an example of the variability in the answers to "What is a crime?" or "Who is a criminal?" let us consider the first era of mass incarceration in the United States, which commenced after the Civil War. This is an example of the influence of time and motive in the making and enforcement of laws.

The end of the Civil War meant the loss of a relatively free workforce for many persons, particularly for those in the Southern states.[46] This gave rise to the first era of mass incarceration in America via two systems – the convict lease system and the crop-lien system. These two systems provided a replacement for the "lost" slave labor, creating and utilizing loopholes that made the Emancipation Proclamation almost meaningless. Race, rather than crime, became the justification for the removal of black and brown bodies in this first era of mass incarceration. New laws were introduced – the black codes and the pig laws – which aimed to "legally" arrest and incarcerate people violating the

44. BECKER, Howard S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York, NY: Free Press, 1963.

45. HANEY-LÓPEZ, F, Ian. *White by law: The legal construction of race*. New York, NY: New York University Press, 1996, p. 124.

46. DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America*. New York, NY: Harcourt, Brace and Company, Inc, 1935a.

laws. Such laws helped to ease the loss of labor brought about by the abolition of slavery. The laws were inequitable by design and enforced racially. The people targeted were blacks, and there was a seasonal pattern to the arrests.[47] Harvesting time correlated with more arrests such that there was enough labor to carry out the tasks needed.

Though the Emancipation Proclamation made all men free, the treatment of blacks after the Civil War is considered by many as worse than during slavery.[48] Blacks were seen as innately inferior; such was the justification for the exploitation of an entire population who were considered "nice" and "mild--mannered" prior to the abolition of slavery.[49] Here, the law aided behavior that we would currently consider unjust.

Although we may seek to study crime and deviance, the measures of crime have a momentum of historical biases and current biases that contaminate our understanding of deviance. Furthermore, the demonization needed to justify the convict-lease system certainly propagated a false image of black men. Black men were seen and depicted as depraved, evil, and corrupt; it was fair to question their humanity and certainly rational to see them as a threat to society.

Our research is strengthened when we study racial processes rather than individual racial attributes, because the relationship between race and crime is a social construction. This means, methodologically, that race is not an individual or group attribute; nor can it be considered a variable. Rather, the variation between racial groups is an abstract measure of the social processes that continually characterize the vast differences in the lived experiences of racial groups.

---

47. BLACKMON, David. *Slavery by another name: The re-enslavement of black Americans from the Civil War to World War II*. New York, NY: Anchor Books, 2009; OSHINSKY, David M. *Worse than slavery: Parchman Farm and the ordeal of Jim Crow justice*. New York, NY: Free Press, 1997.

48. DU BOIS, W. E. B. The spawn of slavery: The convict-lease system in the South. *Missionary Review of the World* 14:737–45, 1901; DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America, 1860–1880: An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America*. New York, NY: Athenum, 1935b; OSHINSKY, David M. *Worse than slavery: Parchman Farm and the ordeal of Jim Crow justice*. New York, NY: Free Press, 1997.

49. BLACKMON, David. *Slavery by another name: The re-enslavement of black Americans from the Civil War to World War II*. New York, NY: Anchor Books, 2009.

3.2. Underlying issues in the investigation of crime: The case of control theories

Many theories still relevant in the field imply a relationship between crime and genes, in addition to the emergence of new theories that seek to integrate the role of genetics in criminal behaviors. We focus on control theories of crime due to their historical and current relevance in criminology. Control theories of crime see delinquency as a failure of social controls and/or self-control; furthermore, delinquency and crime are the result of something missing, absent, or defective within a person. In other words, control theories say that one is born delinquent. Other general assumptions of control theories include the existence of a common morality; behavior is a function of an individual's ability to control antisocial tendencies, and socialization is the key to managing antisocial tendencies that exist in people.[50]

Based on the underlying assumptions, control theories see the individual as the source of the criminality; yet as argued above, crime is socially constructed. The proposed interventions of the early control theories emphasize the importance of social bond formation and the presence of community and institutional controls, such as Hirschi's social bond theory.[51] Two decades after Hirschi put forth his social bond theory, Gottfredson and Hirschi introduced their general theory of crime, where the crux of the theory relied on a specific trait – low self-control.[52] Low self-control has been translated into various disorders such as attention deficit disorder (ADD), attention deficit hyperactivity disorder (ADHD), and antisocial behavior.[53] These diagnoses have been

50. CULLEN, Francis T., and AGNEW, Robert. *Criminological theory past to present: Essential readings*. Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Company, 2003.

51. HIRSCHI, Travis. *Causes of delinquency*. Berkeley, CA: University of California Press, 1969.

52. Although Gottfredson and Hirschi (1990) disavow low self-control as a genetic trait, their theory continues to provide the groundwork for scholars who integrate genes into their studies of delinquency. GOTTFREDSON, Michael R., and HIRSCHI, Travis. *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990; GUO, Guang, ROETTGER, Michael E., and CAIR, Tianji. The integration of genetic propensities into social-control models of delinquency and violence among male youths. *American Sociological Review* 73 (4): 543–68, 2008; RAINE, Adrain. *The psychopathology of crime: Criminal behavior as a clinical disorder*. San Diego, CA: Academic Press, 1993; ROSE, Nikolas. The biology of culpability: Pathological identity and crime control in a biological culture. *Theoretical Criminology* 4 (1): 5–34, 2000.

53. WRIGHT, John P., and BEAVER, Kevin M. Do parents matter in creating self-control in their children? A genetically informed test of Gottfredson and Hirschi's theory of low self control. *Criminology* 43 (4): 1169–1202, 2005.

linked to genetics and challenge interpretations of the small racial differences in the prevalence of such disorders.[54] Because race and crime are a social construction, though, the introduction of disorders does not lead to innovative discoveries. Instead, it introduces additional factors into the discipline. Specifically, there has been an increase in scholarship that purports genetics informs racial differences in criminal behavior and harkens back to the errors of the first era of mass incarceration.

Because race is a dynamic social process, it is not possible to speak to racial differences in crime without considering the development of race in the context of U.S. history. After the Civil War, there was a need to characterize blacks as subhuman and as a group requiring the control slavery once provided. The demand for free labor was legitimized through the adoption of law (black codes and pig laws). Such laws were adopted under the guise of being helpful and further defining the post–Civil War black as having low self-control.[55] However, this piece of history is missing in most books. Most Americans believe that slavery ended after the Civil War. As such, a different narrative emerges that provides evidence of blacks actually needing the structure of slavery due to low self-control, thereby only reifying the current state of mass incarceration. The ahistorical narrative precludes the nation's history, thereby contaminating any under-standing of racial differences in populations.[56] The real narrative is that the law was used as a vehicle to return the newly freed blacks to the plantations. In other words, the law is not neutral; rather, it is malleable

54. AKINBAMI, Lara J., XIANG LIU, Patricia N. Pastor, and REUBEN, Cynthia A. *Attention deficit hyperactivity disorder among children aged 5–17 years in the United States, 1998–2009*. National Center for Health Statistics Data Brief, no 70. Hyattsville, MD: National Center for Health Statistics, 2011.

55. HANEY-LÓPEZ, F, Ian. *White by law: The legal construction of race*. New York, NY: New York University Press, 1996; GÓMEZ, Laura E. Understanding law and race as mutually constitutive: An invitation to explore an emerging field. *Annual Review of Law and Social Science* 6:487–505, 2010.

56. OSARIO, Pilar, and DUSTER, Troy. *Race and genetics: Controversies in biomedical, behavioral, and forensic sciences*. American Psychologist 60 (1): 115–28, 2005; PEFFLEY, Mark, and HURWITZ, Jon. The racial components of "race-neutral" crime policy attitudes. *Political Psychology* 23 (1): 59–75, 2002; RIGBY, Peter. *African images: Racism and the end of anthropology*. New York, NY: Bloomsbury Academic, 1996; SAPERSTEIN, Aliya. Double-checking the race box: Examining inconsistency between survey measures of observed and self-reported race. *Social Forces* 85 (1): 57–74, 2006; SMEDLEY, Audrey, and SMEDLEY, Brian D. Race as biology is fiction, racism as a social problem is real. *American Psychologist* 60 (1): 16–26, 2005.

and can be used to perpetuate systems of inequality.[57] Neglecting history and current motives places us back in the laboratories of Lombroso's failed scholarship, making the idea of the "throwback" (i.e., a less evolved human being that is born criminal) a reality.[58]

3.3. Implications of data and statistical issues in the study of crime

One of the most challenging issues the study of crime and deviance faces is the problem of missing data. We know nothing about crime unless the crime is reported to authorities or within a survey.[59] There are many reasons why people do not report crimes; and even for crimes that are reported, the probability of apprehending the perpetrator(s) of the crime(s) is highly variable by the crime committed. Even in the case of homicide and non-negligent manslaughter, more than one in three cases had no resolution in 2013; overall, the clearance rate for violent crimes was less than 50 percent.[60] Given that some proportion of deviant behavior is never reported and many cases are not closed, we must acknowledge that these missing data may distort the picture of who commits crimes and why (Hood and Sparks 1970).[61] In addition, jurisdictions vary in the type of information they collect at each stage of the processing of alleged offenders; therefore, there is no uniform way to predict what type of data is missing.

Another issue in the study of crime is that being convicted of a crime does not mean that that person actually committed a crime. People who move through the justice system tend to be of low socioeconomic status. People who have lower socioeconomic status tend to use public defenders. Regardless of the persons, 90 percent of U.S. criminal cases do not make it to a trial by jury.[62]

---

57. ALEXANDER, Michelle. *The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness*. New York, NY: New Press, 2010; HANEY-LÓPEZ, F, Ian. *White by law: The legal construction of race*. New York, NY: New York University Press, 1996.
58. LOMBROSO, Cesare. *Criminal man: According to the classification of Cesare Lombroso*. New York, NY: GP Putnam's Sons, 1876/1911.
59. SCHUESSLER, Karl F. and CRESSEY, Donald R. Personality characteristics of criminals. *American Journal of Sociology* (1950): 476–84, 1950.
60. U.S. Department of Justice. 2014. *Crime in the United States*, 2012. Uniform Crime Report, Table 25. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
61. HOOD, Roger, and SPARKS, Richard. *Key issues in criminology*. New York, NY: Weidenfeld & Nicolson, 1970.
62. LIPPMAN, Matthew. *Law and society*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.

The defendants with the public defender typically take a plea bargain, which involves some admission of guilt, but it does not mean that the person actually committed the crime. Rather, the public defender and the alleged offender do a calculation. Often, the plea agreement makes more sense than risking the possibility of a more severe punishment by trial. In sum, there are a host of data issues even before we reach the methodological issues that accompany the statistical modeling used to understand crime.

In regard to methodology, most statistical resources used in the study of genet-ics and crime utilize two types of models. The first class of models assumes simultaneous processes. The independent variables and the event of interest (or dependent variable) occur simultaneously.[63] This is the case in most regression-based models. The other class of models studies crime by looking at prior activities and characteristics of an individual and events in that individual's life, that is, an event history analysis. We have established the social construction of crime and deviance, but what if crime could be associated with the presence of an identifiable genetic trait? The event history model promises to answer this question. However, the technique fails to answer this query because we cannot determine when the trait became present (i.e., gene expression) or how it became present (e.g., environment).

We do know that environmental conditions can affect a fetus and that racism can influence many biological features in humans such allostatic load.[64] While it can certainly appear that race causes or increases the odds of certain gene expressions, this is not something that can be proven through anterior statistics. The social process of race captured in the interactions of everyday people influences the variance in gene expression. Thus, simultaneous models and anterior models are not equipped to disentangle the complexities of race as a social process that contributes to gene expression. Even if we concede that there is a gene that can be connected to crime and deviance, there is no support for a genetic theory of race to drive the connection with crime.[65] In

63. LIEBERSON, Stanley. *Making it count: The improvement of social research and theory*. Berkeley, CA: University of California Press, 1985.

64. MCEWEN, Bruce S. and SEEMAN, Teresa. Protective and damaging effects of mediators of stress: Elaborating and testing the concepts of allostasis and allostatic load. *Annals of the New York Academy of Sciences* 896 (1): 30-47, 1999.

65. GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; LEWONTIN, Richard. *The triple helix: Gene, organism, and environment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

other words, there is no way to discern if the crime-race relationship is due to the contamination of centuries of legitimized subjugation of populations or some contemporaneous unmeasured variable. Criminology and many of the social sciences, then, continue to be molded and controlled by weak science and weaker methodological understandings of race, crime, and genetics.

4. Discussion

Data collected on genetics, biomarkers, employment, occupational prestige, poverty, fertility, deviance, and death are often thought to represent objective phenomena. Furthermore, the statistical methods used to analyze these data are assumed to be capable of identifying a deeper, valid set of unobserved relation-ships between the variables.[66] Social scientific debates generally center on variation in the relationships between these variables. These debates ignore the statistical estimation of these relationships. This estimation embodies routinized practices that, by drawing on a stable and widely accepted language, further establish the relations/reality as a social fact – not a contested verity. This process, however, is internally inconsistent. Specifically, the measurements that fuel the debates are excluded from the debate.

The statistical use of race as an individual, genetic characteristic in debates of race and racial inequality presumes that these latter concepts exist as relation-ships between variables (e.g., correlations, regression coefficients), not as social processes.[67] This type of analysis imposes a particular social form on

66. STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.

67. STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the

race; race is conceived of as either a cause or consequence of other measured characteristics (Zuberi 2001b).[68] For example, a statistical relationship[69] between IQ and race is presumed to represent either IQ causing race or race causing IQ. The nature of the relationship between these variables may be debated. But the inability of the statistical method – and related research design – to accurately embody race as something more than an individual characteristic is excluded from academic discussions.

A recent example of this issue can be seen in the work of Guo et al.[70] The goal of their study is clear. They write,

> We aim to (1) establish geographic bioancesty as a component of racial classification, and (2) use bio-ancestry measures to examine whether, how much, and how racial self-classification departs from bio-ancestry because of social-contextual influences.[71]

This passage highlights that Guo and his colleagues view race as an individual characteristic – and something biological (i.e., genetic) in nature. The validity of their theoretical/methodological constitution of race within individuals is not considered. Instead, the discussion, published in the flagship journal Demography, centers on genetically verifying the social fact of racial classification. Although Guo and his colleagues performed a very sophisticated statistical analysis of race and genetics that did engage race as a social construction, they failed to see race as more than an individual, genetic characteristic. Hence, they concluded,

---

race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.

68. ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

69. We use the term statistical relationship to refer to the residual relationship (i.e., coefficient) between race and another variable such as IQ. That is, the statistical relationship between race and IQ refers to a significant coefficient on race or IQ—conditional on which is coded as a dependent variable—after con-trolling for the requisite array of key independent variables.

70. GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014.

71. GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014, p. 142.

> Our work demonstrates that in the case of race, social construction could be analyzed and examined against a measureable continental and biological ancestry. Race is, indeed, multiple and fluid, but not all identifications of race are equally constructed. Some deviate more and some less from bio-ancestry. Capitalizing on bio-ancestry, social construction analysis can lay bare whether, how much, and under what social circumstances racial identification departs from bio-ancestry.[72]

For these authors, social race is a reflection of a deeper genetic characteristic. They give lip service to construction, ignore social process, and, consequently, reinforce the notion that race is just an individual characteristic informed by genetics.

In contrast to Guo and colleagues,[73] we advance the idea that race is a social construction that is solely used for the purpose of human stratification – an ongoing social process. We do recognize that human genetic variation is real, yet racial classification is a distorted way of organizing this variation.[74] We also recognize that racial stratification is real, but genetics is not the root cause. Race embodies a modern social process where persons are assigned to a category that structures their relations with others in the social order.[75] The nature

72. GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014, p. 169.

73. GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014.

74. GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001; LEWONTIN, Richard. *The triple helix: Gene, organism, and environment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

75. BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review* 62 (3): 465–80, 1996; STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a; STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b; STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.

of the social process has varied across time and space in the Western world. However, the object of the system (i.e., stratification) persists across both time and space.

Research using genetics must engage race as a social process if we aspire to advance our understanding of the relationship between genetics, racism, and racial inequality. Although genetic research using race as an individual-level characteristic is prevalent, there are examples of work that incorporate a more dynamic perspective of race into the model. The work of Edith Chen and Gregory Miller provide one example of high-quality research in this area. These psychologists interrogate how unique aspects of social interactions and environments shape gene expression and biological functioning. For example, in a 2006 study published with Cinnamon Stetler,[76] they investigated how disclosing experiences of racial discrimination – an intervention thought to ameliorate the negative effects of race-related stress on biological functioning – is related to the antibody response to a flu vaccination. In the study, forty-four black respondents visited their lab for three interventions (i.e., the manipulation) in three sequential weeks, and for two follow-up sessions where they had their blood drawn. For the intervention visits, the respondents were randomized into one of two groups where they either (1) wrote for 20 minutes about an experience of racial discrimination or (2) wrote about their schedule for the upcoming week. After the third intervention week, all of the respondents received an influenza vaccination and then returned at 30 and 90 days after the vaccination to determine their antibody response to the flu vaccine. The researchers found that "participants who wrote about their experiences with racial discrimination had a diminished response to the vaccine, compared to control participants, for two of the three influenza strains".[77] Thus, a key aspect of the experience of race and racial inequality – revisiting discriminatory incidents – significantly impaired the biological functioning of their respondents. This and other work by Chen and Miller highlight that both social interactions and environments shape gene expression and biological functioning in racial

76. STETLER, Cinnamon, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Written disclosure of experiences with racial discrimination and antibody response to an influenza vaccine. *International Journal of Behavioral Medicine* 13 (1): 60–68, 2006.

77. STETLER, Cinnamon, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Written disclosure of experiences with racial discrimination and antibody response to an influenza vaccine. *International Journal of Behavioral Medicine* 13 (1): 60–68, 2006, p. 65.

minorities and other populations characterized by social disadvantage (Brody et al. 2014, 2013; Chen et al. 2011; Miller et al. 2014; Miller and Chen 2013).[78]

In addition to the work of Chen and Miller, Christopher Kuzawa and Elizabeth Sweet use an integrated theoretical design in their high-quality research on genetics and racial inequality.[79] Their study, a lead article published in American Journal of Human Biology, aimed to engage the debate on the determinants of health disparities, which is split into two groups of scholars:

> [1] Researchers who attribute some, or all, of the problem of racial health inequalities to differences in genetic predisposition [and] assume that human genetic variation can be differentiated into conventional racial clusters. … [2] Those who argue that social forces drive racial health disparities [and] point to the importance of factors such as economic disadvantage, psychosocial stress, and institutional and interpersonal dis-crimination as causes of ill health.[80]

Indeed, the theoretical dichotomy the authors entertain parallels our distinction between viewing race as an individual-level genetic variable versus a social process – the former genetic view overlooks the social process of race and racial inequality. Although these authors speak to this larger debate, their

78. BRODY, Gene H., LEI, Man-Kit, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Neighborhood poverty and allo-static load in African American Youth. *Pediatrics* 134 (5): e1362–68, 2014; BRODY, Gene H., YU, Tianyi, CHEN, Edith, MILLER, Gregory E., KOGAN, Steven M., and BEACH, Steven R. H. Is resilience only skin deep? Rural African Americans' socioeconomic status–related risk and competence in preadolescence and psychological adjustment and allostatic load at age 19. *Psychological Science* 24 (7): 1285–93, 2013; CHEN, Edith, MILLER, Gregory E., KOBOR, Michael S., and COLE, Steve W. Maternal warmth buffers the effects of low early-life socioeconomic status on pro-inflammatory signaling in adulthood. *Molecular Psychiatry* 16 (7): 729–37, 2011; MILLER, Gregory E., BRODY, Gene H., YU, Tiany, and CHEN, Edith. A family-oriented psychosocial intervention reduces inflammation in low-SES African American youth. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111 (31): 11287–92, 2014; MILLER, Gregory E., and CHEN, Edith. The biological residue of childhood poverty. *Child Development Perspectives* 7 (2): 67–73, 2013.

79. KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009.

80. KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009, p. 02.

focus is on the biological pathways through which maternal stress and early environment influence fetal biological systems that, in turn, drive racial disparities in cardio-vascular disease across adulthood. To this end, Kuzawa and Sweet document the multitude of developmental pathways that contribute to adult cardiovascular health; these represent the ways that racism and racial stratification get under the skin to produce real differences in biological functioning and gene expression.[81] After an exhaustive review of the empirical research on these developmental contributors to cardiovascular health in adults, they conclude,

> Measuring the biological impact of social forces solely at the level of the adult phenotype misses important developmental and epigenetic pathways that likely contribute to racial health inequality. A genetic interpretation of the residual race effect problematically conflates observed biological variation with inferred genetic contributions, and ignores evidence that social factors can have durable life-course and transgenerational effects on health.[82]

In contrast to Guo et al.,[83] Kuzawa and Sweet accurately portray race as part of a system of social stratification – a social process.[84] This allows them to fully account for and engage research like that of Chen and Miller (described above) on the myriad ways that race and racial classification produces real differences in gene expression and biological functioning. The consequence is a theoretically accurate representation of race, not a simplified and inadequate interpretation of race as an individual genetic characteristic.

---

81. KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009.
82. KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009, p. 10.
83. GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014.
84. KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009.

5. Conclusion

Long ago, social scientists passed the point of no return in genetic research on race: the question is not whether scholars will examine genetics vis-à-vis social outcomes, but how they will integrate the understandings of genetics/genomics into racial research. Will the social scientist interested in the genetic processes in society follow the pitfalls of the past in producing their racial statistics? Or will we see a new rationale that recognizes our common humanity and racialized social experiences? The answer to these questions largely rests on the willingness of scholars to critically engage race as a social process rather than an individual, genetic characteristic.

The research of Chen and Miller as well as Kuzawa and Sweet discussed in the previous section illustrates that social scientists are capable of performing high-quality genetic research that engages race as a social process. In contrast to research that views race as an individual, genetic characteristic, these scholars' work showcases how race shapes the life experiences of people and, subsequently, influences gene expression and biological functioning. This work does not draw on statistical relationships between race, genetics, and other outcomes in a survey to make inferences about the role of genes in race, racial classification, and racial inequality. Rather, it begins with the position that racial classification is a cue that those in power of a social structure use to order, distinguish, and exclude certain groups in various domains. This structure (i.e., race) produces real differences in opportunities and experiences and has the capacity to change biomarkers and shape gene expression. As a consequence of their position, these authors are better able to capture how racial classification is tied to genetics – through gene expression, including epigenetics. This work captures race as a social process.

Indeed, the efforts to test if blacks and other non-white groups are fully human have long had a currency in the social sciences. Research in this area laid the foundation for modern statistics and was a major part of early social-scientific research. This work declined following the defeat of the fascists in World War II; the political implications of eugenic thought were exposed, and overt arguments attributing social differences to genetic differences among humans fell out of favor. While the language may have changed, the idea of race continued to be accepted in science and medicine (Reardon 2004). Unfortunately, new arguments on the genetics of race draw on the historically flawed notion that race is an individual, genetic characteristic. It may be time to assume that we are all equal human beings who are part of a larger system of stratification and proceed from this point forward.

6. References

AKINBAMI, Lara J., XIANG LIU, Patricia N. Pastor, and REUBEN, Cynthia A. *Attention deficit hyperactivity disorder among children aged 5–17 years in the United States, 1998–2009*. National Center for Health Statistics Data Brief, no 70. Hyattsville, MD: National Center for Health Statistics, 2011.

ALEXANDER, Michelle. The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness. New York, NY: New Press, 2010.

BAPTIST, Edward E. The half has never been told: Slavery and the making of American capitalism. New York: Basic Books, 2014.

BASHI, Vilna and MCDANIEL, Antonio (Tukufu Zuberi). A theory of immigration and racial stratifica-tion. *Journal of Black Studies* 27 (5): 668–82, 1997.

BECKER, Howard S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York, NY: Free Press, 1963.

BLACKMON, David. Slavery by another name: The re-enslavement of black Americans from the Civil War to World War II. New York, NY: Anchor Books, 2009.

BLAU, Judith. *Race in the schools: Perpetuating white dominance?* Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2003.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review* 62 (3): 465–80, 1996.

BOX, Joan Fisher. *R.A. Fisher: The life of a scientist*. New York: Wiley, 1978.

BRIMMER, Andrew F. Preamble: Blacks in the American economy: Summary of selected research. *A different vision: African American economic thought,* ed. T. Boston. New York, NY: Routledge, 1997.

BRODY, Gene H., LEI, Man-Kit, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Neighborhood poverty and allo-static load in African American Youth. *Pediatrics* 134 (5): e1362–68, 2014.

BRODY, Gene H., YU, Tianyi, CHEN, Edith, MILLER, Gregory E., KOGAN, Steven M., and BEACH, Steven R. H. Is resilience only skin deep? Rural African Americans' socioeconomic status–related risk and competence in preadolescence and psychological adjustment and allostatic load at age 19. *Psychological Science* 24 (7): 1285–93, 2013.

CHEN, Edith, MILLER, Gregory E., KOBOR, Michael S., and COLE, Steve W. Maternal warmth buffers the effects of low early-life socioeconomic status on pro-inflammatory signaling in adulthood. *Molecular Psychiatry* 16 (7): 729–37, 2011.

CLEAR, Todd. *Imprisoning communities: How mass incarceration makes disadvantaged neighborhoods worse*. New York, NY: Oxford University Press, 2007.

CONLEY, D. Being black, living in the red: Race, wealth, and social policy in America. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.

CULLEN, Francis T., and AGNEW, Robert. *Criminological theory past to present: Essential readings*. Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Company, 2003.

DAVENPORT, Charles B. *Heredity in relation to eugenics*. New York, NY: H. Holt and Company, 1911.

DE GOBINEAU, Arthur Comte. *Essay on the inequality of human races*. New York, NY: G. P. Putnams' Sons, 1853/1915.

DONZINGER, Steven R. The real war on crime: The report of the National Criminal Justice Commission. New York, NY: HarperCollins, 1996.

DRAKE, St. Clare. *Black folks here and there: An essay in history and anthropology*. Los Angeles, CA: University of California, Center for Afro American Studies, 1987/1991

DU BOIS, W. E. B. *The Philadelphia Negro: A social study*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1899/1996.

DU BOIS, W. E. B. The spawn of slavery: The convict-lease system in the South. *Missionary Review of the World* 14:737–45, 1901.

DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America*. New York, NY: Harcourt, Brace and Company, Inc, 1935a.

DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America, 1860–1880: An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America*. New York, NY: Athenum, 1935b.

DUSTER, Troy. *Pattern, purpose and race in the drug war. In Crack in America: Demon drugs and social justice*. Eds. Craig Reinarman and Harry G. Levine. Berkeley, CA: University of California Press, 1997.

DUSTER, Troy. *Backdoor to eugenics*. New York, NY: Routledge, 2003.

EDGEWORTH, Francis Y. Methods of statistics. *Journal of the Statistical Society of London*, 181–217, 1885.

EDGEWORTH, Francis Y. 1889. "On the Application of Mathematics to Political Economy." The Address of the President of Section F – Economic Science and Statistics – of the British Association, at the Fifty-Ninth Meeting, Held at Newcastle-Upon-Tyne, in September, 1889. *Journal of the Royal Statistical Society* 52 (4): 538–576, 1889.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Sociological Review* 103 (2): 281–317, 1997.

FARLEY, Reynolds, and ALLEN, Walter R. *The color line and the quality of life in America*. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1987.

FISHER, Ronald A. *Statistical methods for research workers*. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1925.

FISHER, Ronald A. *The genetical theory of natural selection*. Oxford: Clarendon Press, 1930.

FISHER, Ronald A. *The design of experiments*. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1935.

GALTON, Francis. *English men of science: Their nature and nurture*. London: MacMillan & Co, 1874.

GALTON, Francis. *Natural inheritance*. London: MacMillan & Co., 1889.

GALTON, Francis. *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. Honolulu, HI: University Press of the Pacific, 1892/1972.

GÓMEZ, Laura E. Understanding law and race as mutually constitutive: An invitation to explore an emerging field. *Annual Review of Law and Social Science* 6:487–505, 2010.

GOTTFREDSON, Michael R., and HIRSCHI, Travis. *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton, 1996.

GRAVES, Joseph L., Jr. *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001.

GREEN, Alexander R., CARNEY, Dana R., PALLIN, Daniel J., NGO, Long H., RAYMOND, Kristal L., LEZZONI, Lisa I, and BANAJI, Mahzarin R.. Implicit bias among physicians and its prediction of thrombolysis decisions for black and white patients. *Journal of General Internal Medicine* 22 (9): 1231–38, 2007.

GRODSKY, Eric, and PAGER, Devah. The structure of disadvantage: Individual and occupational determinants of the black-white wage gap. *American Sociological Review* 66 (4): 542–67, 2001.

GUO, Guang, FU, Yilan, LEE, Hedwig, CAI, Tianji, HARRIS, Kathleen Mullan, and LI, Yi. Genetic bio-ancestry and social construction of racial classification in social surveys in the contemporary United States. *Demography* 51 (1): 141–72, 2014.

GUO, Guang, ROETTGER, Michael E., and CAIR, Tianji. The integration of genetic propensities into social-control models of delinquency and violence among male youths. *American Sociological Review* 73 (4): 543–68, 2008.

HANEY-LÓPEZ, F, Ian. *White by law: The legal construction of race*. New York, NY: New York University Press, 1996.

HANNAFORD, Ivan. *Race: The history of an idea in the West*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1996.

HAYWARD, Mark D., and HERON, Melonie. Racial inequality in active life among adult Americans. *Demography* 36 (1): 77–92, 1999.

HENRY, C. Michael. A framework for alleviation of inner city poverty. In A different vision: Race and public policy, vol. 2, ed. Thomas D. Boston. New York, NY: Routledge, 1997.

HERNSTEIN, Richard J., and MURRAY, Charles. *The bell curve: Intelligence and class structure in American life*. New York, NY: Free Press, 1996.

HIRSCHI, Travis. *Causes of delinquency*. Berkeley, CA: University of California Press, 1969.

HOFFMAN, Frederick L. *Race traits and tendencies of the American Negro*. New York, NY: Macmillan, 1896.

HOOD, Roger, and SPARKS, Richard. *Key issues in criminology*. New York, NY: Weidenfeld & Nicolson, 1970.

IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. New York, NY: Routledge, 1995.

INKORY, Joseph E. African in world history: The export slave trade from Africa and the emergence of the Atlantic economic order. *General history of Africa, vol. 5, Africa from the sixteenth to the eighteenth century, general history of Africa*, ed. B.A. Ogot, 74–112. Paris: University of California and UNESCO, 1992.

International Centre for Prison Studies. 2014. Entire world - Prison population rates per 100,000 of the national population. Available from http://www.prisonstudies.org.

JENSEN, Arthur R. *The g factor: The science of mental ability*. New York, NY: Praeger, 1998.

KATZNELSON, Ira. *When affirmative action was white: An untold history of racial inequality in twentieth-century America*. New York, NY: W.W. Norton, 2005.

KEVLES, D. J. *In the name of eugenics: Genetics and the uses of human heredity*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

KUZAWA, Christopher W., and SWEET, Elizabeth. Epigenetics and the embodiment of race: Developmental origins of U.S. racial disparities in cardiovascular health. *American Journal of Human Biology* 21:2–15, 2009.

LEWONTIN, Richard. *The triple helix: Gene, organism, and environment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

LIEBERSON, Stanley. *A piece of the pie: Blacks and white immigrants since 1880*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.

LIEBERSON, Stanley. *Making it count: The improvement of social research and theory*. Berkeley, CA: University of California Press, 1985.

LIPPMAN, Matthew. *Law and society*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.

LOMBROSO, Cesare. *Criminal man: According to the classification of Cesare Lombroso*. New York, NY: GP Putnam's Sons, 1876/1911.

MAUER, Marc and KING, Ryan. *Schools and prisons: Fifty years after Brown v. Board of Education*. Washington, DC: The Sentencing Project, 2004.

MCCALL, Leslie. Sources of racial wage inequality in metropolitan labor markets: Racial, ethnic, and gender differences. *American Sociological Review* 66 (4): 520–41, 2001.

MCEWEN, Bruce S. and SEEMAN, Teresa. Protective and damaging effects of mediators of stress: Elaborating and testing the concepts of allostasis and allostatic load. *Annals of the New York Academy of Sciences* 896 (1): 30–47, 1999.

MEIER, August, and RUDWICK, Elliot. *From plantation to ghetto*. New York, NY: Hill and Wang, 1976.

MILLER, Gregory E., BRODY, Gene H., YU, Tiany, and CHEN, Edith. A family-oriented psychosocial intervention reduces inflammation in low-SES African American youth. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111 (31): 11287–92, 2014.

MILLER, Gregory E., and CHEN, Edith. The biological residue of childhood poverty. *Child Development Perspectives* 7 (2): 67–73, 2013.

MILLS, Charles. *The racial contract*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

MORNING, Ann. *The nature of race: How scientists think and teach about human difference*. Berkeley, CA: University of California Press, 2011.

MORNING, Ann. And you thought we had moved beyond all that: Biological race returns to the social sciences. *Guest editorial. Ethnic and Racial Studies* 37 (10): 1676–85, 2014.

MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: The Negro problem and modern democracy*. New York, NY: Harper, 1944.

OLIVER, Melvin, and SHAPIRO, Thomas. *Black wealth, white wealth: A new perspective on racial inequality*. New York, NY: Routledge, 1997.

OMI, Michael, and WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*, 2nd ed. New York, NY: Routledge, 1994.

OSARIO, Pilar, and DUSTER, Troy. *Race and genetics: Controversies in biomedical, behavioral, and forensic sciences*. American Psychologist 60 (1): 115–28, 2005.

OSHINSKY, David M. *Worse than slavery: Parchman Farm and the ordeal of Jim Crow justice*. New York, NY: Free Press, 1997.

PEFFLEY, Mark, and HURWITZ, Jon. The racial components of "race-neutral" crime policy attitudes. *Political Psychology* 23 (1): 59–75, 2002.

PENNER, Andrew and SAPERSTEIN, Aliya. How social status shapes race. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105 (50): 19628–30, 2008.

RAINE, Adrain. *The psychopathology of crime: Criminal behavior as a clinical disorder*. San Diego, CA: Academic Press, 1993.

REARDON, Jenny. *Race to the finish: Identity and governance in an age of genomics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

RESKIN, Barbara. 2002 presidential address: Including mechanisms in our models of ascriptive inequality. *American Sociological Review* 68 (1): 1–21, 2003.

RIGBY, Peter. *African images: Racism and the end of anthropology*. New York, NY: Bloomsbury Academic, 1996.

ROBERTS, Dorothy. *Fatal invention: How science, politics and big business re-create race in the twenty-first century*. New York, NY: New Press, 2011.

ROEDIGER, David R. *The wages of whiteness: Race and the making of the American working class*. London: Verso, 1991.

ROGERS, Richard G. Living and dying in the U.S.A.: Sociodemographic determinants of death among blacks and whites. *Demography* 29 (2): 278–303, 1992.

ROGERS, Richard G., HUMMER, Robert A. and NAM, Charles B. *Living and dying in the USA: Behavioral, health, and social differentials of adult mortality*. New York, NY: Academic Press, 2000.

ROSE, Nikolas. The biology of culpability: Pathological identity and crime control in a biological culture. *Theoretical Criminology* 4 (1): 5–34, 2000.

ROYSTER, Deirdre A. *Race and the invisible hand: How white networks exclude black men from blue-collar jobs*. Berkeley, CA: University of California Press, 2003.

SAPERSTEIN, Aliya. Double-checking the race box: Examining inconsistency between survey measures of observed and self-reported race. *Social Forces* 85 (1): 57–74, 2006.

SCHUESSLER, Karl F. and CRESSEY, Donald R. Personality characteristics of criminals. *American Journal of Sociology* (1950): 476–84, 1950.

SHOCKLEY, William. *Shockley on eugenics and race*, ed. Roger Pearson. Washington, DC: Scott Townsend, 1992.

SMEDLEY, Audrey, and SMEDLEY, Brian D. Race as biology is fiction, racism as a social problem is real. *American Psychologist* 60 (1): 16–26, 2005.

SPENCER, Herbert. Progress: Its law and causes. *The Westminster Review* 67:445–85, 1857.

STETLER, Cinnamon, CHEN, Edith, and MILLER, Gregory E. Written disclosure of experiences with racial discrimination and antibody response to an influenza vaccine. *International Journal of Behavioral Medicine* 13 (1): 60–68, 2006.

STEWART, Quincy Thomas. Chasing the race effect: An analysis of traditional quantitative research on race in sociology. *Racism in post-race America: New theories, new directions*, ed. C. Gallagher, 561–80. Chapel Hill, NC: Social Forces, 2008a.

STEWART, Quincy Thomas. Swimming upstream: Theory and quantitative methodology in race research. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*, eds. Tukufu Zuberi and Eduardo Bonilla-Silva. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008b.

STEWART, Quincy Thomas. The shape of inequality: Racial disparities in age specific mortality. *Biodemography and Social Biology* 54 (2): 152–82, 2009.

STEWART, Quincy Thomas, and DIXON, Jeffrey C. Is it race, immigrant status or both? An analysis of wage disparities among men in the United States. *International Migration Review* 44 (1): 173–201, 2010.

STEWART, Quincy Thomas and RAY, Rashawn J. Hurricane Katrina and the race flood: Interactive lessons for quantitative research on race. *Race, Gender & Class* 14 (1–2): 38–59, 2007.

STIGLER, Stephen M. *The history of statistics: The measurement of uncertainty before 1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

TRAVIS, Jeremy, WESTERN, Bruce, and REDBURN, Steve. The growth of incarceration in the United States: Exploring causes and consequences. Washington, DC: National Academy Press, 2014.

TONRY, Michael. *Sentencing matters*. New York, NY: Oxford University Press, 1996.

U.S. Department of Justice. 2014. *Crime in the United States*, 2012. Uniform Crime Report, Table 25. Washington, DC: U.S. Department of Justice.

WACQUANT, Loic. From slavery to mass incarceration: Rethinking the race question in the US. *Why punish? How much?* ed. Michael Tonry, 387–402. New York, NY: Oxford University Press, 2010.

WEST, Candace, and FENSTERMAKER, Sarah. Doing difference. *Gender and Society* 9 (1): 8–37, 1995.

WILLIAMS, David. Race, socioeconomic status, and health: The added effects of racism and discrimination. *Annals of the New York Academy of Sciences* 896:173–88, 1999.

WILLIAMS, David R., and JACKSON, Pamela Braboy. Social sources of racial disparities in health: Policies in societal domains, fare removed from traditional health policy, can have decisive consequences for health. *Health Affairs* 24 (2): 325–34, 2005.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism & slavery*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1944.

WRIGHT, John P., and BEAVER, Kevin M. Do parents matter in creating self-control in their children? A genetically informed test of Gottfredson and Hirschi's theory of low self control. *Criminology* 43 (4): 1169–1202, 2005.

YULE, G. Udney. On the theory of correlation. *Journal of the Royal Statistical Society*, 60 (4): 812–854, 1897.

ZUBERI, Tukufu. The population dynamics of the changing color line in the USA. *Problem of the century: Racial stratification in the United States at century's end*, eds. Elijah Anderson and Douglas Massey. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2001a.

ZUBERI, Tukufu. *Thicker than blood: How racial statistics lie*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001b.

ZUBERI, Tukufu. *African independence: How Africa shapes the world*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2015.

ZUBERI, Tukufu, and BONILLA-SILVA, Eduardo, eds. *White logic, white methods: Race, epistemology and the social sciences*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008.